OS DESCOBRIMENTOS E A ECONOMIA MUNDIAL

VOLUME I

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

EDITORIAL PRESENÇA

OS DESCOBRIMENTOS
E A
ECONOMIA MUNDIAL

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

OS DESCOBRIMENTOS E A ECONOMIA MUNDIAL

VOLUME I

2.ª edição

EDITORIAL PRESENÇA

PALAVRAS PRELIMINARES
(da Tese de Doutoramento de Estado apresentada à Sorbonne e da edição francesa)

O papel dos factores económicos na génese dos Descobrimentos e expansão ultramarina tem sido objecto de acerbas controvérsias: continuam incessantemente a reatar-se, sem chegar a resultados líquidos. É que quase sempre se descurou o estudo deste processus, *no seu desenrolar, do ponto de vista da estrutura, das transformações estruturais, das correntes profundas, e por último da conjuntura. A economia e a sociedade portuguesa da Idade Média, e até da maior parte do século XIV, foram iluminadas pelos trabalhos monumentais de Gama Barros, Alberto Sampaio, Costa Lobo, Jaime Cortesão. No entanto já o século XV ficou na penumbra, visto que Costa Lobo nos deixou unicamente a primeira parte da* História da Sociedade em Portugal, *Alberto Sampaio e Jaime Cortesão mal dele se ocuparam; e Veiga Simões morreu sem ter publicado as obras anunciadas — e terminadas, ao que parece, mas sobre cujo destino paira irritante mistério. Quanto ao século XVI, foi, na realidade, quase por completo abandonado: algumas indicações na* História de Portugal *de Rebelo da Silva, três capítulos — tão só — nas* Épocas de Portugal Económico *de Lúcio de Azevedo: e eis quase tudo — ou seja, muitíssimo pouco. Excepto em alguns domínios técnicos, por exemplo a cartografia, a náutica astronómica — penso nas belas contribuições de Duarte Leite, Pereira da Silva, Fontoura da Costa, Armando Cortesão, etc. — ou na narrativa de acontecimentos — citem-se os sólidos, embora com uma ponta de fastidiosos, estudos de Queiroz Veloso, entre outros —, mesmo aspectos habitualmente tratados com atenção complacente, assim as viagens de descobrimento, são-no na maioria dos casos à pressa quando passamos para o século XVI. E quanto às instituições políticas, à vida agrária, ao regime senhorial, à indústria, às classes sociais (ou mesmo às ordens ou estados), à evolução demográfica, aos mercadores, não existem trabalhos com o mínimo de desenvolvimento desejável. A rota do Cabo ainda não encontrou o seu Clarence Haring, os preços em Lisboa e noutras praças continuam à espera do seu Earl J. Hamilton, o oceano Índico ou o Atlântico português o seu Fernand Braudel, as ciências, as técnicas, as crenças, a sensibilidade reclamam o seu Lucien Febvre e o seu Marcel Bataillon.*

Ora, não obstante estas lacunas evidentes e imensas, o século XVI português, paradoxalmente, deixa-nos uma impressão de familiaridade; numerosas fontes, e excelentes, aliciantes, foram com efeito publicadas. Mais ainda: aceita-se em geral um fundo bastante estável de ideias nítidas, veneráveis.

Este fundo de ideias emerge de um certo número de posições metodológicas, inconscientes pela maior parte, e de validade contestável. De números isolados inferem-se conclusões gerais: toma-se, por exemplo, o montante absoluto da dívida pública num momento dado; um passo mais, e tenta-se passar à comparação de números, quando esses números não são comparáveis. Ou então interpretamos à letra as queixas dos coevos, e daí concluímos juízos de valor sobre a evolução social e moral, sem dispormos para tal de cortes fiéis nem de explicações precisas. Outra atitude enraizada: estudar a história portuguesa em vaso fechado; as transformações portuguesas não são relacionadas com as transformações europeias nem mundiais, o que se passa em Portugal e no seu império não é comparado ao que se desenrola algures; baptiza-se de decadência portuguesa o que, em muitos casos, constitui um processus *muito mais amplo, e nem*

sempre no sentido descendente. É, na verdade, um erro grosseiro opor, globalmente, a expansão, o desenvolvimento, por um lado, e o recuo, a regressão, por outro, em vez de distinguir um jogo alternado de expansões e de recuos, de ascensões e de declínios, ora sucessivos ora simultâneos, mas afectando regiões diferentes.

Se a historiografia portuguesa ignora as perspectivas mundiais, a historiografia estrangeira, por seu turno, está longe de ter descoberto Portugal sempre que o deveria fazer. Abram-se as histórias ditas gerais: algumas palavras, sem relações profundas com o quadro de conjunto, e a narrativa ou análise retoma o seu curso como se nenhuma luz pudesse ser projectada pela vida própria deste pequeno povo a fim de iluminar a vida dos outros povos, potências e impérios. Em parte alguma encontrareis a mais pequena nota reveladora: como a de que, se há grandes impérios no século XVI — império turco, império de Carlos Quinto, depois império do Grão Moghol —, um deles é precisamente o império português. Assinalemos uma única excepção: O Mediterrâneo no tempo de Felipe II, *de Fernand Braudel: e ela dá-nos a chave decisiva para compreender o Portugal da segunda metade de Quinhentos e avaliar o seu papel na evolução dos diferentes «complexos histórico-geográficos» através do globo; o ângulo de visão português explica-os e é por seu turno explicado pelos outros ângulos de visão.*

Assim, tudo ou quase tudo estando por fazer na história económica e social dos Descobrimentos e expansão portuguesa (ressalvemos o Brasil, e mesmo este!), só o ataque concertado de cohortes de investigadores poderá gizar os seus alicerces e erguer o edifício. Infelizmente os nossos esforços no sentido de constituir uma tal equipe, ou melhor, conjunto de equipes, fracassaram; a recente reforma das Faculdades de Letras em Portugal, nas quais continua a não se prever nenhum ensino económico e social, mostra que os obstáculos estão bem longe de terem sido galgados.

Em tais circunstâncias, que pode então tentar um investigador isolado, perante a imensidade da tarefa? As condições de trabalho nos arquivos portugueses não lhe permitem sequer delimitar um problema, uma época, uma região. Há cerca de quinze anos concebêramos o plano de uma pesquisa limitada ao período dito «henriquino» (até 1460), e lançáramo-nos para além do simples esboço, como testemunham os Documentos sobre a Expansão Portuguesa *(3 vols., 1943-1956),* A Expansão Quatrocentista Portuguesa, *os estudos sobre as sociedades e economias de Marrocos, do Sáara e Canárias entre os séculos XII e XVI. Mas, tendo tomado conhecimento de que o saudoso Veiga Simões recolhera já os materiais em todos os arquivos europeus e estava adiantado na elaboração da sua* História do Infante D. Henrique *e* História do Infante D. Pedro, *julgámos de nosso dever desistir, pois o tema estava em melhores mãos.*

Alargámos por isso o horizonte temporal e o âmbito espacial, mas retendo apenas alguns problemas-chave: as finanças do Estado português, a contabilidade pública, a questão do pão (dos abastecimentos), a fixação rural além-mares, as moedas, os metais monetários, o comércio das especiarias, os mercadores e as suas actividades. Por agora, tivemos que nos restringir ao terceiro e ao quarto destes vastos problemas; o leitor só disporá portanto de uma vista parcial, que não lhe permitirá de modo algum apreender o processus *da expansão no seu conjunto. No entanto os dados necessários para abordar os outros problemas foram já carreados, a construção poderá avançar em prazos razoáveis. Podemos ter confiança.*

Aceitaremos pedir desculpa da extensão, na aparência exagerada, do presente estudo? Tal extensão tornou-se inevitável devido à ausência de monografias anteriores em que nos apoiássemos, à heterogeneidade das fontes, ao desaparecimento do maior acervo da documentação. Quando as fontes escasseiam é que somos obrigados a supesá-las melhor, a meditá-las longo tempo, a forçar a sua intimidade, e como consequência a explicarmo-nos pausadamente.

O nosso ofício, sobretudo se chega a identificar-se com a nossa vida, afunda frequentemente raízes longínquas. Não me lembro já se o gosto pela história despertou em mim lendo a saltear a volumosa mas jamais maçadora História de Portugal *de Pinheiro Chagas — que não se horrorizem uns quantos —, apoiada pelos livrinhos cívicos de Victor Ribeiro, ou — mesmo que isso desagrade a outros — com a leitura da límpida* História da Civilização na Europa *de Guizot, traduzida por Sousa Holstein. A atracção por Marrocos e pelo Oriente — ousemos confessá-lo — veio-nos das novelas históricas de Henrique Lopes de Mendonça, aliás bom historiador. Foi, porém, graças ao* Ensaios *de António Sérgio que nos apercebemos de que toda a investigação tem de ser norteada por uma problemática cerrada e perdemos todo o temor ao risco que arrastam consigo as hipóteses necessárias (dois pontos que Lucien Febvre também tanto sublinharia ao desfiar de decénios); assim procedemos nos nossos esforços de desbravar os terrenos incultos, de lançar a ponte do conhecido para o desconhecido. A Sérgio devemos igualmente o gosto por nos dirigirmos directamente às fontes e às obras relevantes, desprezando o amontoado dos comentários falsamente eruditos e dos manuais esterilizadores.*

A formação do espírito filosófico (recordemos desgarradamente Pierre Janet e Edmond Goblot, Brunschvicg e Bachelard, a lógica matemática...), por um lado, a aprendizagem da geografia humana, por outro, com La Terre et l'évolution humaine *de Lucien Febvre e os* Principes de Géographie humaine *de Vidal de la Blache, levaram-nos a descobrir os* Annales, *e através dos* Annales *Henri Berr, Henri Pirenne, Marc Bloch. Simiand. A esta luz revelou-se-nos todo o alcance e significação dos belos estudos, tão sugestivos, de Jaime Cortesão, Veiga Simões, Duarte Leite, bem como da melhor tradição historiográfica portuguesa que esses pensadores prosseguiam. Foi necessária todavia a pressão amiga de um arqueólogo, Manuel Heleno, para nos decidir a trair a filosofia e a escolher a história.*

De dois anos de ensino na Faculdade de Letras de Lisboa, e depois de dois outros anos de ensino livre, ficou-nos sobretudo a alegria de ter podido contribuir para o despertar de algumas vocações e para a formação de alguns jovens investigadores: Jorge de Macedo, Joel Serrão, Bandeira Ferreira, Artur Gusmão, Gentil da Silva, Barradas de Carvalho, de outros mais, e igualmente de alguns jovens arquivistas, como também de políticos. A dispersão inacreditável das matérias a ensinar, bem como a lamentável carência das bibliotecas portuguesas, dificultavam, ou até impediam no entanto qualquer esforço sério de pesquisa.

A nossa carreira de historiador teria provavelmente terminado então se Pierre Hourcade, amigo devotado, não tivesse facilitado a entrada em contacto directo com o CNRS, onde obtive o patrocínio de Lucien Febvre e Fernand Braudel. A partir de Janeiro de 1947 esta grande instituição francesa assegurou-me os meios de subsistência no exercício do ofício que escolhera: condição primeira de todos os trabalhos que publiquei desde essa data e das páginas que vão ser lidas. Ao CNRS gostosamente dirijo o testemunho da minha total gratidão. Mas por detrás da instituição, há os homens. Como esquecer a maneira como Lucien Febvre e Fernand Braudel me acolheram (e igualmente Marcel Bataillon), o seu apoio sem falhas, a sua benevolência, a sua afectuosa solicitude, a confiança que em mim sempre depositaram — no irreverente autodidacta ido de Lisboa — e que foi para mim a razão mais forte de perseverar? Não sei encontrar as palavras que exprimiriam o reconhecimento por esses anos talvez os mais felizes e os mais fecundos [mas depois igualados pelos que passei em Clermont-Ferrand]: há dúvidas que nunca conseguirei pagar. Uma profunda tristeza: Lucien Febvre não poderá já ler estas páginas que lhe eram devidas e eu não poderei beneficiar dos seus conselhos e sugestões.

O autodidacta de Lisboa resolvera entrar para a escola em Paris? Pudemos ainda enriquecermo-nos com os últimos anos de ensino de Lucien Febvre no Collège

de France. Aqui, na École Pratique des Hautes Études — assistimos ao nascimento da sua VI Secção — e no Centre d'Études Sociologiques seguimos os cursos e seminários de Marcel Bataillon, Fernand Braudel, Émile Coornaert, C. E. Labrousse, Georges Gurvitch; seria bem difícil pesar o que devemos a estes contactos tão estimulantes e exigentes. A todos eles, a outros ainda se deve o alargamento do plano inicial, os novos projectores sobre tantos problemas insuspeitados, o ultrapassar de tantos pontos de vista simplistas. Além disso, rodeou-me sempre a sua amizade confiante. Ainda conheci e frequentei Georges Le Gentil e lembro-me com «saudade» da sua ilimitada amabilidade, da sua modéstia que não chegava porém a esconder a sua finura nem a segurança da sua informação.

Graças à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo pude permanecer alguns meses no Brasil, enviado pelo Governo Francês no quadro da missão universitária francesa (de que faziam parte também Pierre Monbeig e o saudoso Maurice Lombard). A viagem foi-me facilitada pelas Edições Cosmos, de Lisboa. Agrada-me inscrever aqui o nome de Eurípides Simões de Paula, o afável director que se tornou excelente amigo, bem como o nome de Cruz Costa.

A Jorge de Faro e a Gentil da Silva devo preciosas indicações de arquivos. Rui Grácio realizou para mim algumas verificações. Joel Serrão pôs à minha disposição os documentos da Madeira e realizou a meu pedido pesquisas vãs nos arquivos de Setúbal. Luís de Matos enviou-me com presteza microfilmes de documentos de Madrid. Em Évora, Armando Nobre de Gusmão facilitou-me o trabalho na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital que dirigia. Em diferentes Misericórdias de Portugal, no Hospital de São José (fundo do Hospital de Todos os Santos), bem como na Casa da Moeda, encontrei muita devoção da parte de pessoal todavia não especializado. Pude trabalhar no Museu Numismático que Damião Peres dirigia. Trabalha-se bem na Filmoteca Ultramarina Portuguesa, graças ao seu director, P.ᵉ Silva Rego, e à sua equipe. Horários cómodos, documentos bem arrumados, tudo à disposição dos investigadores: razões para cumprimentar Alberto Iria, director do Arquivo Histórico Ultramarino. No Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa trabalha-se também proveitosamente, tanto mais que fui guiado por Lia Ferreira do Amaral. Na Torre do Tombo é o nome de uma modesta empregada, Maria do Céu, que merece destacar-se: mas pudemos contar também com o auxílio de antigos colegas e discípulos. A minha Mulher coube a tarefa ingrata e difícil da dactilografia.

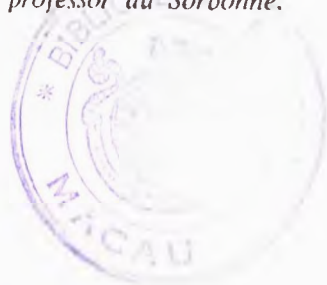
Don Ricardo Magdaleno acolheu-me em Simancas com a sua amabilidade universalmente reconhecida; o trabalho é eficaz no Archivo General: é tudo quanto basta dizer. Na Bibliothèque Nationale de Paris como no British Museum a organização é demasiado perfeita para que o investigador tenha de incomodar seja quem for. Agradeço a M.ᵐᵉ Meuvret as facilidades que me concedeu para utilizar a Bibliothèque des Langues Orientales. Jean Meuvret foi um «professor» de metodologia incomparável.

Panduronga Pissurlencar, director dos Arquivos de Goa, ajudou-me com úteis indicações.

Deixámos para o fim Michel Mollat, que aceitou o sacrifício de rever o nosso texto; graças aos seus conselhos conseguimos melhorá-lo sensivelmente; aqui lhe exprimimos o nosso reconhecimento amigo.

Atendemos, na medida do possível, às observações, correcções e sugestões dos Professores C. E. Labrousse, relator da nossa tese principal, professor da Sorbonne; Fernand Braudel, professor do Collège de France, Presidente da VI Secção da École Pratique des Hautes Études; e Roland Mousnier, professor da Sorbonne.

Para todos vão os nossos melhores agradecimentos.

Paris, Junho de 1958.

PREFÁCIO

à 2.ª edição de **Os Descobrimentos e a Economia Mundial**

Como a nossa tese principal de doutoramento de Estado foi das últimas a beneficiarem da possibilidade de apresentação em dactilografado, a publicação do texto francês demorou dez anos em relação às provas públicas e onze em relação à data em que fora entregue naquela Universidade — Junho de 1958. Entretanto, pelo imperativo da apresentação impressa, passavam à frente na edição as teses de historiadores terminadas posteriormente.

Ora em 1963 iniciava-se a edição em língua portuguesa, que se arrastou (por se tratar de composição em fascículos) até 1971; apesar de encerrada dois anos depois da edição francesa, dispuseram assim os estudiosos primeiro da forma que a obra assumiu no nosso idioma, pela sua maior parte. Todavia foi através da primeira forma — a francesa — que L'Économie de l'empire portugais aux XV^e^ et XVI^e^ siècles *veio a exercer principalmente influência na investigação internacional e a ser conhecida no estrangeiro.*

No entanto, entre a forma francesa e a forma portuguesa ressaltam diferenças de relevo:

a) *A Introdução na forma francesa foi integralmente substituída por outra, que aborda uma problemática completamente nova e é mais desenvolvida; a substituição impunha-se, dada a diferença de públicos destinatários, uma vez que a primeira Introdução fora retomada e largamente ampliada em* A Economia dos Descobrimentos Henriquinos, *1962, que assim deve ser considerada como intróito à presente obra. Sem dúvida o livro sobre a economia henriquina está esgotado e carece de remodelação; esperamos realizá-la em breve, e sugerimos que continue a ser considerada (embora vá surgir com âmbito mais vasto — talvez* A Expansão Quatrocentista Portuguesa, *e talvez por isso mesmo) como abertura a* Os Descobrimentos e a Economia Mundial.

b) *Não se procedeu à simples tradução do texto francês: reescreveu-se inteiramente na nossa língua, corrigindo-o onde se impunha, completando-o e desenvolvendo-o, como era natural tratando-se de um público mais íntimo com esta problemática.*

c) *Mais importante ainda, foi o acrescento de uma Terceira Parte — Economia de Subsistência e mão-de-obra. Prevista no plano inicial da tese, dela foi retirada por economia de espaço; ma.. entretanto alguns dos seus capítulos saíam em revistas e colectâneas sob a forma de artigos. Completada por esta Terceira Parte, a obra já permitirá preencher alguns dos objectivos que na primeira forma (a francesa) considerávamos que não preenchia. Uma visão de conjunto, económico--social, do império português e da expansão portuguesa de fins do século XIV a começos do XVII já adquire assim alguns contornos nítidos (sobretudo se a completarmos ainda com* Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales 1518-1635 — *Paris, Junho 1958, a sair em edição da Fundação Gulbenkian).*

d) *Por último, a Conclusão também foi integralmente substituída, alargando-se consideravelmente o feixe de problemas que suscita, e sobretudo ligando à teoria dos complexos histórico-geográficos, tendências longas e «cachos» de inovações.*

e) *A edição portuguesa inseria rica e precisa documentação iconográfica, concebida em função do texto, o que permitia ver mais fundo nas estruturas e processos estudados.*

f) *Mas não há vantagens sem inconvenientes: as dificuldades da editora acabaram por levar a não sair um terceiro volume, auxiliar, que estava planeado, e que continha as fontes e a bibliografia (como na edição francesa) e os índices remissivos.*

Esgotadas há muito tanto a edição francesa como a portuguesa, lançamos agora uma nova edição no nosso idioma, de que convém salientar as características seguintes:

a) *Entendemos que não havia alterações de fundo a fazer à obra, nem sequer modificações de pormenor verdadeiramente significativas. Por isso no texto limitámo-nos a corrigir as gralhas. Pena é que as investigações e estudos realizados desde há um quarto de século não tivessem irremediavelmente envelhecido muitas destas páginas. Prova de que a pesquisa científica tem estado a dormir ou moribunda entre nós. Lá fora apareceram obras monumentais, como a de Fernand Braudel,* Civilisation matérielle, Économie et Capitalisme *(3 vols., 1979) e a de Immanuel Wallerstein,* The Modern World System *(2 vols., 1974-1980), embora sem atingir os mesmos cumes, e inúmeras monografias, que permitem situar a nossa contribuição na economia mundial de maneira mais precisa e esclarecedora, mas sem lhe abrir brechas.*

b) *Quanto aos mapas desenhados sobre o nosso texto, mantiveram-se todos; a reprodução de fontes manuscritas e iconográficas, de obras culturais, teve de ficar num compromisso entre o que se fizera na edição francesa e o que se conseguira na edição portuguesa de 1963-1971, mas mantendo-se muito mais próximo do esforço nesta realizado.*

c) *No final irão a indicação de fontes e a bibliografia, como já entravam na edição francesa, mas actualizadas e ampliadas.*

d) *Completarão os volumes índices remissivos (no final do quarto), o que facilitará consideravelmente a consulta da obra.*

Com esta nova edição pretendemos sobretudo estimular a pesquisa científica em Portugal, na convergência de todas as ciências humanas. Não temos que nos envergonhar nem que nos vangloriar dos descobrimentos, das sucessivas colonizações e impérios além-mares, da emigração sempre a fluir para todos os recantos do mundo. Como não temos que nos envergonhar nem vangloriar da descolonização recente que nos reduziu ao rectângulo peninsular e ilhas adjacentes: estulto seria vergarmos ou incharmos com tais sentimentos a propósito das descolonizações que em épocas diversas fomos forçados a realizar. As gestas dos homens são complexos inextricáveis de glórias e baixezas, de actos involuntários e actos voluntários; muitas vezes personagens ou grupos verberados estão a contribuir para o futuro mais do que os que os verberam (veja-se o choque entre colonos e jesuitas). O que importa é analisar as estruturas nos seus processos espácio-temporais — nos movimentos de transformação endógena e exógena a que estão sujeitas — e explicar e compreender esses processos e estruturas: desde a base morfológica às mentalidades, formas de sentir, pensar, agir. Porque a construção científica do passado e do presente (a história é globalizante) é o esteio e ferramenta para a prospectiva. Temos de receber um legado de valores que seria criminoso ou pueril destroçar, mas também de inventar novos valores para o porvir. Juízes implacáveis, sejamo-lo de nós e dos nossos contemporâneos: na nossa acção

cabe, sim, julgar valores, optar entre valores. Mas, como aconselha Dahrendorf, des-ideologizemos a ciência, sob pena de nos lograrmos a nós próprios num empenhamento dogmático e sectário.

Se Os Lusíadas *puderam ser considerados pelos Ingleses como o poema épico da civilização moderna, porque cantariam o comércio e a sua acção civilizadora, os Italianos do século XIX desfraldaram-no como o poema da pátria, da independência nacional e da liberdade (à maneira dos republicanos portugueses de 1880 e depois). Como há quem os considere a epopeia da gesta guerreira ou da das navegações de descobrimento, ou o mais belo poema lírico; uns vêem neles a exaltação do imperialismo, outros detectam, por detrás dos louvores de superfície, a crítica político-social, a condenação da expansão imperialista. E de tudo isto há em* Os Lusíadas*: como; há a única utopia em língua portuguesa — a Ilha dos Amores, a redenção da humanidade pelo amor e justiça, o fim dos deuses e a exaltação do humano elevado ao plano divino. Rumos divergentes ou pelo menos diversos desse extraordinário movimento de caravelas, naus e gentes através do globo, desocultando o oculto, ligando o desligado.*

Contradições vindas das raízes. Não escreve Teixeira de Pascoaes:

> *«Seu coração, marítimo e serrano,*
> *Era o mar e a montanha.»* (Marânus, *1911, X).*

Em Chuva Oblíqua *o sonho dum porto infinito atravessa a paisagem,*

> *«E os navios que sahem do porto são estas árvores ao sol»*
> *«E os navios passam por dentro dos troncos das árvores»*

— a floresta e o mar interpenetram-se, em movimento.

É do cais que parte a Ode Marítima: *navios que entram, saem, passam ao longe; tudo na vida marítima — um povo das viagens, em pedaços pelo mundo repartido; por ele chamam as águas, os mares, os longes, atormenta-o o «cio da vida marítima». Depois deste movimento do chamamento, é o segundo, allegro vivace, por momentos com fúria: orgia de sangue da pirataria, com cenas de horror (mesmo se inspiradas em Edgar Poë) — chacinas, saques, violações (afinal, o Gama a afundar a nau* Meri*...); epopeia feroz da pirataria, donde se recai no quotidiano. E agora é o Nocturno das recordações de infância, a ternura, embora lembrando os crimes exaltados no 2.º movimento; depois, sai-se do sonho para o mundo real — o prático, o verdadeiro — o comercial; e vem o elogio do comércio (também a poesia das máquinas, mas essa é nota mais moderna), das viagens. Em suma: o contraste fundamental na história de Portugal entre a guerra e o comércio. Nisso é que a* Ode Marítima *exprime profundamente a realidade histórica deste povo nascido na montanha e perdido no mar tempestuoso (Pascoaes).*

Entre a guerra e o comércio: faltou a industrialização, só a intervalos tentada como resposta às depressões comerciais. E por isso a estrutura configurada desde os Descobrimentos se auto-bloqueou. A modernização não veio afinal — ao contrário do que se processou noutras nações, onde da mercantilização nasceu a indústria maquinista. Pessoa encarava essa «industrialização sistemática do país» como «o remédio para as decadências do atraso», o «remédio para o mal de Portugal». E a Ode Triunfal *canta o triunfo frenético da máquina e do vapor, enquanto Pascoaes clamava contra o fumo das fábricas, gritos das sirenes, velocidades* (Verbo Escuro, *2.ª ed., pp. 10-11, em 1914). Sem encontrar o rumo, que era a pátria pela qual Pessoa sofria intensamente no desejo de melhorar Portugal?*

de que Pascoaes escrevia: «Neste momento, Portugal é um mistério. É impossível calcular o que virá a ser dele!» Basílio Teles concluía que «Portugal não passa, na realidade, de «uma expressão geográfica», uma velha pátria que se extingue»; e João Chagas via-se forçado a atribuir ao país mesmo os vícios que atribuíra às instituições — à monarquia.

Por isso «o marinheiro», na ilha deserta, obliterada a pátria de origem, aonde não tinha meios de voltar, pôs-se a sonhar uma pátria que nunca tivesse tido, durante anos e dias: criou as paisagens, as cidades, as ruas, as gentes, e depois só essa construção do sonho para ele existia — mas quando um barco passou por lá, ninguém o encontrou: «Talvez tivesse regressado à Pátria... Mas a qual?» A realidade não seria o sonho desse sonho? Porque o presente já passou, e o passado é uma vida que não vivemos nunca.

Amargura de uma pátria que não chegou a realizar-se... quereremos afinal realizá-la? Não sei, mas ansearia que sim; e para a erguer, na realidade vivida dos portugueses, é preciso afundar até essa gesta de navegadores audazes e cientes, de povoadores tenazes e sem fronteiras, de mercadores e guerreiros, de capitães e emigrantes, a fim de tomarmos bem consciência do que fomos e somos, visando as metas do que queremos vir a ser.

Lisboa, Junho de 1981.

INTRODUÇÃO

Modernidade ou medievalidade dos séculos XV e XVI: qualificações demasiado globais, de flagrante imprecisão, para nos servirem de ferramenta na análise da expansão europeia que então se processa. Pense-se o que se pensar dessa controvérsia sempre em aberto, alguns factos são incontestáveis: ao desenrolar do fio dos anos a carta do globo é desenhada, o homem aprende a situar-se no espaço, a sua maneira de sentir e de entender as próprias relações humanas é impregnada pelo número, ao mesmo tempo que pela consciência da mudança; a pouco e pouco cria-se um critério para distinguir o fantástico do real e o impossível do possível; transformam-se, em complexidade contraditória, motivações e ideais; a produção e a circulação dos bens multiplicam-se, o mercado à escala do mundo torna-se o vector dominante da evolução económica, forma-se o Estado burocrático e centralizado de matiz mercantilista. Na realidade, entre o século XI e o XVII, não é uma, são várias as revoluções intelectuais e de estrutura social.

O ESPAÇO

Quere-se a medida das transformações? Aproximemos quatro ou cinco mapas-do-mundo a um século de intervalo de uns para os outros. Até fins do século XIII, quer se trate dos mapas em forma de ferradura, como o de Albi do século VIII, predominantes na Alta Idade-Média, quer dos mapas ovais, de que podemos apresentar como exemplo o do monge Beato de cerca de 776 (conhecido por reprodução de cerca de 1050), quer, mais tardios, dos mapas do T dentro do O, não há uma representação da terra mas uma enumeração geográfica combinada com um sistema de convenções simbólicas. Falta qualquer disposição relativa das terras segundo as direcções do espaço, isto é, não há qualquer preocupação de as arrumar segundo ficam a Norte ou a Sul, a Leste ou a Oeste; não há a mínima atenção às distâncias, nem sequer às dimensões relativas, ao menos presumidas; aproximam-se terras afastadas, separam-se terras contíguas. Numa deformação do mapa-do-mundo de Beato que aparece num códice parisiense do século XI ou XII a Índia está a Norte da Líbia (por seu turno a Norte da Etiópia) e a Oeste da África (que tem a Judeia e a Palestina a sul) e é separada por um *mare rubrum* de Toledo e da Galiza! Atente-se na pintura de então: também o tema não é tratado segundo o espaço da percepção sensorial ou da geometria da experiência corrente (a euclidiana), mas sim numa disposição que obedece a uma hierarquia de valores — o transcendente mais importante, logo maior, que o terreno, as personagens do topo da escala social maiores que as inferiores; não interessa, para a construção do quadro, a relação «estar mais longe» ou «estar

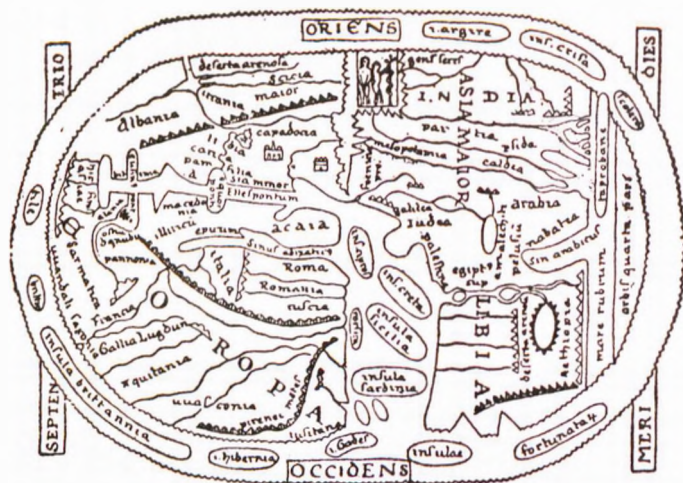



Fig. 1 — Evolução da concepção do espaço terrestre: MAPA-DO--MUNDO DO MONGE BEATO DE SAINT-SEVER. Versão de cerca de 1050 (existente na Bibliothèque Nationale de Paris).

mais perto», percepcionar visualmente mais pequeno ou maior, mas o conjunto das relações simbólicas — a divindade e os homens, o rei e os vassalos.

Mas do século XI no ocaso ao século XIII, lentamente, insidiosamente criam-se novas condições culturais, a par e passo com o renascimento urbano, a teia de laços mercantis inter-regionais e mesmo internacionais, o grande dilatar das arroteias. Quando se abre a era de Duzentos, na Cristandade, os meios que sabem latim dispõem de um cabedal científico caldeado das culturas indiana, persa e muçulmana que contrasta, e de que maneira, com o legado latino-medieval de fantasias e incertezas, de esqueléticos e frustes rudimentos com que até aí tinham vivido. Os seus elementos essenciais afiguram-se-nos ser os seguintes: a aritmética e a álgebra indiano-muçulmanas, a geometria de Euclides, reencontrada a exigência da demonstração e o sentido da problemática, a astronomia de Ptolomeu com os seus prolongamentos árabo-judaicos quer astronómicos quer astrológicos, as tábuas astronómicas muçulmano-judaicas, os tratados ou livros do astrolábio e outros instrumentos astronómico-geométricos, a óptica de Apolónio e de Ptolomeu, a biologia de Aristóteles e a medicina de Hipócrates, Galeno e Avicena. Num Saltério iluminado em Paris no segundo quartel do século XIII a abertura representa um astrónomo (astrólogo) medindo uma altura com o astrolábio, sentado entre um copista e um calculador: civilização da escrita que busca a medida e utiliza a matemática e instrumentos de observação quantitativa. A revolução intelectual está aí figurada.

Entretanto, da China viera a agulha magnética, «indicador do sul», que no Mediterrâneo se transforma em verdadeira bússola, e desde 1245 missionários e mercadores exploravam intensamente a Ásia. Na confluência de todas estas conquistas, entre 1270 e 1300 cria-se o primeiro sistema de projecção cartográfica, o dos rumos e das distâncias estimadas, e vai começar-se a representar o espaço da posição e da medida (Carta pisana, desse último terço de Duzentos), aplicando os princípios da geometria euclidiana. Veja-se agora o mapa-do-mundo de Petrus Vesconte, de 1320: as terras estão arrumadas segundo as direcções dadas pela agulha de marear, há proporcionalidade entre as distâncias reais e as representadas, bem como nas dimensões globais; o Mediterrâneo aparece assás correctamente

A REVOLUÇÃO CULTURAL DOS SÉCULOS XII E XIII: Um astrónomo medindo a altura de um astro com o astrolábio, enquanto o calculador compulsa tábuas astronómicas e um copista regista os resultados — civilização em que desponta o espírito científico, buscando a medida, utilizando o número e instrumentos de observação, e consubstanciando os resultados pela escrita (veja-se p. 12 da Introdução). *Saltério* de Paris, 2.° quartel do século XIII, Bibliothèque de l'Arsenal (Paris), n.° 1186, f. 1v.

Foto Bibliothèque Nationale de Paris

Fig. 2 — Evolução da concepção do espaço terrestre: MAPA-DO-MUNDO DE PETRUS VESCONTE, 1320 (para o *Liber Secretorum Fidelium Crucis* de Marino Sanudo). O Índico mar aberto, a África circum-navegável.

traçado, e com ele as zonas adjacentes, como a Arábia; passou-se do mundo simbólico para o mundo geométrico e das cousas tais como são. Decerto, à medida que nos afastamos do Mediterrâneo a imprecisão e a incerteza aumentam, sente-se a falta de observações efectivas e resvala-se para o tradicional-convencional, senão fantástico (¹).

As tentativas de irradiação mediterrânea para o Oceano, entre 1270 e o meio de Trezentos, fracassam irremediàvelmente: quer a de abrir uma rota marítima para as Índias das especiarias, quer a de uma rota atlântica para o ouro sudanês. Mas ao cabedal do conhecimento positivo do globo incorpora-se todo o contributo das rotas caravaneiras. Para um balanço francamente positivo de todas as viagens e formas de expansão de Genoveses, Venezianos e Catalães bastar-nos-á contemplar o Atlas Catalão de 1375-1380 (²). O conhecimento das Canárias e do arquipélago da Madeira constitui aquisição sólida, e a costa africana é representada até para além do Bojador. Vemos os principais oásis saarianos, escalas das caravanas, e estão figurados os nómadas cameleiros e o rei negro do ouro. O mundo mediterrâneo, conquanto ainda alongado no sentido da longitude, apresenta-se com muita precisão e minúcia. Ao encantamento da África do ouro corresponde, mais longe, a visão não menos aliciante da imensa Ásia tártara até o Cataio e a Zaitun (em face de Formosa), com as três grandes vias transcontinentais — e a marcha compassada da cáfila de camelos; para o Sul, se a ponta da Índia não figura,

(¹) Veja-se o nosso estudo final na obra de Duarte Leite, *Hist. dos Descobrimentos*, vol. II.

(²) Pode ver-se uma reprodução total, embora simplificada, em J. Cortesão, *Descobrimentos Portugueses*, II, pp. 292-3.

lá estão a Arábia e o golfo Pérsico, com Ormuz; o Extremo-Oriente, ao inv
emaranha-se numa confusão de ilhas, entre as quais a Taprobana e Java,
maiores, não correspondem à situação que seria de prever. Para a Ásia, trata-
no essencial, da tradução cartográfica do Marco Polo, completada por algum
outras descrições ou narrativas e talvez fontes árabes. Compare-se este planisfér
de Abraão Cresques com aqueles de que falámos: temos o caminho percorrid

E no entanto, quanto não falta ainda percorrer! A cartografia genovesa e
maiorquino-catalã registam todo um caudal de informações positivas sobre
África saariano-guineense e a infindável Ásia das fabulosas riquezas: se constelai
tal repositório precioso e estimulante em torno de uma representação quão exact
do mundo mediterrâneo, ao sairmos deste os contornos perdem o ajustament
ao real, as distâncias são mais fantasiadas do que estimadas, as orientações con
fundem-se por vezes — tantas vezes — e o lendário insere-se insensìvelmente
O Mediterrâneo é o eixo do conhecer efectivo graças à utensilagem da medida
o Paraíso Terreal é o pólo para onde resvala uma mentalidade que só pode
conceber cientìficamente um espaço delimitado de experiência económica ao fio
dos anos. Da revolução do século XIII e primórdios do XIV inventariemos o legado:
o leme axial permite maior firmeza na condução do navio e será condição do
aumento da tonelagem e da navegação à bolina; a bússola cria a possibilidade
de determinar o rumo de dia e de noite, e de rumar as cartas; a carta de marear
representa a primeira construção do espaço na ordem operatória; nas escolas
de mercadores e na preparação dos «físicos» dispõe-se do algarismo para o cálculo,
das regras aritméticas, da geometria euclidiana, do astrolábio e do quadrante
e das tábuas astronómicas. Simplesmente, se a representação do Mar Interior é de
nautas, a dos continentes é de caravaneiros. Será bem devagar, no decurso que
de cerca de 1440 se prolongará até meados de Quinhentos, que das amuradas
de bordo e pelas observações recolhidas pelos desembarcados irão sendo traçados
os contornos dos continentes. A concepção tradicional persistirá até bastante tarde.

Consideremos a época em que os descobrimentos portugueses arrancam e as
caravelas se aproximam da Serra Leoa. Em certos meios, nem sequer ainda se
notam os efeitos da revolução que o planisfério de Vesconte, de 1320, traduzia.
Assim, no mapa-do-mundo anónimo de cerca de 1410 dito Vaticano-Borgiano,
a exuberância ilustrativa e descritiva (esta por palavras) faz ressaltar ainda mais
a ausência de arrumação e configuração segundo maneiras de operar que tentem
transpor a medida, a posição e a forma: falta mesmo o «eixo científico» que é o
Mediterrâneo das cartas de marear [3]. Noutros casos, a estrutura fundamental
é a mesma do planisfério de Vesconte de mais de um século anterior — e que
progresso em relação à tradicional como é a do Vaticano-Borgiano! Seja o mapa-
-do-mundo de Andrea Bianco de 1436 [4] ou o de Leardus de 1448 [5], seja até
o de Fra Mauro de 1457-9 [6], ou aquele, tão belo nas suas cores, genovês anónimo
de cerca de 1457. O alicerce científico continua a ser a carta de marear do Mar
Interior, há uma representação que poderemos considerar adequada da Europa,
do Norte de África, do Levante e das regiões do mar Negro e do mar Cáspio,
e também do mar Roxo e Arábia (pelo menos nalguns desses mapas) e até à
Mesopotâmia. O litoral do Noroeste africano começa a ser referenciado pelos
métodos já comprovados no Mediterrâneo. Mas em todos eles a configuração do

---

[3] Pode ver-se no *Atlas* do Visconde de Santarém (1849), f. 23; na *Hist. da exp. port.*, I, p. 216; em Damião Peres, *Hist. dos Desc.*, est. XVI.

[4] *Atlas* do V. de Santarém, f. 38; Damião Peres, est. XV.

[5] *Atlas* do V. de Santarém, f. 50; *Hist. de Portugal,* de Barcelos, III, p. 376.

[6] *Atlas* cit., ff. 45 a 50; na Sociedade de Geografia de Lisboa, a cores, em tamanho natural; redução simplificada em Duarte Leite, I, pp. 336-7.

continente africano para Sul do cabo Verde e do Bab el-Mandeb é puramente convencional, e vê-se claríssimamente que os contornos do Índico não beneficiaram da mesma prática de navegação pelos rumos da agulha e pelo cartear que era já corrente no Mediterrâneo. Em nenhum aparece a península da Índia, nem a da Indochina e Malaca; em todos o golfo Pérsico é excessivamente aberto e mal rumado; em alguns a Escandinávia estende-se tanto para Ocidente que encima as ilhas Britânicas — por exemplo, no de Leardus. Tal estrutura fundamental, ainda a vamos encontrar em 1493 no mapa-do-mundo que Hartmann Schedel insere na sua Crónica de Nuremberg. Discronias de meios culturais, por uma parte: sem dúvida; mas algo de mais enraizado e generalizado, igualmente.

O mapa de Henricus Martellus de 1489 ([7]) mostra-nos bem a contribuição de meio século de navegações oceânicas portuguesas: é todo o contorno ocidental do continente africano traçado pelos métodos a que chamámos mediterrâneos. Assim, além do «eixo de representação científica» do Mediterrâneo, que é

Fig. 3 — Evolução da concepção do espaço terrestre: MAPA-DO-MUNDO DE HENRICUS MARTELLUS, DE CERCA DE 1489 (reprodução simplificada)

segundo o paralelo, há agora outro «eixo de representação científica» que é segundo o meridiano, conquanto enfermando de distorção em longitude. Mas o Oriente continua basilarmente dentro do mesmo esquema de visão continental--terrestre, embora se recorte a península indo-chinesa (a Aurea Chersoneso); para além, da massa da China alonga-se até sul daquela península uma outra ainda maior e que engloba a antiga Taprobana (Samatra); continua a não se destacar a massa peninsular indiana, e junto à Índia a ver-se a ilha de Ceilão (aqui denominada Taprobana); a África oriental está francamente incorrecta.

([7]) *Atlas* cit., f. 51; Luciano Cordeiro, *Obras*, I, pp. 104-5; *Hist. de Port.*, III, p. 561; Damião Peres, est. LVI; J. Cortesão, I, pp. 512-3.

lá estão a Arábia e o golfo Pérsico, com Ormuz; o Extremo-Oriente, ao invés, emaranha-se numa confusão de ilhas, entre as quais a Taprobana e Java, as maiores, não correspondem à situação que seria de prever. Para a Ásia, trata-se, no essencial, da tradução cartográfica do Marco Polo, completada por algumas outras descrições ou narrativas e talvez fontes árabes. Compare-se este planisfério de Abraão Cresques com aqueles de que falámos: temos o caminho percorrido

E no entanto, quanto não falta ainda percorrer! A cartografia genovesa e a maiorquino-catalã registam todo um caudal de informações positivas sobre a África saariano-guineense e a infindável Ásia das fabulosas riquezas: se constelam tal repositório precioso e estimulante em torno de uma representação quão exacta do mundo mediterrâneo, ao sairmos deste os contornos perdem o ajustamento ao real, as distâncias são mais fantasiadas do que estimadas, as orientações confundem-se por vezes — tantas vezes — e o lendário insere-se insensìvelmente. O Mediterrâneo é o eixo do conhecer efectivo graças à utensilagem da medida, o Paraíso Terreal é o pólo para onde resvala uma mentalidade que só pode conceber cientìficamente um espaço delimitado de experiência económica ao fio dos anos. Da revolução do século XIII e primórdios do XIV inventariemos o legado: o leme axial permite maior firmeza na condução do navio e será condição do aumento da tonelagem e da navegação à bolina; a bússola cria a possibilidade de determinar o rumo de dia e de noite, e de rumar as cartas; a carta de marcar representa a primeira construção do espaço na ordem operatória; nas escolas de mercadores e na preparação dos «físicos» dispõe-se do algarismo para o cálculo, das regras aritméticas, da geometria euclidiana, do astrolábio e do quadrante e das tábuas astronómicas. Simplesmente, se a representação do Mar Interior é de nautas, a dos continentes é de caravaneiros. Será bem devagar, no decurso que de cerca de 1440 se prolongará até meados de Quinhentos, que das amuradas de bordo e pelas observações recolhidas pelos desembarcados irão sendo traçados os contornos dos continentes. A concepção tradicional persistirá até bastante tarde.

Consideremos a época em que os descobrimentos portugueses arrancam e as caravelas se aproximam da Serra Leoa. Em certos meios, nem sequer ainda se notam os efeitos da revolução que o planisfério de Vesconte, de 1320, traduzia. Assim, no mapa-do-mundo anónimo de cerca de 1410 dito Vaticano-Borgiano, a exuberância ilustrativa e descritiva (esta por palavras) faz ressaltar ainda mais a ausência de arrumação e configuração segundo maneiras de operar que tentem transpor a medida, a posição e a forma: falta mesmo o «eixo científico» que é o Mediterrâneo das cartas de marear ([3]). Noutros casos, a estrutura fundamental é a mesma do planisfério de Vesconte de mais de um século anterior — e que progresso em relação à tradicional como é a do Vaticano-Borgiano! Seja o mapa-do-mundo de Andrea Bianco de 1436 ([4]) ou o de Leardus de 1448 ([5]), seja até o de Fra Mauro de 1457-9 ([6]), ou aquele, tão belo nas suas cores, genovês anónimo de cerca de 1457. O alicerce científico continua a ser a carta de marear do Mar Interior, há uma representação que poderemos considerar adequada da Europa, do Norte de África, do Levante e das regiões do mar Negro e do mar Cáspio, e também do mar Roxo e Arábia (pelo menos nalguns desses mapas) e até à Mesopotâmia. O litoral do Noroeste africano começa a ser referenciado pelos métodos já comprovados no Mediterrâneo. Mas em todos eles a configuração do

---

([3]) Pode ver-se no *Atlas* do Visconde de Santarém (1849), f. 23; na *Hist. da exp. port.*, I, p. 216; em Damião Peres, *Hist. dos Desc.*, est. XVI.

([4]) *Atlas* do V. de Santarém, f. 38; Damião Peres, est. XV.

([5]) *Atlas* do V. de Santarém, f. 50; *Hist. de Portugal*, de Barcelos, III, p. 376.

([6]) *Atlas* cit., ff. 45 a 50; na Sociedade de Geografia de Lisboa, a cores, em tamanho natural; redução simplificada em Duarte Leite, I, pp. 336-7.

continente africano para Sul do cabo Verde e do Bab el-Mandeb é puramente convencional, e vê-se claríssimamente que os contornos do Índico não beneficiaram da mesma prática de navegação pelos rumos da agulha e pelo cartear que era já corrente no Mediterrâneo. Em nenhum aparece a península da Índia, nem a da Indochina e Malaca; em todos o golfo Pérsico é excessivamente aberto e mal rumado; em alguns a Escandinávia estende-se tanto para Ocidente que encima as ilhas Britânicas — por exemplo, no de Leardus. Tal estrutura fundamental, ainda a vamos encontrar em 1493 no mapa-do-mundo que Hartmann Schedel insere na sua Crónica de Nuremberg. Discronias de meios culturais, por uma parte: sem dúvida; mas algo de mais enraizado e generalizado, igualmente.

O mapa de Henricus Martellus de 1489 [7] mostra-nos bem a contribuição de meio século de navegações oceânicas portuguesas: é todo o contorno ocidental do continente africano traçado pelos métodos a que chamámos mediterrâneos. Assim, além do «eixo de representação científica» do Mediterrâneo, que é

Fig. 3 — Evolução da concepção do espaço terrestre: MAPA-DO-MUNDO DE HENRICUS MARTELLUS, DE CERCA DE 1489 (reprodução simplificada)

segundo o paralelo, há agora outro «eixo de representação científica» que é segundo o meridiano, conquanto enfermando de distorção em longitude. Mas o Oriente continua basilarmente dentro do mesmo esquema de visão continental-terrestre, embora se recorte a península indo-chinesa (a Aurea Chersoneso); para além, da massa da China alonga-se até sul daquela península uma outra ainda maior e que engloba a antiga Taprobana (Samatra); continua a não se destacar a massa peninsular indiana, e junto à Índia a ver-se a ilha de Ceilão (aqui denominada Taprobana); a África oriental está francamente incorrecta.

---

(7) *Atlas* cit., f. 51; Luciano Cordeiro, *Obras*, I, pp. 104-5; *Hist. de Port.*, III, p. 561; Damião Peres, est. LVI; J. Cortesão, I, pp. 512-3.

Em todas as representações do globo até fins de Quatrocentos, o Oceano circunda os continentes e o centro situa-se sempre em Jerusalém ou pelo menos no Próximo Oriente; aos mapas do T dentro do O sucedem os planisférios em que predomina um eixo longitudinal marcado pelo Mediterrâneo a Poente e pela «coluna vertebral» (as serranias) da massa asiática a Nascente: visão de navegantes de um mar interior e de caravaneiros da imensidão estépica. O mundo habitado e conhecido, a ecúmena é intérmina mole de terras sucedendo-se a terras, a humanidade é de raiz, na sua vida e na sua mundividência, terrenha e terrícola. Durante milénios e milénios, o Atlântico ergueu-se como barreira intransponível, mesmo se alguma vez transposta. Nas civilizações americanas indígenas, não contamos nenhum elemento de proveniência europeia nem africana; reciprocamente, não há qualquer contribuição ameríndia às civilizações da Europa ou do continente negro, até o ocaso do século XV. Ao invés, é impossível compreender a história europeia sem fazer intervir a cada passo as suas relações com os continentes vizinhos e ligados; de igual modo o passado africano está intimamente articulado ao passado da Ásia, bem como às terras e gentes ao Norte do Mediterrâneo. Não se negará sequer que os povos ameríndios e as suas maneiras de viver tenham estado em relações, através do Pacífico, com as civilizações extremo-orientais: contactos, migrações houve-os tanta vez entre essas duas partes do mundo; os bens culturais viajaram aliás sobretudo no sentido Oeste-Leste. Ora, entre a Ásia e a Europa, se as trocas foram constantes pelas vias terrestres e também pelos navios que sulcavam o Índico e o Mediterrâneo, nenhumas se teceram através do Pacífico e do Atlântico. Em suma: na imagem feliz proposta por Th. Monod, o mundo formava como que uma banda quase enrolada mas cujas extremidades não se tocavam: o oceano Atlântico mantinha-as a distância ([8]).

No século XV desaferra a extraordinária aventura que vai soldar essas duas extremidades por cima dessa brecha plurimilenária. É por tal realização que os Grandes Descobrimentos são verdadeiramente grandes, comprazia-se em repetir Lucien Febvre. Razão tinha de o sublinhar. Todavia, os Europeus não visaram atingir um continente cuja existência ignoravam, nem entabular relações com povos de que absolutamente nada sabiam. O que pretendiam, era simplesmente abrir novos circuitos — por via marítima — para velhos conhecimentos: a África do ouro e a Ásia das especiarias e da seda. O povoamento dos arquipélagos atlânticos, a rota de Guiné e de Angola, a rota do Cabo: pedras carreadas, sem dúvida, para a edificação do mundo atlântico — europeu-americano-africano — mas também construções que valem por si próprias, e que por si sós reestruturaram a concepção do espaço. Por outro lado, embora elementos de civilização tivessem migrado da Ásia extrema para o continente ameríndio, que dela recebeu o seu povoamento afinal, o certo é que as Américas não faziam parte do horizonte cultural asiático, e dos Asiáticos eram ignoradas.

É na última década de Quatrocentos que a visão mediterrâneo-continental vai começar a ser substituída pela visão oceânica do globo. Esta mudança de perspectiva prende-se às tentativas para estabelecer uma rota de circum-navegação africana que conduza à Índia das especiarias, por um lado, à demanda de uma rota pela direcção do Poente para Ofir-Cipango da miragem do ouro e às tentativas para encontrar uma terra firme ou ilhas a Oeste, por outro. O Globo de Martin Behaim (Nuremberg 1492) não representa um progresso sobre o mapa-do-mundo de Martellus quanto ao rigor e adequação dos contornos continentais; mas traduz esse apelo novo dos vastos e insondados espaços oceânicos, numa disposição de terras e mares que deixa ver sem ambiguidade a sedução do caminho

---

([8]) *Au bord de l'Océan ténébreux*, St.-Louis, 1944.

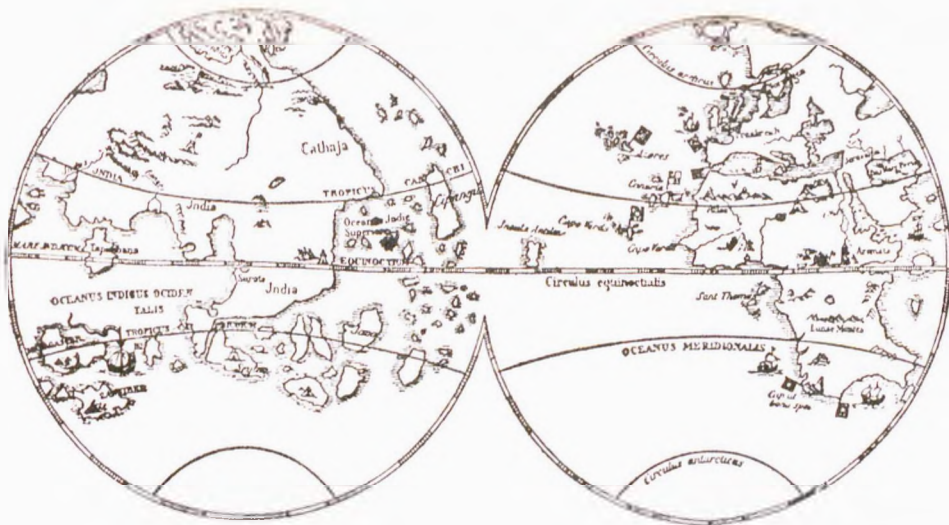



Fig. 4 — Evolução da concepção do espaço terrestre: GLOBO DE MARTIN BEHAIM, NUREMBERG 1492 (reprodução simplificada).

do Oeste, com escala pela ilha Antilha, com destino ao Cipango e ao Cataio — ao Extremo Oriente de Marco Polo. A grande transformação aparece sim no mapa português dito de Cantino, de 1502 [9]. Pela primeira vez, é todo o continente africano que se recorta no seu contorno real (apenas alongado em longitude) — inventário de observações efectivas, segundo métodos científicos, que fecha o périplo de Diogo Dias em 1500. A Índia avança como península, embora de forma triangular demasiado simplificada e em dimensões deminutas; e, como no Martellus, a Indochina desce demasiado em latitude e avoluma-se em excesso, estando Samatra mal colocada, a Ocidente dela; apesar de tais persistências convencionais ou do desajeitado das formas e áreas, surge a amplidão do Índico, como surge a do Atlântico, graças esta à figuração das Antilhas e de boa parte do Brasil, bem como, a setentrião, a Terra del Rey de Portugal — avançada da América do Norte, para Nascente. Falta, não obstante, a massa continental da América central e boreal e a Ásia estende a sua ponta até à esquerda da Escandinávia, esta mesmo considerada asiática [10].

Assim, os segundo e terceiro terços do século XV desenham a forma da África pela primeira vez segundo critério científico e no final substituem à perspectiva terrenha a perspectiva oceânica. Mas quão lentas vão ser a substituição da visão tradicional da Ásia transgangética por uma representação baseada em observações quantitativas efectivas e a definição do espaço atlântico, com base na continentalidade das Américas e sua separação do Extremo-Oriente! É também toda a perspectiva do oceano Pacífico que falta ainda. No planisfério de Ruysch de 1508, se triunfa o ponto de vista da navegação transoceânica sobre o dos terrícolas caravaneiros, a Gronelândia e a Terra Nova, ligadas entre si, ligam-se à Ásia extrema que continua tradicionalmente representada. O Atlântico comunica

(9) Pode ver-se em *Portugaliae Monumenta Cartographica* (P M C), I; ou, a preto, em conjunto, na *Hist. exp. port.*, I, pp. 240-1; o Oriente e o Brasil separadamente, em J. Cortesão, II, pp. 88-9 e 174-5; a África e o Brasil separadamente em Duarte Leite, II, 32-3 e 48-9.

(10) Veja-se o estudo de Duarte Leite, obra cit., II, Livro III, cap. I.

largamente com o oceano que banha a Ásia, quer entre a Terra Nova e as Antilhas, quer entre estas e a Terra de Santa Cruz ou Mundo Novo (Brasil). Consideremos correcto o Índico até meio do golfo Gangético, com formas aceitáveis para a Arábia e Índia, o golfo Pérsico indicado, bem como Ceilão (Prilam), colocada aliás demasiado a Nordeste; mas mais a Nascente lá temos de novo a combinação do convencional com a geografia inspirada em Marco Polo. O globo de João Schöner, de 1515, e o mapa-do-mundo de Apianus, de 1520, que nele se baseia, atêm-se ambos às mesmas características de fundo ([11]). Tradicional-convencional é o Extremo-Oriente do mapa-do-mundo de Contarini (1506), gravado por Francesco Roselli e que com o nome do gravador voltará a ser editado tal e qual em 1532 ([12]). O célebre Globo Dourado de 1528 figura muito mais correctamente as Américas, em terra firme única, a meridional desligada do continente austral, mas todas elas como parte da imensa mole asiática: a Nova Espanha seria Mangi (a antiga China do Sul), o Cataio borda o golfo do México e da Florida; mas setentrionalmente a Gronelândia está dividida da Terra dos Bacalhaus pelo mar. Aliás, Fray Bartolomé de las Casas, na sua *Apologética História de las Índias,* intenta demonstrar que as Índias Ocidentais são uma parte da Índia oriental, pela sua conformidade com as descrições da «India ultra Gangem» de Plínio, Estrabão, Pompónio Mela, Solino, S.^{to} Isidoro, etc. (cap. XXII). Em 1514, Giovanni da Empoli acreditava que as Antilhas do rei de Castela e a Terra de Côrte Real estão unidas a Malaca, e por mais de três lustros os Espanhóis continuarão a buscar uma passagem para Cipango e o Cataio ou mesmo para Malaca — a Áurea Quersoneso — entre a América do Sul, integrada no ptolomaico continente austral que o golfão separa da Ásia, e a Florida, ou entre esta e a Terra dos Bacalhaus.

Discronia e disparidade de meios culturais: os centros do interior da Europa só com atraso conhecem as sucessivas transformações na representação do globo, porque com acesso menos directo às notícias e mais impregnados de erudição livresca do que de experiência vivida nos convés dos navios. Mas se há que contrapor o sábio de gabinete ao piloto e mareante, há também diferenças de formação que levam a diferenças de visão entre os meios lisboeta e sevilhano, por exemplo. Em Portugal desde a alvorada de Quinhentos que se afirma a concepção da continentalidade das Américas e da sua separação da Índia asiática, como nota o florentino Nettucci em 1513-1516. Reflexo desta concepção, atestada desde 1501 e que é a do *Esmeraldo* em 1505-1508, é a modificação do mapa de Juan de la Cosa (como mostrou Duarte Leite), posteriormente à sua feitura em 1500. Mas não exageremos o alcance deste contraste de concepções, nem apressemos a definição científica do orbe pelos Portugueses. O planisfério de Lopo Homem, de 1519, reúne as Américas numa única terra firme e traça acertadamente Atlântico e Índico; mas o Extremo-Oriente desce a prolongar-se no continente austral, que por outro lado entronca no Brasil ([13]). Dez anos depois, a carta universal de Diogo Ribeiro integra a perspectiva do Oceano Pacífico, embora sem contornar adequadamente a América do Norte por esse lado e sem explicitar o extremo nordeste da Ásia; mas todo o espaço atlântico e o espaço índico estão configurados de forma científica, Samatra, correctamente localizada ([14]).

O conjunto das terras e dos mares só será representado com a máxima adequação que a projecção do esferoide no plano permite quando o cálculo

---

([11]) *Atlas* cit., f. 53, n.^{os} 1 e 2.
([12]) Idem, f. 54, n.º 1.
([13]) Pode ver-se em P M C, vol. I, ou em *Tabularum Geographicarum Lusitanorum;* ou em J. Cortesão, vol. II, pp. 310-1; ou na *Hist. exp. port.*, I, p. 233.
([14]) Pode ver-se em J. Cortesão, II, pp. 322-3.

Fig. 5 — Evolução da concepção do espaço terrestre: GLOBO DOURADO, ANTERIOR A 1528 (Bibliothèque Nationale de Paris). A rota de Magalhães — mas as Américas ainda ligadas à Ásia.

rigoroso da longitude vier completar o da latitude. Mas a primeira revolução de raiz foi a que levou a passar do espaço simbólico ao espaço da percepção visual (perspectiva na pintura) e da operatoriedade euclidiana, com base na medida, na posição e na forma; cartogràficamente e nàuticamente, é a carta por rumos e distâncias estimadas, supondo, e condicionando o emprego da bússola e do leme de charneira. Ao mais antigo autor português de um tratado de construção naval, Fernando Oliveira, não escaparam as decisivas consequências da invenção do leme axial: no seu *Livro da Fabrica das Naus*, pouco depois de 1557, descreve o sistema greco-romano de remo lateral à ré e daí deduz a fraca tonelagem dos navios antigos; sublinha as possibilidades de manobra que abre a instalação do governalho e da barra e com ela relaciona a navegação oceânica (pp. 183-4, 192 e sobretudo 214-221 da ed. H. Lopes de Mendonça). As duas últimas décadas de Quatrocentos contribuem com a invenção da náutica astronómica: a navegação por alturas, isto é, medindo a bordo e em terra as alturas das estrelas e do sol para calcular a latitude; passa-se deste modo a uma forma mais rigorosa de representação do espaço do globo terrestre, a escala de latitudes corrigindo e precisando a estima das distâncias e o rumar pela agulha ([15]).

([15]) Sobre as fases que conduziram de uma a outra revolução, permita-se-nos remeter para o nosso estudo final em Duarte Leite, ob. cit., II, pp. 455-512.

O homem vem assim a situar-se no espaço porque inventa os instrumentos para nele operar, graças aos quais o reconstrói pela referenciação de posições, medida de distâncias, determinação de formas, isto é, configurações, proporção de dimensões: é o espaço mítico, construído pela função simbolizadora, que se desagrega, para ceder o lugar ao espaço da função do real, como diria o psicólogo Pierre Janet. Do mesmo passo a perspectiva terrenha cede ante a perspectiva oceânica, e o âmbito, de local e regional, alarga-se a planetário.

Com muita penetração, António José Saraiva chamou a atenção para uma passagem de João de Barros, decerto efabulação literária mas que dá perfeitamente essa vertigem nova do mundo espantosamente dilatado. Quando o Conselho se reúne para decidir se há que prosseguir ou não a expansão, após o regresso de Cabral, «E ainda a muitos, vendo sòmente na carta de marear uma tão grande costa de terra pintada e tantas voltas de rumos que parecia rodearem as nossas naus duas vezes o Mundo sabido, por entrar no caminho de outro novo que queríamos descobrir, fazia neles esta pintura uma tão espantosa imaginação que lhes assombrava o juízo». Como Hércules, na pintura, sustenta o mundo sobre os ombros, poderia o pequeno país sustentar sobre os seus «um mundo não pintado, mas verdadeiro», com todo o peso da «variedade de tantas gentes como nele habitavam»? (*Década* I, Livro VI, cap. 1). É a vertigem que perpassa por uma das poesias do *Cancioneiro Geral* (1516). Diogo Velho da Chancelaria, ao celebrar «A caça real» «que se caça em Portugal», sublinhando que

> «se descobre em nossa vida,
> a qual nunca foi sabida
> nem seu preço quanto vale.»

indica que à «gram mata Lisboa» toda essa caça voa

> «Arábia, Pérsia e Goa
> tudo cabe em seu curral.
>
> Calequd, e Cananor,
> Melaca, Tauriz menor,
> Adem, Jafo interior,
> todos vêem per um portal.»

Em Portugal se recolhe

> «ouro, aljôfar, pedraria,
> gomas e especiaria,
> toda outra drogaria»

e nesta dilatação de horizontes

> «Gentes novas escondidas,
> que nunca foram sabidas,
> sam a nós tam conhecidas
> como qualquer natural.»

de modo que

> «É já tudo descoberto,
> o mui longe nos é perto.»

Fig. 5-A — Evolução da concepção do espaço terrestre: MAPA-DO-MUNDO DE JOHAN RUYSCH, 1508, na edição de Roma da *Geographia* de Ptolomeu. Vejam-se as pp. 23-24 do presente volume. Para completar esta visão da trajectória da concepção da terra, confrontem-se as nossas reproduções com o conjunto inserto no vol. 2 de *Os Descobrimentos Portugueses* de Jaime Cortesão: *Atlas Catalão* de 1375-1381 (entre pp. 292 e 293), *Orbis Typus Universalis* de 1513 (entre pp. 304 e 305), *Planisfério* de Lopo Homem, 1519 (entre pp. 310 e 311), *Carta universal* de Diogo Ribeiro, 1529 (entre pp. 322 e 323), e *Theatrum Mundi* de Baptista Lavanha e Luís Teixeira, 1612 (entre pp. 376 e 377).

Reproduzido do *Atlas* do Visconde de Santarém.
Foto Bibliothèque Nationale de Paris.

Na crónica rimada dos acontecimentos mundiais que Garcia de Rèsende compõe cerca de 1534, inspirando-se na «Recollection des merveilles advenues en nostre temps» de Georges Chastelain e Jean Molinet (como mostrou A. J. Saraiva), é a todos os recantos do globo que o poeta (não esqueçamos que é o autor das trovas à morte de D. Inês) vai respigar os temas: os Reis Católicos, a revolta das comunidades e o levantamento dos mouros de Valência, o saque de Roma, o imperialismo otomano, com, por exemplo, a tomada de Rodes, mas também o Preste João, a ruína do Egipto e Veneza provocada pela expansão portuguesa no Índico, a conversão de Manicongo, os *amoks* malaios, os costumes sexuais no Malabar, no Pegu, em Cambaia e noutras regiões, o ferro como moeda entre os Cafres do cabo de Boa Esperança, o que se passa em Ceilão, no Sião, em Coromandel, em Amboino, em Samatra, na Celebes, o sacrifício ritual das viúvas na Índia bem como as práticas comerciais, o Sofi da Pérsia, o Estado de Narsinga, a tomada de Bintão; discute o bramanismo e o luteranismo, refere a antropofagia no Brasil. É muito possível que Rèsende fosse beber ao Livro de Duarte Barbosa; é indubitável que se situa numa visão ecuménica, e que por detrás da sua rima está todo o cabedal dessas geografias humanas e económicas desde a África negra e o mar Roxo até os Chins e os Léquios, como a *Suma* de Tomé Pires (1513-1515) e o Duarte Barbosa, as descrições africanas como as que Valentim Fernandes compilou. Porque, se a cartografia, registando as navegações oceânicas, constrói o espaço terrestre segundo um esquema científico, a multímoda experiência do mercador vai construindo o espaço social e cultural dos homens, tão variegado, segundo uma observação que não é menos realista: produções, vias de tráfego, pesos e medidas, preços e moedas, formas de escambo ou compra e venda, ritos e costumes, crenças e hierarquias sociais. Assim João de Barros, feitor da Casa da Índia, habituado a debruçar-se demoradamente sobre os novos planisférios e essas novas sumas geográficas, concebe, pela primeira vez provàvelmente, uma visão planetária da história ([16]): pois o seu grandioso plano desdobra-se em Europa, África, Ásia e Terra de Santa Cruz — os quatro continentes então conhecidos. Anteriormente, tão-só crónicas locais ou regionais, quando muito nacionais. Percorra-se a *Crónica geral* de 1344 ([17]): inicia-se no dilúvio e Noé, passa-se a Hércules mas porque veio para a Península, e a narrativa, mítico-histórica, prossegue dentro do quadro peninsular. As Crónicas de Hartman Schedel, «com figuras e imagens desde o início do mundo até o ano de 1492», incorporam as mitologias bíblica e clássica e a história antiga, mas a sua visão é essencialmente europeia, limitada. Na realidade, o próprio Barros não chegou a realizar o seu plano, e se vários cronistas portugueses e espanhóis são levados a enfeixar acontecimentos que se desenrolam do Brasil às Molucas ou de Sevilha às Filipinas, a ambição de abarcar todo o orbe num panorama único levaria bem mais tempo a afirmar-se do que a de o representar num planisfério. Em todo o caso, o âmbito da história deixa de ser restritamente mediterrâneo e europeu.

Perspectiva à escala do globo, agora, a do mercador. Um veneziano do século XV pensa na situação dos mercados de Alexandria e Beirute, de Flandres e Londres; o genovês Malfante, embora consiga estancear no oásis saariano do Tuate, só vagas informações colhe sobre o Sudão do ouro. Mas em Quinhentos a Casa da Índia tem de atender à compra da seda e da porcelana chinesas em Malaca, depois na própria China, bem como à da pimenta em Samatra, à da

---

([16]) A. J. Saraiva, *Para a hist. da cultura em Port.*, vol. II, pp. 329-355.
([17]) Ed. crítica por Lindley Cintra, Lisboa, 1954.

prata no Japão, ao carregamento de pau brasil nos portos de Santa Cruz, aos metais que do México e Peru chegam a Sevilha, à procura dos produtos orientais ou do açúcar insular e brasileiro nas escápulas de Antuérpia, Nuremberg e Veneza; tem que supesar a equivalência do ouro na Mina em roupa velha e manufacturas de cobre alemãs, a relação do custo de obtenção do escravo na Guiné com o preço de escoamento nas Antilhas.

O TEMPO

A administração do Estado enfrenta problema análogo. Em 1512 Afonso de Albuquerque escreve a D. Manuel: «olhe bem Vossa Alteza o que assina pera a Índia, que é mui longe» (*Cartas*, I, p. 69), e D. João de Castro, em 1546, parece fazer-lhe eco: «primeiro que hajamos resposta de nossas cartas e Vossa Alteza queira secorrer a nossas necessidades, dá o sol muitas voltas, e quer acabar de fazer duas inteiras revoluções». (*Cartas*, n.º XLIII). A distância-tempo condicionava uma forma de organização comercial com armazenagem e empate a longo prazo, porquanto, dizia ainda Albuquerque, «primeiro que o aviso vá da Índia a Portugal e a mercadoria venha de lá, passar-se-ão três anos» (citado, pp. 97-8). Distância-tempo no transporte das mercadorias ou no envio de armas e homens, na transmissão de notícias e de ordens, tanta vez ritmada pelos imperativos físicos das monções de navegação ou das épocas favoráveis de travessia dos desertos, sempre determinada pela velocidade dos meios de transporte e comunicação. Para a Índia as naus do reino têm de desaferrar de Lisboa em Março ou primeiras semanas de Abril, para lá chegarem em Setembro; de Cochim e Goa levantam âncora em Dezembro, para ancorarem no Tejo da segunda quinzena de Junho até à primeira de Setembro. A viagem dura geralmente de cinco a seis meses e meio. As ilhas de Cabo Verde estão a umas duas semanas de Lisboa, São Jorge da Mina a uns quarenta a cinquenta dias de navegação. Entre a capital portuguesa e La Rochelle gastam-se sete a oito dias, até o porto de Antuérpia ou a Amesterdão uns doze a quinze, mas os navios que vêm carregar sal a Setúbal contam com um mês de viagem; entre o Tejo e Livorno há que contar com umas três semanas. Mas o temporal pode duplicar fàcilmente a duração de uma navegação, e não é raro escassearem as próprias notícias. Os jesuítas de Malaca queixam-se, em 1559, de estarem há dois anos sem notícias de Maluco, por não ter vindo a nau que todos os anos costumava vir; e já em 1551 da mesma falta se tinham queixado. Informações particularmente importantes podem ser transmitidas prontamente: quando Albuquerque assaltou Adem, em quinze dias chegou a nova ao Cairo, por dromedários a marchas forçadas (Barros, *Dec.* I, Liv. VIII, cap. 3). Não são só as necessidades militares que impõem a rapidez; a vida económica está sensibilizada ao prazo curto e à antecipação. Considere-se a exportação de ópio para o Pegu: pela via terrestre de Bengala funciona um correio que traz a São Tomé de Meliapor, na costa de Coromandel, as cotações do anfião naquela escápula (ou mercado de escoamento), a fim de se regularem os carregamentos das naus que para lá vão partir (Cesare de Fedrici, *apud* Ramusio, III, 396v). Para avisar da subida ou descida dos preços das especiarias, os mercadores servem-se, entre Ormuz e Bassorah e entre este porto e Baghdade, de pombos correios que num dia ligam o primeiro empório àquela escala, e noutro dia esta à última cidade (Balbi, f. 37). O estabelecimento de um correio anual pela via do Levante, entre a Índia e Portugal, será de importância considerável na vida do império quinhentista. Necessidade constante de estar de atalaia para aproveitar

as oportunidades, não ser surpreendido pelo adversário, mais rápido. Preocupação pelos prazos: Gregório Afonso, criado do bispo de Évora, amaldiçoando as transformações do seu tempo, lá exclama:

«Renego de quem em três
pagas paga o que deve.»

Eram as três prestações das letras de câmbio — e com que ansiedade os vèdores da fazenda e feitores régios não acompanham as notícias das feiras de Medina e da bolsa de Emves (Antuérpia)!

No «Auto da Feira», Mercúrio, «senhor / De muitas sabedorias, / E das moedas reitor, / E deos das mercadorias», faz

«...mercador-mor
Ao Tempo, que aqui vem»;

este apresenta-se e ordena

«Em nome daquele que rege nas praças
D'Anvers e Medina as feiras que tem.»

O Tempo: como para o Espaço, é a passagem do plano mítico para o da posição — neste caso a data — e da medida. Mas com menor êxito — e o fracasso, até o século XVII bem entrado, afecta a própria representação do espaço, pois não deixa calcular a longitude. Apesar dessa limitação, a atitude é já outra. E em primeiro lugar, porque na navegação no Atlântico e mares do Norte o mais importante era, como já em fins do século XIV o poeta e matemático inglês Chaucer apontou, o conhecimento das marés para o costear e sobretudo para a entrada e saída dos portos: são estas as manobras mais difíceis, e ainda assim será no século XVII e mesmo no XVIII. Para os navios exclusivamente de vela essas manobras requerem por vezes, e em certos portos com muita frequência, o reboque por galés ou galeotas. Daí, para o marinheiro, a necessidade de dispor de horários das marés e de saber determinar as horas. Para Londres já no século XIII há uma tábua das marés. Os regimentos quinhentistas portugueses continuam a enunciar as regras «para saber as marés a qualquer hora do dia». Em fins de Duzentos e em Trezentos inventam-se e difundem-se o instrumento de observação estelar e as regras do seu emprego, conhecido por roda ou esfera das horas da noite (e que por vezes os historiadores têm confundido com o astrolábio). D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, descreve-o e enumera-as, pretendendo ter simplificado e aperfeiçoado o uso (cap. CI).

Até o século XIII, os relógios empregados são exclusivamente clepsidras, em boa parte por influência da técnica e comércio muçulmanos. Nos *Livros del Saber de Astronomia* de Afonso X, o Sábio, esses relógios, e só esses, são longamente tratados. É no último quartel desse século que verdadeiramente se inventam relógios mecânicos (embora haja ensaios, mais ou menos bem sucedidos, anteriores), e só em 1348 Dondi introduz o regulador de báscula. Vão começar a instalar-se relógios em torres municipais: em 1344 em Pádua, no ano seguinte em Bruges, em 1354 em Florença e Génova, em 1370 em Colmar, York, Gand, Basileia e Paris — ao todo 33, entre as duas datas extremas. Mas, como observa Usher, «Não temos a certeza de que todos estes relógios fossem mecanismos completos, nem sequer podemos afirmar que estivessem todos dotados de escape, o passo mais decisivo no aperfeiçoamento do relógio mecânico». Em 1368 Froissart no seu poema *Li orloge amoureus* descreve o relógio mecânico para

servir de símile ao amor ([18]). Aliás D. Duarte, para gabar o seu regimento da roda das horas, fala dos «relógios de agulha que trazem as figuras nas coberturas», vindos, ao que parece, de Inglaterra: por eles «se pode bem saber o tempo da mea noite solamente». (cap. LRI).

Na nau Sam Cristovam, que em 1416 regressa de Ceuta, há a bordo, além de três agulhas de marear, um relógio — ignoramos todavia de que tipo. No *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (primeira década do século XVI) figura-se a torre do relógio em Olivença, Elvas, Arronches, Chaves: percentagem ainda diminutíssima em relação às sessenta vilas da raia terrestre aí desenhadas (mas pode ser que o pintor caísse em omissões, e por outro lado a orla marítima poderia estar melhor apetrechada). Em Viana do Castelo, em 1521, a Câmara firma acordo com o cerralheiro para que tempere e correja o relógio da vila, de maneira que dê horas certas assim de noite como de dia; o artífice fica obrigado a correger à sua custa alguma roda ou ferro que se quebrar ([19]). Na sua *Ropica Pnefma* (1532), discutindo os problemas da essência da alma, João de Barros recorre precisamente ao símile do relógio. A Vontade, pendendo para a heresia, comparara a alma, em relação ao corpo, com «o peso do relógio que obra em quanto dura a têmpera em que foi posto»; e para a rebater, a Razão (ortodoxa) descreve primeiro o mecanismo: «todalas rodas desse material relógio que dizes, sam movidas per seus pontos e espaços e só com a força do peso que as roda ao movimento do ceu, como se todalas cousas circularmente movem; e acabando este peso de estender sua corda, cessam as rodas»; e seguidamente analisa o próprio símile: «Bem como tu viste em a repubrica dalma (em que falámos) que as principaes partes dela eras tu [Vontade] e o Intendimento: assi em este espiritual relógio ambos soes as rodas de maior conta que moveis as de menos pontos. Eu som o peso que forço a todas, pera andardes per os números da roda das horas que é a vida». «Esta vida tem doze graos, em que acaba sua perfecta revoluçam. O martelo é a tençam, o qual por mais que eu tire e force, se alguũa de vós estiver destemperada com a ferrugem de taes mercadorias como trouxestes, sempre faz a campa das obras mentirosas» (ed. fac-similada, por Revah, pp. 73-5). A meio de Quinhentos, Cristóvão Rodrigues de Oliveira regista em Lisboa quatro cerralheiros de relógios ([20]).

O NÚMERO

Medida do espaço, medida do tempo: na realidade, durante os séculos XV e XVI o número vai infiltrar-se cada vez mais em todos os aspectos da vida quotidiana, os próprios factos das relações humanas passam a ser crescentemente considerados do ponto de vista da quantidade. Não é, evidentemente, que o número não fizesse já anteriormente parte do horizonte cultural, pelo menos nas actividades económicas. A génese da mentalidade quantitativista afunda suas raízes na grande transformação dos séculos XI a XIII, e é então que os algarismos indiano-árabes penetram na Cristandade. Mas unicamente em círculos extremamente reduzidos, muito delimitados. Em Portugal, esporàdicamente conhecidos antes do século XV, embora sistemàticamente empregados em obras técnicas como os Almanaques de Coimbra do primeiro terço do século XIV, a primeira obra não técnica em que Barradas de Carvalho os rastreou é a *Virtuosa Benfeitoria*

([18]) A. P. Usher, *A History of Mechanical Inventions*, cap. VI.
([19]) Arq. Viana do Castelo, Acórdão da Câmara, 2 Março 1521
([20]) *Summario em que se contem*..., reed. 1939, p. 90.

do Infante D. Pedro e Frei João de Verba, entre 1415 e 1433. Durante toda a era de Quatrocentos permanecem raros, a indicação em palavras por extenso predomina. Na contabilidade pública e na particular progridem durante o século XVI, passando a ter a maioria a meio do século. Mas ainda em 1633 os provedores da Fazenda de Lisboa declaram que «se não pode dar crédito ao caderno que veio das ditas despesas da Índia por virem em algarismo» e exigem que Goa remeta os livros originais, com os registos feitos segundo a norma tradicional nos Contos (AHU, Índia, caixa 10), isto é, em numeração luso-romana e por extenso.

A formação da mentalidade quantitativista prende-se a duas ordens de razões. Por um lado, é a progressiva construção do Estado moderno substituindo os laços de dependência pessoal e passando do momentâneo, do ocasional, para o duradouro, para o permanente. Enumeremos três pontos: *a*) a mobilização militar para constituição de exércitos permanentes de quadros profissionais mas massa recrutada segundo determinadas normas socio-jurídicas, pressão cada vez mais acentuada numa era de imperialismos à escala do globo; *b*) a tributação, com os impostos gerais e permanentes substituindo as rendas do domínio real, de modo a que o Estado disponha dos recursos necessários às novas funções administrativas e outras, bem como às crescentes despesas com a guerra; *c*) a contabilidade dos vários serviços e a contabilidade geral pública, sem as quais não poderiam funcionar as hierarquias burocráticas e os diferentes órgãos do Estado — armazéns, vèdorias, capitanias, tribunais, etc. Por outro lado, durante estes dois séculos desenvolve-se e enraíza-se a economia de mercado, basilarmente monetária, assente na produção para vender e na venda destinada a obter dinheiro, isto é, liquidez (a possibilidade de com a moeda adquirir todos os bens e prestações de serviços), e na aplicação do dinheiro a fim de ganhar mais dinheiro. Quer dizer que os agentes da vida económica vão pensar cada vez mais em termos de quantidades, preços, custos, valores e *stocks* de moedas. A influência da economia mercantilista, isto é, da economia em que o vector dominante é o mercado, sobre a estruturação do Estado nacional impeli-lo-á a traçar a política do ponto de vista do número — origem da estatística.

Já no reinado de D. Dinis, se não no de Afonso III, se arrolam em todo o país os bèsteiros do conto (vizinhos do número dos obrigados a possuir bèsta e a estar treinados no seu manejo para caso de mobilização). Novo arrolamento se efectua em 1417-1422. Aliás, na Catalunha já sob Pedro o Cerimonioso (1335-1387) se efectuou um numeramento de fogos *(fogatge)* ([21]). Em 1527-1531 leva-se a cabo em todo o território português metropolitano um numeramento de fogos e vizinhos, mas é possível que anteriormente se tivessem realizado outros, parciais. Com efeito, em 1497 procedeu-se em Alenquer e seu termo ao arrolamento dos vizinhos e dependentes ou trabalhadores segundo as diferentes categorias socio-jurídicas, certamente para fins fiscais e militares (T. T., Gaveta 14, M. 1, n.º 19). Mal dobrado o meio do século XVI, João Brandão e Cristóvão Rodrigues de Oliveira recolhem uma estatística assás completa de Lisboa: número de casas, número de vizinhos, número de almas, igrejas, mosteiros, confrarias, hospitais, pessoal administrativo, número de gente dos vários ofícios — isto é, uma estatística profissional. Levantamentos da mesma sorte foram compilados por Nicolau de Oliveira em 1620.

Com a generalização, em fins de Trezentos, do imposto das sisas, alicerce do Estado durante um século, e com o aumento crescente do peso das receitas alfandegárias, por um lado, com a complexidade cada vez maior das despesas

---

([21]) V. Vives, vol. II, p. 49.

e empates de fundos, por outro, desenvolve-se a contabilidade pública: livros de registo de navios entrados e saídos e dos direitos pagos pelas mercadorias; livros do que é pago nos portos secos ou nas portagens e nas diferentes «casas» (da marçaria, aver-do-peso, etc.); livros das sisas; cartas de quitação em que se enumeram e especificam numèricamente as várias verbas recebidas e despendidas pelo almoxarife ou pelo tesoureiro ou feitor. Em 1478 a vèdoria central da Fazenda faz um cálculo das receitas e despesas ordinárias do ano transacto e estima o que virão a ser, entrando em linha de conta com certas medidas propostas e adoptadas, no ano que então entrava: é talvez o primeiro orçamento geral do Estado, em Portugal. Que significado atribuir-lhe, dentro do nosso tema? Não só se registam ordenadamente no tempo as operações dos serviços, com datas e na sua precisão quantitativa, como depois se reunem tais dados numéricos e são utilizados como base de previsão e de decisões a tomar. A partir de então as vèdorias ou os Contos não deixarão, de anos a anos pelo menos, de levantar a relação das rendas da coroa deste Reino de Portugal e as folhas das despesas que com elas se fazem. Num desses trabalhos se deve ter baseado Cà Masser em 1505. Outros há de 1523, 1534, 1557, 1588 (B. N. L., Fundo Geral, 637, ff. 17v-34v), 1593, 1622 (British Museum, Egerton 1135); a relatórios como esses foi beber Nicolau de Oliveira os números que dá para 1619, e bem conhecido é o *Livro de toda a fazenda* de Figueiredo Falcão, de 1607, para de outros não falarmos. Para o Estado da Índia também não faltam tais Orçamentos ou Livros de Receita e Despesa, por vezes associados a tombos de rendas, e isso desde, o mais tardar, quando se aproxima o meado de Quinhentos.

À medida, pois, que transcorre o século XVI, a política, a condução dos negócios públicos, alicerça-se cada vez mais na estatística. Um único exemplo: em 1588-9, para o Marquês de Santa Cruz reúne-se um extenso memorial em que se anotam no seu pormenor numérico desde os rendimentos dos arcebispados e bispados e dos senhores de título, a toda a relação das receitas e despesas do Estado, desde o custo de seis galeões em Lisboa ao rol da Armada capitaneada pelo duque de Medina Sidónia — a Invencível Armada —, com tonelagens, tripulações, artilharia, mantimentos; há uma relação das rações da infantaria de Espanha, uma outra do que há mester para sustentar 200 galeras, 100 naus e 50 000 infantes e donde se pode sacar o mantimento; faz-se um rol dos navios da coroa de Portugal, anotando custos de construção, e não dissemos tudo (B. N. L., Fundo Geral, 637).

Queremos aperceber-nos bem até que ponto a nova mentalidade quantitativista ligada às finanças públicas matiza a maneira de ver as coisas? Garcia de Rèsende, para mostrar as profundas transformações de uma para outra geração, chega a pôr em rima esses números que diríamos áridos, da vèdoria e da tesouraria:

> «O reino vimos valer
> sessenta contos, não mais,
> as rendas tanto crescer
> que agora o vemos render
> duzentos milhões de reaes,
> Índia e Mina não entrando,
> que estas duas, assomando
> os gastos e os proveitos,
> duzentos contos bem feitos
> rendem forros, navegando.» (est. n.º 282)

Porque tentativa poética (mesmo que não possamos, como não podemos, deixar de, sob tal ângulo, a considerar irremediàvelmente fracassada), a *Miscelânea*,

de cerca de 1534, dá-nos o novo clima quantitativista na ordem das relações humanas — a marca do cunho da economia de mercado. Para nos fazer sentir o poderio da monarquia portuguesa lá vem a nota, além do número de cidades e vilas de infiéis que subjuga, das «trezentas naus e navios» que «traz nos mares e nos rios / de seus reinos alongados» (est. 274). Ao descrever a fome de 1521 que assolou Marrocos e a Península, não se esquece, nessa situação em que «os pais os filhos vendiam», de dizer o preço da venda: «duzentos mil reaes valiam» (n.º 257). Não menos dramática, a peste que se abateu sobre Roma depois do saque de 1527: tais mortandade e esterilidade nunca se tinham visto

«que morriam cada dia
mil pessoas, e valia
a sessenta mil reaes
o moio de trigo, e maes;
ninguém havê-lo podia.» (n.º 255)

A subida de preços, independentemente de tais calamidades, não lhe escapa:

«Vimos em Évora valer
os moios de pam iguaes
quinze, vinte mil reaes,
agora os vemos vender
a setenta mil, e maes.» (n.º 233)

O jornal do artífice também lhe interessa, na sua precisão numérica:

«ver ourives trabalhar
um dia por um vintém
e fazem tudo tam bem
que nam há que melhorar.» (n.º 74)

A quando da calamidade de 1521, houve em Portugal

«tanta fame, que custava
trigo alqueire a cruzado.» (n.º 259)

O «Pranto de Maria Parda» é expressão desta conjuntura de crise dos anos 1521-1523; Gil Vicente não se esquece de pôr nos lamentos da pobre mulher precisões de preços: «Ontem bebi a mantilha / Que me custou dous cruzados»; na rua da Ferraria recorda ela que no Natal lhe acontecera «Beber ali um de cento, / Que nunca mais pareceo» (um vinho de cem reais), e na rua de Cata-que-farás «Onde bebemos Joana / e eu cento e um cinquinho.»

A concorrência exige o conhecimento das condições efectivas, quantitativamente definidas, dos diferentes mercados e escápulas. Toda a correspondência de cônsules e mercadores venezianos nas escalas do Levante como em Sevilha e Lisboa é um repositório inesgotável de tais informações. Mas também a praça de Lisboa tem de estar a par do que se passa em Veneza: e assim, por exemplo, em 1505, vem um relatório preciso dos carregamentos das galés de Alexandria e Beirute, especificando as quantidades das várias especiarias e o preço de cada uma delas a partir de 8 de Junho (T. T., C. C., P. I., m. 9, n.º 121). Na sua espantosa geografia de todo o Oriente para lá do Cabo de Boa Esperança, Duarte Barbosa dá-nos uma lista dos preços correntes na praça de Calicute, à volta de 1516, para umas 48 especiarias e drogas, definindo com cuidado as unidades de peso

ou medida e monetárias em que os exprime, e as condições da mercadoria para cada preço («fresca e bem escolhida»; «miudo e não tam bom»; «mui bem pesado»). A não menos preciosa *Suma Oriental*, sincrónica do Livro de Duarte Barbosa, indica os diferentes sistemas de pesos e medidas, as diferentes moedas em circulação, e o seu autor, o boticário Tomé Pires, vai ao ponto de apresentar estimativas da produção das várias especiarias e drogas nos respectivos centros produtores. De 1554 é o *Lyvro dos pesos da Ymdia, e assy medidas e mohedas*, de António Nunes, em que, de Sofala à China, se registam com precisão e rigor esses elementos quantitativos de tanta importância quer para o trato quer para as finanças públicas; não se omite a maneira de medir ou pesar, a unidade em que se expressa cada artigo («O ambar se vende por maticaes d'Ormuz, que são 60 no marco»; «O almiscre em papos se vende por maticaes de Xirás, de 50 no marco»).

Não se trata apenas de recolha de dados numéricos, vai-se até a um começo de elaboração, para definir globalmente certos conjuntos ou analisar certos ramos de actividade produtiva e comercial. Numa «Enformação da pimenta, das ilhas de Maluquo e das ilhas de Bamda», de cerca de 1540, estimam-se as produções de cravo, noz e maça lugar por lugar das várias ilhas produtoras, e no conjunto — «averá em cada hũ anno 1 560 baares de noz e maça hũs annos per outros»; comparam-se os preços lá e em Cambaia, os custos de transporte («Pera atravesar e apanhar e comprar toda esta fazenda na monção pera V. A. averá mester três jumquos de gramdura de 1 300 baares, e cada jumquo desta cargua averá mester ij b^{c} cruzados d'empreguo afora os gastos d'esteiras e carretos e outros comcertos»). Atende-se à diferente valia consoante os mercados, definida numèricamente («D'empreguo de 5000 cruzados em Chaul ou Cambaia valerá em Maluquo mais o dobro») ([22]). Um exemplo plenamente elucidativo desta mentalidade quantitativista e voltada para a previsão, vamos encontrá-lo num Orçamento do custo da pimenta de 1558: entra-se em conta com os diferentes mercados fornecedores, os preços de compra em cada um, os respectivos direitos aduaneiros, corretagens, gastos de embarque, e mesmo com a incidência das despesas do Estado português nessas cidades em feitorias e fortalezas; atende-se às quebras na pesagem e na viagem, aos riscos do mar, calculando a média dos naufrágios («e segundo os tempos que até aqui são passados de perdas de naus em cada monção, lembrando — o que Deus não permita por sua misericórdia acontecer — perder-se uma nau das cinco deste orçamento, feito conta à pimenta que lhe cabe soldo a livra, que são 3 700 quintais limpos de todas as quebras»); computa-se a despesa de estadia das naus do Reino em Cochim ou Goa, sem esquecer a diferente tonelagem delas; e até se faz entrar no cálculo final o custo da armada de guarda da costa do Malabar (T. T., C. C., P. I., m. 103, n.º 31). Estes orçamentos, como os orçamentos gerais do Estado, baseiam-se no cálculo da média de um certo número de anos antecedentes — sempre que possível, oito, pelo menos três; e joga-se depois com esse número obtido «per maça».

O corso francês representa, a partir de 1513, uma grave ameaça à navegação portuguesa, ameaça que culminará dramàticamente a meio do século. O rei não se limita a ordenar, como fizera no começo do seu reinado, um inquérito a todos os que foram roubados pelos Franceses no mar, com o fim de se estabelecer uma relação completa dos navios apresados e de a apresentar como base de uma reclamação diplomática. Agora, além de ordenar também a suspensão da navegação para Norte e Poente, e de tomar medidas militares navais, manda arrolar em todos os portos do reino os navios mercantes e de pesca, com os nomes

[22] T. T., Armário 25 do Interior da Casa da Coroa, maço único, n.º 95.

dos senhorios e mestres, a indicação da tonelagem e de se dispõem ou não de artilharia a bordo, e em caso afirmativo qual o número e a natureza das peças ([23]). Trata-se, pois, de recolha intencional de factos numéricos, e não já no campo demográfico ou fiscal, segundo normas definidas, a fim de servir na tomada de decisões políticas: estamos realmente na estatística.

PRECISÃO DESCRITIVA

Toda a arte náutica dos descobrimentos implica o número e enraiza essa atitude voltada para a quantidade. Não chegaram até nós roteiros ou regimentos de navegação portugueses do século XIV nem sequer dos dois primeiros terços de Quatrocentos; mas o próprio facto de se multiplicarem a partir de *Este livro é de rotear*, datável de entre 1480 e 1485, e o evidentíssimo progresso que deste distancia o *Esmeraldo*, de uma vintena de anos posterior, traduzem a crescente preocupação pelo que pode medir-se e exprimir-se quantitativamente e pela descrição precisa. O primeiro roteiro referido indica o rumo da rota, a distância estimada e algumas conhecenças, em certos casos o número de braças de fundo («Sabe que do ryo de Sam Joham à aldea do Torto ha três légoas. E do ryo de Sam Joham pera a aldea do Torto acharás hũa terra toda grossa feyta em montes e tem hũas barreyras vermelhas...»; «Sabe que... e podes pousar em xiiij ou em xv braças seguro e acharás limpo, e nom te deças das vij e viij braças pera bayxo por bem de huã bayxa que está amtre aldea do Torto e a fortaleza; e d'aldea do Torto aa fortaleza ha três légoas.» f. 307v). No *Esmeraldo* as distâncias do rio à aldeia e desta ao castelo são exactamente as mesmas, mas acrescenta-se o rumo da rota no primeiro caso. Descrição do roteiro anónimo: «E este ryo de Sam Joham faz huã grande enseada que ha de huã banda a outra cinco légoas; e podes pousar em toda esta baya, todo he limpo, acharás xij e xiiij e xb braças, e se pousares em vj ou em vij ou em viij guar-te do que vires.» Duarte Pacheco dirá: «este rio he muito pequeno e estreito, e nam tem na boca senam braça e mea de preamar, a qual boca nam parece senam sendo homeem muito perto dela; e aqui estaa hum lugar que se chama Saama, que será de quinhentos vezinhos,...»; «hũa muito grande baya ou enseada que tem mais de duas leguoas em roda, e de ponta a ponta hũa grande léguoa; e quasi no meo desta enseada estaa a boca do dito rio; e esta baya he muito apercelada, e todo o navio que aqui houver de surgir, deve pousar pelas dez ou doze braças e nam se chegue mais pera a terra; e aqui estaraa a hũa leguoa da mesma terra em fundo limpo, d'area.» (Liv. II, cap. 4). Esta comparação revela o progresso na construção lógica, a maior capacidade de escolher o que é significativo e a maior precisão descritiva. O *Esmeraldo* insere, além disso, as latitudes. Na *Crónica dos feitos de Guiné* (1453-1468) falta totalmente a indicação de latitudes (como aliás no roteiro citado, posterior embora), só duas vezes se indicam profundidades, nas distâncias, raras, os erros vão de 22 % a 55 %, para todo o litoral a sul do cabo Não até o rio S. Domingos (Cacheu) apresenta apenas onze topónimos (mas no mapa de Andrea Bianco, de 1448, lêem-se já 35). Não tem sentido comparar uma crónica com um roteiro ou com um manual de navegação; mas se compararmos a obra de Zurara com a de Castanheda ou a de João de Barros, a três quartos de século de intervalo daquela, teremos o caminho percorrido nas atitudes mentais (veja-se, por exemplo, a descrição da costa do Malabar nas *Décadas*

([23]) «Arch. Hist. Portuguez», vol. II, pp. 243-253 (A marinha mercante do Norte de Portugal em 1552) e vol. VI (Defesa da navegação de Portugal contra os Franceses em 1552).

da *Ásia:* no Quinhentismo, os próprios cronistas narram referenciando sempre a um espaço definido com minúcia e rigor de roteirista e mareante).

A nova atitude é a de D. João de Castro, que o leva a estar tantas vezes «metido debaixo das bravas ondas por saber o fundo das barras e pera que parte endereçavam os canais, e entrada dos rios, até então nunca lavrados, cobertos de mato bravo; e assi mesmo que pera alcançar a verdade das rotas, fluxos do mar, voltas e remansos dos rios, abrigo de enseadas, diferença das agulhas, altura das cidades, e fazer távoa de cada lugar e rio.» E por isso os quinhentistas não concebem que as primeiras navegações não fossem já movidas e guiadas por esse espírito de indagação exigindo a verificabilidade e servindo-se de aparelhagem de medida com vistas ao rigor e à precisão. Pedro Nunes escreverá: «Ora manifesto é que estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes não se fizeram indo a acertar; mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geografia, que são cousas de que os cosmógrafos hão-de andar apercebidos». Esta concepção humanista, que não corresponde à realidade histórica da primeira metade de Quatrocentos, dá-nos, precisamente no seu equívoco, a amplitude da revolução mental que entretanto se operara.

Os instrumentos e as regras: o mesmo é dizer, a possibilidade de verificar, pela medida, a conformidade ou não de certa asserção com o real — existência, pois, de critérios para distinguir o que é do que não é. Mas, do número, tal exigência vai alargar-se aos aspectos qualitativos, à descrição e notação das cousas e dos seres.

FANTÁSTICO E REAL

Na Cristandade medieval as ideias acerca das diversas regiões do globo, das ilhas e dos mares, das serras e dos desertos, das plantas e dos animais — e dos próprios homens — provêm no essencial do *De situ orbis* (entre 41 e 45) de Pompónio Mela e da *Historia Naturalis* de Plínio o Velho († 79). A partir destes dois autores, que povoaram o orbe de maravilhas e dão uma imagem em que realidade e fantasia estão inextricàvelmente combinadas, é toda uma linhagem de resumos e compilações, derivados uns dos outros, sem originalidade nenhuma, sem jamais se regressar ao contacto com o mundo observável. No século III, Solinus compila Pompónio Mela e Plínio, na *Collectanea rerum memorabilium;* em começos do século V, Paulus Orosius compõe a sua manta com retalhos principalmente de Plínio e Solinus. Com base nestes dois e em Orosius, reúne Isidoro de Sevilha († 636) uma enciclopédia de todos os conhecimentos, as *Etymologiae,* que serão uma das obras chave da cultura cristã da Idade-Média. Delas derivam o *Liber Glossarum,* do início do século VIII, embora também utilize Orosius, o *De natura rerum* de Bede o Venerável († 735), o *Liber de universo* de Rabano Mauro (856), o tratado geográfico do monge Dicuil, que se serviu ainda de um pequeno resumo do século V, e o anónimo *De situ orbis* de 870. Cerca de 1100, a *Imago Mundi* de Honorius Inclusus, fonte de toda uma literatura posterior, amalgama Isidoro e Orosius, citando ocasionalmente Solinus, Santo Agostinho e Bede. Das *Etymologiae* e da *Imago Mundi* é uma compilação abreviada a *Semeiança del Mundo,* de cerca de 1223, a primeira obra de geografia em romance peninsular e que deve ter sido conhecida em Portugal pouco depois. Nessa linhagem entronca a famosa (e apócrifa) carta do Preste João, que começou a circular a partir de 1165. Em 1410, a *Ymago Mundi* de Pierre d'Ailly continua a seguir Plínio, Solinus, Orosius, Isidoro.

Qual a concepção da natureza que esta longa tradição livresca de um mesmo fundo interminàvelmente ruminado impôs e traduz? Notemos, antes de mais, que

é uma geografia completamente anacrónica, que nos dá, em pleno século XIII ou até no XV, a situação das várias regiões tal como era (se assim podemos dizer) na Antiguidade — sem atender, por exemplo, ao Islame. O mundo é um acervo de monstros, prodígios, maravilhas. São, perto das nascentes do Ganges, os Astonei sem boca, que vivem de cheirar certas plantas, não comendo nem bebendo; são, na Índia e noutras regiões, os homens que comem cobras e vivem até os 400 anos devido a essa carne; a oeste dos trogloditas, a tribo dos seres humanos sem pescoço e que têm os olhos nos ombros; na Índia, de novo, os homens com um só pé mas que saltam com surpreedente agilidade e que, deitando-se de costas, se servem dele como sombreiro, tão grande é; são os antropomorfos com cabeça de cão e que ladram em vez de falarem, se vestem de peles de animais e vivem da caça. A apócrifa carta do Preste João não se limita a fazer brilhar a miragem de nunca vistas riquezas e a acumular uma fauna real mas de regiões diversas — os camelos, os leões, os tigres, os ursos, as águias, as serpentes. O Preste, dono de fabulosos tesouros, habita um palácio de ébano e cristal, com tecto de pedras preciosas adornado de estrelas, sustentado por colunas de ouro; o mais poderoso monarca do orbe, suzerano de dezenas de reis, senhoreia as três Índias, rodeadas e atravessadas pelos rios que nascem no Paraíso Terreal, opulentas de pedras preciosas, ouro, prata e pimenta; à mesa do rei-sacerdote sentam-se o patriarca de S. Tomé, os bispos de Samarkande e Susa e trinta mil visitantes. O legado da geografia mítica da Antiguidade vem incorporar-se nestas visões aliciantes, dir-se-ia que de contos muçulmanos: desde os unicórnios ao pigmeus, passando pelo reino das Amazonas e pela fonte da eterna juventude. Com os senhorios do Preste confina o mar de areia cuja «arrebentação é rapidíssima, produzindo temíveis ondas». Ninguém o pode atravessar, excepto esse rei, levado pelos grifos; tudo o que aí naufraga se transforma em pedras preciosas. Este mar de areia e pedras, com verdadeiras ondas, passará para as «Viagens» de Mandeville. A pimenta cresce espontâneamente no território do Preste, no meio de outras árvores e das serpentes; quando está madura, deitam fogo à selva para queimar as serpentes, e com o lume ela, de branca, torna-se preta! Esta errada ideia e a descrição dessa suposta prática de lançar o fogo ao mato para afugentar ou destruir os animais daninhos, vamos reecontrá-las na *Semeiança del Mundo*, em que a referência à existência dessa especiaria e as que se fazem aos elefantes que dão o marfim, às pedras preciosas, às conchas para fabricar cal e às cheias do Nilo são as únicas que põem uma nota de realidade (mas, como vemos, deturpada logo por tais efabulações) na descrição das Índias: pois no resto esta não passa de uma reunião de todo o rol das maravilhas tirado, pelo canal de Isidoro, de Plínio: os cinocéfalos; os que comem peixe cru e bebem água salgada; os que nascem brancos e se tornam negros com a idade; os macróbios com corpo de leão e asas e garras como as águias, os quais lutam com os grifos; os homens sem cabeça e que têm os olhos nos ombros... nada falta.

Todo esse mundo para nós fantástico — e a ornamentação românica e gótica não é, em boa parte, dele uma espantosa ilustração, sob a influência da arte oriental? — impera ainda em Trezentos e até em Quatrocentos, em certos círculos mais fechados na cultura livresca, tradicionalista. Vamos deparar com esse rol de prodígios e maravilhas nas «Viagens» de Mandeville, de cerca de 1370, que aliás o caldeia com o manancial das descrições de Marco Polo e de outros viajantes que nos deram a primeira visão da realidade extra-europeia; e também com ele deparamos na *Ymago Mundi* de Pierre d'Ailly. Em começos do século XV Frei Baltasar de Vila Franca copiará em Portugal os vinte livros das *Etimologias* de Isidoro de Sevilha, que aliás serão editados lá fora no século XVI. Além das cópias manuscritas, a obra de Pierre d'Ailly também sairá dos prelos. Mandeville será espalhado por nada menos do que oito edições no século XV, e sairá dos

prelos de Valencia em 1521 e 1533. A ideia de Paraíso Terreal, onde nascem os quatro grandes rios, encontramo-la, por exemplo, na chamada carta do Preste João, do século XII, na *Semeiança del Mundo*, do século XIII, nas «Viagens de Mandeville», do século XIV, para nos limitarmos a estes exemplos. Ora o mapa-do-mundo de entre 1482 e 1488 que está na Biblioteca Universitária de Leiden ([24]) e o da Bibliothèque Nationale de Paris, de cerca de 1492, que La Roncière atribuía a Colombo, figuram ambos o Paraíso Terreal, no Oriente, lendo-se no segundo «longo tractu terrae et maris separatus». No *Esmeraldo* fala-se ainda dos cinocéfalos e das cobras gigantes que se dissolvem na água. Na *Urbis Olisiponis Descriptio*, de 1554, Damião de Góis discute a afirmação de Varrão, Plínio e Solinus, de que na Lusitânia as éguas emprenham pelo vento, e mau grado o cepticismo de Justino pende a aceitá-la porque os físicos admitem a procriação sem relação sexual; e quanto aos tritões de voz humana e aos homens marinhos, aduz até testemunhos de conhecidos seus que tendem a provar essa realidade na própria costa portuguesa.

Na chamada Crónica de Nuremberg de Hartman Schedel (1493) não é só um mapa-do-mundo de inteira concepção tradicional que pode ver-se: são também, em colunas marginais de duas páginas, os desenhos de todos os monstros descritos por Plínio e complacentemente retomados por seus sucessores. Mas como admirar-nos, se na bem mais tardia *Cosmographia* de Sebastião Münster, mesmo na edição de 1558, lá estão, a p. 1158 e repetidos a p. 1229, os desenhos do homem cujo pé descomunal serve de sombreiro, o cinocéfalo, o homem que tem o rosto no peito, e o liliputiano; vêem-se igualmente — e em nada menos de três páginas — os monstros marinhos e terrestres das partes setentrionais (pp. 911-3); o mapa da África insere ainda o desenho do homem com um só olho — ao lado de papagaios e elefantes. Mas no próprio mapa do Brasil de Lopo Homem-Reineis, de 1519, essa excepção na representação da paisagem, atente-se bem no insólito aparecimento, nesse ambiente tão realista, de um dragão alado de cuja fauce sai fogo. Nas iluminuras dos Livros manuelinos da Leitura Nova pululam os seres fantásticos: assim, na abertura do 4.º de Além-Douro, de cada lado do medalhão realista onde se vê um conjunto de navios, estão dois seres meio homens, meio cavalos.

Fantástico e real continuam pois a coexistir na cultura quatrocentista e até quinhentista, e o primeiro só será radicalmente eliminado quando se constituir, no século XVII, uma ciência mecânica da extensão. Mas Frei Gaspar da Cruz não deixa de ter razão quando escreve, em 1569, a propósito da geografia tradicional: «o que disseram os antigos dos Pigmeus que eram Scythas que viviam no extremo da Scythia, homens mui pequenos que pelejavam com os grifos por causa do ouro, consta ser fabuloso, como outras cousas que contavam de homens que diziam haver na Índia, que tinham as bocas muito pequenas e comiam o comer sorvido por pipa e pisado, e doutros que tinham um pé grande que lhe fazia sombra, alevantado sobre a cabeça. Estas e outras cousas» — repare-se bem nesta passagem — «que daquelas partes afirmavam, ficaram fabulosas depois que a Índia se descobriu pelos Portugueses.» (cap. IV do *Tractado das cousas da China e de Ormuz*). A observação efectiva do real, tão difícil ao homem, que entre si e o mundo interpõe tanta vez a cortina não diáfana do mito, é de facto uma grande conquista do Quatrocentismo e do Quinhentismo. Apontámos a persistência de dois «prodígios» na obra de Duarte Pacheco: são todavia os únicos, nesse manancial de dados precisos sobre um continente que estava a ser desvendado pela primeira vez. Conquista, desde as relações de Guiné do mercador

(24) Ver reprodução na ed. da *Ymago Mundi* de d'Ailly por Buron, t. III, est. XXIV.

veneziano Cadamosto, passando pela compilação feita por Valentim Fernandes principalmente quanto ao Noroeste africano, e pelo *Esmeraldo*, para chegar às grandes sumas orientais de Tomé Pires e Duarte Barbosa, e prosseguir nas precisas e exactas descrições das crónicas de Castanheda e Barros, no *Tratado breve dos rios de Guiné* de André Álvares de Almada — e tantos e tantos relatos de viagens ou quadros geográficos. Mas baste-nos reler esse memorial rimado que é a *Miscelânea*, de cerca de 1534. Embora Garcia de Rèsende diga

«E vimos monstros na terra,
e no céu grandes sinais,
cousas sobrenaturais,
grandes prodígios de guerra,
fomes, pestes, cousas tais:
dizem que em Chipre foi visto
mui grande número disto,
Roma, Milam, outras partes.
Vimos nigromantes artes,
que remedam Ante-Cristo.» (n.º 191)

a verdade é que os prodígios e maravilhas pràticamente desapareceram desta pintura do mundo que vai de Lisboa ao Extremo-Oriente. Vejam-se as estâncias relativas à Índia (62-120): é o deslumbramento das riquezas — mas são reais (especiarias e drogas, diamantes e outras pedras preciosas, panos ricos, metais) —, é a referência às práticas mercantis e às mercadorias ofertadas e procuradas, aos ofícios e indústrias; uma descrição irrepreensível da navegação («dous ventos, duas monções. / vaam sempre a popa, e vẽm» n.º 76), a indicação numèricamente precisa do salário diário, a descrição dos sacrifícios rituais, dos costumes sexuais, a definição das instituições políticas e do modo de herança

«seus filhos nam ham de herdar,
por das mães nam confiar,
e ha-de herdar um parente
filho de irmã ou de prima» (n.º 96);

indicam-se as características do sistema de castas, precisam-se os costumes funerários. Se há o deslumbramento do exótico, estamos mergulhados em plena realidade, movemo-nos no plano do observável, do que pode ser verificado. Está-se a transitar do plano do «tanto pode ser assim, como de outra maneira» e do «pouco mais ou menos», para o plano do «é assim tal e qual», para aproveitarmos, modificando-as, certas expressões de Lucien Febvre.

Não significa isto, repare-se bem, que se tenha descoberto a natureza em toda a multiplicidade de seus aspectos e que perante ela se assuma agora — séculos XV e XVI — uma atitude efectivamente científica — de busca de relações constantes construídas operatòriamente, com base na medida e exprimindo-se matemàticamente, levando à verificação experimental (à experiência provocada em condições bem definidas e que permitem operar). Sem dúvida a vista começa a sobrelevar os outros órgãos sensoriais — já no *Livro da Montaria*, redigido sob a orientação de D. João I, se afirma que o ver é o mais principal sentido (p. 16 da ed. Esteves Pereira). Mas em toda a pintura portuguesa quatrocentista e quinhentista falta a paisagem — surpreendente falta, em que se não tem reparado como se devia, obnubilados pela ideia algo preconcebida de que os descobrimentos *descobriram* desde logo o mundo e a natureza em sua plenitude. A paisagem será verdadeiramente inventada pelos Holandeses para fins do século XVI. Ela já se encontra,

é certo, na iluminura francesa de fins da Idade-Média. Convencional geralmente nos primitivos, flamengos ou não, embora num ou noutro caso o ambiente urbano seja dado (pensemos no fundo de «A Virgem e o chanceler Rolin»), não ausente por completo dos italianos renascentistas, conquanto tanta vez antropomorfizada e vista mitològicamente ([25]), o que é incontestável é que, à descoberta humana e social de um políptico como o atribuído a Nuno Gonçalves não corresponde, nem depois de sulcados todos os mares, de devassados todos os sertões, nenhuma descoberta pictórica, no meio português, em relação ao mundo dos seres e das cousas. Na própria cartografia a representação da paisagem é rara: aponte-se, quase como excepção, o Brasil no atlas de Lopo Homem-Reineis de 1519. Na *Ropica Pnefma* (1532) João de Barros distingue: «Ha hy uns pintores que se delectam em pintar nũus; outros tem mais gosto em o trapo; outros nam se lembram de si por paysages que sam mais contemplativas; e outros, leixam estas três partes, e tomam a do Romano. Cada um segue e obra o natural de sua condiçam e ingenho: uns imitando a natureza e outros a fantesia sem ordem. Porque os nuus, se sam perfectos, guardam regra de medida, conta, e porçam. A paysagem tem prespectiva e natural. Trapo, sem algũa ley destas, nam faz mais que cobrir, dobrar e pregar. Romano, segue monstros, que nam sam hũa cousa nem outra.» (f. Gij, p. 97). O feitor da Casa da Índia falava de um ponto de vista europeu; porque nas realizações nacionais não encontraria exemplos de todas essas categorias.

Existirá paisagem na literatura portuguesa quatrocentista e quinhentista? Tem-se afirmado quase sem discussão, e apresentado trechos comprovativos, mas trata-se possìvelmente de processo a rever. Rodrigues Lapa, analisando o *Cancioneiro Geral*, escreveu: «Este sentimento da natureza, que a antiga canção de amor não conhecia, e se refugiara, extático e indeciso, na cantiga paralelística, desponta agora como um dos temas da nova poesia.» Seria aliás de inspiração petrarquista, e o historiador da literatura logo precisa: «A natureza tornou-se um «estado de alma», reflecte em si, nas suas tintas sombrias, o desespero do pobre namorado.» Precisamente a poesia apontada como exemplo, a de Diogo Brandão, exibe-nos um puro cenário de papelão, sem quaisquer características pictòricamente definidas: o poeta vai «por esses montes, desastrado, suspirando», as suas lágrimas enchem as ribeiras, desce aos vales «mas ante crescem meus males», «Os doces cantos das aves, / mui suidosos» despertam-lhe amargura, «Os frescos prados e rios» não lhe curam, com a frescura, a sua desaventura; ha «bosques que se vam ao céu» e desertos: quer dizer que há de tudo — e não há de nada. Não vemos, como se fôssemos presentes (diria o Fernão Lopes) um conjunto concreto de formas e cores, um agrupamento natural de orografia, vegetação, animais. Não há, no fim de contas, paisagem no *Cancioneiro Geral*, como não a há em Bernardim, ou em Cristóvão Falcão — como a não havia nas crónicas do nosso primeiro cronista, que, apaixonado pelo movimento, é o contrário de um colorista ou até de um desenhador. O que realmente encontramos nos autores portugueses de então, são descrições desta ou daquela planta ou animal, tanta vez com fitos utilitários, são enumerações de produções, e pouco mais. Não dizemos que num ou noutro caso se não dêem as cores e seus matizes, os tons do céu ou das águas do mar ou dos rios, a luminosidade ou nebulosidade do ambiente, o recorte mais vivo ou mais esbatido das formas, e se não tente recrear um todo definido pela percepção visual; mas será raro, bem mais raro do que comummente se pensa. Abandonou-se em grande parte a poesia do fantástico (confundido evidentemente com o real), não para passar a um sistema de relações

---

([25]) Kenneth Clark, *Landscape into Art*, Londres (1949), reed. 1961, caps. 1 e 2.

científicas articulado à experimentação, nem para a substituir por uma visão pictórica, mas sim para a trocar pelo ponto de vista prático, essencialmente pragmático, que vê as cousas tais como são mas em função sobretudo das necessidades de uma sociedade dada. É, se quisermos, forçando um pouco a nota, ainda aqui a mundividência do mercador, é a laicização ligada ao trato da mercadoria. E no entanto a pintura é essencialmente religiosa nos temas e na inspiração, detém-se na figura humana: no retrato, mas no retrato dos grandes, não no dos elementos do meio mercantil e industrial (como falta a intimidade do lar burguês, outra descoberta, ou melhor, invenção da pintura holandesa e flamenga!). Correntes culturais contraditórias, pelo menos desajustadas, senão círculos em vaso fechado.

ESTE MUNDO TÃO MUDADO

Essas transformações prodigiosas sedimentam-se, por conseguinte, tanta vez contraditòriamente, com os múltiplos legados do passado, e afectam desigualmente os vários meios geográficos e sociais, os vários círculos culturais. Um momento chega, em que os homens se apercebem de todas essas transformações e sentem algumas pelo menos das contradições que elas implicam para a sua maneira de pensar e a sua vivência afectiva.

Em 1531 o Rei de Inglaterra indica à Senhoria de Veneza que de futuro escusa a ida lá das galés pois não levam já especiarias — agora vêm de Lisboa. Desorientação na república, acrimónia na discussão das razões dessa situação; os Cinco Savii alla mercatantie desculpam-se: «la colpa non é nostra, ma dil mondo mudado» [26]. Do outro lado da barreira, Garcia de Rèsende testemunha no fundo «deste mundo tam mudado» (n.° 307); por mais do que uma vez sublinha como seu objectivo a memória das «novas novidades» (n.° 306):

> «e as novas novedades,
> grandes acontescimentos
> e desvairadas mudanças
> de vidas e de costumes,
> tantos começos e cabos,
> tanto andar e desandar,
> tanto subir e descer,
> tantas voltas más e boas,
> tanto fazer, desfazer...» (Prólogo)

Tais «novas novidades» representam, em parte pelo menos, um progresso que assegura a superioridade dos modernos sobre os antigos. O florentino Andrea Corsali, navegando com os Portugueses, tomou consciência de que estas navegações mostram os erros de Ptolomeu: «Quest'isola [Ceilão] non pose Tolomeo: il quale trovo in molte cose diminuito: ne pose anchora dodici mila Isole che sono dalla costa di Monzambique andando sempre a camino verso le bande di Malacha, di sotto dell'Equinotiale. E vedesi per la navigatione de Portughesi, molto diminuito e falso nelle sue longitudini... Situò male la Taprobana, come per la carta del navigare, che Don Michiele di Selva orator del Re, recò a Roma, potrà V. S. comprendere.» [27] E pela mesma data, Tomés Pires, a abrir a sua *Suma Oriental:* «E se na tal devisão [da *Suma*] parecer algũa cousa supérflua

---

(26) *Diarii di M. Sanudo*, vol. LV, p. 191.
(27) Em Ramusio, I, f. 180r (refere-se a 1515).

ou minguada ou discrepante a cosmogija, frad'Anselmo e Tolomeu e outros nom pareça novidade, porque os taes mais por novas que por prática o sentirom; nós cá tudo passamos, exprementamos e vemos.» (p. 326 do vol. II da ed. A. Cortesão). Em 1532, João de Barros exteriorizará na *Ropica Pnefma* a mesma atitude e apreciação: «Acerca da cosmographia, com a grandeza dos mundos que os esclarecidos reys de Portugal descobriram, se agora cá viesse Ptholomeu, Strabo, Pompónio, Plínio ou Solino com suas três folhas, a todos meteria em confusam e vergonha: mostrando-lhe que as partes do mundo que nam alcançaram, sam mayores que as três em que o eles dividiram. E o mais confuso seria Ptholomeu, em a graduaçam de suas távoas: porque como passa de Alexandria, pinta-as com aquela licença que Horácio dá aos pintores e poetas. Peró em a Astronomia se salva, onde falou tam altamente, que fala como screvem todolos outros astrónomos que despois vieram.» (f. D iij, p. 51). Um quarto de século depois, Fernando Oliveira escreverá no seu *Livro da fábrica das naus:* «Poucas vezes se lee que os Gregos nem Latinos navegassem fora do seu mar Mediterrâneo, de que soomente erão capazes os seus navios: os nossos agora são capazes também do oceano todo per todo o mundo, ou mayor parte dele. O qual os nossos marinheyros em nossos dias descobrirão, e os seus nunca conhecerão. Mays louvor se deve nisto aos nossos, que aos Gregos, nem Latinos: porque mays tem feyto pela navegação em oytenta anos, do que eles fezerão em dous mil que reynárão. E mays perfeyções tem acrescentado a esta arte, do que eles nunca fezerão.» (cap. I, p. 154 da ed. H. Lopes de Mendonça). Comprazia-se António Sérgio em aduzir algumas frases triunfantes de Duarte Pacheco que revelam bem o orgulho de «viver sem engano das abusões e fábulas que alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar» e o orgulho do descobrimento: «que a melhor parte do saber de tantas regiões e províncias ficou pera nós, e nós lhe levámos a virgindade... e nestas cousas a nossa nação dos Portugueses precedeu todolos antigos e modernos em tanta quantidade, que sem repreensão podemos dizer que eles, em nosso respeito, não souberam nada.» E em certo passo do *Esmeraldo* ouve-se o grito de júbilo «sabe-se mais em um dia agora pelos Portugueses, do que se sabia em cem anos pelos Romanos.» Em Garcia de Orta rastreia Sérgio a mesma consciência da superioridade dos modernos sobre os antigos ([28]).

É, no conjunto, a atitude oposta à do humanismo renascentista, para o qual o paradigma estava nas realizações dos Gregos e dos Romanos e que a essa fonte de inspiração tendia a ir fundamentalmente beber: para o qual, por conseguinte, os Antigos, como modelo, são superiores aos modernos, embora estes sejam superiores, porque naqueles se inspiram, aos «Góticos», isto é, à «barbárie» medieval.

Mas, onde tal consciência da superioridade dos modernos sobre os antigos se gera, por se viver a gesta do descobrimento, é a ruptura com os quadros medievos donde se saía que é sentida como dilaceração. Que é a *Ropica Pnefma* do feitor da Casa da Índia, senão o pungente aperceber-se da contradição entre a nova maneira de viver, a nova escala de valores, a nova sociedade, e os fins da religião tradicional, e a tentativa de vasar na nova linguagem (pois o título significa «mercadoria espiritual») o apelo para a reconversão a tudo subordinar à salvação da alma? Barros chega a pôr na boca do Tempo um ataque cerrado ao uso das letras, e a esse anti-humanismo a Razão só dèbilmente responde (pp. 158-165 da ed. fac-similada). Quatro anos antes representara-se o *Auto da Feira:* ainda aqui o símile tirado da nova sociedade mercantil é uma arma de combate a essa

([28]) «O Reino Cadaveroso», em *Ensaios*, vol. II, pp. 30-4 da 1.ª ed.

sociedade: a dureza da crítica a Roma («Porque tu serás perdida / Se não mudas a carreira»; «Mas com teu poder facundo / Assolves a todo o mundo, / E não te lembras de ti.») é uma reacção da medievalidade contra a Renascença, como o fora também, sob outro aspecto, a *Exortação de Guerra*, de 1513 («Não queirais ser Genoeses, / Senão muito Portugueses», isto é, «Cobrae fama de ferozes. / Não de ricos, que é perigosa»). Qual é a lição que Garcia de Rèsende tira de tão espantosas mudanças do mundo? Da mundana glória não fica mais do que a memória; desta recolherá

«quem tever siso e saber,
que o por vir é passado:
tudo acaba, senam
amar Deos de coraçam,
e servi-lo de vontade;
tudo o al é vaidade,
e cousas que vem, e vão.» (n.º 307)

A instabilidade do mundo reconduz à ânsia da salvação.

A mudança do mundo, quando não leva a pôr directamente o apelo do regresso à pureza da fé, desajusta as maneiras de sentir, e há o espanto da própria mudança interior. Sá de Miranda escreve a João Roiz de Sá de Meneses:

«ando como homem pasmado»

e explica:

«chorando todo o passado,
temendo todo o porvir.» (Carta II)

Seria porque temia o porvir que Rèsende se queria convencer, depois de ter eloquentemente mostrado o contrário, que «o porvir é passado»? Na Égloga II de Bernardim Ribeiro, após o primeiro encontro com Joana,

«Hoje, por acaso estranho
— não sei em que hora aqui vim —
cobrei cuidado tamanho,
que aos outros todos pôs fim:
eu a mim mesmo me estranho.»

e lá vem a confissão crucial:

«Comigo me estou espantando
como em tam pouco mudei.»

Mudança súbita que o amor gera, e depois a estabilidade na tristeza, em contraste com a mudança das cousas:

«Os tempos mudam venturas,
bem o sei pelos passar,
mas por minha gran tristura,
nenhuns puderam mudar
a minha desaventura.
Nam mudam dias nem anos
ao triste a sua tristeza»

lamenta-se o poeta de Égloga de Crisfal. A mudança interior leva a ver mudada a natureza, e a mudança das cousas a sentir-se contraditòriamente sempre o mesmo, gerando-se desta contradição a incerteza. Leia-se o soneto XX de Sá de Miranda:

«Ó cousas todas vãs, todas mudaves,
qual é o coração que em vós confia?
E passa um dia assim, passa outro dia,
incertos mais que ó vento as naves.»

A paisagem transformou-se com a transformação do estado de alma:

«Eu vira já aqui sombras, vira flores,
eu vira fruta já, verde e madura,
ensurdecia o cantar dos ruiseñores.

Agora tudo é seco e de mistura:
também, mudando-me eu, fiz outras cores.
E tudo o mais renova, isto é sem cura.»

À geração activa sucedera, por volta de 1525-1530, a geração que talvez possamos chamar «romântica», a melancolia sucedeu à alegria, como Rèsende parece ter-se apercebido quando põe em contraste

«Vimos rir, vimos folgar,
vimos cousas de plazer,
vimos zombar, apodar,
motejar, vimos trovar
trovas que eram para ler.»
«E depois vimos cuidados,
paixões, descontentamentos,
muito malenconizados,
muitos sem causa agravados» (n.os 181 e 182)

transformação que não é apenas a da política ou de ambiente na côrte. Gil Vicente exprime-a ainda mais incisivamente no *Triunfo do Inverno:*

«Em Portugal vi eu já
Em cada casa pandeiro,
E gaita em cada palheiro,
E de vinte anos a cá
Não há hi gaita nem gaiteiro.
A cada porta um terreiro,
Cada aldeia dez folias,
Cada casa atabaqueiro;
E agora Jeremias
É nosso tamborileiro.»

No mais triste ratinho se enxergava alegria. Agora, se olhardes às cantigas,

«Todas tem som lamentado,
Carregado de fadigas»

E adiante volta a notar o contraste, pela boca de Brisco:

> «Tu te pensarás que el canto
> No sirve sino al placer?
> Pues yo te hago saber
> Que à los mas tristes es planto.»

À incerteza e pasmo, à nostalgia do passado e temor do futuro que a «geração romântica» tão delicada e subtilmente exprimirá, contrapõe-se, na anterior tábua deste políptico da mudança do mundo, a afirmação de confiança que acaba por levantar quase como um canto «A caça real» inserta no *Cancioneiro Geral*. Com a consciência da superioridade do moderno sobre a antigo, em paralelo com Duarte Pacheco, Tomé Pires e outros — nem Ptolomeu, nem Plínio ou Ulisses navegaram e souberam tanto — e a consciência da novidade

> «As novas cousas presentes
> sam a nós tam evidentes,
> como nunca outras gentes
> jamais virom mundo tal.»

Diogo Velho acaba por situar no porvir a idade de ouro.

> «É já tudo descoberto,
> o mui longe nos é perto,
> os vindouros tem já certo
> o tesouro terreal.» (IV, pp. 177-184)

VECTORES DA MUDANÇA ECONÓMICO-SOCIAL

Este mundo tão mudado: na complexidade de factores dessa mudança, a acção de um pequeno povo desta península durante milénios confim da terra habitada, e onde um contraste fundamental opõe a meseta — os altos planaltos desolados do interior, de clima continental — às ridentes regiões periféricas que se espraiam pelas bacias fluviais e beneficiam da influência do mar. Não é um dos temas caros a Pierre Vilar, esta respiração contrastada ritmando a história peninsular? Há, porém, que dar um passo mais. Outra oposição de que importa não minimizar o alcance: a das fachadas mediterrânea e atlântica — rumos traçados pela pertença a mundos tão diferentes. Entre a Catalunha e a Valência mediterrâneas e a Biscaia e o Portugal atlânticos, eis o meio-dia luso-espanhol em volta do Estreito, dilacerado entre o mar Interior e o vasto oceano, com a nostalgia da África fronteira... Pastores e cavaleiros das *sierras* e imensidões planálticas; mineiros e ferreiros, pescadores e embarcadiços das costas setentrionais; jardineiros das *huertas* e homens do mar do Levante e do Sul; iremos já falar das gentes da banda extremo-ocidental: diversidade geográfica, diversidade cultural, diversidade económico-social. Nesta manta variegada, o perseverante estender das garras dos cavaleiros do centro sobre a apetitosa periferia, a subida dos mercadores e da civilização urbana do desembocar dos rios para o coração da meseta, atraídos pela lã: factores de unidade, pelo menos de articulação.

Recortado nesta manta, um território de 89 000 km², definido pràticamente desde fins do século XIII. Aqui vivem, quando dealba o século XV, cerca de um milhão de habitantes. Clareiras entreabrindo imensas florestas, oásis animando e pintalgando extensões desoladas. Povo de camponeses e de pastores, que vende para o estrangeiro os seus azeites e os seus vinhos, os seus coiros e a sua grã

de tinturaria, a sua cortiça e os seus frutos. Mas povo também das gentes da ribeira do mar, que se consagram à produção do sal e à pesca, ao tráfico marítimo até Bruges e Londres, duma banda, até o Mediterrâneo levantino, doutra banda. Em 1527, serão um milhão e quatrocentos mil, ao lado de uma Espanha que conta sete milhões — cinco vezes mais —, quando a população da França é de 14 milhões, a da Itália de 12 e a da Grã-Bretanha de 4, ao passo que em Marrocos vivem mais de 6 e no império turco uns 16 milhões; a população da Índia orçará por uns cem milhões, parece que a da China não excede oitenta.

1415: a tomada de Ceuta. Um século e meio mais tarde os Portugueses estão estabelecidos em Macau e os seus *kurofunes* — navios negros — frequentam os portos japoneses; *casados* vivem nas Molucas e na ilha de Timor, em Bengala e no Pegu, enquanto aventureiros estão ao serviço do Grão Moghol. Os engenhos de açúcar povoam o litoral brasileiro, e já as temerárias e intemeratas *bandeiras* exploram o sertão até o Potosi e a Amazónia é percorrida. Em África os enviados do rei de Portugal visitaram as capitais do ouro — Mali e Gao —, outras *bandeiras* sobem o Zambeze até o Monomotapa e da costa angolana internam-se em demanda da Serra da Prata. Há conventos portugueses em Bassorah e na Pérsia, e Portugueses acompanham os Venezianos e Arménios nas caravanas que daquela cidade do golfo Pérsico vão a Trípoli de Síria e Alepo. Viajam mercadores e marinheiros portugueses a bordo dos navios espanhóis que de Manila levam a seda a Acapulco para voltarem com a prata. Todos os anos os bancos de bacalhau da Terra Nova vêem surgir as velas lusitanas, que por outro lado frequentam os portos de Biscaia e de França, levam o açúcar a Veneza e o peixe a Chios e Constantinopla. De Guiné e Angola, os veleiros portugueses transportam os negros para as Antilhas, donde trazem o ouro.

As caravelas com a cruz de Cristo referenciaram os arquipélagos atlânticos, traçaram a forma da África, revelaram o Brasil e exploraram o Atlântico meridional, assim como uma parte do setentrional, ligaram os oceanos Atlântico e Índico. Assim os Portugueses realizam a síntese da arte de navegação mediterrânea, da náutica astronómica e arte de navegar no Atlântico, que eles criaram, e da náutica oriental. Por isso, enquanto o espaço atlântico só com extrema lentidão foi definido — um século decorre entre a instalação na Madeira e a descoberta do Estreito de Magalhães, e ainda em 1520-1530, como vimos, quantas não são as sombras e incertezas! —, foi com fulminante rapidez que se descobriram e definiram (do ponto de vista europeu) o oceano Índico e os mares da Malásia. Uma só viagem permitiu ligar o Cabo de Boa Esperança à costa ocidental da Índia, e assim fixar o traçado da nova rota das especiarias. Desde a segunda penetração no Índico, Diogo Dias efectuava o primeiro périplo africano, entrando no mar Roxo — estamos em 1500. Só uma década decorre entre a chegada a Calicute e a chegada a Malaca; em 1512 os Portugueses atingiram as Molucas, logo a seguir aparecem na China.

Do reinado de D. João I a meados de Quinhentos, Portugal conquistou e manteve várias cidades marítimas de Marrocos, onde obtém o ouro, o cobre e os panos, e a partir das quais se esforçou por dominar os «oceanos de cereais» e as zonas de criação de gado, ao mesmo tempo que pretendia deitar a mão aos mercados do açúcar. Mais ao sul, os Portugueses frequentam as costas saarianas e guineenses a fim de embarcarem ouro e escravos, em breve também a malagueta e a pimenta de rabo. Entretanto os seus camponeses e pastores arroteiam as ilhas, semeiam aí o trigo e criam gado miúdo e grosso, introduzem a vinha e a cana sacarina. A experiência insular será repetida e alargada do outro lado do oceano, enquanto as naus regressam de Cochim ao Tejo ajoujadas de pimenta e canela, de panos de algodão e porcelanas. Para lá do Cabo de Boa Esperança os Portugueses incrustam-se em todos os tráficos do oceano Índico

e do Extremo Oriente, e no Conção e Guzerate marítimo conseguirão senhorear regiões agrícolas cujo contributo não é de desprezar, enquanto não chega o momento de senhorearem Ceilão.

Durante todo o século XVI, as esquadras portuguesas detêm incontestável hegemonia no oceano Índico, e até 1570 nos mares malaios; o Atlântico entre a África e o Brasil está sob a sua dominação. Durante um século, o comércio português usufrui o monopólio da rota do Cabo e dos tratos cristãos de Moçambique e Malaca; só a partir de 1565, com o estabelecimento da rota de Acapulco a Manila, terá de enfrentar uma concorrência cristã nos portos da China e do Japão, de que até aí açambarcava os riquíssimos resgates. O tráfico negreiro e o comércio marítimo do ouro, da malagueta, do marfim sudaneses pertenceram, quase sem contestação, às caravelas portuguesas de 1440 a 1510-1515, e a primeira metade do século XVI não abre brechas demasiado graves neste monopólio; durante o terceiro quartel de Quinhentos, os Portugueses conservarão ainda o melhor quinhão.

Algumas dezenas de mercadores portugueses estão estabelecidos em Antuérpia, há um bairro português em Sevilha, um terço de Buenos Ayres é portuguesa, a Inquisição persegue-os em Lima e no México. Feitorias portuguesas funcionaram regularmente na Flandres e em Londres, na Andaluzia, em Florença, Nápoles, Veneza, até em Chios, bem como em Oram, em Fez e várias cidades marroquinas, em Arguim e no próprio Sáara — Uadam —, nos rios de Guiné e na Serra Leoa, nas costas da Malagueta e da Mina e em Benim, no Congo, em Angola, no Brasil e no Rio da Prata, salpicaram a costa oriental de África, a costa da Arábia, o golfo Pérsico, as duas fachadas da Índia, as ilhas Maldivas, Samatra — para quê continuar?

Assim se edificou um império à escala do globo, oceânico, o mesmo é dizer, comercial, sem dúvida, mas também fundiário e agrícola. Assim surgiram as cristandades exóticas. Assim se desenrolou a espantosa diáspora dos Portugueses trasvasando por todos os mares, ilhas e terras firmes. Rumos de Portugal e dos Portugueses, rumos do mundo: inextricàvelmente interferentes, confundidos. Por toda a parte presente, não poderá uma tal economia iluminar, se não chega mesmo por vezes a comandá-las, as pulsações da economia mundial, ou melhor, de uma série de «complexos» económicos imbricados uns nos outros, nesses séculos de Quatrocentos e de Quinhentos? E como surpreendê-la e compreendê-la sem a integrarmos nesse conjunto de complexos do orbe inteiro?

As viagens oceânicas e a dispersão dos Portugueses a todos os ventos, a sua fixação além-mar afundam raízes nas profundezas da vida nacional antecedente, mas em conjugação com uma conjuntura geral de depressão longa. Não entendamos por tal qualquer crise mais ou menos duradoura simplesmente no trato do Levante, que a não houve a não ser na medida em que aí se reflectiu um contexto bem mais vasto, e não relacionemos tal curva descendente com a progressão otomana, que dela não é de modo algum culpada ([29]). Um indicador para o quadro português: as receitas públicas contraíram-se de metade durante o último terço do século XIV, e a redução do contributo da alfândega de Lisboa é talvez ainda mais considerável.

Os sucessivos movimentos de «inovações» (no sentido de Schumpeter) que os descobrimentos e todo o expansionismo representam só muito lentamente arrancaram uma recuperação duradoura. Quando se entra no último quartel de Quatrocentos os recursos de que a coroa dispõe são ainda, ao que parece,

---

([29]) Permitimo-nos remeter para a nossa *Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, 1962, para tudo quanto diz respeito à génese e primeiros rumos do expansionismo

inferiores ao que tinham sido no ocaso de Trezentos. Mas o Estado, nesse momento nas mãos da nobreza, está muito provàvelmente em atraso em relação aos negócios particulares. Aliás, o ouro da Mina vai começar a afluir, e durante o reinado do Príncipe Perfeito duplicará as receitas públicas: uns 120 000 cruzados, quando as restantes se elevam apenas a 126 688; e aquele contributo avolumar-se-á ainda. O monarca português torna-se verdadeiramente «il re di l'oro».

O século XVI abre com o êxito espectacular do traçado, pela primeira vez na história mundial, de uma carreira marítima regular entre a Europa atlântica e a Índia. Meça-se, antes de mais, este contributo novo das especiarias e drogas em comparação com o do metal amarelo:

	Médias anuais das somas recebidas pelos tesoureiros gerais (em cruzados)	
	Casa da Mina	Casa da Índia
1476-1481	38 200	
1486-1488	132 955	
1488-1497	180 882	
1507-1514		204 782
1515-1516		334 069
1517-1521		703 368 (30)

Por conseguinte, já durante os anos de 1507-1514 o movimento da tesouraria geral da Casa da Índia ultrapassa o movimento da Casa da Mina no período que a viagem do Gama encerra. O ano de 1515-1516 representa um aumento de 65 % em relação à média antecedente, enquanto o período de 1517-1521 mais do que duplica o movimento desse ano e está em progressão de 250 % por referência aos anos de 1507-1514.

Convém, em seguida, pesar o quinhão que cabe respectivamente ao ouro e às especiarias no conjunto dos recursos do Estado (em cruzados):

	1506 (31)	1518-1519 (32)
Reino	173 000	245 000
Alfândega de Lisboa	24 000	40 000
Ouro da Mina	120 000	120 000
Escravos e malagueta da Guiné	11 000	?
Açúcar da Madeira	27 000	50 000
Açores	2 500	17 500
Ilhas do Cabo Verde	3 000	?
Pau Brasil	5 000	?
Especiarias asiáticas (33)	135 000	300 000
Feitoria de Antuérpia e outras	?	?
Total	mais de 500 500	mais de 772 500

(30) Segundo as cartas de quitação publicadas por Braamcamp Freire no «Arch. Hist Port.».

(31) Quadro tirado de Cà Masser (p. 94 da ed. Peragallo), mas corrigido e completado com dados das cartas de quitação.

(32) Quadro estabelecido por Braamcamp Freire, mas corrigido e completado por nós.

(33) Números obtidos supondo um lucro de 50 % sobre a média das quantidades de especiarias desembarcadas, avaliadas ao preço da mais barata — a pimenta. Se tais números pecam, só pode ser por defeito.

Deste modo, o ouro e as especiarias representam metade do dinheiro entrado nos cofres do Estado, quando este dispõe já de outras receitas coloniais que não são de desprezar e de receitas metropolitanas em acréscimo. O contributo de metal amarelo permanece constante, logo a sua importância diminui, ao passo que o contributo das especiarias chega a exceder, só por si, o montante das receitas cobradas na metrópole. O rei do Ouro passa a ser o rei da Pimenta, o esplendor da rota do Cabo ofusca os clarões da rota da Guiné.

Em 1537 — sombrios dias da ameaça turca — o embaixador espanhol sublinha com muita justeza que «el trato de la Yndia» «es el caudal de todo lo de aca.» E o mesmo, seis anos depois, anunciando a perda de uma nau, comenta: «questa cosa de aca de la India es muy gruesa» ([34]). Ainda tão tardiamente como 1581 o Marquês de Santa Cruz não será menos peremptório: «...el trato, y comercio de la India, que es de la importância que se dexa considerar, pues si este faltasse vendria este Reino en gran diminucion» ([35]).

Se o comércio das Índias Orientais constitui assim o soco em que assenta a economia imperial, a «especiaria» é, por seu turno, o essencial da conservação do estado luso-indiano, porque não é possível manter as armas sem o comércio, neste caso sem o proveito do tráfico das especiarias — Barros, cronista que se situa no ponto de vista da cruzada, ao mesmo tempo que feitor da Casa da Índia, estava bem colocado para disso ter plena consciência ([36]). Como D. Duarte de Meneses descansava no vèdor da Fazenda os negócios da pimenta, o governo de Lisboa lembra com dureza ao vice-rei, em 1587, que «he hũa das principaes obrigações dos Viso Reys, semdo a pimenta a substância da India...» ([37]). Vale a pena repetir, para bem reter, esta frase: a pimenta é a substância da Índia portuguesa. Ainda em 1608 Lisboa chamava de novo a atenção de Goa: «como a pimenta seja a cousa mais importante que dessas partes vem» ([38]).

Mas os tempos mudavam ràpidamente. Em 1577 Sassetti podia ainda estimar que «non sarebbe impossibile cosa che noi [os Toscanos] vivessimo senza le merci che vengono di Levante: che quanto è per le spezierie, di Portogallo ne vengono altresi in quantità maggiore» ([39]). Ora, em 1606 uma nau marselhesa desembarca em Lisboa anil, noz muscada e incenso, que a cidade provençal recebera das Escalas do Levante. Adivinha-se sem esforço a emoção que isso provocou nos meios governamentais: em 20 de Novembro promulga-se um decreto que reserva a entrada em Portugal ùnicamente às drogas transportadas pelas naus portuguesas que vêm da Índia ([40]). Em princípios do segundo quartel do século XVII as quantidades de pimenta chegadas já não bastam para pagar as despesas consignadas nas suas vendas ([41]); ainda mais grave: em 1627 o preço de venda deixa de cobrir o custo ([42]). São agora os direitos sobre o açúcar que representam mais de metade das receitas da alfândega de Lisboa ([43]). O açúcar substitui a pimenta, a rota do Brasil relega para a penumbra a rota do Cabo, o império, de oriental, torna-se atlântico.

Em suma: o ouro, a pimenta, o açúcar — enquanto, com o século XVIII, não se volta ao primeiro — formam sucessivamente os alicerces do Estado portu-

---

([34]) Simancas, E 371 (Évora, 8-V-1537) e 373 (10-VIII-1543).
([35]) Gentil da Silva, *Alguns documentos*, p. 55.
([36]) *Década* II, Liv. III, cap. I.
([37]) Lisboa, 10-I-1587 («Arch. Port. Oriental», fasc. III, Parte 1.ª, p. 67).
([38]) Lisboa, 23-II-1608 (*Livros das Monções*, vol. I, p. 191).
([39]) *Lettere*, p. 115.
([40]) AHU, Índia, caixa 2.
([41]) Do Rei, 3-V-1626 ((AHU, Índia, caixa 9).
([42]) Solis, *Alegación*, f. 2.
([43]) B. N. Madrid, 2362, f. 251.

guês, monarquia mercantil monopolizadora. Todavia este duplo esquema dos «ciclos» caracterizados por um produto dominante e do monopólio do Estado-mercador só pode servir de primeira e assás grosseira aproximação. Sempre e por toda a parte é o borbulhar das iniciativas e o pulular dos agentes económicos que fazem a expansão e edificam o império.

Vejamos o que acontece em Marrocos: os Portugueses instalam-se nos termos das caravanas do ouro e pretendem controlar os campos de pão e apropriar-se do gado; mas visam igualmente os mercados açucareiros e do anil, e das suas bases marroquinas interceptam com proveito a florescente navegação muçulmana, até a extinguirem. Na Madeira e nos Açores desbravam a fim de ceifar as messes e colher as uvas, plantam a cana para ter a trabalhar os engenhos, apascentam os rebanhos e manadas — ou deixam o gado multiplicar-se à solta —, apanham as matérias tinturiais e abatem as árvores para a construção naval e a marcenaria. Nas Canárias salteiam os povoados para carregar os navios de cativos, porque não conseguem lá instalar-se; mas também se abastecem de cores para tingir e de peles de foca, bem como de conchas com que obterão, nos rios de Guiné, o precioso pó *tibar* (o ouro). Este, também o adquirem graças aos alambeis (hambels) comprados em Safim e ao trigo da Madeira, ou em escambo de utensílios de cobre fabricados na Alemanha, vindos de Nuremberg. Os assaltos ao litoral guineense e às Canárias fornecem os escravos para as plantações e engenhos açucareiros e para todas as sortes de fainas — agrícolas, industriais, domésticas —, servindo ainda, pela sua venda para o estrangeiro, para obter metais preciosos; mas é frequente ter de se comprar o escravo, logo que pagar a compra com cavalos ou com as mesmas mercadorias que servem para adquirir o ouro. Ao mesmo tempo os pescadores portugueses frequentam as águas marroquinas, vão pescar ao rio do Ouro e avançam até aos bancos de Arguim, por um lado, aos bancos de bacalhau da Terra Nova, por outro. Não há que duvidar: em cada época a economia é um complexo, ou mesmo um conjunto de complexos geogràficamente definidos e que também o são cronològicamente, e é a estrutura de cada complexo que temos que deslindar ([44]).

O regresso à cunhagem do ouro em 1435 e o lançamento do cruzado em 1457 balisam os primórdios da recuperação geral, ligada à «inovação» da caravela. A partir de cerca de 1455 a expansão visa um outro objectivo: as especiarias africanas, que o topónimo Costa da Malagueta inscreverá nos mapas. Há talvez, porém, que esperar pelo ouro da Mina para que o incremento adquira firmeza e se generalize: graças a esse incremento poderoso e vasto as emissões de espécies brancas são estabilizadas (1489), alicerçadas nos progressos da mineração na Europa central e oriental. Daí um novo alargamento de alvos: as especiarias asiáticas, visadas desde a década de 1480; para atingir este novo alvo, a elaboração da arte náutica sobre uma base astronómica põe à disposição do comércio português os meios eficazes.

Aproveitando-se da desorientação de Veneza e do Mediterrâneo levantino, e contribuindo para a alongar em depressão de pelo menos um terço de centúria, Portugal estabelece a rota do Cabo e torna-se o mercado de distribuição à Europa e Maghrebe das especiarias e drogas, e em particular da pimenta. Ora, conforme escreviam de Constantinopla Piero Zen e Tomà Mocenigo em Julho-Agosto de 1530 «l'arzento va dove è il piper, et havendo Portogallo il piper, todeschi lo va a tuor a Lisbona» ([45]). Os comerciantes genoveses não conseguem, em 13 de

([44]) Vejam-se os nossos artigos «Ciclo» e «Complexo histórico-geográfico» no *Dicionário de Hist. de Port.*, I, Lisboa, 1963.
([45]) *Diarii di M. Sanudo*, LIII, pp. 530-1.

Fevereiro de 1503, a isenção de todos os direitos e taxas quanto ao metal branco que trouxerem para Portugal? [46]. No entanto, a nova rota do Cabo diminui a sangria de metais preciosos que anemizava anteriormente a Europa, e isso em virtude do jogo das letras de câmbio.

Desde a crise de 1521-1523 o ouro da Mina recua, mas Portugal consegue atrair o ouro das Antilhas, em seguida o do México e Peru. À medida que a prata do Novo Mundo começa a jorrar e que aumenta o seu caudal, a Casa da Moeda de Lisboa, paradoxalmente (à primeira vista pelo menos), abandona a cunhagem do metal branco — é certo que a exploração mineira na Europa central e oriental entra a contrair-se e quase se desvanece — e desenvolve, ao invés, as emissões de louro metal. A exportação de negros para a América espanhola, o contrabando nos Açores e na costa portuguesa esclarecem este aparente paradoxo.

O encerramento da feitoria real de Antuérpia em 1549 consagra a inversão das correntes monetárias. Pela rota do Cabo os *reales* extravasam sobre todo o Oriente; graças a eles, o trato da China — porcelanas, sedas e tecidos de seda, ouro, mobiliário caro — torna-se mais importante do que os outros tráficos, e leva a frequentar o Japão, escápula da seda, fornecedor da prata. A força de aspiração dessa autêntica bomba aspirante que é a China para o metal branco, por um lado, e o desenvolvimento das Índias de Castela, por outro, dão origem à rota de Acapulco e Manila, que suscitará a hostilidade de Goa e de Lisboa e as aproximará de Sevilha, igualmente lesada.

Mas desde logo os primeiros anos da sua chegada ao oceano Índico os Portugueses não se limitam à rota do Cabo, entram sem hesitar em todos os circuitos mercantis das Índias Orientais, e em breve avançam até os mercados de produção das especiarias caras e aí se instalam. O império não é apenas um rosário de fortalezas e feitorias, unido pelo vai-e-vem das caravelas e das naus, dos zambucos e terradas. O império, são também, e talvez até principalmente os *casados* que tão frequentemente se amoldam à vida indígena, são as ilhas povoadas e valorizadas, é o protectorado sobre ricas regiões agrícolas cujas aldeias estão *aforadas* a Portugueses, são as plantações e engenhos de açúcar e as plantações de tabaco do Brasil; e, fora já dos quadros políticos, são os *lançados* de três continentes. Em 1638 o governador van Diemen escreve à Companhia Holandesa das Índias Orientais: «The greatest number of the Portuguese settlers hold India to be their fatherland, thinking no more of Portugal. They trade thither little or nothing, living and enriching themselves out of the treasures of India, as though they were natives and knew no other fatherland.» (notemos todavia que a anemia das suas actividades mercantis só entrando-se no Seiscentismo se torna sua característica, e algo ainda haveria a dizer a tal respeito).

MOTIVAÇÕES E ATITUDES: TIPOS SOCIAIS-CULTURAIS

Por um tal *processus* se formou uma pluralidade de focos de povoamento dispersos a esmo aos quatro ventos, marcados pelos interesses regionais, tanta vez em conflito com os interesses do centro do império e das suas traves-mestras. As linhas de balisa permanecem aliás esbatidas ou são flutuantes, entre a creação e o desenvolvimento de focos luso-indígenas integrados no império, por uma banda, e de outra as assombrosas deambulações dos lançados e renegados, em certos casos assimilados pelas sociedades indígenas, noutros casos — citemos tão-só Ramalho e o Caramuru — raízes de núcleos que no império se integrarão.

[46] Gioffré, *Genova e Madera*, p. 444.

Espírito nómada e aventureiro do *lançado*, espírito sedentário e de enraizamento do *casado:* este contraste não coincide com o que opõe a busca do ganho comercial à dedicação às rendas fundiárias e à preferência pelo aproveitamento da terra. Feitoria, plantação, instalação senhorial; mercador, mareante, colono, ora concorrem para o mesmo fim, ora se enfrentam, e noutro pólo temos ainda a fortaleza, base de proveitosas almogaverias e entradas terrestres e marítimas, com o cavaleiro que enriquece pelo exercício das armas, ou meio de controlar uma alfândega, transformando-se os Portugueses neste caso em agentes aduaneiros. O capitão-geral de Ceilão apercebeu-se bem desta polarização, quando em 1633 escreveu ao Viso-Rei da Índia: «Vou polla Ilha ouvir as queixas dos mesquinhos e as sem-razões que nossos portugueses lhes fazem, porque me tenho persuadido que o fundamento da conquista há-de ser Justissa e razão, porque debalde sujeitaremos com as armas os corpos, se os ânimos dos naturais estiverem alheios da nossa benevolência» ([47]).

A quando da tomada de Goa, Giovanni da Empoli é feito cavaleiro. Eis o seu comentário: «Accettâlo più per i privilegi che con esso danno, che per altra cosa; perchè mercanti e cavalieri sono assai differenti: ancora che al di d'oggi, visto che le cose si governano a chi più può, vieno meglio a essere cavaliere che mercante» ([48]). O mercador ascende social e jurìdicamente pela cavalaria, e a mesma possibilidade se abre ao funcionário — vemos, na carreira dos quadros administrativos da Fazenda, serem feitos primeiro escudeiros, e depois, nos cargos mais altos, cavaleiros, para não falar dos vèdores, muita vez nobres. Ora as *Ordenações Afonsinas* tinham estipulado que não pode ser cavaleiro homem que por sua pessoa ande fazendo «merchandias» (Livro I, título 63, n.º 16), e já o rei D. Duarte repreendera severamente os «defensores» que todas as vantagens de seu estado com todos privilégios querem possuir e «desemparom a honrrada maneira de seu viver e se lançom a lavrar ou trautar de mercadoria», entendendo que tal não lhes devia ser consentido (*Leal Conselheiro*, cap. IV). Desde a primeira metade de Quatrocentos à alvorada quinhentista os tempos tinham pois mudado muito. Agora, como Garcia de Rèsende sem ilusões desvenda,

> «Todos tyram aa barreyra
> d'aver fazenda, e dinheyro:
> ser onrado, e cavaleyro
> nam ha ninguem que o queira.» (*Cancioneiro*, III, p. 326).

Mas a confissão do mercador Empoli permite ver melhor a atitude: quere-se o modo de vida da mercancia e é-se norteado por ela, sem se enjeitarem os benefícios jurídicos ou outros que a cavalaria dá. Se o comércio não desdenha as honras e privilégios da cavalaria, e se esta com aquele busca confundir-se, a mentalidade cavaleiresca não desapareceu, mas enreda-se numa motivação e deixa-se permear por ideais que lhe são contraditórios. Na realidade, essa mentalidade está a tal ponto desajustada às novas situações que embaraça a própria condução da guerra; ora a guerra era a própria definição da sua função — trata-se dos «defensores», como dizia D. Duarte, dos «bellatores» (os que combatem), em oposição aos que rezam («oratores») e aos que trabalham («laboratores»). Pois em 1514 D. João de Meneses escreve de Azamor ao Rei: «Os fidalgos e pessoas honradas, posto que pera um dia valham muito, pera todos os outros tempos da guerra, que nam sam combater e pelejar, desaproveitam porque, se dous

---

([47]) *Diário do 3.º Conde de Linhares*, p. 66 (ed. B. N. Lisboa).
([48]) «Arch. Storico Italiano», III, apêndice, p. 49.

perdem a vergonha a se quererem ir, todos a perdem, e sam criados e acostumados a menos sojeiçam que os outros homens, e nam querem nem podem sofrer as necessidades.» E o capitão da praça marroquina lembra a D. Manuel «quantas vezes lhe pidi por mercê e aconselhei que nom curasse de mais fidalgos nas guerras c'aqueles que abastassem pera ter algum carrego nela. Nam digo isto polos homens de sua lança, posto que sejam fidalgos, mas por os que, como tem mais quatro homens, sam alevantadores d'ouniões, e fazem saltar os outros por onde eles saltam» ([49]). Contradição entre a antiga mentalidade e as novas funções numa situação mudada: o mesmo acontece com o pessoal da administração. Nesse mesmo ano de 1514 — a coincidência não é fortuita —, escreve Albuquerque, de Goa, ao Rei: «vejo vossos tratos e feitorias andar em poder de homens cortesãos. Apegai-vos, Senhor, com os mercadores que tiverem inteligência e saber, e tereis maior tesouro na Índia do que tendes em Portugal.» (*Cartas*, vol. I, p. 274). E a Duarte Galvão explica: «vai-se todo o bem da Índia a perder, porque quer el Rei ter feitores, escrivães de feitoria, homens que nam sabem contar dez reais, nem sabem que cousa sam tratos, nem sabem endereçar as mercadorias onde façam fruto»; e mais adiante reforça: «Lá tenho escrito a el Rei que creia mais no escritório de Bertolameu [o grande capitalista florentino Bartolomeu Marchione] com Lionardo só nele, que em quantas feitorias e quantos feitores cá tem na Índia.» «O negócio del Rei neste feito nam perde senam de nam ter homens mercadores cadimos, cosidos na mercadoria e no saber dela.» (*Cartas*, vol. I, pp. 404-5). Repare-se ainda que os dois pontos de vista, afinal convergentes, que acabamos de aduzir são assinados por dois fidalgos, mas no fundo ambos traduzem essa consciência da mudança social que exige uma nova preparação e atitude da parte dos homens, uma nova maneira de proceder — e ambos todavia julgavam isso possível ao serviço da antiga hierarquia. O problema não vai perder de sua acuidade, e, porque contraditòriamente colocado, não irá ser resolvido. Ainda em 1532 o vèdor da Fazenda, que é um nobre, D. Martinho de Castelo Branco, escreve de Málaga: «Peço-vos por mercê que cuideis algũa hora em nisto: se seria milhor as feitorias del Rei serem feitorizadas por mães de mercadores, se por criados de S. A. Porque os mercadores sostem as mercadorias em sua authoridade ainda que furtem; estoutros não buscam senão dinheiro» ([50]).

O auto vicentino *Exortação de Guerra*, de 1513, é o vibrante enaltecimento da cavalaria e o rude desmerecer da mercancia, exprimindo a ansiedade pela mercantilização da vida social portuguesa. Logo no ano seguinte as cartas de D. João de Meneses e de Albuquerque revelam-nos uma diferente valorização. A mudança estava a dar-se, quase explosiva. Uns anos atrás, muito poucos (1504-1506), o veneziano Cà Masser sentiu-se em Lisboa numa civilização pré e anti-mercantil: «Circa al trattar della mercadanzia in questa città, poco per loro naturale é trattada, despreziando quella, parendoli cosa incivil e bassa; peró sono poveri de danari universalmente tutti; né per grando che sia in questo regno, né per grand'intrada che loro abbino, non s'attrovano uno ducato, perché tutti viveno sopra quella poca d'intrada de questo Re, e spendono largamente senza alcuna razone. Non ha industria alcuna da intromettersi de gadagnar uno ducato.» Mas o veneziano acrescenta que com a navegação da Índia já umas vinte casas se fizeram riquíssimas (p. 96). Notava Cà Masser, com a sua mentalidade mercantil de súbdito da Sereníssima República, que em Portugal se gastava mais do que se podia: traço característico da mentalidade cavaleiresca. Um comentário de

---

([49]) *Sources Inédites de l'Hist. du Maroc — Portugal*, I, pp. 547-8
([50]) T. T., Colecção S. Lourenço, I, f. 404.

Bernardo Rodrigues no-lo mostrará: o Conde dá, em recompensa de um feito de armas, a Diogo Botelho dez tostões (quantia importante, repare-se), que este gasta num banquete que oferece ao almocadém e companheiros do feito, e gasta até muito mais; é que «a este tempo era já tão honrado e estimado que dava do seu, antes que tomar pequena mercê.» (*Anais de Arzila*, I, p. 154). Mas já a crítica «burguesa» se fazia ouvir — e disso temos um eco em Resende:

«S'alguem como deve gasta,
querem-no logo comer,
dizendo que quer fazer
mais do qu'a renda lh'abasta.» (*Cancioneiro*, III, p. 327)

A poupança é, com efeito, a virtude burguesa por excelência; poupança que é previsão do futuro, que é destinada ao investimento para produzir novos bens. Uma lei de D. Sebastião traduz em parte esse novo espírito: «Pessoa alguma de qualquer estado e qualidade não gaste nem despenda mais do que aquilo que tiver de renda»; «trabalhe muito por gastar menos do que o que tiver de renda»; mas o fim desta poupança prescrita por lei revela que se não deu o outro passo — o de poupar para investir —, pois estipula: «o que lhe sobejar, empregue em bens de raiz ou em prata chã e não noutras cousas escusadas» ([51]). Falta, por conseguinte, a segunda tábua do díptico: o espírito de aventurar o dinheiro poupado para aumentar os bens disponíveis. Já numa poesia do *Cancioneiro Geral* se nota esta limitação: João Fogaça aconselha o comendador de Aljezur quanto à maneira de gastar sua renda:

«Ca segundo se qua diz,
e eu avento,
de ter cousa sem raiz
nam se faça fundamento.» (II, p. 345)

A ordem tradicional via que só na riqueza fundiária se alicerçava sua durabilidade, batida em brecha pelo desenvolvimento da crematística, da busca da riqueza mobiliária como fim em si própria.

Ao desfiar dos anos, o antagonismo não esmorece, entre a atitude e o sistema ideológico anti-comercial, por um lado, a demanda do ganho e o esforço para criar bens materiais, por outro. Maneira de sentir e de ver as cousas tradicionalista que ora reveste a forma do proselitismo religioso, ora se manifesta como cavalaria, para a qual é a apropriação pelas armas que conta, ora arrasta à «cruzada», aliando aquelas duas formas; mas as três estão cada vez mais contaminadas pelos valores e motivações contra que encarniçadamente se debatem, denunciando a cobiça dos círculos mercantis e produtores e pretendendo explicar todos os males por ela.

À pergunta de Fernão Brandão, de quais os motivos que o moviam na sua primeira ida além-mar, ainda responde João Roiz de Sá:

«que vou, senhor, muy armado
d'alembrança do passado,
que fez ser
este meu nome estimado.
Também temor de vileza
e de danar a lindeza

([51]) *Leis e provisões de D. Sebastião*, p. 99.

por mal assadas de vida
faz a vontade crescida,
a qual sobre tudo preza
catholica fortaleza.» (*Cancioneiro*, III, pp. 180-1)

Mas já Duarte da Gama constatava então que

«E quem vay de foz em fora
nam vay por sua nobreza,
mas por yr contra proveza,
e ancora
com amarras na riqueza.» (III, pp. 353-4)

e Garcia de Resende não era menos afirmativo nem geral:

«Todos tyram aa barreyra
d'aver fazenda, e dinheyro»

Em 1514 o alcaide mouro Cide Zião, ferido e feito prisioneiro, recusa o vinho que os portugueses lhe ofereciam; e Bernardo Rodrigues comenta: «exemplo para todo fiel cristão, que por piqueno bioco ou interesse fazem mil mudanças em sua consciência e alma.» (*Anais de Arzila*, I, p. 122). Albuquerque, na Índia, constatava «a cobiça desordenada que entre nós anda, cá fará por um robi fazer a um homem quanto quiser», e vendo que se deixam todas as obrigações pelo proveito pessoal, tem esta espantosa imagem: «a gente da Índia tem um poucochinho a consciência grosseta, e parece-lhe que vam a Jerusalém em romaria quando furtam» (*Cartas*, I, 137). Não terá mais ilusões D. João de Castro, escrevendo em 1538 de Moçambique «e como quer que esquasamente aja omẽ que faça cousa que o principall fim não seja tratar de seu proveito...» Comentando o embarque dos Jesuítas em 1555, o infante D. Luís não é menos incisivo: «Não me acordo que vise ir pera a India doze homens juntos de quem se presumisse provavelmente que yam sem cobiça, o que destes presumo» ([52]).

Do Brasil às Molucas os religiosos repreendem acerbamente todos os leigos portugueses ou luso-indígenas, por causa da poliginia e da cobiça do proveito. Opondo-se ao mercador e ao colono, o sacerdote desejaria servir-se do cavaleiro para edificar um império que coincidisse com a nova cristandade, mas tem frequentemente que o fulminar como aos outros, pelas mesmas razões, e não se importará de entrar em conflito com o império por causa da cristandade. Eis, em 1555, em Moçambique, um Jesuíta que se lamenta de ver «a perdição desta terra, e com quanto olvido de Deus nosso Senhor se adora cá o ouro e prata, e ver quanto cerrão a porta à conversão dos infiéis...» Em Coulão um outro constata amargamente que «os portugueses que vem a estas partes não vem pera outra entenção senão para enrrequecer de qualquer maneira...», enquanto em Malaca um terceiro maldiz Mamon «o quall nesta terra hé o pagode milhor servido de todos.» Francisco Xavier, quando desse empório partiu, sacudiu suas vestes e sandálias, não querendo levar nem o pó desse templo amaldiçoado da riqueza ([53]). O arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires pensará, com toda esta corrente ideológica e social, que «onde havia concurso de mercadorias e mercadores não faltaria a raiz de todos os males, que é a cobiça, cujo ofício é procurar que todo homem deseje e procure melhorar-se, inda que seja com [= à custa de] seu irmão,

([52]) *Documenta Indica*, III, n.º 49.
([53]) Idem, pp. 276, 231, 132.

nas compras, nas vendas, nas pagas, nos preços, nos prazos, nas companhias, nas correspondências, nos direitos e tributos, nas entradas e saídas de alfândegas, e, enfim, em todo o género de trato e contrato.» ([54])

E no entanto... Os próprios Jesuítas não desempenharam um grande papel no tráfico da seda no Japão, como Boxer e Bourdon mostraram? Não se chegou a encarar a creação de uma Companhia de Jesus Temporal, a qual monopolizaria tanto o trato das especiarias como o dos metais preciosos? Os eclesiásticos de Malaca aparecem-nos frequentemente ligados a questões de contrabando e imiscuídos em todas as espécies de actividades comerciais. Num outro plano, Monclaro pensava que graças ao comércio das machiras (panos) se poderia converter um grande número de almas na África oriental, «como vemos que abriu Nosso Senhor o comércio para a Índia para dilatar nela sua santa fé.» ([55])

Os leigos, mercadores e sobretudo oficiais da Fazenda, não deixam até de passar à ofensiva. O governador D. João de Castro, que de finanças não era entendido, será discretamente censurado por ter confiado de padres e frades na questão dos bazarucos. De Goa, em 1553, Francisco Palha desabafa com o Rei «por a necessidade que esta terra tem de que diga a verdade», e recomenda vigorosamente: «não, senhor, se confie em a porver de frades e relíquias, porque muitas havia em Rodes, Belgrado e na Espanha e muita parte de cristandade que, por descuidos e nossos pecados, se perdeu». E indo direito ao essencial: «porque esta terra se não pode suster senão com dinheiro, apontarei o como se pode haver, para suster a guerra, que são os dous esteios a que esta terra está alymada» ([56]). O próprio governador Lopo Vaz de Sampaio reconhecia a importância do trato e da classe mercantil como esteio da sociedade, louvando «os mercadores por serem as principais pessoas que enobrecem a terra.» ([57])

A expansão processara-se sob a égide da cruzada, mas esta não se reconhecia na sociedade e civilização que concorrera para gerar. É que a guerra punha agora outras exigências. Os próprios cavaleiros não se adaptavam já às suas novas formas: vimos a peremptória posição do capitão de Azamor a tal respeito, e não era diferente a do conde de Borba, em Arzila, que nunca os deixava apartar de si nem irem a um feito a que não fosse, porquanto «pela mór parte os desmanchos que se fazem os mais são pelos fidalgos, que, como mais desejosos de honra, não guardam a ordem que devem, nem a de seus capitães.» (*Anais de Arzila*, I, 167). Em Marrocos, o espírito de almogaveria, de enriquecer pelas armas assaltando as aldeias e apresando o gado de Mouros, esteve em constante contradição com a directriz de fixação e de aproveitamento comercial-pacífico.

Por isso o boticário e feitor Tomé Pires afirma, em 1512-1515, que «a guerra é contrária à mercadoria» (*Suma Oriental*, p. 395), e em 1532 o vèdor da Fazenda D. Martinho, apesar de nobre, tem esta fórmula incisiva: «Mercadejar e pelejar são mais contrairos que os pólos do norte e sul.» António Real pronuncia-se, em 1514: «O meu conselho seria que el-Rei nosso senhor mercadejasse na Índia e nom curasse de guerra.» (*Cartas de A. A.*, II, 41). Mas a guerra foi com frequência um instrumento ao serviço da mercancia e não pode ser dela dissociada — nem a própria cruzada. Já o prudente rei D. Duarte julgava que não é pecado cobiçar os bens dos infiéis em guerra ([58]). Da conquista do reino de Fez, D. Sebastião espera benefícios substanciais para os seus vassalos, graças aos novos

---

([54]) Frei Luís de Sousa, *Vida de Arcebispo*, Liv. I, cap. 24.
([55]) Apud Theal, *Records*, t. III, p. 185 ((relativo a 1570-1574).
([56]) *Missões Insulíndia*, II, p. 103.
([57]) Provisões, Alvarás e Regimentos, I, f. 225.
([58]) *Leal Conselheiro*, cap. XV

comércios que ela lhes abrirá ([59]). Mais ainda. A guerra depende dos recursos do Estado, e estes, da prosperidade comercial. Como diz Nuno Fernandes de Ataíde, de Safim, em 1514, «com dinheiro em abastança fazem-se as obras e mandamos os homens sem medo e sem vergonha, e com necessidade de rogo não se querem mandados» (*Sources inédites*, I, p. 671). Mais explícito ainda, Paulo Dias de Novais em 1584: «A fazenda muito bem sabem todos que he a alma de todos os negoceos, mayormente da guerra» ([60]); mas já Albuquerque dissera o mesmo em 1513: «sem fazenda mal se poderá obrar na guerra» (*Cartas*, I, p. 197). E João de Barros desvendara todos os bastidores, na sua *Ropica Pnefma* de 1532: a maior parte dos príncipes eclesiásticos e seculares governa-se pelos preceitos da vontade mais do que pela razão «por verem que o estado está no poder, e o poder no dinheiro, e o dinheiro no trato, e o trato na cobiça: que é hũa perenal fonte donde todolos bens manam.» (F iiij).

A própria lógica do expansionismo e as subtis oposições e convergências entre mercancia e guerra mercantilizaram o Estado, sem lhe darem a plenitude da organização comercial. D. Manuel aperta com Albuquerque para que tenha grande e especial cuidado de aumentar o proveito da fazenda real e de o fazer rico (*Cartas de A. A.*, I, p. 197), e aos olhos dos observadores é a imagem do rei-mercador que no século XVI se recorta com nitidez. Assim, Robert Thorne, escrevendo de Sevilha ao embaixador inglês junto de Carlos V, em 1527: «Touching that your Lordship wrote, whether it [the navigation and trade of spicery] may bee profitable to the Emperor or no? it may bee without doubt of great profit, if, as the king of Portingal doth, he would become a merchant, and provide shippes and their lading, and trade thither alone, and defend the trade of these Islands for himselfe.» ([61]) O embaixador Nicot explica para França, em 1559, que «comme je voy quilz [les autorités portugaises] negocient les affaires destat en marchans, je ne puis faillir duser en leur endroict des regles des marchans.» (p. 38). Quando Carlos V pretende que o rei de Portugal proíba os Franceses de frequentarem os seus portos, o Infante D. Luís alega a Luís Sarmiento, em 1537, a diminuição e danos que se seguiriam ao reino e súbditos de «romper la contratacion, por sel el mayor caudal suyo y con que se sostiene por medio de la especeria» ([62]).

Queremos a representação visual dessa nova estruturação do Estado — que é afinal o aparecimento do Estado moderno? Cada Livro das *Ordenações Manuelinas*, na edição de 1514, abre com uma gravura de página, em que se simboliza e faz a súmula do conteúdo respectivo. Na primeira, é a apresentação dos livros ao Rei, na sua função portanto de legislador, rodeado por letrados e homens de armas. Na segunda, perto do soberano estão os eclesiásticos, mas à direita e em rodapé vemos as naus no porto, um pescador a pescar à linha, o camponês a lavrar o solo com o arado, outro a cavar, um terceiro a ir à caça. Na terceira representa-se uma audiência régia: a apresentação de petições, por isso está presente gente vária, além, evidentemente, dos escrivães e homens de armas. Na quarta gravura está o rei, acompanhado dos seus escrivães, com os mercadores. Na quinta e última, o monarca empunha a espada — símbolo da justiça —, e, rodeado pelos juízes e escrivães, julga os criminosos — lá estão os grilhões. Neste autêntico políptico de cinco tábuas, que convém abranger com o olhar em conjunto, figuram todas as ordens e classes sociais: os cavaleiros; o clero; os

([59]) Amador Rebelo, *Crónica D. Sebastião*, cap. V.
([60]) British Museum, Add. Ms. 20786, ff. 66-9.
([61]) Hakluyt, ed. 1903, II, p. 165.
([62]) Simancas, E 371, carta de Valladolid, 23 Março.

Fig. 6 — Os grandes empórios mundiais: GÉNOVA EM FINS DO SÉC. XV. Hartman Schedel, *Registrum hujus operis libri Cronicarum cum figuris et imaginibus ab initio mundi (usque and annum 1492)*, Nuremberg, 1493. (B. N. Lisboa, Incunábulo 342; B. N. Paris, Rés. G. 500), f. 58v. Cerca de 100 000 habitantes antes da Peste Negra (1348) — metade de Paris ou Nápoles, 2/3 de Veneza ou Milão, um pouco menos de Florença ou Palermo, mas o dobro de Bruges ou Gand, logo, uma das únicas oito cidades da Cristandade a atingir aquele número. Com o mesmo número, recuperado, em começos do séc. XVI, iguala agora Veneza, tem o dobro de Palermo, excede Florença e Roma, distancia em muito Nuremberg. Os seus interesses mercantis entraram já na génese das Cruzadas e desde a 1.ª lançaram testa de ponte no Levante; na 1.ª metade do séc. XII irradiaram para Barcelona, Almeria, Valência, Galiza, Sevilha, em fins do século para os portos atlânticos de Marrocos. De 1267 a meio de Quatrocentos estão em Constantinopla, em Caffa (Crimeia) e em Trebizonda, dominando grande parte do comércio do mar Negro — escravos tártaros e russos para o Egipto, peles, trigo e peixe para Constantinopla —, têm o monopólio do alúmen de Foceia (Ásia Menor), um dos maiores negócios de então: presentes em todos os portos maghrebinos, negoceiam no ouro do Sudão, e por outro lado têm feitorias na Pérsia que atravessam com suas caravanas. Em fins do séc. XIII tentam estabelecer-se na navegação do Índico e descobrir uma rota oceânica para a Ásia das especiarias, ao mesmo tempo que estabelecem a 1.ª carreira de navegação mercantil regular para o mar do Norte. Para todo o Ocidente cristão, como para o Levante turco, fornecem galés e respectivos técnicos de navegação e arte de guerra no mar. Mas a expansão otomana e a concorrência veneziana arrebatam-lhe o grosso do trato levantino, a descoberta das minas de Tolfa (Civita Vecchia) sapa o seu monopólio da pedra-ume; em compensação, desenvolve-se o negócio de Sevilha e Lisboa, do açúcar da Madeira, a participação na conquista e colonização das Canárias, na valorização do Brasil, nos metais preciosos do México e Peru, onde encontramos Genoveses estantes. Cerca de 1570 a rota Barcelona-Génova substitui, na irradiação da prata, a rota Laredo-Antuérpia; agora Génova é uma grande banca cuja prosperidade irá até 1630: na mão de Genoveses as finanças públicas espanholas; aos Portugueses disputam o fornecimento de escravos às Índias Ocidentais. Desde o início, dispersão aos quatro ventos de famílias e indivíduos, integrando-se nos vários estados estrangeiros, mais do que expansão colectiva; nenhuma preocupação política pela independência. Mas creação no direito comercial (sociedades em comandita, seguros) e na colonização, cujos métodos não deixaram de influenciar os luso-espanhóis: as maonas, sociedades de exploração e valorização do Ultramar, com carta de privilégio, reunidas em 1407 na Casa di San Giorgio. Negociantes e mercadores, construtores de galés e armadores, mareantes e almirantes (Hugo Vento em Castela, Pezzagno em Portugal), essas famílias dos Zaccaria, Boccanegra, Spinola, Di Negro, Centurione (que enviam Malfante ao Tuate saber do ouro dos Negros), Doria, Salvago, Adorno, Cattaneo, Grimaldi, Lomellini, Uso di Mare, Pinelli que por toda a parte encontramos, todos esses Genoveses de que Zurara diz «os quaes, como sabeis, são homens que não empregam seus dinheiros sem certa esperança de ganho» (*Crón. Guiné*, cap. V); por isso Gil Vicente, vendo a tradicional sociedade agrícola-guerreira ser varrida pelos ventos da mercantilização, para exortar à guerra contra o Mouro incita os Portugueses: «Nam queirais ser Genoeses...»

GENVA

letrados, juízes e oficiais, isto é, os quadros da administração; a classe mercantil; o povo produtor — o agricultor, o caçador, o pescador, o mareante. Nas cinco tábuas, o rei no trono, logo exercendo as funções que definem a *res publica:* e estas são legislar, desagravar e dar mercês, julgar, mas também — como compreender de outro modo as gravuras segunda e quarta? — dirigir toda a vida económica na multiplicidade dos seus aspectos e ramos, dando contudo o primeiro plano ao comércio — cabem-lhe as honras de toda uma gravura, ao passo que a agricultura, a caça, a pesca, a própria navegação aparecem em plano de fundo. Atente-se bem que em nenhuma aparece o monarca só com os guerreiros, na sua função militar: a guerra fora relegada pela mercancia, no espírito dos que incarnavam e do gravador que representou o Estado das *Ordenações* quinhentistas.

Se contemplarmos agora uma iluminura quatrocentista, na *Crónica Geral de Espanha* de 1344, ante nossos olhos é ainda a sociedade tradicional que se desenrola: a f. 155 está toda uma formosíssima cercadura e entre-colunas em que figuram um bispo, um rei, cavaleiros, pastores e outros homens do povo, casas, um boi; são, vindas do passado, as três ordens dos «oratores», «bellatores» e «laboratores», é a velha economia agrícola-pastoril.

Tal comparação dá-nos a mudança. Mudança através da qual a velha sociedade persiste e à qual resiste, interferindo, matizando-se, transformando-se no fim de contas. Jogo complexo, contraditório, que nunca se encerra. Quando dealba o Quinhentismo, os homens apercebem-se das transformações, e ou exultam com a visão do próximo «tesouro terreal», ou as amaldiçoam, pelo menos as lastimam. Que violenta objurgatória de inspiração saudosista não é a de Gregório Afonso, o criado do bispo de Évora? Arrenega dos dinheiros e tesouros soterrados, mas também da riqueza mal usada e dos cobiçosos; insurge-se contra a crise que afecta a classe dos cavaleiros e de todos aqueles a quem as rendas não chegam («Renego também da renda / que é menos que o gasto»), mas ataca os gastos que excedem as posses («Renego de trajo tanto / quanto vejo desonesto»); condena as novas práticas comerciais, como as letras de câmbio («Renego de quem em três / pagas paga o que deve.»). E não aceita as consequências sociais da nova ordem económica:

> «Renego da gentil dama
> que quer bem a homem vil.»

e

> «Arrenego dos vilãos
> postos em algũa honra.» (*Cancioneiro Geral*, V, pp. 1-11)

quer dizer, ataca a ascensão social. Não é este aliás o tema fundamental do poema de Álvaro de Brito — recusa da igualização de condições, das possibilidades materiais que a nova economia oferece?

> «Por trajos demasiados
> em que todos sam igoaes
> sam confusos
> os três estados danados [referência clara à hierarquia tradicional dos «oratores», «bellatores» e «laboratores»]
> alterados mesteyraes
> em seus usos.
> Nom devemos ser comuũs
> senam pera Deos amarmos

e servirmos;
nam sejamos todos huũs
em ricamente calçarmos
e vestirmos.»

Os baixos prevalecem, os nobres não têm dinheiro, despreza-se a cavalaria, já ninguém se contenta com a sua condição. E lá vem a idealização do passado:

«Nos outros tempos passados
todos queryam viver
honestamente,
ordenados, compassados,
cada huũ em seu valer
era contente.»

O homem sente-se pois desamparado, cai na instabilidade, quando outrora

«Todalas openyões
dos homens eram fundadas
em certeza.»

Agora

«... nam contam por sesudo
nem pode manter estado
senam rico.» (*Cancioneiro Geral*, I, pp. 232-7)

Ora, como um eco e precisando, na Égloga Crisfal:

«E como em a baixeza
de sangue e de pensamento
é certa esta certeza:
cuidar que o merecimento
está só em ter riqueza.»

O veneziano Cà Masser, ao começar o século XVI, apodara os portugueses de não terem espírito comercial. Meado o século, Garcia de Orta é pelo espírito comercial que os define, acusando-os da falta de curiosidade de saber; mais amigos de fazer do que dizer ou escrever, trabalham por adquirir por suas lícitas mercadorias (*Colóquios*, ed. Ficalho, I, p. 151 e II, p. 248). O francês Thevet, pouco depois, caracterizá-los-á do mesmo modo: «Le peuple y est fin, accort, prevoyant à ses affaires, industrieux et actif, et duquel tout l'étude git à naviguer, à cause qu'ils en espèrent profit.» ([63]) Ao entrar o século XVII toda a antiga reputação guerreira desaparecera: François Pyrard dirá então dos Portugueses que «sont bons Marchands, et bons Mariniers, et puis c'est tout.» (*Voyages*, II, 580-1).

Esta evolução do retrato psicológico parece dar razão a uma interpretação da decadência que vai entroncar nos receios que Jorge Ferreira de Vasconcelos exprimiu já entre 1537 e 1550, pela fala de Zelotypo, na *Comédia Eufrósina* (Acto II, cena 5.ª): «Esta terra [Índia] toda he muito boa, de grandes abastanças e riquezas, mas eu ter-me-hia ao torram de Portugal a que em sua cantidade sobeja tudo, se a cobiça de Itália e as delícias da Ásia nam devassaram. E os

([63]) *Cosmographie*, 1575, Liv. XIII, cap. 11.

nossos Portugueses, que sohiam ser mais temperados que os Lacónios, vivem cá mui desordenadamente e viciosamente, tanto que dizem os naturais da terra que ganhámos a Índia como cavaleiros esforçados e que a perderemos como mercadores cobiçosos e viciosos. Sustente-nos Deos, por exalçamento da sua fé!» Quando os economistas do século XVII se debruçarem sobre este problema crucial, chegarão a uma conclusão oposta. Leia-se Duarte Gomes Solis: o erro decisivo do império português está em que o conquistador não soube passar a comerciante, não administrou como mercador; os Portugueses prezavam mais as armas do que a mercancia. Dever-se-ia ter dominado o mar sem nos imiscuirmos nos problemas da terra — tinha razão D. Francisco de Almeida contra Albuquerque. É certo que os reis foram mercadores, mas sem conta, peso, nem medida: faltou o livro de caixa na Casa da Índia, os oficiais, não sendo da profissão da mercancia, não souberam o que podia resultar de tomar dinheiro a câmbio; e aos câmbios é que seria de atribuir a ruína do Estado, começando em 1544.

Contradição de interpretações que exprime, no fundo, as próprias contradições da realidade. O Estado mercantilizou-se, mas não se organizou como empresa comercial. O cavaleiro deixou-se arrastar pela cobiça, mas não soube tornar-se mercador e arruinou-se nos gastos demasiados. O mercador quis ser, ou viu-se forçado a pretender ser cavaleiro, e a hipertrofia do Estado-negociante obstou ao desenvolvimento de forte burguesia mercantil e industrial. Descobriu-se a necessidade da poupança, mas desviou-se para a colocação imobiliária, sem fomentar o investimento. O dinheiro da expansão irá sobretudo para as igrejas multiplicadas, no deslumbramento da talha, e para os solares a polvilhar a província — e o solar e a igreja ainda serão os pólos da construção urbana, fora disso assás modesta. O investimento, quando se deu, inscreveu-se nos quadros senhoriais — cavaleiro-mercador, senhorio capitalista, Estado mercantilista-senhorial definem talvez a fugidia, cambiante, tão emaranhada realidade desses dois séculos. O mesmo é dizer que o vector dominante dessa mudança do mundo é o comércio, esse comércio que, denegrido por religiosos e fidalgos, moldava a expansão e que o feitor da Casa da Índia, conquanto sob vários aspectos tradicionalista, considerara «o meio per que se concilia e trata a paz e amor entre todolos homens», por ser «o fundamento de toda a humana polícia, pero que os contratantes diferem em lei e crença de verdade que cada um é obrigado ter e crer de Deos.» (*Década* I, Livro V, cap. 1). E a Francisco Xavier, sacudindo o pó ao sair da cidade de Mamon, respondera antecipadamente Tomés Pires: «O qual trato de mercadoria é tam necessário que sem ele se non susteria o mundo; este é que nobrece os Regnos, que faz grandes as gentes e nobelita as cidades, e o que faz a guerra e a paz no mundo. É hábito o da mercadoria limpo. Nom falo no meneo dela, havido em estima: que cousa pode ser melhor que a que tem por fundamento a verdade?» ([64]) A palavra decisiva está dita: pela mercadoria, pelo alargamento do mercado à escala do orbe, nasce uma nova mentalidade pela qual o homem aprende a situar-se no espaço da percepção visual e da geometria, no tempo da data, da medida e da mudança, e se norteia pelo número, objecto de verificação, começando a forjar a ferramenta que lhe permite separar o real da ganga do fantástico.

([64]) *Suma Oriental*, Proémio (vol. II, p. 325).

PARTE I

METAIS E MOEDAS

ECONOMIAS MONETÁRIAS E PRÉ-MONETÁRIAS

Capítulo 1

A TRADIÇÃO DO OURO E AS CARAVANAS SAARIANAS

Anteriormente à descoberta das Américas, a circulação monetária europeia e norte-africana parece dominada, numa visão global, por duas zonas de difusão. É, por um lado, a produção mineira de prata e de cobre na Alemanha do Sudeste, na Boémia, Hungria, no Tirol. É, por outro lado, o anti-ciclone do ouro, situado no Sudão. O metal amarelo é barato no Maghrebe, que, por conseguinte, atrai a prata: entre os dois metais, razão de 9 para 1, em 1435; é caro, ao invés, na Europa setentrional: 11 para 1, ao passo que a Península Ibérica, com uma razão de 10 para 1, ocupa uma posição intermédia.

Uma longa tradição de cunhagem do ouro estava enraizada na Península. Gerada pela extracção local nas épocas romana e bárbara? Não é impossível. Seja como for, tanto Suevos (409-585) como Visigodos cunharam incessantemente espécies amarelas: o *tremissis* ou *triens*, terço do *solidus aureus* romano-bizantino. Além destas peças de ouro, continuavam a correr as antigas moedas de bronze e de cobre, romanas e bizantinas. Para finais da época visigótica o *tremissis* deteriora-se consideràvelmente, mas as boas peças antigas permanecem em circulação e a fulminante conquista muçulmana traz consigo novas espécies áureas de bom quilate, os dinares (4,5 gr.), que por seu turno entroncam também no sistema bizantino. A invasão introduz, para mais, espécies argênteas de qualidade — os *dirhemes* (3,7 gr.), tirados do sistema persa; e dentro em breve, do Norte, eis que chega o sistema carolíngeo, cuja base é o metal branco. De oravante nas Casas da Moeda peninsulares entra igualmente o cobre.

Terá havido, entre o século IX e o meio do século XI, uma crise do ouro também no mundo muçulmano? Não devemos ligar excessiva importância [1] ao facto de, durante o emirado independente — de 755 a 912 — dos cunhos hispânicos não terem saído dinares, visto que a cunhagem do ouro pertencia de direito ao chefe religioso e que, sob este aspecto, os emires de al-Andaluz reconheciam a autoridade de Baghdade [2]. Três pontos se nos afiguram incontestáveis. Por um lado, o dinar, que de início imitara o *solidus aureus* ou besante hiperpírone com os seus 4,5 gr., mas já em começos do século VIII, a quando da invasão da Península, se aligeirara para 4 gr. (os meios e terços é que se mantiveram mais perto do peso inicial), em virtude aliás de uma regra numismática quase universal, decai pouco a pouco quanto ao peso e ao toque, e no caos dos Taifas, no

---

[1] Em discordância com R. S. Lopez, *Il ritorno all'oro*, p. 171.
[2] Mateu y Llopis, pp. 108-9.

século XI, alguns reinos mouros deixam até de o cunhar. Mas, por outro lado, jamais se interrompeu a circulação do ouro, e jamais cessou por completo, do século X ao XI, a emissão de espécies amarelas. Terceiro e último ponto: o dirheme, que dos 3,7 gr. do século VII passara a 2,7 gr., também envilece, flutuando entre 1,5 e 2 gr., ao passo que o cobre, sob a espécie de *felce* (faluz), abunda [3]. Em suma: a economia monetária atravessa, no seu conjunto (e não apenas quanto ao primeiro metal), um período de declínio.

Dos confins desérticos um movimento religioso de tendência ascética jorra e rola, a meio do século XI, sobre Marrocos e sobre a Hispânia, travando a reconquista cristã e desferindo-lhe alguns golpes bem rudes. Estes marabutes vão tornar a lançar a boa moeda de ouro, que do seu nome se chamará em Portugal «morabitino» e em Castela «maravedi». Não se regressa à pura tradição do *solidus aureus* e do besante hiperpírone que fora também a fada do dinar no seu berço: em vez dos 4,5 gr., o morabitino pesa 4 gr., isto é, o mesmo que o dinar peninsular já no princípio do século VIII. Mas o toque é excelente. É que os Almorávidas dominam do Senegal ao Tejo, e nas suas mãos estão o Estreito de Gibraltar e as ligações trans-saarianas, as ricas cidades comerciais e industriais do Maghrebe-el-Aksa bem como as de al-Andaluz. O império almorávida é um império do ouro, cujo berço foi uma feira do ouro: Sidjilmessa. As suas moedas inundam a Cristandade, para pagar escravos e matérias-primas, chegando mesmo à Escandinávia e à longínqua Rússia. Dir-se-ia que se propagam elèctricamente: não vemos, na verdade, um documento do Norte de Portugal, de 1064, citar já o morabitino? [4] Havia menos de dez anos que o movimento almorávida principiara em Marrocos. Este renascimento comercial do mundo muçulmano, atestado ainda pela recuperação do *dirheme* e pelo desaparecimento quase completo do cobre, agiu sem dúvida como poderoso fermento no renascimento cristão.

Ao Norte do Tejo a tradição e a inovação vão identificar-se e fechar o anel. Aqui, com efeito, os velhos *tremissis* e os besantes não desapareceram inteiramente. Os documentos falam com frequência de *solidus* e de *aureus*, entendamos nos dois casos o *solidus aureus* romano-bizantino (logo também o besante hiperpírone, o de pleno peso do início). De agora em diante, falarão igualmente de *morabitinus* ou *maravedi*, estabelecendo a equivalência das antigas e das novas unidades [5]. Como o morabitino pesa inicialmente 4 gr., é equivalente não ao autêntico *solidus aureus* ou besante hiperpírone, cujo peso era de 4,55 gr., nem ao dinar dos primeiro tempos, quase igual à moeda romano-bizantina «pura», mas sim ao besante enfraquecido e ao dinar do século VIII. Sugeriu Oliveira Marques («Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto», 1959, p. 517, nota 2) que a designação *solidus* ou *aureus* dos documentos se interprete, com mais frequência, como referindo-se na realidade a dinares ou morabitinos. Como acabamos de ver, não pode ser contudo aos dinares enfraquecidos da crise da economia monetária do século IX a meio do XI. Os termos empregados significam, em qualquer dos casos, o reatar desses fios vindos de um passado longínquo. E agora vai chamar-se morabitinos ou maravedis às peças de ouro que os reis leoneses-castelhanos e portugueses cunham, uma vez que a decadência política dos Almorávidas, arrastando consigo o declínio monetário muçulmano, a tal os convidou.

---

[3] Idem, pp. 109-118.

[4] T. de Aragão, I, pp. 25 e 140: «accepi a vobis in precio XVI morabitinos auri» (Livro do Grijó, em *Portugaliae Monumenta Historica — Diplomata et chartae*, I, 276).

[5] Exemplos particularmente nítidos, quanto ao *solidus* e ao *aureus*, em Valdeavellano, *El mercado en Léon y Castilla* (1932), pp. 112-3 notas e p. 150 nota; quanto ao morabitino e ao *aureus*, ver T. de Aragão, I, pp. 26-7.

O ouro muçulmano vai comandar a evolução monetária portuguesa. Precisemos: o ouro do Sudão. Este será o alvo das viagens de descobrimento quatrocentistas. A luta das caravelas contra as cáfilas de camelos é que constituirá um dos fios condutores desta história. Sobre essas caravanas cameleiras que trazem ao Maghrebe o precioso metal vindo do misterioso sertão negro, os Portugueses esforçar-se-ão por colher informações precisas e minuciosas. Já em 1444-1445 João Fernandes passa sete meses com os nómadas saarianos, vivendo a sua vida, acompanhando-os nas suas deambulações. A feitoria de Arguim, é com as cáfilas cameleiras que terá de negociar. No coração do deserto, na escala de Uadam, funcionará no reinado de D. João II uma feitoria portuguesa. Chegados ao oceano Índico, os Portugueses por toda a parte encontrarão os xerafins egípcios, cunhados com o metal sudanês.

Por isso a história monetária de Portugal e do seu império permaneceria incompreensível se prèviamente não trouxéssemos à luz dos projectores estas cáfilas de camelos que atravessam o Sáara ajoujadas de ouro [6].

§ 1 — *Um mundo novo: o «Mediterrâneo» saariano*

Um sopro de vida nova percorre a Barbaria à volta do século VIII. Na costa atlântica, voltada para o deserto, eis Messa que surgira já no século VII. No Tafilelte, cerca de 757, uma feira de nómadas transforma-se numa cidade que se chamará Sidjilmessa; nesta mesma época os Warika edificam Aghmate, essa primeira Marrocos (Marraquexe) do Haúz. No outro extremo do mundo norte-africano, Kairuane substitui a velha Cartago, enquanto no Maghrebe central, sobre as cinzas da Pomaria romana, destronada, nasce Tremecem, a meio do século VIII, e graças aos cameleiros Zeneta e Hoùara dá-se o aparecimento de Tiherte. Se cerca de 800 os Idríssidas estão sòlidamente estabelecidos em Fez, cidade nova, não será porque a clássica Volubilis pertence de oravante ao passado? Durante todo o século IX os reinos arlebita de Kairuane, rostémida de Tiherte e idríssida de Fez, que entre si partilham a Barbaria, asseguram a paz desde o mar al-Muhite ao golfo de Gabés, e sob a sua égide todas estas regiões conhecem uma espantosa ascensão de prosperidade. No século X, nova floração urbana, desta vez predominantemente no Maghrebe central: é Oram, entre outros centros, que se forma.

Tudo isto põe um problema. Deveremos voltar-nos para a Europa e para o Mediterrâneo? Essa Europa que, pense-se o que se pensar das teses contrárias de Pirenne e Dopsch, não parece estar com forças para reanimar por iniciativa sua os outros mundos? Além disso, a Romània, a unidade mediterrânea, não estará, pense-se o que se pensar do *Mahomet et Charlemagne*, morta, e a Europa a desabrochar? Isto significa, entre outras cousas, que na Europa é preciso olhar, daqui para o futuro, para o mar do Norte e para o Reno. Algo de análogo não se poderia ter dado em África?

Voltemos as costas ao Mediterrâneo, embrenhemo-nos no coração sertanejo sem receio da travessia do deserto. Na borda saheliana do Sudão (Sahel significa litoral, neste caso junto ao «mar arenoso e pedregoso»), eis que se desenham reinos, em breve impérios: Audaghoste a Oeste, Ghana a Leste. Mais longe para o Levante, os Sonrhai agitam-se perto do Níger e procuram construir um estado. Tudo isto põe igualmente um problema.

---

[6] No nosso estudo *O «Mediterrâneo» saariano e as caravanas do ouro* (São Paulo, 1956) encontrar-se-ão todas as referências e justificações. Ver também Bovill, *The Golden Trade of the Moors*, Oxford U. P., 1958.

Como é possível não notar o paralelismo de sintomas nas duas grandes áreas que se supõe que o Sáara separa? Os dois problemas não serão redutíveis a um só?

Na carta da África do Atlas catalão de 1375-1380 vemos desenhados, ao Sul da longa linha atlásica, um grupo de tendas e um homem montado num camelo; a legenda esclarece: «Tota aquesta partida tenens gens que son embossats, que nols veu hom, sino los uyls; e van en tendes, e fon cavalcades ab camels; e ay bisties qui han nom Lemp, e daquel cuyr fan les bones dargues». A figura do homem montado no camelo e a legenda (com ligeira variante) repetem-se na carta de Maciá de Viladestes de 1413 (ver em J. Cortesão, *Desc. Port.*, I). Mas a primeira referência, na Europa cristã, aos Berberes embuçados que deambulam pelo deserto a dorso de camelo remonta a umas décadas atrás, pois é-nos dada por uma legenda do planisfério de Giovanni da Carignano, de cerca de 1320. Em contraste com os sedentários dos oásis de tamareiras, vivendo nos «castelos» *(ksur)* e aldeias, surgem-nos assim os nómadas, cuja habitação é a tenda.

A existência de tribos nómadas cuja vida assenta na utilização do camelo é sem dúvida recente no continente africano. Que o dromedário seja autóctone ou tenha sido introduzido neste continente, qualquer que seja a data do seu aparecimento aí, um facto parece inegável: as suas conquistas desenrolam-se do século III ao VIII, o seu papel torna-se cada vez mais importante precisamente durante este período [7]. Anteriormente, é certo, o deserto não era inteiramente desabitado. Os Negros povoavam os oásis meridionais, os Berberes estavam instalados no Fezzan e noutros oásis do Sáara central, que aliás percorriam em carros de cavalos. Povoamento assás ténue, precário, impotente para articular dois mundos. Não havia grandes tribos nómadas, não havia grupos cuja existência tivesse como fulcro o camelo. A Cartago chegavam sem dúvida o ouro e os escravos, penas de avestruz e marfim vindos do Sudão, quer pelas escalas do Sáara central, quer talvez, mas é duvidoso, pela rota marítima (porquanto a troca muda narrada por Heródoto refere-se a uma via por mar e deveria localizar-se, de acordo com os testemunhos árabes e portugueses, junto ao Senegal). Estas chegadas de metal amarelo explicariam até, segundo a sedutora hipótese de E.-F. Gautier, a recuperação da economia púnica após as derrotas infligidas pelos Romanos. Estes continuaram a receber as mercadorias sudanesas ùnicamente pela via terrestre; todavia o ouro africano não desempenha na Romània um papel comparável, nem de longe, ao do ouro da Dácia, por exemplo: o império não rompeu o quadro mediterrâneo.

Pouco a pouco, os Berberes, a partir do século III, apropriam-se do camelo, desenvolvem a sua criação, e, armados com este poderoso meio de locomoção, disseminam-se dos confins sul-tunisianos e tripolitânicos para o Sul e o Poente. O camelo por si só quase basta para satisfazer todas as necessidades humanas: alimenta e mata a sede — pela sua carne e pelo seu leite —, serve de montada e de besta de carga, com o seu pêlo convenientemente fiado tecem-se as tendas e o vestuário. Como aguenta longos dias sem beber (embora tenha de beber muito), atravessa fàcilmente as solidões desoladas de outro modo quase intransponíveis ou que pelo menos só irregularmente se conseguem transpor, onde não surde a água nem se avista vegetação. Graças à domesticação do dromedário constituem-se as grandes tribos nómadas que percorrem o deserto em todas as direcções

---

[7] E. F. Gautier, *Le passé de l'Afrique du Nord*, Livro III, caps. 3 e 4; St. Gsell, *Histoire ancienne de l'Afrique du Nord*, I, pp. 59-61; Albertini, *L'empire romain*, cap. XI; Julien Guey, *Mélanges d'archéologie et d'Histoire* (1939), pp. 233 ss.; L. Leschi, *Rome et les nomades (Travaux de l'Institut de Recherches Sahariennes*, I, pp. 48 ss.); Carcopino, *Le Maroc*, p. 138; Emilienne Demougeot, *Le chameau et l'Afrique du Nord romaine*, em «Annales — Economies, Sociétés, Civilisations», 1960, pp. 209-247.

em busca de pontos de água e de magríssimas pastagens. A situação das populações dos oásis vai modificar-se: negros e brancos que aí viviam paupèrrimamente da cultura das miseráveis glebas no leito dos uedes ou em redor das fontes artesianas passam a ficar na dependência dessas tribos de longo raio de deslocamento, logo impossíveis de agarrar pelos sedentários. Por vezes as gentes desses lugarejos isolados conseguem refugiar-se no coração dos adrares, das serras saarianas, onde aliás não terão força para conservar por muito tempo a sua liberdade. A feição dos oásis como palmares de tamareiras, essa árvore cuja reprodução só por intermédio do homem se assegura, parece estar ligada em larga medida a toda esta revolução, pois tais palmares não existiam na época romana. Recurso novo e de alto valor para a vida humana no meio das areias e ao longo dos planaltos pedregosos, um laço mais quer entre as tribos nómadas e as aldeias camponesas, quer entre o deserto e o Maghrebe. Uma camada senhorial cobre agora os negros dos oásis; e a fim de manter esta população negra de cultivadores semi-livres — *harratin* — firmou-se a importação ampla e regular de cativos da Guiné. Ora em pequenas etapes, de pastagem em pastagem, ora em aventurosas cavalgadas, os cameleiros tinham, com efeito, chegado ao contacto do mundo sudanês ao longo do Sahel, ao longo do médio e alto Níger e do Senegal, enquanto ao Norte estão em relações com os camponeses e as cidades da orla meridional da Barbaria e da Tripolitânia. O Sáara deixa de ser factor a isolar a Terra dos Negros da África setentrional, e este mar arenoso e pedregoso passa como que a Mediterrâneo, sulcado pelas cáfilas de camelos e pelos cabildos nómadas, com as escalas das «ilhas» de sedentariedade — os oásis de tamareiras; nem sequer falta, para completar o símile, o corso — os ataques e roubos dos eternos salteadores. O Sudão deixa de viver fechado sobre si próprio, está agora voltado para o Maghrebe, e este por seu turno não se compreende sem aquele: uma teia económica os integra.

Por múltiplas correntes — as pistas caravaneiras —, o ouro e os escravos correm de oravante em caudal do mundo negro para Marrocos, Tremecem, Argélia, Ifríquia (Tunísia). Como não se pode comprar sem vender, por toda a parte na Barbaria os artífices lançam mãos a fabricar os artigos que os negros pedem; de modo que o florescimento urbano do século VIII, primeiro, e o dos séculos XI-XII, em seguida, significam génese e crescimento de cidades que são simultâneamente mercados de produtos sudaneses e centros mineiros ou de indústria metalúrgica ou têxtil. Basta nomear Sidjilmessa, Aghmate, Messa, Tadsi, Tarudante, Teijeute, Tagaoste, Marrocos (Marraquexe), Tremecem, para que este duplo carácter dos focos urbanos, e por conseguinte as razões profundas do seu aparecimento, não deixe quaisquer dúvidas. Escolhemos deliberadamente topónimos ao sul do Bu Regreg. Sabe-se que a Mauritânia tingitana dos Romanos não ultrapassava este rio para o meio-dia, não mordia sobre quase toda a meseta marroquina, o Alto-Atlas, o Suz e o Anti-Atlas: Marrocos não existia. A conversão das populações ao Islame, e principalmente o despertar das regiões meridionais graças ao ouro e aos escravos, destruiram a barreira entre civilizações que o Bu Regreg constituira, e geraram a civilização marroquina. É o Mediterrâneo saariano que ilumina com os seus projectores esta viragem decisiva da história profunda de Marrocos [8]. Como compreender as paisagens pintadas pelos canaviais de açúcar no Suz, na bacia do uede Náfis (perto de Marraquexe) e nos arredores de Ceuta, sem a mão-de-obra negra, isto é, sem os escravos trazidos pelas caravanas que vêm do Senegal e do Níger?

---

[8] Ver o nosso estudo *As sociedades e economias do Noroeste africano — Marrocos*, cap. 7.

Parece que a Antiguidade utilizou tão-só três ligações entre o mundo mediterrâneo e o Sudão. A existência de uma delas, a via marítima ligando feitorias estabelecidas ao longo das costas saarianas e guineenses, é aliás assás problemática, e seja como for não sobreviveu a Cartago (9). A outra via, cuja existência é indubitável, partia das cidades da Tripolitânia e da actual Tunísia, ia ou a Ghadamés e ao Ghate, ou ao Fezzan, e em seguida embrenhava-se pelo Tassili dos Ajjers e pelo Ahaggar, bifurcando pelo Adrar dos Iforas, por um lado, pelo Air, do outro, até o mundo negro. A terceira, atestada ùnicamente pelo alinhamento das estações rupestres e pela prosperidade de Lixus (no caso de não a explicarmos pelo tráfico marítimo), atravessava o Sáara sub-atlântico; em período algum foi animada por circulação intensa, se jamais chegou a ser uma via de comunicação mercantil em vez de mero caminho de migração. De resto este tráfego não estava ainda armado com o meio de transporte não mecânico que é o mais eficaz para o deserto: o dromedário.

A grande novidade do Mediterrâneo saariano que surge no século VIII reside neste ponto: a creação de toda uma rede caravaneira desenhando as suas pistas através do Sáara central e ocidental. Infelizmente, é só a partir de meados do século X que podemos rastrear o seu traçado e seguir a sua evolução. Para três séculos, a uma centena de anos de intervalo, Ibne Haukal, El-Bekri e Edrici permitem-nos cartografar as rotas e surpreender as suas modificações. O século XIII e o primeiro quartel do XIV estão em branco. A partir de 1340, graças ao *Massalik*, a Ibne Batutah, a Ibne Khaldune e aos mapas catalães, no século seguinte e em começos de Quinhentos graças à carta de Malfante, à narrativa de Cà da Mosto, às fontes portuguesas e à «suma» geográfica de Leão o Africano, volta a ser possível traçar os principais itinerários e algumas das suas vicissitudes (10).

§ 2 — *As pistas caravaneiras e as correntes de trocas através do Sáara atlântico — de Takrur, Audaghoste e Ghana aos oásis sul-marroquinos*

Entre o arco da costa atlântica e outro arco grosseiramente concêntrico passando por Uadam, o Sáara estreita-se no seu comprimento meridiano. Do Sul, o Sahel e a zona sub-saariana avançam até à latitude do cabo Mirik (19° 22′); ao Norte o uede Não, o uede Dar'a e o Seghiet el-Hamra conquistam à desolação largas áreas de vida. Através do Sáara atlântico encontram-se fàcilmente pastagens e pontos de água. Eis, portanto, um domínio de predilecção para os nómadas, que não deixam de o percorrer em todos os sentidos e durante enormes percursos, com as suas manadas de camelos e bois e os seus rebanhos de carneiros e cabras. Via de comunicação natural, pois, entre o Senegal e o Suz.

Além disso, ao longo do litoral, Berberes azenegues que se consagram à pesca com rede conseguem viver em sedentariedade muito precária em pobres aldeolas. Os nómadas compram-lhes ou roubam-lhes o pescado seco ao sol. Desde Biach (16° 40′), ao Meio-Dia, até Marsa (18° 20′) e, mais ao Norte, nas imediações da Ponta de Tofia (cabo Mirik), o mar depositou outrora, e deposita ainda, quando uma pluviosidade excepcional ajuda, camadas de sal nas bacias desenhadas

---

(9) Os trabalhos de R. Mauny põem-na fortemente em dúvida. Segundo este investigador, as galés de Hánone não teriam ultrapassado o Sul marroquino. Ver, em último lugar, *La navigation sur les côtes du Sahara pendant l'Antiquité*, na «Revue des Etudes Anciennes», Bordeaux, 1955, pp. 92-101.

(10) Para o que vai seguir-se comparem-se o mapa no texto, fig. 7 (p. 71), relativo aos sécs. XI-XII, e o mapa em extra-texto «A civilização cameleira e as pistas trans-saarianas no séc. XV» (a linha ponteada indica o limite setentrional do Sahel).

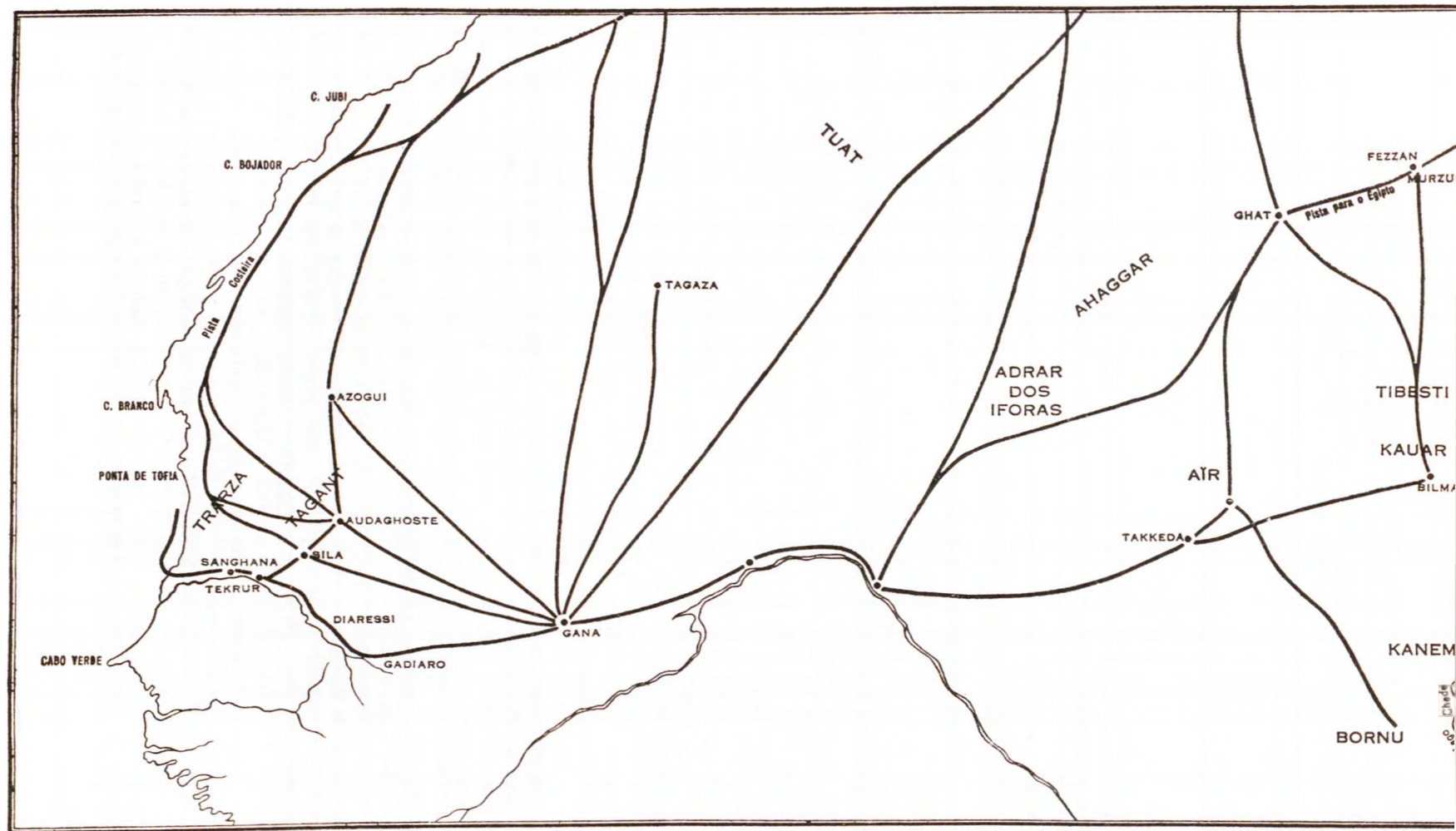



Fig. 7 — AS PISTAS TRANS-SAARIANAS NOS SÉCULOS XI - XII

pelas dunas que as eufórbias e a tamarix atapetam. Algumas destas *sebkhas* fornecem até o sal em barras, tão cómodo de transportar a dorso de camelos. Desde o século X, o mais tardar, caravanas em proveniência da cidade berbere de Audaghoste atravessam o Tagante e vêm a Aulil, isto é, à região de Trarza, carregar sal para o levar aos mercados negros. Esta corrente de trocas através do Sahel e da zona sub-saariana manteve-se no decurso dos séculos seguintes, e pode-se documentar a sua persistência à volta de 1500. No século XII, as pirogas de tucurores e jalofos desciam o rio Senegal, desde as cidades de Barisa, Silla e Tacum até a foz, subiam ao longo da costa, carregavam as barras de sal nas sebkhas em exploração, e regressavam pelo mesmo caminho a vendê-las a todas as aldeias e cidades de negros. Ignoramos em que data esta estrada fluvial--marítima deixou de ser frequentada, parece que no século XV as pirogas já por ela se não aventuravam. Do litoral, os cameleiros Beni Goddala e os barqueiros negros levavam igualmente âmbar cinzento, e nas florestas de *Acacia verek* do Dahar e do Iguidi saheliano (não confundir com o erg Iguidi) abasteciam-se de goma. Trazidas para as cidades do Alto Senegal, para Audaghoste (no Rkiz, como localizaram as pesquisas de Mauny) e Ghana (no Uagadu), estas duas mercadorias eram em parte reexportadas com destino a Marrocos.

Outras caravanas transportavam directamente o âmbar cinzento e a goma das regiões de Trarza e de Arguim para os mercados do Suz, do Dar'a e do Tafilelte. Nos pontos de partida, ao longo do baixo e médio Senegal, compravam também ouro e escravos. De Aulil, levavam um mês e meio a dois meses para chegar quer a Nul (junto ao uede Nun ou Não), quer a Sidjilmessa. Deviam acompanhar de bastante perto a costa até as vizinhanças de Arguim, encontrando todos os dias poços na areia, de uma profundidade de 1,5 a 4 m.; depois afastavam-se talvez uma ou duas jornadas para o interior, a fim de aproveitarem uma fieira de poços furados na rocha a uma profundidade de mais de 20 m. e distantes entre si 2 a 3 jornadas de marcha; iam dar perto do rio do Ouro, donde passavam ao Seghiet el-Hamra e finalmente a Dar'a, o «país do anil». Não é fácil averiguar se estas caravanas, de que El-Bekri fala explicitamente, continuaram com regularidade, ou se as trocas passaram a ser efectuadas só graças às deambulações das tribos nómadas. A primeira hipótese enquadra-se muito melhor no que sabemos dos mercados do uede Não, do uede Messa e do Suz, assim como no que nos dizem as fontes portuguesas.

Através do Sáara atlântico, uma outra rota se estabeleceu desde cedo — desde o século VIII o mais tardar —, a qual une o Rkiz, o Tagante e o Senegal aos oásis do Sul de Marrocos. Os mercadores de Sidjilmessa encaminhavam-se pelo país de Dar'a para a vertente meridional do Anti-Atlas, onde se encontravam com os mercadores vindos do país do açúcar e dos metais (Suz); neste ponto de encontro, favorecido pela existência de uma mina de prata, uma cidade nasceu, Tamedelte, «fundada» por Abd Allah Ibne Idris. Posteriormente, os *ksur* de Ofrane suplantá-la-ão. A viagem do Tafilelte aqui durava 11 dias, e de Igli (a cidade que precedeu Tarudante) a Tamedelte contavam-se seis. A caravana metia-se a caminho e logo a uma jornada de marcha podia refrescar-se no «poço dos cameleiros», o primeiro dos poços furados por iniciativa de Abd er-Rahman Ibne Habib, o conquistador árabe, durante o segundo quartel do século VIII. Transpõe-se em seguida o Djebel Bani, cujo solo pedregoso faz sofrer as patas dos camelos. Eram necessários ainda dez dias para chegar ao sopé ocidental do Adrar mauritânio, nó de todas as pistas que se dirigem para o Sudão; de caminho teve-se a sorte de matar a sede em 6 poços e fontes, a etape mais longa sem água foi de quatro dias. O Adrar era um ninho de salteadores, e continuou a sê-lo até o século XVI: os nómadas Guzula e Lamta vinham aqui pilhar as cáfilas. De novo em marcha, caminhava-se durante cinco jornadas sobre

dunas de areia — um *erg* — e uma semana depois começavam as precauções contra os salteadores negros que andavam à espreita. Do Adrar a Audaghoste a caravana fazia aguada por cinco vezes em poços cuja distância oscila entre uma e três jornadas. Os que partiam de Sidjilmessa chegavam à vista da capital dos «embuçados» do Rkiz e do Tagante um mês e meio a dois meses após a partida. Esta pista continuava a ser frequentada durante a segunda metade do século XII, porque é a ela que Ibne Saíde parece referir-se num texto transmitido por Abulfeda.

A principal escala desta pista era a serra Bafor (o Adrar mauritânio), ou antes, a sua periferia. Desde o século VIII existia aí, perto da futura Chinguetti, a aldeia de Abeir, mas como a rota se deslocou um pouco para Oeste, foi substituída, no princípio do século XI, pela cidade de Azogui, situada num palmar a 13 km. a Oesnoroeste da actual Atar, quer dizer, já a poente da arriba principal.

A formação do império almorávida teceu entre o Senegal e o Maghrebe el-Aksa novos laços; de oravante entre as cidades do reino tucuror — Silla, Takrur — e os oásis do Sul marroquino as cáfilas circulam regularmente, seguindo uma rota que em 25 dias conduz a Azogui, onde se bifurca, para ir dar quer a Sidjilmessa, a Nordeste, em 13 dias, quer a Nul, a Noroeste, num pouco mais de uma semana. De Ghana, também se vinha pelo Tagante a Azogui, para seguir depois para o Norte uma das duas pistas que acabamos de traçar. Poços assás numerosos balisavam o caminho tanto do Senegal como do Uagadu à cidade berbere do Adrar, cuja função e fortuna lhe serão arrebatadas nos séculos XIII e XIV por Uadam, quando as rotas se deslocarem fortemente para Leste.

Se compararmos a descrição de Ibne Haukal com as de El-Bekri e Edrici, algumas diferenças ressaltam. O primeiro descreve só duas pistas caravaneiras no Sáara ocidental: a de Audaghoste, Aulil, Sidjilmessa, quer dizer costeira, e a pista mais directa entre aqueles dois extremos, pela serra Bafor, menos longa cerca de meio mês. Haverá que concluir que Ghana só tinha relações com Marrocos por intermédio da capital berbere do Rkiz e Tagante? Que os mercadores do Suz tinham de passar pelo Tafilelte para negociar com a Guiné? À segunda pergunta responderemos resolutamente não: as caravanas de Sidjilmessa torcem caminho precisamente na direcção do Anti-Atlas, seria por conseguinte bem pouco natural que as cáfilas do Suz fossem até o Tafilelte para depois recuarem. À primeira pergunta é muito difícil de responder.

Em Ibne Haukal, não há dúvida: nenhuma referência a rotas que atravessem o Sáara a Leste do Adrar mauritânio e a Oeste do Adrar dos Iforas e do Ahaggar. Equivalerá este silêncio a uma prova de inexistência? Seria bem temerário concluí-lo. Decerto, o Sáara atlântico é muito mais fácil de atravessar, e não é inverosímil que os mercadores em viagem para Ghana desviassem a princípio o caminho para passarem por Azogui, ou até por Audaghoste. Já, todavia, um século mais tarde, El-Bekri descreve uma pista que liga o uede Dar'a a Ghana sem, ao que parece, cortar o Tagante. Da capital do império sarakolé, as cáfilas iam à serra Bafor, passando primeiro nas imediações da futura Tichite e internando-se em seguida numa «solidão desolada» — um erg; balisada por assás numerosos poços (distantes em média de duas jornadas), a via do Adrar a Dar'a atravessava o Sáara atlântico, sobrepondo-se à que de Azogui se encaminhava a Nul ou a Sidjilmessa. No século XIII as caravanas frequentavam ainda a mesma pista, cuja escala essencial continuava a ser Azogui, e nos arredores desta cidade berbere os Lamta espiavam sempre, prontos a pilhar as mercadorias e a cativar os mercadores. Cerca de 1500 o termo meridional já não era Ghana mas sim Ualata; no entanto, as cáfilas seguiam ainda o mesmo itinerário por Tichite, serra Bafor e uede Dar'a até o Suz (como atesta Leão o Africano).

De Aghmate, das cidades do Suz, de Nul, das cidades do Anti-Atlas e do «país do anil» (Dar'a) e de Sidjilmessa, as cáfilas de camelos levam cobre e panos, bijuteria de vidro, de conchas e de pedras, cauris e perfumes, drogas e tâmaras. Com estes produtos, os mercadores do Norte compravam em Ghana, Audaghoste e Takrur ouro, escravos, goma, âmbar cinzento. O ouro forneciam-no os mineiros do Bambuk, Gangaran, Mandinga e Buré. Os Berberes, os Sarakolés e os Tucurores andavam à caça ao negro ao Sul do Senegal e a Oeste do Falémé, quer dizer, na região do Futa Toro, e vendiam os cativos para Marrocos e Tremecem. O âmbar cinzento, traziam-no os *azalai* (caravanas de sal) que vinham das sebkhas da costa (Trarza e Arguim). Os bosques de *Acacia verek* do litoral e da região entre Arauane e Tombuctu, assim como as pequenas matas de árvores da goma que se encontravam ao longo do mar até Arguim e na serra Bafor, davam a goma tão apreciada da indústria da seda do reino granadino.

§ 3 — As pistas das cáfilas e as correntes de trocas — A rede central

Desde a primeira metade do século XI, se não muito antes, os negros exploravam as salinas de Taghaza, na extremidade ocidental-meridional do erg Chech Todos os anos os *azalai* chegavam, carregados de barras, a Ghana e às outras cidades do império sarakolé. A cidade edificada em sal não era ainda, ao que parece, uma escala nas correntes de trocas entre o Maghrebe e o Sudão.

Na descrição de El-Bekri e na *Geografia* de Edrici lemos por duas vezes referências ao itinerário seguido pelas caravanas de Sidjilmessa a Ghana. Uma das vezes, não há sombra de dúvida, percorrem o Sáara atlântico até Azogui, para rumarem depois ao Sueste. Os outros textos, ao invés, parecem descrever uma rota nova ligando quase em linha recta as duas cidades. Com efeito, segundo o geógrafo do século XI, «Lorsqu'on part de Sidjilmessa pour se rendre à Ghana, dans le pays des noirs, on doit marcher pendant deux mois à travers un désert inhabité. Dans cette vaste région, on rencontre quelques nomades qui ne s'arrêtent nulle part» e que não têm cidades. Reportemo-nos a Edrici: ele sublinha que nem de Dar'a a Azogui nem desta escala ao país de Uagadu se atravessa um deserto tão terrível como o de Nisar — 14 dias sem encontrar água; quantas vezes a água transportada nas *guerbas* se esgota e é preciso matar camelos para beber as suas reservas de líquido. Como não ficar com a impressão de que se trata dos ergs ao Norte e ao Sul de Taghaza? Algumas frases de Ibne Saíde, reproduzidas por Abulfeda, dizem verosìmilmente respeito a esta mesma pista: 50 jornadas de marcha de Sidjilmessa a Ghana percorrendo extensos desertos áridos... É certamente tal rota que o planisfério do genovês Giovanni di Carignano (cerca de 1320) nos mostra: de Sidjilmessa a Ualata gastam-se 40 dias através de desertos onde se não acha nenhuma povoação nem água.

Seja como for, é incontestàvelmente à exploração do sal em Taghaza que se deve o desenvolvimento, se não a própria génese, desta pista mais curta desenhada através de um meio físico tão hostil. As escavações arqueológicas patenteiam que Taghaza vive sobretudo do que lhe vem do Norte. Os géneros alimentícios, em especial as tâmaras, a utensilagem mineira de cobre, a baixela de louça vêm-lhe das regiões do Dar'a e do Tafilelte, e é do Norte que Taghaza é mais fàcilmente abastecida. Mas inversamente o produto único da sua actividade, o sal, só num sentido se escoa, e é o oposto: para o Sul. Consequência lógica: a cidade de sal-gema apenas pode existir como escala numa rota pela qual se permutam os produtos da Barbaria e os do mundo negro.

Se Taghaza atraiu a si, no decurso do século XIII, a via caravaneira que anteriormente conduzia do Tafilelte ao império sarakolé através do deserto de

Nisar, não se julgue ser esta a única vicissitude deste rio de trocas que tantos historiadores supõem imutável. Na verdade, a frequentação desta pista, junta às ameaças dos «embuçados» de Audaghoste contra a capital negra, levaram à creação, cerca de 1224, de uma cidade nova a Nor-nordeste de Ghana e ao Sul de Taghaza, no Sahel: queremos nomear Ualata. A meio do século o império sarakolé afunda-se sob a dupla pressão dos ataques dos cameleiros berberes e do crescimento da potência mandinga. Guerras e curvas de impérios que se limitam a traduzir a áspera luta pelo monopólio dos termos meridionais do tráfico trans--saariano: o fio condutor destes acontecimentos é o mesmo que Maurice Lombard surpreendeu na história das hegemonias no Maghrebe. Ao eclipse de Ghana corresponde a ascensão de Ualata, de oravante termo desta pista.

Foi este o caminho que Ibne Batutah seguiu em 1352. Tendo descido ao longo do uede Ziz, chegou, 23 dias depois de partir de Sidjilmessa, à cidade da mina de sal, aonde passou dez dias em sofrimentos e privações. Aqui é que a caravana fez provisão de água para a travessia do deserto, que demora dez dias; felizmente encontrou no caminho poças deixadas pelas chuvas, onde homens e animais mataram a sede e se lavaram. Esta etape conduziu-os a Taçarahla, outra aguada; aqui pararam três dias. Em seguida a cáfila atravessou o deserto de Djuf, e após uma semana de caminhada entrou no Sahel, percorrido pelos «bois selvagens» — os antílopes Addax; membros das tribos dos Messufah e dos Bardamah, vindos ao encontro dos mercadores, venderam-lhes odres cheios de água. Finalmente, ei-los em Ualata: tinham passado dois meses.

Em breve nova transformação, desta feita no termo setentrional, veio alterar a rota de Taghaza. Conflitos sociais em que a paupérrima plebe industrial e camponesa se opõe à opulenta classe dos comerciantes, estalam em Sidjilmessa. Como sempre, os nómadas, esses eternos salteadores das cidades cuja vida fácil e cujo luxo invejam, precipitaram-se sobre um foco de riqueza convulsionado nos seus alicerces. Em 1362 os árabes D'ui'Amran, Monabbah e Ho'sein pilhavam e destruiam Sidjilmessa. O tráfico trans-saariano não desertou por completo o Tafilelte; é ele que nos séculos XV e XVI edificará ainda a fortuna das cidades novas de Tebuhasante e Manum. Todavia, estas recém-vindas nunca conhecerão o florescimento de dois outros centros mercantis, um a Leste — Tuate — e o outro a Oeste — Ofrane, no Anti-Atlas. A prosperidade de Ofrane, geraram-na as minas de cobre e prata; a dos oásis tuatianos resulta do desenvolvimento de relações directas com Tremecem, que até aí comerciava com a Guiné ùnicamente por intermédio de Sidjilmessa.

Nesta época, novas transformações se tinham já operado no Sul. Junto ao Níger, a nascente do lago Faguibine, no princípio do século XII, de uma aldeia de palhotas que nascera à volta do ano 1000, cresceu uma cidade que será o maior empório sudanês durante a Idade Moderna. A partir da segunda metade do século XIV, Tombuctu vai açambarcar a parte de leão do comércio trans-saariano em detrimento de Ualata, assim como esta suplantara Ghana. De Taghaza as caravanas dirigem-se para Arauane, donde vão a Tombuctu. Todavia, a sua rival não se submerge, ao invés do que acontecera à capital sarakolé. É que não só as cáfilas não cessam de aí chegar, mas também o início da exploração da sebkha de Idjil revigora a velha pista que ligava o Uagadu ao Adrar por Tichite. Ora, Ualata encontra-se precisamente na linha por onde têm de passar os *azalai* que se encaminham quer para Tombuctu quer para Mali.

Duas razões é possível aventar para explicar a exploração de novas salinas. Ter-se-ia dado uma baixa de produção em Taghaza ou em Trarza? Não é inverosímil. Esta diminuição teria provocado uma alta do preço do sal em Mali. Ora, Ibne Batutah conta-nos que na capital do império mandinga 4 barras de sal (a carga de um camelo) se vendiam por 20 a 40 miticais; segundo Cà da Mosto,

um século volvido, a mesma quantidade valia, no mesmo mercado, 200 a 300 miticais; ao dealbar do século XVI, quando a sebkha de Idjil está já em exploração, a carga de sal e o camelo vender-se-ão conjuntamente em Tombuctu, segundo Valentim Fernandes, por 100 a 120 miticais. Alta muito forte primeiro, baixa assás sensível em seguida? Quão temerário seria afirmá-lo sobre tais dados que não permitem qualquer construção científica. Mas a presunção persiste. Mesmo aceitando-os, porém, uma outra hipótese fica em aberto: um acréscimo da quantidade de ouro no mercado, seguida de uma contracção. Poder-se-ia invocar igualmente um incremento da procura de metal amarelo, estimulando uma oferta maior de sal para o comprar.

Mercado do sal de Idjil, Uadam, a cidade a Leste do Adrar, venceu Azogui como nó das vias trans-saarianas ocidentais. Era evidentemente a antiga pista do Uagadu a Dar'a que fazia a sua fortuna, com a única diferença que frequentemente as caravanas iam até Tombuctu em vez de ficarem em Ualata. Em meados do século XV, Uadam era o grande fornecedor de ouro e escravos em proveniência do Sudão, a todas as cidades do Marrocos atlântico. O comércio com a feitoria portuguesa de Arguim contribuirá também para o seu desenvolvimento, e aí mesmo funcionará uma feitoria portuguesa no reinado de D. João II. Uadam estava ainda em relações com Taghaza e, por esta escala, com o Tafilelte e o Maghrebe central.

Estas cáfilas não se distinguem, quanto às mercadorias que circulam nos dois sentidos, das que estudámos atrás. Quando muito poder-se-á acrescentar, no rol das exportações do Sudão para o Norte, as nozes de cola (desde, pelo menos, o segundo quartel do século XIV) e o marfim; e na lista das importações em proveniência da Barbaria, os cavalos. É, contudo, bastante provável que estas mercadorias fossem igualmente transportadas pelas caravanas do Sáara atlântico.

O fim do século XI e o começo do século XII trazem-nos ainda a novidade de outra rota nesta rede central, além da que liga directamente Sidjilmessa a Ghana. Desta cidade sarakolé ia-se aos oásis de Uargla, no Sul argelino; levava-se um mês a fazer a travessia do deserto, segundo Edrici: número evidentemente demasiado curto. Não dispomos de informações acerca do itinerário; é natural pensar que passava pelo Tuate e por Gurarah. Esta pista viveu longa vida, apenas o seu termo sudanês mudou: nos séculos XIV e XV Ualata e Tombuctu substituiram Ghana. Estas caravanas serviam Tremecem, Argel, Bugia e as cidades da Ifríquia. Parece que por vezes, em lugar de passarem pelos oásis tuatianos, faziam escala em Tabelberte, entre a bacia do uede Saura e o Tafilelte, donde se dirigiam para Tremecem.

§ 4 — *As pistas das cáfilas e as correntes de trocas. — A rede oriental*

As ligações de que acabamos de falar são certamente recentes. É preciso não esquecer, é verdade, que entre os oásis setentrionais o Tuate é aquele que está a latitude mais baixa (pois o Tidikelte só em pequena parte se encontra povoado na Idade Média), e que é entre Tombuctu e Gao que o Níger mais avança para o Norte. Todavia, do cotovelo do rio aos oásis tuatianos a travessia é particularmente rude, porque se trata de um *tanezruft*, um deserto absoluto, completamente nu de vegetação e desprovido de água. Estas razões geográficas explicam que as caravanas tenham preferido durante arrastados séculos fazer um longo desvio, em vez de encurtarem caminho.

Sublinhámos já que, de todas as rotas trans-saarianas, as do Sáara central são incontestàvelmente as mais antigas. Ainda no século X, Ibne Haukal, que nada diz de pistas entre o Adrar mauritânio e o Adrar dos Iforas, descreve uma

grande rota caravaneira cujo ponto de partida é na Tripolitânia, junto ao mar, Adjedabia; essa rota cortava o Fezzan, onde se dividia em dois ramos: um ia ter ao país haússa e ao Médio Níger (Dendi), com escala provàvelmente em qualquer povoação do Air, e outro desembocava em Gao, depois de passar pela serra dos Iforas. Dois séculos volvidos, Barca substituirá Adjebadia, em profunda decadência, e entre o porto marítimo e o Fezzan reanimar-se-á uma escala, Audjala, a Augila de Ptolomeu, oásis de tamareiras no meio das areias, muito frequentado porque na rota que conduz quer ao Kaüar e ao Bornu, quer aos países a Leste do Níger.

Paralelamente a esta pista de Barca ao Fezzan, uma outra se traçou desde cedo mais a poente. Com ponto de partida em Tunes, descia a Nefzaúa, dirigindo-se seguidamente para Ghadamés (oásis conhecido dos Romanos sob o nome de Cydamus), continuava para Ghate, donde ia ao Air e ao «país dos negros Kanem», ou seja, à região entre o Médio Níger e o lago Tchade, imenso reservatório de magníficos escravos e foco de uma indústria têxtil cujos panos de algodão eram muito procurados. De Ghate um outro ramo ia a Gao, atravessando o Adrar dos Iforas, onde Tadmekkete entra em concorrência com a cidade mais antiga de Sama, ambas, aliás, habitadas por Berberes Mulethmin (embuçados) que tinham vindo sobrepor-se a uma população negra. Ao Norte, as caravanas vindas de Trípoli pelo Djebel (= serra) Nefussa entroncavam também em Ghadamés, onde carregavam peles da indústria local com destino ao Sul. Pela pista que do cotovelo do Níger ia a Barca e a Trípoli seguiam para o Mediterrâneo os «grãos do paraíso» — a malagueta, proveniente do Alto Gâmbia e Alto Níger, da Serra Leoa e sobretudo, como seria de prever, da costa da Malagueta ([11]).

As caravanas que ligavam a Ifríquia ao Níger passando por Ghadamés e Ghate sofriam a concorrência das que encurtavam caminho, conquanto à custa da travessia mais penosa, do Adrar dos Iforas a Uargla, donde seguiam por Teggurte até às cidades da Barbaria oriental. Os oásis de Uargla e Tafilelte eram os principais fornecedores de tâmaras ao Sudão. Do Maghrebe central e de Marrocos ia-se a Gao fazendo caminho pelo Tuate, Ahaggar e Tadmekkete, o mais tardar desde a primeira metade do século XIV. O Ahaggar tornou-se um nó de pistas caravaneiras por causa das suas pastagens, das suas glebas semeadas de cereais e dos seus palmares de tamareiras; é, porém, provável que no estabelecimento da rota Gao-Tadmekkete-Ahaggar desempenhasse um papel de primeiro plano a mina de sal de Tutek, na vizinhança desta última serra, tanto mais que estava em exploração desde pelo menos o século XI.

Para ir do Egipto ao reino sonrhai (Gao) podia-se ir primeiro a Trípoli ou Barca, e daqui quer a Ghadamés quer ao Fezzan; a partir destas escalas sabemos já quais as pistas que levavam ao Níger. No entanto, as cáfilas não se davam geralmente ao trabalho de fazer este desvio pelas cidades do litoral, internavam-se a direito de Siuah a Augila e daqui ao Fezzan.

Nesta teia caravaneira do Sáara central, uma rota segundo a direcção do paralelo unia Gao aos oásis de Bilma, ao Kaüar, por Takeda e pelo Sul do Air, tendo de atravessar dois tanezruftes, um a oeste e outro a levante desta montanha. Trata-se de uma das mais importantes correntes de trocas do mundo saariano-guineense, graças ao sal, indispensável à alimentação dos negros, e à pedra ume, de aplicação na tinturaria e nos curtumes. As cáfilas partiam de Bilma carregadas de alúmen e iam, quer pelo Fezzan, quer pelo Air, vendê-lo ao Egipto, a Uargla e até a Marrocos. Os pães tronco-cónicos de sal, pelo contrário, seguiam o caminho do Air e de Takeda, e eram vendidos nas cidades do cotovelo do Níger; expe-

---

([11]) Ver o cap. I da 2.ª Parte.

diam-nos igualmente para o Bornu. Em Takedda, escravos negros submetidos aos «embuçados» Bardamah exploravam as minas de cobre, as únicas deste metal que existiam em todo o mundo saariano-sudanês; o cobre era a matéria-prima tanto de uma parte da utensilagem (utilizava-se também o ferro da serra Leoa), como da bijuteria e das múltiplas espécies de bacias tão apreciadas pelos negros. Na época em que o império de Mali se estendeu até o Air, a exploração das minas deste metal constituía a segunda fonte de receita do imperador, depois da que provinha do trato do ouro.

Esta pista balisada por Bilma, Air, Takeda e Gao formava a metade oriental da grande rota que acompanha a orla do Sudão e do Sáara — a rota saheliana. Das cercanias da foz do Senegal vinha-se às cidades de Sanghana, Takrur, Kugha e Audaghoste; daqui passava-se a Ghana, da capital sarakolé continuava-se até Tiraca (a leste do lago Faguibine), que Tombuctu destronará, e em seguida acompanhava-se o rio Níger até à capital sonrhai. Do mar ao Alto Senegal, ao Tagante, ao Uagadu, as cáfilas de dromedários e as pirogas acarretavam o sal, a goma, o âmbar. Em Audaghoste e Ghana, primeiro, em Ualata e Tombuctu desde o século XIII, vinham cruzar as cáfilas de metal amarelo vindas do Meio Dia; se uma parte do ouro tomava o caminho dos oásis sul-marroquinos e sul-tremecenenses, outra corria pela rota desenrolada ao longo do paralelo, no sentido ocidente-oriente, enquanto no sentido oposto chegavam o cobre de Takedda e os panos do Egipto.

Não era só o reino egípcio que estava em relações regulares com a bacia do Níger. Vejamos um episódio de começos de Quinhentos. Tristão da Cunha deixara em Melinde Fernão Gomes e um mouro a fim de, cumprindo ordens régias, fazerem o caminho a Portugal por terra; despachados por Albuquerque, o mouro indica que seu caminho havia de ser pelo sertão de Bárbora e Zeila e pela terra do Preste João, nas cáfilas regulares, e assim se propunha ir a Tombuctu e daqui a Arguim pelo rio Senegal, pois este caminho andara ele já ([12]). Certamente seguiria pelo Godjam e por Darfur ao lago Tchade, e daqui pela pista já nossa conhecida.

§ 5 — *Dos oásis setentrionais às cidades maghrebinas* ([13])

Um dos factos essenciais para compreender a circulação no Sáara e entre a Barbaria e o Sudão é o alinhamento, desde o Atlântico aos confins da Tunísia e da Tripolitânia, de uma série de oásis a curta distância dos centros maghrebinos. Das serras do Maghrebe descem cursos de água quer para o Sudoeste quer para o Sul quer para o Sudeste: os uedes Não (ou Nul), Dar'a, Rheriz e Ziz, Guir, Zusfana e Saura conquistam à desolação dos ergs e hammadas (planaltos pedregosos) faixas verdejantes onde os homens podem viver na sedentariedade; estes corredores de vida abrem vias fáceis de penetração no deserto. Por outro lado, os grupos humanos furam e instalam fontes artesianas ou aproveitam a água que brota na periferia dos planaltos calcários: um palmar vem assim animar com a sua mancha a solidão. Rega-se a terra, semeia-se à sombra das tamareiras, consegue-se desta sorte ceifar pequenas colheitas de pão. Os sedentários destes oásis sofrem de escassez de cereais e carne, ao passo que dispõem de um excedente de tâmaras. Eis engendrado todo um movimento de trocas. Os nómadas comprarão as tâmaras contra gado; dos campos maghrebinos vão trazer trigo e

---

([12]) *Comentários de A. de Albuquerque*, Parte I, cap. LIV.

([13]) Acompanhe-se com o mapa em extra-texto a cores «A amoedação no Maghrebe, a civilização das tamareiras e as pistas setentrionais no século XV»

cevada, para regressarem dos oásis com tâmaras que venderão nos *suks* (açougues, em sentido lato) da Barbaria, donde também trazem aos sedentários dos palmares produtos industriais.

Um circuito comercial se fecha assim entre a feira de oásis de tamareiras, ao Sul, e Marrocos, Tremecem, a Argélia e a Ifríquia, ao Norte. Entre os dois semi-círculos, os nómadas Zenata e, a partir do meio do século XI, os Beduínos, andam em constante vai-e-vem. Grandes cameleiros, sem dúvida, mas com rebanhos de gado miúdo de longe mais ricos do que os dos «embuçados» Sanhadja; além disso, senhoreiam os campos de sementeiras no Tell, ao invés do que acontece com os cabildos que nomadizam entre a faixa dos oásis setentrionais e o Sahel sudanês. Além desta função de fornecedores de tâmaras e compradores de pão e produtos industriais, no circuito económico que os liga ao Maghrebe, os oásis são indispensáveis escalas no tráfico trans-saariano. Alguns dentre eles têm ainda uma actividade industrial, mineira e metalúrgica ou têxtil ou de preparação de coiros; os seus produtos escoam-se para o mundo negro, donde em contrapartida recebem os escravos que formam a mão-de-obra de uma pobre agricultura.

No Sul de Marrocos as rotas trans-saarianas desembocam em três pontos principais: Nul, no uede Não ou Nun, a que mais tarde Tagaoste fará vitoriosa concorrência, Ofrane, perto das minas de cobre e prata, na falda meridional do Anti-Atlas, e finalmente Sidjilmessa. De Nul, Tagaoste e Ofrane as cáfilas carregadas de ouro, escravos, goma e âmbar iam a Messa, onde se descarregava uma parte das mercadorias, pois os europeus vinham aqui por mar comprá-las desde o século XIII; a caravana prosseguia até às cidades do Suz, focos da indústria do cobre e da indústria têxtil, cujos produtos os negros solicitavam; do Suz enviava-se outra parte da carga, acompanhada do açúcar da produção local, para Aghmate e Marraquexe. Nestas duas cidades do Haúz terminava igualmente um dos ramos do tráfico que articulava Sidjilmessa ao mundo marroquino: desciam-se as margens do uede Ziz, para atravessar, em seguida, o deserto até Beni Sabih (no Dar'a), donde se subia o curso do Dar'a, e depois transpunha-se o Alto Atlas; a estrada em semi-círculo passando por Beni Sabih evitava o obstáculo do Djebel Sagho. Era este o caminho que as caravanas percorriam nos séculos XI e XII. Ignora-se quando é que se começou a frequentar uma outra via, mais curta, que da planície do Tafilelte subia o rio Rheriz e o seu afluente Todg'ah, continuava para Leste pelo alto vale do uede Dadés (a pista desenhava-se entre o Alto Atlas e o Djebel Sagho) e galgava o Alto Atlas pelo vale de Taçaúte; a caravana fazia escala em Madinah (Damnat) e acompanhava em seguida o rio Tensifte até Marraquexe ou dava meia volta à esquerda para ir a Aghmate. Ao todo, oito dias ou pouco mais. O Tafilelte e o país de Dar'a comunicavam entre si quer pelo Norte do Djebel Sagho (vales do Todg'ah e do Dadés), quer, as mais das vezes, ao longo do seu bordo meridional: nesta viagem mais curta gastavam-se só três a cinco dias. Era por Dar'a que o Tafilelte e o Suz comunicavam; para ambas as regiões os sedentários do Dar'a exportavam o anil, que vinham comprar a Sidjilmessa os mercadores marroquinos e tremecenenses.

O comércio de Sidjilmessa com Fez efectuou-se primeiro, ao que parece, por intermédio de Aghmate. Mas uma outra rota, directa, veio em breve concorrer com aquela. Orientada segundo o meridiano, passa por Sofroi, sobe o alto vale do Sebú até Mahdia, atravessa o Médio Atlas, desembocando em Cunaig el--Gherben, depois cruza o alto vale do Meluia, galga a vertente setentrional do Alto Atlas para descer a falda meridional até Gerselvine, e acompanha finalmente o rio Ziz. Eram preciosos de nove dias a duas semanas para se ir de Fez a Sidjilmessa. Rota das tâmaras, baptizou-a Massignon.

A quarta pista que irradia do Tafilelte conduz a Tremecem. Vindo por Udid, atravessa o rio Za e corta todo o comprimento meridiano dos planaltos estépicos a nascente do uede Meluia e do Anti-Atlas, passando pelo sopé da extremidade oriental desta cadeia. 14 jornadas de marcha bastavam para ir de uma cidade à outra. Infelizmente estas estepes estavam infestadas de nómadas que se compraziam em roubar os viajantes. Valia mais ir de Udid a Taurirte e Guercife, meter pelo «corredor» de Taza até Fez, donde se continuava quer pela estrada de Aghmate quer pela estrada directa até Sidjilmessa. Este desvio apresentava a grande vantagem da segurança. Um dos traços mais curiosos desta rede setentrional de trocas é que ainda durante a primeira metade do século XIV os mercadores de Tremecem negociavam com o Sudão por intermédio de agências estabelecidas na cidade do Tafilelte: a sociedade familiar dos al-Maqqari constitui um exemplo frisante. As caravanas entre Sidjilmessa e Tremecem calcorriavam aliás ainda uma outra via que pelo deserto e pelos oásis do uede Guir conduzia aos palmares do uede Zusfana, à cidade Figuig, donde rumavam ao Norte pelos planaltos estépicos do Maghrebe central. Segundo Massignon, é a rota clássica do anil do Dar'a com destino ao reino de Tremecem. Em Figuig entroncava na grande pista meridiana que ligava Tremecem e o Sudão quer pelos oásis dos uedes Zusfana e Saura e pelas escalas do Tuate, quer pelo ksar de Tabelbala. Desde o século XIII, os peregrinos que vinham de Fez e iam para Meca passavam igualmente por Figuig; o seu itinerário, balisado primeiro por Sofroi e Mahdia, em coincidência, por conseguinte, com o itinerário que conduziria a Gerselvine e ao Tafilelte, transpunha em seguida o Médio Atlas no sentido do paralelo, atravessava o vale médio do Meluia, roçava pela ponta oriental do Anti-Atlas e seguia a direcção noroeste-sueste pelos planaltos estépicos até o uede Zusfana.

Perto da extremidade meridional do uede Saura, os oásis tuatianos formavam a ponta de um outro leque de rotas em direcção ao Maghrebe. Para o Noroeste, por Tabelbala ia-se a Sidjilmessa e daí a Aghmate ou a Marrocos (Marraquexe). Para o Norte, as cáfilas iam a Tremecem passando por Figuig. As pistas do Nordeste conduziam quer à Ifríquia, pelas escalas de Uargla e Teggurte, quer à Argélia, pela escala do Mzabe. No Sul tunisiano o mesmo papel era desempenhado por Ghadamés.

Esta fieira de oásis disposta segundo a direcção do paralelo desenhava uma grande via do Oeste para Leste: Nul e Ofrane, Dar'a, Sidjilmessa, Tabelbala, Tuate, Gurarah, Uargla e Ghadamés, até o Djebel Nefussa. Ao longo da costa mediterrânea havia uma outra grande rota, que por Tunes, Kairuane e Nefzaúa descia também ao mesmo termo oriental. Entre as duas, uma terceira ia de Marrocos ao Djebel Nefussa por Figuig, Mzabe e Teggurte. Do ponto de convergência das três, uma nova pista partia, que levava a Alexandria e ao Cairo acompanhando de perto o litoral.

§ 6 — *As condições materiais das viagens e a vida das caravanas*

Se considerarmos o conjunto das pistas do Noroeste africano, três traços fundamentais ressaltam. Por um lado, desenha-se no mapa uma espécie de quadriculado: as pistas trans-saarianas, dispostas segundo o meridiano, cruzam-se ao Sul e ao Norte com vias longas na direcção do paralelo; deve notar-se a ausência de linhas horizontais entre a grande rota do Senegal, Níger, Air e Kauar, e a grande rota definida pela fieira de oásis desde Nul a Ghadamés. Em segundo lugar, algumas pistas em arco de círculo cortam este quadriculado obliquamente, donde resulta a possibilidade de escolher entre vários itinerários, basta acompanhar uma determinada caravana só durante uma parte do seu percurso, até uma escala

que forme nó de irradiação de pistas, e aqui mudar para outra caravana que siga uma direcção diferente. Numa palavra: trata-se de uma rede de agulha múltipla. E esta rede, que historiadores e geógrafos se comprazem em apresentar como imutável no decurso dos séculos, vimos que ora se completa com novas linhas, apagando-se uma ou outra das antigas, ora alguma das suas linhas como que se torce enquanto outra se desloca, e os termos delas surgem e desaparecem: trata-se incontestàvelmente de uma rede em devir, embora no meio das transformações se apreendam algumas constantes.

Que é que define estas rotas? Uma rota é determinada pelas suas escalas principais, os pólos definem tão-só uma corrente de trocas. Ora, tais escalas são função dos meios de locomoção — das suas velocidades, das suas capacidades de transporte e das suas necessidades de renovação de energia. Ao imenso círculo cultural das estepes euro-asiáticas, onde o nomadismo se baseia na utilização do cavalo, podem opor-se os desertos saariano e sírio-árabe, onde o camelo constitui a montada e o animal de carga. Decerto, no Sáara utilizam-se outros meios de locomoção: é o caso dos bois e dos burros de carga nas suas secções atlânticas e sub-atlântica; rebanhos de cabras e carneiros vão do Adrar dos Iforas ao Tuate, e manadas de bois passam do Ahaggar ao Air. No entanto, nestes dois últimos casos de modo algum poderia pensar-se em carregar as bestas ou em cavalgá-las, a travessia é extremamente penosa e precária, só o lucro na venda da carne explica que os nómadas a efectuem com regularidade; no primeiro caso, bois e asnos não caminham longos percursos — não são as galés deste Mediterrâneo de areia e pedra. Como a travessia do deserto é também penosíssima para o cavalo, apenas nas imediações dos oásis no Sahel e no Sáara pré-maghrebino é possível encontrar cavaleiros, e mesmo aqui em número reduzido.

Uma cáfila de camelos marcha à velocidade horária de 3,5 km a 4 km, em média; como a jornada de marcha é normalmente de 10 horas, percorrem-se por dia 35 a 40 km. Para ultrapassar os 5 km à hora tem de se trotar, conseguem-se assim velocidades horárias de 8 a 20 km, consoante o ritmo do trote (Th. Monod). Percorrer mais de 60 km num dia é excepcional. É extremamente raro levar a velocidade e o número de horas de marcha ao ponto de fazer numa jornada 120 km; para além deste limite, há a certeza de matar a montada. Tais cavalgadas, evidentemente, só são possíveis a alguns batedores que dromedários carregados de fardos não embaraçam. Quando se caminha com bestas de carga, jamais se ultrapassam os 4,5 km por hora; é preciso ter em conta não só os animais mas também os homens, porque os há sempre a acompanhar a caravana a pé — criados ou escravos.

É de madrugada que se começam a carregar os camelos e os bois, se os há; trata-se de operação delicada e que se prolonga duas ou três horas, porque as bestas resistem, procuram deitar ao chão os fardos — e com frequência o conseguem —, bramem de maneira espantosa, e por vezes um animal que se desembaraçou da sua carga foge «atropelando os outros animais, bois ou camelos, que, excitados, se libertam por seu turno das cargas» (Gruvel e Chudeau). À medida que os dias passam e a fadiga aumenta, torna-se mais fácil, e portanto mais rápido carregar as bestas e pôr a cáfila em marcha. A caravana anda de madrugada e durante as primeiras horas da manhã, até que o sol «communique à l'air et à la terre une chaleur insupportable. Alors on s'arrête, on décharge les chameaux et on les entrave; on déballe les marchandises et on dresse les tentes, en tâchant de se procurer de l'ombre à fin d'éviter l'influence fâcheuse de la chaleur des rayons solaires. Lorsque le soleil commence à baisser, à trois heures et demie après midi, on repart et on marche jusqu'après la nuit close. On s'arrête de nouveau quelque parte qu'on s'en trouve, et on se repose le reste de la nuit, jusqu'au crépuscule du matin, quand on reprend le voyage» (Edrici).

O itinerário que a caravana vai seguir, é absolutamente indispensável conhecê-lo antecipadamente. Os camelos podem, é certo, estar vários dias sem beber, todavia não o podem indefinidamente — o limite é de dez dias, em certos casos dezasseis — e a travessia do deserto do Norte ao Sul, ou vice-versa, qualquer que seja a pista escolhida, leva cerca de dois meses. Há, pois, que, de tempos a tempos, matar a sede aos animais, e se o camelo aguenta vários dias a seco, vinga-se quando encontra água e bebe desalmadamente, pois a sua necessidade diária é de 60 a 70 litros; além disso, tem também as suas necessidades alimentares mais urgentes: 20 a 30 kgs por dia de uma alimentação vegetal onde não deve faltar o sal e que deve ser variada, ao menos ao longo das estações do ano; de cada vez, são quatro a cinco horas que o animal leva a comer. Por isso a caravana terá de seguir uma rota que passe pelo maior número possível de poços e pastagens. O homem, esse, pode fazer-se acompanhar de dromedários suplementares para se sustentar da sua carne ou para que lhe transportem odres de água; não pode, porém, esquecer-se de que assim o problema da água para os animais se torna mais difícil de resolver. Pela melhor das pistas só de dois em dois, ou de três em três dias se encontra água, apenas excepcionalmente, durante curtos trechos do caminho, é possível dar de beber aos animais quotidianamente. Uma semana inteira sem avistar a mais pequena gota, é tão frequente, e por alguns itinerários anda-se durante semanas nestas condições.

Antes de partir, a caravana tem de fazer provisão de água, e tem de renová-la muitas vezes. Para este efeito, compram-se odres de coiro, que se embrulham em tapetes ou untam exteriormente com uma resina, a fim de diminuir a evaporação e evitar o aquecimento do líquido. Na Mauritânia saariana, por exemplo, estes odres, a que chamam *guerbas*, são feitos de peles inteiras de cabras ou de carneiros; cada um leva uns vinte litros. Cozem-se «toutes les ouvertures, sauf une, celle du cou, par laquelle on remplit et on vide cette sorte d'outre. Quand la *guerba* est pleine, on serre fortement la peau du cou avec une corde et on fixe l'outre de chaque côté d'un animal porteur, à l'aide de cordes qui sont attachées d'une patte à l'autre, non symétriques». Se a água apanha um cheiro desagradável, conserva em compensação uma certa frescura (Gruvel e Chudeau). A aguada faz-se por vezes em poças ou em charcos deixados pelas chuvas, mas geralmente pressupõe todo um sistema de poços prèviamente construídos e que se está de antemão certo de poder referenciar. Apesar de todas estas precauções, acontece frequentemente que a água acaba por faltar; como recurso supremo, há que matar um ou mais camelos para beber as suas reservas de líquido.

A abertura e a conservação dos poços pertencem quer aos nómadas quer às autoridades sedentárias. Mas as tribos do deserto é que, em geral, têm nas mãos o destino das caravanas, porque podem tapar os poços ou impedir o acesso. Por outro lado, os mercadores é junto delas que contratam os guias para a travessia do deserto. Esta travessia só é possível a caravanas regulares graças à experiência acumulada pelas tribos; estas é que levaram a cabo a exploração geográfica do deserto, referenciaram os itinerários mais cómodos e os poços indispensáveis. Por isso, o guia é sempre um nómada, um «embuçado», o que tem ainda a vantagem de garantir à cáfila a protecção da tribo a que ele pertence (Ibne Khaldune). Numa carta de um português, de 1511, em que se descreve o tráfico entre o Egipto e o Sudão ocidental, lê-se uma bela fórmula: as caravanas «têm pilotos para as guiar neste caminho»; estes pilotos orientam-se pelas estrelas. Três séculos e meio atrás, Abu Hamid al-Andalusi al-Gharnati escrevera, em termos análogos, que os mercadores cujo caminho é pelos areais que parecem mares «ont avec eux des guides qui s'orientent dans les déserts d'après les étoiles et les montagnes». Algumas vezes o guia, de velho, é já quase cego, acompanha-o então um ajudante que vai procurando com a vista os acidentes

naturais (as conhecenças) que o principal lhe descreve de memória. As caravanas de Sidjilmessa a Ualata faziam-se preceder, a partir de Taçarahla, de um mensageiro que levava as cartas a avisar das chegadas dos comerciantes, a fim de os habitantes da cidade virem ao seu encontro à distância de 4 jornadas, com água.

Apesar de tudo, como era frágil a vida das caravanas! Se o mensageiro enviado de Taçarahla se perdia ou morria, os mercadores sucumbiam todos, ou pelo menos a maior parte, de sede (Ibne Batutah). A água faltava as mais das vezes, salvo num ou dois itinerários particularmente favorecidos. Em geral, a água que a tanto custo se conseguia encontrar era salobra. À angústia da sede acrescentava-se por vezes a da fome, mas com muito menor frequência, visto que a montada ou besta de carga constitui ela própria uma reserva de alimento; pode todavia faltar a lenha para cozinhar, é corrente comer a carne simplesmente seca ao sol. Ainda há que suportar tanto o calor excessivo do dia, devido ao qual se chega a urinar sangue, como o frio da noite, os enormes saltos de temperatura. E não é raro que uma violenta tempestade de areia venha perturbar a marcha, matando até homens e animais, cegando-os, secando-lhes a garganta a ponto de tornar extremamente dolorosa e sensação de sede.

E ainda se os perigos do meio físico fossem os únicos! Mas há também que ter em conta os nómadas que espreitam a ocasião da pilhagem...

§ 7 — *A organização das caravanas. Mercadores e empresas*

Na verdade, a vida do «mar arenoso e pedregoso» (como em texto quatrocentista se lhe chama), não é só nas suas «ilhas» — os oásis — que se concentra, nem pulsa apenas, fora delas, nas suas artérias de navegação regular — as caravanas. Os cabildos *(taqbilts)* azenegues e alarves, agregados de famílias cada uma das quais em sua tenda, contando ao todo 300 a 500 homens de peleja, vivem navegando constantemente de poço em poço, de pastagem em pastagem, sem jamais pararem mais de três dias no mesmo local. Conquanto a sua economia assente na criação de gado, também exercem o comércio e dispõem dos excedentes entregues pelos sedentários dos oásis que tiveram de se submeter ao seu senhorio. Não são, contudo, as deslocações dos cabildos nómadas que asseguram a grande circulação mercantil, esta constituem-na geralmente caravanas organizadas por mercadores maghrebinos ou negros. Decerto, seria errado esquematizar em excesso as relações entre as duas «navegações». Se um cabildo aproveita as suas deambulações para veicular uma corrente de trocas, alguns dos seus membros acabam, cedo ou tarde, por se instalar na cidade, ou crear mesmo um centro urbano, a fim de se consagrarem ao negócio da maneira mais vantajosa. Outras vezes, o grupo nómada que viaja forma ao mesmo tempo uma caravana: «Quand ils [os Dui Obeid Allah e os Beni Amer] quittent le Tell avec leurs troupeaux pour se rendre dans cette région [Guararah], les caravanes formées par les villes du Tell se joignent à eux et les accompagnent à Tamentit» (El-Bekri). Não raro um mercador sòzinho ou uma pequena companhia agrega-se a um cabildo em viagem, para atravessar de um oásis para outro.

Além disso, são as tribos nómadas que fornecem aos comerciantes as montadas e as bestas de carga. É evidente que sairia excessivamente caro aos citadinos criar camelos de que não aproveitariam o leite nem a carne; e de resto essa criação é incompatível com a permanência duradoura num local. Os mercadores, quando querem formar uma caravana, compram os animais aos nómadas que frequentam os arredores; depois de chegarem a Ualata ou a Tombuctu, vendem-nos, poupando assim as despesas do sustento durante as semanas que se demoram nos mercados sudaneses. Chega o dia do regresso: de novo se dirigem

aos nómadas para lhes comprarem os dromedários, de que revenderão os sobreviventes à chegada às cidades da Barbaria.

Por intermédio do guia, a caravana negoceia o salvo-conduto que a proteja das tentações dos nómadas. É que estes nómadas cameleiros, embora se jactem de grandes senhores, arrastam uma existência miserável no deserto, cobiçam a riqueza das cidades e o carregamento das cáfilas de comércio. As suas tribos ou os seus cabildos estão quase constantemente travados de razões: feroz concorrência pelas aguadas e pastagens, pelo senhorio dos oásis, vinganças de sangue, *rezzus* (razias) e contra-*rezzus* de pilhagem para tapar carências prementes ou cevar cobiças e ódios.

Estas condições sociais, vindo somar-se às condições materiais da viagem, forçam os comerciantes a reunir-se em caravanas e a organizá-las com uma disciplina estricta. À frente uma bandeira; a partida é anunciada pelo rufar do tambor. Cada caravana obedece a um chefe. Os seus membros não devem afastar-se, porque fácil é perderem-se: e quem se perde tem a certeza da morte. Entre si, ligam-nos deveres de solidariedade que não se pode deixar de cumprir sem incorrer na reprovação unânime. Se um camelo cai morto, o mercador sem montada monta o camelo de um dos companheiros; se os odres de um deles estão vazios, os outros dão-lhe de beber. Os mercadores fazem-se acompanhar por uma escolta, que muitas vezes lhes é cedida por uma tribo nómada cuja protecção foi negociada, ou é constituída por escravos e servidores; aliás toda a gente usa armas. Se os salteadores lhe saem ao caminho, a caravana pode pois defender-se, mas em geral prefere pagar resgate razoável, e na maior parte dos casos comprou, antes da partida, salvo-condutos aos chefes das diferentes tribos. O nómada que concedeu a sua protecção empenha a sua honra, ficaria por isso completamente desacreditado junto dos outros nómadas se faltasse à palavra dada. Algumas tribos eram especialmente perigosas; tais os Ahaggar, a quem Ibne Batutah chama verdadeiros ladrões, que não deixam passar as cáfilas sem as pilhar, a não ser durante o mês de Ramadam; tais, também, os Lamta, cujo covil era a serra Bafor (Adrar mauritânio).

Os reinos maghrebinos e sudaneses tinham evidente interesse em garantir a segurança das caravanas; muitas das acções da sua história explicam-se mesmo pela necessidade de deitar mão às principais rotas a fim de assegurar a livre circulação. Em Sidjilmessa organizavam-se frequentemente expedições militares cujo objectivo consistia em punir os nómadas: al-Qastallani contou que quando esteve no Tafilelte viu no palácio do governador montes de crânios dos bandidos que tinham o mau costume de assaltar as cáfilas que iam para Ghana (informação de entre 1197 e 1203). O império almorávida que é senão um império das estradas do ouro? Os Almóhadas e, mais tarde, em Tremecem, os Abd el-Uaditas esforçaram-se por policiar as pistas trans-saarianas. Foi o mesmo alvo que visaram os impérios mandinga e sonrhai com o domínio de Taghaza e de todas as escalas meridionais, do Senegal ao Air. Quando a desordem perturbou o Maghrebe, foram as sociedades comerciais que retomaram à sua conta esta política: por exemplo, a dos al-Maqqari.

Não obstante, o melhor ainda era pagar peagem às tribos nómadas. Desde que, a partir de meados do século XIV, os Árabes se espalharam para o Sul do Seghiet el-Hamra, as suas tribos conseguiram reduzir à vassalagem as tribos de «embuçados», que passaram a pagar-lhes páreas e além disso, para exercerem o comércio do Sudão, o dízimo das mercadorias transportadas; os negros recusaram-se a entabular relações com os beduínos, que reputavam ladrões, e não lhes consentiam que fossem traficar às suas terras (João Rodrigues, na colectânea V. Fernandes).

Os mercadores do tráfico trans-saariano provêm de dupla origem. Por um lado, trata-se de citadinos quer da Barbaria quer do mundo negro. Por outro lado, trata-se de nómadas que se instalaram na cidade, ou até de nómadas que não deixaram de o ser. Encontramo-los por toda a parte: em Aghmate, nas cidades do Suz, em Messa e em Nul, em Ofrane e Sidjilmessa, em Marrocos e Safim, em Fez e Ceuta, em Tremecem, em Figuig, no Tuate, em Bugia, em Ghadamés, nos mercados do Sahel e do Senegal-Níger. Até o século XII, ao que parece, só os muçulmanos do Maghrebe e os «embuçados» se dedicam a este negócio; desde o ocaso do século XII, os sudaneses fazem a viagem do Sáara para ir traficar no Marrocos sul-ocidental. De cada caravana fazem parte mercadores das proveniências mais díspares. Os marroquinos e tremecenenses são particularmente numerosos nas cáfilas do Tafilelte. No Tuate, em meados do século XV, cruzava-se nas ruas com não pequeno número de judeus; o poder do seu dinheiro e a sua influência social atrairão sobre as suas cabeças, ao findar a era quatrocentista, as iras da plebe. Um comerciante do Djebel Nefussa, Abu Rostem, frequentava regularmente, no século XI, o mercado de Audaghoste (El-Bekri).

Os pobres ksurianos Beni Gumi, do uede Guir, vão para Fez trabalhar em ofícios «mecânicos e vis»; com o magro pecúlio dolorosamente poupado sobre o fruto do seu labor, compra cada um deles um cavalo, que entrega aos mercadores para estes lho venderem aos negros, trazendo de retorno ao artífice uns gramas de ouro. Todavia, regra geral, os pobres não participam no grande tráfico tans-saariano. Um fosso profundo separa ricos e «ventres ao sol» nos oásis setentrionais e nas cidades maghrebinas e sahelianas, e o poder político está nas mãos de uma plutocracia.

Estaremos em frente de negociantes de grossos cabedais, agindo individualmente, ou de sociedades familiares, ou de comanditas ou de sociedades em nome colectivo? Dispomos de muito poucas informações para emitir um juízo; o mais provável, porém, é que todas estas formas estivessem constituídas e funcionassem. Conhecemos uma poderosíssima sociedade familiar, a dos cinco irmãos al-Maqqari, naturais de Tremecem. Tendo feito um monte comum de todos os seus bens, partilhavam os lucros em quinhões iguais. Dois deles estabeleceram-se em Ualata, onde casaram e tiveram filhos; outros dois tinham ficado na cidade natal; um quinto instalou-se em Sidjilmessa, donde informava os irmãos das cotações das mercadorias — altas e baixas — nos três mercados: era como que o fiel da balança, regulando a oferta e a procura. Assim amontoaram uma fortuna considerável e sólida, e vieram a ser os «amigos muito íntimos» e os «companheiros muito queridos» dos reis e imperadores, com quem trocavam correspondência. Esta ascensão desenrolou-se verosìmilmente durante o primeiro quartel do século XIV; os netos, como é norma, começaram a espatifar a fortuna, mas esta resistiu por muito tempo ainda às loucuras.

O genovês Malfante, alojado em 1447 no Tuate, foi recebido como «cliente» por um dos cabeças de bairro; o seu protector era irmão do maior negociante de Tombuctu. Em Ualata Ibne Batutah alugou uma casa cujo proprietário era personagem distinta de Salé (em Marrocos) que viera viver para a cidade do Sahel; decerto deixara sócios ou correspondentes na cidade natal. Em Mali o mesmo viajante muçulmano encontrou um letrado de origem marroquina, um egípcio e um xeque natural de Tremecem.

Vemos, por conseguinte, que, se a maior parte talvez dos mercadores acompanham as suas mercadorias e efectuam eles próprios as operações comerciais nos diferentes mercados, há grandes empresas com uma rede de feitorias, administradas por comerciantes que não se deslocam. Eram os escravos ou os empregados destas sociedades que iam nas caravanas a acompanhar os carregamentos; chegados ao destino, entregavam os fardos a um mercador estabelecido na praça e sócio

ou correspondente da mesma casa comercial (Edrici declara-o explìcitamente ao falar dos opulentíssimos burgueses de Aghmate).

Seria muito importante avaliar os cabedais investidos, o movimento de caixa e o peso dos carregamentos. Infelizmente, nada sabemos, por absoluta falta de dados quer quanto a estas variáveis, quer quanto aos preços. Sabemos, pela experiência moderna, que um camelo transporta uma carga de 120 a 150 kgs em média; um peso de 200 kgs basta muitas vezes para o derrubar de fadiga. Ora as cáfilas Mali-Takeda-Cairo compunham-se em geral de 12 000 dromedários (Ibne Khaldune). O *azalai* das minas de sal do Kaüar e Agadez contava, no princípio do século XX, não menos de 20 000 camelos, e na Idade Média o número são seria, sem dúvida, inferior. Destes números há que subtrair as montadas e as bestas que transportam os odres de água e os abastecimentos. Não era com certeza menos de um milhão de quilos de sal que anualmente chegava de Bilma ao Air e ao Níger. Mais interessante ainda seria conhecer o peso do ouro exportado do Sudão ocidental para o Egipto e para o Maghrebe. No nosso tempo a mineração indígena produz por ano mais de 4 000 quilos; a produção era seguramente superior na Idade Média, período do seu esplendor, uma vez que a técnica não se aperfeiçoou e há que contar com o esgotamento dos filões (além da concorrência de zonas mais produtivas e das técnicas modernas). Vale a pena sublinhar que 40 a 50 camelos bastariam para transportar toda a produção indígena tal como se apresentava ao começar o nosso século. Ora as caravanas que levavam o ouro de Tombuctu para Tunes no século XV contavam cerca de 700 camelos (Diogo Gomes-Martin Behaim). No século XII, cada mercador de Aghmate possuía, em cada cáfila que fazia a viagem de Guiné, 70 e 100 bestas de carga. Raymond Mauny avalia o total da produção de metal amarelo na Guiné (em sentido lato, isto é, até o fundo do golfo), para a Idade Média e época moderna, em cerca de 9 toneladas por ano, sendo metade fornecida pelo Alto Senegal-Alto Níger e umas quatro toneladas pela zona da Mina ([14]). Mas nesta região a extracção deve ter sido fortemente incentivada pela presença portuguesa e contrabando marítimo de outros europeus. Mesmo que conhecêssemos o número de camelos que por cáfila transportavam mercadorias e o número de cáfilas anuais, haveria ainda que deduzir o transporte das outras mercadorias sudanesas, que não é de forma alguma de desprezar. Por causa dos perigos, os comerciantes preferiam sem dúvida só enviar pequenas quantidades de metal precioso por cada caravana. Veremos que certos cálculos de Mauny pecam provàvelmente por excesso. Por isso será prudente supor que atravessavam o Sáara anualmente, até a entrada em cena das caravelas, umas seis toneladas de ouro.

Ibne Haukal viu em Audaghoste «um papel no qual um natural de Sidjilmessa se reconhecia devedor, em relação a outro habitante da mesma cidade, por uma soma de 40 000 dinares, cousa de que jamais encontrei outro exemplo igual». Esta dívida representava um peso de ouro de 150 a 180 quilos. Por essa época, a taxa cobrada sobre as caravanas do Sudão, os impostos, as rendas da alfândega e o contrato da Casa da Moeda rendiam ao todo, em Sidjilmessa, 400 000 dinares — 1 500 a 1 800 kgs-ouro. Em 1447, a fortuna de um dos mais poderosos negociantes do Tuate elevava-se a mais de 100 000 dinares. Números demasiado fragmentários e heterogéneos para autorizarem qualquer conclusão, sugerem não obstante um movimento de negócios no valor de centenas de quilos de ouro, logo um fluxo global de algumas toneladas manando do Senegal e do Níger para o Maghrebe e o Egipto.

Pior ainda conhecemos a distribuição deste ouro entre os diferentes reinos norte-africanos. Um único ponto é certo: é que, do vale do Nilo ao Atlântico,

---

([14]) *Tableau géographique de l'Ouest africain*, pp. 300-1.

todas as emissões monetárias dependem desse afluxo; e, mais além, as da Península Ibérica e uma parte da circulação do oceano Índico. Examinemos, antes dos outros, o caso egípcio, pois que ilumina a plena luz o papel do ouro guineense na grande história económica internacional e estará relacionado com os movimentos fundamentais da expansão portuguesa.

§ 8 — *As caravanas saarianas do ouro e a evolução monetária do Egipto medieval*

A evolução monetária do Egipto divide-se, ao que nos dizem, em quatro períodos nìtidamente separados. Até fins do século XII, reina a moeda de ouro. Makrizi, a fonte fundamental, sublinha com muita força esta tradição imemorial do ouro, cujas espécies são as únicas a ter curso legal sem quaisquer restrições: era só em ouro que se exprimia o valor das mercadorias e dos serviços. Quando acaba a dinastia dos Fatimidas, e sobretudo ao começar o segundo quartel do século XIII, cessa a cunhagem do metal amarelo. De oravante, durante dois séculos, reina a moeda de prata, substituída no dealbar de Quatrocentos pela moeda de cobre, desaparecendo por seu turno os brancos dirhemes. Em 1518, o Egipto, agora integrado no império turco, regressa à grande circulação do ouro ([15]).

A incontestada hegemonia das espécies amarelas até ao fim do século XII deveu-se ao lançamento em circulação do metal entesourado, ao afluxo proveniente do Alto Nilo e ao afluxo das espécies ifriquianas ao mercado egípcio, bem como ao metal trazido directamente pelas caravanas que vinham do Níger. A esta explicação proposta por de Boüard e Maurice Lombard nada de útil há a acrescentar. Quanto à grande viragem, no Egipto, da emissão de espécies de ouro para a emissão de espécies de prata, o segundo daqueles historiadores explica-a não só pelas razões que o primeiro já aventara, mas também, e principalmente pela invasão hilaliana da Ifríquia, a qual teria cortado as rotas que, pelo Sáara oriental, o Djerid e Tripoli, abasteciam o reino fatimida. No entanto, cabe perguntarmo-nos se há verdadeiras provas desse corte, quer dizer, se as fontes testemunham que os Beduínos impediram realmente as caravanas de circular entre o Sudão e o Egipto, entre o Sudão e a Ifríquia, entre a Ifríquia e o Egipto.

Lançados pelos Fatimidas numa hora de imprevidência, os Beni Hilal e os Beni Soleim foram, a meio do século XI, estabelecer os seus terrenos de percurso na Tripolitânia e no Sul tunisiano, donde extravasaram sobre a própria Ifríquia, saqueando as cidades, devastando e ermando os campos, semeando a desolação e o desnorteamento em todo o reino ifriquiano. Segundo a tese clássica, tão bem fundamentada, de G. Marçais, os Beduínos vieram deste modo cortar as pontes entre a Berbéria e o Oriente, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista cultural, por um efeito de ricochete que não esperavam de forma alguma os Fatimidas que para aí os lançaram. Desse corte resultaria naturalmente que o ouro sudanês cunhado na Ifríquia deixaria de correr para o Egipto. Por outro lado, ocupando os territórios sul-tunisianos, os Beduínos devem ter interrompido também a chegada das mercadorias sudanesas a Kairuane e a Tunes, donde escassez do aurífero pó *tibar* no mercado ifriquiano; como, além disso, a sua invasão e o seu alastrar desorganizaram a economia e o Estado desta zona maghrebina, as emissões de espécies de ouro não podiam deixar de se anemizar aqui igualmente. E, com efeito, os numismatas constatam a rareza das peças amarelas após esta viragem de meados do século XI ([16]).

([15]) De Boüard, *Sur l'évolution monétaire de l'Egypte;* M. Lombard, *L'or musulman.*
([16]) Hazard, *Numismatics of North Africa*, p. 53.

Apesar de tudo, o precioso metal e os escravos continuarão a chegar aos portos mediterrâneos do Maghrebe oriental, uma vez, pelo menos, passadas as convulsões e a desorientação dos primeiros tempos: o próprio Lombard nota que se dá o incremento do comércio genovês. Assim acontece, por exemplo, em Bugia, onde os Genoveses têm um *fonduk* privilegiado e onde negoceiam activamente no século XII: num só ano contam-se nada menos de 35 partidas de Génova com destino a esta cidade maghrebina [17]. A pista trans-saariana por Uargla e Tegurte não estava portanto de forma alguma interrompida. Mas na própria Ifríquia, as emissões de ouro, se durante um momento fraquejam, em breve retomam; a cunhagem háfsida (1228) alinha pela dobra almóhada e dos seus cunhos saem pois peças de 4,5-4,7 gr assás puras: prova de fornecimento perfeitamente regular em metal amarelo. Em 1231 Frederico II começa a amoedar, em Brindisi e em Messina, *augustales* de ouro de 20 ½ quilates, quer dizer, exactamente do toque do metal tal como vinha de Guiné; esta política monetária só era evidentemente possível graças ao afluxo regular de ouro sudanês pelos portos tunisianos e argelinos. Controlando a encruzilhada tripolitânica e sul-tunisiana de rotas, os Beni Hilal e os Beni Soleim teriam apenas fechado uma das pistas, ao mesmo tempo que reabriam ou mantinham abertas as restantes? Difícil é acreditar nisso.

Alguns testemunhos parecem aliás infirmar a hipótese de Lombard. A *Geografia* de Edrici, que não se esquece de apontar os malefícios provocados pelos Árabes, nada diz quanto a esta pretensa interrupção de tráfico caravaneiro quer em direcção à Ifríquia quer em direcção ao Egipto. Pelo contrário, descreve sem equívoco o comércio dos oásis e das cidades sul-tunisianas e tripolitânicas com o país dos Negros (blad es-Sudan), referencia e traça as pistas que dessas regiões conduzem ao Egipto. Estamos a meio do século XII, isto é, um século depois da irrupção dos Beduínos nesta encruzilhada; as consequências desorganizadoras da invasão parecem, por conseguinte, em parte pelo menos, reabsorvidas.

No século XIV, dois testemunhos muito precisos mostram-nos o Sudão em relações perfeitamente regulares e seguidas com o vale do Nilo. Eis a narrativa de Ibne Batutah. Não nos conta este infatigável viajante que é correntíssimo o uso, no império de Mali, de panos de fabrico egípcio? Quando fala de Takeda, sublinha que os seus habitantes fazem todos os anos uma viagem ao Egipto, donde importam belos panos e outros artigos. No regresso ao Maghrebe, ao chegar à escala onde bifurcam o caminho de Ghate e o caminho do Tuate, não omite a indicação de que o primeiro leva ao Egipto [18]. Prova mais concludente ainda, o texto de Ibne Khaldune: todos os anos uma caravana de doze mil camelos vai do Cairo a Mali passando por Takeda [19]. No século XV continuava a ser assim, a darmos crédito às informações de Cà da Mosto — e tudo nos leva a dar-lho: as caravanas ligavam Mali ao Cairo com escala em Kukya, enquanto outras ligavam Mali a Tunes passando por Tombuctu e pelo Tuate [20]. A carta de Malfante, de 1447, confirma igualmente que há relações comerciais regulares entre o Sudão ocidental e Alexandria por intermédio das escalas tuatianas.

Os Negros que iam de peregrinação a Meca, passando, escusado seria dizê-lo, pelo Cairo — e não devemos subestimar o seu número —, que é que podiam levar consigo de melhor que o ouro para pagar as despesas de viagem e de estadia? Já no século XIII os imperadores mandingas vão à cidade santa, e de uma das vezes, em 1323, Gongo Mussa, acompanhado por séquito numerosíssimo,

---

[17] R. Lopez, *Storia delle colonie genovesi*, p. 134.
[18] *Voyages d'Ibn Batoutah*, vol. IV, pp. 403, 439, 445.
[19] *Histoire des Berbères*, t. II, p. 116.
[20] *Prima Navigazione*, p. 206 da ed. Caddeo.

levou consigo tais quantidades do precioso metal que no Cairo a razão do ouro para a prata desceu espectacularmente, segundo narra o *Massalik* de al-Omari.

Em 1511 os Portugueses dominam o oceano Índico e têm necessidade de se informar acerca da situação económica do Egipto. No resumo das informações colhidas que foi enviado para Lisboa, lemos que todos os semestres chegam ao Cairo duas caravanas carregadas de ouro vindas do Tucurol (Takrur), isto é, do Sudão ocidental, pela estrada do Fezzan; ao empório egípcio trazem ouro «em grande quantidade».

Se é possível que a invasão hilaliana tenha desorganizado momentâneamente as comunicações da Ifríquia com o Egipto, por uma banda, e com o Sudão, de outra, em breve esta segunda ligação se restabeleceu de forma inteiramente normal. As caravanas não pararam nunca no seu vai-vem directo entre o país nilótico e o mundo negro, visto que a via principal, que do cotovelo do Níger, por Ghate, se dirige ao Fezzan, para atravessar em seguida Augila e Siuah, permaneceu sempre fora do alcance dos Beni Hilal e dos Beni Soleim. Deste modo, em vez de obterem o ouro pelo desvio das cidades ifriquianas, os Egípcios podem obtê-lo em direitura dos reinos negros, e compreendemos que as Casas da Moeda ziridas tenham atravessado um período difícil sem que as suas congéneres egípcias conhecessem análogas dificuldades.

Em vez de buscarmos num corte das pistas trans-saarianas a explicação da passagem da economia egípcia para o reinado da prata, não caberia voltarmo-nos antes para a história do mundo negro ou da faixa saheliana? É o caminho que nos propõe Bautier ([21]). A destruição de Ghana, capital do ouro sudanês, e o desolamento causado pelas conquistas mandingas desde 1230 até 1255 teriam cortado a escápula egípcia das suas fontes tradicionais de metal amarelo. Não é bem isso, todavia, que deve ter-se passado. O que se deve ter dado, é que a formação do império almorávida abrangendo desde o Senegal até à Península Ibérica, acompanhada da tomada da capital sarakolé em 1076, encaminhou o ouro de preferência para Marrocos e para al-Andaluz (Espanha), diminuindo temporàriamente o seu escoamento para Leste. Se em 1224 Ghana é abandonada, a sua população vai fixar-se em Ualata e assim nasce a fortuna destoutra cidade caravaneira. Durante o segundo quartel do século XIII o rei de Mali Sundiata formou um império que sucedeu com êxito ao dos Sarakolés (ou Soninkés) e fomentou novo incremento do tráfico do ouro, sem o ter em nada afectado. Tudo isto não poderia explicar nada mais do que dificuldades passageiras das Casas da Moeda egípcias, logo de forma alguma a passagem de um sistema monetário ao outro. Além disso, o desaparecimento da cunhagem do ouro deu-se antes das conquistas mandingas, por um lado, e muito depois do império almorávida e da sua tomada de Ghana, por outro. Todos os testemunhos que invocámos contra o pretenso corte das rotas trans-saarianas valem igualmente contra esta suposta interrupção dos envios de ouro pelos reinos guineenses para o mercado egípcio. Em suma: não se afigura possível reter a hipótese de Bautier.

Se as Casas da Moeda egípcias deixam de emitir espécies de ouro a partir de princípios do século XIII, não é que não possam obtê-lo, seja em consequência da invasão hilaliana da Ifríquia, anterior de um século e meio, seja da queda de Ghana e sua substituição por Mali. Não será antes porque a economia egípcia já não sente a mesma necessidade dessas espécies? Esta conclusão, assás lógica, modifica completamente o problema. Há agora, com efeito, que responder à pergunta seguinte: por que é que a economia egípcia pode já não sentir a mesma necessidade de moedas de ouro?

([21]) Bautier, *L'or et l'argent en Occident.*

Do século XI ao século XIII não se afirma um progresso considerável do comércio das especiarias pela via do mar Roxo? Constatamos a ascensão do mercado egípcio e do mercado sírio. Ora, as especiarias são compradas nos portos do Malabar a troco de prata e nas ilhas da Malásia a troco de cobre, e não, em geral, de ouro. Uma hipótese ocorre desde logo para dar conta da curiosa evolução monetária do Egipto: se este estado passa a caracterizar-se por uma amoedação de prata e cobre, com exclusão do ouro, é provàvelmente porque se torna a escápula da pimenta, da canela, do gengibre, do cravo, cuja compra se faz precisamente com moedas brancas ou de cobre. Esta circunstância poderia servir igualmente para explicar a passagem, todos os anos, da caravana do Cairo a Mali por Takeda, a mina de cobre, no decurso do século XIV. No século seguinte, é certo, a situação ter-se-ia invertido, a acreditarmos em Malfante: de Alexandria remete-se agora para o mundo negro, pela escala do Tuate, cobre proveniente do império bizantino.

O desvio do cobre saariano do Sudão para o Egipto era, no fim de contas, anormal, visto os reinos negros serem grandes consumidores deste metal e só o receberem do Suz, de Dar'a e da mina saariana de Takedda. Ao invés, os Cristãos que compram as especiarias em Alexandria podem fàcilmente levar para lá quer esse metal quer a prata ([22]). Uma carta portuguesa de 1511 documenta a chegada ao Egipto de cobre vindo de Veneza, e a sua reexportação, com as especiarias, panos da Índia e jóias e adornos, para o mundo do Níger. Exportando para Takeda e para Mali os tecidos de fabrico egípcio, encaminhando para o Alto Senegal-Níger uma parte das remessas de cobre trazidas pelos Europeus, os mercadores do Cairo e de Alexandria podiam adquirir escravos, âmbar cinzento, plumas de avestruz e até ouro.

Dos lados do oceano Índico, a expansão do tráfico marítimo chinês, tão intensa precisamente no decurso dos séculos XIII e XIV, vinha reforçar o primado da circulação da prata, se não era ela que a edificava. Os juncos chineses não se limitavam a açambarcar a melhor parte do comércio da Malásia, frequentavam regularmente os portos do Malabar e do Guzerate, e iam mesmo descarregar os seus fardos e caixas nos portos do golfo Pérsico e da embocadura do mar Roxo. Ora, e a este tópico voltaremos longamente, a economia chinesa pode ser definida, do ponto de vista do comércio internacional, como uma bomba aspirante da prata e das especiarias, de espantosa potência, ao passo que irradia o ouro, a seda, a porcelana. Não há pois que nos admirarmos se o Egipto, cuja economia está tão ìntimamente unida às economias do oceano imenso, acaba por alinhar as suas moedas pelas condições que o florescimento geográfico das actividades mercantis chinesas reforçava ou até criava.

Das profundezas das estepes euro-asiáticas as hordas mongóis lançaram-se, ao dealbar o século XIII, à conquista dos vastos espaços desde o mar da China ao mar Negro e ao Mediterrâneo; este império desmedido, ora unificado ora dividido em khanatos independentes, favoreceu o incremento do tráfico pelas rotas terrestres e alargou ou escorou a circulação monetária baseada na prata, que era a que já existia anteriormente nas suas regiões de origem e na Pérsia. Assim, o metal branco domina o mais importante complexo económico mundial ao longo de todo o século XIII e de todo o século XIV. Tal pressão não pode deixar de ter sido uma das forças decisivas que, durante este mesmo período, mantiveram

---

([22]) Makrizi, *Traité des monnaies*, p. 56, testemunha esta introdução de cobre no Egipto pelos *Francos* (Cristãos). Voltaremos a este ponto.

o Egipto fiel ao padrão prata. Não foi ela todavia que engendrou a passagem da economia-ouro à economia-prata: a tal se opõe a cronologia ([23]).

Nestas condições, bem mais complexa do que se supôs inicialmente, a viragem monetária de começos do século XIII no Egipto apresenta-se sobretudo como um alinhamento pelos sistemas dominantes através do oceano Índico, pelo menos no que ao trato das especiarias diz respeito, e em breve dominantes também através de todo o continente asiático.

Mas que é que acontece ao ouro guineense que as caravanas trans-saarianas continuam a trazer ao Egipto — pois não esqueçamos que demonstrámos que não cessou de aí afluir? Uma parte pelo menos é sem dúvida comprada pelos Cristãos; estes voltam aliás a reintroduzi-lo em quantidades que não são para desprezar, sob a forma de espécies de cunho italiano ([24]). Uma outra parte escoa-se para Adem, onde alimenta as emissões de xerafins. No entanto, a maior parte do metal amarelo que chega ao Egipto continua provàvelmente a ser aqui mesmo amoedado, não obstante as aparências contrárias que se tem sempre alegado.

A fonte sobre a qual se alicerça a divisão da história monetária egípcia comummente aceite, Makrizi, fornece-nos, bem vistas as cousas, informações de complexo matiz, donde não ressalta de forma alguma que tenha cessado inteiramente toda a amoedação do ouro. Mau grado a tradição imemorial da moeda de ouro e a sua incontestada hegemonia no mercado egípcio, antes mesmo de fins do século XII cunhavam-se dirhemes. Nesta época, a sua abundância chegou a ser tal, que do par, de 15 ½ dirhemes por dinar, se atingiu 34; o seu toque, é certo, envilecera acentuadamente, e foi necessário retirá-los todos da circulação e substituí-los por outros novos, dos quais 18 equivaliam a um dinar.

Quando, em 1189, acabou a dinastia fatimida e os Gozzos — Turcomanos — penetraram no Egipto, a política monetária dos novos senhores representou para este país uma verdadeira sangria das suas espécies preciosas: a posse de um dinar «vermelho» era guardada com o mesmo ciúme com que se guardava uma esposa. Mas Saladino, uma vez sultão único do Egipto, ordenou a refundição das espécies que corriam e lançou novas emissões de dinares, ao mesmo tempo que reforçava intrìnsecamente os dirhemes, fixando a sua liga na base da igualdade ponderal das partes de prata e de cobre. Isto passava-se em 1205. Em 1225 os dirhemes redondos, ditos *kiamelis*, vieram substituir os *naseris*, elevando-se o seu toque para 2/3 de metal branco. Durante o reinado de Al-Malik Al-Dhahar (1259-1277) foram emitidos os dirhemes *dhaheris*, com 7/10 de prata e 3/10 de cobre. Foram estas duas categorias — kiamelis e dhaheris — que permaneceram em circulação e continuaram a ser cunhadas até 1379. Deste modo, a cunhagem da prata melhorou no decurso do século XIII e a sua importância cresceu, prova de que as espécies brancas vieram a desempenhar, em parte, o papel que anteriormente cabia às de ouro. Mas seria exagero concluir, como sempre se tem feito, a total paragem das emissões destas outras. O exame das colecções numismáticas confirma sem equívocos tal continuidade. Seja, por exemplo, a colecção

---

([23]) Bautier (cit.) foi o primeiro a trazer a terreiro as conquistas mongois a fim de explicar o contexto da economia egípcia que a conduziu do outro à prata. Mas, além de só ter visto este nexo de forma confusa, ligou-o a um pretenso isolamento do Egipto que o teria cortado dos mercados de fornecimentos das especiarias. Na realidade, nada disso se deu: o Egipto continua a abastecer-se sempre regularmente pela via marítima do mar Roxo, que os Mongois jamais cortaram.

([24]) Segundo Frescobaldi, em 1384 (p. 93) «solo i ducati Viniziani d'oro coniato v'hanno caso.» Outro exemplo: em 1477, a quando da visita do soldão Ashraf Qâitbây a Alexandria, «les négociants vénitiens avaient iancé sur son passage mille sequins d'or.» (*Journal d'un Bourgeois du Caire*, t. I, p. 393).

do British Museum: até o fim dos Fatimidas (1171), encontramos amoedação regularíssima de dinares e de quartos de dinar, os primeiros pesando na maior parte dos casos entre 4 gr e 4,25 gr (é o peso legalmente estabelecido), com algumas peças um pouco mais fracas, sobretudo no século XI, mas tanto depois como antes do episódio beduíno que Lombard punha em causa. No século XII, as Casas da Moeda fatimidas continuam a emitir dinares, mas começam a imitar as dobras almóhadas (peças de 4,76 gr-4,50 gr) ([25]), e esta interferência da tradição e do novo sistema persiste sob os Ayyubidas (1169-1254). De oravante o número de peças brancas aumenta consideràvelmente em relação ao número das peças louras; os dirhemes pesam 2,785 gr-3,045 gr, e os meios-dirhemes 1,425 gr-1,490 gr. A cunhagem do ouro não pára todavia, pelo contrário. Dinares legais e dinares enfraquecidos, dobras de peso cheio e dobras aligeiradas, dentro em pouco — fim do século XII e alvores do século XIII — peças ainda mais pesadas (6 gr e 5,4 gr) e até, a partir de 1220, moedas de 7 gr e mais: o leque abriu-se largamente e vários sistemas parecem cavalgar uns sobre os outros, algo caòticamente ([26]). Tal situação persiste ao longo da segunda metade do século XIII, com os Mamelucos Bahri; depois, até o termo desta dinastia e durante os primeiros vinte anos da seguinte — a dinastia Burgi — acentua-se a tendência para as moedas maiores: frequentemente ultrapassam 7 gr, e um exemplar, de 1402, atinge 16,919 gr, ou seja, é um quádruplo dinar. Ao lado dos antigos dirhemes e meios-dirhemes, legais ou enfraquecidos, cuja cunhagem prossegue, a mesma tendência para pesos maiores ganhou igualmente a cunhagem da prata, e assim vemos peças com 5,265 gr e 4,400 gr, por exemplo.

Em 1384, Frescobaldi, descrevendo a circulação monetária no Egipto, sublinha que as espécies são todas venezianas: *zecchini*, quanto ao ouro; *grossi*, quanto à prata. Com excepção destas moedas da Senhoria, os dois metais preciosos só tinham curso a peso — mas a pesos fixos: besante, no que ao primeiro diz respeito, dirheme, quanto ao segundo; o mesmo acontecia com o cobre: a «moneta di rame sanza conio» chamava-se *folari* (*fals-felus*, ou *felce*), 90 dos quais, no Cairo, 30 ou 40 nas províncias valiam um dirheme. Um besante equivalia a 1 ¼ ducado «di zecca»; dirheme e grosso estavam ao par ([27]). Em 1440, Uzzano, no seu manual de comércio, dá-nos os preços em Alexandria expressos em besantes, cada um dos quais equivalia a 48 *migliaresi;* o ducado está agora favorecido de um ágio: vale 1 ⅛ a 1 ⅓ besante ([28]).

Os besantes «não amoedados» de Frescobaldi deviam ser, na realidade, as dobras que vimos continuarem a ser cunhadas. Os besantes de Uzzano, que escreve numa época de mudança monetária, devem ser já os *ashrafis* ou xerafins. Num caso como noutro, espécies efectivamente saídas dos cunhos.

Desde o princípio de Quatrocentos, as Casas da Moeda mamelucas começam a emitir peças amarelas comparáveis aos *zecchini* e aos florins ([29]) e que irradiam triunfalmente através do oceano Índico... Por conseguinte, a amoedação do ouro persiste no império mameluco do século XIII ao século XVI, e a sua importância não é de forma alguma secundária.

É no mesmo sentido que somos forçados a concluir se analisarmos o diário de um burguês do Cairo, Ibne Iyâs, escrito durante os primeiros lustros de Quinhentos. Decerto, as preocupações da gente humilde prendem-se principalmente

([25]) Poole, *The Coinage of Egypt*, pp. 1-59.
([26]) Idem, pp. 61-130.
([27]) Frescobaldi, pp. 93-4.
([28]) Uzzano, cap. XVI.
([29]) Poole, pp. 134-216.

à moeda de cobre, cujo valor os soldões (sultões do Egipto) estão constantemente a alterar. Decerto também, as espécies preciosas entram com frequência para os tesouros, e os inventários de bens incluem-nas amiúde: na herança do tesoureiro Khâirbak, em 1514, arrolam-se 83 000 dinares em moedas de ouro [30]. Aquando da confiscação dos bens do marechal Qait Radjabi, em 1505, além de gado, cavalos, armas, escravos, mobiliário, panos, foram-lhe apreendidos 60 000 dinares em espécies [31]. Em 1512 foi preso um miserável vagabundo que tinha consigo 170 ashrafis do cunho do soldão Barsbây [32] (1421-1438). Nas ocasiões solenes o soldão manda distribuir moedas de ouro e de prata. Assim, no dia de *âshurâ* do mês de Muharram do ano 912 (= 1506), tendo feito reunir os pobres e os desempregados, mandou dar um ashrafi de ouro a cada [33]. Enquanto o marechal se dirigia para a barca régia que o ia transportar ao nilómetro, o seu tesoureiro lançava moedinhas de ouro e de prata à multidão [34]. Mas que as espécies preciosas circulavam efectivamente no Egipto, outros factos o demonstram formalmente. Eis o caso de Djamâl ad-Din Zaghali que em 1509 se evadiu da prisão: administrador da Casa da Moeda, «Proibira a circulação das peças de ouro com os nomes de Barsbây, Djaqmaq, Ainâl, Kushqadam e Qâitbây; só as moedas de Ghawri, de ouro ou de prata, tinham curso legal, mau grado a vileza do seu toque». Esta proibição dos bons ashrafis cunhados de 1422 a 1500, a quebra das espécies preciosas e outras medidas desorganizaram «o curso das moedas de ouro e de prata: as mutações eram manifestas e lesavam os oficiais [funcionários] e o povo, visto que por toda a parte se recusavam as moedas do soldão» [35]. O antigo intendente dos celeiros Kushqadam refugiou-se em 1515 na côrte otomana e revelou aí os actos tirânicos de Malik Ashraf, entre os quais se contavam os «abusos do câmbio entre as moedas de ouro e de prata» [36]. Em fins de 1507 os militares manifestaram o seu descontentamento «por receberem demasiado número de moedas de bilhão no pagamento dos seus soldos e vencimentos», prova de que esse pagamento abrangia uma parte em espécies de ouro ou de prata; o responsável foi preso e condenado a pesada multa [37]. Em começos de 1506 foi preso um Turco que tinha sido denunciado como falso moedeiro que falsificava dirhemes e dinares [38]. Os preços do trigo e dos camelos, o aluguer das bestas de carga, os vencimentos, ordenados e gratificações são com frequência expressos em ashrafis [39], moeda real (a conta em dinares, moeda que se tornara imaginária, continua a ser corrente). Uma fonte portuguesa menciona, em 1508, uma soma de 12 000 sultanis, «moeda de ouro do cunho do soldão do Cairo» [40].

Recapitulemos em breves palavras as conclusões sòlidamente firmadas:

1.º Os Beduínos não ocuparam as principais pistas caravaneiras entre o Sudão e o Egipto.

2.º A desorganização que a sua invasão provocou na Ifríquia é responsável pela rareza da cunhagem do ouro no Maghrebe oriental.

---

[30] *Journal d'un Bourgeois du Caire*, p. 375.
[31] Idem, p. 70.
[32] Idem, p. 233.
[33] Idem, p. 90.
[34] Idem, p. 93. Outros exemplos: pp. 96, 115, 310, 391.
[35] Idem, p. 149.
[36] Idem, p. 435.
[37] Idem, p. 119.
[38] Idem, p. 84.
[39] Idem, pp. 115, 146, 162, 210, 222, 235, 256, 265, 283, 302, 303, 334, 355, 391, 425.
[40] Barros, *Década* II, Livro II, cap. 6.

3.º Dentro em pouco as relações normais entre a Ifríquia e o Sudão foram restabelecidas: o ouro volta a afluir aos portos mediterrâneos e os Háfsidas cunham-no regularmente.

4.º O ouro guineense nunca deixou de chegar ao Egipto, e as Casas da Moeda ayyubidas e mamelucas jamais cessaram de o cunhar.

5.º As espécies de ouro nunca deixaram de circular no mercado egípcio.

6.º O volume e o alcance de tais emissões de ouro, é evidente, variaram entre o fim do século XII e o princípio do século XVI, mas devido antes à evolução económica do próprio Egipto e em função das suas relações comerciais com os mercados asiáticos e com Veneza.

Capítulo 2

DO OURO MUÇULMANO À PRATA ALEMÃ

§ 1 — *Do morabitino à dobra*

Quando, em 1172, a Casa da Moeda muçulmana de Murcia deixou de cunhar dinares, Afonso VII retomou no mesmo instante essa cunhagem em Toledo, seguindo exactamente o mesmo modelo. Faltará apenas, pouco depois, traduzir a legenda de árabe para castelhano; aliás as legendas das peças cunhadas em Toledo tinham já significado cristão. Tal é a origem dos *mizcales de oro alfonsí*. Os morabitinos assinalados nos documentos portugueses identificar-se-ão todavia com essas peças castelhanas ou indicarão peças cunhadas pelo primeiro rei de Portugal, cujo nome é igualmente Afonso? Ou, melhor ainda, designam simultâneamente as duas categorias de espécies: como os mesmos antecedentes produzem os mesmos consequentes, Afonso Henriques pode ter-se visto forçado, a fim de obviar ao colapso monetário mouro, a enveredar pelo caminho aberto por Castela e igualmente seguido por Fernando II de Leão (1157-1188), genro do Português ([1]).

Quer a amoedação do ouro tenha começado, em Portugal, com Afonso Henriques, como se afigura mais provável, quer com Sancho I (1185-1211), o facto essencial fica de pé: essa amoedação entronca no dinar almorávida, numa época em que este já não tinha o esplendor de outrora e em que a dobra almóhada ia despontar do horizonte. Ao longo de toda a primeira metade do século XIII e talvez mesmo depois, os reis de Portugal fizeram cunhar peças de ouro, ditas morabitinos, cujo peso variou entre 3,82 gr e 3,6 gr, e portanto a talha em marco

---

([1]) Engel e Saussure, II, pp. 816-824; Mateu y Llopis, p. 164. Contràriamente à opinião de Teixeira de Aragão e de outros numismatas portugueses, Batalha Reis negou que o primeiro Afonso tivesse cunhado moeda de ouro. O seu argumento histórico carece todavia de qualquer valor: até à queda do império bizantino, em 1204, nenhum rei nem príncipe cristão teria ousado cunhar espécies áureas, porque seria atentar contra a prerrogativa imperial. Na realidade, tal prestígio e tal prerrogativa não chegavam até o Atlântico, e como na Península dominava incontestada a moeda muçulmana, crear moeda cristã equivalia a sapar, sim, o prestígio do Infiel — e valia mais emitir peças cristãs do que utilizar ou imitar as islâmicas. Aliás, as emissões de moeda de ouro em Castela e Leão, incontestáveis, já com legendas latinas, são anteriores a 1204. Os argumentos pròpriamente numismáticos de Batalha Reis, ao invés, merecem atenção, visto repousarem no princípio assás sólido de que as primeiras emissões costumam ser de qualidade superior às subsequentes, o título e o peso declinando frequentemente com o tempo. Mas esses argumentos, se podem levar a não atribuir a Afonso Henriques as peças conhecidas nas colecções, não chegam para excluir que esse rei emitisse moeda de ouro.

entre 60 e 64, e cujo toque, que longo tempo os numismatas idìlicamente consideraram fixo em 23 ¾ quilates, não deve ter ultrapassado 835 °/oo e pode ter descido a 680 °/oo oscilando provàvelmente entre 750 e 800 °/oo, isto é, entre 18 e 19 1/5 quilates [2]. Os morabitinos alfonsis castelhanos das primeiras emissões pesavam 3,86 gr (o dinar almorávida estava então em 3,87 gr) e a sua lei era de 917 °/oo. Quanto às peças portuguesas que até nós chegaram, em pequeno número, não tem havido acordo sobre a sua cronologia e a maneira como distribuí-las entre os vários reis — os três Afonsos e os dois Sanchos.

A classificação de Teixeira de Aragão foi fortemente impugnada por Batalha Reis, cujos embargos e nova classificação assentam na regra numismática realmente quase universal, segundo a qual a moeda de dada espécie vai diminuindo de peso e de diâmetro com as sucessivas emissões. Teríamos, pois, primeiro, os morabitinos de Sancho I, de 3,8 gr (60 em marco) e módulo 28,5 mm; depois, os de Afonso II (que Aragão atribuíra a Afonso Henriques), com 3,7 gr e 26,5 mm; os morabitinos de Sancho II pesariam 3,6 gr e o seu diâmetro seria de 25,4 mm, e os de Afonso III, que Aragão encabeçara em Afonso II, os mesmos 3,6 gr mas 24 mm de módulo. A arrumação proposta por Batalha Reis suscitou por seu turno forte oposição, contudo recentemente Ferraro Vaz procurou melhorá-la, seguindo o mesmo princípio numismático mas atendendo ainda ao formulário das legendas e ensaiando pela primeira vez o toque. As legendas seriam inicialmente «In nomine Patris et Filii Spiritus Sanctus» (como nos morabitinos alfonsis toledanos), de modo que uma das peças atribuída a Sancho II, com 3,6 gr, pertenceria na realidade a Sancho I; e como classifica um novo exemplar aparecido, que pesa 3,25 gr, como de Sancho II, as peças atribuídas a Afonso III por Batalha Reis, cujo peso varia entre 3,7 e 3,63, pertenceriam afinal a Afonso II. Veremos, todavia, que a regra numismática invocada, conquanto de facto muito geral, não é efectivamente universal, admite certas excepções por razões bem determinadas, e este caso pode ser uma delas. Quanto ao chamado «morabitino de Braga» (Aragão, t. I, n.º 1), de 3,7 gr, com legenda «Regis Portugalensium» e «Moneta Dominii Afonsi» e o célebre «B», a admitir-se a sua autenticidade (fortemente duvidosa), seria cunhado no reinado de Afonso II, pois a legenda e o peso levam a tal inclusão. No conjunto, apenas podemos afirmar o que afirmámos na abertura deste capítulo, acrescentando a probabilidade de as peças de ouro se terem aligeirado desde 3,82 gr a 3,6, e talvez a 3,25 com Sancho II, e de o seu módulo se ter reduzido, havendo oscilações no toque.

Além das espécies áureas, os reis portugueses cunharam tão só moeda de bilhão ou bolhão (*véllon* em castelhano), isto é, de liga de cobre e prata com acentuado predomínio do primeiro metal. Continuava-se aqui o sistema leonês-castelhano, mas dinheiros (de 1 gr) e mealhas (meios dinheiros) teriam tido em Portugal importância ainda superior à que tiveram nos reinos vizinhos, pelo que Mateu y Llopis contrasta a faixa ocidental, com base no bilhão, e a faixa central peninsular, baseada no maravedi, e ambas com a área da coroa de Aragão, cujo sistema é o dos soldos e libras (o sistema carolíngio) [3]. Este contraste só existe porém na gradação, e não nas bases dos sistemas, quanto às duas primeiras faixas entre si consideradas. Aliás, no documento de 1152 referem-se 10 «solidos argenteos ab moneta domini Adefonsi regis», que se têm interpretado como peças de bilhão, mas que devem ser os «solidos de argento caçmi» dos documentos castelhanos e os «solidos de argento» dos documentos aragoneses, isto é, imitações dos dirhemes muçulmanos [4], logo peças de prata (embora altamente ligada). Seja como for, não há seguidamente emissões de espécies brancas [5].

---

[2] Segundo os ensaios de Ferraro Vaz (*Os morabitinos*, Lisboa, 1951), pp. 17-20. Pena é que não se façam nos museus ensaios sistemáticos e científicos.

[3] *La moneda española*, p. 131.

[4] Idem, p. 125.

[5] Teixeira de Aragão, I, pp. 142-158; J. E. Porto, *Dinheiros e mealhas portuguesas*, Lisboa, 1949; Oliveira Marques, *A moeda portuguesa durante a Idade Média*, p. 521.

As emissões de espécies amarelas não parecem ter sido consideràvelmente volumosas: é que Portugal, mal saído ainda do domínio do dinar almorávida, entra no signo da dobra e do masmudi almóhadas — o testamento de Afonso Henriques, de 1179, refere-se-lhes já. Mas estas novas peças, que aliás só com Afonso X o Sábio remodelam o sistema de emissões castelhano (embora já Fernando III, 1230-1252, cunhasse dobras), não serão imitadas pelas Casas de Moeda portuguesas, nem mesmo em meados do século XIII e no quartel seguinte. A menos que se deva considerar como imitação da dobra uma peça que pesaria 4,4 gr e teria como legenda «Regis Portugalensium» e «Moneta dominii Afonsi», dita também «morabitino de Braga», da colecção Carvalho Monteiro, mas sobre a qual planam muitas dúvidas (6); a legenda levaria a atribuí-la a Afonso II ou mesmo a Afonso III. Seria, mesmo assim, caso isolado.

Que moedas circulavam efectivamente? No testamento de Afonso Henriques, de 1179, referem-se morabitinos maiores, morabitinos (simplesmente) e mozmodiz (7). Trata-se, é evidente, respectivamente de dobras almóhadas, de dinares almorávidas ou morabitinos alfonsis e de meias dobras almóhadas (8).

Nesse mesmo ano de 1179 Afonso Henriques envia a Alexandre III mil «áureos» em pagamento do censo de dez anos que devia; como aceitara elevar o censo para dois marcos de ouro anuais, há 50 áureos em marco — logo a peça pesa quase 4,6 gr: trata-se, por conseguinte, de *solidus aureus* (besante hiperpírone) ou do seu equivalente, a dobra almóhada (nova prova do que atrás dissemos quanto à identificação do «aureus»). Sancho I, ante as reclamações de Inocêncio III reiterando as de Celestino III, envia para Roma, em 1198, 504 morabitinos para pagamento do censo de 4 onças anuais pelos anos decorridos desde 1179 (9): pagando vinte anos, há 50 ½ morabitinos por marco, logo cada um pesa cerca de 4,55 gr: estamos sempre ante *solidus aureus* = dobra almóhada.

No testamento de Sancho I de 1188 referem-se «solidos», talvez os «solidos argenteos» ou dirhemes; mealhas de ouro, que, como as *mealia auri* dos documentos do século XIII, devem ser os meios dinarin ou quartos de dobra, a menos que correspondam ao *medium morabitinum* que deve ser o meio morabitino das cunhagens dos reis portugueses e castelhanos; e *m'z*, que se costumava interpretar como «morabitinos», mas Batalha Reis propôs ler «mazmodiz», leitura mais convincente, embora também seja de admitir «mitcalz» ou «mizcalz», que podem ser os morabitinos alfonsis ou, agora mais provàvelmente, as dobras almóhadas; e ainda se fala de «morabitinos novos» (10), que se tem considerado serem os cunhados por Sancho I mas devem ser, sim (já veremos porquê), os masmudis ou meias dobras, visto que o dinarin é que é a verdadeira unidade almóhada. «Morabitinos novos» aparecem referidos igualmente em documentos de 1191 e 1197 (11). As herdades régias de Sátão e de Rio de Moinhos são arrendadas em 1240 por 225 morabitinos novos (12). Ferraro Vaz propõe interpretar as referências desta época mais tardia como aos morabitinos enfraquecidos de Sancho II. Sabe-se, todavia, o conservantismo da terminologia monetária na linguagem corrente, custa pois a crer que em meio século a mesma expressão viesse a designar espécies diferentes. Ainda aqui devemos estar perante dinarins almóhadas.

(6) Ver Ferraro Vaz, *Os morabitinos*, p. 12 e gravura p. 24.
(7) Viterbo, *Elucidário*, II, p. 165; T. de Aragão, I, p. 25.
(8) Batalha Reis, *Morabitinos*, p. 81.
(9) Herculano, *Hist. de Port.*, III, pp. 235-6 (8.ª ed.).
(10) Herculano, *Hist. de Port.*, III, pp. 332-7; Aragão, I, p. 152.
(11) Cf. Oliveira Marques, p. 519.
(12) Viterbo, *Elucidário*, II, p. 115.

A lei de almotaçaria de 26 de Dezembro de 1253 [13] enumera as seguintes espécies e estabelece as seguintes equivalências legais:

Morabitinus novus	22 soldos
Morabitinus vetus	27 »
Morabitinus alfonsinus	30 »
Quadratus de auro	45 »
Morabitino de 15 soldos	15 »
Denarius legionensis	3 dinheiros portugueses
Denarius burgalensis	3 ½ » »
Denarius turonensis	4 ½ » »

Há, quanto às espécies de ouro, dois pontos incontestáveis e dos quais é indispensável partir para a interpretação dos restantes. O «quadrado de ouro», mais forte que as outras peças, só pode ser a dobra almóhada de 4,7 gr e toque de 0,950 aproximadamente. O morabitino alfonsi, contràriamente a diversas interpretações propostas, tem de ser a moeda cunhada pelos reis castelhanos e portugueses em imitação do dinar almorávida já enfraquecido: isto é, a moeda de cerca de 3,7 gr e de lei à volta de 0,800. A designação, primeiro, e a relação de valores (o quadrado vale mais 50 %) assim o exigem. O morabitino novo vale metade do quadrado: é pois a meia dobra ou masmudi ou dinarin — e desta sorte tudo se esclarece. O morabitino velho deve ser o velho dinar almorávida já enfraquecido, e que, por mais frequente do que o alfonsi, vale 10 % menos. Ferraro Vaz propôs identificar o morabitino novo com o de Sancho II de que se conhece um exemplar cujo peso é 3,25 e o toque entre 630 e 740 ‰; o morabitino velho seria o de Afonso II, e o alfonsi o de Sancho I, imitação dos toledanos (ob. cit., p. 21-2). Mas como a denominação de «novo» já aparece em fins do século XII e não é natural que em poucos anos passasse a aplicar-se a outra espécie, não se me afigura de aceitar esta construção, que não parte da evidente relação entre morabitino novo e quadrado. Os documentos falam ainda de morabitinos de dez soldos: supôs Teixeira de Aragão que se trataria de peças de prata, mas devem ser antes quartos de dobra, almóhada, ou, mais provàvelmente ainda, terços de dinar almorávida, que sabemos terem sido frequentemente emitidos.

Em suma: o período que vai do último terço do século XI a meados do século XIII caracteriza-se pela hegemonia esmagadora do ouro muçulmano — morabitino almorávida, primeiro, dobra e masmudi almóhadas, seguidamente; os Cristãos copiam por vezes essas espécies, procuram outras vezes fazer-lhes concorrência, mas não conseguem substituí-las. Abaixo, uma circulação muito activa de bilhão emitido pelos diferentes príncipes, com predomínio do leonês-castelhano. A moeda branca não existe pràticamente: a mineração não basta para garantir estabilidade e força aos dirhemes [14], nem aliás às espécies cristãs. No conjunto, as emissões monetárias são raras e o povo desconfia delas, preferindo resgatar, pelo pagamento de um tributo proporcional aos bens possuídos, o direito régio de cunhar bilhão todos os sete anos [15]. O «leque» monetário vai dos quadrados ou dobras, passando pelos morabitinos alfonsis, dinares almorávidas, masmudis ou meias dobras, meios morabitinos (mealhas de ouro), terços de dobra e quartos de morabitinos — até aqui estamos nas espécies áureas —, até os dinheiros e mealhas de bilhão, com alguns dirhemes ou soldos argênteos entre estas duas e as anteriores. Quer dizer que o ouro só por si cobre desde os grandes pagamentos ao papel de moeda divisionária.

---

(13) Aragão, I, doc. 3.

(14) Desimoni, *Rapporto oro*, p. 32.

(15) Mateu y Llopis, pp. 134-5; Hamilton, *Money, Prices and Wages*, p. 9. Não se trata só (contràriamente a uma opinião assás espalhada) de evitar as quebras de moeda a que o rei tinha o direito de proceder todos os sete anos, mas de o impedir formalmente de cunhar bilhão, mesmo sem quebra: desconfiança em relação à própria moeda. Os documentos n.os 5 A e 10 publicados por Aragão (t. I) provam-no. O rei reserva-se contudo o direito de cunhar o ouro: é a sua prerrogativa.

Não é isso de admirar. O ouro foi, nestes séculos, e, no mundo muçulmano e sua periferia, nos séculos que os precederam, permanentemente barato, e a prata, cara. Para o compreendermos, e para apreendermos o pleno significado do «leque» monetário que acabamos de enumerar, convém retomarmos os fios fundamentais da evolução da moeda muçulmana, tanto mais que são frequentes os equívocos e ambiguidades.

Respeitando as circulações monetárias pré-existentes nos territórios que conquistou, o Islame combinou-as depois num sistema integrado a que a sua expansão geográfica e económica assegurou uma área imensa de domínio directo e de irradiação. Em ouro, era o nomisma ou besante de 4,55 gr, com 0,980 de toque (por isso chamar-se-á mais tarde hiperpírone), donde veio o dinar; em prata, era a dracma dos Sassânidas (Pérsia), derivada da nova dracma ática de 4,25 gr, depois reduzida na prática a 4,1 gr, donde veio o dirheme darachmi, de 3,9 gr, cujo peso baixará em certos casos a 2,9 gr; em cobre era o *follis* (felce ou faluz) bizantino. De 694 a 696 é que, com Abd al Malik, essa combinação dá o sistema pròpriamente islâmico de cunhagem. Como unidade de peso, o mitical, de 4,25 gr; o dinar, de ouro, pesa um mitical, o dirheme, de prata, 7/10 dessa unidade; em valor, um dinar equivale a dez dirhemes. Assim, a relação entre os dois metais preciosos é de 1 para 7 ([16]). Essa dupla relação, de valores e de pesos, das peças amarelas e brancas vai comandar todas as reformas monetárias muçulmanas até os Almóhadas inclusivè.

Exactamente no mesmo momento em que Abd al Malik assenta o sistema bimetalista muçulmano, em que o ouro é barato em relação à prata, em Bizâncio acaba pràticamente a amoedação do metal branco A dos áureos besantes continua sem fraquejar até cerca do ano 1000, com peso oscilando entre 4,5 e 4,4 gr e lei imutável. Por conseguinte, o metal amarelo deve abundar no império bizantino e a prata escassear, logo ser cara (conclusão contrária à de Ph. Grierson). É a Europa Ocidental ao Norte dos Pirenéus que deve absorver o metal branco, cujo reinado monetário nesta região a reforma carolíngia consagra. É também o Islame a absorvê-lo, tanto mais que domina as minas da Transoxiana. Por isso a prata baixou em relação ao ouro no mundo islâmico até o século XI, embora não possamos precisar numèricamente esta curva, pois haveria que levantar vários embargos aos números a que chegou S. Bolin («Mohammed, Charlemagne et Ruric», *The Scandinavian Economic History Review*, I, 1953), que indicam antes a equivalência entre o dinar e o dirheme do que a dos respectivos metais. Deste modo, no mapa recortam-se três grandes zonas: o monometalismo prata do império carolíngio, o monometalismo ouro do império bizantino, e o bimetalismo muçulmano. Por ricochete, a ascensão mercantil do Islame e a hegemonia das suas espécies áureas levam Nicéforo Fokas (963 a 969) a crear um besante equivalente ao dinar: é o tetartérone, de 4,1 gr, cuja proporção aumentará no século XI, como mostrou Roberto Lopez *(The dollar of the Middle Ages)*, embora continuem as emissões de nomismas, uns de toque inferior (desce a 19 ½ depois do ano 1000), outros hiperpírones — os *aureus* dos documentos cristãos (de 4,5 gr) ([17]).

Os dinares (e os quartos proporcionalmente) dos Fatimidas do Egipto, nos séculos X, XI e XII até 1171, mantêm-se entre 4,25 e 4 gr, só a meio desse período aparecem alguns mais fracos ([18]); os dos Ziridas da Tunísia (972-1142) e os de Tremecem pesam em média 4,11 gr, com um máximo de 4,35 gr, tendo de módulo 22-24 mm; cunham-se também meios, quartos e oitavos. A prata é então

---

([16]) E não de 1 para 10, como é vulgar dizer-se, por não considerar a relação dos *pesos* entre dinar e dirheme, mas só a do valor das peças. Sobre estes primórdios, como fontes essenciais: Makrizi, *Traité des monnaies*, pp. 17-25, e *Traité des poids*, pp. 20-4 e 53. Ver, como estudos (que nem sempre seguimos): *Encyclopédie de l'Islam*, sub verbo «mithkal» (J. Allan), «dinar» e «dirhem» (v. Zambaur); Desimoni, pp. 20-2; Mateu y Llopis, pp. 99-102; R S. Lopez, *Il ritorno al oro; Cambridge Economic History*, II, pp. 259 e 284; Ph. Grierson, «The monetary reforms of Abd-Al-Malik», *Journal of Economic and Social History of the Orient*, III, 1960, pp. 241-64 (de que não é possível aceitar os números propostos para as razões entre os metais preciosos).

([17]) Sobre a moeda bizantina, além dos artigos, já citados, de Lopez: Henry Longuet, *Introduction à la Numismatique Byzantine*, Londres, 1961; Talbot Rice, *The Byzantines*, Londres, 1962. A cartografia e a curva dos movimentos monetários entre os séculos VII e XI são apresentadas diferentemente do que apresentamos, por Carlo M. Cipolla, em «Sans Mahomet, Charlemagne est inconcevable» (*Annales-E. S. C.*, 1962, n.º 1, pp. 130-6), que adoptou conclusões de Grierson e Bolin em nosso entender contestáveis.

([18]) Poole, *The Coinage of Egypt*, pp. 1-59.

rara nessas regiões, mas encontra-se com certa facilidade no império almorávida (1056-1147), segundo toda a probabilidade por dominar as minas da península hispânica. Os dinares dos Murãbit — morabitinos — pesam em média 4,05 gr, atingindo 4,3 gr, com diâmetros de 23-27 mm (de 15-16 mm para os meios, 13-15 para os quartos, e 11 para os oitavos) ([19]).

A dobra almóhada, cujo alicerce é o tráfico cameleiro trans-saariano, tem o peso teórico de 4,72 gr, andando o seu peso efectivo entre esse limite e 4,5 gr, com predomínio de 4,6 gr (diâmetro 27-32 mm); o dinarin ou masmudi, do nome da tribo dos Masmuda, ligada ao trato do ouro, dito também morabitino novo, deveria pesar 2,36 gr, pesa em média 2,27 gr, com módulo de 19-22 mm; o quarto de dobra tem de peso 1,15 gr e de diâmetro 14-16 mm, e o oitavo 0,55 gr e 13 mm. Em prata, cunharam os Almóhadas «dirhemes» de 1,5 gr, com diâmetro de 13-19 mm ([20]), e «meios dirhemes» de 0,75 gr. Estas designações surpreendem à primeira vista, pois os dirhemes egípcios pesam entre 3 gr e 2,78 gr, e os meios entre 1,5 gr e 1,42 gr: os «dirhemes» são, por conseguinte, verdadeiros «meios dirhemes», em relação ao sistema tradicional. Mas repare-se em que o dirheme é sempre 7/10 do dinar, quanto ao peso, e o dinar almóhada é novo, é «pequeno» *(dinarin)*, logo em relação a uma peça áurea de 2,2 gr, a peça branca deve pesar à volta de 1,5 gr. As moedas de ouro têm um quadrado inscrito ao centro, e por isso à dobra se chama também «quadratus»; as de prata têm muitas vezes forma quadrada. O toque das moedas de ouro aproxima-se francamente da pureza: teòricamente de 23 ¾ quilates, excede na realidade os 23 ou mesmo os 23 ½ ([21]). Mas o traço mais importante é o aumento da amoedação do metal branco, facto que no Egipto só se começa a notar ao abrir o segundo quartel do século XIII, como vimos no cap. 1.

Qual a razão entre os dois metais preciosos? A tradição toledana continuava a afirmar a equivalência de dez dirhemes para um dinar, e a tal princípio se manifesta fiel a amoedação almóhada e háfsida, bem como ao da fixação do peso dos primeiros em 7/10 do peso da moeda de ouro. Teòricamente, pois, a razão ouro/prata é, como sempre, de 7. Na realidade, deveria oscilar fortemente em volta deste número ideal. Segundo Prieto Vives, na primeira metade do século XI, na Península, seria de 8 ([22]). Com os Almorávidas, como os dirhemes pesam metade (e menos) do que os dinares, a equivalência ideal-tradicional de dez dirhemes para um dinar levaria a uma razão ouro/prata de 5, o que não se coaduna com o desenvolvimento, já referido, das emissões de espécies brancas: na prática, a relação dirhemes-dinar não deve ter sido de dez. Ela é de 15 ½ dirhemes para um dinar no Egipto em 1082; no começo do século XII proliferam a tal ponto que sobe a 34, e é necessária uma reforma monetária para a trazer a 18 ([23]). Quer dizer que a razão entre o ouro e a prata excede 10. No Maghrebe, mais perto do anti-ciclone do metal amarelo, essa razão deveria andar entre 8 e 9.

No quadro do território português, o primeiro cálculo que é possível efectuar reporta-se a um ano indeterminado entre 1162 e 1176, e dá-nos 7,88 ([24]). Em 1179,

---

([19]) Hazard, *Numismatic History of Late medieval North Africa*, pp. 48-9.

([20]) Idem, ibidem; Mateu y Llopis, p. 165.

([21]) Exemplar ensaiado por Ferraro Vaz, *Morabitinos*, p. 20.

([22]) *Los Reys de Taifas*, Madrid, 1926, p. 98 (já citado por Batalha Reis).

([23]) Makrizi, *Traité des monnaies*, pp. 41-2.

([24]) Oliveira Marques, cit., pp. 499 e 518 (nota 6). Em doação à Sé de Coimbra pelo seu bispo D. Miguel Salomão, equipara-se o marco de prata a 9 morabitinos de ouro e 14 soldos, e o marco de ouro a 76 morabitinos (T. de Aragão, I, pp. 36-7). Não foi possível identificar estes morabitinos, que pesariam uns 3 gr, e por isso caberia desconfiar dos dados e do cálculo; mas este não se afasta muito do que apresentamos logo a seguir.

a razão entre os dois metais situa-se entre 8,3 e 8,9 ([25]). A lei de 1253, fixando o preço do marco de prata em 12 libras e o da onça de ouro em 11, permite calcular essa razão para os metais em barras: 7 ⅓ ([26]). A razão evoluirá de maneira mais favorável ainda à prata, cujo marco sobe de 12 para 14 libras entre aquela data e 1270, enquanto a dobra passa apenas de 45 soldos a 50, nessas mesmas datas: acréscimo de 16 % contra 11 % respectivamente. Por conseguinte, o metal branco subiu, e o ouro baixou, entre o último quartel do século XII e o correspondente do século XIII, sendo Portugal atingido também, como era de esperar, pela alta da prata a meio de Duzentos. Mas a prata é constantemente mais cara aqui do que no resto da Cristandade, e a sua descida, mais lenta em arrancar. Em França, a razão entre os dois metais desce de 12 ½ em 1113 para 9 em 1250, cai em 8,35 três anos depois, para voltar a subir a 10 já em 1258. Na Itália, mantém-se entre 10 e 9 ½ durante a segunda metade do século XII, declina para 8 ½ e menos ainda em 1250-8, mas sobe de novo durante a segunda metade do século XIII para 10 e 11 ([27]). Do mesmo modo em Londres, em 1257, os burgueses, para protestarem contra o lançamento do *penny* de ouro, afirmam que o marco vale agora 9 ou 8 marcos de prata, ao passo que outrora valia 10 ([28]). Descolagem vertical do metal branco a meio do século XIII: é o incremento das suas exportações para o Levante, em parte ligado à cruzada de São Luís, que há que pôr em causa ([29]). No entanto, o imperialismo da boa moeda de ouro almóhada — dobra e masmudi — deve entrar em muito nesta sobrevalorização da prata, bem como, aliás, a insuficiência notória da mineração de metal branco. E quanto à saca, para o Oriente, das espécies brancas, incrimine-se sobretudo o incremento do trato das especiarias, como vimos já quando tratámos da evolução monetária egípcia.

§ *2 — A «revolução do ouro» de meados do século* XIII

Revolução do ouro a meio do século XIII, na Europa, sucedendo a uma revolução da prata uns cinquenta anos anterior?

Certas regiões tinham permanecido fiéis ao ouro, mau grado numerosas vicissitudes: o império bizantino, o Islame mediterrâneo e, sob esta dupla influência, a Espanha e a Sicília. Nem por isso desprezemos a «inovação» de 1252: o florim e o genovês (ambos de 3,52 gr e o toque finíssimo — 24 quilates teóricos). Lenta, mas firmemente, a amoedação do ouro vai estender-se a toda a Cristandade, ou melhorar onde quer que já existisse. Em 1284 Veneza lança o ducado, igual à peça áurea de Génova e de Florença. Na Alemanha será só a partir de 1340, na Inglaterra (após a tentativa sem futuro de 1257) a partir de 1334, e a Polónia apenas virá a tomar parte em 1528.

Se razões de prestígio internacional podem ter movido os grandes monarcas, sobretudo os pretendentes à coroa imperial, a ordenar a cunhagem do metal

---

([25]) No testamento de Afonso Henriques, de 1179 (Viterbo, *Elucidário*, II, p. 165; Aragão, I, p. 25), lemos com efeito que 8 000 mozmodis mais 376 marcos de prata igualam 162 morabitinos mais 6 000 grandes morabitinos (dobras, sem dúvida). As incertezas quanto ao peso e ao título não permitem chegar a um resultado único e seguro; mas o cálculo dos limites merece confiança. Batalha Reis (*Morabitinos*, p. 82) calculara a razão em 8 ¾.

([26]) T. de Aragão, I, doc. n.° 3. Esta lei não permite avaliar a razão entre os metais amoedados, porque não dá os preços das espécies de prata mas simplesmente os das de bilhão, leonesas e castelhanas.

([27]) Desimoni, *Rapporto oro*, pp. 16-32.

([28]) R. S. Lopez, *Il ritorno all'oro*, p. 50.

([29]) Blake, *Circulation of Silver in the Moslem East*, p. 291.

Fig. 8 — FLORÍ D'OR D'ARAGÓ. Lançado em 1346 por Pedro o Cerimonioso em imitação fiel de todos os outros florins, nas características monetárias e na iconografia. Num dos versos, S. João Baptista com a legenda do seu nome; no outro, a flor-de-lis com a legenda *Arago Rex P.* (Ampliado).

nobre por excelência, Roberto Lopez vê todavia a causa decisiva desta «revolução» na baixa do valor do ouro e na carestia da prata à volta do meio do século XIII ([30]). Incontestável é que as emissões cristãs de espécies áureas começaram quer nas regiões onde a sua circulação nunca se interrompera e onde o preço deste metal se manteve baixo — é o caso de Castela e de Portugal, mais precoce do que os outros —, quer na época de alto valor do metal branco e nos centros do grande comércio internacional — é o caso de Florença e Génova em 1252, da Alemanha e da Inglaterra a meio de Trezentos. Mas só as espantosas expansões demográfica e económica, ligadas à passagem do comércio inter-regional às trocas em escala internacional, e, conjuntamente com elas, o aumento do volume das transacções puderam, acelerando e intensificando a procura de meios de pagamento, alicerçar a longo prazo a «revolução do ouro», mesmo que esta tenha sido precedida, acompanhada ou seguida, como foi, por outras soluções tais como a moeda fiduciária ou as grossas peças de prata. Indispensável era, além disso, compensar as quebras e perda de fôlego do besante, desprestigiado por falsificações constantes neste século XIII ([31]), e da própria dobra ([32]). Por tudo isso as soluções variaram geográfica e cronològicamente.

O regresso a uma sólida moeda argêntea precede por vezes o regresso à amoedação do ouro: assim acontece em Veneza, com os *matapães (matapani)* já em 1203, em Verona, em Trebizonda, em 1236, com os *aspri*, e, cerca de 1237, em Florença. O metal branco é então barato. A grande arrancada desenrola-se todavia paralelamente para os dois metais: em 1252 surgem o grosso genovês e o grosso da Liga Toscana, bem como, pela mesma época, os soldos de Milão e os *aquilini grossi* do Tirol; é igualmente cerca de 1260 que a prata reaparece no Islame em força e recupera o seu papel na situação monetária ([33]); pouco depois, são os grossos torneses de São Luís e, para fins do século, os

---

([30]) *Il ritorno all'oro*, p. 185.
([31]) R. S. Lopez, *The dollar of the Middle Ages*.
([32]) Hazard, *Numismatic History*, pp. 48-9.
([33]) Blak, *Silver in the Moslem East*, p. 291.

groschen na Bohémia e o *grooten* na Flandres. É, por conseguinte, no decurso de um período em que a prata volta a ser menos cara que a sua cunhagem se instala por toda a parte, simultâneamente com a consolidação e intensificação da circulação do ouro. Em Nápoles, pelo câmbio do *carolinus* de ouro, a razão entre os dois metais passa de 10,52 em 1278 a 13,66 em 1305; em França, está em 11,425 em 1296, e em 13,715 em 1302 ([34]); na Itália setentrional, de uma média de 10 no período 1250-1285, sobe a 13,5 de 1302 a 1335 ([35]). Não é possível explicar esta subida do ouro ùnicamente pelo avolumar da sua procura devido à extensão da sua cunhagem, como propõe Bautier ([36]), visto que a procura da prata se avoluma também, acabamos de o ver. Em fins do século XIII e durante as primeiras décadas do século XIV a produção intensifica-se nas minas argentíferas da Boémia ([37]), acicatada sem dúvida pelo preço elevado do metal até cerca de 1260. Tal acréscimo da oferta de prata é que verosìmilmente explica a descida do seu valor.

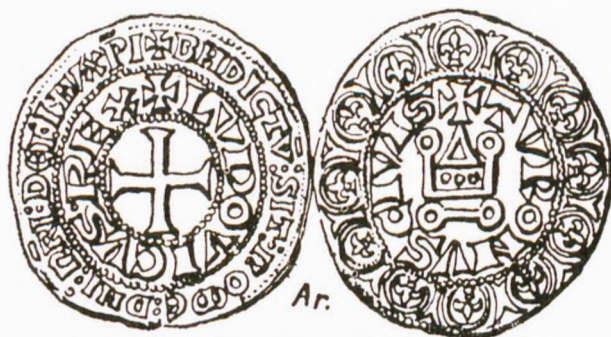



Fig. 9 — GROS TOURNOIS. Moeda de prata lançada por S. Luís em 1266, com 4,2 gr e toque 0,958. No anverso a cruz, com as legendas *Benedictus sit nomen domini dei Jhesus Christi* e *Ludovicus Rex*. No reverso, o templo ao centro, flores-de-lis na orla circular, e a legenda *Turonus civis*. (Ampliado).

Por isso afigura-se-nos difícil subscrever o diagnóstico de Bautier, que atribui ao ocaso do século XIII e ao dealbar do século XIV uma transformação completa da economia europeia que deixaria de assentar na base da prata para passar a assentar na base do ouro. O que constatamos é antes, na realidade, incremento dos dois. Como evidentemente o segundo continua a ser barato no mundo muçulmano e mais caro na Cristandade, onde é o primeiro que é barato — oposição dos anti-ciclones do ouro e da prata respectivamente —, o metal branco foge para os reinos mouros, ao passo que o metal fulvo aflui aos reinos cristãos. Recordemos que durante o século XIII a amoedação da prata se desenvolve no Egipto, em conexão, assás provàvelmente, com o desenvolvimento do tráfico das especiarias, a expansão oceânica do comércio chinês e a formação do império mongol. Genoveses e Venezianos instalam-se nas orlas do Mar Negro, termo da grande rota transcontinental da seda; ora a seda, compram-na eles a troco de

([34]) Desimoni, *Rapporto*, pp. 32 ss.
([35]) Carlo Cippola, *Movimenti dei cambi in Italia*, quadro na p. 192; cf. p. 80.
([36]) *L'or et l'argent en Occident*.
([37]) John U. Nef. *Silver production in Central Europe*.

prata, de igual modo que com a prata compram o trigo das planícies vizinhas para o revenderem em Constantinopla contra hiperpírones de ouro (Bautier). Como, por outro lado, o ouro atinge extraordinária carestia em França, onde oscila entre 12 e 14 de 1295 a 1306, para saltar a 19,5 em 1311, e em Inglaterra, ou, se preferirem, como a prata é aí barata, os Lombardos e Brabantinos introduzem nestes reinos os florins, cunhados com besantes e dinares refundidos, e sugam-lhes as suas espécies brancas: até 1310 a França deve ter perdido 400 000 marcos, ou seja umas 100 toneladas, o que levou à interrupção da cunhagem da prata e à adopção de toda uma série de medidas aduaneiras (Bautier).

Mas o movimento vai mudar de sentido. Por toda a parte, para fins do primeiro quartel de Trezentos, o ouro está a baixar e a prata a subir, e esta orientação manter-se-á até meio do século:

Nápoles (38)		Florença (39)		França (40)		Inglaterra (41)	
		1252	10,70				
1278	10,52						
		1292	10,88	-1295	12	1292	12,54
				1295-1303	13,6		
1305	13,66			1303-1306	12,9		
				1306-1308	15,2		
				1311	19,5		
		1324	13,62	1324-1338	12,6		
				(curso oficial)		1339	12,6
1337	11,57					(curso oficial)	
1350	10,52	1344-1347	11	1345	10,88	1344-1347	11,5

Desenvolvimento da extracção do ouro na Trans-silvânia, Boémia e Polónia, por um lado, fuga da prata para o Egipto, o Maghrebe, o império mongol, por outro: eis os responsáveis desta linha de tendência que domina o segundo quartel de Trezentos.

§ 3 — *Bilhão nacional e moedas fortes estrangeiras*

Portugal viu-se arrastado, como era de prever, por este movimento geral da razão entre os metais preciosos. Um marco de ouro valia 7 $\frac{1}{3}$ marcos de prata em 1253 e um pouco menos ainda à volta de 1270. Durante o primeiro quartel do século XIV esta razão sobe para cerca de 10,9 (42), ao passo que no decurso do segundo quartel se produz de novo uma ligeira flexão, para 10,2 ou até para 9,9 (43). Jamais, no reino português, o metal branco fora tão barato; continua a ser, porém, mais caro do que na Europa central e setentrional, conquanto a distância se encurte acentuadamente para meados do século XIV.

---

(38) Desimoni, p. 32

(39) Soetbeer, p. 25 — seguindo *Della decima... della monetta e della mercatura de Fiorentini* (1765), t. I, quadro 4.

(40) A. Girard, *La guerre monétaire*.

(41) Idem.

(42) Valor calculado pelo câmbio do escudo de ouro francês. Se tomássemos como base de comparação o franco de ouro, acharíamos 10,8. Fonte: Fernão Lopes, *Crónica D. Fernando*, cap. LV.

(43) O primeiro número resulta do câmbio do escudo de ouro francês, o segundo, do câmbio do franco de ouro. Fonte: F. Lopes, *Crón. D. Fernando*, cap. LV.

É que longo é o caminho desde as minas argentíferas até o Ocidente peninsular: a prata tem maior dificuldade em o percorrer. Se tivermos, todavia, em conta a sua baixa, a princípio proporcionalmente tão sensível aqui como lá fora, e em seguida mais marcada, devemos esperar assistir ao acréscimo da circulação da prata e à multiplicação dos sintomas da sua presença. E com efeito o rei trovador D. Dinis acedeu a emprestar ao rei de Castela, seu genro, 16 600 marcos de prata, contra sólida hipoteca, ao abrir-se o século XIV ([44]). Apesar disso, Portugal não acompanha a França, a Boémia, a Alemanha e os Países-Baixos na creação da grande moeda branca — o grosso —, como não acompanhara o Islame almóhada nem a Castela de Fernando III e de Afonso X na creação da dobra.

Que a cunhagem de morabitinos de ouro tenha prosseguido durante a centúria que começa a meio de Duzentos, não custa a acreditar, mesmo se desapareceram todos os vestígios numismáticos. O rei Afonso III, embora aceitasse um tributo global para não exercer o seu direito de emitir bilhão ou de mudar a moeda todos os sete anos, não renunciava de modo algum à sua prerrogativa de cunhar espécies áureas. Vimos que em vastas zonas da Europa se regressa à amoedação do metal nobre ou esta se consolida a meio do século XIII. Seria tanto mais de espantar que Portugal fosse a contra-corrente, quando é certo que o ouro é aqui mais barato do que nas cidades italianas ou nos países que o adoptam agora como base monetária. Por tal é de crer que, mesmo se os morabitinos de Sancho II chegaram, nas suas quebras, a 3,25 gr (exemplar descrito por Ferraro Vaz), os morabitinos de 3,70 a 3,63 gr, com as legendas «Regis Portugalensium» e «Moneta Domini Alfonsi», que esse numismata, regressando neste ponto à classificação de Teixeira de Aragão, faz recuar para o reinado de Afonso II, pertençam realmente, em parte pelo menos — os de 3,6 gr e módulo de 24 mm, como os arrumara Batalha Reis — ao reinado do Bolonhês: as condições gerais de evolução monetária, que descrevemos, levam-nos a admitir uma reconsolidação das espécies fulvas também em Portugal, dobrado o meio do século XIII. Neste caso, e pelas razões, mais ponderosas, de conjuntura económica internacional, pode não jogar a regra numismática que citámos. Que os monarcas portugueses não tenham então alinhado o seu sistema monetário, como o fez Castela, pela dobra almóhada, é que é de admirar; a discordância só parece poder explicar-se pela abundância de espécies islâmicas e castelhanas, que tornava inútil a emissão de uma moeda nacional forte. Quadrados e dobras serviam na verdade não apenas para os pagamentos de vulto mas ainda de unidades de conta nas somas consideráveis — as finanças públicas, por exemplo, utilizavam-nas como tais. Além disso, segundo o cronista Fernão Lopes, morabitinos velhos, quer dizer, dinares almorávidas (conhece-se a sua inacreditável proliferação), circulavam ainda e sempre, ao norte do Douro, enquanto na Estremadura e nas outras zonas ao sul desse rio tinham curso os meios morabitinos alfonsis, durante os reinados de D. Dinis e Afonso IV ([45]).

Quando o conde de Bolonha veio de França — 1245 — ainda se estava a alguns anos do nascimento do escudo de ouro e mesmo do florim e do genovês, a economia monetária francesa continuava presa ao sistema carolíngio. Isso pode contribuir para compreender a política de Afonso III neste campo — que não

---

([44]) Frei Francisco Brandão, *Monarchia Lusitana*, Parte VI, Livro XVIII, cap. 37. Cf. Costa Lobo, p. 380.

([45]) *Crón. D. Fernando*, caps. IV e LV. O cronista fala de morabitinos velhos de 27 soldos e de morabitinos de 15 soldos. Se as identificações que propusemos para as moedas mencionadas na lei de 1253 estão certas, há que identificar as referências de Fernão Lopes como fazemos no texto. A rareza, ou até o desaparecimento das peças antigas explica-se pelo facto de serem refundidas e cunhadas de novo.

tenha imitado o rei vizinho quanto à adopção da dobra e que introduzisse ou pelo menos tornasse obrigatório esse sistema carolíngio de contagem por libras, soldos e dinheiros, paradoxalmente, numa época em que a prata era cara em Portugal e só nas moedas de bilhão é que entrava. Os dinheiros eram moeda efectiva, portanto essa reforma equivalia a introduzir múltiplos ideais que iam substituir outra moeda efectiva, os morabitinos, nas contas. Não valia aliás a pena tentar emitir peças de prata fina porque esta custava caríssimo, e a gama da dobra, do morabitino, meio morabitino, quarto e dinheiros satisfazia as necessidades das transacções.

Mas o metal branco vai embaratecer, já o indicámos. O marco valia 17 ½ libras em 1270, desce para 16 ½ em 1282 ([46]) — portanto nesses anos a razão ouro/prata, que era de 7 ⅓ a meio do século, passa a 9,7 e a 10,6; aquele marco descerá até a 14 libras ([47]). Apesar disso, os reis portugueses não cuidam de fazer assentar o seu sistema monetário sobre o grosso — creado em 1252 em Génova e na Liga Toscana, logo a seguir no Tirol, e talvez em 1258, o mais tardar em 1266, em França (o *gros tournois* de São Luís pesa 4,2 gr, com lei de 11 ½ dinheiros). Não é impossível que D. Dinis tenha feito cunhar torneses (turonenses — grossos de Tours), mas falta-nos a prova ([48]). É preciso aguardarmos por D. Pedro (1357-1367) para que o edifício monetário seja modificado e completado.

Até lá só se emitem com certa regularidade dinheiros de bilhão. Afonso III comprazia-se em quebrar moeda, ou fazia-se pagar para não a quebrar. Os dinheiros cunhados a partir de 1261 contêm apenas um duodécimo de prata para onze de cobre, mas os particulares eram forçados por lei a aceitá-los na base da equivalência de 12 a 16 dos antigos ([49]). Se atendermos à razão entre os dois metais preciosos, as quebras monetárias do Bolonhês esclarecem-se imediatamente: forçou-se a nota da sua cobiça, quando a responsabilidade incumbe em boa parte à carestia do metal branco. Graças ao embaratecimento da prata, D. Dinis volta aos dinheiros velhos de Afonso III, isto é, anteriores à quebra de 1261, logo ao valor de 14 libras para o marco de lei de 11 dinheiros, isto já no século XIV, nos seus primeiros lustros. Por isso os dinheiros do rei trovador serão também conhecidos por «velhos», designação reforçada quando Afonso VI crear os seus «dinheiros novos» ([50]).

É que, como vimos acima, desde fins do primeiro quartel de Trezentos que a prata está de novo a subir, e que se vai dar a contracção mineira. As Cortes autorizaram Afonso IV (1325-1357) a mudar moeda uma só vez, sob expressa condição de não reincidir: o rei aproveitou para crear os dinheiros novos, dos quais nove equivaliam por lei a 12 dos velhos; o marco de prata (de lei de onze dinheiros) era pago a 14 libras em arries, mas valia amoedado 18 libras e 14 soldos — razão tinha o monarca para suspirar por mais uma, só uma que fosse, autorização de quebra de moeda, que o tornaria um dos mais ricos soberanos do mundo... ([51]). O cronista não especifica em que Cortes tal autorização foi dada. Supõe Oliveira Marques que foi nas Cortes de Santarém de 1340, dadas as dificuldades financeiras de então — em 1336 deflagrara a guerra com Castela, que

([46]) Oliveira Marques, cit., pp. 503 e 522 (notas 31 e 32).

([47]) F. Lopes, *Crón. D. Fernando,* cap. LV. Cf. Oliveira Marques, cit., p. 522 (nota 35).

([48]) Faria e Sousa, *Europa Portuguesa,* t. III, Parte III, cap. 11 (depois de 1628) fala do «soldo de 3 maravedis» ou «real branco» de D. Dinis. Mas T. de Aragão considera falsos os exemplares de moedas de prata atribuídos a este monarca.

([49]) Costa Lobo, pp. 276-7. Aragão, I, doc. n.º 5 A.

([50]) Assim interpretamos o texto de Fernão Lopes, cap. citado, e *Remessa de Santarém* (apud Aragão, I, p. 374).

([51]) F. Lopes, *Crón. D. Fernando,* cap. LV

se arrastou, dentro de meses seria a intervenção em Salado —, por um lado, e a promulgação nessas Cortes de uma pragmática e no ano seguinte da defesa de saída do reino de todas as espécies de ouro, prata ou mesmo bilhão, por outro lado ([52]). Parece-nos, todavia, que a razão fundamental dessa quebra se vai prender à inflexão do movimento do valor relativo dos metais preciosos, primeiro sintoma de se ir entrar numa tendência longa, secular, de depressão, contrastando com a longa ascensão precedente. A pragmática de 1340 patenteia precisamente os fortes progressos de uma burguesia nacional, que, inquietando os privilegiados, os levam a conseguir do rei a limitação das marcas sociais da prosperidade e força dos «cidadãos» — é necessário que estes tenham haveres no valor de 5 000 libras (= 267 ⅓ marcos de prata) para poderem vestir qualquer pano, como os ricos-homens, e mesmo assim só lhes é consentido fazerem dois pares por ano (àqueles consentem-se três) e não podem usar penas veiras, consentidas aos cavaleiros; mas no mais estão acima destes últimos ([53]). Pretendendo limitar as «maiores despesas que as que deviam fazer em comer e em vestir e em outras cousas», a pragmática denuncia o aumento da riqueza geral, e pondo a nu a tensão entre as situações económicas e os estados sociais pré-anuncia os conflitos políticos-sociais do último terço do século: entramos na época de crise.

Fig. 10 — ÉCU D'OR. Lançado por S. Luís em 1266, com 4,19 gr; lei de 24 quilates (teóricos) e valor de 10 *sous tournois*. No anverso o escudo com flores-de-lis, dentro de rosácia, e legenda *Ludovicus Dei Gracia Francor[rum] Rex*. No reverso, a cruz e flores-de-lis, com a legenda *Christus vincit, Christus regnat, Christus imperat*. É de notar que não segue o sistema do florim e ducado. (Ampliado).

O incremento geral da economia portuguesa até essa inflexão patenteia-se ainda na abundância de espécies estrangeiras em circulação. De Junho de 1278 a Abril de 1281 entraram no Tesouro Real, além de dinheiros portugueses, dinheiros pretos e dinheiros de prata (brancos burgaleses) castelhanos, dinheiros leoneses, mealhas *(medacula)* parisienses, dinheiros de Tours (turonenses) de bilhão vil, grossos e meios grossos torneses (de Tours), *migliaresi*, ou seja, grossos de prata também (os «mergulheses» não devem ser, na verdade, corrupção de «burgaleses», como supôs T. de Aragão, mas sim de «migliarese» ou «milhares»), esterlins, prata lavrada e por lavrar; quanto ao ouro, o rol abrange 633 ½ dobras marroquinas, 707 ½ dobras e 22 grandes dobras, cada uma das quais vale dez das «pequenas» (são as «doblas de a diez», fernandinas), umas e outras dos cunhos de Castela, 10 morabitinos, e algumas dobras de outras proveniências, o conjunto pesando talvez 41 ½ marcos e 5 oitavas, isto é, 9 445 gr. A confusão das rubricas não permite calcular o quinhão que cabe respectivamente aos dinheiros negros e às espécies brancas, mas é seguro que este último não igualava o quinhão das espécies áureas nem o primeiro, e não menos seguro que o bilhão ultrapassava em muito o ouro ([54]). Outros documentos da época atestam de igual modo que estavam em

([52]) *A pragmática de 1340* (Lisboa, 1956), pp. 10-1.
([53]) Oliveira Marques, *Pragmática*, pp. 12-3.
([54]) Aragão, I, doc. n.º 8 (quitação ao tesoureiro real).

circulação todas essas espécies ([55]), e o cronista Fernão Lopes acrescenta ainda, em relação ao reinado de D. Dinis, o escudo e o franco de ouro de França, o primeiro valendo três libras e o segundo duas e meia, um e outro menores do que as dobras ([56]). A designação da segunda moeda é um evidente anacronismo (pois o franco só é lançado em 1360). O cronista deve referir-se, por um lado, quer ao *écu d'or* de S. Luís e talvez de Filipe III, quer ao *agnel d'or* ou *mouton* (assim conhecido pelo anho pascal) de Filipe o Belo e seus sucessores, aquele e este de 4,1 gr e máxima pureza, e por outro lado ao *petit royal d'or* ou *mantelot*, creado em 1311 por Filipe o Belo em imitação do florim. Em França o alinhamento de um segundo sistema áureo pela dobra almóhada só se fará com o *écu* de 4,53 gr (e toque compreendido entre 1,000 e 0,875) que Filipe VI lança em 1337 ([57]).

Em suma: na circulação monetária em Portugal de 1280 a 1350 o número de peças estrangeiras mostra-se particularmente elevado. Em ouro, as grandes e ricas moedas muçulmanas e castelhanas (que por elas alinham) e as boas moedas francesas andam lado a lado com os morabitinos, meios morabitinos e quartos portugueses; quanto à prata, torneses, esterlins, brancos burgaleses e *migliaresi* reinam no mercado, ao passo que, no plano do bilhão, os dinheiros nacionais, embora se resignem à presença das peças pretas castelhanas, leonesas e até parisienses, conservam a hegemonia. Uma tal proliferação de espécies estrangeiras no mercado português indica inequìvocamente o saldo favorável da balança de mercadorias, logo o desenvolvimento das exportações e, com ele, o da produção nacional.

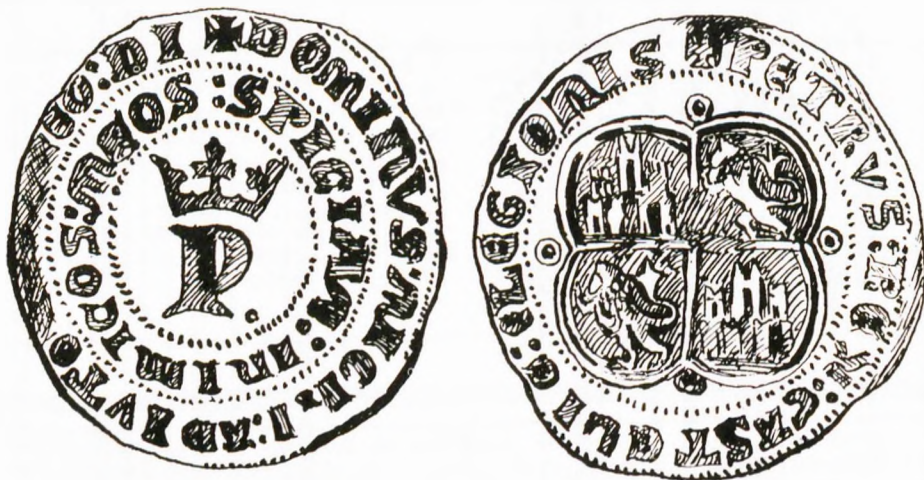



Fig. 11 — REAL DE PRATA de Pedro I de Castela (1350-1369), com 11 dinheiros e 4 grãos de lei e peso de 3,5 gr, na esteira do *croat* de Barcelona que por sua vez seguia o *grosso*. Será imitado no tornês de D. Pedro de Portugal. Com as armas dos dois reinos vai a legenda *Petrus Rex Castelle e[t] Legionis*. No anverso a coroa encima a inicial do nome do rei, e a legenda diz *Dominus michi adiutor et ego dispiciam inimicos meos*.

No entanto, outro ponto há a ter em conta. É que a amoedação não era ainda considerada como função regular do Estado destinada a satisfazer as necessidades variáveis de circulação de numerário. Os povos desconfiavam das novas emissões, mesmo sem quebra; temiam com frequência a moeda como tal, em si própria — é

([55]) Idem, docs. pp. 166 e 169.
([56]) F. Lopes, cit., caps. IV e LV
([57]) Lafaurie, *Monnaies des Rois de France*, I, pp. 23-49.

sabida a hostilidade ao advento do ouro aí onde a sua tradição não existia, e até a preferência pelo bilhão ([58]). O rei só de sete em sete anos podia emitir moeda, e melhor era quando se conseguia obter que dessa cunhagem se abstivesse. Em Valência, parece que nenhumas espécies sairam dos cunhos de 1271 a 1369. Citemos, em Aragão, emissões de bilhão — dinheiros e meios dinheiros — em 1254, por causa da guerra com Castela, em 1259, para a cruzada na Terra Santa, em 1307 e em 1350-1353; a partir de 1346, o florim em Perpignan ([59]). Mas imitavam-se frequentemente as moedas estrangeiras: essa falsificação, que não ludibriava no ponto de vista da qualidade, destinava-se a encher os cofres reais graças ao direito de senhoriagem. Não conhecemos tais imitações ou falsificações em Portugal, mas isso não é razão bastante para negar que tenham sido praticadas. Retenhamos todavia apenas o receio pelas emissões nacionais e o prestígio das espécies vindas de outros reinos.

§ 4 — Da relativa estabilidade às grandes crises 1357-1383

Por toda a parte na Europa o meio do século XIV marca já um declínio do valor do ouro, que até ao segundo terço do século estivera em alta acentuada. Inicia-se o refluxo da mineração da prata na Europa central e oriental, que vai durar uma centúria, e em contra-partida o ouro não cessa de afluir. A guerra franco-inglesa, provocando o aumento da procura de metal branco para pagar a soldada das tropas, contribui para dramatizar a subida em flecha deste metal: a razão entre os dois metais preciosos é de 4,5 em 1352 em França ([60]).

Por isso em Portugal, para fins do reinado de Afonso IV, o preço do marco de prata no mercado excedia em muito, ao que parece, o seu preço na Casa da Moeda: em 1355 venderam-se em Pendorada 24 marcos por 600 libras, logo cada marco custava 25 libras. Como, segundo o mesmo acto de venda, o escudo velho de França valia 4 libras e o florim 3 ([61]), a razão entre os dois metais estabelece-se abaixo de 9, ou até à volta de 8 ([62]).

Pedro o Justiceiro (1357-1367) dotou pela primeira vez Portugal com um sistema monetário coerente e completo que representa um ajustamento ao sistema castelhano e às condições de amoedação dominantes na Europa desde o advento tanto da dobra e do escudo de ouro como do grosso de prata. No marco de metal amarelo passa-se a talhar 50 dobras (4,59 gr) ou 100 meias dobras (2,295 gr), teòricamente de 23 ¾ quilates; como a peça maior vale 4 libras e 2 soldos (e a outra 41 soldos), o marco de ouro amoedado vale 205 libras. Por imitação do *real* de Pedro I de Castela (1350-1369) a Casa da Moeda cunha de oravante torneses de prata de 11 dinheiros e 4 grãos, de 65 em marco, com o valor de 7 soldos por unidade, e meios torneses de idêntico toque e cujos peso e valor são metade dos da peça maior. Por último, os dinheiros alfonsis, continuidade da tradição: tão só um duodécimo de prata (dando ao marco o valor de 19 libras) para onze de cobre ([63]). Com o novo sistema, em que se atribui o valor de 4 libras e 2 soldos à dobra e o de 7 soldos ao tornês, reduz-se a 9,71 a razão

---

([58]) Hamilton, *Money, Prices and Wages*, pp. 14-5 e 87.

([59]) Idem, passim.

([60]) Bautier, cit.

([61]) Viterbo, *Elucidário*, II, p. 267.

([62]) Calculada pelo câmbio do florim dá 7,8. Se o escudo pesa 4,21 gr, a razão sobe para 8,7; se pesa 4,53 gr, são precisos 8 marcos de prata para ter um marco de ouro. Note-se que o marco de prata considerado não é amoedado

([63]) Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro*, cap. XI.

entre os dois metais preciosos, a qual fora de 10,2 ou 9,9 durante o reinado de Afonso IV, depois do cume de 10,9 atingido no decurso do primeiro terço do século. Se tomarmos como base de cálculo o câmbio do *mouton* ou o do escudo de ouro, moedas francesas que circulam então em Portugal, a razão desce ainda mais, a 9,19 ([64]).

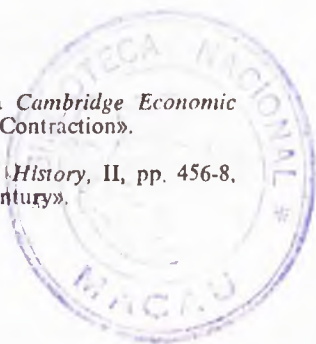
O rei justiceiro, tão querido até nas suas loucuras, teria, ao morrer, deixado na Torre do Aver do castelo de Lisboa 800 000 moedas de ouro e 400 000 marcos de prata. Números em louvor do rei que não quebrara moeda, e só de excelente toque a cunhara. Exagerados, muito provàvelmente, conquanto as rendas reais ascendessem quase a 5 000 marcos de ouro por ano ([65]). Não importa. No conjunto uns números e outros reflectem bem, não apenas a parcimónia de D. Pedro I, mas também, e sobretudo, o florescimento económico da época: pois não é a este tempo que diz respeito o quadro cheio de animação que Fernão Lopes traçou do porto de Lisboa?

Florescimento frágil. Desde a Peste Negra, se não um pouco antes, a crise preparava-se em surdina por toda a parte, e as guerras internacionais vão fazer sentir opressivamente o seu peso. É sob o signo da depressão, ou pelo menos da estagnação, que se coloca o século que decorre de meio de Trezentos a meio de Quatrocentos, tanto na Itália como na Europa setentrional ([66]). Foi Marc Bloch quem melhor pôs o problema: «o grande drama monetário da Idade Média no seu ocaso — penúria de espécies, desvalorização da moeda de conta — foi, de raiz, comum a todos os países europeus; não pode, afigura-se-me, ser exposto de maneira justa e útil, se o não for em conjunto. E, por outro lado, como compreender os caracteres mais profundos desta época, se ao *boom* dos séculos XII e XIII não virmos opor o *slump* dos dois séculos seguintes?» ([67]).

Penúria de espécies e desvalorização das unidades de conta: a segunda não passa de um paliativo à primeira. Acabaram-se as boas moedas, as moedas estáveis: os metais preciosos não chegam para manter uma amoedação de lei. John Nef não fala de afundamento da prosperidade das minas no século XIV, sobretudo a partir de cerca de 1350, após o abrandar da produção nas primeiras décadas? O caudal mineiro não cessa de diminuir até o mínimo dos anos 1420-1440: a meio do século XV nenhuma das minas da Europa central produz 10 000 marcos por ano ([68]).

No reino de Navarra, durante uma centúria, de 1383 a 1481, nem uma única peça áurea sai dos cunhos. Quanto ao metal branco, após quinze anos de emissões assás importantes — ultrapassam globalmente 14 000 kgs —, não é amoedado durante 38 anos; em quatro anos, de 1428 a 1432, cunham-se apenas 536 kgs anualmente; e temos de novo um hiato ainda mais longo — quase meio século — até 1481. O próprio bilhão só é amoedado em 1382-3, 1428-1432 e a partir de 1482. Em Aragão, ao invés, são as espécies brancas que faltam por completo desde o fim do século XIII até 1482. Os florins, de ouro, asseguram o essencial da circulação, mesmo para as transacções modestas, ao passo que os dinheiros de bilhão, cunhados em pequenas quantidades entre 1353 e 1479, vêem o seu teor anemizar-se paulatinamente durante as últimas décadas de Trezentos e os primeiros quarenta anos do século XV, e, transposta uma curta

---

([64]) Idem. Lafaurie, *Monnaies des rois de France*, I.
([65]) F. Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. preliminar.
([66]) Notável acordo de Roberto S. Lopez e Michael Postan na *Cambridge Economic History*, t. II, cap. V, título II, § 3 e cap. IV, tít. III: «The Age of Contraction».
([67]) «Annales d'Histoire sociale», II (1940), p. 61.
([68]) J. U. Nef, *Silver production;* e também na *Cambridge Econ. History*, II, pp. 456-8, com o título revelador: «The Collapse of Prosperity in the XIVth Century».

pausa, enfraquecer de novo de maneira contínua e profunda até os alvores do Quinhentismo ([69]).

Em Inglaterra, igualmente, o teor do *shilling* em prata fina, estável até 1344 (cerca de 246 grãos *troy*), diminui lentamente até 133,2 grãos em 1461 ([70]): baixa de 45 % em 117 anos. No que diz respeito às quantidades amoedadas, após uma primeira contracção de 1322 a 1341, a que sucedera uma recuperação de 1342 a 1362, instala-se uma longa depressão que dura pelo menos noventa anos; as emissões de espécies brancas foram constantemente inferiores às de ouro. Estas aguentaram-se com firmeza desde 1343, data do seu início, até 1440; o valor nominal só uma vez foi levantado, em 1412: a libra (peso) passou de £ 15 para £ 16 — 13 s.-4 d. Os vinte anos seguintes marcam um nítido recuo ([71]). Por isso, em 1460 Eduardo IV enfraquece o nobre, porquanto, embora o peso aumente de 108 para 120 grãos — o aumento não chega a 12 % —, o valor nominal é acrescido de 25 %: 8 s.-4 d. em vez de 6 s.-8 d.; cinco anos mais tarde, aliás, dá-se nova alta, em moeda de conta, desta peça de ouro ([72]). O florim da Liga Renana, instituído em 1386 com 23 quilates de lei e talha de 66 em marco de Colónia, sofre quedas sucessivas no século XV, até 19 quilates e 72 em marco ([73]). Nas suas últimas quedas arrastou o florim de Borgonha até o mesmo nível, em 1466; mas já muito antes a moeda de Flandres atravessara dias difíceis: Filipe o Ousado enfraquecera o grosso de prata a partir de 1384, e em 1433 fora a vez do numerário de ouro «quebrado» por Filipe o Bom, genro de D. João I de Portugal ([74]).

O melhor posto para observarmos esta longa depressão monetária, ou encadeamento de crises, é sem dúvida a Boémia, o mais importante produtor de metal branco — mais de 40 % da produção europeia ([75]) — e cujos *grossi pragenses* ou *groschen*, criados por Vaclav II em 1300 em imitação dos grossos florentinos, dominam, com os florins húngaros, o mercado das espécies na Alemanha, Polónia, Hungria e Áustria. A análise aprofundada do caso boémio, que devemos a Graus, ilumina com plena nitidez as catástrofes monetárias e as suas condições. Se, ao nascer, o grosso boémio pesava 3,6 gr e continha 0,932 de metal fino, um século volvido o toque terá caído para 0,595 e o peso para 1,88 gr. Já em 1366 se recusavam os *groschen:* a desvalorização estava, portanto, muito adiantada. O caudal das minas de Kutna Hora não diminui todavia, e novas minas são postas em exploração pelo clero: não é, por conseguinte, por uma contracção mineira, inexistente, que se podem explicar esses vários desmoronamentos monetários.

Busquemos de outro lado — do lado dos possíveis beneficiários. O Rei e os seus conselheiros? O clero e a nobreza, é certo, lançam as culpas para cima deles. Mas se os soberanos cobiçosos quebraram moeda, os reis honestos quebraram-na igualmente: observação de longo alcance, que o caso do infante D. Pedro, Regente, confirma. Os proventos sobre a senhoriagem, magros, não chegam a compensar as perdas sobre os impostos arrecadados e outras receitas públicas ([76]). É só sob a coacção das circunstâncias que os monarcas enfraquecem o numerário. Os burgueses acusavam as guildes e os Alemães, sempre prontos a sangrar a Boémia em metais. A despeito das proibições multiplicadas ao longo desse século, o ouro e a prata escapuliram-se constantemente do país. Avinhão ou Roma exigia pagamentos em ouro. Os príncipes boémios, ao comprarem terras na Alemanha — e compravam-nas com frequência —, pagavam-nas em espécies. Mas por seu turno a Boémia recebia ouro de Veneza. Como as catástrofes monetárias foram europeias, não pode ter sido a fuga da moeda boémia a desencadeá-las na Boémia: há que encontrar uma causa à escala da Europa. Os rendeiros

---

([69]) E. J. Hamilton, *Money, Prices and Wages*, caps. sobre as moedas em Navarra, Aragão e Valência.

([70]) Postan, na *Cambridge Econ. History*, II, p. 206.

([71]) Craig, *A History of the London Mint*, pp. 410-420.

([72]) A. Girard, *La guerre monétaire*.

([73]) Idem, p. 216.

([74]) Idem

([75]) Holman, *Circolazione dell'oro in Ungheria*, p. 132.

([76]) R. de Roover (*Money, Banking and Credit in Medieval Bruges*, p. 230), pensa do mesmo modo, porque os preços ajustam-se mais depressa que as contribuições e impostos.

da Casa da Moeda é possível que tenham empurrado para a desvalorização, e sem dúvida ganharam com ela; mas não foram os ricos que, em geral, levaram a desvalorizar, embora, é evidente, soubessem manobrar de forma a evitar as consequências desagradáveis que para si poderia ter; e os rendeiros são apenas um pequeno número. Em Portugal, segundo a saborosa narrativa do cronista Fernão Lopes, os cortesãos e até mesmo alguns dos conselheiros do rei não compreendiam o que representa de desvalorização real o aumento do valor nominal e precipitavam-se a vender os metais aos novos preços; só mais tarde se deram conta do logro em que caíram. Assim, há que concluir que nenhuma classe nem nenhum dos poderes políticos tinha realmente interesse na desvalorização.

No fundo, todos os Estados desvalorizaram porque esta era a única maneira de aumentar a oferta de numerário a fim de responder ao acréscimo da procura devido ao desenvolvimento da economia monetária. Na Boémia no século XIV os que grangeavam a terra alheia pagavam a renda ou censo em espécies, e as geiras ou outros serviços pessoais são substituídos por quantias em dinheiro, por vontade dos senhores que já não querem receber géneros. Por toda a parte as prestações em géneros tendem a ser pagas em moeda, e as prestações de serviços cedem igualmente lugar a compensações monetárias. Apesar de vários recuos e persistências das formas anteriores (por vezes mais importantes do que é costume dizer-se), é, por conseguinte, a reestruturação da sociedade com o advento e desenvolvimento da economia monetária que traduzem as crises de amoedação e de circulação de espécies, aspectos afinal da crise estrutural ([77]). Graus chega assim à mesma conclusão que A. Girard, para quem as crises monetárias desde o fim do século XIII ao fim do século XV tiveram por causa essencial o acréscimo da procura de moeda mais rápido do que o aumento da produção mineira. O regresso à cunhagem do ouro a partir de meio do século XIII e as mutações (quebras) das moedas de prata prendem-se fundamentalmente ao avolumar e acelerar das transacções. Como a moeda de ouro, utilizada sobretudo nos pagamentos quantiosos, é uma moeda das classes superiores, e como a sua esfera de circulação é internacional, é mais difícil quebrá-la. Mas as constantes mutações das peças brancas alteram constantemente a razão entre os dois metais e perturbam toda a circulação ([78]).

Que não se deva atribuir as mutações aos caprichos dos soberanos — as quebras à cupidez, as estabilizações ou reforços à honestidade e à preocupação pelo bem comum —, basta a sua generalidade para o provar; que os enfraquecimentos do valor intrínseco ou os reforços do valor nominal não lhes tenham beneficiado no fim de contas, parece plausível, mesmo se não dispomos de fontes contabilísticas para o comprovarmos. Mas uma cousa é o proveito efectivo, outra o proveito que se espera; e a ausência de uma contabilidade pública facilitaria a ilusão — ilusão aos nossos olhos, não aos da época, para a qual constituía uma ideia-força. Pois não é menos certo que os reis acreditaram frequentemente que arrecadariam chorudos proventos mudando a moeda, e não é de excluir que por vezes os arrecadassem na realidade. Se as Cortes me concedessem ainda uma vez, uma só vez que fosse, quebrar moeda! suspirava Afonso IV, sonhando tornar-se assim um dos soberanos mais ricos. E com efeito, pagando o marco em barras a 14 libras e vendendo-o amoedado a 18 libras e 14 soldos, ganhava mais de 28 % por marco. Uma nova quebra teria verdadeiramente realizado os seus sonhos. O mesmo motivo parece ter empurrado Afonso III pela mesma ladeira abaixo. A quebra equivalia a uma punção brutal sobre esta parte da riqueza nacional que constituem as moedas mudadas. Operada a punção, podiam os preços subir a fim de compensar os mercadores e vendedores, entretanto a cobrança das rendas reais fazia-se já em espécies de poder de compra diminuído.

([77]) Resumimos o artigo tão rico de Graus, *Crise monétaire au XIVe siècle.*
([78]) A. Girard, *La guerre monétaire.*

Perda para o tesouro régio? Nas rendas fixas, sem dúvida, não sobre os impostos e taxas *ad valorem*. Se o rei perde nas compras para a sua casa, o seu tesouro ganha nos ordenados, soldos e mercês, que tem de pagar, capítulo de despesas de muito mais peso que o primeiro ([79]). Em caso de guerra, principalmente, a entrada rápida de dinheiro e o que se poupa no pagamento das tropas explicam cabalmente numerosas desvalorizações, tanto mais que é então maior a dificuldade de conseguir metais amoedáveis. Em Portugal, a cascata das mutações despenha-se pela sua maior parte durante as guerras castelhanas de D. Fernando e a guerra da independência nacional. As crises monetárias europeias coincidem com a grande crise geral que é a Guerra dos Cem Anos. Não é, portanto, absurdo supor uma relação entre certas quebras de moeda e as finanças públicas.

Mas a contracção global da produção mineira não parece contestável, mau grado a prosperidade de algumas das minas. Esta contracção da oferta de metais amoedáveis acarretou consigo, onde se manifestou, o envilecimento das espécies. As espécies vis invadem as regiões onde a moeda é de lei e expulsam esta da circulação, obrigando o Estado invadido a desvalorizar para se defender: a guerra monetária trava-se por toda a parte, A. Girard demonstrou-o. Tal foi provàvelmente o caso na Boémia: segundo o próprio Graus, as más peças austríacas e polacas não inundaram o mercado boémio?

Penúria de metal: por isso, só era possível alimentar a circulação monetária graças ao milagre dos pães — de uma peça cunhar várias ([80]). Ou, se preferirmos: a desvalorização não aumenta a massa metálica, mas, dividindo-a, multiplica a sua velocidade de circulação. Se Afonso III emitiu bilhão que continha uma única parte de prata para onze de metal vil, é porque a prata estava terrivelmente cara: com um marco de ouro não se chegavam a comprar 7 ⅓ marcos daquele metal branco; cánones, pensões, censos, prestações de serviços, multas e impostos tinham sido em boa parte substituídos por pagamentos em moeda. Se Afonso IV substituiu os antigos dinheiros pelos dinheiros alfonsis, intrinsecamente tão maus como os primeiros mas de valor superior em unidades de conta, foi porque, não obstante o acréscimo do *stock* de prata no fim do século XIII e durante o primeiro quartel do XIV, não obstante a baixa correlativa do seu preço até aí, este recomeçava a subir e tornara-se mais difícil obter o metal branco, enquanto a vida económica continuava a sua expansão. Por isso Bautier atribui às variações da razão entre os metais preciosos as mutações monetárias, condicionalismo que as guerras, a especulação e uma política por vezes irreflectida vieram agravar ([81]).

Earl J. Hamilton, comparando as curvas de preços nominais e de preços traduzidos em gramas de metal fino, em Aragão e Navarra, nota com muito acerto que as desvalorizações atenuaram sensìvelmente a queda dos preços no século XV: na verdade, as primeiras curvas percorrem uma horizontal ou descem muito suavemente, ao passo que as últimas caiem a toda a velocidade. Graus observa, no mesmo sentido, que durante quarenta anos do século XIV os preços nominais duplicaram na Boémia. Não se conclua todavia que as mutações monetárias constituiram um meio de política económica deliberadamente adoptado para refrear a descida dos preços; mas agiram como tal, sob o impulso, talvez, das dificuldades que a penúria de numerário fazia sentir, atendendo ao ritmo das transacções. Deste ponto de vista, os meios comerciais podiam pois ter interesse

---

([79]) Costa Lobo (pp. 293-4) viu-o bem — e o rei D. Fernando declarou-o sem rodeios (F Lopes, *Crón. D. Fernando*, cap. LVI).

([80]) É a interpretação por que conclui também, para a Itália, Carlo Cipolla nos seus *Studi di Storia della Moneta*, t. I.

([81]) *L'or et l'argent en Occident*.

em tal política monetária. Graus constatou para a Boémia, e Van Werweke no caso da Flandres, que foram sobretudo os pobres que com ela sofreram (como seria de prever, porquanto não dispunham dos mesmos meios de influência sobre o poder central). A desvalorização da moeda representa, nas condições da época, uma diminuição do salário real; como os proprietários e empresários da segunda metade de Trezentos tinham de enfrentar a alta de salários provocada pela Peste Negra e pelo afundamento demográfico, a desvalorização aliviáva-os, mesmo que não a solicitassem claramente.

Em Portugal, o reinado de D. Fernando abre (1367) ainda sob o signo da boa moeda. As dobras pé terra mantêm o mesmo peso (50 em marco), a mesma lei de ouro (23 ¾ quilates, teòricamente) e o mesmo valor nominal (4 libras e 2 soldos) das dobras de D. Pedro; só a maneira de figurar o rei, agora de pé, mudou. As meias dobras conservam igualmente os caracteres que tinham no reinado precedente. Se já os gentis de ouro, de 66 em marco ao serem creados (gentil de um ponto), diminuem sucessivamente para 75 em marco (gentil de dois pontos) e 86 (gentil de três pontos), como os seus valores nominais respectivos permanecem, ao que se nos afigura mais verosímil, proporcionais ao da boa dobra, o mesmo é dizer ao preço do marco em 205 libras [82], parece não se ter dado desvalorização. Quanto às espécies brancas, continuam as emissões de reais em bases idênticas às dos lídimos torneses de D. Pedro, mas dos cunhos saem também o real de peso superior (56 em marco) embora de lei inferior (11 dinheiros), e o real de 64 em marco e 11 dinheiros de teor, valendo 10 soldos; este é, portanto, um pouco mais pesado do que o tornês, contendo em compensação menor percentagem de prata (menos 4 grãos) e sobretudo é de valor nominal muito superior (+ 42 %). A comparação entre a dobra pé terra, de 4 libras e 2 soldos, e o real de 11 dinheiros de lei e valor de 10 soldos revela uma razão de 6,4 entre os dois metais preciosos amoedados! No que respeita ao bilhão, continuam a ser cunhados os dinheiros alfonsis sobre a mesma base que anteriormente [83]. Tal situação reflecte a extrema carestia da prata, e também a sua escassez, todavia as peças brancas, nominalmente supervalorizadas embora, não se envileceram ainda a sério. Que havia falta de prata e que o ouro abundava, somos tentados a concluir de igual modo da composição do envio para Aragão, em 1370, do numerário destinado a pagar a aliança contra Henrique de Castela: 4 000 marcos de ouro, a maioria em dobras pé terra, uma boa parte em gentis, uma pequena parte (100 marcos) em dobras castelhanas e muçulmanas e em peças francesas. Nem uma única moeda, nem um único grama de prata; e no entanto, em Barcelona houve que vender uma parte do ouro para comprar metal branco e com ele cunhar *reales* [84].

Em Junho de 1369 eclodira, com efeito, a primeira guerra entre Portugal e Castela. Com intervalos, as hostilidades vão prolongar-se até o começo do século XV. É a Península envolta no torvelinho da Guerra dos Cem Anos. Os

---

[82] Contràriamente à hipótese de Teixeira de Aragão, que atribuía aos gentis um valor inicial superior ao que terão em 1371. Ora, foi o inverso que se deu com a dobra, e não há qualquer razão para supor que aconteceu diferentemente com as outras peças de ouro. Eis os valores dos gentis calculados 1.º) supondo o marco igual a 205 libras, e 2.º) supondo o aumento entre 1369 e 1371 proporcional ao aumento da dobra:

	1.º	2.º
Gentil de um ponto	3 l. 2 s. 5 d.	3 l. 1 s.
Gentil de dois pontos	2 l. 14 s. 8 d.	2 l. 14 s. 4 d.
Gentil de três pontos	2 l. 7 s. 8 d.	2 l. 4 s. 2 d.

[83] Os dados numismáticos foram extraídos de T. de Aragão, I, cap. sobre D. Fernando.
[84] F. Lopes, *Crón. D. Fernando*, cap. XLVIII.

conflitos armados do reinado de D. Fernando — e travaram-se três — vão ser todos eles desastrosos para Portugal. Do ponto de vista monetário é, porém, o primeiro que provoca o desmoronar.

A nova emissão de espécies áureas — gentis de quatro pontos — não só marca um novo aligeiramento de peso (94 em marco), como também rompe — e este facto é mais grave — com a proporcionalidade entre valor nominal e valor intrínseco, até aí respeitada: como cada peça vale provàvelmente 4 ½ libras ([85]), o marco amoedado passa a valer 423 libras em vez de 205. Se os primeiros torneses e meios torneses cunhados após o deflagrar da guerra — são os torneses de busto — contêm ainda uma percentagem considerável de metal fino, conquanto o seu valor nominal seja já francamente exagerado, os torneses de cruz, esses, não passam de prata inferior, e aliás uns e outros, amoedados em pequenas quantidades, vão desaparecer para deixar o terreno desimpedido ao bilhão. A fim de conduzir as operações militares — ou antes, de as aguentar —, o rei, ao que parece, foi levado a recolher todo o numerário de prata em circulação e a refundi-lo sob a forma de bilhão ùnicamente: como pagava por 57 libras cada marco entregue na Casa da Moeda, o povo miúdo e até os cortesãos e os conselheiros régios precipitaram-se a entregar tudo o que tinham, e chegaram a comprar espécies no mercado a 18 libras e 14 soldos a fim de as revenderem ao rei, sem se darem conta de que pagavam em libras de dinheiros alfonsis e recebiam em libras de barbudas, assustadoramente desvalorizadas. Eram, com efeito, necessárias 195 libras de barbudas para ter a equivalência verdadeira de 18 libras e 14 soldos da antiga moeda. Já atrás referimos estes episódios dos enganadores que caiem no logro. Tal recolha e refundição representou uma sangria muito severa na riqueza dos particulares, em benefício do tesouro real. A barbuda, e seguidamente o grave só continham três partes de prata fina em doze; mas a primeira, talhada a 53 em marco, valia a princípio 1 libra — o marco de prata equivalia portanto a 195 libras —, ao passo que o segundo, de 120 em marco, tinha o valor de 15 soldos, o que elevava o marco de metal branco a 307 libras. Estas más moedas — barbudas, meias barbudas e quartos ([86]), bem como os graves, as piores de todas — pululam durante a guerra e no seu rescaldo, e deram lugar a inúmeras falsificações. Uma terceira série veio acrescentar-se a essas por alturas do final do conflito ou mesmo já depois de assinada a trégua: o pilarte ou coroado, cujo teor estava reduzido a 2 dinheiros; no entanto, como o valor nominal era apenas de 5 soldos e como se cunhavam 168 por marco, o marco de prata fina passava a valer tão só 203 libras ([87]). Tentava-se deste modo o regresso à estabilidade.

Pelos agravos das Cortes de 1371 damo-nos conta da amplidão das convulsões, melhor ainda precisada talvez pelos motins populares de carácter essencialmente artesanal e «pequeno burguês» chefiados por alfaiates e tanoeiros. Os representantes dos concelhos estimam no coeficiente 4 a subida de preços consecutiva às quebras e desvalorizações monetárias. Estas estão afectadas por um coeficiente vincadamente superior: em relação ao real de 11 dinheiros de toque e de valor nominal de 10 soldos, de antes da guerra, as barbudas traduzem um aumento de 6 vezes em valor nominal no marco de prata, e os graves — máximo da depreciação — um aumento de 9 ½ vezes. Assim, a subida dos preços nominais esconde talvez um ligeiro declínio dos preços expressos em metal fino. Seja como for, as Cortes quiseram que o rei voltasse a receber ao preço de emissão a má

([85]) Segundo a hipótese, desta vez verosímil, de T. de Aragão.

([86]) Exemplar de quarto de barbuda no Museu de Alcácer do Sal, descrito por Ferraro Vaz («Nummus», n.° 1, pp. 49-54).

([87]) Para os dados numismáticos, seguimos T. de Aragão.

moeda emitida e a pagasse em dinheiros alfonsis; não o conseguiram, é evidente. Mas foram-lhes concedidas satisfações substanciais. Coagido a reconhecer a alta dos preços, o rei levantou de 500 para 2 000 libras o limiar de obrigatoriedade de sustentar um cavalo. Além disso, as peças cunhadas em Zamora, La Coruña e Tuy enquanto D. Fernando se intitulou rei de Castela, foram retiradas da circulação e trocadas. As medidas de maior alcance consistiram todavia na redução, efectuada em duas etapes, do valor nominal das moedas.

VALOR DA MOEDA

	Antes da guerra	Durante a guerra	Redução no fim de 1371 ou começo de 1372	2.ª redução, depois de 1372
Dobra pé terra	4 l. 2 s.	?	6 l.	
Gentil 1.º	[3 l. 2 s. 2 d.(?)]		4 ½ l.	
Gentil 2.º	[2 l. 14 s. 8 d.(?)]		4 l.	
Gentil 3.º	[2 l. 7 s. 8 d.(?)]		3 ½ l.	
Gentil 4.º		4 ½ l.(?)	3 l. 5 s.	
Tornês de busto		8 s.	2 s.	
Barbuda		20 s.	14 s.	2 s. 4 d.
Grave		15 s.	7 s.	1 s. 2 d.
Pilarte		5 s.	3 ½ s.	7 d.

VALOR DO MARCO

	Antes da guerra	Durante a guerra	Redução no fim de 1371 ou começo de 1372	2.ª redução, depois de 1372
Dobra pé terra	205 l.	?	300 l.	
Gentil 1.º			297 l.	
Gentil 2.º			300 l.	
Gentil 3.º			301 l.	
Gentil 4.º		423 l.(?)	305 ½ l.	
Tornês de busto				
Barbuda		195 l.	136 ½ l.	22 l. 15 s.
Grave		307 l.	146 l. 3 s.	23 l. 17 s. 2 d.
Pilarte		203 l.	142 l. 2 s.	23 l. 13 s. 8 d.

As Cortes pretenderam estabelecer, ou fazer reconhecer o princípio de que o rei só pode cunhar moeda depois de obtido o consentimento das comunidades. O rei reconheceu que a moeda constitui essencialmente um instrumento de troca cuja finalidade é resolver as dificuldades suscitadas pelo escambo ou permuta; e por conseguinte (reconheceu ainda o monarca), deve ser de lídima lei, de peso constante e valor certo, garantido pelo soberano; este não tem o direito de a manipular a seu bel-prazer.

Em fins de 1371 ou começos de 1372 a razão entre o ouro e a prata amoedados é ainda inferior a 2,5, e descera mesmo, verosìmilmente, a menos de 2 durante a preamar da desvalorização e quebra (cunhagem dos graves)! Isto mostra bem a que ponto se «esticara» o valor nominal das moedas de bilhão. As reduções de valor nominal depois da primeira guerra com Castela operaram portanto um saneamento efectivo do mercado monetário: a razão entre os metais preciosos volta a encontrar-se levantada a 12 e mesmo a um número superior. De Dezembro de 1377 a Março de 1380 essa razão é de 12,78 em Navarra ([88]), em 1375 é de 10,79 em Florença ([89]), em Inglaterra mantém-se em 11,15 desde 1353 até 1414 ([90]).

As moedas portuguesas de ouro desapareceram por completo da circulação, e o mesmo aconteceu às espécies de prata, com excepção do real de 56 em marco e teor de 10 dinheiros, cunhado por D. Fernando. A lei de Gresham agira com

---

([88]) Hamilton, *Money, Prices and Wages*, p. 136.
([89]) *Della Decima*, T. I, quadro 4.
([90]) A. Girard, *La guerre monétaire*.

pleno vigor. Só continuaram a correr as peças nacionais de bilhão e as peças áureas estrangeiras. Eis alguns dos seus valores em fins de 1383 e começos de 1384 ([91]):

Dinheiros alfonsis	9 valem	1 soldo	Dobra cruzada (castelhana)	5 libras
Barbudas		2 s. 4 d.	Dobra mourisca	4 ½ libras
Graves		1 s. 2 d.	Franco de ouro da França	4 libras
Pilartes		7 d.	Nobre de Inglaterra	8 libras

O marco de ouro vale 250 libras, o marco de prata 22 libras 13 ½ soldos (se entrarmos em linha de conta com os dinheiros alfonsis) ou 25 libras (se calcularmos pelas moedas fernandinas), logo a razão entre os dois metais amoedados situa-se entre 11 e 10.

§ 5 — *O desmoronamento — 1384-1434*

Estamos no momento crucial da Revolução popular e burguesa pela independência nacional: as grandes vagas da maré enchente das *jacqueries* camponesas e dos motins e levantamentos de artífices e assalariados, de todos os «ventres ao sol», contra os senhores, os proprietários, os ricos e estrangeiros. Esta enchente irresistível vai dissociar mercadores, mestres-artífices, escudeiros e pequenos cavaleiros do alto clero e da nobreza, e levá-los a associar o seu destino à arraia miúda, ao comum povo das comunidades, a fim de eleger um rei português e repelir o castelhano; aliás, os homens bons, os cidadãos «honrados» saberão orientar os acontecimentos em seu proveito próprio. Vai ser longa e dura a luta em defesa do solo pátrio — e falar de pátria é indicar que a consciência nacional desperta. Serão necessários pesados sacrifícios, e entre estes não será um dos menores a cascata alucinante dos reforços nominais — ou seja, das desvalorizações reais: mas mais vale a nação padecer do que perder-se, no juízo do cronista. Um quadro das emissões de reais durante estes quinze anos críticos é suficientemente elucidativo:

REAL 1.º DE PRATA 2.º DE BILHÃO ([92])

	Título	Talha em marco	Valor	Valor do marco de prata de 11 dinheiros
1382-3				22 a 25 libras
1383-Dezembro	9 dinheiros	72	10 soldos	44 libras
1385-Abril	6 »	»	»	66 »
	4 »	»	»	99 »
1387 a 1391	3 »	90	»	165 »
	1 ½ »	»	»	330 »
	1 »	»	»	495 »
	½ »	184	»	2024 »
1398	3 »	90	3 ½ libras	1155 »
	1 ½ »	»	»	2310 »
	1 »	»	»	3465 »

Ao abrir o século XV são portanto necessárias já 138 libras das novas para ter o valor efectivo de uma libra das antigas, quer dizer, anteriores à Revolução. Em 1404 reconhecia-se entre particulares que a equivalência era de 500 ([93]). Sendo assim, o real baixara ainda de teor, ou o seu valor nominal fora reforçado, ou tinham-se dado os dois. Ao que parece, houve em seguida uma pausa, se não

---

([91]) *Remessa de Santarém* (relatório de 1435), n.º 16, em T. de Aragão, I, doc. 32; F. Lopes, *Crón. D. João I*, 1.ª Parte, cap. 50.
([92]) Costa Lobo, pp. 288-90.
([93]) Lobão, *Appendice diplomatico-historico*, p. 210 (emprazamento, Pedroso).

mesmo esforços de saneamento. Em 1408 a Casa da Moeda lança o meio real cruzado: de 120 em marco, com um título de que unicamente sabemos ser inferior a 1,5 dinheiros, o seu valor nominal está fixado em 35 soldos [94]; o preço do marco de 11 dinheiros devia pois estar compreendido entre 2 310 libras (teor de 1 dinheiro) e 4 620 (teor de 0,5 dinheiro): seja como for, não se dá queda sensacional.

Os preparativos da expedição a Ceuta exigiram novas manipulações monetárias. No próprio ano de 1415 foram lançados os reais pretos de 3 ½ libras cada, e uma nova moeda mais forte, o real de dez reais ou real branco, igual a dez pretos: talhavam-se 72 em marco de 3 dinheiros, valendo cada um, em unidades de conta, 35 libras [95]; o marco de 11 dinheiros equivalia portanto a 9240 libras: desta vez a desvalorização era de monta, o preço do marco dobrava pelo menos em relação a 1408 [96]. Dois anos depois, eram precisos 5 reais pretos de 1415 para ter a exacta equivalência de um real de 1398 [97]. Durante a última parte do reinado de D. João I a libra não parou de se enfraquecer, enquanto a qualidade das espécies emitidas ora envilecia, ora era reforçada. Visto a lei de 14 de Agosto de 1422 estabelecer que a nova moeda deve valer nominalmente o dobro das moedas anteriores a esta data e posteriores a 1417 [98], Costa Lobo supôs com razão que nesse ano o teor foi baixado de metade ou o valor nominal duplicado [99]. Não foi de modo nenhum a última desvalorização. O real de prata, cuja data de emissão ignoramos, se era assás «branco» graças aos seus 10 dinheiros de metal precioso, e se o seu peso seguia a norma clássica — porquanto se talhavam 72 em marco —, tinha o valor nominal de 350 libras; assim o marco de prata de 11 dinheiros, amoedado, subia para 27 720 libras — três vezes o preço de 1415. A emissão deve ter tido lugar cerca de 1430. Na verdade, ao findar o reinado — D. João I morre em 1433 — o marco dessa lei vale 29 325 libras, ou seja, 1173 vezes o que valia em 1382!

Neste escantilhão monetário de 1383 a 1433 há que distinguir nìtidamente dois períodos. O primeiro vai até 1404, e dura pois vinte e um anos: a desvalorização da libra atinge proporções catastróficas — há que pôr num dos pratos da balança 500 das novas para equilibrar 1 das velhas. Em seguida, a descida continua, mas muito mais lenta: bastam 8 ½ libras de 1433 para ter uma de 1400 (data aproximada). Esta diferença extremamente considerável de ritmo desvenda por si só a esmagadora responsabilidade da guerra de independência nacional no desmoronamento monetário. Parece incontestável que o Estado considerou tais quebras como uma espécie de imposto nacional, uma série de punções na riqueza privada destinadas a salvar a pátria. Com efeito, como o lucro com a amoedação é excepcionalmente elevado e as principais despesas consistem no pagamento às tropas, tais medidas compensavam bem as perdas nas rendas fixas, tanto mais que estas rendas não podiam ser cobradas numa parte do território, ocupado pelo estrangeiro ou sob seu domínio. Além disso, tal ocupação e as hostilidades, sobretudo o bloqueio naval, eram de molde a

---

(94) T. de Aragão, p. 208.

(95) F. Lopes, *Crón. D. João I*, 1.ª Parte, cap. L. Cf. Costa Lobo, p. 291.

(96) Como o preço do marco amoedado é de 9 240 libras em 1415, não podemos seguir Costa Lobo (p. 291) que reporta a esta data a creação do real de prata de 10 dinheiros, porquanto nesta moeda o marco de 11 dinheiros vale 27 720 libras; é sem dúvida para fins do reinado de D. João I que esse real é cunhado. Costa Lobo pensava que se destinava a pagar os fornecimentos estrangeiros para a expedição de Ceuta; mas na realidade estes fornecimentos foram pagos com sal.

(97) *Ordenações Afonsinas*, Liv. IV, tít. I, §§ 33 a 46: Lei de 18 de Setembro de 1417. Cf. Costa Lobo, p. 291.

(98) *Ordenações Afonsinas*, Liv. IV, tít. I.

(99) Costa Lobo, p. 410.

tornar muito mais difícil o afluxo de metal branco da Europa central e oriental. Conseguiu-se, é certo, manter sempre pelo menos a ligação, essencial, entre o Porto e Londres. Numa carta de Junho de 1393 Ricardo II queixa-se dos mercadores do seu reino e seus senhorios que têm o mau hábito de transportar «de eodem regno nostro usque Portugal», não só lanifícios e outras mercadorias, mas ainda «aurum et argentum in moneta et massa», e não deixam de os transportar a despeito das leis e ordenações. Para estancar esta hemorragia, o soberano inglês propunha colocar oficiais seus nos portos portugueses com missão de fiscalizarem os navios insulares ([100]).

A política monetária comportava todavia uma outra faceta, cuja importância não é menor — a social. Como satisfazer as obrigações estipuladas em somas fixas de moeda de conta? Se a unidade de conta se desvaloriza constantemente, mantendo-se a obrigatoriedade de aceitação das novas espécies, os devedores beneficiam em detrimento dos credores, os rendeiros e enfiteutas ficam em posição vantajosa em relação aos proprietários e senhorios directos, os dependentes em relação aos seus senhores, e até os contribuintes em face dos concelhos e do Estado. Foi o que aconteceu realmente. Duas ordens sociais foram particularmente afectadas: a nobreza e o clero — mas não tinham ambas alinhado em forte maioria com o rei de Castela?

Já nas Cortes de Abril de 1385 os representantes das comunidades populares se agravaram de que os proprietários e senhores exigiam o pagamento das rendas e censos em moeda da data do contrato, recusando a moeda corrente; e por isso aqueles reclamaram, e obtiveram que uma lei viesse garantir o poder liberatório do novo numerário. O rei encarregou o poder judicial de coagir todos, de qualquer estado e condição, a aceitá-lo. Ao abrigo das disposições tomadas, rendas, censos, toda a sorte de encargos, dívidas e mesmo contribuições e impostos deveriam ser pagos nas espécies que tinham curso, recebidas pelo seu valor nominal (isto é, legal), e calculado o encargo a satisfazer ùnicamente pelo valor nominal estipulado nas obrigações. Uma única excepção, reconhecida pela lei de 30 de Agosto de 1386: o concelho do Porto receberia todas as dívidas que lhe fossem devidas em boa moeda do rei D. Fernando — como os tempos tinham mudado! — ou em moeda castelhana ([101]). Mas o Porto fora o braço direito da Revolução de 1383, e tratava-se neste caso apenas de sacrifícios pela prol comunal. Em suma, o carácter social desta Revolução que fora o levantamento dos miúdos contra os de mór condição — e naqueles é que se formava o sentimento da pátria — afirma-se de maneira inequívoca nesta política monetária joanina.

Decerto, uma larga parte das rendas, cánones, prestações e direitos senhoriais estavam fixados em géneros, mesmo se solvidos em espécies (como Costa Lobo observou). No entanto, tal situação não podia durar. A guerra, arrastando-se, levou à reconstituição da classe dos cavaleiros e de grupos dirigentes, e até de uma nova nobreza. Os burgueses desafogados aderiram desde cedo, sob a pressão de baixo, e deitaram a mão ao leme. Em 1387-1391, os réditos fixados em libras estavam já reduzidos a menos de 1/6: eram necessárias 6 libras e 16 soldos da nova moeda para ter 1 libra das antigas, mas legalmente só se recebia uma. Em 1389 foi dada uma primeira satisfação aos senhores e proprietários: de então em diante passariam a receber, por cada libra fernandina, cinco libras das novas. Esta equivalência legal deixava ainda aos rendeiros, locatários, etc., uma vantajosa margem de 1 libra e 16 soldos. Os poderosos, que recuperavam o seu lugar na hierarquia social, resolveram evidentemente servir-se do seu poderio e, calcando

---

([100]) Documento em Silva Marques, I, p. 200.
([101]) Costa Lobo, pp. 288-9.

a equivalência legal, exigiam com argumentos «fortes» 10 e 12 libras: é pelo menos o que asseveram os agravos populares nas Cortes de Coimbra de 1395. As exigências contra que os miúdos reclamavam não eram todavia necessàriamente tirânicas: a esta data já eram necessárias, segundo toda a probabilidade, muito mais de 12 libras novas para ter uma das velhas. Mas ainda desta vez o povo comum teve ganho de causa: o rei ordenou que se mantivesse a razão de 5 para 1.

Três anos depois, nas Cortes reunidas também em Coimbra, os fidalgos e o clero protestaram, reiterando que a lei de 1389 não bastava para aliviar a sua angústia. Atendendo a tais clamores, o rei elevou, em 1399, a taxa de equivalência para 10 libras no que respeitava aos pagamentos do ano precedente e do primeiro semestre do ano em curso, e para 15 quanto aos pagamentos a partir de Junho ([102]). Note-se, além disso, que se fizera um esforço de deflação com a cunhagem, em 1398, do real de 3 ½ libras com título de 3 dinheiros e talha de 90 em marco: o valor nominal do marco de prata era assim reduzido de quase metade. Mas velozmente o teor baixou para 1 ½ dinheiro e o valor do marco ultrapassou o que tinha antes daquela redução. Mesmo em relação ao real de 1398, nitidamente melhor, a nova equivalência estava bem longe de compensar os efeitos das desvalorizações: porque na realidade uma libra de 1382 valia agora 46 libras e 4 soldos de 1398, e de modo algum apenas as 15 concedidas por lei.

A moeda não cessou de deteriorar-se até 1404, ano em que o marco de prata amoedado valeu talvez 12 500 libras ([103]). Ora nenhuma nova tarifa oficial de equivalência foi promulgada. Mais ainda: uma lei de 9 de Fevereiro de 1402 proibiu estipular o pagamento do que fosse devido ao clero, das rendas, censos, etc., em peso de metais preciosos ou em moedas determinadas de ouro ou prata; as cláusulas dos contratos só terão validade se fixarem tais pagamentos em libras ou em pão e vinho, segundo o uso antigo, sob pena, para o senhor, de perder os seus direitos, e para o tabelião de perder o seu lugar ([104]).

Temos de aguardar por 1408 para que se aplique talvez à desvalorização uma tímida travagem; mas só em 20 de Fevereiro do ano seguinte será estabelecida uma nova equivalência por lei. Segundo esta lei e as de 30 de Agosto e 18 de Setembro de 1417 e 14 de Agosto de 1422, eis quantas libras «novas» (isto é, do ano inscrito ao alto de cada coluna) é lícito exigir por uma libra dos anos anteriores, indicados na coluna da esquerda ([105]):

	1409 (a)	1417 (ax5)	1422 (ax10)
Até 1385	50	250	500
1386	10	50	100
1387-1391	7	35	70
1392-1397	4	20	40
1398	1	5	10

([102]) Costa Lobo, p. 296 .

([103]) Visto que o Mosteiro de Pedroso exigia 500 libras das novas por uma das antigas, como já indicámos. Provàvelmente tomava já as suas precauções contra futuras quebras. Num contrato entre D. João I e o bispo do Porto, em Fevereiro de 1404, o rei, querendo fazer graça e mercê ao prelado, concede-lhe 100 libras das novas por uma das velhas (T. de Aragão, I, p. 208). Excepção à lei, mas apesar disso equivalência oficial, logo em atraso sobre a realidade do mercado; por ela o marco valia apenas 2 500 libras, quando segundo as últimas emissões valia já mais de 3 465.

([104]) *Ordenações Afonsinas*, Liv. I, tít. II, §§ 1 a 11.

([105]) Idem, §§ 2 a 24, 29 a 46 e 51 a 57.

Satisfação substancial era dada relativamente aos contratos feitos em 1384 e 1385; mas era uma decepção quanto aos contratos anteriores a estas datas. De 1422 a 1435 a tarifa oficial não se alterou. E no entanto o marco de prata de 11 dinheiros passou de 11 500 libras em 1417 para 23 100 libras cinco anos depois ([106]), atingindo 29 325 libras no fim do reinado de D. João I e começo do reinado de D. Duarte. Em 1422 uma libra de 1386 valia provàvelmente 233 libras das daquele ano, e não 100, como a lei fixava. Este desvio ampliou-se com o decurso dos anos, pois que serão necessárias 296 libras de 1433-5 para ter o exacto valor de uma de 1386. Se considerarmos a razão das libras novas para as libras de D. Fernando, teremos o coeficiente 1173 na realidade, ao passo que a lei prevê tão só 500 ([107]).

Assim, de 1384 a 1435, graças em boa parte às quebras e desvalorizações, foram tempos folgados para os locatários, rendeiros, todos os que granjeiam a terra alheia a troco de quaisquer prestações, contribuintes e devedores, aliviados de algum do peso dos seus fardos. Tal vantagem deve entrar por muito na ascensão das classses populares, e explica-se também pelo seu papel político decisivo. Felicidade de uns, infelicidade de outros: tempos de aperto para os senhores e proprietários laicos e eclesiásticos. O Estado defendia-se melhor: não só arrecadava o direito de amoedação em avultada soma, e pagava aos seus funcionários e soldados em moeda depreciada, como ainda exigia 700 libras das novas ao cobrar os impostos e contribuições, em vez das 500 que autorizara os particulares a exigir.

A Igreja não se esquecia de o censurar ao rei — sem obter satisfação, aliás — e apelava para Roma a agravar-se da perda catastrófica nos seus réditos. Não hesitava até em desrespeitar as disposições da lei. Em 1404 o mosteiro de Pedroso inseriu num contrato de enfiteuse a cláusula de pagamento do censo de 18 libras à taxa de 500 das novas por uma das antigas. «sem embargo da Ordenaçom» de 1399 que estipulava 15 ([108]). Em 1419 o mosteiro do Paço de Sousa, senhorio directo, deu terras a censo por «xij maravedis dos dinheiros meudos espressamente da antiga moeda ou seu justo verdadeiro valor, sem embargo das Leis e das ordenações dos reis que pera esto [ele, enfatiota] renunciou, ffeitas e por fazer» ([109]). Infracção às tarifas oficiais. Noutros casos, era a lei de 9 de Fevereiro de 1402 que os eclesiásticos infringiam, fixando o censo em peso de metal fino. Por exemplo, em 1419 o mesmo mosteiro do Paço de Sousa estabeleceu a pena de 100 000 libras ou 10 marcos de prata para o não cumprimento de uma das cláusulas ([110]). Dois anos depois, é em 100 000 libras ou 4 marcos de prata que o mosteiro de Pendorada fixa o direito de entrada na posse de uma herdade ([111]). Além da rebelião aberta ou das imposições manhosas a que sujeitavam a gente miúda, os grandes e poderosos podiam ainda recorrer aos favores régios, mas é extremamente raro que tenham conseguido os seus fins por este meio. Cita-se o exemplo do conde de Barcelos, a quem o monarca concedeu a fixação das arras do casamento de sua filha e do dote do seu próprio segundo casamento

---

([106]) Estes dois números são porém hipotéticos: assentam na suposição, aliás plausível, de que o real de 1398, a que equivalem 5 reais pretos de 1417, é o de ½ dinheiro de teor, valendo o marco portanto 2 310 libras.

([107]) Um exemplo: em 1431-2-3, nos pagamentos oficiais do almoxarifado da Guarda, davam-se 500 libras das que então corriam por uma das «de moeda antiga» (Quitação em *Documentos das Chancelarias reais relativos a Marrocos*, I, pp. 20-1).

([108]) Lobão, cit., p. 210 (n.º 83 do tít. XII).

([109]) Idem, p. 238 (n.º 255).

([110]) Idem, p. 268 (n.º 4 do tít. XIV).

([111]) Idem, p. 63 (n.º 6 do tít. III).

em dobras castelhanas ([112]); trata-se porém de um filho do rei, e talvez não haja outras excepções.

Em suma, a nova classe dos cavaleiros e a nova nobreza, bem como o clero, não tinham ainda conquistado ou reconquistado poderio assás forte para imporem polìticamente a sua vontade e satisfazerem os seus interesses por meios legais. A Igreja sentia-se mais segura e procurava compensar-se por subterfúgios contrários à lei. Os mesteres e o conjunto das camadas populares sobem socialmente e exercem marcada influência política. A seus olhos, D. João I será evidentemente o rei de boa memória. As casas senhoriais, ao invés, vêem as suas rendas diminuir, e o problema da «sustentação dos nobres» torna-se para elas angustioso: se houvesse ao menos possibilidade de talhar senhorios fora do país!

Se a questão das espécies de bilhão e do descalabro da moeda de conta põe assim frente a frente principalmente os senhores e os proprietários, por um lado, e a multidão dos que granjeiam a terra alheia e têm de pagar toda a sorte de prestações, por outro, uma faceta diferente desta depressão monetária semi-secular interessa sobretudo o meio dos grandes negociantes. Durante mais de cinquenta anos, de fins de 1383, o mais tardar, até 1435, nem uma única peça de ouro foi cunhada em Portugal ([113]).

É um facto bastante surpreendente, esta ausência completa de amoedação de metal amarelo. A prata, evidentemente, era difícil de atrair a Portugal, dessas longínquas minas boémias e húngaras: a guerra erguia novas barreiras, e a diminuição tão considerável da produção mineira explica só por si a penúria. Mas o Maghrebe, esse, não está longe, e é pelas cidades maghrebinas que o ouro sudanês, de importância suma, irradia para toda a Europa ocidental. A luta com Castela, sem dúvida, não pode deixar de dificultar penosamente o comércio internacional, sem o qual não há moeda de ouro nem metal amarelo. No entanto, se desapareceu toda a circulação de espécies áureas nacionais, as moedas estrangeiras parecem afluir regularmente e circular com abundância.

De 18 de Agosto de 1417 a 1 de Janeiro de 1436 o almoxarife da alfândega e almoxarifado do Porto recebeu, em bilhão e em prata:

3 749 794 libras e 15 soldos em reais de 3 ½ libras e em cruzados (moeda de bilhão);
1 212 029 608 libras e 16 soldos «desta moeda corrente»; 24 libras de moeda branca antiga;
820 reais em reais de 10 soldos, dos bons;
968 marcos, 5 oitavas 1/3 «de prata em bulhom alçado de ley de onze dinheiros»;
672 marcos, 7 onças e 6 oitavas «de prata mercadoyra»;
16 reais de Aragão;

e em moedas de ouro:

72 florins de Aragão	1 dobra mourisca
3 francos de ouro	817 dobras «valadias»
16 454 ½ coroas de ouro	3 dobras «ceitias»
24 nobres de ouro	1 dobra cruzada
160 escudos de ouro antigos	6 dobras de Léon ([114])

O valor global das peças de ouro é de cerca de 60 milhões de libras, o da prata não amoedada de cerca de 40 milhões ([115]); a parte do bilhão ultrapassa-os largamente — vinte vezes a do ouro —, mas a parte das espécies brancas é insignificante. Na quitação do tesoureiro-mor relativa ao exercício de 1423 a 1430, enumeram-se: ouro em pães e fiado, nobres de Inglaterra, dobras cruzadas, dobras valadis e dobras ceitis, bem como coroas velhas

---

([112]) Costa Lobo, p. 302.
([113]) T. de Aragão, I, p. 204; Costa Lobo, pp. 408-9.
([114]) *Documentos das chancelarias relativos a Marrocos*, I. p. 249.
([115]) Calculados pela tabela de 1433 no *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (ver apêndice ao presente capítulo).

e novas — tudo espécies áureas [116]. A composição da massa monetária circulante cerca de 1433-1435 é-nos bem conhecida: indicamo-la no quadro em fim de capítulo.

O leque destas espécies é bastante aberto: de ouro, abrange todas as dobras maghrebinas e granadinas, bem como as castelhanas, as moedas francesas, os nobres ingleses, as moedas de Flandres, o florim e o ducado, o real de Maiorca; as espécies brancas são de origem castelhana, francesa, inglesa, maiorquina, siciliana e maghrebina.

Tentemos ver como é que as moedas de ouro estrangeiras variaram em relação à moeda de conta nacional:

MOEDAS	VALOR EM LIBRAS		
	1383 [117]	1416 [118]	1433 [119]
Dobra cruzada (castelhana)	5	470	
Dobra valadia (granadina)	4½	420	4130
Franco de França	4	400	
Coroa de França		440	4200
Escudo velho de França		470	4725
Nobre de Inglaterra	8	870	8575
Nobre de Flandres		860	8155

Assim, em grosseira aproximação, podemos dizer que o valor do ouro expresso em libras aparece multiplicado por um coeficiente compreendido entre 94 e 108 entre as duas primeiras datas — intervalo de 33 anos — e por um coeficiente inferior a 10 nos dezassete anos que vão de 1416 a 1433. Comparando o valor do nobre de Inglaterra nas datas extremas, constatamos que nominalmente foi multiplicado por 1071; a análise da evolução monetária do bilhão revelara-nos o multiplicador 1173 entre as mesmas datas. O ouro encareceu portanto menos do que a prata. O cálculo da razão entre os dois metais apresenta-se bem mais delicado, contudo leva, grosso modo, à mesma conclusão. Em 1383 um marco de ouro valia aproximadamente 11 marcos de prata. Em 1416, se nos basearmos no câmbio das moedas estrangeiras [120] e no valor nominal do real lançado no ano anterior, a razão seria apenas de cerca de 2,8! A lei relativa aos câmbios rebaixava excessivamente, sem dúvida, a taxa das espécies áureas estrangeiras em relação ao curso que tinham no mercado, e a cunhagem nacional supervalorizava o metal branco. Segundo a mesma lei, os cambistas estabelecidos pelo rei deviam pagar a prata em barras apenas a 2 400 libras — ou seja, quase só um quarto do seu valor amoedado, preço excessivamente baixo também, é incontestável. Assim, o marco de peças de ouro estrangeiras de 23 ¾ quilates trocava-se por 10,8 marcos de metal branco em barras; a razão entre os dois metais amoedados devia, por conseguinte, ser inferior a 10.

Num contrato de emprazamento de 1419, o marco de prata é estimado em 10 000 libras, e dois anos mais tarde, a fim de estabelecer o direito de entrada

---

(116) *Docs. chancelarias Marrocos*, I, p. 475.

(117) *Crón. D. João I*, 1.ª Parte, cap. 50; *Remessa de Santarém*, n.º 16 (T. de Aragão, I, doc. 32).

(118) Lei sobre os câmbios, 14 de Abril de 1416 (*Docs. chancelarias Marrocos*, I, p. 452).

(119) *Livro dos Conselhos de D. Duarte*, cit.

(120) A lei sobre os câmbios de 1416 fixa o preço do marco de prata de 11 dinheiros, em arrieis, em 2 400 libras; atribui o valor de 470 libras à dobra castelhana, 400 ao florim, 470 ao escudo velho e 400 ao franco de ouro francês, o que permite avaliar o marco de ouro amoedado em cerca de 26 000 libras. Notemos que, contràriamente à afirmação de Costa Lobo (p. 303), houve pelo menos uma fixação legal do preço do marco de prata no reinado de D. João I: a de 1416. Repare-se, além disso, que o marco de prata amoedado valo então 9 240 libras!

em posse de um casal, estima-se em 25 000 ([121]). Quando morre D. João I, vale, amoedado, 29 325 libras, e como o marco de ouro, segundo o câmbio das espécies estrangeiras, custa cerca de 251 000 libras, a razão anda à volta de 8,5, ao passo que para os metais em arries é de 10 ([122]).

Em Valência, um marco de ouro vale, em 1408-1425, 8,61 marcos de prata — descida, como em Portugal, em relação ao fim do século XIV —, e 9,94 entre 1426 e 1448. A razão é de 8,09 em 1383 em Navarra, e de 6,37 a partir de 1431; no intervalo estivera muito mais abaixo ([123]). Por toda a parte se marca a descida no ocaso do século XIV e começos do XV: a razão é de 10,33 em 1414 em Inglaterra, e de 10,29 em 1421 em França ([124]). Na Itália setentrional desce a 10, mantendo-se um pouco mais elevada em Veneza do que nas restantes cidades ([125]), provàvelmente porque, empório das especiarias, necessita de atrair o metal que serve para as comprar. Como a prata vale constantemente mais em França, desde meio de Trezentos, do que vale em Inglaterra, esta ilha exporta o metal branco para o continente e dele recebe o ouro ([126]).

Nestas condições, é de espantar que Portugal recebesse abundantemente numerário de ouro francês e não tivesse cunhado o seu próprio numerário neste metal. Mas em Navarra a razão entre os dois metais é ainda mais baixa (a prata mais cara), e também não há cunhagem de peças áureas. Em Valência, pelo contrário, a prata é mais barata, e todavia é o metal branco que não é amoedado. A ausência de cunhagem do ouro em Navarra resulta da expansão do florim aragonês, que invade este reino e o incorpora monetàriamente no de Aragão ([127]). Neste e em Valência os florins constituem, no dizer de Hamilton, a parte substancial da circulação durante a segunda metade de Trezentos, e dominam-na largamente no decurso de Quatrocentos: servem mesmo para as pequenas compras na praça e para pagar os salários. Se a prata não é porém cara nessas zonas, não será porque abundam os *millarès* — dirhemes — maghrebinos? Portugal permanece monetàriamente na área do ouro muçulmano e castelhano — da dobra; além disso, ficamos com a impressão de que não lhe faltaram as espécies estrangeiras. Mas carece-se de metal para emitir uma moeda nacional, e esta carência é vivamente sentida durante as primeiras décadas do século XV: as fontes não escondem essa sede de ouro. Se há ponto incontestàvelmente assente na história dos descobrimentos, não pode deixar de ser a inclusão desta sede de ouro entre as forças mais poderosas, ou até como a mais poderosa a desencadeá-los e a impulsioná-los.

§ 6 — *Do regresso ao ouro à estabilização da prata — 1435-1489*

A cunhagem de uma moeda de ouro nacional não desagradaria aos senhores e proprietários, tanto laicos como eclesiásticos; bem pelo contrário. Na verdade, como é instrumento de circulação internacional, utilizado nos pagamentos de

---

([121]) Lobão, cit., pp. 63 e 268.

([122]) Quadro do *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (dá para cada moeda o teor, a talha em marco e o valor nominal). Em 15 de Dezembro de 1430 uma dobra ceptil (ou ceitil) é contabilizada por 5 075 libras ou 145 reais brancos; como se talhavam 49 em marco, este custava 248 675 libras; a lei não é precisada, mas por comparação com os valores da tabela de 1433 é lícito supô-la de 23 quilates. O marco de 23 ¾ quilates elevar-se-ia assim a 256 784 libras, um pouco mais do que o número a que se chega pelos cálculos relativos a três anos depois.

([123]) Hamilton, *Money, Prices and Wages*, pp. 36 e 136.

([124]) A. Girard, *La guerre monétaire*.

([125]) Cipolla, quadro da p. 130.

([126]) A. Girard, cit.

([127]) Mateu e Llopis, *Moneda española*, p. 225.

vulto no círculo das classes ricas, o Estado hesita muito mais em alterá-la, e esta fixidez relativa constitui um referencial eficaz na defesa do valor real dos réditos estipulados em espécies. Teria sido a pressão política do povo miúdo que durante muito tempo serviria de barreira ao regresso à cunhagem do ouro? Factor plausível, mesmo se os documentos nada confessam. Com o indulgente D. Duarte a influência da nobreza e do clero torna-se preponderante, e a Casa da Moeda vai de novo lançar espécies de ouro. Coincidência? Seja como for, os interesses do círculo dos negociantes do tráfico internacional dirigiam-se sem dúvida no mesmo sentido.

É em 1435, ou em fins de 1434 o mais cedo, que começam a ser cunhados os escudos e os meios escudos, segundo o modelo da *dobla de la banda* castelhana ([128]). Em Castela as emissões de peças de ouro não se tinham interrompido desde Fernando III — desde a primeira metade do século XIII —, salvo talvez durante o curto reinado do pretendente à coroa portuguesa, Juan I (1379-1390). No decurso da primeira metade de Quatrocentos, além das emissões de dobras e de enormes peças de dez, vinte e cinquenta dobras, o rei Juan II (1406-1454) pretendeu nacionalizar a velha dobra almóhada, agora bem decadente em qualidade mas sempre popular, e lançou as *doblas de la banda* (assim chamadas porque o escudo está gravado no anverso rodeado pela banda ou coroa circular da peça): de 49 em marco castelhano, têm de lei 19 quilates ([129]), mas virão a degenerar também com o tempo. Quanto ao escudo português, estabeleceu-se a talha de 50 em marco (cada peça pesa pois 4,59 grs) e deram-se-lhe 18 quilates ([130]): equivalia exactamente, em peso e toque, dizia o perito Catelão, à dobra de banda corrente em 1435, já ligeiramente enfraquecida. Desta sorte, no que respeita à amoedação do ouro, Portugal não saía da esfera muçulmana, conquanto por intermédio da influência castelhana (veremos dentro de instantes o que pensar desta interpretação).

Como foi possível retomar a cunhagem do ouro após meio século de carência absoluta? Ceuta era portuguesa desde 1415. Chave do Estreito de Gibraltar, cidade de burguesia, grande porto de comércio, centro de indústria têxtil e do cobre, aqui vinham desembocar importantes rotas do tráfico trans-saariano. Dobras *ceitis* ou *ceitias*, quer dizer, de Ceuta, se chamavam as peças de ouro largamente espalhadas mesmo do lado de cá do mar. O áureo pó *tibar* do blad es-Sudan (Terra dos Negros) corria para ela... ([131]). Quando as galés de Veneza ancoram no porto, vendem fàcilmente ricas mercadorias, pela maior parte a troco de ouro sonante ([132]). Sabemos, por outro lado, que uma Casa da Moeda trabalhou na Ceuta cristã, como trabalhara durante o período muçulmano. Será temerário supor a continuidade entre ambas, embora nos escapem alguns elos da cadeia? Depois da conquista, as suas oficinas não teriam continuado a fabricar dobras *ceitis* exactamente iguais às mouriscas anteriores? Decerto, tais dobras, originárias de Ceuta, eram copiadas mais ou menos por toda a parte ([133]); não é razão para pensar que se teria abandonado a cunhagem na própria fonte. O escudo português foi talvez antes, diga o Catelão o que disser, uma nacionalização da dobra ceitil, em parte sob a influência também da *dobla de la banda*, àquela considerada equivalente.

([128]) Relatório do Catelão, de 1435, na *Remessa de Santarém*, § 10.
([129]) Mateu e Llopis, p. 199; Aragão, I, p. 219.
([130]) Costa Lobo, p. 308. São possíveis dúvidas quanto ao teor: 18 ou 19 quilates. Como a lei fixou a dobra cruzada (castelhana) em 150 reais e as dobras valedia e de banda, e também o escudo, em 120, e como a primeira, de 52 em marco, tinha (teòricamente) 23 ¾ quilates, o valor do escudo, de 50 em marco, corresponde a uma lei de 18,2 quilates
([131]) *Hist. económica da expansão port.* I, cap. II, § 2.
([132]) Zurara, *Crón. Conde D. Pedro*, Liv. II, cap. 22.
([133]) Assim o afirma o *Livro dos Conselhos de D. Duarte*.

Os anos de 1435-1436 representam uma viragem na história monetária. Foi, com efeito, tomado um conjunto de medidas coerente e completo, após estudos bastante aprofundados sobre todos os problemas técnicos, económicos e sociais, estudos que se consubstanciaram em relatórios que chegaram até nós.

Constatando o descalabro irremediável da libra, o sistema monetário português alinha com o castelhano: o real — entenda-se o real branco, aliás assás preto... — é de oravante a unidade de conta, substituindo a libra nessa função, em equivalência — legal — com o maravedi do reino vizinho. A correspondência entre o antigo e o novo sistema estabelece-se sobre a base da igualdade de 1 real a 35 libras, das últimas do reinado de D. João I. A nova unidade durará tanto quanto a própria monarquia. Representa desde o começo, e durante mais de um século, uma moeda efectiva de bilhão de 1 dinheiro de teor, mais tarde de cobre sem prata nenhuma, contràriamente à libra que jamais passou, em Portugal como no estrangeiro, de múltiplo ideal de peças efectivas.

O regresso à amoedação do ouro é o traço mais revolucionário e mais importante do novo sistema. A sua segunda característica é ser completo — abranger a gama completa das moedas consoante uma hierarquia cómoda para as transacções. O real de prata de D. João I enegrecera bastante: um dinheiro de metal branco em vez de 10 inicialmente. Houve, por isso, que crear uma nova espécie branca: é o leal — o nome já fala por si — de 11 dinheiros, talhado a 84 ou 80 em marco, e com o valor nominal de 10 reais brancos. No extremo inferior da escala, o real preto, assim chamado porque de cobre sem um grão sequer de prata: dez pretos valem um real branco. Com o meio escudo, que vale 60 reais brancos, e o escudo, que vale 120, atingimos o outro extremo da escala.

Seria vão ordenar a cunhagem de numerário de ouro e de prata se não se tivesse conseguido assegurar o afluxo de metais preciosos ao mercado português. Tal é o objectivo da lei de 30 de Novembro de 1436 que isenta de todos os direitos aduaneiros a importação de metais preciosos, desde que sejam levados à Casa da Moeda e aí paguem, além das despesas de amoedação, um direito de 4 %, no que respeita ao ouro, ou de 5 peças por cada 80 (6 ¼ %), no que respeita à prata ([134]). E de facto a cunhagem do primeiro já não será interrompida, mesmo se as suas emissões não se tornam anuais; quanto ao segundo, o seu valor nominal será por várias vezes levantado, o seu teor variará, mas não voltará a aviltar-se em negro bilhão.

Como se cunham 50 escudos num marco de 18 quilates, e cada escudo vale 120 reais, o marco de metal amarelo de 23 ¾ quilates vale, amoedado, 7 916 reais, ao passo que calculado pela dobra cruzada castelhana (de 52 em marco, teòricamente de 23 ¾ quilates, o valor de 150 reais) vale só 7 800. Por seu lado, o marco de prata, amoedado, de lei de 11 dinheiros, custa 800 reais, dado que a talha dos leais deste teor é de 80 em marco e que um corresponde a 10 reais. Deste modo, a razão entre os dois metais amoedados orça por 9,89 ou 9,75: baixa do metal branco em relação à situação antecedente (8,5 antes da reforma). O marco de prata em arries está taxado por lei em 700 reais, quase 3 ½ vezes aquilo em que fora taxado em 1416 (1400 libras ou 68 ½ reais brancos de 3 dinheiros ou 205 ½ dos de 1 dinheiro) ([135]). Nem esta nem aquela lei taxaram o preço do marco de ouro. Estamos, felizmente, a par dos preços de mercado efectivamente praticados dos dois metais, graças aos relatórios que prepararam

---

([134]) T. de Aragão, I, doc. 28; cf. Costa Lobo, p. 319.

([135]) Em valor intrínseco, visto que nominalmente os reais de 3 dinheiros e os de 1 valiam igualmente 35 libras.

as reformas. Nos anos que precederam 1436 o marco de prata de 11 dinheiros vendia-se a 760 ou 770 ou 750 reais, consoante as necessidades dos tempos; em 1436 mesmo, o seu preço é de 770. O ouro em arries valia correntemente 8 250 reais brancos, ao que lemos no parecer do vèdor João Afonso e do armeiro Joane Eanes; o provedor da Moeda, diferentemente, afirma que tal é, sim, o preço do ouro amoedado, calculado pelo câmbio corrente da dobra cruzada de 165 reais e 50 em marco; em arries valia menos 10 %, ou seja 7 430 reais ([136]). A seguirmos a primeira informação, a razão do ouro para a prata seria de 10,7, a seguirmos a segunda situar-se-ia entre 9,6 e 9,9. Todos os relatórios de 1435-1436, bem como, aliás, o *Livro dos Conselhos de D. Duarte*, consideram como normal e corrente a razão de 10, tomando o ouro de 24 quilates e a prata de 12 dinheiros, ou a razão de 11, se tomarmos a segunda com 11 dinheiros; o cálculo dá, precisemo-lo, 10,9; caso tomemos o ouro com 23 ¾ quilates e a prata com 11 dinheiros, dá-nos 10,78.

A reforma de D. Duarte atem-se de muito perto à razão então corrente entre os dois metais, conquanto avantajando ainda a prata, mas taxa demasiado baixo este metal em barras, se atendermos aos preços efectivos do mercado, e rebaixa igualmente o valor de algumas das moedas de ouro. A dobra cruzada corria, na verdade, por 165 reais ([137]), ora o seu preço foi fixado em 150. A velha coroa de França, taxada em 120, trocava-se no ano seguinte por 188,8 reais ([138]). A tarifa legal alicerçava-se na equivalência da velha coroa francesa, da dobra de banda, da dobra mourisca e do escudo português, todas estas espécies fixadas em 120 reais: à dobra cruzada a lei concedia mais ¼, e o florim aragonês devia valer a partir de então 70 reais. Tais equivalências determinadas por autoridade régia não seriam legalmente modificadas durante longos anos, mas tornaram-se por isso mesmo puramente nominais, quer dizer, unidades de conta ([139]).

Com o tabelamento do marco de prata e das moedas de ouro estrangeiras o Estado visava a cortar pela raiz todos os subterfúgios a que os particulares recorriam para escaparem à tarifa geral das antigas obrigações estabelecidas por lei, bem como todas as tentativas de recusa da moeda régia como padrão de valores. O governo de D. Duarte teve de ceder, porém, num ponto em relação ao qual o governo de D. João I resistira obstinadamente a todas as pressões dos senhores e proprietários, sem todavia lhes dar inteira satisfação, porque as classes populares estavam de atalaia. Em 1427 o clero reclamara, para todos os censos, rendas, dízimos e prestações que lhe fossem devidos, a taxa de 700 libras novas por uma das antigas, taxa já aplicada pelo Estado no que lhe respeitava, em vez da de 500 libras, em vigor entre particulares; o rei recusara com firmeza ([140]). D. Duarte cede agora, em favor tanto dos eclesiásticos como dos laicos. No que respeita às obrigações anteriores a 1395, por cada libra antiga pagar-se-ão 700 das novas, isto é, 20 reais brancos. Quer a maior parte dos contratos de emprazamento ou outros tivessem sido feitos após essa data, quer tivessem sido, se anteriores, reformados ou inovados posteriormente a ela, bastava, nos casos de obrigações contraídas depois de 1395, conceder 500 libras ou 14 reais brancos e 2 ¾ pretos por cada libra das antigas nestes contratos estipulada. Como o marco

---

([136]) T. de Aragão, docs. nas pp. 367-8.

([137]) Relatório do provedor da Casa da Moeda (Aragão, I, p. 367).

([138]) *Docs. chancelarias Marrocos*, I, p. 332: pagamento, pelo almoxarife da Guarda, de 94 349 reais em satisfação de 500 coroas de tença, no ano de 1437.

([139]) Quitação relativa ao ano de 1445: uma coroa de ouro por 120 reais (Silva Marques, supl. ao t. I, pp. 151-2). Carta de prémio aos construtores de naus: mesma equivalência para 1476 (idem, II, p. 156). Do mesmo modo em Julho de 1483, numa promessa de doação em vista de casamento (idem, II, p. 265).

([140]) Costa Lobo, p. 297

de prata amoedado vale agora 800 reais brancos, e até 1384 valia 25 libras no máximo, a equivalência exacta seria de 32 reais brancos por libra das velhas; no que respeita às obrigações muito antigas a lei apenas concede, portanto, ⅝ do valor metálico justo. Mas quanto aos contratos que datavam de entre 1384 e 1394 os senhorios e proprietários recebem de oravante muito mais do que de início. A satisfação dada quanto aos contratos posteriores a 1395 é certamente bem substancial, visto que os senhorios e proprietários se tinham sem dúvida precavido, ao fazerem-nos, fixando um montante de libras velhas que compensava a desvalorização das libras novas. Mas os grandes pediam, é bem de ver, muito mais: a exacta equivalência metálica das libras fernandinas às moedas correntes, ou seja, 28 reais brancos por cada uma daquelas; este cálculo, efectuado sobre a base de um preço do marco de prata de 25 libras antes de 1383 e de 700 reais em 1436, ainda os deixava lesados, porquanto o primeiro é o preço do metal amoedado e o segundo, o dos arries. Apesar disso o rei não podia ir sequer até esse ponto, conforme lhe solicitavam seus próprios irmãos, prelados, mosteiros, igrejas e fidalgos. Costa Lobo avalia, contudo, que a compensação alcançou, no seu conjunto e do ponto de vista do valor metálico, os ³/₅.

Se a hora do ouro começava a soar, não chegara ainda o momento da estabilização da prata, e isto pela razão simples de que se estava na maré vasa da produção mineira na Europa central e oriental e que o preço do metal branco ainda não parara de subir, em Itália por exemplo: em Florença, a razão entre os dois metais é de 10,18 em 1422 e de 9,36 em 1460 ([141]). O infante D. Pedro, quando da sua passagem por Bruges em 1428, escrevera ao seu irmão primogénito, herdeiro do trono, enaltecendo-lhe a estabilidade da moeda. Elevado à regência do reino depois da morte de D. Duarte, resvalou todavia, ele também, pelo mesmo declive: o impossível aprovisionamento do mercado nacional em prata e o jogo da lei de Gresham é que o forçaram a resvalar. Por ordenação de 9 de Março de 1441, o valor nominal do leal é levantado de 10 para 12 reais brancos. Como o real branco de há muito que só continha um único dinheiro de prata, seriam necessários 11 para ter um leal de 11 dinheiros; a equivalência oficial de 10 levava portanto os particulares a guardar os leais e a só utilizar nos pagamentos os reais brancos; cerceavam-se aqueles, exportavam-nos. Daí a penúria de numerário... Ora — é o Regente quem fala — sem numerário abundante as transacções não se podem desenvolver, visto que a moeda é o seu instrumento ([142]). Tais razões levaram a levantar o marco de prata (de 11 dinheiros) para 960 reais brancos. Se, em vez de reforçar nominalmente o leal, D. Pedro não preferiu melhorar o teor do real, medida mais conforme com as suas ideias, foi evidentemente porque escasseava o metal branco ([143]). Em 1445 o Regente teve de voltar a reforçar o preço legal do marco de prata amoedado: 1 050 reais brancos.

A escassez de prata complicava-se devido à supervalorização do bilhão. O perito Catelão calculava que, em justa equivalência, o real branco deveria valer 30 pretos e não os 10 fixados por lei, porque estes últimos não continham sequer um grão de prata. Por isso a lei de Gresham actuava no mercado, e os reais pretos expulsavam os brancos da circulação, de igual modo que estes expulsavam os leais. Dado que se talhavam 120 pretos em marco, e que 10 pretos valiam um branco, o marco de cobre amoedado saía a 12 reais brancos: a razão entre a prata e o cobre era, pois, de 66,6. No entanto, de mercador a mercador

([141]) *Della Decima*, t. 1, quadro 4; cf. Soetbeer, p. 25.
([142]) Doc. n.º 12 no apêndice de Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*.
([143]) Evidência que escapou a Costa Lobo.

era comummente um quintal, ou seja, 224 marcos, de cobre que se permutava por um marco de prata ([144]). Se tal era a regra geral ou tendência do mercado, o cobre podia no entanto custar mais caro em certos momentos ou em certas praças comerciais. Em 1436 o quintal de cobre de Barbaria (Maghrebe) vendia-se em Lisboa por 1 410 reais brancos ([145]): eram necessários, por conseguinte, mais de 110 embora menos de 130 marcos para ter um marco de prata.

Catelão, um dos peritos consultados por D. Duarte, aconselhava vivamente a concentrar os esforços de amoedação no ouro — escudos e meios escudos — e na prata — leais —, e a só emitir em quantidades muito limitadas as peças de bilhão — e menor número ainda de pretos do que de reais brancos. Da moeda baixa, portanto, apenas o indispensável para as esmolas e para os pequenos trocos; infelizmente já circulava em excesso. Conselho difícil de seguir. Se D. Duarte cunhou tão só um pequeno número de reais brancos, as emissões de espécies de cobre puro — reais pretos e ceitis — continuaram e continuarão ao mesmo ritmo. Era de prever, pois a prata mantém-se cara e o metal inferior barato. Da Europa central o cobre afluía aos portos portugueses pela escala de Bruges: de Abril de 1441 até Dezembro de 1442 o feitor real na Flandres comprou e embarcou para Lisboa 28 458 libras (peso) ([146]). Mas vinha igualmente de Marrocos, visto que no relatório do vèdor e do armeiro, de 1436, os peritos indicam o preço no mercado lisboeta do «cobre de Barbaria», sem sequer citarem outro. Aliás, é desde 1415 — a tomada de Ceuta — que se cunham as pequenas peças de cobre que do nome dessa cidade se chamam ceitis, cópia de cunhagem mourisca aí tradicional; 6 ceitis valem 1 real. Estas emissões continuarão, abundantes, e é em grande parte na própria Ceuta que têm lugar. Esta cidade marroquina tornada portuguesa deve ter sido, pois, um dos mercados fornecedores de cobre a Portugal.

As espécies áureas, conquanto não voltassem a atravessar um eclipse como o que tinham atravessado, não puderam a princípio ser cunhadas com frequência. Durante o reinado de D. Afonso V é ainda a Casa da Moeda de Ceuta que emite os meios escudos, prova de que nesta cidade o comércio português se abastece também de ouro. Outras fontes do precioso metal começam em breve a manar: as caravelas chegam aos rios de Guiné e os mercadores portugueses vão frequentar as feiras negras onde se vende o *tibar*. Já antes o tráfico do ouro se iniciara em Arguim sob bons auspícios, e uma feitoria permanente é aí fundada.

Assim estão reunidas as condições para uma sensível melhoria da amoedação do ouro. Em 1457 o rei cavaleiro sonha com a cruzada — o cruzado é lançado ([147]): pureza quase absoluta (teòricamente) — 23 ¾ quilates —, talha de 64 em marco, cada peça pesa portanto 3,58 grs ([148]). Portugal, que só tardiamente aderira ao sistema almóhada da dobra, desliga-se agora dele para se ligar de preferência ao sistema do florim e do ducado. Durante oitenta anos não se tocará nos caracteres intrínsecos da nova moeda; apenas o seu valor nominal variará, devido principalmente às vicissitudes da prata.

([144]) *Livro dos Conselhos de D. Duarte* (1433); *Remessa de Santarém*, n.º 16, §§ 22-25 (1435).

([145]) Relatório de João Afonso e Joane Eanes (T. de Aragão, I, p. 368).

([146]) Braamcamp Freire, *Feitoria de Flandres*, doc. n.º 7.

([147]) «...o Papa Pio segundo o [Afonso V] elegeo por capitam da Igreja e Cristandade em hũa grande armada que entam hordenou contra ho Turco, pera a qual outrogou hũa santa indulgencia e cruzada, em cuja memoria este serenissimo Rey Dom Affonso foy o primeiro que nestes Reynos ha moeda dos cruzados d'ouro fino, pera se pagar o soldo desta santa guerra, mandou fazer; e o seu primeiro preço foy posto ha tresentos e vinte e cinco reais cada cruzado;...» *Esmeraldo*, Liv. II, Prólogo, Erro quanto ao preço inicial do cruzado, ou antes talvez erro de cópia a corrigir em 225.

([148]) T. de Aragão, I, p. 230 e p. 273; C. Lobo, pp. 277 e 412.

O escudo fora lançado, em 1435-1436, em paridade com a dobra mourisca e com a dobra castelhana de banda, logo, segundo toda a probabilidade, com o valor de 120 reais. Mas em breve subira para 140, e como em 1451 o curso da dobra era de 185 reais, afigura-se provável que o do escudo fosse também este ([149]). O marco de ouro amoedado (de 23 ¾ quilates) passou assim de 7 916 reais em 1436 para 12 204 ½ em 1451, enquanto o metal branco subia apenas de 800 para 1 100: + 54 % contra + 37 % — a razão entre os dois metais é agora de 11. Preço excessivo quanto ao ouro, e que não podia aguentar-se. Desconhecemos o valor de lançamento do cruzado ([150]), mas três anos volvidos a lei de 22 de Agosto de 1460 fixa-o em 253 reais ([151]); como o marco de prata amoedado subira para 1500 reais, e o de metal amarelo vale 16 192, a razão é de 10,13 nesta data.

Se desde 1457 Portugal está dotado de uma moeda de ouro perfeita e de longa estabilidade, o mesmo não acontece com a prata. Nesse ano os leais são substituídos pelos reais grossos e meios grossos, imitados, ao que parece, das peças de Henrique IV de Castela. De 11 dinheiros de lei ([152]), os grossos eram talhados a 68 em marco, e cada um valia muito provàvelmente 20 reais brancos nas primeiras emissões. O seu valor nominal não cessou todavia de subir: já de quase 28 reais em 1472, atinge 33 no fim da sua carreira, em 1489. Os meios grossos tinham sido, por seu turno, destronados pelos *chinfrões*, a partir de 1472: com o teor de 11 dinheiros, como aqueles, mas talhados a 158 em marco (em vez de 136), deviam circular com o valor de 12 reais cada, enquanto os meios grossos, mais pesados, valiam apenas 10. Deste modo o marco de prata era levantado a 1 896 reais. O chinfrão chegará a valer 14 reais em 1489 ([153]). Assim, grossos e meios grossos, primeiro, e chinfrões, em seguida, representam fases sucessivas do reforço nominal — da desvalorização efectiva. Para a entrada em cada nova etape, a razão da mudança é sempre a mesma: a penúria de prata, a inconveniência de só cunhar bilhão ou, pelo menos, de o cunhar em excesso, a sangria do reino em espécies brancas porque, baratas, fogem para o estrangeiro. Estes diferentes episódios só se esclarecem plenamente, aliás, à luz do que A. Girard chamou com perfeita justeza «a guerra monetária»: entre Portugal e Castela grassa de maneira endémica.

Na realidade, é o bilhão que continua a proliferar. O teor dos reais brancos avilta-se, cerca de 1460, de 1 ½ dinheiro para 1, e por ordenação régia todas as antigas peças só pelo rendeiro deste estanco, Pero da Costa, podem ser escambadas ([154]). São lançadas novas moedas: espadins, de 115 em marco, e título inferior a 1 dinheiro; cotrins, cuja lei ora é inferior ora é superior à dos primeiros,

---

([149]) A lei de 1-XII-1451 declara que o valor «primitivo» do escudo era de 140 reais; e assim o afirma Costa Lobo com esse fundamento. No entanto, este valor «primitivo» pode não ter sido o primeiro de todos. O Catelão aconselha D. Duarte a não dar ao escudo um valor menor do que o da dobra, atendendo à paridade de peso e toque; como se pensava em dar-lhe um valor menor, e foi necessário aconselhar a paridade, seria estranho que se tivesse estabelecido pelo contrário um valor superior de 15 %. Costa Lobo supõe igualmente que desde 1436 até 1451 o escudo subiu tanto quanto a dobra, o que é mais provável: mas, atribuindo-lhe o preço inicial de 140 em vez de 120 reais, calcula para 1451 o preço de 260 reais, o que não se nos afigura aceitável. Pendemos para admitir a paridade.

([150]) A menos que sejam 225 reais, como somos tentados a corrigir as cópias do *Esmeraldo*, manifestamente gralhadas (veja-se a nota 147).

([151]) Costa Lobo, p. 413.

([152]) Este toque não é directamente conhecido, mas deduz-se sem dificuldade do valor do real grosso em 1472 e da sua comparação com o chinfrão.

([153]) Sobre estas diferentes emissões, T. de Aragão, I, pp. 233 ss.

([154]) Costa Lobo, pp. 325-6.

mas cujo valor nominal permanece sempre mais baixo ([155]). Não é menor o êxito do cobre puro: reais pretos e ceitis multiplicam-se e tudo inundam.

Em 1472, segundo os capítulos das Cortes reunidas em Coimbra, a circulação monetária estava reduzida aos cruzados, quanto ao ouro ([156]), e aos ceitis, de cobre; as espécies brancas tinham desaparecido completamente, salvo alguns espadins, raríssimos porém ([157]). Como de costume, é a saca (exportação) de numerário que é posta em causa — as más moedas castelhanas aspirariam as boas moedas portuguesas —, bem como o excesso do preço mercantil do metal precioso em relação ao seu valor como moeda. Na impossibilidade de obter prata em abundância, o único recurso, infelizmente de curta duração, é levantar o seu valor nominal — o seu preço em relação ao ouro e ao cobre, ou pelo menos a este último.

O encarecimento autoritário da prata não podia deixar de suscitar de novo temíveis problemas sociais. Em que ficavam as satisfações concedidas pelo indulgente D. Duarte aos poderosos, se o marco de metal branco mais do que duplicara de valor em trinta e seis anos? Assim, rendas, censos, direitos senhoriais ou eclesiásticos expressos em moeda viam-se uma vez mais decepados de metade. Os clamores dos grandes e senhores do reino, que já se tinham desencadeado desde 1453 mas que se tornam particularmente violentos depois do reforço nominal de 1472, não podiam deixar de ser ouvidos pelo rei cavaleiro, polìticamente nas suas mãos. Em começos de 1471 os procuradores dos concelhos, sem se lançarem numa oposição formal, tinham resistido a medidas especiais. A sua resistência foi bem viva nas Cortes de Coimbra de 1472, e de Évora no ano seguinte. O rei saltou por cima, sob a pressão da nobreza e do clero, e em 20 de Março promulgou uma lei que satisfazia as reclamações destas duas ordens: a lei foi notificada autoritàriamente às Cortes.

As obrigações são divididas, segundo a suas datas, em quatro grupos. Para cada grupo cronológico adopta-se a última cotação do marco de prata e estende-se a sua validade retroactivamente até a abertura do período considerado. Primeiro período, obrigações contraídas antes do fim de 1445: como o marco vale nesta data 1 050 reais, um encargo de 700 reais (valor do marco em 1436) representa 2/3 de marco; em 1473 este tem o preço de 1 890 reais: se tomarmos 2/3 desta soma teremos 1 260 reais, que é portanto o que tem de pagar de oravante o rendeiro ou enfatiota, todo aquele que grangeia a terra alheia ou deve uma prestação fixada naquela quantia (e assim proporcionalmente para as outras quantias). O real branco é levantado de 10 para 18 pretos; a libra antiga considerada equivalente a 700 das novas passa de 20 para 36 reais, e a libra antiga de 500 novas sobe de 14 reais brancos e 2 ¾ pretos para 25 reais e 3 ceitis; o escudo de ouro português salta de 140 para 252 reais, e na mesma proporção as coroas e as dobras. Eis as equivalências estabelecidas em relação aos outros períodos:

	Valor inicial	1446 (Janeiro 1)- -1452 (Dezembro 31)	1453 (Janeiro 1)- -1461 (Dezembro 31)
Marco de prata	700 reais	980 reais	840 reais
Real branco	10 pretos	14 pretos	12 pretos
Libra de 700		28 reais	24 reais
Libra de 500		20 reais	17 reais 1 preto
Escudo de ouro		196 reais	164 reais

Quanto ao período que começa em 1462, não houve alteração.

([155]) Conhecemos mal estas moedas. As indicações de T. de Aragão são confusas e discutíveis.

([156]) Costa Lobo (p. 329) não acredita na circulação dos cruzados, dado o desaparecimento das espécies de prata. Mas o exemplo aragonês, da mesma época, descrito por Hamilton, aí está para provar essa possibilidade.

([157]) T. de Aragão, I, p. 234; C. Lobo, pp. 328-9. *Livro Vermelho de D. Afonso V*, em *Inéditos de História Portuguesa*, t. III, pp. 444-5 (*Ordenaçam sobre a moeda dos meos grossos*).

Mas a grande novidade jurídica, aquela que rompe com uma longa tradição constantemente afirmada embora com frequência violada, é a autorização de estipular os encargos em peso de metal precioso; a lei admite de oravante a cláusula que estabeleça o pagamento quer sob a forma escolhida e aceite pelas partes contratantes, quer em moeda corrente mas calculado o montante segundo o verdadeiro e justo valor do ouro ou da prata à data do pagamento. Assim era revogada, pela primeira vez, a lei de 1402, que D. Duarte, apesar da sua complacência em relação aos poderosos, mantivera por decisão de 30 de Novembro de 1436 ([158]), e que o Regente reafirmara com mais força em 1446: nesta data as *Ordenações Afonsinas* proibiram a fixação em quantidades definidas de ouro ou de prata, ou de ambos os metais simultâneamente, das rendas ou censos nos arrendamentos ou emprazamentos ou consignações de heranças, cidades, castelos, coutos e honras, herdades, casas, vinhas, pomares, jardins e hortas ou quaisquer outras propriedades e haveres, bem como todos e quaisquer direitos e réditos leigos ou eclesiásticos — não obstante a prática contrária, já antiga ([159]), reconhecia o legislador. Evidentemente a Regência não podia gozar das simpatias dos grandes e poderosos: Alfarrobeira aí está para o demonstrar.

A reforma de 1472 levantou, como já Costa Lobo notou, tempestades de protestos populares. Nas Cortes de Évora três anos mais tarde os procuradores dos concelhos queixaram-se da «destruição do povo»; o rei correu-os com um não brutal. Em 1477, novos agravos são apresentados às Cortes de Montemor-o-Novo; o príncipe, regente durante a ausência de seu pai, não podia evidentemente desdizê-lo, e descartou-se alegando o suposto acordo dos concelhos a quando da preparação da lei. Mal subiu ao trono, o comum pediu-lhe uma vez mais, nas Cortes de 1481, que revogasse o texto abominado: o «acrescentamento de moedas ou libras» que D. Afonso V lançara «contra direito e justiça», deixando pender a balança para «aqueles que mal a seu povo demandavam» — não dera pena aos não culpados e não favorecera os culpados, dando, em suma, a morte a todo o povo? D. João II não pôde satisfazer tais agravos: era demasiado tarde para voltar atrás — tinham decorrido nove anos — e não lhe convinha crear outros atritos com os grandes, com quem ia entrar em luta por pretender impor-lhes a supremacia da justiça régia ([160]).

A partir de 1435 jamais cessou a cunhagem de espécies preciosas, mesmo se espaçada: contraste decisivo em relação ao meio século que precedera. As peças de ouro, a princípio de lei baixa, tornam-se imutàvelmente «perfeitas» desde 1457. As peças argênteas variam ainda, mas há-as sempre cunhadas com teor de 11 dinheiros, mesmo se na realidade do mercado monetário desaparecem da circulação por vezes. É o acrescentamento constante do valor expresso em unidades de conta que traduz as dificuldades ainda não vencidas desse mercado monetário: revela-o a superabundância persistente do numerário de cobre e de bilhão relativamente às espécies preciosas — na verdade ainda bem preciosas.

Quere-se a prova? O cruzado alça, de 253 reais em 1460, para 324 em 1472 e para 380 em 1489, ou seja, no fim de contas, + 50 % — mais fortemente durante os doze primeiros anos (+ 28 %) do que durante os dezassete seguintes (+ 17 %). Quanto ao marco de prata amoedado, o seu preço legal era de 1 500 reais na primeira data, de 1 896 na segunda (+ 26,5 %) e finalmente de 2 280 (+ 20,2 %): subira ao todo de + 52 %. Aumentos comparáveis: igual escassez

---

([158]) *Ordenações Afonsinas*, Liv. II, tít. 2; cf. J. P. Ribeiro, *Dissertações*, V, p. 398.
([159]) Idem, Liv. IV, tít. 2, § 6 e 3.
([160]) Sobre tudo quanto antecede, a melhor exposição, e que reproduz as fontes essenciais, continua a ser Costa Lobo, pp. 334-352.

dos dois metais ou excesso de numerário preto? Números oficiais, logo enganadores se não os corrigirmos por outros dados. Durante o reinado de D. Afonso V foi frequentíssimo não entrar prata em Portugal ([161]). Chega-nos por vezes o eco de levantamentos mais fortes que o rei pretendia impor mas que esbarraram contra a resistência dos concelhos. Em 1461, por exemplo, a municipalidade do Porto expôs os inconvenientes de se lançarem (como suspeitava que era vontade régia) emissões de reais de prata de 70 em marco e com o valor nominal de 24 reais brancos cada um, o que levantaria o marco a 1 680 reais e a dobra a 250; fixado o marco por fim em 1 575 reais, o preço não estava longe dos rumores que o próprio soberano desmentira; este justificava agora o acrescentamento moderado pela utilidade de se dispor de peças grossas para o comércio e pela necessidade de levantar uma barreira à saca das espécies ([162]).

Em 1485 D. João II quis limpar o terreno para uma reforma monetária, mandando retirar de circulação os grossos e os chinfrões, degradados da sua nobreza primeira. Mas não o conseguiu, devido ao insuficiente abastecimento do mercado em metal branco ([163]). No fim do ano o concelho do Porto lamenta-se junto do rei da penúria de moeda miúda e de trocos; são enviadas instruções ao vèdor da fazenda dessa cidade no sentido de mandar fabricar moedas de ouro e de prata e ceitis de cobre ([164]). Terá porém recebido, além das instruções, as barras de prata necessárias para as cumprir? Quatro anos depois, a nova política monetária triunfará.

As condições europeias da economia monetária estão a mudar. À volta de 1450 a produção mineira, em recuo há mais de uma centúria, começara a recuperar graças ao novo processo de separação da prata do cobre argentífero com o emprego do chumbo (até então o metal branco só era extraído do chumbo argentífero): novas jazidas puderam assim entrar em exploração, e nas antigas reanimou-se a actividade extractiva ([165]). O caudal da produção de Schneeberg, por exemplo, que fora apenas de algumas centenas de marcos nesse ano, galgou para a média de 31 000 de 1470 a 1476. Mais rápido ainda foi o incremento no último quartel de Quatrocentos. Em Schwaz a média anual salta de 14 622 marcos em 1470-1474 para 45 336 em 1485-1489. Enquanto a meio do século XV em nenhuma mina europeia se extraíam 10 000 marcos, por ano, em 1530 contar-se-ão oito pelo menos cuja produção estará compreendida entre esse número e 50 000. De 1526 até 1535 atingir-se-á o cume: 84 000 kgs anualmente de produção global. Do ponto de vista geográfico, os centros extractivos espalham-se através de toda a Europa central e oriental: na Hungria, centros mineiros de Neusohl, Sohl, Schemnitz e Kremnitz; na Boémia, Joachimsthal, Kuttenburg e outros; vários no Tyrol e em Salzburg; na Silésia, Tarnowitz, Waldenburg, Gottesburg, Reichenstein; na Saxónia, Schnneeberg, Annaberg, Marienberg e Freiberg; no Alto Hartz, Rammelsberg está bem acompanhado, e na Alsácia citemos Leber-Tel e Mansfeld ([166]).

Por toda a parte soou a hora da estabilização, pelo menos quanto ao ouro. Desde 1464 que o florim e o grosso deixam de variar em Florença. Em 1470 em Inglaterra o *angel-noble*, com S. Miguel a trespassar o dragão (peso: 80 grãos; valor: 6 s. 8 d.) vem substituir o nobre, aviltado. Dois anos depois, o doge Nicolo Tron opera uma reforma monetária em Veneza, e em 1475 Luís XI de França lança o *écu d'or au soleil*, sem ligações com o florim ou o ducado. Em Castela são tomadas medidas contra a má moeda a partir de 1471, mas a estabilidade só triunfará em 1497 ([167]). Após as desordens monetárias do reinado de Henrique IV, em especial no decurso da década de 1460-70 — espécies ruins, falsificações —, os Reis Católicos lançam em 1475 o excelente de ouro ou duplo castelhano; mais tarde abandonam a tradição muçulmana, apesar de tão enraizada, para aderirem, como Portugal fizera, ao sistema do florim e do ducado, com o *excelente de la Granada* (na cercadura da iluminura «Adoração dos Magos», as peças ao alto na coluna da esquerda). O real

---

([161]) C. Lobo, p. 346.
([162]) J. P. Ribeiro, *Indice Chronologico*, p. 171 (carta do rei, de 15-XII-1461).
([163]) T. de Aragão, I, doc. n.º 42; C. Lobo, p. 354.
([164]) J. P. Ribeiro, *Indice Chronologico*, p. 211 (carta do rei, de 26-XI-1485).
([165]) Nef, *Silver production*, p. 576.
([166]) Idem, pp. 577-85.
([167]) A. Girard, *La guerre monétaire*, p. 217

de prata, marcado em 30 maravedis em 1475, fixou-se finalmente em 34 [168]. Em Navarra, onde o metal amarelo já não era cunhado desde 1383, as suas emissões recomeçam em 1482; quanto à prata, deu-se uma tímida recuperação na mesma data, após uma interrupção de meio século. É talvez também neste mesmo ano de 1482 que se institui em Aragão a cunhagem do metal branco [169]; o dinheiro, que se aligeirara de — 18 % entre 1379-1384 e 1441-2, desce ainda até 1481 de — 30 % mas aguenta-se depois até 1500.

Em Portugal, em fins de 1489, D. João II toma um conjunto de medidas para conseguir e assegurar o afluxo da prata e opera uma refundição do sistema monetário no que diz respeito a este metal. Em primeiro lugar, o próprio rei encomenda no estrangeiro, por sua conta, barras que representam uma soma considerável. Em seguida, concede a franquia aduaneira para a importação de prata por conta dos particulares. Os reais de prata, os grossos e os chinfrões [170], todos atingidos pela doença endémica e crónica da vil liga e das alterações intrínsecas, são retirados da circulação. De oravante as Casas da Moeda cunharão todas as peças brancas com 11 dinheiros de teor, fixando-se o valor do marco amoedado em 2 280 reais (dos quais 60 representam as despesas de amoedação [171]). A gama destas moedas compreende:

o *vintém*, de 114 em marco e valor de 20 reais;

o meio vintém, que vale 10 reais e de que se talham 228 em marco;

o *cinco*, de 456 em marco, e valor de 5 reais.

Quanto ao ouro, continuam as emissões de cruzados sem alteração, só o seu valor nominal é reajustado: 380 reais, em vez dos 324 por que corriam desde 1472. A lei de 25 de Dezembro de 1489 previa, além disso, a cunhagem de uma nova peça de peso e valor duplos dos do cruzado, e respeitando a sua lei. Mas na realidade os *justos* que se cunharam não corresponderam a essa intenção: de 38 em marco (em vez de 32, como seria naquela hipótese) e de lei de 22 quilates, valiam 600 reais. Daí resultou crear-se também o meio justo, chamado *espadim de ouro*, cujas caracteristicas se deduzem todas, é evidente, da peça tipo. O marco de metal amarelo custa assim 24 320 reais amoedado em cruzados, e 24 612 no caso dos justos e dos espadins — desvio pequeníssimo que não favoreceu o último grupo de espécies, desaparecido muito antes do primeiro. A lei expõe as razões que levam os Estados a cunhar moedas áureas: nobres e ricas, com curso por todo o mundo, gozam de crédito e valor certíssimos, e a sua glória resplandece sobre os reis que as mandam cunhar.

Último ponto: a emissão de reais pretos cessou por completo — terão aliás desaparecido da circulação no fim do século —, e como moedas de cobre apenas haverá de agora em diante os ceitis, cujo peso oscila entre 28 e 39 grãos [172].

---

[168] Mateu e Llopis, cap. XIII.

[169] Hamilton, *Money, Prices and Wages*, p. 89.

[170] Uma poesia de Nuno Pereira mostra que esta moeda se instalara na vida quotidiana:

> «e gasto cũ boticayro
> cada dia hũ chinfrão».

(*Cancioneiro de Resende*, t. V, p. 244). Nesta colectânea, publicada em 1516, os poemas não estão geralmente datados; pertencem em geral ao último terço de Quatrocentos e começo de Quinhentos. A poesia citada deve datar o mais tardar de 1489 — a menos que a lei não tenha sido inteiramente cumprida ou que o poeta esteja atrasado em relação à realidade.

[171] E não 2 280 mais 60 reais de custos, como escreveu por engano Costa Lobo. O marco em arries vale 2 220, e os custos de amoedação não chegam a 3 %. Ver T. de Aragão, I, p. 244.

[172] T. de Aragão, I, pp. 242-5. Costa Lobo, pp. 354-360

Êxito da estabilização da prata. O cruzado, cujo valor nominal uma lei de 1496 eleva para 390 reais, não se trocará, na verdade, apenas por 385 até os primeiros anos do século XVI? [173]. Só em 1514 é que virá a valer 400 reais: depreciação que mal chega a 5 % num quarto de século, das espécies brancas (veremos que a prata aflui então devido ao tráfico da rota do Cabo). O justo continua a valer 600 reais em 1495 [174] e em 1500 [175].

Ao findar 1489 a razão do ouro para a prata, em Portugal, orça pois entre 10,66 e 10,7, e dentro destes números se vai manter até ao dealbar de Quinhentos. O metal amarelo é francamente mais barato do que nos outros mercados, salvo reduzidíssimo número de excepções. Em Valência, por exemplo, a razão ultrapassa 11 desde 1475, e atinge mesmo 12 de 1483 a 1500, enquanto em Navarra salta para 11,93 em 1487, tendo subido suavemente de 10,13 em 1481 para 10,57 em 1486 [176]. Qual a sua evolução em Itália? Na Toscana, de uma média de 11,2 durante os anos 1461-1464, desce para 10,4 no período de 1485-1495. Na Venécia desce também, de mais alto — 12,1 em 1443 — para 10,8 nos anos 1472-1474. No Lácio mantém-se aproximadamente sem mudar desde 1454 até 1490. Na Ligúria, a inflexão descendente, nítida primeiro, é depois em parte compensada: 11,1 em 1437, baixando para 10,6 em 1456, e 10,8 em 1480. Na Lombardia, ao invés, sobe até 1466, para só depois flectir de 12,7 nessa data para 11 em 1474. A partir de 1490, por quase toda a Itália setentrional o valor do ouro aumenta em relação à prata [177].

Estes diferentes números, e os movimentos diferentes que traçam, levantam problemas árduos. A descida do valor do ouro e a subida do valor da prata até o último quartel do século XV, traduzem talvez a persistência de insuficiente abastecimento do segundo desses metais nos mercados onde o comércio do Levante exerce a pressão da sua procura constante [178]. Mas é provável que haja que reconhecer nela também o indício de um melhor abastecimento em ouro graças às «galés de Barbaria», cujas carreiras foram inauguradas precisamente no decurso do segundo quartel de Quatrocentos. Em 1447 um agente dos Centurione, António Malfante, está no oásis do Tuate, em demanda do mistério do ouro *tibar*... É em Florença que a depreciação do ouro persiste mais tempo e desce ao nível mais baixo: caberá imputá-lo às relações estreitas da Senhoria com Portugal? Mas Portugal mantém relações tão estreitas com as cidades italianas rivais de Florença. Não caberá, pois, imputá-lo antes à dificuldade maior em se fornecer de prata?

Seja como for, a estabilização geral do ouro opera-se quando este é barato e a prata é cara — conjuntura semelhante às que presidiram ao «nascimento» da moeda áurea a meio do século XIII e à sua irradiação a meio do século XIV. Mas é também o momento em que o metal branco começa a correr com maior caudal das minas da Europa central e oriental, e em que, por isso, a razão entre os dois metais começa a subir. Multiplicam-se os esforços para estabilizar igualmente a moeda argêntea, e são, até certo ponto, coroados de êxito. Eis-nos, em suma, numa viragem da evolução monetária. Como da conjuntura económica geral.

---

[173] C. Lobo, p. 413.
[174] Gois, *Crón. D. Manuel*, 1.ª Parte, cap. 1.
[175] *Colecção de leis da dívida pública*, p. 121.
[176] Hamilton, *Money, Prices and Wages*, pp. 36 e 136.
[177] Cipolla, quadro da p. 130
[178] Para A. Girard (*La guerre monétaire*, p. 213), a alta constante da prata em Itália durante a segunda metade do séc. XIV e a primeira do séc. XV até 1460 seria devida à sua fuga para o Levante e à sua exportação para a Inglaterra. Estes factores é possível que tenham desempenhado o seu papel; mas a causa principal deve estar na contracção da produção mineira.

APÊNDICE AO CAP. 2

MOEDAS EM CIRCULAÇÃO EM PORTUGAL EM 1433-1436 (¹)

MOEDAS	LEI DINHEIROS	TALHA EM MARCO	PESO EM GRAMAS	VALOR EM REAIS BRANCOS	OBSERVAÇÕES
BILHÃO					
Reais de 10 reais de vantagem [1415]	3 d.	75 [ou 72]	3,06	[3]	275 = marco de prata de 11 dinheiros
Barbudas [1369-1371]	3 d.	54 [ou 53]	4,25		198 = marco de prata de 11 dinheiros
Graves [1369-1371]	3 d.	112 [ou 120]	2,049		411 = marco de prata de 11 dinheiros
Pilartes [ou coroado] [1369-1371]	2 d.	148 [ou 168]	1,55		814 = marco de prata de 11 dinheiros
Dinheiros afonsis [Afonso IV]	[1 d.(?)]				
Reais de 10 soldos de letra seca do Porto e de Évora	2 d.	75	3,06	[2]	} Já não se encontram desta lei nem deste peso (emissões de 1385-1387)
Reais de 10 soldos de ponto direito	1½ d.	75	3,06	[1½]	
Reais de 10 soldos de ponto travesso	1½ d.	75	3,06	[1½]	
Reais de letra seca de Lisboa	2 d.	75	3,06	[2]	413 = marco de prata de 11 dinheiros
Reais correntes [1389 ou 1390 ou 1391]	1 d.	90	2,55		
Reais de 20 (cruzetas)	12 grãos	92	2,495		Também de 94 em marco, lei de 20 grãos Também de 96 em marco, lei de 10 grãos
Reais de 3½ libras velhas [depois de 1398]	36 »	90	2,55		Também de 92 em marco, lei de 30 grãos
Meios reais cruzados com coroa arcada [1408]	24 »	120	1,929		
Meios reais cruzados	7 »	124	1,85		Também de 124 em marco, lei de 18 grãos
Reais de Castela		68	3,375		Lançados com 11 dinheiros e peso de 3,5 gr. (Mateu e Llopis)
Reais de D. Fernando	24 »				
PRATA					
Vergallins	11 d. 3	120	1,929		
Carpis de Sicília	12 d.	72	3,187	[12½]	
Reais de Maiorgas	12 d.	60	3,835	[15]	
Barceloneses	12 d.	72	3,187	[12½]	
Torneses de França	11 d. 2	56⅔	4,05		Creados em 1266: lei 0,958: 4,212 gr. (o peso oscilou entre 4,28 e 3,25 gr.) — Lafaurie, pp. 23-5.
Esterlim de Inglaterra	12 d.	60	3,835	[15]	
Millares de Bugia e Tunes	11 d. 3	160	1,43		Dirheme quadrado dos Háfsidas e Merínidas (Hazard, p. 327)
OURO	QUILATES				
Nobre velho de Inglaterra [1351]	23½	29	7.913	245	
Nobre novo de Inglaterra	23	30	7.670	224	
Nobre de Flandres	22	28	8,196	233	
Coroa velha de França	23	58	3,956	120	Escudo de ouro com a coroa, de Carlos VI, depois de 1385 — lei: 1000; 4.08-3,74 gr. (Lafaurie, pp. 68 ss.).
Coroa nova (Tornay)	22	61	3,762	90	Escudo de ouro com a coroa, de Carlos VII, 1423 — (Lafaurie, pp. 95-107). Lei 0,958-0,750; 3,82--3,496 gr.
Francos de ouro de França	22	60	3,835	91	Franco a cavalo ou pé terra de Carlos V e Carlos VI (1364-1385) — lei 1000; 3,88-3,71 gr. (Lafaurie, pp. 65-70).
Francos	23	75	3,06	94 [sic - deve ser 75]	Franco a cavalo de Carlos VII 1422-1436 (Lafaurie, pp. 95 ss.) — lei 1000; 3,03 gr.
Envito velho de França	23	52	4,413	135	«Escudo de ouro de Jean II le Bon (1350-1364), de 4,53 gr. de peso e 0,875-0,750 de toque, ou de Philippe VI de Valois (1318-1350), com a lei de 0,948-0,875».
Dobra de Castela ou dobra cruzada (Sevilhana)	23¾	52	4,413	150	
Dobra de D. Pedro de Castela		40			
Florim de Aragão				70	
Real de ouro de Maiorca	20	60	3,835		
Dobras de Almir, Bugia, Tunes	23	49	4,683		Dobra almir: a legenda contém o título *almir*. É a dobra háfsida (peso médio 4,67 gr.) ou merínida (4,47, máximo 4,7). Ver Hazard, pp. 325 e 355-8.
Dobra Raxida e de Tremecem, Marrocos, Meça (²)	23½				Dobra *rashidi* (com o epíteto *al-Rashid* = o ortodoxo) cunhada pelos Almóhadas (4,55 gr., máximo 4,7) e pelos Merínidas. Hazard, pp. 34, 154-5, 212 e 325.
Dobra valedis velhas	22	49	4,683		} baladi = do país, i. é, de Granada (por oposição às marroquis). Corominas, *Dicionário Etimológico*.
Dobra valedis novas	20	49	4,683		
Dobra ceitis velhas	variável segundo o lugar de cunhagem 16; 17; 18; 20; 21; 22; 23	49	4,67		
Dobra ceitis novas		49	4,67		
Dobras bodis		49	7,670		
Florim de ouro	23¾				
Ducado veneziano	23¾				
Maravedi de ouro				50	

(¹) Segundo o Livro dos Conselhos de D. Duarte, 1433 (reproduzido na *Hist. genealógica da Casa Real*, t. IV, e em T. de Aragão, t. I, pp. 366-7), a *Remessa de Santarém*, n.º 16, 1435 (T. de Aragão, I, doc. 32), e a lei de 30-XI-1436 (*Ordenações Afonsinas*, Liv. IV, tít. 2, ff. 13 ss.).

(²) Trata-se evidentemente de Messa e não de Meca, não obstante Hazard não mencionar Casa da Moeda naquele centro.

Que distância percorrida, desde esse meio século de paragem total da amoedação das fulvas espécies que durara até 1436. Como é que a economia portuguesa conseguiu passar a viver sob a égide do imutável *cruzado* de ouro, e como é que o monarca português se destacou entre todos no senhorio do precioso metal?

§ *1 — Os mercados marroquinos do ouro*

Alguns dos fios da rede trans-saariana de caravanas cameleiras vão ter, vimo-lo atrás, às cidades de Marrocos, por seu turno ligadas não só entre si e às outras cidades maghrebinas e egípcias, pelas vias terrestres, mas também, pela via marítima, aos portos da Península Ibérica e da Itália. É aos mercados marroquinos que os Genoveses vêm buscar, em substancial quinhão, o metal amarelo, como mostrou Roberto Lopez nos seus *Studi*. Os Portugueses, quando tomaram Ceuta, encontraram-nos estabelecidos nesta cidade do Estreito — aliás já de longa data aí estanceavam, assim, por exemplo, um Malocello da família do primeiro conquistador das Canárias. Enxameavam em Fez, partilhando a sua igreja com os Castelhanos, e compraziam-se nas operações bancárias; Arzila, Larache e Salé contavam igualmente *fondachi* genoveses [3]. Desprezando as vastas planícies atlânticas de cerealicultura e creação de gado, voltamos a encontrá-los no Suz, esse Egipto do açúcar, do cobre, dos escravos e do ouro: traficam em Messa e em Tarkuku [4]. Em demanda do metal *tibar* internavam-se pelo sertão, bem longe do mar; já em 1291 vive em Sidjilmessa um mercador genovês. Outras nações frequentavam também estes mercados, por exemplo os Catalães e os Maiorquinos, como é atestado pela sua espantosa cartografia. Os cativos portugueses que em 1438 acompanhavam o infante D. Fernando encontraram em Fez um comerciante natural de Maiorca [5]. Em Salé havia Venezianos a comerciar [6].

Que o ouro fosse um dos engodos deste comércio cristão em Marrocos, é um Veneziano, bem informado, Cà da Mosto, quem no-lo afirma: «E da questo luogo le compriamo noi Italiani e Cristiani da'Mori per diverse mercanzie che li diamo.» (Navegação Primeira, cap. XIII).

Quais são esses mercados marroquinos onde Italianos e outros Europeus compram o metal amarelo? As cáfilas de camelos que saiem carregadas de Tombuctu passam por Uadam e vêm a Marraquexe e a Fez, no interior, a Messa, Safim e Arzila, no litoral — sem contar as que vão a Oram e One nem as que, pela escala de Tuate, desembocam em Tunes (Cà da Mosto, cap. cit.). No Estreito, Ceuta também constituia, pelo menos antes da conquista portuguesa, uma escápula para o *tibar* guineense e um dos principais focos de emissão de espécies áureas muçulmanas: a dobra *ceitil* é disso irrefutável testemunho. Segundo Edrici, os seus mercadores traficavam directamente com a grande praça de Ghana e com outras cidades sudanesas: levavam para lá coral [7], e não é verosímil que, ao regressarem, não trouxessem o precioso *tibar*. Porto excelente e cidade próspera

---

[3] Havia até comerciantes genoveses que iam e vinham entre Salé e Anafé transportando, por exemplo, panos de côr. (*Crón. do Conde D. Pedro*, p. 404).

[4] R. Ricardo, *Contribution à l'étude du commerce génois au Maroc*, 1937 (retomado na colectânea *Etudes sur l'hist. des Portugais au Maroc*, 1955), para o conjunto do problema (e p. 14 da separata, 132 dos *Etudes*, para a frase do nosso texto).

[5] Frei João Álvares, *Crón. do Infante Santo*, cap. XIX.

[6] *Léon l'Africain*, I, p. 306.

[7] II, p. 6.

— todas as fontes concordam nestes pontos —, aqui se concentrara em boa parte o comércio cristão desde o início do século XIII ([8]): na sua baía ancoravam os navios genoveses, venezianos e pisanos, catalães e do sul da França ([9]). O *Esmeraldo* confirma Cà da Mosto, a meio século de intervalo, quanto ao afluxo de ouro guineense a Safim ([10]). Anteriormente ao esplendor de Marraquexe, Aghmat-Warika, durante a época almorávida, sobrelevava todas as outras cidades do Hauz graças ao tráfico com o Sudão: «Ils sont riches et commerçants; ils envoyent dans le pays des Noirs un grand nombre de chameaux chargés de cuivre rouge et colorié, de vêtements et de tissus de laine, des chapelets en verre, en nacre et en pierres, de différentes drogues et parfums, et d'ustensils en fer. Celui qui confie de telles commissions à ses serviteurs ou à ses esclaves possède, dans la caravane, cent, quatre-vingt ou soixante-dix chameaux chargés.» Por isso fortunas havia que excediam 8 000 dinares ([11]).

No Suz, várias cidades e vilas recebiam o fulvo *tibar* graças à intimidade das relações com o mundo negro. Em começos de Quinhentos, as três aglomerações de Messa constituíam uma intensa encruzilhada de relações entre Berberes, Árabes e Genoveses: negociavam-se não só os coiros, a goma laca e a cera das regiões atlásicas, mas também o anil de Dar'a e, bem entendido, o ouro sudanês ([12]): o que vem confirmar, se necessário fosse, a informação de Cà da Mosto. Um pouco mais ao sul, à vila de Aguiló chegavam os Alarves em cáfilas, por terra, vindos de Guiné com ouro ([13]). Em Teijeute quase não circulava prata: é a moeda áurea que reina sem contestação ([14]). Tagaoste destronou Nul Lamta como entreposto do comércio trans-saariano, elevando-se, ao dealbar Quinhentos, a primeira cidade do Suz. A sua verdadeira função económica consiste, com efeito, em pôr em relações Marrocos e o mundo negro aproveitando os préstimos dos nómadas cameleiros. Fabricam-se aí panos em grande quantidade, que são exportados para Tombuctu e Ualata; na sua população nota-se uma forte presença negra e mestiça ([15]). O negócio de vulto era aí o do ouro, porquanto Tagaoste, com os seus 6 000 habitantes em 4 bairros, era a escápula de Uadam: por tal razão valiam elevado preço os alquicés e bordates, os panos azuis, vermelhos e amarelos, as pecetas de Inglaterra e os lenços e outras cousas ([16]). Às feiras anuais de Guzula, que duram três meses, concorrem os mercadores do País dos Negros, e realizam-se aí importantes transacções à sombra da franquia aduaneira ([17]).

Em Nul funciona aliás uma Casa da Moeda ainda em começos do século XVI ([18]). Sob os Almorávidas tinham-se cunhado aqui morabitinos, e sob os Almóhadas peças áureas e dirhemes quadrados. A actividade monetária de

---

([8]) P. de Cénival, na «Revue d'Histoire des Colonies», 1932, p. 458: «C'est par leurs fondouks de Ceuta que les gens de Marseille, de Pise et de Gênes importaient leurs marchandises que les marchands de Fès et de Marrakech se chargeaient de répandre à l'intérieur du pays». A concentração não atingia todavia o grau que Cénival lhe atribuía: Pegolotti, em 1346, fala do comércio cristão em Arzila, Anafé, Salé e Azamor.

([9]) Ch. A. Julien, *Histoire de l'Afrique du Nord*, p. 458 (da 1.ª ed.).

([10]) Livro I, cap. 18: «haquy ouro que os Alarves trazem por terra de Guinée».

([11]) Edrici, I, pp. 212-3.

([12]) *V. Fernandes*, f. 58v.

([13]) *Esmeraldo*, Liv. I, cap. 21: «E neste lugar à razoadamente ouro, que os alarves por terra aly trazem de Guinee.»

([14]) *Léon l'Africain*, I, pp. 154-6.

([15]) *Léon l'Africain*, p. 161.

([16]) *Esmeraldo*, Liv. I, cap. 21.

([17]) *Léon l'Africain*, I, pp. 205-6

([18]) *V. Fernandes*, f. 59.

Sidjilmessa, de maior continuidade e importância, lançou na circulação, após os dinares almorávidas, as dobras almóhadas e, no seu prolongamento, as dobras merínidas. Todavia o principal papel nas emissões monetárias cabe evidentemente a Marraquexe e a Fez, cujas Casas da Moeda jamais cessaram de cunhar, sob os Almóhadas e os Beni Marim, dobras, dinares e meios dinares, que por vezes as espécies brancas completavam. Se Aghmat apenas entra em linha de conta durante a época almorávida, em Maquinez os dois metais preciosos foram cunhados também durante a época almóhada; em seguida, porém, o seu papel foi apagado por Marraquexe. Várias foram as cidades do litoral que tiveram igualmente Casas da Moeda florescentes. É no século XIV que Azamor lança a maior parte das suas dobras e dinares merínidas, em número assás considerável. Rabat, pelo contrário, não passou de oficina monetária de segundo plano, e só no período almóhada: dos seus cunhos sairam dinares de ouro, bem como dirhemes quadrados e quirates de prata; a cidade geminada, o porto de Salé, emitia também moeda e tomou o lugar da sua vizinha durante o período merínida, cunhando dobras. Tânger só teve, ao que parece, actividade monetária, e reduzidíssima, sob os Almorávidas: Ceuta eclipsou-a. A Casa da Moeda desta última cidade coloca-se imediatamente a seguir às de Marraquexe e Fez; funcionou com muita regularidade desde época remota até o fim da Idade Média, emitindo morabitinos de ouro e quirates almorávidas, dinares e dobras almóhadas, dirhemes redondos e quadrados no século XIII, depois, durante todo o século XIV e primeiros lustros de Quatrocentos, as famosas dobras *ceitis* e as peças brancas quadradas, bem como as moedas de cobre também ditas ceitis [19].

Do princípio ao fim da Idade Média, a história monetária portuguesa evolui na órbita do ouro muçulmano: foi, primeiro, o morabitino alfonsi, forma aportuguesada do dinar almorávida; em seguida reinou a dobra almóhada, só tardiamente nacionalizada. De um território tanto tempo ocupado, em extensa parte, pelos Mouros, a Reconquista não rompeu os laços, antigos e íntimos, com o Maghrebe e com Granada, que permaneceram no Islame. Os frutos algarvios eram vendidos a troco das boas espécies áureas muçulmanas às cidades fronteiras que mal separa um braço de mar de fácil travessia.

Mais ainda. O recomeço da amoedação do ouro em 1436 só pela ocupação portuguesa de Ceuta parece possível de explicar. O escudo de D. Duarte não passa, bem vistas as cousas, de versão portuguesa da dobra *ceitia*, isto é, de Ceuta, onde continua a laborar uma oficina monetária. As galés venezianas encontram na Ceuta portuguesa uma escápula onde vendem as suas especiarias e artigos de luxo, pagos em ouro... As fontes não confessam, é certo, que um dos objectivos da conquista fosse a posse de um dos mercados mais importantes do precioso metal: mas não seria pedir-lhes demais? Aliás, visavam-se igualmente outros fins. Para estabelecer o nexo causal, basta, ao que se nos afigura, ligar as circunstâncias que acabamos de apontar ao facto incontestável de este porto marroquino ser um mercado do ouro, onde se abasteciam os mercadores cristãos.

Este ponto leva-nos todavia a considerar um outro aspecto do problema. Os Genoveses estavam instalados de há muito em Ceuta, como noutras cidades maghrebinas; viveram quase constantemente em bons termos com as autoridades e as populações muçulmanas [20]. Que interesse podiam ter, pois, em que a cidade passasse para o domínio cristão — de uma potência cristã que de mais a mais não era a própria Génova? Bem pelo contrário: perigosos

---

[19] Hazard, *Numismatic History of Late Medieval North Africa*, segundo as listas geográficas e o *corpus* monetário. Para a geografia das Casas da Moeda no Maghrebe, veja-se o nosso mapa em extra-texto a cores «A civilização das tamareiras e as pistas setentrionais no séc. XV».

[20] Ricard, *Commerce génois*, cit., pp. 17-8.

concorrentes, poderosamente protegidos, viriam assim perturbar os seus negócios. E na realidade o estabelecimento dos Portugueses em Ceuta parece ter consternado e desorganizado o comércio dos outros Europeus, que não conseguiriam depois reorganizar os seus negócios em Tânger, Arzila e Larache de maneira a remediar tal perda ([21]). Tentaram-no todavia, pelo menos, porquanto os vimos a frequentar os mercados do Marrocos atlântico, até o Suz. Apesar desses esforços, a ocupação portuguesa contribuiu verosimilmente para rarefazer o metal amarelo em Itália, ao mesmo tempo que, inversamente, ressuscitava a sua cunhagem em Portugal: esse facto é que, conjugado com as notícias da chegada das caravelas ao verdadeiro rio do ouro — o Senegal —, deve ter suscitado a emoção dos Centurione: assim se esclareceria o envio de Malfante ao Tuate, bem como a instituição das «galés de Barbaria» por Veneza em 1440 e por Florença em 1458 ([22]). Além disso, se há mercadores genoveses estantes nas praças portuguesas de Marrocos, ou pelo menos frequentando-as com regularidade, a falar verdade trata-se de casos isolados e no conjunto é a concorrência, por vezes brutal, que reina, como mostrou R. Ricard

Enquanto o escudo de ouro representa a versão portuguesa da dobra de Ceuta, com outro nome, a nova moeda de cobre confessa no seu próprio nome a sua origem nesta cidade marroquina. Que as espécies de cobre aqui cunhadas já muito antes da conquista circulavam em Portugal, temos uma postura da câmara de Faro de 1392 para o provar: manda aplicar às mulheres dos pescadores que não forem vender o peixe cinco *ceitiz* de multa ([23]). Na praça de Lisboa o cobre da Barbaria parece ultrapassar em importância o das outras proveniências, no reinado de D. Duarte: é pelo menos o único citado nos relatórios dos peritos sobre a reforma monetária. Não obstante o fracasso diante das muralhas de Tânger em 1437, o leque das relações mercantis entre Portugal e o Maghrebe ocidental não cessa de se abrir e essas relações de se robustecerem, sob a protecção de uma bula pontífica. Cores para a tinturaria e cereais são descarregados em Lisboa e noutras cidades do litoral português dos navios que foram carregar aos portos de Marrocos. No entanto o comércio português busca entrar agora em contacto com mercados mais a sul. Em 1447, se não antes, estabelecem-se relações com Messa — com o opulento Suz do ouro, do açúcar e do anil. As ilhas de Arguim recebem já regularmente a visita das caravelas portuguesas. A expansão em Marrocos traduz a pressão de todo um conjunto de forças económicas, sociais, políticas e religiosas; no entanto tudo se passa como se um dos objectivos capitais visados fosse precisamente agarrar os termos das rotas trans-saarianas, a fim de ficar com este tráfico aliciante de proveitos e dele excluir os concorrentes. Não bastava, para tal, traçar ligações marítimas com as costas do Sáara e da Guiné, atraindo as caravanas a esses pontos de frequência das caravelas ou suscitando aí a realização de feiras; havia evidentemente que aproveitar também das antigas escápulas, se possível, ou pelo menos que fechá-las para que o fluxo metálico não continuasse a escoar-se por aí em benefício dos rivais cristãos.

Sobre este tráfico português de espécies e de metais preciosos nas cidades marroquinas estamos muito mal informados. Sem dúvida devido ao carácter de tal tráfico: o seu objecto, é principalmente o numerário cunhado — as dobras ceitis — e nele estão interessados sobretudo os particulares. Ainda a meio de Quinhentos as espécies áureas de origem marroquina circulam correntemente em Portugal e continuam a afluir aqui; se assim não fosse, a lei de 1 de Fevereiro de 1541 não teria de proibir, em razão das amplitudes excessivas nos pesos e teores, o curso das dobras, meias dobras e quartos de dobra vindos dos reinos dos Chorfa de Marraquexe e do Suz ([24]).

([21]) P. de Cénival, na «Revue d'Hist. des Colonies», 1932, p. 458.
([22]) Brunschvicg, *Hafsides*, p. 266.
([23]) Iria, *O Algarve e os descobrimentos*, II, doc. 8.
([24]) *História genealógica*, t. IV.

As feitorias reais também participavam todavia deste comércio. Eis alguns números relativos às dobras de moeda de Safim que entraram na feitoria desta cidade em fins do século XV:

De Julho de 1491 ao fim de Junho de 1495	206 794	dobras	e 6	tomins
De Julho de 1495 a 15 de Fevereiro de 1498	97 377	»	» 7	»
De 15 de Fevereiro de 1498 ao fim de Setembro de 1500	72 886	»	— —	—

Ou seja, uma média anual de 41 520 dobras durante estes nove anos. Além disso, durante o primeiro exercício, de quatro anos, o feitor recebeu 1 624 miticais e 2 tomins de ouro *tebur* (*tibar* = em pó) (25). Durante os quinze anos que Martim Reinel foi feitor em Azamor, de fim de Julho de 1486 a Fevereiro de 1501, entraram na feitoria 89 920 dobras (valendo cada uma 320 reais) (26), portanto, 6 201 por ano. Em 1526 o capitão Garcia de Melo propõe a creação de uma casa da Moeda em Safim, aonde o ouro continua a afuir regularmente (27).

Vejamos o que se passa em Santa Cruz do Cabo de Guer em 1513 e 1514. Entre os Mouros espalha-se a notícia da chegada de um novo feitor do Rei de Portugal com duas caixas cheias de prata: imediatamente o ouro começa a afluir à feitoria. Sobre estas transacções, em que se empregou inclusivè o dinheiro destinado a pagar os soldos, a feitoria realizou um lucro de 14 %: por isso pede para Lisboa o envio de 150 000 reais em peças novas de vintém e de meio vintém, a fim de poder comprar o fulvo metal. Os mercadores muçulmanos só desejam comprar bordates e metal branco, e alguma quinquilharia, mas, conquanto não procurem outras mercadorias, pagarão aquelas com ouro (28). Alguns meses mais tarde, em Junho de 1514, o feitor e o escrivão insistiam junto do rei: o lucro sobre a venda de prata a troco de ouro é no mínimo igual ao que se realiza sobre a venda de bordates e é, além disso, mais certo; por conseguinte Lisboa não deve descurar de fornecer a feitoria (29). Em Setembro, voga em direcção ao Tejo uma caravela com 1 000 miticais de ouro e mais de 680 arrobas de cera (30). E os agentes reais voltam a insistir. Com prata no valor de 360 reais compram um mitical de ouro que, segundo o exame a que procedeu a Casa da Moeda de Lisboa, vale 450 reais: lucro de 90 reais por unidade, ou seja, de 25 %. Em vez de mandar a prata para Messa e para as outras feiras do Suz, como o rei tem feito até aqui, não seria melhor destinar um montante de 200 000 a 300 000 reais a Santa Cruz? Se a feitoria tivesse em armazém as mercadorias que os Mouros procuram, quanto ouro não enviaria para Lisboa! Todos os dias os cheikhs e os mercadores trazem metal amarelo para permutar pelo branco: que vergonha ter de confessar-lhes que a feitoria não tem para lhes vender. Contràriamente aos desejos del-rei, não é possível pagar os vencimentos e soldos em ouro, a 450 reais o mitical: além da perda para os funcionários, para que é que lhes serviria esse ouro *aqui* em Santa Cruz? Para mais, se correr por um grande número de mãos, escoar-se-á para Castela, donde virá a prata, e com isso sofrerão os negócios del-rei, pois o feitor deixará de poder controlar o mercado dos metais preciosos (31).

A ameaça da concorrência paira sempre... E novos perigos se encastelam no horizonte: é a ascensão dos Chorfa. O protectorado português vai sendo cerceado, os exércitos xerifianos impedem as caravanas de circular. Por fim Malik ben Daud, *caid* (alcaide) de Izarrar, dirige-se em 1517 ao rei de Portugal a pedir-lhe que tome um conjunto de medidas graças às quais ele, Malik, e a sua parentela, amigos dos Portugueses, disponham dos meios para destruir o poder desse *Cherif* (Xerife) do Suz e para «abrir estes caminhos do cobre e do ouro» (32).

Mas o ouro de Guiné acorria, como já vimos no capítulo 1, a outros portos do Maghrebe a leste de Marrocos, e não é impossível que também aí o tivesse

(25) *Cartas de quitação D. Manuel*, n.os 562, 442 e 496.
(26) Idem, n.º 484.
(27) *Sources Inédites Hist. Maroc — Portugal*, II, Parte 1.ª, p. 378.
(28) *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos*, pp. 70-1.
(29) *Sources inédites*, I, p. 566.
(30) *Docs. Corpo Cron. Marrocos*, p. 117.
(31) Idem, pp. 118 e 120.
(32) Santa Cruz, 30-VII-1517 (*Sources inédites*, II, Parte 1.ª, p. 131).

As feitorias reais também participavam todavia deste comércio. Eis alguns números relativos às dobras de moeda de Safim que entraram na feitoria desta cidade em fins do século XV:

De Julho de 1491 ao fim de Junho de 1495	206 794	dobras e 6	tomins
De Julho de 1495 a 15 de Fevereiro de 1498	97 377	» » 7	»
De 15 de Fevereiro de 1498 ao fim de Setembro de 1500	72 886	» — —	—

Ou seja, uma média anual de 41 520 dobras durante estes nove anos. Além disso, durante o primeiro exercício, de quatro anos, o feitor recebeu 1 624 miticais e 2 tomins de ouro *tebur* (*tibar* = em pó) ([25]). Durante os quinze anos que Martim Reinel foi feitor em Azamor, de fim de Julho de 1486 a Fevereiro de 1501, entraram na feitoria 89 920 dobras (valendo cada uma 320 reais) ([26]), portanto, 6 201 por ano. Em 1526 o capitão Garcia de Melo propõe a creação de uma casa da Moeda em Safim, aonde o ouro continua a afuir regularmente ([27]).

Vejamos o que se passa em Santa Cruz do Cabo de Guer em 1513 e 1514. Entre os Mouros espalha-se a notícia da chegada de um novo feitor do Rei de Portugal com duas caixas cheias de prata: imediatamente o ouro começa a afluir à feitoria. Sobre estas transacções, em que se empregou inclusivè o dinheiro destinado a pagar os soldos, a feitoria realizou um lucro de 14 %: por isso pede para Lisboa o envio de 150 000 reais em peças novas de vintém e de meio vintém, a fim de poder comprar o fulvo metal. Os mercadores muçulmanos só desejam comprar bordates e metal branco, e alguma quinquilharia, mas, conquanto não procurem outras mercadorias, pagarão aquelas com ouro ([28]). Alguns meses mais tarde, em Junho de 1514, o feitor e o escrivão insistiam junto do rei: o lucro sobre a venda de prata a troco de ouro é no mínimo igual ao que se realiza sobre a venda de bordates e é, além disso, mais certo; por conseguinte Lisboa não deve descurar de fornecer a feitoria ([29]). Em Setembro, voga em direcção ao Tejo uma caravela com 1 000 miticais de ouro e mais de 680 arrobas de cera ([30]). E os agentes reais voltam a insistir. Com prata no valor de 360 reais compram um mitical de ouro que, segundo o exame a que procedeu a Casa da Moeda de Lisboa, vale 450 reais: lucro de 90 reais por unidade, ou seja, de 25 %. Em vez de mandar a prata para Messa e para as outras feiras do Suz, como o rei tem feito até aqui, não seria melhor destinar um montante de 200 000 a 300 000 reais a Santa Cruz? Se a feitoria tivesse em armazém as mercadorias que os Mouros procuram, quanto ouro não enviaria para Lisboa! Todos os dias os cheikhs e os mercadores trazem metal amarelo para permutar pelo branco: que vergonha ter de confessar-lhes que a feitoria não tem para lhes vender. Contràriamente aos desejos del-rei, não é possível pagar os vencimentos e soldos em ouro, a 450 reais o mitical: além da perda para os funcionários, para que é que lhes serviria esse ouro *aqui* em Santa Cruz? Para mais, se correr por um grande número de mãos, escoar-se-á para Castela, donde virá a prata, e com isso sofrerão os negócios del-rei, pois o feitor deixará de poder controlar o mercado dos metais preciosos ([31]).

A ameaça da concorrência paira sempre... E novos perigos se encastelam no horizonte: é a ascensão dos Chorfa. O protectorado português vai sendo cerceado, os exércitos xerifianos impedem as caravanas de circular. Por fim Malik ben Daud, *caid* (alcaide) de Izarrar, dirige-se em 1517 ao rei de Portugal a pedir-lhe que tome um conjunto de medidas graças às quais ele, Malik, e a sua parentela, amigos dos Portugueses, disponham dos meios para destruir o poder desse *Cherif* (Xerife) do Suz e para «abrir estes caminhos do cobre e do ouro» ([32]).

Mas o ouro de Guiné acorria, como já vimos no capítulo 1, a outros portos do Maghrebe a leste de Marrocos, e não é impossível que também aí o tivesse

---

([25]) *Cartas de quitação D. Manuel*, n.os 562, 442 e 496.
([26]) Idem, n.° 484.
([27]) *Sources Inédites Hist. Maroc — Portugal*, II, Parte 1.ª, p. 378.
([28]) *Documentos do Corpo Cronológico relativos a Marrocos*, pp. 70-1.
([29]) *Sources inédites*, I, p. 566.
([30]) *Docs. Corpo Cron. Marrocos*, p. 117.
([31]) Idem, pp. 118 e 120.
([32]) Santa Cruz, 30-VII-1517 (*Sources inédites*, II, Parte 1.ª, p. 131).

Documentos económicos-financeiros: OS CAMINHOS DE MEÇA A TOMBUCTU. (Torre do Tombo, Núcleo antigo, Armário 25 do interior da Casa da Coroa, Maço único, n.º 117). Documento português de começos do séc. XVI.

«Senhor

Estes sã os camjnhos de Meça pera Tãbucutu e os lugares que sam nelles e os lugares derredor de Meça.

Item Os lugares derredor de Meça sã estes:

» Agelud que sam de Meça b [=5] legoas.

» Buua mãa honde esta a mjna de chũbo sã bj [=6] legoas.

» Tezeuyt sam de Meça b legoas.

» Hnufam sam iiijº [=4] legoas de Meça.

» Berrget sam bj legoas de Meça.

» Ydav ayyço sam iij [=3] legoas de Meça.

» Yª goram sam bj legoas de Meça.

» A serra está de Meça iiijº legoas e esta serra desde Marrocos até Meça e até Dara tẽ tãta gente que se nõ pode cõtar que nõ ha mea legoa sem lugar ou casas [é o Alto Atlas e o Anti-Atlas].

Item De Marrocos a Meça sã bij [=7] jornadas

» todo per grãde poboraçam.

» De Meça pera Dara biijº jornadas todo per pouoaçam.

» De Meça pera Ofaraã [Ofran] sã xb legoas. Este Oforão he huũ rio que tem Riiijº [=44] lugares de hũa parte e da outra do rio ẽ comtyo de tres legoas. Nestas xb legoas dOforão está hũa cabylda de grã jente que chamãa Ayt Hamet e Umyfat.

» Neste camjnho de Meça pera Dara ẽtrã ẽ huã gemte que chamãa Ymdaryf e handã huũ dya nesta gente.

» Amdam outro dya ẽ outra gente que chamãa Azenegaa.

f lv Item Ẽtram ẽ outra gente ẽ que handã outro dya que chamaã Tahella honde está Cyde Mafamede Hombarqua que está a Voso serujço, amygo de christãos, que he o sãto ẽ que os mouros crem.

» Ẽtram ẽ outra gemte que chamaã Yçy outro dya dandadura.

» Ẽtram ẽ outra gente que chamaã Ydav Balell outro dya.

» Ẽtram ẽ outra gente que chamaã Ydav cõ çuçuz outro dya.

» Outro dya ẽtram ẽ outra gemte que chamãa Ydav Zell.

» Emtram outrro dya ẽ outra gẽte que chamãa Auled Çellem que sam majs de çem aduares todos mercadores que tratam ẽ Tambucutu e sam jũto de Dara.

» Dara tem hũu Ryo de majs de L [=50] legoas todo tamaraes e pauorações. Tem donos senhores: huũ chamãa Moley Agtemaã e o outro chamaã Moley Mafamede. Esta terra he muito rica de grãdes mercadores e de muito ouro por estarem no porto de Tãbucutu; e nesta terra semeam o anyll.

E neste porto de Dara pera hyrem a Tãbucutu se ajũtã destas terras e Reynos e todos partem ẽ huũ dya jũtos

item vem de Tremeçem
» de Fez
» de Cuatagara
» de Gaeta
» de Dubudu
» de Garçya luyll
» de Tafylete
» de Çecura
» de Marrocos.»

item de Tammeçena e Duquela e Çafym
» de Haha
» de Acaa
» de Gazula
» de Temelt dondestá a mjna de cobre, que sã de Meça xb legoas
» dos lugares de Meça

3.ª página

MOEDAS BIZANTINAS: 1 — Besante de ouro de Nicéforo I (802-811); 2 — *Follis* de cobre de Nicéforo I. Veja-se o cap. 2 da 1.ª Parte.

MOEDAS MUÇULMANAS: 3 — Dinar de ouro cunhado em Ceuta em 1029 (p. 62, n.º 145); 4 — Dirheme de prata, de Ceuta, 1029 (p. 62, n.º 121); 5 — Quarto de dirheme de prata, quadrado, Ceuta, século XV (p. 80, n.º 166); 6 — Dinar de ouro cunhado em Nul Lamta, em 1142 (pp. 102-3, n.º 277); 7 — Dobra de ouro de Abu Afce Omar, emir almóhada de 1248 a 1266 (p. 104, n.º 279); 8 — Meio dirheme de prata, quadrado, dos Almóhadas (pp. 104-5, n.º 280).

As indicações entre parênteses reportam-se a Joaquim Figanier, *Museu Numismático Português — Moedas Árabes: Inventário e descrição*, 1.ª Parte, Lisboa, 1949.

Vejam-se os caps. 1 e 2 da 1.ª Parte.

4.ª página

MOEDAS ITALIANAS: 1 — *Fiorino* de ouro de Florença, 1464; 2 — *Grosso* de prata guelfo, de Florença, 1375; 3 — *Zecchino* (ducado de ouro) de Veneza, mandado cunhar pelo doge Mocenigo (1570-577); 4 — *Grosso* de prata veneziano, do doge Ranieri Zeno (1253-1268).

MOEDAS FRANCESAS: 5 — *Agneau* de ouro de Jean II le Bon (1350-1364); 6 — *Franc à pied* de ouro de Charles V (1364-1380); 7 — *Écu d'or* de Charles VII (1422-1461).

Veja-se o cap. 2 da 1.ª Parte.

5.ª página

MOEDAS PORTUGUESAS — D. AFONSO V: 1 — Escudo de ouro (n.º 1); 2 — Cruzado de ouro (n.º 4); 3 — Real de prata (n.º 5); 4 — Real grosso, de prata (n.º 6); 5 — Chinfram (meio real), de prata (n.º 9); 6 — Espadim, de prata (n.º 15 e 16); 7 — Cotrim, de prata (n.º 17 e 19); 8 — Ceitil, de cobre (n.º 20).

Veja-se o cap. 2 da 1.ª Parte.

Os números entre parênteses referem-se aos exemplares recenseados por Teixeira de Aragão (numeração dentro do reinado respectivo), com que será proveitoso confrontar as nossas reproduções.

6.ª página

MOEDAS PORTUGUESAS — D. JOÃO II: 1 — Cruzado de ouro (n.º 1); 2 — Justo de ouro (n.º 3 e 4); 3 — Espadim de ouro (n.º 5); 4 — Real de prata (n.º 6); 5 — Meio real, de prata (n.º 13); 6 — Cinquinho, de prata (n.º 14); 7 — Ceitil, de cobre (n.º 15).

Veja-se o cap. 2 da 1.ª Parte.

Os números entre parênteses referem-se, também aqui, aos exemplares recenseados por Teixeira de Aragão.

Das colecções do Museu Numismático Português, Casa da Moeda de Lisboa.

Agradecemos ao Ex.mo Senhor Dr. Andrade Rebelo, conservador do Museu Numismático, as facilidades concedidas e a gentileza da colaboração prestada, para todas as reproduções de espécies pertencentes às colecções sob sua guarda.

Fotos do Sr. Almeida Araújo.

VENECIE

Documentos económico-financeiros: O OURO DA MINA. Entradas na Casa da Moeda de Lisboa. Livro do Tesoureiro, da receita e despesa do ouro e da prata, ano de 1517. (Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, n.º 828, f. 17r-v)

Esquerda

f. 17v

Caravella Cirne

Item A xix dias de Janeiro de b^cxbij receberã Fernã Lourẽço e Vicẽte Fernãdez afinadores de Ruy Leite recebedor duzẽtos e cinco marcos e huã onça e duas oytavas e corẽta e quatro grãos douro ẽ joyas que veo da Mina na caravela Cirne, capitã Nuno Leitã, piloto Afonseanes. — ij^cb marcos j onça ij oytavas Riiij grãos

E per verdade asynarã aquy

Emtrãdo aquy de como nasce dez marcos — x marcos

[assinaturas]

Pellos qual [sic] hã de rresponder douro fino marcado ẽ arrices cẽto e oytẽta e nove marcos e duas oytavas e vinta hũ grãos. — cLxxxix marcos ij oytavas xxj grãos»

Direita

f. 17r

«Caravela Sãtesprito

Título do ouro que hos afinadores Fernã Lourẽço e Vicẽte Fernãdez receberã de Ruy Leite:

Item A xix dias de Janeiro de b^cxvij/receberã Fernã Lourẽço e Vicẽte Fernãdez afinadores de Ruy Leite douro que veo da Mina ẽ joyas pera afinar duzentos e cincoẽta e seis marcos e seis onças e seiscentos e quatro oytavas e vinta sete grãos; o qual ouro veo na caravela Santesprito ẽ que veo per capitã Gonçalo Malheiro e pilloto Alvoro Lois — ij^cLbj marcos bj onças iiij oytavas xxbij grãos

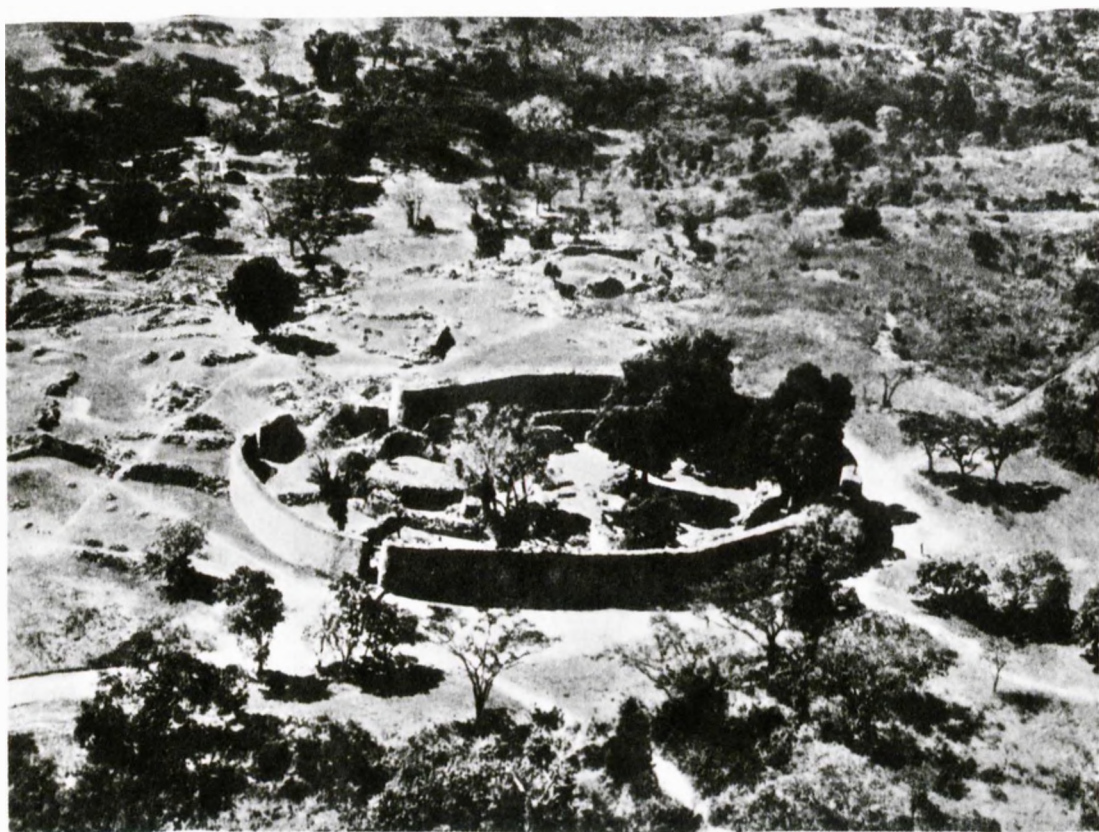
E per verdade asynarã aquy

Entramdo como nase dezasseis marcos — xbj marcos

[assinaturas]

Pollos quaes hãode respomder douro fino marcado ẽ arriees duzẽtos e trinta e seis marcos quatro onças e tres oytavas e dezasseis grãos — ij^cxxxbj marcos iiij onças iij oytavas zbj grãos

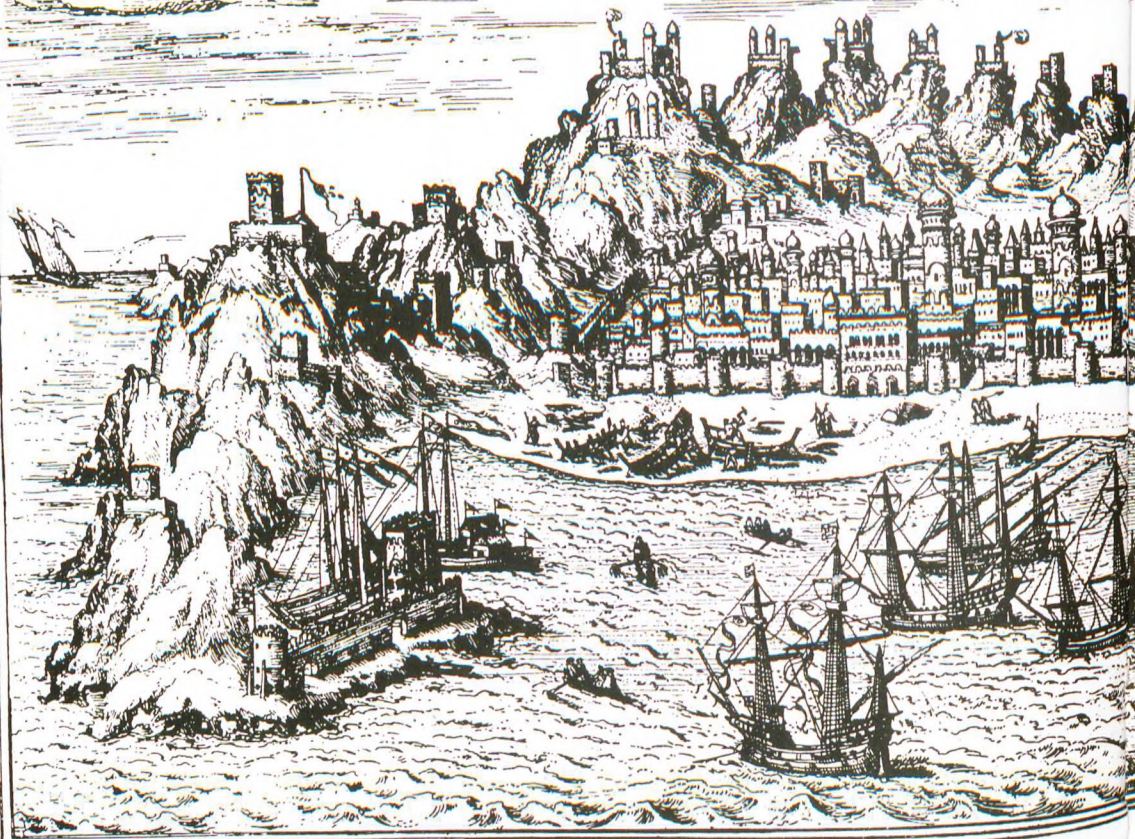
Ver cap. III da 1.ª Parte. Exemplo de contabilidade quinhentista — repare-se no duplo registo dos números: por extenso e no sistema romano-peninsular (ver Introdução, § 3).

Uma civilização megalítica da Idade do Ferro e império do ouro na África do Sul oriental: O GRANDE ZIMBAUÉ. 1 — A «acrópole» e a sua porta.

2 — A construção elíptica (talvez templo e palácio) e as ruínas circundantes. (Fotos Rhodesia House, Londres).

Entre ambas, nuns 40 m de extensão, é o vale ocupado pelas cabanas em terra batida do povo comum e as cercas para guardar o gado. Uns 300 centros, na maioria menos importantes, estão espalhados pela Rhodésia do Sul e Transvaal do Norte. Esta civilização, autóctone mas que beneficiou de influências culturais e económicas dos povos do Norte, vai do séc. VI ao XVII. Encontram-se nos «zimbaués» (côrtes e cemitérios régios) louça chinesa e persa, contas de Cambaia. São populações de agricultores que criam gado, fabricam olaria e trabalham em metalurgia, abrindo-se largamente ao comércio exterior. Nesta zona se desenrola o romance *As minas de Salomão*, adaptado por Eça de Queiroz. Ver cap. IV da 1.ª Parte.

Os grandes empórios mundiais: ÁDEM NO SÉCULO XVI. Georgius Braunius, *Civitates Orbis Terrarum*, Liv. I, Coloniae Agripinae, 1572, ff. 107v-108.

Uma das chaves do Índico, comandando todas as rotas do mar Roxo. Eis como a descreve, em relação a 1330-1340, Ibne Batutah: «Parti para a cidade de Ádem, o porto do Yémene, situado à beira do grande oceano; as montanhas cercam-no, e nele só se pode entrar por um único lado. É uma cidade vasta, mas não possui cercais, nem árvores, nem água. Bebe a água das chuvas recolhida em cisternas, porque as fontes de água potável estão longe da cidade; frequentemente os Árabes [nómadas] impedem de ir lá buscá-la, até chegarem a acôrdo graças a dádivas de prata e panos. O calor aperta. Esta cidade é o porto onde abordam os Indianos: vêm aqui fundear grandes naus de Cambaia, Tanah, Coulão, Calicute, Fandarainah [Pandarane], Chaliyate [Chalé], Mangalor, Fakanwar, Hinaur [Onor], Sindabur, etc. Nela residem negociantes da Índia, bem como negociantes egípcios. Os habitantes de Ádem dividem-se em mercadores, carregadores e pescadores. Entre os primeiros, ha-os que possuem grandes riquezas, e por vezes um só negociante é proprietário de um navio inteiro e de toda a carga, sem qualquer sócio, a tal ponto é rico. Nota-se entre estes negociantes ostentação e orgulho.» *(Voyages,* ed. e trad. Defrémery e Sanguinetti, t. II, Paris, 1914, pp. 117-8). Descrição minuciosa do seu papel no comércio mundial, encontramo-la na *Suma Oriental* de Tomé Pires, para 1512-1515: «Ádem está ao pé de ua serra, ela casi em chão; cidade pequena pero fortíssima asi de muros, torres, baluartes, como de toda fábrica de casas de bombardeiros, seteiras, de muitas artelharias e de muita gente de peleja que continuadamente tem dela da terra dela assoldada, afora que a qualquer repique acode infinidade da da terra. Tem dentro na cidade fermosa fortaleza, tem capitam que nela está asi atabiado como cumpre» (em razão da ameaça portuguesa). «Tem esta cidade gram trato asi com os do Cairo como com toda a Índia e os da Índia com ela. Tem dentro fermosos mercadores de grandes fazendas e muitos estantes doutros reinos; cidade é encontradiça de mercadores. Esta é das quatro do mundo que tem grande trato. Trata dentro no estreito com Judá onde entrega as sumas das especiarias e drogarias e recebe as sobreditas; trata com Dalaca com panos, recebe aljôfar; trata com Zeila e Bárbora com panos baixos e em ninharias e recebe ouro, cavalos, escravos, marfim. Trata com Çocotorá: leva panos, palha de Meca, aloés çocotorino e sangue de dragão. Trata com Ormuz: traz cavalos e das mercadorias do Cairo, retorna ouro, mantimentos, trigo e arroz se o acha, especiaria, aljôfar, almísquer, seda e qualquer outra drogaria. Trata com Cambaia: traz das mercadorias do Cairo e anfiam, retorna grandes cópias de panos com que trata nas Arábias e ilhas, e sementes, matamingos, contas de Cambaia, muitas alaquecas de todas côres; e o principal as especiarias e drogarias de Malaca, cravo, noz, sândalo, cubebas, aljôfar e cousas semelhantes. Traz a Cambaia gram suma de ruiva e passas. E também a Ormuz. Trata com o reino de Goa: traz todas mercadorias, cavalos e das suas e do Cairo, e retorna arroz, ferro, açúcar, beatilhas, ouro em cantidade. Trata com a Índia do Malabar, onde tinha o principal assento em Calecut; carregava de pimenta, gingivre e das cousas de Malaca. Com Bengala retornava muitas sortes de panos brancos e das mercadorias de Malaca. Com Pegu retornava lacar, beijoy, almísquer e pedraria, arroz também de Bengala, arroz de Siam e as mercadorias de China que vêm pola banda de Odia. Desta maneira se fez grande, próspera, rica, e só dAdem recebe o rei todas suas rendas porque o all nom é nada; nom é dúvida só a ruiva render ao rei cem mil cruzados. As mercadorias próprias dAdem sam cavalos, ruiva, água rosada, frutas secas, passas d'uvas, anfiam [=ópio]. E com os do Cairo faz cópias; de todas estas partes susoditas vêm a seu porto e eles vam a todos.» (pp. 334-6).

Foto Bibliotèque Nationale de Paris

120
MOMBAZA

ADEN, Arabiæ fœlicis emporium celeberrimi nominis, quo ex India, Æthiopia, et Perside negotiatores conueniunt: vrbs est magnifica, situ et structura benè munita, ædificiorum nitore atque frequentia celebris, muro et præcellis septa montibus, in quorum summitatibus ardentes faces nauigantibus portum ostendunt. Peninsulæ formam quondam obtinuit, nunc autem hominum industria, vndique aquis ambitur
Cum Priuilegio
CEFALA

Escalas na rota do ouro do Monomotapa: MOMBAÇA, QUÍLOA, SOFALA. Georgius Braunius, *Civitates Orbis Terrarum*, Liv. I, Coloniae Agripinae, 1572, ff. 107v-108.

Em 1505 escala em Mombaça a armada de D. Francisco de Almeida. Eis como a terra é descrita por um escrivão de bordo: «Esta cidade, segundo afirmam os mouros, foi a mais fremosa cidade de toda a costa de Habesth. A ilha dela é muito fruitífera: tem muitas laranjas e muitos doces, romãs, limões e todas as cousas em mais abastança que Quíloa, e canas d'açúcar.» «Esta cidade é muito grande e está em ũa ilha que será pouco mais de ũa légoa e mea e até duas em redondo. Esta cidade está no mais alto da ilha, e é toda fundada sobre pedra; nom é cercada da parte do mar por ser dali muito alto. E da parte da ilha [aliás, da terra firme] tem um muro que será d'altura de barbacã. Tem as casas de maneira das de Quíloa e as mais sam de três sobrados, todas coteadas de argamassa. Tem ruas mui estreitas, nom podem ir mais de dous homens a par; e todas têm poyaes que as fazem ainda mais estreitas.» «Esta cidade tem mais de 600 casas de madeira, cubertas de palma. Esta palma é colheita em ramos verdes. E assi antre as casas de pedra e cal estão destas asi como alpendres e assi as estrebarias e casas de ter suas criações de gado. E poucas casas se acharam que nom fossem acompanhadas destas de palma.» Os Portugueses lançam-lhe fogo «E deste fogo cayrom muitas casas e se queimou grande riqueza, porque daqui tratavam pera Çofala e pera Cambaya por mar.» No porto estavam então três naus de Cambaia. «Nesta cidade haverá bem 10 000 almas, antre as quaes haverá 3 700 homens de peleja.» *(Manuscrito Valentim Fernandes*, ff. 6v-10v).

QUÍLOA

De Mombaça, Ibne Batutah passou a Quíloa por mar: «grande cidade situada no litoral, e cujos habitantes são na maior parte Zendjis, acentuadamente negros. Têm incisões na cara, semelhantes às dos Limiin de Djenâdah. Um mercador contou-me que a cidade de Sofalah está a meio mês de marcha de Culua, e que entre Sofalah e Yoûfi (Nufi), no país dos Limiin, ha um mês de marcha. De Yoûfi trazem a Sofalah ouro em pó. Culua conta-se no número das cidades mais belas e melhor edificadas; é inteiramente construída de madeira; o telhado das casas é em *dîs* (espécie de junco). As chuvas caem abundantemente. Os seus habitantes estão sempre dispostos ao *djihâd* (guerra santa), porque são vizinhos dos Zendjs infiéis. As suas qualidades dominantes são a piedade e a devoção, e professam a doutrina de Châfi'y.» (t. II, pp. 192-3) Eis a descrição de 1505: «Esta cidade Quyloa jaz em ũa ilha e em torno podem andar navios de 500 tonees. Ha nesta cidade e ilha 4 000 almas. É muito fruitífera, tem muito milho como de Guiné, mantega, mel e cera.» «Árvores muitas e as mais palmeiras; e as outras som diferenciadas das de Portugal e assi na terra firme.» «Aqui ha muitas laranjas doces, limões, rabãos e cebolinhas pequenas, manjarona e majoricam em seus quintaes que regam dos poços.» Cultivava-se atambor (betel), milho, cuja lavoura é feita por escravos negros, ervilhas; as hortas estão cercadas de estacadas de paus e canas de milho. Criam gado bovino, carneiros, ovelhas, cabras. A pesca é indústria activa. Têm zambucos grandes, de 50 toneis e menos; navegam para Sofala, donde trazem ouro, e para outros lugares. Há muito algodão. O ouro corre a peso (miticais), mas cunham moeda de cobre. «Tem aqui muitas mesquitas abobadadas e ũa que é como a de Córdova. Todos honrados trazem contas de rezar.» Em Quíloa, como em Mombaça, os mouros dispunham de artilharia. (*Manuscrito V. Fernandes*, ff. 4-6v). Quíloa dominou politicamente toda esta costa antes da chegada dos Portugueses.

SOFALA

Em 1506, Diogo de Alcáçova informa D. Manuel: «El-rei de Çofala, senhor, era mouro, e todos os homens que há em Çofala sam mouros; alguns cafres vivem ao redor deles, mas nom antre eles. Ha, senhor, na primeira aldea de Çofala, que está na ponta do mar, iiij[c] [=400] moradores; e n'aldea d'el-rei outros iiij[c] moradores; e ha de ũa a outra cerca de mea légoa. E ha em todo o senhorio d'el-rei de Çofala x [=10 000] homens, e acodem ao seu atabaque bij [=7 000] homens de um dia ao outro.» «E Çofala era do regno de Quíloa.» »E quando, senhor, a terra estava de paz tiravam de Çofala cada um ano três, quatro naus, um milham d'ouro, e as vezes um milham e trezentos mil miticaes d'ouro, de um milham pera cima, e nom pera baixo.» (*Alguns documentos da Torre do Tombo*, pp. 153-7).

adquirido o comércio português. Em Oram, por exemplo, funcionou uma feitoria, e no seu movimento de Fevereiro de 1483 a Março de 1487 increveram-se 31 773 dobras «da moeda e vallia da dita cidade»; todavia, por outro lado temos contabilizados 24 955 cruzados: logo havia circulação de espécies áureas nos dois sentidos, mas com saldo favorável ao afluxo de dobras mouriscas a Portugal, que para lá deve enviar a prata mercadoira (nesse exercício o feitor régio regista 66 marcos, 1 onça e 1 oitava) (*Cartas de quitação*, n.º 581; cf. Ricard, *Etudes*, pp. 196-201).

§ 2 — *A feitoria de Arguim*

Para lá do cabo Bojador, Gil Eanes e Afonso Baldaia tinham notado na areia pègadas de homens e de camelos, embora não avistassem nenhuma habitação. Em 1436 o Infante D. Henrique mandou, por tal razão, o mesmo Baldaia continuar para o Sul e explorar o litoral saariano, pois tais marcas indicavam a existência de qualquer povoação nas redondezas, ou, pelo menos, as idas e vindas de caravaneiros com suas mercadorias, acorrendo talvez a qualquer porto aonde fossem ancorar navios... O barinel de Baldaia adiantou-se muito para além do cabo e encontrou-se na foz de um rio que parecia cabedal, no qual entrou, reconhecendo excelentes ancoradouros ([33]). Julgaram os navegantes que estavam no *Rio do Ouro* da tradição e da cartografia genovesa-catalã, e no fim de contas tal topónimo abandonará o Senegal, a que pertencia de direito, para ficar a designar impròpriamente este braço de mar. O erro cometido ilumina a jorros até os recessos os objectivos destas viagens de descobrimento: buscava-se o *Rio do Ouro*, logo o preciosíssimo *tibar*. Alguns anos vão decorrer ainda, até os Portugueses obterem o primeiro ouro em pó. Essa primeira transacção data de 1442: Antão Gonçalves volta com os cativos feitos no ano anterior, que os nómadas resgatam a troco de escravos pretos, ovos de avestruz, uma adarga — e ouro em pó ([34]). Este começo augurava bem da possibilidade de estabelecer aqui o trato. Em 1444, uma caravela do rei, cujo mestre era Gomes Pires, desembarcou no rio do Ouro 2 442 varas de linho fabricado em Entre Douro-e-Minho ([35]).

Mas entretanto as caravelas, prosseguindo por mares nunca dantes navegados, para o sul, tinham já dobrado o cabo Branco e chegado ao arquipélago de Arguim, e mesmo à Terra dos Negros. Os Portugueses devem-se ter dado conta de que o braço de mar que tinham identificado com o rio do Ouro não correspondia ao rio guineense do fulvo metal com que sonhavam. As grandes cáfilas trans-saarianas de camelos não faziam aí escala, e não se conseguiu atraí-las de modo a crear aí feiras. Em Arguim as condições apresentavam-se completamente diferentes: de há muito as caravanas frequentavam esta zona da costa por causa do sal, mais precioso do que o ouro para os consumidores sudaneses. A fieira de ilhas e o recorte da baía tornavam o lugar propício à construção de armazéns e de todas as instalações necessárias ao negócio, ao abrigo de surpresas. Nuno Tristão descobriu Adegeth e Garças em 1443; no ano seguinte Arguim é descoberta por Gonçalo de Sintra, e Lançarote explora Naar e Tíder ([36]). De começo, a caça ao homem, brutal e astuciosa, sobrelevou as outras formas de contacto, sem chegar porém a desagregar por completo a sociedade xirmeira, de pescadores paupérrimos. Ermadas as ilhas e o litoral pelas razias e pelo medo, deixaram

---

([33]) *Crónica da Guiné*, cap. X
([34]) Idem, cap. XIV.
([35]) *Documentos das chancelarias relativos a Marrocos*, I, pp. 415-6.
([36]) *Docs. sobre a expansão port.*, II, cap. III.

de ser possíveis ilusões quanto às vantagens dessa maneira expeditiva de obter mão-de-obra gratuitamente e houve que passar à instalação pacífica, atraindo de novo os Azenegues pescadores e os cameleiros.

Ignoramos em que data se deu tal mudança de atitude e o estabelecimento da feitoria Zurara, cuja crónica acaba em 1448, nada nos diz de qualquer castelo nem de quaisquer edifícios comerciais; limita-se a datar de finais da Regência a passagem dos ataques à mão armada para as relações pacíficas no conjunto do litoral africano, indicação cronológica muito discutível. O navegador Diogo Gomes contará a Martin Behaim, muito mais tarde, que o infante D. Henrique mandou construir uma fortaleza na ilha de Arguim em 1445; mas nessa narrativa feita na sua velhice não faltam as confusões, e na versão que até nós chegou enxameiam os erros de cópia; todavia baseia-se, em parte, em relato anterior. Em 1455 o veneziano Cà da Mosto esteve em Arguim, e escreve, depois de ter descrito a feitoria: «Ymmodo che questo segnor Infante fa lavorar un castello in questa ixola per conservar e multiplicar questo trafego in perpetuo» [37]. As suas descrições são geralmente dignas de fé [38], e não enxergo nenhuma razão séria para recusar este testemunho visual. Bastaria ler 1455 em vez de 1445 no texto, tão corrupto, de Gomes-Behaim, para pôr imediatamente de acordo as duas fontes. Segundo outras fontes, é certo, o castelo teria sido construído por ordem régia, por Soeiro Mendes de Évora, após a morte do Infante [39]. Na realidade, este castelo real, começado em 1461, só ficou concluído no reinado de D. João II [40]. É, por conseguinte, bastante provável que uma primeira fortificação, possìvelmente de madeira, tenha sido erguida por mandado do infante D. Henrique, ou antes, por iniciativa da companhia arrendatária do trato, em 1455; seis anos depois o rei ordenou a sua reconstrução, agora em pedra; aliás as obras só foram feitas lentamente, a menos que o Príncipe Perfeito resolvesse não pròpriamente acabá-las, mas mandar refazer de novo e reforçar as construções edificadas no reinado de seu pai [41].

A feitoria precedeu a fortaleza. Cà da Mosto, com efeito, que assistiu ainda às obras de edificação desta última, conta que os rendeiros do estanco (monopólio) «hano fato habitation nela dita Ixola darguim e tengono questi tal de lapalto continuamente zente en questa Ixola e fatori che comprano vendono tratano con li sopraditi arabi che vengono ale marine.» (p. 17 da ed. da Academia). Deste modo o estabelecimento comercial, com as suas instalações próprias, funcionava já com perfeita regularidade quando o Veneziano aqui esteve, em 1455. Ainda dez anos atrás as expedições de pilhagem tinham devastado e ermado o arquipélago. É de crer, no entanto, que já em 1446 se tivessem envidado sérios esforços no sentido de obstar aos assaltos à mão armada e de tecer relações de trocas. Tratar-se-á de curto período de comércio privado, sob autorização, ou de monopólio directo do Infante que se abre então? Seja como for, em breve, como nos informa Cà da Mosto, o Infante arrendou os resgates de Arguim a uma sociedade. Visto Zurara ainda não falar dela, o contrato deve ter começado depois de 1448; como quando morreu D. Henrique foi o rei quem mandou reedificar o castelo, é de supor que expirara o período de dez anos; logo o seu começo deve datar de cerca de 1450. Os rendeiros eram todos portugueses, provàvelmente da burguesia de Lagos ou mesmo da Madeira (que então fornece trigo para esse resgate); se tivessem participado Italianos, o Veneziano não deixaria de os mencionar. Não demorou muito, depois da morte do Infante, para que o trato fosse de novo declarado estanco e arrendado: em 1463, na verdade, ao transferir para Lisboa a «feitoria do trauto de Arguim» que estivera até aí em Lagos, escreve-se na carta régia: «assi no tempo que o dito trauto teverem os mercadores e persoas

---

(37) Navegação I, p. 17 da ed. da Academia de História.

(38) Veja-se o nosso estudo *Fontes quatrocentistas para a Geografia e Economia do Sáara e Guiné*, pp. 52-6, e o t. III, caps. II, III e V dos *Docs. sobre a expansão port.*

(39) *Esmeraldo*, Liv. I, cap. 24.

(40) Barros, *Década* I, Liv. III, cap. 12.

(41) *V. Fernandes* diz explìcitamente: «Este castello fizerõ os rẽdeyros do Iffãte dõ Anrrique, porẽ foy corregido per elrey dõ Johã.» (f. 66v.).

que o ora tem, como em seendo em poder doutros quaesquer que a ele venham por trautadores ou por nossa parte se trautar» ([42]).

Arguim permanecerá portuguesa até 1638, mas a sua prosperidade não vai além das primeiras décadas do século XVI. Durante esses três quartos de século de prosperidade, aliás modesta, as grandes linhas do seu papel comercial não se alteraram.

Na época da primeira companhia mercantil Arguim conseguiu desviar em seu proveito uma parte do tráfico trans-saariano de Uadam. Os Alarves desta escala traziam evidentemente escravos negros — entre 800 e 1 000 por ano — e ouro *tibar;* das caravelas descarregam-se regularmente cavalos — que os nómadas cameleiros vão vender aos reinos de Guiné — e trigo, de que estão sempre famintos, e é a principal mercadoria, e ainda panos, panos de linho, mantas e tapetes, alquicés, prata, sedas de Granada e de Tunes ([43]). Não são outras as informações que colhemos em Gomes-Behaim, que afirmam, além disso, a continuidade de tais transacções até às duas últimas décadas do século: «Et ad istum castrum veniebant Arabi de terra portantes aurum purum in pulvere, et accipiebant in cambio triticum et mantones albas et borneses et alias mercadantias quas illuc misit Infans in una hulica magna, quae fuit de Robert Kerey. Et sic semper usque nunc tractantur mercimonia, de terra Tambuctu portant nigri illuc aurum» ([44]). Como sempre ouro em pó em troca de trigo, e Negros em troca de panos e de outros artigos: tal é o quadro que nos traça Münzer em 1494 e que se refere ao reinado de D. João II (p. 43 da ed. B. de Vasconcelos). Segundo a descrição, tão minuciosa, de João Rodrigues, que de 1493 a 1495 esteve em Arguim e na terra firme e depois aqui voltou por várias vezes, os Portugueses exportam principalmente as seguintes categorias de mercadorias: 1) todas as espécies de artigos de vestuário (albornozes, alquicés, alambéis, bordates, panos de Irlanda, panos do Condado, panos franceses); 2) trigo; 3) selins, bacias, prata, coral vermelho, pedras de cornalina (de alto valor); 4) especiarias (açafrão, cravo, pimenta, gengibre). Por escambo, os Mouros fornecem-lhes escravos negros, ouro, peles de antílope, almíscar, camelos, vacas, cabras, ovos de avestruz, goma. Todos os preços estão tabelados por ordem régia; o feitor não pode mudá-los; conquanto fixados em miticais, as transacções desenrolam-se por permuta, sem intervenção de moeda (ou antes, de pesos de metal amarelo), a não ser como padrão de valores. Quase todas as operações comerciais são monopólio régio, mas o capitão, o feitor e o escrivão participam nos lucros ([45]). No *Esmeraldo* (Livro I, cap. 24) figura um rol análogo de mercadorias: ouro, escravos jalofos e mandingas, coiros de antílope e goma, que são adquiridos por escambo de toda a sorte de têxteis (entre os quais as «mantas de Alentejo» de que já falava Diogo Gomes) e artigos diversos. Com os coiros os Portugueses fabricavam escudos (adargas) que revendiam aos nómadas. Quer dizer que o tráfico continuava nos mesmos moldes no dealbar de Quinhentos.

No reinado de D. João II instalou-se e funcionou uma outra feitoria portuguesa no sertão, precisamente em Uadam, no Adrar Mauritânio, isto é, nessa escala que é o nó da circulação através do Sáara atlântico. Por Uadam é que Arguim estava ligada a Tombuctu e aos outros mercados sudaneses. Afigura-se portanto altamente provável que o rei visasse a assegurar o abastecimento da sua feitoria marítima em ouro, de maneira a desviar para ela inteiramente as caravanas que até então atravessavam a desolação saariana rumo a Marrocos. Mas os

---

([42]) Silva Marques, *Desc. Port.*, II, pp. 36-7 (Carta régia de 4-VII-1463).
([43]) Cà da Mosto, p. 17.
([44]) *V. Fernandes*, f. 272.
([45]) Idem, ff. 66v e 67.

rigores da estadia no meio do deserto obrigaram a curto prazo a retirar para Arguim ([46]).

Do ponto de vista da história monetária, conviria acima de tudo precisar quantitativamente a contribuição em ouro dos resgates de Arguim. Para o século XV infelizmente não dispomos sequer da estima inverificável de qualquer cronista ou navegador. Pouco melhor informados estamos quanto ao primeiro quartel do século XVI.

Segundo as cartas de quitação dos feitores, de 10 de Maio de 1499 a 31 de Dezembro de 1501 a feitoria adquiriu 12 558 ½ dobras por conta do rei; de 25 de Março de 1505 a 24 de Agosto de 1508, 3 212 dobras; 3 038 dobras e 80 ½ grãos deram entrada de 24 de Agosto de 1508 a 23 de Junho de 1511 ([47]). Temos, pois, uma média anual de 4 709 dobras no primeiro período, que cai a 940 no segundo para voltar a subir ligeiramente, para 1072, no terceiro. Em 1513, um só navio, que desaferrou em Agosto, levou, além de 145 peças de escravos, 2 000 dobras de ouro ([48]). As próprias naus que regressavam da Índia, se calhava fazerem escala em Arguim, não desdenhavam embarcar o precioso metal: por exemplo, a nau *Nazareth*, em 1519, trouxe 400 dobras (e 110 peças de escravos) ([49]).

Na contabilidade da Casa da Moeda de Lisboa não encontramos com muita frequência mencionado o ouro de Arguim: é certo que a colecção de livros que até nós chegou começa só em 1517, quando se aproxima a decadência irremediável desta feitoria. Eis os números que é possível recolher:

Ouro de Arguim
entradas na Casa da Moeda de Lisboa ([50])
(em marcos, onças, oitavas e grãos)

1517

17 Setembro Caravela *Anunciada*, capitão Estêvão da Gama, piloto Pero Ribeiro

	Ouro em obra ou bruto	dá em ouro fino
Do rei	45 — 3 — 3 — 18	41 — 5 — 0 — 70
De partes	1 — 6 — 3 — 21	1 — 5 — 1 — 50
De defuntos	0 — 6 — 6 — 0	0 — 6 — 1 — 36 ([51])
Total	48 — 0 — 4 — 39	44 — 0 — 4 — 12

([46]) Barros, *Década* I, Liv. III, cap. 12: «Neste mesmo tempo que elrey dom Joam se visitava e carteava com estes principes bárbaros, mandou também per via do castello de Arguim à cidade Huadem, que está ao oriente delle obra de setenta léguoas, assentar hũa feitoria com os Mouros, por ally concorrer algum resgate de ouro; ao qual negócio foram Rodrigo Reinel por feitor, Diogo Borges escrivam, e Gonçalo Dantas por homem de feitoria. Onde esteveram pouco tempo por a terra ser muy deserta, e sòmente virem a ella os mesmos Alarves que às vezes vinham ao castello de Arguim, que sam Azanegues, Ludáyas [=al-Udaya] e Brabaxijs [=Berabich]: dos quáes nam se podia aver informaçam do jnterior da terra de que elle desejava ter noticia, porque sua tençam nestas feitorias que mandáva fazer no sertã, tãto éra por saber as cousas delle e poder penetrar as térras do Preste Joam e oriente, como por o resgate do ouro que a ellas cõcorria.» Th. Monod, que explorou a região, não encontrou vestígios arqueológicos desta feitoria (*Sur quelques constructions anciennes du Sahara ocidental*, 1948). Não é isso de espantar, visto que a palavra «feitoria» designa uma instituição e não um edifício: o mais verosímil é que o feitor e seus ajudantes se tenham instalado, com as suas bagagens e mercadorias, numa das casas de construção indígena.

([47]) *Arch. Hist. Port.*, II, pp. 353-5, e VIII, pp. 400-1.

([48]) *Docs. do Corpo Cron. Marrocos*, pp. 55-6 (Carta de Fernão Pinto e Gonçalo de Figueiredo ao rei, 3 de Agosto).

([49]) Laranjo Coelho, *A Pederneira*, p. 35.

([50]) Casa da Moeda de Lisboa, Livros 828 e seguintes, nos capítulos do ouro da Mina; e também, no Livro n.º 828, ff. 10r, 20r e 38, no n.º 829 as ff. 20v, 22, 24v; no n.º 830, ff. 24, 25, 28v e 29r; no n.º 831, f. 26r; n.º 833, ff. 17v e 18v. As quantidades indicadas são, em primeiro lugar, as do ouro em obra mas ainda não refinado (peso efectivo das jóias ou peso do pó com dedução, neste caso, da perda de fundição); seguidamente, a quantidade do metal reduzido a pequenas barras (arries) com teor legal de 23 ¾ quilates (ouro fino). A perda de fundição ao passar do pó para o metal em dobra é de 2 oitavas e 17 ou 18 grãos por marco (3,5 %). Datas da chegada a Lisboa.

([51]) Amoedados, deram 50 cruzados.

23 Dezembro Caravela *Conceição*, piloto PedreAnes
8 marcos em jóias, ou seja, 7 — 2 — 5 — 24 de ouro fino, que deram em moeda 447 cruzados, mais 15 grãos de cisalha.

Total do ano: Ouro fino 51 — 3 — 36.

1518

23 Abril Caravela *Santa Maria da Luz*, piloto Pero Ribeiro
8 — 2 — 4 — 42, isto é, em ouro fino, 7 — 5 — 0 — 15, que feitos em moedas deram 493 cruzados.

9 Julho Caravela *Santo Espírito*
14 — 1 — 0 — 7, dando em ouro fino 12 — 7 — 4 — 55, que feito em moeda, deu 837 cruzados e 154 reais.

28 Julho Caravela *Conceição*, piloto PedreAnes de Leiria
8 — 1 — 3 — 64, isto é, em ouro fino, 7 — 4 — 0 — 17 que, feitos em moeda, deram 485 cruzados e 52 reais.

2 Novembro Pero Ribeiro (52)
13 — 3 — 1 — 50, isto é, em ouro fino, 12 — 2 — 2 — 22, que deram em moeda 794 cruzados e 192 reais.

[*Total do ano:* Ouro fino 40 — 2 — 7 — 37 = moeda 2 609 cruzados e 398 reais].

1520

2 Janeiro Ouro de Arguim que fora para Évora e em seguida trazido a Lisboa
9 — 4 — 4 — 15.

9 Janeiro Caravela *São Miguel*, piloto Pero Fernandes
18 — 1 — 2 — 69.

24 Fevereiro Caravela *Rosário*, piloto Pero Ribeiro
13 — 6 — 2 — 70.

13 Abril Caravela *São Miguel*, piloto Pero Fernandes
20 — 0 — 7 — 8.

2 Outubro Navio *São Miguel*, piloto Pero Fernandes Azambujo (53)

Do rei	8 — 1 — 0 — 8
De partes	6 — 6 — 4 — 10 (54)
Soma	13 — 7 — 4 — 18, ou seja, em ouro fino, 12 — 6 — 1 — 59.

17 Dezembro Caravela *Santa Maria do Cabo*, piloto Álvaro Afonso
47 — 7 — 6 — 60 (55).

[*Total do ano:* 123 — 6 — 4 — 24, igual, em ouro fino, a 113 — 4 — 2 — 45].

1521

8 Maio Caravela *São Miguel*, piloto e capitão Pero Fernandes
7 — 5 — 0 — 66, isto é, em ouro fino, 7 — 2 — 0 — 19, que, feitos em moeda, deram 469 cruzados, mais 7 grãos de cisalha.

---

(52) Deve ser o mesmo piloto da caravela *Santa Maria da Luz*, que chegou a 23 de Abril, e, em 1520, o da caravela *Rosário*.

(53) Deve ser a caravela *São Miguel*, e o piloto, o mesmo de Janeiro e de Abril.

(54) Dos quais 4 marcos, 5 onças, 5 oitavas e 64 grãos pertencem a António Pinto, que deixava o cargo de capitão de Arguim.

(55) Neste caso as perdas de fundição ultrapassaram a média, visto que de Arguim se tinham recebido 49 marcos, 5 onças e 6 oitavas; logo a diferença global é de 1-5-7-12 (em vez de 1-5-1-54 que seria de prever).

1524

2 Março Rui Cotrim
Ouro fino: 4 — 7 — 6 — 10.

20 Junho Navio *Santo António*, piloto Álvaro Afonso
6 — 5 — 0 — 58, que, feitos em moeda, deram 393 cruzados, mais 49 grãos de cisalha.

Tais dados não permitem um cálculo do ouro de Arguim que chega aos portos portugueses no decurso do primeiro quartel do século XVI. Os registos estão demasiado incompletos, faltam os livros de um grande número de anos. No conjunto, porém, parece confirmar-se a opinião do Vèdor da Fazenda Conde de Castanheira, que em 1542 declarava que Arguim sempre fôra cousa pouca. Na junção dos dois séculos, a média anual dos envios atinge 20,097 kgs, ou seja, 5 613 $^{4}/_{5}$ cruzados ([56]); o ano de 1520 excede-a, pois regista 25,933 kgs ou 7 266 cruzados entrados na Casa da Moeda lisboeta. Os anos 1513 e 1517 parece também contarem entre os melhores. Porque os outros, por exemplo 1508 a 1511, 1518, 1521 e 1524, ficam muito aquém desses números, no entanto modestos. O conde de Castanheira concordava todavia que outrora, há já muito tempo, a feitoria constituíra um bom negócio. Esse passado que já se esfumava remoto, deve ter sido o século XV, talvez, mais precisamente, o seu terceiro quartel, antes do arranque da Mina? Não andaremos provàvelmente muito longe da verdade estimando em 20 ou 25 kg, isto é, entre 5 500 e 7 000 cruzados, os quantitativos anuais durante o último quartel de Quatrocentos e o primeiro de Quinhentos. Decadente, transformada em comenda, Arguim já só rende ao comendador António da Silveira 25 000 a 30 000 reais por ano, o mesmo é dizer, menos de 80 cruzados! Em 1542 o vedor da Fazenda não tem quaisquer esperanças de endireitar as cousas: o contrabando português, castelhano e francês em todo o litoral saariano condenava os negócios da feitoria ([57]). O contrabando: aqui tocamos com o dedo na ferida; muitíssimo mais rendoso foi ele sem dúvida, mas não temos nenhuma possibilidade de precisar o seu montante do ponto de vista quantitativo. O que é certo, é que ainda em 1556 o embaixador espanhol escreve de Lisboa que Arguim é arrendada por 4 ou 5 contos anualmente, e o capitão vem sempre rico de lá ([58]). Aliás, o regime fora sempre complexo. Assim, à volta do ano de 1505, o trato de Arguim foi explorado por uma parçaria composta do rei, do florentino Francisco Corbinelli e do genovês Miguel Pardo ([59]).

A *Folha de todas as rendas desta coroa de Portugal* de 1588 diz que a renda do castelo de Arguim anda por 300 000 reis por contrato, «porque não se contratando não rende cousa algũa» (f. 24). Na *Relação das rendas* de Fernando Loureiro apresentada em Madrid em 1621 (British Museum, Egertoniana 1135), esclarece-se que «es alcaide perpetuo de alli el conde de Atouguia que pone su teniente y el comerçio es del Rej, el qual comerçio es con los Moros de la tierra firme de ambar, plumas, garçotas y otras cosas; no pienso que se dá quenta desto a los ministros del Rej.» (f. 332). O ouro já não é referido; mas poderia continuar a ser objecto de resgates de partes, porquanto o fundamental é que o trato de Arguim tinha escapado à fiscalização régia.

Mais ao sul, na ponta de Tofia (cabo Mirik), o resgate tornara-se, em começos de Quinhentos, mais importante do que em Arguim mesmo; era sem

---

([56]) A dobra de Arguim vale então 460 reais (Quitação de 3-XI-1514, *Docs. Corpo Cron. Marrocos*, p. 128). Sobre o conjunto do movimento da feitoria Nunes Dias, *Capitalismo monárquico*, I, ff. 451-6.

([57]) Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, anexos (t. II, p. 262, da ed. R. Lapa).

([58]) Luís Sarmiento, 30-VI-1556 (Simancas E 378).

([59]) Carta de 3-XI-1514, C. C. I-16-94 (*Docs. Corpo Cron. Marrocos*, pp. 127-8).

dúvida actividade meramente particular. Em 1514 Estêvão da Gama, tendo chegado àquela ilha, julgou conveniente mandar o caravelão a essa ponta, visto que, ficando menos afastada da Guiné, o trato era aí mais intenso (60).

Que a carreira de Arguim como mercado do ouro tenha sido curta e sem brilho, duas ordens de razões o explicam. Em primeiro lugar, e acima de tudo, como as caravelas alcançaram o verdadeiro rio do Ouro — o Senegal — e outros rios guineenses igualmente mais próximos dos centros mineiros, as feiras na Terra dos Negros destronaram a feitoria do litoral desértico; suprimia-se assim o intermediário que eram os nómadas cameleiros. Além disso, Arguim, monopólio real (mesmo se explorada por companhias concessionárias em que a coroa participava), com preços rígidos, enfrentava necessàriamente a concorrência dos mercadores portugueses e estrangeiros que traficavam em plena liberdade mais ao sul, até São Jorge da Mina.

§ *3 — Os mercados sudaneses do ouro e os resgates de Guiné*

De 1444 a 1446 as caravelas descobriram e reconheceram o cabo Verde, o Senegal e o Gâmbia, e a costa da Guiné até o cabo Roxo, ou mesmo até o Rio São Domingos (Cachéu). No entanto as dificuldades aumentavam, não só dificuldades de navegação, mas também de entabular proveitosos contactos humanos. Antes de mais, havia que aprender as línguas, completamente diferentes das conhecidas, e que ensinar o português a intérpretes negros. Depois, estava-se agora em presença de civilizações organizadas, onde o Islame tentava fincar pé: são sociedades de povoamento denso e organizadas em Estados, dispondo por vezes, graças às flechas envenenadas e às ligeiras almadias, de temíveis meios de defesa, e mesmo de ataque. É também o clima inóspito, são as paisagens exóticas, cheias de múltiplas ciladas. As primeiras viagens dos Portugueses foram desastrosas. Mas pouco a pouco um número crescente de Negros, cativos, comprados ou embarcados por astúcia, vieram a Portugal, onde aprenderam a língua e foram doutrinados na religião católica. Quando Da Noli, Cà da Mosto e os Portugueses com quem aqueles iam, em 1455, percorreram os rios da Senegâmbia e encetaram conversações com os indígenas, serviram-se de intérpretes assim formados, que lhes tinham sido vendidos pelos régulos do Senegal (61). As relações pacíficas com a zona na orla do deserto tinham-se começado a tecer uns anos atrás. Segundo um dos textos da narrativa do Veneziano, datariam de cerca de 1450 (62). Os Portugueses frequentavam já os reinos jalofos (Uolof) do Senegal e do Emcalhor (Cayor), onde reinava a dinastia dos Damels, ao norte do cabo Verde. Em seguida, desta latitude até o Gâmbia eram as regiões povoadas de «negros maus», sempre de arco tenso para desferirem essas setas que não perdoavam: eram os Barbacins — súbditos do *Bor* (= rei) do Sine (rio Salum) — e os outros Sereres. Diogo Gomes vangloria-se de ter sido o primeiro a firmar a paz com o *mansa* (= rei) de Niumi, depois da morte de Nuno Tristão (63), ou seja, de 1446. Aquele mesmo navegador e Cà da Mosto disputam entre si a glória de ter tecido relações comerciais pacíficas na região do Gâmbia, em 1456. Parece que o Veneziano frequentou principalmente o reino da margem esquerda — o do *mansa* de Bati, onde lhe deram um bocado de pó de ouro —, enquanto Gomes subiu o rio até às feiras de Cantor (Kantora), depois de ter conseguido adquirir 180 *pondera* (pesos, quer dizer, miticais?) do precioso metal junto do régulo Frangazick, sobrinho do grande Farim (rei) Sangul (64) Todavia os laços comerciais e humanos devem ter resultado de um *processus* bem mais complexo do que a simples acção de dois navegadores.

No rio Senegal, o resgate do ouro nunca foi muito importante, ao invés do que se deu com a escravatura (65). A razão está nas condições da navegação fluvial aqui. As quedas do Felu (Marmitas dos gigantes) impediam na verdade

(60) Arguim, 6-XI-1514 (*Docs. Corpo Cron. Marrocos*, p. 130).
(61) Cà da Mosto, Navegação I, cap. XXXVI.
(62) Idem, cap. XV. Mas esta passagem não se encontra nos mais antigos manuscritos: tratar-se-á de interpolação?
(63) *V. Fernandes*, f. 274v.
(64) Idem, f. 276.
(65) Idem, f. 90v (1506).

de chegar aos grandes mercados do ouro. O rei D. João II parece que quis mandar quebrar esses rochedos, a fim de os navios poderem alcançar Tombuctu e Gyna; com essa missão enviou Gonçalo Dantas e outro capitão, que lá morreu ([66]). «A viagem do Galam era aliás penosíssima e cheia de incertezas, e não nos devemos espantar, nessas condições, que os navegadores tivessem preferido o Gâmbia como via de penetração» ([67]). Devem ter intervindo também razões políticas, pois os Mandingas controlavam o curso do Gâmbia ao passo que o do Senegal estava em território de Tucurores e Jalofos. Os mercados jalofos, inesgotáveis em escravos, estavam mal fornecidos de ouro, e os Portugueses só conseguiam por isso adquirir aí pequenas quantidades ([68]). Nos livros de contas da Casa da Moeda de Lisboa lemos uma única vez o nome de *Çanaga:* em Outubro de 1521 uma caravela cujo capitão é Francisco do Prado e cujo piloto é Marcos Fernandes traz, por conta do rei, 2 onças, 4 oitavas e 19 grãos (deduzida a perda de fundição do pó em jóias) ([69]). O mesmo que nada.

De outro alcance foi a frequência dos reinos mandingas pela via fluvial do Gâmbia. A chegada de Brancos cristãos por mar e subindo o rio até o alto Gâmbia, até não longe dos contrafortes ocidentais do Futa Djalon, representa verdadeiramente uma viragem na história do ouro sudanês. A caravela de Diogo Gomes alcançou Cantor «qui est habitatio magna circa flumen illud»; para além, a densidade da floresta-galeria não consentia navegar à vela. A notícia correu, como que elèctricamente, atraindo os mercadores de toda a parte. Aqui costumavam vir os comerciantes da serra Geley [Futa Djalon] ao sul e de Quioquia [Kukya, perto de Gao]. Os indígenas contaram que um sistema montanhoso se estendia do norte, desde a serra Albafur (Adrar Mauritânio) até à serra Leoa ao meio-dia, o que pareceu verosímil ao navegador português, dado que os rios descem para Oeste; mas um outro rio, cabedal, de nome Emiu (ou Emin), corre para Oriente: trata-se do Níger. As minas são nos montes Gelu: os Negros alargavam pois o nome de Futa Djalon às terras altas e falésias do Bambuk e Gangaran. O ouro é extraído da areia aurífera, cabendo a apanha aos homens e a lavagem às mulheres. O Bor Melli, quer dizer, o imperador mandinga de Mali, reina também sobre as regiões mineiras, e o seu senhorio estende-se até o oceano ao sul do rio: os reis do litoral reconhecem a sua suzerania. Diogo Gomes, que confessa aliás não ter retido bem os nomes das pessoas e dos lugares, erra certamente, pelo contrário, quando diz que o Bor Melli reside em Quioquia. Com efeito, o próprio itinerário que ele nos transmite, e que de Cantor ia até esta capital, passando pela terra dos Sarakollè, prova bem que Quioquia é Kukya--Gao, junto ao médio Níger (e o itinerário descrito por Cà da Mosto, a propósito de *Cochia*, na via para o Egipto, confirma-o). O velho navegador deve ter confundido a potência mandinga em declínio com a potência sonrhai em ascensão: o que nos conta, a propósito do Níger e do lago Tchade, acerca das guerras constantes entre os Negros do rei Sambegeni e os Brancos de Semenagu (guerras cuja notícia chegou também a Oram e a Tremecem) aplica-se perfeitamente às lutas tradicionais entre os Sonrhai e os Tuareg. De Quioquia, vasta cidade rodeada de muralhas de tijolos, partem caravanas de camelos carregados de ouro em direcção ao Cairo, a Tunes, a Fez e a todas as cidades da África muçulmana ([70]).

([66]) Idem, ff. 69 e 90v. A descrição situa Felu a 100 léguas da foz; mas as quedas não estão a esses 600 kms, estão sim a uns mil. Ver Monod e Mauny, nota 6 à sua trad. de V. Fernandes.

([67]) Monod e Mauny, nota 8.

([68]) *V. Fernandes*, f. 96v.

([69]) Ano 1521, no capítulo do ouro da Mina, e f. 28r.

([70]) *V. Fernandes*, ff. 276v-278. Vários erros no texto latino.

O pó de ouro era extraído das areias da «ilha» *tibar*, isto é (sabêmo-lo hoje), da região delimitada pelo Senegal ao norte, o Falémé a Poente, o Bakoy a Leste (ambos afluentes do primeiro), o Futa Djalon a Sudoeste e o Tinkisso, afluente do Níger, ao sul; abrangia os dois países conhecidos pelos nomes de Bambuk e Gangaran, de povoamento negro animista e feiticista (se quisermos condensar grosseiramente sob rótulos as indicações coevas; na realidade, como é bem conhecido pelas pesquisas de Griaule e outros, as religiões negras dessa zona são altamente complexas, formulando mesmo uma mitologia de cariz filosófico). Além da recolha do pó, estes Negros «beiçudos» praticavam já sem dúvida a técnica dos poços e galerias, como ainda acontece em nossos dias nestas mesmas regiões do Bambuk e Buré, e igualmente na Costa do Marfim e na Costa do Ouro. As escavações arqueológicas no vale do Geba demonstram que os contemporâneos do império de Ghana e do império do Mali perfuravam a laterite em poços verticais que desciam até 20 m de profundidade e os uniam por galerias horizontais ([71]).

Esses recolectores de areias auríferas e esses mineiros não se deixavam ver pelos comerciantes e pelos carregadores que vinham comprar-lhes o precioso metal. Cà da Mosto descreve-nos com clareza esta «permuta muda» já assinalada por Heródoto e pelos autores muçulmanos:

«Tutti quelli di qui è il sale, ne fanno monti alla fila, ciascuno segnando il suo; e dappoi fatti i detti monti, tutti della caravana tornano indietro mezza giornata; dipoi viene un'altra generazione di Negri che non si vogliono lasciar vedere nè parlare: e vengono con alcune barche grandi, che pare che escano d'alcune isole, e dismontano; e veduto il sale, mettenvi una quantità d'oro all'incontro d'ogni monte [de sal]; e poi tornano indietro, lasciando l'oro e il sale; e partiti che sono, vengono li Negri del sale: e se la quantità dell'oro li piace, [prendono l'oro e lassano el sale; sel non ge piase,] lasciano il detto oro col sale: e tornansi indietro; e dipoi vengon gli altri Negri dall'oro, e quel monte che truovano senza oro lo levano, e agli altri monti di sale tornano a mettere piu oro, se li pare, ovvero lasciano il sale. E a questo modo fanno la sua mercanzia senza vedersi l'un l'altro, nè parlarsi, per una lunga e antica consuetudine.» «E benche questo para una dura cossa a dover creder, pur ve certifico haver habudo questa information da molti mercadanti sive arabi come azanegi che vano con sue caravane a Tambuctu e a Meli, Império de negri antediti; e ancho Io ho habuto da mercadanti de Negri che uxano al dito luogo de Meli da persone da chi lomo puol prestar fede.» ([72])

Quase dois séculos mais tarde, o inglês Richard Jobson ouvirá uma descrição semelhante da boca de um negro de Farimbraço: «Hee told me that not farre from Jaye, there were a people who would not bee seene; and that the salt was carryed unto them, and how the Arabecks, had all their gold from them, although they did never see them: demanding the cause, hee made a sighe unto his lippe, and could receive no farther answer.» Assistimos em seguida ao escambo mudo, graças ao qual os Negros que não se deixam ver adquirem o sal indispensável para evitar a putrefacção dos seus lábios grossos ([73]).

Barreira destinada a proteger as crenças desses recolectores de pó aurífero contra as tentativas proselitísticas do Islame, e a defender essas colectividades dos tentáculos políticos dos impérios sudaneses e saarianos, não era, como fácil é adivinhar, inteiramente intransponível: os mercadores *Uangara* — a que João Rodrigues chama «Húngaros» (mas a palavra, como Monteil mostrou, significa simplesmente «mercador») —, geração distinta dos outros negros, por toda a parte disseminada sem constituir um estado, sem dispor de qualquer poder político, frequentavam a «ilha» *tibar* ([74]). A região das minas de ouro e dos negros «beiçudos» reconhecia a suzerania do Mandimansa, como reconhecera anterior-

([71]) Teixeira da Mota, *Guiné Portuguesa*, I, pp. 130-3.
([72]) Navegação I, cap. XII. Reproduzimos o texto dado por Caddeo, completado e corrigido pelo editado pela Academia de História (pp. 21-22).
([73]) *The Golden Trade* (1620-1621), pp. 128-131.
([74]) Descrição de João Rodrigues (contra Cà da Mosto), em *V. Fernandes*, f. 75r.

mente a do imperador de Ghana, e pagava-lhe tributo; mas não estava ocupada por forças do suzerano, que nem sequer lá tinha funcionários para fiscalização: os laços eram pois bem ténues.

Intérminas cáfilas humanas levando à cabeça, à ida, o sal, e no regresso o ouro, iam e vinham entre Djenné ou Mali e Cantor, por um lado, e a região mineira, por outro; quando se sentia cansado, o carregador espetava no chão duas forquilhas de maneira a ficarem de pé, e sobre elas punha os blocos de sal. As caravanas de camelos só descem, com efeito, até Djenné, quando muito até Mali; entre estas duas cidades vai-se frequentemente por via fluvial ([75]).

No século XVII, a aceitarmos a informação de Jobson, o transporte fazia-se a lombo de asnos. A récua começava a andar antes da alvorada e caminhava durante umas três horas, depois repousava até duas horas antes do pôr do sol; então retomava o caminho, aproveitando uma parte da noite. Com intervalos de dois ou de três dias parava numa vilória, onde se realizava uma espécie de feira. Assim decorria a jornada, por exemplo, entre Cantor ou Setico e o sertão donde se volta com ouro em pó e nozes de cola adquiridas em permuta do sal que outras récuas de burros tinham ido buscar antes disso ao litoral marítimo, no reino do Bor-Saló, a troco de escravos ([76]).

Foi primeiro Ghana, no Aukar, que, do século XI ao XIII, constituiu o grande empório do ouro e do tráfico trans-saariano. Comerciava com Ceuta, donde recebia o coral (Edrici), com Sidjilmessa e com Taghaza, que lhe enviavam sal, contas de vidro azul e braceletes de cobre (Maçudi). O sal permutava-se por metal amarelo, quer em igualdade de pesos, quer por peso duplo ou mais ainda, consoante a concorrência ([77]). De direitos alfandegários, pagava-se um dinar por carga de sal à entrada, 2 à saída; 5 miticais por carga de cobre, e 10 quando se tratava de outros artigos. A própria capital compunha-se de duas cidades: a cidade muçulmana, ocupando uma vasta área, com doze mesquitas, edifícios de pedra e de madeira de acácia (da árvore da goma), era habitada pelos comerciantes «árabes» e berberes, imames, mueddines, cadis (juizes) e muftis (juristas), eruditos; e a seis milhas daí, na floresta, a residência real: o palácio, o tribunal, uma mesquita para os muçulmanos que iam à corte, e as cabanas de terra batida com seus telhados cónicos de colmo, rodeadas por um tapume. Entre as duas cidades (estamos já ante um caso de «conurbação») dissemina-se um povoamento assás denso. Em plena floresta estão os túmulos reais, os «ídolos», as cabanas dos sacerdotes encarregados do culto e as dos feiticeiros, bem como as cadeias: é o bosque sagrado, onde é proibido ao leigo penetrar. Ghana era a capital de um imenso império, cujo rei podia mobilizar (os números são sem dúvida exage-

---

([75]) Idem, f. 74v; Diogo Gomes, em *V. Fernandes*, ff. 277v-278 («nigros persequentes vias illas vidi venire oneratos de auro»); Cà da Mosto, Navegação I, cap. XII. Leão o Africano (II, pp. 164-8), descreve o mesmo sistema a propósito de uma região a que chama Guangara e que situa a Leste do Níger e a sudeste de Zamfara; mas, como já observou Bovill (*Caravans*, p. 111), Leão deve ter confundido, por causa da existência de Uangara em país Haússa, esta região com o Gangaran dos geógrafos muçulmanos, perto do Senegal; não se exclui assim formalmente, no entanto, a possibilidade de se praticar idêntico sistema de transporte nas duas regiões, porquanto perto de Guari também há ouro. Cada escravo levaria à cabeça enormes cabaças, prèviamente secas e esvaziadas, onde transporta o metal ou mercadorias com um peso até 100 libras; percorre assim umas 10 milhas, ao fim das quais passa a carga a outro; o mesmo escravo chega a fazer duas vezes por dia esse percurso. O comboio humano é acompanhado por uma escolta armada, composta também de escravos, e caminha através das montanhas inacessíveis aos animais.

([76]) *The Golden Trade*, pp. 101, ss., 107, 115.

([77]) Abû Hâmid al-Andalusî al-Gharnati, *Tuhfat al-albâb wa nuhbat al-a'gâb*, trad. G. Fernand, «Journal Asiatique», 1925, pp. 243-5.

rados) 200 000 guerreiros, entre os quais 40 000 frècheiros ([78]) que com os seus arcos pequenos e curtos desferiam setas envenenadas ([79]).

O ouro em pepitas pertencia ao rei, o ouro em pó, a quem o encontrasse. O melhor vinha de Ghiaru (El-Bekri). Estava muito espalhada a convicção de que o metal é cultivado. Assim, Abu Hâmid conta que «cultivam nas suas areias o ouro em pó excelente; encontra-se aí em grande quantidade» ([80]). Ghiaru ou Gadiara, cidade fortificada de Negros na margem direita do Senegal (em frente da actual Kayes), numa região densamente povoada com aldeias negras mas frequentada e habitada por numerosos muçulmanos, era então o grande mercado onde o metal se concentrava e donde era expedido para Ghana; aí é que os oficiais do imperador cobravam o tributo que os mineiros lhe deviam. Desse centro à capital sarakollè gastavam-se 18 dias na viagem: depois de deixar Gadiara atravessava-se o país dos «idólatras» Gharental, onde pululam os elefantes e as girafas, e fazia-se escala na sua cidade de Garbil, perto do paúl de Magui; prosseguia-se ao longo do curso do rio Kolimbiné e depois, numa travessia de 11 jornadas, alcançava-se Dâga, com a sua paisagem de imbondeiros, e daqui ia-se a Samacanda, que ficava a 4 jornadas de Ghana e estava numa província dependente desta capital ([81]).

Ao noroeste de Gadiagara, mas também perto do Senegal, Jaressi ou Diaressi, cidade muçulmana em país idólatra, constituía outro mercado importantíssimo do ouro. Os Negros Nughamarta, tão dados à actividade mercantil, transportam para todo o lado o requestado *tibar* ([82]). A leste de Diaressi, entre o Senegal e o seu afluente que o une ao paúl de Magui, estendia-se o estado independente de Faraui (Diomboko ou Kaarta actuais) onde o metal se permuta pelo seu peso em sal ([83]). A noroeste da mesma Diaressi situava-se a cidade de Kugha, igualmente muçulmana no meio de populações «idólatras»; animada escala das cáfilas de camelos que vêm do Adrar Mauritânio e de Aulil (a costa) carregadas de sal, cauris e cobre, irradia o ouro em pó pelos mercados saarianos ([84]).

Na margem esquerda do Falémé e do Senegal viviam os Negros «idólatras» de Galembu (Galam), que acatavam a longínqua suzerania do imperador de Ghana. Mais a ocidente, a cavalo sobre o Futa Toro, os Negros de Toronka fabricavam as tangas *chigguiya* (cada família tinha o seu algodoeiro), para as quais havia numerosa clientela entre os ribeirinhos do Senegal ([85]).

Do lado do poente, o império de Silla ocupava as duas margens do rio; islamizado já antes de 1040 e assás poderoso, guerreava contìnuamente contra os «idólatras». O modo de vida baseava-se na creação de bovídeos e no cultivo da *durra* (espécie de milho ou sorgo?). Senhoreava uma parte da via fluvial; vindo da costa passava o sal de Aulil, a caminho dos mercados do ouro; do norte (por intermédio de Kugha ou de Gadiara?) chegavam-lhe as braceletes e manilhas de cobre, e do Futa Toro as tangas de algodão ([86]). Os Tucurores, que se tinham convertido igualmente ao Islame pela mesma época, habitavam a região a Oeste de Silla; entre eles e o oceano estendiam-se os Negros Senegana, herdeiros do nome dos nómadas do Sáara — os Sanhadja ou Azenegues ([87]).

([78]) El-Békri, pp. 381-7.
([79]) Abû Hâmid, pp. 254-9.
([80]) Idem, p. 243.
([81]) El-Békri, pp. 386-90; Delafosse, *Haut-Sénégal*, II, pp. 44-8
([82]) El-Békri, pp. 387-8.
([83]) Idem, ibidem; e Delafosse, cit., II, p. 51
([84]) El-Békri, p. 390; Delafosse, II, p. 51.
([85]) El-Békri, pp. 378-81; Delafosse, II, p. 41.
([86]) El-Békri, pp. 378-9.
([87]) Idem, pp. 377-8.

As almadias dos Negros desciam o Senegal pelo menos desde as quedas de Felu e, saindo a foz, costeavam em direcção norte até às salinas de Aulil (na zona de Trarza, perto do cabo Mirik); ao voltar descarregavam o sal em Tekkrur (Tucurol) e Silla, donde irradiava para Barisa, Kugha, na região de Gangaran, alcançando mesmo Ghana. Mas o tráfico entre Aulil e as cidades sudanesas era também feito pelas caravanas de camelos, nos séculos XI-XII ([88]). Posteriormente, em Quatrocentos e começos de Quinhentos, a via fluvial-marítima deixará, ao que parece, de ser frequentada: os cameleiros tinham conseguido açambarcar o tráfego ([89]). Os camelos tinham vencido as almadias — segundo toda a probabilidade, porque os nómadas, que rondavam mais perto das marinhas de sal, tinham dominado os Xirmeiros do litoral e excluído os Negros. O Senegal deixou de ser uma grande via de penetração — deixou de ser o rio do Ouro...

Para nascente, antes da fundação e grandeza de Tombuctu era Tiraka, no cotovelo do Níger, que funcionava como mercado principal, pois servia de escala às caravanas de Ghana — a capital do império do ouro —, a Oeste, e de Tadmekket,, a Leste — donde lhe vinham o cobre de Takeda e o sal do Sáara central ([90]). O Níger servia também de via de intensa circulação. Para jusante, ao fim de três jornadas de navegação chegava-se a Gao ou a Kukya: cidade negra onde residia o rei, e cidade muçulmana, ambas a nove jornadas de marcha de Tadmekket que retransmitia o sal extraído em Tutek (desta salina até àquela escala gastavam-se 6 jornadas de marcha). O rei, cujas refeições decorrem ao som dos tambores e a assistir ao espectáculo das danças das negras, convertera-se ao Islame; mas o povo, vestido de tangas ou de peles consoante as posses, permanecia «idólatra». Era evidentemente o sal que servia de moeda ([91]).

O império saheliano e senegalês dos Soninké (Sarakolé) de Ghana rui ao dealbar o século XIII, e uma nova potência, com centro mais ao sul, a dos Negros Mandingas, surge então, esmaga a anterior e floresce até o século XV. Esta ascensão de uma nova potência estará relacionada com a entrada em exploração de novos jazigos auríferos mais meridionais — os de Buré? Nas cartas catalãs e genovesas de Trezentos, eis, além do cameleiro embuçado, o rei negro sentado no seu trono, com uma pepita de ouro na mão. É o Mandimansa: o *mansa*, isto é, o rei dos países Mandi — dos países dos Mandingas; chamam-lhe também Bor-Mali, que o mesmo é dizer «rei de Mali», pois esta é a sua capital, junto ao rio Sankarani, perto de Alto Níger. Monarca de fabulosa riqueza: Diogo Gomes não nos conta que os Negros do Gâmbia lhe «dixerunt, quod ipse esset dominus omnium minarum, et quod ipse habebat ante portam atrie sue quendam lapidem auri, sic nascitur in terra siue quod ad ignem adhuc non fuit, in magnitudine sic quod XX homines vix eum mouere possent, et quod ad illum rex ille ligaret semper suum aequum, et quod habebat istum lapidem auri non propter nobilitatem et magnitudinem sic inventum, et quod nobiles suae curiae in naribus et auriculis deferunt plenas auro.» (*Manuscrito V. Fernandes*, f. 277). Era a famosa pedra de ouro dos imperadores de Ghana, herdada pelos de Mali, e que um

---

([88]) Fontes: El-Békri, e Edrici (*Description de l'Afrique et de l'Espagne*, p. 2) Ver sobretudo o estudo de H. Gaden, *Les salines d'Aoulil*, na «Revue de l'Orient Musulman», 1910, pp. 436-43. Não podemos seguir Jaime Cortesão (*Descobrimentos portugueses*, I, pp. 48-50) que sugeriu a localização de Aulil na ilha do Sal do arquipélago de Cabo Verde. Se os geógrafos muçulmanos falam de uma ilha do sal e de uma ilha das tartarugas, não nos podemos esquecer que nas ilhas de Arguim também estas se encontravam, como se vê na *Crónica da Guiné*, caps. XVIII-XIX (aliás citados por aquele grande historiador, mas não em ligação com este problema).

([89]) *V. Fernandes*, f. 85.

([90]) El-Békri; e Delafosse, II, p. 164.

([91]) El-Békri, pp. 399-400.

destes, necessitando de dinheiro, venderá a comerciantes egípcios no século XV. Toda a Terra dos Negros, desde o oceano ao sul do Gâmbia até Tombuctu, até o Sahel, ao norte, e até para lá do Médio Níger e de Gao a nascente, obedecia ao imperador de Mali. Fiel muçulmano, como o tinham sido os seus antecessores, os imperadores de Ghana, ia de peregrinação a Meca, espalhando o ouro a rodos por todo o percurso — e com o ouro, a sua fama. Todos os anos caravanas de milhares de camelos traziam do Cairo, passando pela mina de cobre de Takeda e por Kukya, as preciosas manufacturas e os ricos produtos orientais, voltando de Mali ajoujadas de fulvo metal (Ibne Khaldun). Da capital mandinga, por via fluvial e terrestre, os comboios de mercadorias iam a Tombuctu e daqui dirigiam-se, uns, para o Tuate, donde continuavam para Tunes, outros, pela escala de Uadam, alcançavam Oram ou as cidades marroquinas ([92]).

Em começos do século XVI, quando já não tinha o poderio político nem os esplendores de Ibne Batutah ainda conhecera, Mali contava cerca de 6 000 fogos; entre os seus naturais, numerosos eram os que se consagravam à mercancia e com ela enriqueciam; mas numerosos eram também os mercadores estrangeiros aqui estantes ou que a frequentavam; na sua população, civilizada e culta, elevada era a percentagem de artífices. Erguiam-se belas mesquitas, onde se encontrava um numeroso corpo de religiosos e de letrados que aí ensinavam (a mesquita era pois também uma escola, como a catedral na Europa cristã). Agora tributário dos Sonrhai de Gao, que o arruinam com as suas exigências financeiras, e por isso tão deminuído na sua importância, o rei mandinga habita ainda aqui com a sua corte, e acolhe os estrangeiros com entusiasmo. Graças à fertilidade do território onde está situada, a cidade está bem abastecida de cereais e de carne, e nunca falta o algodão para as suas fiações e os seus teares ([93]).

Nas informações recolhidas em 1506 por Valentim Fernandes justapõem-se contraditòriamente os ecos da grandeza passada e a decadência da época de Leão o Africano. «Este rey [Mandimansa] he senhor de muytos vasallos e lhe pagã muytas parias.» Poderosos, entre esses vassalos estão uns senhores grandes a que chamam *foroes* (ou *farins*): são como corregedores ou governadores reais, e o seu ofício e dignidade é muito respeitado entre os Mandingas. O Mandimansa é senhor de muitas riquezas: ouro, prata e todas as mercadorias que se tratam em Messa, em Akka e outros lugares do lado do oceano ([94]); tem mesmo cavalos — o que representa o cúmulo da opulência e do poder na África Negra... O palácio real está protegido por seis cercas: «quem ha de chegar a elle ha de passar por vj [= seis] portas onde em cada porta está seu porteyro. E na porta derradeyra amtes que cheguem a elle estã muytos archeyros que guardã aquella porta.» A fim de realçar a sua majestade, o rei rodeia-se de complicado cerimonial: só as suas serviçais o vêem comer. Quando se desloca é levado em cima de um boi e é acompanhado de numerosa comitiva. Senta-se num formoso estrado de coiro de boi, sobre o qual ninguém mais pode subir e em que nem sequer ninguém mais pode tocar com os pés. Quando morre, matam-se os seus servidores e a sua primeira mulher e enterram-se todos numa cova sobre a qual se constrói um sobrado com

---

([92]) Cà da Mosto, Navegação I, cap. XIII.

([93]) *Léon l'Africain*, II, pp. 150-1.

([94]) O texto que até nós chegou enxameia de faltas de sentido e de erros de cópia, e as edições feitas ou comentários propostos não se têm preocupado sempre por esclarecer umas e corrigir outros, ou caíram mesmo em novos contra-sensos e interpretações discutíveis. No texto editado lê-se: «que tracta em Mecha e daca». Como Mali não comerciava com a Meca, conquanto comerciando com o Cairo, afigura-se-nos plausível que «Mecha» designe aqui Messa, com a qual sabemos por outras fontes que a capital mandinga estava efectivamente em relações. Quanto a «daca», Monod e Mauny propuseram identificá-la com o Daquém (ou Decão-Dekkan), na Índia — o que é realmente ir longe demais. Muito mais simples seria ler «da cá», isto é, «deste lado de cá» — evidentemente o lado do mar (pois são navegadores oceânicos que falam). Mas ocorre relacionar de preferência com Akka, *ksar* (alcácer, isto é, castelo) do Sáara marroquino: o confronto com o documento que contém uma informação sobre os caminhos de Meca a Tombuctu, prova que é esta a interpretação correcta, pois lá aparece, entre Haha e Gazula, «Acaa» como mercado do comércio trans-saariano.

rama encimado por um monte tão alto como uma casa; o rei e a sua mulher ficam enterrados com todas as suas jóias, adornos e armas. A justiça régia exerce-se implacàvelmente ([95]) — já Ibne Batutah elogiara o espírito de justiça dos Negros ([96]).

Em meio de tal descrição, um parágrafo soa bem diferentemente: «Elrey de Mandinga traz vestido hũa camisa dalgodõ e cava e roça como os outros negros. E nõ tem mais salvo quanto elle trabalha de seu, e nõ tem tributo alguũ, salvo o poder de matar e destruyr a qualquer malfeytor.» (f. 106). Já não se trata evidentemente do imperador de Mali, mas sim de um rei mandinga reduzido à insignificância — o vassalo do imperador de Gao, conforme nos informa Leão o Africano ([97]).

Seja como for, as cidades mais próperas são agora — fim de Quatrocentos e primórdios de Quinhentos — Djenné e Tombuctu.

Djenné, que o informador de V. Fernandes descreve como uma grande cidade de edifícios de pedra e cal, cercada de uma muralha (de taipa, provàvelmente), não passaria, segundo Leão o Africano, de uma grande aldeia composta de lugarejos com casotas branqueadas de cal e cobertas de palha, numa região onde se não encontram cidades nem castelos. Nas redondezas, os camponeses cultivam cevada e arroz, criam gado, têm plantações de algodoeiros cujo algodão abastece a indústria têxtil «urbana». Reside aqui um senhor — sabemos aliás, por outras fontes, que durante muito tempo Djenné conseguiu manter a sua independência em face do Bor-Mali; mas agora paga tributo ao rei de Gao. A população conta imames e outros religiosos, doutores da lei, letrados, oficiais de autoridade, e, bem entendido, mercadores e tecelões. Todos se vestem de panos de algodão preto e azul, e com igual pano cobrem a cabeça, salvo os ministros do culto e os letrados, que se vestem de branco.

Foram sem dúvida a deslocação do poder político para leste — de Mali para Gao — e a ascensão e prosperidade de Tombuctu, que dessa deslocação não é independente, que fizeram, em parte, a fortuna de Djenné, sucedendo à antiga capital mandinga como entreposto e ponto de encontro dos mercadores do norte e dos das minas de ouro. Estes últimos Uangara, com efeito, apenas vão e vêm entre a zona mineira e o mercado de Djenné; o seu trato é de vultuosos cabedais, pois há-os cujos negócios montam a 60 000 miticais, ao passo que os mercadores do norte, que trazem o sal, negoceiam com cabedais no valor de uns 10 000 miticais. A verdade e a honestidade mais estritas reinam nas suas relações: não são necessários actos escritos, nem sequer testemunhas, pois plena é a confiança que uns têm nos outros; se acaso morre um uangara, logo o seu filho ou o seu herdeiro se apresenta sem falta para liquidar as dívidas que eventualmente existam. Do Maghrebe importam-se panos europeus, coiros, latão, armas; dos oásis saarianos, tâmaras; mas a mercadoria de maior volume de tráfego e de maior valor é, escusado seria repeti-lo, o sal. Para o norte enviam-se panos de algodão — um dos artigos que dá mais lucro aos Negros — e, bem entendido, o metal amarelo ([98]).

([95]) *V. Fernandes*, ff. 105-8, e a tradução comentada de Monod e Mauny (na qual há alguns deslizes: assim *ofício* foi traduzido por «métier» em vez de «office» — cargo público —, e *corregedor* por «officier», quando se trata de oficial de justiça e governo — «corrégidor»).

([96]) *Voyages*, IV, pp. 416 e 421.

([97]) O informador de V. Fernandes situa a capital mandinga, a que dá o nome de Jaga, a 700 léguas do mar, e di-la cercada de taipa (f 105v). Estas indicações não deixam de surpreender. Sabemos, por outras vias, que a capital mudou de cidade durante a história do império mandinga: Niani sucedeu a Djeriba e foi, muito mais tarde, substituída por Kangaba. Mas de Ibne Batutah a Leão o Africano a residência real e sede da corte foram em Mali — o mesmo é dizer, em Niani. Ora Jaga, que Delafosse identificou com o país Zaghari de Ibne Batutah, situa-se na margem esquerda do Níger, a noroeste de Djenné, por conseguinte bem longe e a nordeste de Mali. Tratar-se-á de confusão do informador português, ou de situação transitória ou local? Não o sabemos.

([98]) *V. Fernandes*, ff. 74v-75. *Léon l'Africain*, II, pp. 148-150.

De Djenné podia-se ir directamente a Ualata, mas na maior parte das vezes ia-se primeiro a Tombuctu de piroga ([99]): descia-se primeiro um afluente que na época das cheias — de Julho a Setembro — forma um rio navegável e chegava até a transformar a cidade numa ilha; depois, pelo próprio Níger alcançava-se Kabara, porto fluvial a 12 milhas de Tombuctu, onde se desembarcava para ir por terra a esta última cidade. Grande aldeia, não fortificada, Kabara, que é governada por um lugar-tenente do senhor de Tombuctu, não difere desta capital nem quanto às casas nem quanto aos habitantes — um porto é forçosamente um lugar de encontro de desvairadas nações —, apenas difere nas dimensões. É o porto que abastece o grande centro urbano e empório de que depende ([100]). De Djenné a Tombuctu as embarcações têm de ser, em várias secções do percurso, levadas à sirga, durando a viagem ao todo 14 jornadas ([101]).

Tombuctu veio tomar o lugar de Tirakka no século XIII. Devia a sua ascensão ao imperador Solimão, o grande *mansa* que, no regresso da sua peregrinação a Meca, aí mandou edificar, por um arquitecto — e poeta — granadino, uma mesquita e um sumptuoso palácio. Mas a maior parte das casas eram de taipa, terra batida e gesso, com cobertura de palha. O senhor, a princípio dependente do Bor-Mali, posteriormente vassalo do imperador de Gao, possui fabulosos tesouros de ouro; dispõe de meios para sustentar um corpo considerável de frecheiros peões — que disparam setas envenenadas — e 3 000 cavalos, factor militar decisivo no Sahel-Sudão. Guerreia frequentemente todos aqueles que lhe recusam tributo: excelente forma de manter o mercado bem aprovisionado em escravos. Tudo está perfeitamente regulado na sua corte, verdadeiramente magnífica; e, como a todos os senhores negros, deve-se-lhe a reverência de rojo no chão, atirando aquele que a presta mãos cheias de terra por sobre a própria cabeça. Cidade islâmica, as mulheres saem sempre de rosto velado, excepto as escravas. Os estudos estão desenvolvidos e são muito estimados, e o senhor honra os letrados; é ele quem sustenta à sua custa os ministros da religião e os doutores; aliás nenhum artigo de comércio dá lucros comparáveis aos que dão os livros, de venda sempre assegurada.

Está a cidade abundantemente abastecida de grãos, carnes e manteiga; ao percorrê-la passamos por bazares que são uma tentação, e é quase só por si uma cidade a população de tecelões que vivem a fabricar panos de algodão. Os seus habitantes são opulentíssimos graças ao negócio, mas são-no mais ainda os comerciantes estrangeiros aqui estantes: duas das filhas do rei não estão casadas com dois irmãos, ambos comerciantes de avultados cabedais? Quase não há habitante de Tombuctu que não possua escravos.

Do norte, as caravanas trazem cavalos da Barbaria e principalmente o sal de Taghazza e de Aulil. É em Tombuctu que os mercadores vendem os camelos com as respectivas cargas de barras, por 100 a 120 miticais; o sal, raro e caro, é em seguida embarcado em almadias e levado para Djenné, vendido a troco de ouro. Mercado de todo o metal amarelo que irradia para o Levante e para o Poente, bem como do sal que os Negros não podem dispensar, Tombuctu deve a esta função a sua posição de grande cidade, cujo comércio atinge inimagináveis proporções ([102]).

Em Djenné, o ouro a peso servia de moeda nas transacções de maior volume ou valia, e o ferro pagava as pequenas compras. Em Tombuctu circulavam

---

([99]) Barcos estreitíssimos e alongados, escavados num meio tronco de árvore, e navegando à vela: assim no-los pinta Leão o Africano.

([100]) *Léon l'Africain*, II, p. 155.

([101]) *V. Fernandes*, f. 74v.

([102]) *Léon l'Africain*, II, pp. 151-2; *V. Fernandes*, f. 74v.

espécies de ouro finíssimo e também, para as transacções do dia-a-dia, cauris, de que 400 equivaliam a um mitical. Leão o Africano, que nos dá todas estas informações, diz que estes cauris vêm da Pérsia; embora não seja impossível, é antes nas Maldivas que há que pensar como sua origem — mas seja como for a sua chegada até aqui não deve espantar se nos lembrarmos da regularidade das relações caravaneiras entre Tombuctu e o Cairo. (Veja-se aliás o cap. 7 desta 1.ª Parte).

Ibne Batutah embarcou em Tombuctu numa piroga para descer o rio até Gao, atravessando regiões densamente povoadas de aldeias sonrhai. O reino compunha-se, na verdade, de numerosíssimas aldeias e lugarejos de camponeses e creadores de gado, população assás ignorante e pobremente vestida — de inverno, de peles de carneiro, de verão quando muito o sexo tapado com um paninho de algodão, os pés descalços ou, por vezes, protegidos com um coiro de camelo. A própria capital, se bem que bastante grande, sem cerca, era feia, com excepção da residência do rei e da sua corte. Mas não faltavam o pão nem a carne, e maior ainda era a abundância de arroz; não havia porém vinho nem fruta — apenas melões, abóboras, cabaças. Os habitantes de Gao são ricos, porque há entre eles elevado número de mercadores que traficam sem descanso, percorrendo todas as cidades.

E eis que vemos chegarem as intérminas filas de Negros transportando à cabeça o ouro em quantidade tal que nem sempre conseguem vendê-lo todo. Estão sempre dispostos a comprar sem contar os artigos do Norte: tecidos europeus, mesmo os mais finos fabricados em Veneza (escarlatas, azuis, violetas), armas, cavalos... Na praça central realiza-se o mercado de escravos. Quando Leão o Africano visitou Gao, um negro ou uma negra de quinze anos valia 6 ducados, um cavalo, 40 ou 50 — por conseguinte, permutava-se um cavalo por 7 a 9 escravos; uma vara de pano europeu do mais ordinário custava 4 ducados, ao passo que por uma vara de pano fino de Veneza havia que dar pelo menos 30; uma espada de qualidade inferior valia 3 a 4 ducados. Mas era, como seria de prever, o sal a mercadoria mais cara ([103]).

Sonni Ali, durante o último quartel do século XV, gizou os alicerces do império sonrhai, subjugando inclusivè o Bor-Mali. No decurso da primeira metade de Quinhentos, sob a dinastia dos Áskia, o império dilatou-se constantemente, até atingir o lago Tchade a leste, abarcando todo o país haússa e mesmo o Aïr, e portanto as salinas de Tutek e as minas de cobre de Takeda, bem como, ao sul, o ouro de Guari; em direcção ao poente dominava os grandes mercados de Tombuctu e de Ualata, e durante um período não curto as salinas de Taghazza, o que suscitará conflitos com Marrocos; a própria Mali reconhecia a sua suzerania, e a fronteira ocidental confinava com o Tekkrur. Era um imenso império do ouro e do sal, de que o Níger constituía o eixo, controlando todas as rotas importantes sudano-sahelianas. Uma das razões determinantes da sua grandeza não teria sido precisamente essa longa via que vai de Mali, Djenné e Tombuctu, passando por Gao, até o Cairo? E não resultará, em parte, da formação e florescimento deste império sonrhai o novo arranque da amoedação do ouro no Egipto a partir de 1516, bem como, de outra banda, a ascensão dos Chorfa Sa'adianos em Marrocos? A este segundo ponto teremos de voltar.

Todavia, em latitude alguma o império sonrhai banhou nas águas oceânicas ou sequer delas se aproximou. A oeste, esbarrou contra os Tucurores, no Senegal, e se conseguiu impor o pagamento de páreas ao Bor-Mali (embora com intervalos em que este escapou ao tributo), nunca ocupou efectivamente o país mandinga nem as zonas auríferas do Bambuk e Gangaran e em momento algum teve nas suas mãos a via do rio Gâmbia. Deste modo os Portugueses jamais tiveram que se haver com ele, e puderam continuar a obter o pó *tibar* nos «Rios de Guiné».

Foi o Gâmbia, desde 1456 o mais tardar, que constituiu a via principal de penetração. Os Portugueses frequentavam regularmente as feiras de Cantor, até

([103]) *Léon l'Africain*, II, pp. 156-8.

onde subiam os navios de 50 a 60 tonéis que, em grande número, acorriam a este rio. Desembarcavam-se todas as qualidades de panos e tecidos, sedas, carapuças, manilhas de latão, pedras de cornalina, sombreiros, etc. Chegavam de longínquas paragens mercadores negros com ouro, e nestas feiras os Portugueses compravam-lhes por ano 5 000 a 6 000 dobras. Uma caravela trouxe de uma vez para Lisboa, em data anterior a 1502, metal no valor de 2 062 830 reais, ou seja, quase 4 500 dobras. Mais tarde, o tráfico de Cantor e do rio Gâmbia foi arrendado por período trienais: de 1510 a 1517 os arrendatários pagaram ao Estado 454 500 reais anualmente ([104]). Mas o monopólio nunca chegou a ser hermético, e os habitantes das ilhas de Cabo Verde, entre outros, jamais renunciaram a ir aos «resgates» do país mandinga.

Durante todo o século XVI as caravelas entraram no Gâmbia e Portugueses e Mandingas encontraram-se nas feiras de Cantor, de Junho a Setembro: assim foi pelo menos até 1586, a darmos crédito a Álvares de Almada. Aí «i portoghesi hanno una fattoria, che si chiama Riscatto di Cantor. Ivi à baratto di varie merci, tirano a se l'oro di quei paesi.»: este eco chegado até à Geografia universal do italiano Botero diz muito sobre o papel que conservava o trato desta feitoria ([105]). Segundo Álvares de Almada, que fez esta viagem em 1574 e talvez de outras vezes, os navios subiam o rio 120 léguas — cerca de 720 km — a contar da foz, até o porto fluvial de Jagrançura, que servia a aldeia de Sutuco. É até aqui igualmente que chega o navio de Richard Jobson em 1621, sem continuar viagem para montante devido à espessura da floresta que cobre as próprias águas ([106]): esta indicação confirma a de Diogo Gomes, e as explicações apresentadas pelo português e pelo inglês coincidem, a 165 anos de intervalo. Desde as minas até Sutuco (ou Setico) a ida e volta leva quatro luas, segundo ouviu dizer Jobson ([107]), ou seis meses no mínimo, segundo os informadores de Almada. Os mercadores mandingas que fazem esta viagem exercem funções religiosas que lhes conferem carácter sagrado — certamente para segurança da travessia, e também dado o cunho ritualico que têm as transacções nas civilizações pré-industriais. Diz Álvares de Almada, em 1594, que são enviados por um imperador negro, o Mandimansa, que os Portugueses jamais teriam visto (no que se enganava este capitão português); todos os Negros de Guiné lhe prestam obediência e o respeitam a tal ponto que basta nomeá-lo para descobrirem a cabeça. Como vemos, embora o Askia de Gao tivesse submetido à sua suzerania longínqua o Bor-Mali, não conseguira substituir-se-lhe no Ocidente, nem destruir a sua lenda, e, na realidade, o império mandinga, ou federação de reinos, subsistia ainda entre o Alto Níger e o mar, sob a égide do rei supremo de Mali.

Aos mercadores negros não falta preparação profissional: conhecem como os seus dedos os pesos e medidas, as mercadorias. Andam sempre com balanças muito sensíveis e pequenas caixas de coiro em cujas gavetas estão arrumados os pesos, de latão e com a forma de dados; o seu marco assemelha-se à maça de uma espada. Com receio de serem roubados no caminho, os mercadores escondem o pó ou as jóias de ouro no pé de grandes penas de ave ou em ossos de gato, por seu turno dissimulados entre o vestuário. É frequente agruparem-se em caravanas e contratarem escoltas de até mil frecheiros, armados, além do arco e setas curtas, de espadas, curtas também, e de duas facas, uma à cinta e outra no braço esquerdo: protegem-se com adargas de verga.

([104]) *Cartas quitação D. Manuel*, n.os 103 e 292.
([105]) *Relationi Universali*, Parte 1.ª, Livro III, p. 177.
([106]) *The Golden Trade*, pp. 197 ss.
([107]) Idem, p. 114.

Como contrapartida do metal precioso, os Mandingas querem sobretudo manilhas, bacias de barbeiro e outras, e caldeirões de cobre que pesam entre um e dois arráteis, mas aceitam também cavalos, panos de algodão brancos da Índia, contaria — de Veneza ou de Cambaia —, margarita grossa e delgada, cauris e outros «búzios»; sem falar das nozes de cola, fruto da Serra Leoa que é tão estimado no Gâmbia, no reino do Grão-Fula e nos outros rios de Guiné que a troco dele dão tudo — mantimentos, roupa, escravos e ouro ([108]). Ainda em 1620-1626 Jobson se espantará da imensa importância dessas nozes no comércio do Gâmbia — para seu desespero, porquanto não conseguirá desvendar dos Portugueses o segredo da sua proveniência. Mas então será sobretudo por escambo das «pedras mágicas» que os Portugueses obterão o precioso metal, ao passo que os Ingleses, esses, desembarcam sal excelente ([109]).

Entre as fontes do fim do século XV e abertura do XVI e Álvares de Almada no último quartel de Quinhentos, os anéis da cadeia são formados pelos livros da Casa da Moeda. O ouro de Cantor chega a Lisboa quer em pó quer sob a forma de jóias; os moedeiros deduzem primeiro as perdas de fundição quando reduzido todo a jóias (em média 2 oitavas e 18 grãos por marco ([110]); em seguida avaliam o que dará em metal fino, e finalmente inscrevem nos registos a soma das moedas cunhadas (ver quadro na p. seg.).

Ao sul do Gâmbia, não obstante o interesse que os Portugueses sempre tiveram pelos «Rios de Guiné» e o facto de os terem frequentemente utilizado como vias de penetração no sertão, e a despeito da intensidade das transacções mais variadas, os Mandingas só vendiam ínfimas quantidades de metal precioso ([111]). As geografias da época não assinalam resgates de ouro nos rios Casamansa e São Domingos (Cachéu). Uma única vez, nos livros da Casa da Moeda de Lisboa, o tesoureiro regista a chegada de uma caravela vinda do rio São Domingos: mas apenas trazia 1 marco, 5 onças, 5 oitavas e 36 grãos de ouro em jóias (25 de Agosto de 1550) ([112]). Do reino de Mandimansa afluía um pouco de ouro às feiras do rio Grande e do Buguba, onde os Portugueses podiam comprá-lo; os Negros do litoral iam buscá-lo ao interior a troco de sal ([113]). Em Guinalá, na terra de Beafares (Beafadas), realiza-se «a maior feira que ha em toda a terra dos Negros, chamada de Bijorei, na qual se ajuntam mais de 12 000 negros e negras, os mais formosos que ha em todo Guiné, e vendem tudo o que naquela terra ha e das circunstantes: a saber, escravos, roupa, mantimentos, vacas e ouro — que ha nesta terra algum e fino.» ([114]) Deste modo, a situação tal como no-la desenha Almada no último terço de Quinhentos quase decalca, traço a traço, a de fins do século XV e começos do XVI: não é, pois, arriscado presumir a continuidade. O tráfico aqui devia aliás remontar ainda mais atrás, porquanto já em 1456 Cà da Mosto pôde comprar pequenos anéis de ouro a um dos negros que vieram de almadia ver a caravela ([115]).

Não parece que no século XVI ainda estivessem em exploração as jazidas auríferas do vale do Geba para jusante de Sonaco e do trecho inferior dos vales do Colufe e do Corubal, que as escavações arqueológicas revelam terem sido exploradas na época dos Soninké de Ghana ou do império de Mali ([116]). Talvez se

---

([108]) *Tratado breve dos Rios de Guiné* (1594), caps. V e VI.
([109]) *The Golden Trade*, pp. 172, 101 ss., 111.
([110]) Arquivo da Casa da Moeda de Lisboa, n.° 829, f. 13r.
([111]) *V. Fernandes*, f. 107v.
([112]) N.° 848.
([113]) *V. Fernandes*, ff. 120r e 125v.
([114]) *Tratado breve dos rios de Guiné* (1594), cap. XI (p. 59 da ed. L. Silveira).
([115]) *Seconda Navigazione*, cap. VII.
([116]) T. da Mota, *Guiné Portuguesa*, I, pp. 130-3.

OURO DE CANTOR

entrado na Casa da Moeda de Lisboa (por conta do rei)

Ano	Mês	Dia			Ouro reduzido a jóias (em marcos, onças, oitavas, grãos)	Ouro fino	Moeda Cruzados
1517			Caravela *Santo António*	Capitão Pero Fernandes Piloto Gonçalo Preto	6-6-7-00	6-2-2-30	406
1518	Agosto	25	Caravela *Santiago*	Capitão Pero Fernandes	5-1-6-12	4-6-2-23	309 e 198 grãos
1520	Junho	18	» »	» » »	9-7-6-48	9-1-1-32	
1521	Julho	29	» »	» » »	13-3-5-09	12-2-5-26	797 e 42 grãos
1523	Setembro	9	Navio *Santa Cruz*	» » »	22-3-4-48		1 330 e 47 grãos
1524	Setembro	26	» *Conceição*	» Álvaro Rafael	10-3-6-00	9-4-6-06	
1526	Novembro	5	Armada de Garcia de Sá		30-7-6-30	28-0-0-02	1 836
1529	Setembro	17	Trazido dos Açores por Dom Garcia de Lima		13-6-7-50	12-5-5-42	
	Outubro	11	Ouro dos «tratos de Guiné» entregue por Afonso Torres		30-1-0-48	28-5-1-44	1 852 e 51 grãos
1530	Julho	21	Entregue por Afonso Torres		35-2-3-48	32-2-7-26	2 092 e 17 grãos
1531	Agosto	30	Entregue por Afonso Torres, feitor real das «partes de Guiné»			44-3-6-29	2 876 e 3 grãos
	Dezembro	9	Entregue por Afonso Torres, feitor real das «partes de Guiné»		7-6-7-00	7-0-2-37	
1532	Maio	15	Entregue por Afonso Torres, feitor real das «partes de Guiné»			77-2-4-68	5 000 e 35 grãos
1551	Agosto	11	Caravela vinda de Cabo Verde	Capitão Francisco Machado	9-4-7-47		718 e 61 grãos
	Setembro	9	Trazido dos Açores pela armada de Francisco Branco		29-0-2-32		
1552	Setembro	23	Caravela *Tróia*	Capitão Francisco Neto — Piloto Luís Neto	54-5-0-26		
1553	Setembro	12	Caravela *Santa Maria das Neves*	Capitão e piloto Jorge Martins	17-3-0-46		1 118 e 31 grãos

continuassem contudo a apanhar alguns grãos, e é até possível que este contributo não fosse de desprezar na era de Quatrocentos.

Entre o rio Buguba e o cabo da Verga as caravelas tratavam um pouco por toda a parte, mas nenhum destes resgates parece ter chegado a ser intenso. Eram sobretudo escravos que se embarcavam, completando-se o retorno com alguns gramas de metal amarelo; como mais ao norte, descarregavam-se aí pedras de cornalina, estanho, manilhas de latão, bacias de barbeiro, panos, fazendas vermelhas. Passados os rios do país dos Sapes e dos Nalus, onde as relações comerciais nunca atingiram considerável volume e valor, chegamos ao rio de Nuno, em terra dos Bagas, a propósito do qual tanto o *Esmeraldo* como o informador de V. Fernandes descrevem as trocas, sem todavia mencionarem o ouro. Mas segundo Álvares de Almada umas décadas mais tarde, aos caçadores de cabeças, culpados no entanto da morte, à traição, de vários brancos, vendiam os Portugueses sal, bacias de latão, estanho, cobre e ferro, bem como carne salgada, panos vermelhos e cauris grandes; com essas mercadorias obtinham matérias tintoriais principalmente, embora os Negros lhes vendessem também escravos, cera, marfim, e até um pouco de ouro. Cáfilas de um a dois milhares de negros Putazes vinham do sertão carregar sal marinho na foz do rio da Furna, o qual obtinham por escambo de panos de algodão brancos, metal amarelo em pequenas quantidades e armas ([117]).

Em suma, como escreve, em 1544, Jean Alphonse, o piloto português que se tornou francês, do rio Gâmbia até à serra Leoa, em toda essa profusão de rios e esteiros, «ausdictes rivières se cueuelle de l'or fin, et forces dentz d'ivoire.» ([118]) Mas no conjunto o primeiro lugar nestes tratos pertencia ao resgate de escravos, seguido pelos outros resgates, e só em último se coloca o metal precioso.

§ 4 — *O ouro da Serra Leoa*

Para o sul, deixava-se o império mandinga e o seu sistema económico; afastamo-nos das grandes vias de penetração que conduzem aos mercados do ouro de Bambuk, Gangaran e Buré. Ficam para trás as paisagens tropicais, mas ante nossos olhos desenrola-se o espectáculo surpreendente da floresta equatorial, e os ecos desta surpresa transparecem do desenxabio diário de bordo dos primeiros descobridores, que Cà da Mosto transcreveu: «E tutta la costa dal detto fiume di Besegue, fino a questo Capo di Verga, é montuosa, non però molto alto: e sono, per uno suo arbitrio, dal detto fiume fino a questo Capo di Verga miglia cento quarenta: e le montagne sono pienne di belissimi arbori, molto grandi e alti, e che verdeggiano molto da lontano; e pare una belissima cosa a vederli.» ([119])

Entre o cabo da Verga e as ilhas dos Ídolos (topónimo deformado em Los) raro era que desembarcassem nesta costa mercadores brancos para tratar com os seus colegas negros, a não ser no rio de Case (o Skarcies das cartas actuais): aqui os Timénés, desejosos de adquirirem pedras de cornalina, panos vermelhos e outros têxteis, vendiam escravos e colares de marfim, evidentemente, mas também ouro finíssimo, infelizmente em pequena quantidade. Este metal já não vem

---

([117]) *Tratado dos rios de Guiné*, cap. XIII.
([118]) *Cosmographie*, p. 332.
([119]) *Navigazione di P. di Sintra*, cap. I. De igual modo, mais tarde, Álvaro Velho, o informador de V. Fernandes: «Cabo de Verga he hũa serra alta e toda esta costa he alta e de fremosos arvoredos que verdeja todo ho ano.» (f. 127) Mas esta passagem pode ser interpolação tirada daquela fonte.

da longínqua «ilha *tibar*» do Alto Senegal e Alto Níger; eis-nos, com efeito, num foco mineiro inteiramente independente daquele: é a zona aurífera da Serra Leoa.

Estamos agora em presença de um outro complexo económico bem definido pela quádrupla produção e exportação para longe de ferro, nozes de cola, ouro e artefactos de marfim. Como sempre acontece no mundo negro, o problema do sal comanda tudo. Das terras altas do interior, onde os Sousos (Sussu) o extraem, o precioso metal desce para a costa, para atrair, em retorno, o afluxo desse condimento pelos indígenas bem mais apreciado, pois não o podem dispensar em clima tórrido e húmido. Nem todas as tribos conseguiam, porém, abastecer-se, porque «ha tão pouco sal que não basta para os do sertão»: algumas jamais chegam sequer a saboreá-lo ([120]). As nozes de cola e o ferro seguem pelos caminhos de terra para o norte, espalhando-se pelas cidades e aldeias do império do Mandimansa, no Alto Senegal e Alto Níger, bem como nas margens do Alto Gâmbia ([121]). Os Bulões da beira-mar têm grandes almadias, escavadas num só tronco, que podem levar 50 a 120 guerreiros com suas armas e bagagens. Destinadas frequentemente à guerra, estas embarcações servem também para a circulação fluvial: o povoamento bulão termina nos pontos em que os cursos de água deixam de ser navegáveis; de almadias há também uma navegação de cabotagem, no mar. Muito pròvàvelmente, os Bulões da Serra Leoa iam por via marítima até os rios de Guiné, com carregamentos de nozes de cola, completados por ferro e marfim; ignoramos se as almadias da costa ao norte do Cabo da Verga vinham, por seu turno, visitar os portos bulões. Esse tráfego costeiro continuava no último terço do século XVI: teria caído então, porém, em mãos de Portugueses? É provável ([122]).

O ouro da Serra Leoa em todos suscitava o entusiasmo. Eis a apreciação de Jean Alphonse em 1544: «Entre la ville de Jaga et le chasteau de la Myne, il y a une montaigne là où se cueulle du plus fin or du monde»; e noutra passagem: «en toute ceste terre y a de l'or fin, principallement en la montaigne Lyonne.» ([123]) Ao dealbar o século, Álvaro Velho do Barreiro não hesitava em dizer da Serra Leoa que «Em esta terra ha ouro e ho mais fino que ha em toda terra de Guynee.» ([124]) E o mapa de 1502 enviado pelo espião Cantino para Itália ia proclamar, por uma das suas legendas: «Serra Lioa — en esta serra lioa a muito ouro este he o mais fino que ay em njnhua parte e traenlom pera Portugal escravos deles sam de Jelof e deles de Mandinga e de Cape e esteyras muy boas e panos dalgodã.»

Em 1456, o mais tardar, as caravelas tinham atingido o Buguba (rio Grande de Buba), e durante os quatro anos seguintes percorreram o litoral até o cabo Ledo (Freetown): pela primeira vez se ouvia o rugido do mar embatendo contra as rochas, numa ressonância que parecia vir das profundas da imensa floresta que escalava as encostas — e assim naturalmente a região montanhosa foi baptizada Serra Leoa. Depois da morte do infante D. Henrique, Pedro de Sintra e Soeiro da Costa reconheceram o litoral já descoberto e avançaram mais para além, até à mata de Santa Maria, dobrado o cabo do Monte. Que foi com rapidez que os Portugueses ficaram a conhecer este trecho africano entre o Buguba e o extremo meridional da Serra Leoa, tecendo relações de trocas com os indígenas, infere-se sem dificuldade do facto de ter sido arrendado em 1469 ao capitalista lisboeta Fernão Gomes; em compensação dos lucrativos tratos cujo monopólio obtinha, este assumia a obrigação de continuar o descobrimento a partir da mata de Santa Maria.

([120]) *Tratado dos rios de Guiné*, cap. XVI.
([121]) *V. Fernandes*, f. 135r; *Navigazione di P. de Sintra*, cap. II.
([122]) *Tratado dos rios de Guiné*, cap. XVI; Jobson, *The Golden Trade*, p. 171.
([123]) *Cosmographie*, pp. 331, 333 e 336.
([124]) *V. Fernandes*, f. 136r

Os Timénés (ou Teminis) que habitavam no interior por detrás dos Bulões, para lá do limite de navegabilidade dos rios, ocupavam também a costa desde o cabo Ledo até às ilhas dos Ídolos, a norte. Eram, apesar disso, mais apegados ao solo firme do que os seus vizinhos, tão sensíveis ao apelo do mar. Mas o rio Case (Skarcies) oferecia uma boa via de comunicação entre o litoral e as regiões do ouro e do marfim. Aqui, portanto, começavam os resgates da Serra Leoa. Os Bulões eram, todavia, intermediários mais activos do que os Timénés, e desde o momento em que o comércio teceu relações entre eles e os Portugueses, passaram a fornecer regularmente às caravelas esse ouro tão fino — de quase 23 quilates — que recebiam do sertão por escambo do sal litorâneo. Quanto ao ouro, não sabiam bem o que lhe deviam fazer na sua vida quotidiana, dada a facilidade com que o obtinham, e por isso era com prazer que o entregavam para ficarem com manilhas de latão, bacias de barbeiro, panos, fazendas vermelhas, tecidos de algodão, pedras de cornalina. A fim de se abastecerem de todos estes artigos, os Bulões vendiam ainda algália e marfim, um pouco de malagueta e papagaios cinzentos. Mais tarde a situação étnica mudará: os Sapes, descendo para o sul, ocuparão uma boa parte do litoral — entre o cabo da Verga e a Serra —, e do sertão, a partir do sul-sudeste, avançarão as hordas guerreiras dos Mmanis (ou Mendé), enquanto as zonas mineiras estarão na posse dos Conchos ([125]). Tais remodelações étnicas não afectaram no entanto as trocas com os cristãos, cujo povoamento se estendeu. Evoquemos aqui tão-só dois testemunhos do século XVII. Frei Nicolau de Oliveira, em 1620, esclarece, a propósito desta Serra Leoa que constitui então um marquesado, que «daqui se tira muito e mui fino ouro, marfim, e outras cousas de muito preço e estima.» ([126]) Quarenta anos depois, o Atlas de Blaeu mostra-nos que «continua a ser sempre muito frequentada pelos Portugueses, não tanto pelo marfim, cera, pau de tinturaria, pimenta comprida, como pelo ouro, que aí abunda.» ([127]) Álvares de Almada, no último terço de Quinhentos, e Jean Alphonse no segundo quartel, eis os anéis que atestam por si sós a continuidade deste tráfico do ouro. Visitemos, embora ràpidamente, os principais mercados da costa.

As velas portuguesas entravam em todos estes rios, baías e abras, fossem os diferentes braços do estuário do Pongo (ao sul do cabo da Verga) até à aldeia de Farringhia, onde residia o *Farim* (senhor, rei), ou, para lá do cabo de Sagres (Conakry) e das ilhas dos Ídolos, o rio dos Pescadores (Sumbaya), o rio de Cabitos ou Caabite (o Forécariah, que banha a região de Kabitaye) e o rio de Tamara (Mellacorée), estes três comunicando entre si. A sua assiduidade era, contudo, maior na zona do cabo Ledo (Freetown). Passando a ilha Tombo, na foz, os barcos subiam o rio Bintombo ou Mitombo (assim chamado do nome da ilha) ou Taguyri (nome que lhe vinha do da aldeia) — isto é, o rio de Sierra Leone e o Port-Lokko Creek das cartas estrangeiras actuais, durante três léguas, até à povoação de Taguarim. No reinado de D. João II edificou-se uma fortaleza a 5 léguas da foz, junto ao rio; alguns anos volvidos foi desmantelada por ordem régia: ignoramos por que razão. Os Portugueses frequentavam também as aldeias de Manguy, Maguem, Pinto e Bop; alguns chegaram mesmo a fixar-se, por exemplo Álvaro Velho que aí viveu oito anos. Acerca de outro estabelecimento português perto do cabo Ledo dá-nos notícia Jean Alphonse (1544): «Au pied da la montagne, là où est la rivière et le village Laou, et habitent des Portugallais à cause de l'or qui y est.» ([128]) — trata-se provàvelmente do actual Port-Lokko, aí onde finda um braço (o Port-Lokko Creek) que desagua na chanfradura do rio Bintombo; se é ou não de identificar com Taguarim, não podemos decidir.

Na Furna de Santana (Baía Yawry e Riv. Sherbroo), desenhada pelo cabo do mesmo nome (ponta da ilha de Sherbroo), ao sul, e setentrionalmente pelas ilhotas Bravas, desagua o rio das Gamboas, por onde metiam os navios de pequeno calado que se dirigiam à vila de

---

([125]) *Tratado dos rios de Guiné*, cap. XVI.
([126]) *Grandezas de Lisboa*, Tratado VIII, cap. I.
([127]) Denucé, *Afrique et Anvers*, p. 45.
([128]) *Cosmographie*, p. 333.

Harhouche: nesta adquiriam-se ouro e escravos a troco de alaquecas (pedras de cornalina), manilhas e bacias de latão, panos, lenço vermelho. Mas de maior importância era o tráfico no rio das Palmas: aqui também, para montante, os navios chegavam, depois de terem passado por sete aldeias, à vila de Quinamo. Graças às mesmas mercadorias que acabamos de enumerar, os Portugueses podiam embarcar anualmente 1 500 dobras de ouro, e mais, assim como alguns escravos; os Bulões pagavam-lhes bom preço pelo estanho. Em compensação, não havia resgates no rio das Galinhas. Os Cobales da região de Coia é que eram os principais produtores de fulvo metal; como retorno pediam sobretudo sal e estanho, conquanto aceitassem as outras mercadorias de que já várias vezes falámos. Mas para chegar até lá havia que subir o rio dos Manes — os Mmanis, esses temíveis guerreiros cuja vaga se espraiará a meio do século XVI ([129]).

Durante as duas primeiras décadas do século XVI o comércio da Serra Leoa esteve arrendado sucessivamente, por períodos trienais, por negociantes de grossos cabedais ou por companhias mercantis ([130]). Mas a região nem por isso deixou de ser um dos campos de eleição da concorrência privada. Mais tarde, Álvares de Almada cantará os seus louvores: outrora os que aqui vinham com nada, levantavam-se e enriqueciam, pois é muito abundante de tudo e tem muitas cousas boas, de modo que não eram necessários para o trato cabedais avultados e com pouco se ganhava muito; por isso numerosos eram os navios das ilhas de cabo Verde e dos rios São Domingos e Grande que não faziam mais do que andar neste vai-e-vem ([131]). Por outro lado, «la plus grande part de cest or [da Serra Leoa] se porte au chasteau de la Myne, et en beaucoup d'aultres lieux.» ([132])

Nestas condições, como avaliar, grosseiramente que seja, a contribuição da Serra Leoa em ouro? Nenhuma estimativa chegou até nós, nenhuma carta de quitação se ocupa dela em separado. Uma parte, sem dúvida considerável, escoava-se para as ilhas do cabo Verde: mas para onde seguia depois? É de crer que só um delgado fio corresse ajuizadamente para Lisboa... Atribuindo (como faz o *Esmeraldo*) 1 500 a 2 000 dobras a cada resgate, e computando o número de resgates em 8 a 10, entre o cabo da Verga e o cabo Mesurado, teremos uma soma de 12 000 a 20 000 dobras — números que não servem senão para sugerir uma ordem de grandeza, e mesmo assim!

O tesoureiro da Casa da Moeda de Lisboa só muito raramente recebeu ouro da Serra Leoa pertencente ao rei:

1520 Novembro 16 Navio, capitão Diogo Fernandes. Proveniência: rio das Palmas
2 marcos e 7 onças ([133]).

1521 Maio 17 Navio *Consolação*, capitão e piloto Francisco Dias. Proveniência: rio das Palmas
4 — 4 — 0 — 36, ou seja, em ouro fino, 4 — 1 — 0 — 33; feito em moeda: 267 cruzados, e 15 grãos de cisalha.

1523 Setembro 9 Navio *Conceição*, capitão Lionardo Vaz. Proveniência: rio das Palmas e Concho
Ouro do rio das Palmas: 8 — 0 — 6 — 46; ou seja, 7 — 3 — 2 — 25 do metal fino, que deu em moeda 479 cruzados, e de cisalha 20 grãos.
Ouro de Concho ([134]): 1 — 3 — 6 — 06; ou seja, 1 — 2 — 6 — 12 de metal fino, que deu em moeda 87 cruzados, e 4 grãos de cisalha.

1524 Novembro 7 Navio *Santo António*, capitão Lionardo Vaz. Proveniência: rio das Palmas
6 — 3 — 1 — 25; deram em moeda 413 cruzados, e de cisalha 43 grãos.

([129]) *Esmeraldo*, Liv. II, caps. I e II.
([130]) Como mostram as cartas de quitação publicadas por Braamcamp Freire. Cf. *Economia dos descobrimentos henriquinos*, p. 198.
([131]) *Tratado dos rios de Guiné*, cap. XVI.
([132]) Jean Alphonse de Saintonge (aliás João Afonso), *Cosmographie* (1544), pp. 331 e 336.
([133]) Como de costume, deduzida a perda de fundição.
([134]) Jobson assinala, em 1620-1621, que os Portugueses vão à baía de Cacho buscar ouro e nozes de cola; trata-se, segundo toda a probabilidade, de Concho na Serra Leoa. *The Golden Trade*, p. 171.

Passada a mata de Santa Maria, já na Costa da Malagueta, o ouro da Serra Leoa ainda chegava ao rio de São Paulo (o Du Quean ou o Farmington) e ao rio do Junco (o St. Jean); muito fino igualmente — 23 quilates —, era no entanto só em pequenas quantidades que os Portugueses conseguiam resgatá-lo nestas paragens ([135]).

§ 5 — *São Jorge da Mina*

Em 1469, um rico burguês de Lisboa, Fernão Gomes, a quem era concedido o estanco do comércio de Guiné, comprometia-se a mandar descobrir e reconhecer cada ano cem léguas de costa africana para além do limite meridional até então alcançado. Pedro de Sintra e Soeiro da Costa tinham ultrapassado em algumas léguas o cabo Mesurado, chegando à mata de Santa Maria, até fim de 1462 ([136]). Durante os seis anos que se seguiram à última viagem de Pedro de Sintra as caravelas não avançaram para sudeste, ao que parece; pelo menos a carta de Benincasa, de 1468, acaba nesse mesmo termo. No primeiro ano do contrato, respeitando fielmente o compromisso assumido, as caravelas de Fernão Gomes lançaram-se para além da mata de Santa Maria ([137]) e em Janeiro de 1471 João de Santarém e Pero de Escobar, cavaleiros del-rei, levando como pilotos Martim Fernandes, de Lisboa, e Álvaro Esteves, de Lagos — o técnico desta arte de maior nomeada em toda a Península —, dobravam o cabo das Três Pontas e iam fazer o primeiro resgate do ouro na aldeia de Samá, junto ao rio de São João (o Prah dos mapas actuais). Aqui é que de princípio foi a Mina. Neste mesmo ano, porém, e graças aos mesmos navegadores, abria-se o trato também seis léguas adiante, a leste, na aldeia das Duas Partes, sítio da futura São Jorge da Mina ([138]).

Antes mesmo de expirado o contrato, em 1474, Fernão Gomes era feito nobre, com o título de Da Mina, em memória do descobrimento desta nova fonte aurífera; no seu escudo, três cabeças de pretos com colares de ouro e, suspensas das orelhas e do nariz, três barrinhas do mesmo precioso metal, cada um deles ([139]). Em 1475, ainda não existia o castelo, já o comércio devia no entanto render ganhos bem aliciantes, porquanto um navio flamengo, guiado por um piloto castelhano, desaferrou de Flandres, penetrou no golfo de Guiné e carregou 5 000 ou 6 000 dobras de ouro na aldeia das Duas Partes; mas no regresso naufragou na Costa da Malagueta ([140]). Eustache de la Fosse, feitor de um negociante de Bruges, embarcou em 1479 em Sevilha numa caravela castelhana que, de conserva com outra, fez uma viagem cheia de peripécias até Samá; a outra caravela ficou aqui, enquanto a primeira prosseguia até à aldeia das Duas Partes, onde quatro navios portugueses, que daquela se tinham já apoderado, vieram igualmente surpreendê-la ([141]). Andava então a guerra acesa entre Afonso V e os Reis Católicos, que incitavam os seus súbditos a tomarem a Mina e a chamarem a si o proveitoso trato, em represália pela invasão de Castela ([142]).

Dos tratos de Guiné e do resgate da Mina manavam já tão avultados lucros, e eram já de tal proveito ao reino, graças aos bons ofícios de Fernão Gomes, que D. João II o nomeou em 1478 membro do Conselho Real ([143]).

Em 1481, o rei mandou aprestar uma armada de nove caravelas e duas urcas, ajoujadas de todos os materiais de construção e ferramenta necessários. O capitão-mór, Diogo de Azambuja, depois de ter dobrado, pela diplomacia e pela força, a má vontade do Caramansa

---

([135]) *Esmeraldo,* Llv. II, cap. 2.

([136]) *Navigazione de P. de Sintra,* cap. V.

([137]) Nenhuma razão leva a reduzir, como faz Damião Peres (*História dos Descobrimentos,* p. 146), a uma só viagem o descobrimento do litoral desde a mata de Santa Maria até Samá (e mesmo para além). Falando da expedição de Santarém e Escobar, nem Duarte Pacheco nem Barros declaram que foi a primeira, ao contrário do que afirma o historiador citado. Como as 100 léguas da cláusula do contrato terminam antes do meio da costa entre os cabos das Palmas e das Três Pontas, afigura-se-nos mais natural supor que as viagens do primeiro ano chegaram até aí ou pouco mais adiante, e que foi só no decurso das viagens do segundo ano que as caravelas dobraram o cabo das Três Pontas.

([138]) *Esmeraldo,* Liv. II, caps. 4 e 5; Barros, *Década* I, Liv. II, cap. 2.

([139]) Barros, idem, ibidem.

([140]) *Esmeraldo,* Liv. II, cap. 3.

([141]) *Voyage à la côte occidental d'Afrique,* na «Revue Hispanique», 1897.

([142]) Releia-se, no capítulo precedente, o último parágrafo. Hernando del Pulgar, 2.ª Parte, cap. 76. Eco da descoberta e da riqueza em Andrés Bernaldez, cap. 6.

([143]) Barros, *Década* I., Liv. II, cap. 2.

e dos seus Negros, edificou junto à aldeia das Duas Partes um castelo de pedra em Janeiro de 1482: como as pedras e a madeira iam já lavradas, as telhas cozidas e tudo pré-fabricado, os cem pedreiros e carpinteiros portugueses, enquadrando a mão-de-obra indígena (recrutada sem atender aos meios), puderam realizar por completo a edificação em algumas semanas. Quatro anos depois, D. João II, desejando fomentar o povoamento e o tráfico, concedeu a São Jorge, por carta de 15 de Março de 1486, o estatuto de cidade, com todas as franquias, privilégios e dignidades que lhe pertenciam ([144]). No intervalo o estabelecimento português deve ter-se desenvolvido e enriquecido assás ràpidamente.

Em que data se abriu o resgate do ouro em Axem, 9 léguas para cá do cabo das Três Pontas? Nenhuma fonte no-la indica. Que tardasse consideràvelmente em relação ao da Mina, é difícil acreditá-lo, dado que esta costa fora reconhecida por Soeiro da Costa, e talvez por outros navegadores, durante o contrato de Fernão Gomes — até 1475, por conseguinte. Edificou-se aqui um castelo por ordem de D. Manuel, segundo toda a verosimilhança antes do fim do século XV, visto que o *Esmeraldo* fala dele, em 1505-1508, sem deixar suspeitar que se tratasse de construção recentíssima ([145]). Mais para leste, estabeleceu-se também um outro resgate de ouro, à volta de 1500, na vizinhança do cabo das Redes: o metal atinge aqui 23 quilates (como o da Serra Leoa), logo o seu toque é de um quilate superior ao do ouro da Mina. Este era o último ponto do litoral onde se encontrava o fulvo metal ([146]). João de Barros, que destes problemas estava bem a par pois foi muito tempo administrador da Casa da Guiné e da Casa da Índia, narra-nos que no reinado de D. João III entrou em exploração uma nova mina abaixo de São Jorge, «donde começou a correr até hoje [1539-1549] grande cópia d'ouro, o soma do qual importa mais do que se havia por venda dos escravos» — vendia-se naquela cidade um milhar, vindos de Benim; assim Deus recompensou o pio soberano que sacrificara os seus interesses proibindo essa escravatura para que se não perdessem tantas almas de negros aos outros negros idólatras vendidos pelos cristãos ([147]).

Conhecemos com precisão as mercadorias que os Portugueses escambavam por ouro. Em primeiro lugar, graças ao Regimento da Casa da Mina (1509), que ordena aos administradores que comuniquem por escrito ao feitor de São Jorge o conhecimento da carga de cada caravela: à cabeça do rol vêm os alambeis *(hambels)*, em seguida os alquicés *(haiks)* e aljaravias *(el-djalabiya)*, acrescentam-se todas as espécies de lanifícios e tecidos de linho, e por último enumeram-se os artefactos de latão ou de cobre — manilhas, bacias, caldeiras (cap. 9). Uma geografia da mesma época, rigorosa e precisa, confirma plenamente tal rol, pormenoriza-o e completa-o. Os armazéns de São Jorge recebem da metrópole principalmente alambeis — são a mercadoria mais importante deste trato —, panos vermelhos, panos azuis, lenço, manilhas de latão, coral, contas azuis, conchas vermelhas «que antre eles sam muito estimadas, assi como nós cá estimamos pedras preciosas», além de cauris; vale aqui muito o vinho branco ([148]). Em Axem as mercadorias cuja venda dava maiores ganhos eram, de igual modo, manilhas de latão, bacias do mesmo metal, pano vermelho e azul, lenço não muito grosso nem muito delgado, e, bem entendido, acima de todas, os alambeis fabricados em Oram, Tenez, Bona, Tunes e outras cidades do Maghrebe ([149]). A meio e no ocaso de Quinhentos a lista não terá mudado fundamentalmente ([150]). Graças às

---

([144]) *Esmeraldo*, Liv. II, cap. 5; Barros, cit.
([145]) Liv. II, cap. 4. Cf. Barros, cit.
([146]) *Esmeraldo*, Liv. II, cap 3
([147]) *Década* I, Liv. III, cap. 3.
([148]) *Esmeraldo*, Liv. II, cap. 5.
([149]) Idem, cap. 4.
([150]) Thevet, *Cosmographie* (1575), Liv. III, cap I: peças de lenço branco — que os Negros apreciam mais do que qualquer outro artigo —, bacias de latão, contas de coral ou de âmbar, conchas marinhas e escamas vermelhas de peixe apanhadas nas Canárias. Segundo o Francês, as transacções far-se-iam por permuta muda, porque os indígenas não se fiariam dos Portugueses: o que não parece exacto. *Rendas de Portugal*, 1593, p. 61 (os Negros trocam o ouro por bacias, caldeiras, manilhas, contaria, margarideta, alfinetes, diogogis, ruces, mantazes, roupa preta, vinhos, etc.). Barros, escrevendo cerca de meio do século, mas a propósito do reinado de D. João II, põe em causa principalmente as sedas e os panos de lã e de linho (*Década* I, Liv. III, cap. 1).

cartas de quitação pode-se passar da mera enumeração ao plano das quantidades: para isso remetemos o leitor para os quadros elaborados por Nunes Dias ([151]). Um outro aspecto merece para já prender a nossa atenção.

O ouro afluía a São Jorge e a Axem vindo das regiões mineiras, umas próximas — as do território ashanti —, outras distantes, como as do território mossi (Alto Volta); não é impossível até que viesse também do império do Bor--Mali. Com efeito, a influência mandinga chegou até o golfo de Guiné: o próprio título de *mansa* dado aos sobas do litoral a denuncia. Entre os Negros que vinham do sertão com o fulvo metal, ao lado dos Bremus, Atis (Attié), Hacanys, Boroes, Cacres, Andeses ou Souzos (Sussu), e tantos outros (que Duarte Pacheco renuncia a enumerar — Liv. II, cap. 5), contavam-se igualmente Mandingas. Sabemos que mercadores desta última nação costumavam fazer a viagem da Mina ([152]). Quanto à maneira como se fazia o transporte, não dispunham de burros nem de quaisquer outros animais de carga. Havia pois que utilizar como tal o homem — isto é, os escravos —, a fim de levar às feitorias litorâneas o metal precioso e principalmente de trazer de retorno para as aldeias todo o peso das caldeiras e bacias, das manilhas e mantas, e os volumosos fardos de panos ou cestas cheias de cauris. Depressa os Portugueses se aperceberam de tal exigência e estabeleceram resgates de escravos em Benim destinados a abastecer a Mina ([153]). Este tráfico de escravatura, que começou sem dúvida logo que abriram os tratos em São Jorge e mercados vizinhos e que se descobriu o Benim, continuou até o reinado de D. João III, que o proibiu por razões religiosas ([154]); mas a prudência aconselha a mantermo-nos cépticos quanto à eficácia de tais proibições.

É ao rei que pertence de direito o ouro da Mina, e durante todo o século XV e a maior parte do XVI não acede sequer a arrendar esse estanco, explora-o directamente por intermédio das suas feitorias no golfo de Guiné e da Casa da Mina em Lisboa. Os capitães e soldados das fortalezas, os magistrados e funcionários, compreendendo os agentes comerciais, da cidade de São Jorge e feitorias gozam contudo do privilégio de poderem comprar metal precioso até à quantia limite dos seus respectivos ordenados, soldos e tenças, e de o poderem enviar para Portugal, com a condição de essa compra se efectuar nas feiras públicas sob a fiscalização de um funcionário régio que passará um certificado. Ao irem tomar posse do lugar só estão autorizados a levar consigo os objectos de uso pessoal que figuram num rol fixado pelo Regimento, e ao deixarem o cargo têm de apresentar toda a sua bagagem para fiscalização. O Regimento fixa igualmente toda a roupa, mantimentos e outros objectos de uso pessoal que podem levar consigo o capitão, o escrivão, o piloto e os marinheiros dos navios da carreira da Mina; autoriza-os todavia a vendê-los lá, desde que a transacção seja efectuada nas feiras públicas e dela seja passado um certificado por agente régio competente. O ouro de partes (dos particulares) deve ser entregue ao capitão do navio e viajar nos cofres do rei; à chegada ao Tejo estes serão transportados para a Casa da Moeda, onde o Tesoureiro os receberá, registando as entradas nos seus livros, e aqui virão depois os particulares buscar o seu ouro já reduzido a espécies cunhadas ([155]). À caravela que está à carga é passada minuciosa busca e fica sob a vigilância de dois guardas de dia e de noite; terminado o carregamento, passa-se nova busca quando está para levantar âncora, e uma terceira é efectuada à chegada a São Jorge ([156]). Não nos deixemos iludir por tantas precauções, res-

---

([151]) *O capitalismo monárquico português*, I, pp. 462-3.
([152]) *V. Fernandes* (1506), f. 109v.
([153]) *Esmeraldo*, Liv. II, cap. 5; Barros, *Década* I, Liv. III, cap. 3.
([154]) Barros, idem, ibidem.
([155]) *Regimento das Cazas das Indias e Mina* (1509), caps. 15-17.
([156]) Idem, caps. 10-12

trições e fiscalizações. O rei podia conceder licenças suplementares ou especiais. À sua sombra, como à sombra das autorizações ordinárias (as previstas no Regimento), quantas possibilidades de fraude nas quantidades! Bastava a complacência do funcionário que passava o certificado, ele próprio interessado sem dúvida também neste jogo: o certificado não mencionará o limite de vencimento ou de transferência autorizado, mas apenas a quantidade a transferir, declarando-a dentro dos limites legais.

Apressemo-nos a assistir à chegada das caravelas ao Tejo e à abertura dos cofres na Casa da Moeda.

Todos os meses uma caravela sulca a rota de São Jorge e Axem: assim o determina, em 1509, o Regimento da Casa da Mina ([157]). Consagração de uma rotina. Quatro anos antes, Lunardo da Cà Masser informava, com efeito, a Senhoria de Veneza que o rei de Portugal «traze della Mina da l'oro de Guinea ogn'anno ducati 120 mila, che vien ogni mese dò caravelle con ducati 10 mila.» ([158]). Já em 1502, no mapa português que Cantino conseguiu enviar para o duque de Ferrara, se lê numa das legendas: «Castello da Mina donde traçem ao muyto escelente príncipe dom Manuell Rey de Portugall cada anno doze caravelas com ouro e traze cada caravela hũa cõ outra xxb [= 25] myll pesos douro val cada pesso qujnhemtos rreaes e mais trazem muytos escravos e pimemta e outras cousas de muyto proveito.» Em Março desse mesmo ano, aos embaixadores indianos maravilhados, Vasco da Gama, aproveitando o encontro com uma dessas caravelas, explicava que todos os anos, 12 a 15 navios voltavam do golfo de Guiné com tanto ouro quanto aquela trazia; como o navio capitaneado por Montarroio trazia 250 marcos (vimo-lo na abertura do presente capítulo, p. 139), a média anual podia elevar-se a 3 000-3 750 marcos, ou seja, em espécies, grosso modo, 180 000 a 230 000 cruzados: muito mais do que indicava Cà Masser, mas na mesma ordem de grandeza da informação da legenda do mapa de Cantino. O Almirante sabia bem o que revelava. Essa espantosa geografia que é o *Esmeraldo* narra também que 12 pequenos navios se aprestam anualmente, em execução do regimento régio, a fim de levar as mercadorias destinadas à cidade de São Jorge, e regressam a Portugal com o ouro enviado pelo feitor del-rei; mas além desses, 3 ou 4 naus fazem igualmente a carreira, carregadas com géneros alimentícios, vinhos e outras mercadorias que os Negros pedem ([159]). Que mais tarde ainda a Casa da Mina continuasse a tentar respeitar tal regra da média de um navio por mês, atestam-no os livros do tesoureiro da Casa da Moeda — falo dos que estão verdadeiramente completos. Registam-se 8 caravelas em 1517, 12 no ano seguinte, 9 tanto em 1520 como em 1521, e de novo exactamente 12 navios (entre os quais uma nau) em 1532; há uma incontestável diminuição durante os anos 1523 e 1524, com 6 e 5 respectivamente; 1526 ainda só conta 7, e no primeiro semestre do ano anterior apenas 3 navios trouxeram ouro para a Casa da Moeda. Assim, no ocaso de Quatrocentos e no primeiro terço de Quinhentos, a carreira da Mina, confiada quase exclusivamente a caravelas, aproximou-se da norma de 12 velas por ano, salvo em alguns anos do decénio 1520-1530.

([157]) Cap. 8: «Noos temos ordenado ao prezente que em cada hum anno vão doze caravellas, com mercadorias, ao trauto de São Jorge: convem a saber, hũa de cada mes.»

([158]) P. 82 da ed. Peragallo.

([159]) Liv. II, cap. 5. Lúcio de Azevedo (*Épocas*, p. 176) não teve razão de acusar Cá Masser de exagero quando fala de navios que todos os meses vêm da Mina; aquele historiador insurgiu-se também contra o total de 120 000 ducados por ano, indicado pelo Veneziano: igualmente sem razão, pois as cartas de quitação e as outras fontes que acabamos de citar, se levam a considerar que tal soma peca, é por defeito. Na realidade, Lúcio de Azevedo errou nos seus cálculos, o que lhe acontecia frequentemente.

Do cabo das Redes, os Negros traziam todos os anos para São Jorge 10 000 a 12 000 dobras, metade das quais em ouro de 23 quilates ([160]). A feitoria de Axem comprava anualmente 30 000 a 40 000 dobras de metal também de boa lei ([161]). Uma carta de quitação relativa ao exercício que começou em 1 de Maio de 1505 e acabou em 30 de Setembro de 1506 confirma no essencial estes números do *Esmeraldo:* o feitor do rei recebeu 727 marcos, 2 onças, 3 oitavas e 15 grãos em 17 meses, ou seja, 32 845 oitavas (30 696 cruzados?) num ano ([162]). O total anual do ouro proveniente de São Jorge ascendia, segundo Duarte Pacheco (que conhecia bem o golfo de Guiné por o ter explorado), a 170 000 dobras de metal fino; anos havia em que o resgate ultrapassava este número ([163]). Que esse total englobe o resgate do cabo das Redes, é seguro; se engloba ou não os tratos de Axem, é o que o texto do *Esmeraldo* só por si não permite decidir. Examinemos as cartas de quitação dos feitores de São Jorge.

Os dados do quadro seguinte, bastante próximos dos de Cà Masser, afastam-se sensìvelmente dos números do *Esmeraldo*, do mapa de Cantino e da informação revelada pelo Gama aos indianos. A diferença reduz-se se somarmos ao ouro comprado pelo feitor de São Jorge o ouro entrado na feitoria de Axem segundo as cartas de quitação, e se interpretarmos as 170 000 dobras da estimativa de Duarte Pacheco ou os 180 000 a 230 000 cruzados de que falava o Almirante como incluindo o resgate de Axem, hipótese que é aliás a mais verosímil. Repare-se, além disso, que as quitações dizem respeito tão só ao ouro pertencente à coroa; haveria portanto que somar-lhe os negócios de partes, as transferências de heranças, ordenados e soldos.

OURO ENTRADO NA FEITORIA DE SÃO JORGE POR CONTA DO REI
(22 ⅛ quilates) ([164])

Períodos	Peso total por período				Média anual		
	Marcos	Onças	Oitavas	Grãos	Oitavas	Kgs	Cruzados
1504 Agosto 20 a 1507 Jan. 10	4 563	4			120 853	433,368	112 946,7
1511 Julho 15 a 1513 Jan. 17	2 705	3			115 428	413,922	107 876
1513 Jan. 18 a 1514 Set. 30	3 010	7			110 112	394,751	102 908
1517 Maio 15 a 1519 Out. 12	4 672	2			123 732	443,676	115 657
1519 Out. 13 a 1522 Jan. 10	4 038				114 856	411,864	107 342
1543 Fev. 1 a 1545 Maio 25	3 811		5	1	103 634	371,578	96 855

([160]) *Esmeraldo,* Liv. II, cap. 6.
([161]) Idem, cap. 4.
([162]) Braamcamp Freire, *Cartas de quitação,* n.° 28 («Arch. Hist. Port.», I, pp. 205-6).
([163]) *Esmeraldo,* Liv. II, cap. 5.
([164]) Cartas de quitação publicadas por B. Freire, n.os 87, 472, 502, 662. Quanto à última alínea: TT., *Privilégios de D. João III,* Liv. I, f. 220v.

Se sairmos dos números oficiais e das estimativas dos geógrafos e cronistas, dispomos ùnicamente de pequeníssimo número de dados sobre os carregamentos de navios isolados. Em 1494 chegou a Setúbal (porque grassava a peste em Lisboa) uma caravela cujo capitão era Nuno Antunes, cavaleiro da casa del-rei; trazia da Mina para o monarca uns 30 000 pesos (165): entendamos por tal miticais ou dobras, provàvelmente, ou seja, cerca de 34 615 cruzados. No ano seguinte, piratas franceses, guiados pelo piloto português Bofes de Bagaço, tomaram mais de 20 000 dobras a bordo de uma caravela que regressava de São Jorge (166). A caravela que Vasco da Gama encontrou na sua segunda viagem de ida para a Índia transportava 250 marcos (15 140 cruzados). As galés de Flandres, ancoradas no Tejo, informavam a Senhoria, em 31 de Julho de 1531, que se esperava uma caravela da Mina de Guiné que devia trazer, por conta do rei, uns 300 000 ducados (167) — número desmedidamente exagerado caso se trate de uma caravela única, muito mais plausível se se refere a toda uma armada; infelizmente o livro da Casa da Moeda relativo a este ano não o confirma, pois só em Agosto, e no fim do mês, é que regista um único navio, cujo ouro orçaria por uns 12 000 cruzados. Até o fim do primeiro terço do século XVI o tesoureiro da Moeda regista,

OURO DA MINA ENTRADO NA CASA DA MOEDA DE LISBOA (168)

Ano	Número de navios	Peso (22 ⅛ quilates) Kgs	Cruzados (23 ¾ quilates)
1517	8 caravelas	423,492	110 372
1518	12 »	483,700	126 063
1520	9 »	464,755	121 126
1521	9 »	428,644	111 715
1523	6 »	300,326	78 272
1524	5 »	283,967	74 014
1525 (1.º semestre)	3 »	209,861	53 625
1526	7 »	247,673	64 549 ½
1528	5 »	222,934	59 971
1529	5 »	211,484	55 118
1530 (Abril)	2 »	150,113	39 139
1531	4 »	212,492	55 380
1532	12 (1 nau e 11 caravelas)	679,545	177 105 ½
1534	2 galeões e 4 caravelas	271,796	70 836
1540	1 galeão e 7 caravelas	392,399	104 875
1543	2 galeões e 7 caravelas	349,037	90 967
1544	4 caravelas	141,594	36 904
1549	2 galeões e 4 caravelas	167,653	43 955
1550	1 galeão e 2 caravelas	154,866	40 362
1551	3 galeões e 1 caravela	211,624	55 153
1552	2 galeões e 3 caravelas	123,363	32 151
1553	1 galeão e 1 caravela	94,182	25 679
1555	4 galeões e 1 caravela	377,581	98 406 ½
1556	1 galeão e 1 caravela	242,435	63 186
1560	2 galeões e 1 caravela	143,640	37 311
1561	1 galeão e 2 caravelas	144,622	37 692 ½

(165) G. de Rèsende, *Crón. de D. João II*, cap. CLXXXIV.
(166) Silva Marques, II, pp. 472-3.
(167) *Diarii di Marino Sanudo*, t. LIV, 599.
(168) Para cunhar um cruzado de 23 ¾ quilates são necessárias 1,07 oitavas de metal de 22 ⅛ quilates: esta razão, deduzida das leis respectivas do ouro em jóias e amoedado, é plenamente confirmada pelos cálculos efectuados com os dados dos livros de registo da Casa da Moeda quando apresentam quer o peso do metal recebido pelo tesoureiro quer o montante das espécies que lhe restitui a branqueação. Em 1538 o teor do cruzado foi baixado, como veremos; continuámos, no entanto, a calcular em cruzados *fortes*, a fim de manter a comparabilidade dos números.

em relação a cada navio, 200 a 250 marcos de ouro em jóias (22 ⅛ quilates), logo, 12 000 a 15 000 cruzados.

Os livros do tesoureiro da Casa da Moeda permitem cingir de mais perto a avaliação do tráfico do ouro da Mina.

Da comparação entre os quadros construídos com os registos da Casa da Moeda de Lisboa e as contas da feitoria de São Jorge ressalta com nitidez uma conclusão: durante os vinte primeiros anos do século XVI, até o fim de 1521, da Mina vieram anualmente para a capital portuguesa mais de 410 kgs de ouro, ou seja, uma soma superior a 100 000 cruzados. É depois, mas só depois que o caudal diminui, então sensìvelmente, ao que parece. Cabe notar todavia que a contabilidade da Casa da Moeda é muito desleixada, e que nos faltam os livros relativos a elevado número de anos, de modo que ficam a planar dúvidas. Estas não afectam porém a curva geral do movimento: maré vazia durante a maior parte dos anos da década de 1520-1530; em seguida recomeça a encher, conquanto não volte ao nível da préamar das duas primeiras décadas do século; nova descida a partir de 1544.

§ 6 — *Do triunfo das caravelas à crise do ouro da Mina e de Guiné e à desforra das caravanas cameleiras*

«Tambem como per o castéllo de Arguim, resgate de Cantor, Sérra Lioa, e fortaleza da Mina, grande parte da terra de Guiné éra sangrada do ouro que em sy continha: com esta fortaleza do rio Çanagá ficava sangráda do outro ouro que corria as duas feiras que dissemos, por ambas estarem situadas ao longo das ágoas delle, com que nam jria ter às mãos dos mouros, os quáes o vinham buscar por tantos desertos em cafilà de camelos, que muytas vezes ficávam enterrádos em as aréeas da Lybia, per que caminhávam.» [169] Contemplamos neste trecho o vivo quadro da vitória das velas oceânicas e dos inesperados visitantes, os mercadores cristãos, pelas vias marítimas chegados, sobre as cáfilas de dromedários e os antigos mercadores muçulmanos, afeitos às tradicionais pistas do deserto. Este quadro foi debuxado a meio do reinado de D. João III, entre 1539 e 1549, pelo cronista e geógrafo João de Barros, que na Mina estivera, de seu ofício tesoureiro das Casas da Índia, da Mina e de Ceuta, e desde 1533 feitor das duas primeiras.

Gozando do monopólio absoluto das vias marítimas, os Portugueses, graças às feitorias que tinham em Arguim e Uadam (no Sáara), em Cantor (no Alto Gâmbia), na Serra Leoa, em Axem e São Jorge, graças também a frequentarem regularmente as feiras do Senegal e do rio Grande, bem como à sua presença em tantos outros mercados ribeirinhos dos inúmeros rios da Guiné, desviaram para a sua pátria o fluxo de ouro que antes se escoava para as cidades maghrebinas através do «Mediterrâneo arenoso e pedregoso»; as garras lançadas sobre o litoral marroquino serviam para impedir as fugas possíveis.

Poder-se-á calcular numèricamente, em grosseira aproximação que seja, esta «sangria» do ouro guineense, em proveito da economia portuguesa? No que respeita à Mina, onde vigorava o quase-monopólio régio, chegamos, como vimos, a resultados que cingem de assás perto tal contributo. Mas a tarefa apresenta-se bem mais difícil no que respeita aos «rios de Guiné», incluindo a Serra Leoa, pois são a esfera de eleição do comércio privado. Os livros do tesoureiro da Casa da Moeda informam-nos mal. À chegada a Lisboa das caravelas da Guiné

([169]) *Década*, I, Liv. III, cap. 8.

cobrava-se um direito, que a princípio foi de um décimo e depois de um vigéssimo, sobre o metal em pó ou em jóias de igual modo que sobre as mercadorias.

OURO DE GUINÉ
chegado a Lisboa por conta dos particulares ([170])

Anos	Taxa	Produto total da taxa	Média anual do ouro chegado		
			Peso (22 ⅛ quilates) Oitavas	Kgs	Moeda (cruzados)
1494-1496	1/10	3 573 dobras	14 782	52,908	13 815
1497-1498	1/10	8 204 »	50 914	182,272	47 583
1505-1507	1/20	4 600 000 reais	84 136	301,217	78 632
1509-1510	1/20	3 784 275 »	103 824	371,690	97 032
1511-1513	1/20	4 236 927 »	77 426	277,436	72 426

Adicionando as quantidades que o comércio privado obtém na Guiné e as que vêm da Mina, pertencentes estas principalmente ao rei, e se lhes somarmos ainda os 20 a 25 kgs, no valor de 5 500 a 7 500 cruzados, do resgate real de Arguim, alcançamos um total anual de 700 kgs de ouro no mínimo, que valem uns 200 000 cruzados, durante os vinte primeiros anos do século XVI. Segundo toda a probabilidade, os números efectivos ultrapassavam largamente este mínimo a que chegámos pelo cálculo sobre os dados oficiais. Só de Axem e São Jorge as caravelas teriam trazido anualmente 170 000 dobras, logo 240 000 cruzados. Quanto mal se não disse de tais estimativas — arbitrárias, exageradas, que mais ainda —, para lhes preferir as majestosas séries oficiais. E no entanto... não estarão tanta vez mais próximas da realidade — por terem em conta o contrabando, todas as fraudes?

Assinalámos o declínio irreversível de Arguim a partir do segundo quartel de Quinhentos, e uma crise do ouro da Mina depois de 1521, seguida de uma recuperação, pelo menos parcial. João de Barros, escrevendo entre 1539 e 1549, não se mostra ainda desiludido com as maravilhas da Mina: e estava no segredo do negócio, pois era feitor da respectiva Casa. Mas para meio do século uma nova contracção vem atingi-lo, desta vez instalando-se para ficar. O mesmo Barros informa mais tarde o conselheiro Jorge da Silva que já no reinado de D. João III em certos anos os resgates foram deficitários: a inflexão dá-se, por conseguinte, anteriormente a 1557. A doença torna-se crónica no reinado de D. Sebastião. As armadas de Martim Afonso e de António de Sá, insuficientes para conquistarem e colonizarem a região da Mina, mas infelizmente mais do que suficientes para fazerem despesas inúteis, agravarem uma situação já de si perturbada e embaraçarem o comércio ainda mais do que já estava, teriam custado 400 000 cruzados. E Jorge da Silva é levado a tentar um balanço do quarto de século que precedeu a sua memória (esta é de 1573): a média destes vinte e cinco anos resulta num deficit anual de uns 100 000 cruzados, ou seja, ao todo, dois milhões e meio de ouro. Enquanto no Brasil se ganhava no açúcar, no algodão, no pau brasil, nos próprios papagaios, o rei de Portugal e os seus vassalos perdiam no trato do fulvo metal, conquanto o monarca fosse o senhor da gema do ouro no mundo... ([171])

Ouro, é certo, continuava a chegar a Portugal. Em 1577 um grande navio vindo do castelo da Mina trazia uns 7 quintais, mas foi tomado pelo capitão

---

([170]) Cartas de quitação n.^{os} 292, 370, 546, publicadas por B. Freire no «Arch. Hist. Port.». Na quitação n.º 292 lemos: «vintena do ouro que veio da Mina», mas trata-se, é bem evidente, de engano, por Guiné.

([171]) *Lembrança de Jorge da Silva a el-rei Dom Sebastião, nosso senhor, sobela India e Mina* (*B. N.* Lisboa, Ms. 8920 do Fundo Geral, ff. 76-8).

Sore, de la Rochelle [172]. No ano seguinte, apesar da guerra com que os Negros afligiam São Jorge, dois navios voltaram ao Tejo com uns 200 000 ducados em «barrete d'oro» [173]. Nas *Relationi Universali* de Botero (1592) ressoa ainda o eco das riquezas da Mina: «vi tengono una fortezza, anzi colonia, che si chiama San Giorgio della Mina, col cui mezo tirano a sé, per via di traffico, l'oro, e le richezze dei paesi circostanti.» [174]

Em 1588, há dois anos que a Mina não era arrendada, a receita já só era de 20 contos de reis, e se deduzirmos as despesas das armadas, restavam apenas 6 449 570 reis [175]. Apareceu finalmente um novo arrendatário, que em 1593 pagava 24 contos líquidos à Fazenda Real [176]; a renda subiu, nos contratos ulteriores, para 33 contos antes de 1607, atingindo 40 em 1619 (Frei Nicolau de Oliveira). Em metal de 22 ⅛ quilates, a progressão é como segue: 666 marcos em 1586-8, 800 marcos à volta de 1593, até atingir, passados os 1 100 marcos, o cimo em 1 333: números calculados segundo o valor oficial — constante [177]; na realidade, a ascensão deve ter parado a altitude inferior — nos 1100 marcos ou pouco acima. A recuperação é inegável, seja como for. Depois, é a queda vertical. Em 1637 São Jorge, no ano seguinte Arguim caem como frutos maduros nas mãos dos Holandeses. Foi apesar de tudo, uma perda grave para o fornecimento do mercado português em metal amarelo.

A profundidade da crise do ouro da Mina no decurso da segunda metade de Quinhentos não será iluminada, com luz brutal, pelos projectos de povoamento e colonização que pretendem substituir-se ao simples tráfico do metal? Quer se trate de Jorge da Silva em 1573, quer de André Álvares de Almada vinte anos depois, o acordo está feito: nas margens do golfo de Guiné deve nascer um novo Brasil — e mais opulento do que o próprio Brasil. Pois não se encontra a mão-de-obra servil no próprio local, logo não é ela mais barata? As florestas não são inesgotáveis, e não correm profusamente os cursos de água? Assim, cultivar-se-á a cana e fabricar-se-á o açúcar; assim, desenvolver-se-á a produção algodoeira; quanto ao pau vermelho (brasil) para a tinturaria, basta dar uns passos e aí estão as matas onde ir cortá-lo. E dispor-se-á de riquezas que não existem do outro lado do Atlântico: o marfim, o ferro, o ouro, a malagueta, a cera... [178] Colónia em vez de feitoria: a corrida para o ouro esfumava-se no passado.

Qual a razão fundamental do declínio da Mina, é pergunta cuja resposta se impõe sem contestação: o aparecimento da concorrência estrangeira, ajudada muitas vezes por particulares portugueses fatigados do monopólio real, ou cujos efeitos são agravados por esse comércio privado clandestino. Tais causas actuam também no caso dos resgates dos rios de Guiné. A Mina durante três quartos de século, a costa ocidental da Guiné durante um século tinham sido coutada portuguesa, que as intervenções de Castelhanos ou de outros estrangeiros mal chegavam a arranhar. Mas para meio de Quinhentos a situação modifica-se radicalmente. Às viagens isoladas de um ou outro mercador estrangeiro, às escondidas, sucede o comércio regular. Eis, por exemplo, o navio pertencente a António de Pesquera, de San Lúcar de Barrameda, que em 1547 regressa à Andaluzia com ouro, malagueta, etc.; dois anos depois tenta de novo a viagem, com uma carga

---

[172] A. d'Aubigné, *Histoire Universelle*, ed. de Ruble, t. V. pp. 56-7, citado por Trocmé, *Commerce rochelais*, p. 46.
[173] Sassetti, *Lettere*, p. 123. Já citado por L. de Azevedo, *Novas Epanáforas*, p. 104.
[174] Parte I, livro III, p. 176.
[175] B. N. Lisboa, Fundo Geral, Ms. 637, f. 24.
[176] *Rendas de Portugal*, ed. Mendes da Luz, pp. 60-1
[177] O marco de 22 ⅛ quilates vale sempre, durante este período, 30 000 reis.
[178] Lembrança de Jorge da Silva, cit.; *Tratado dos rios de Guiné*, cap. 19

A economia monetária: A ADORAÇÃO DOS REIS MAGOS. *Livro de Horas* dito «de D. Manuel», f. 87v — De 1517 a cerca de 1530 — (Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa).
Na cercadura, a riqueza representada pela moeda e pelas pedras preciosas. Reconhecem-se: na coluna da esquerda, na 1.ª linha, o excelente de Granada (reverso), e na 2.ª o duplo excelente cunhado em Sevilha, moedas de ouro dos Reis Católicos; na 3.ª, os meios vinténs de prata de D. Manuel; na 4.ª, o cruzado de ouro de D. Afonso V; na 5.ª, a moeda de prata é o real de prata de D. João II ou D. João III, cunhado em Lisboa; no canto inferior esquerdo temos, em prata, o tostão de D. Manuel; a meio do rodapé, portugueses de ouro de D. João III; no canto inferior da direita, primeiro, em prata, o meio tostão de D. Manuel, e um pouco acima, em ouro, talvez o espadim de D. Afonso V; mais acima, meio tapado pelo quadro de fundo, de novo o vintém ou real de D. João II ou III; nesta mesma coluna da direita, na 3.ª linha a contar do topo superior, uma moeda de ouro de D. Fernando de Aragão (posterior à morte da rainha Isabel a Católica).

de cauris, conchas marinhas, manilhas e bacias: avisado, o rei de Portugal manda no seu encalço um navio que consegue tomá-lo perto das Canárias; notemos que a bordo do contraventor havia portugueses ([179]). Neste mesmo ano de 1549 um outro navio castelhano que resgatava na Guiné foi igualmente tomado por um navio da armada portuguesa ([180]). Foi necessário enviar uma esquadra com missão de cruzar na costa de Arguim para pôr termo à ousadia dos Espanhóis das Canárias (onde aliás estavam estabelecidos tantos portugueses); em começos de 1552 essa esquadra toma dois navios e está de atalaia, à espera de terceira presa, uma nau ([181]). São, porém, os Ingleses que desferem os golpes mais rudes no monopólio português. Um piloto português, Simão Pires, fora residir para o Norte da Europa, e depois de uma viagem à Mina naufragou, em 1552, na costa inglesa, com 30 marcos de ouro e 18 toneladas de malagueta a bordo ([182]). Em 1555, três naus e três zavras regressam a Inglaterra depois de terem carregado na Costa da Mina muito ouro e marfim; o rei de Portugal protesta em Londres e pede a «restituição» da carga ([183]). Em Agosto de 1562 chegaram a Inglaterra duas naus e uma zavra de torna-viagem da Mina, com 300 libras-peso de ouro; muito bem acolhidas pelos Negros, teceram excelentes relações com um rei indígena, graças aos préstimos de dois Negros que já tinham estado em Londres ([184]). No mês seguinte, duas naus vinham ancorar em Portsmouth, trazendo mais de 350 libras-peso de ouro; as galés turcas tinham tomado duas outras naus ([185]). É o ano da expedição de John Hawkins à Serra Leoa: surgindo de imprevisto, devasta as aldeias e cativa numerosos Negros; em 1565, pelo contrário, indígenas e Portugueses conseguiram escorraçá-lo ([186]). Citemos agora um exemplo francês: um navio de 50 toneis, com 36 homens de tripulação — entre os quais dois Portugueses acostumados à viagem da Mina, e um Biscainho —, foi surpreendido e rendido por duas galés portuguesas no porto de Cardes, em Abril de 1588; apresaram ouro no valor de mais de 30 000 cruzados ([187]).

Já em 1573 Jorge da Silva se queixa amargamente que o ouro da Mina apenas aproveita aos Franceses, Ingleses e Mouros. Uns vinte anos depois, Abreu e Brito atribui todos os dissabores do comércio português entre Arguim e a Serra Leoa à má tenção dos Luteranos e ao atrevimento da sua navegação que fez alçar todos os preços: adeus, proveitosa simplicidade dos Negros de outrora, quando só com os mercadores portugueses resgatavam! Então «era este gentio tão bárbaro que davam o âmbar e marfim e ouro» a troco de cousas «de tão pouca valia, que o que em Portugal valia sessenta reis se fazia de resgate um dente de marfim de quintal que neste reino vale vinte mil reis, e o âmbar o vendiam como breu, e assim todas as mais mercadorias de resgate.» Agora os «corsários» e «piratas» dão uma peça de Ruão (Rouen) por um dente de marfim, e do mesmo modo em tudo o mais ([188]). O mesmo refrão volta, numa obsessão, na pena de Álvares de Almada em 1594: os maus portugueses, deixando-se enfeitiçar pela vida indígena, percorrem livremente e seguros todo o sertão, enriquecendo-se a fornecer aos estrangeiros os preciosos carregamentos... Em breve surgem também os Holandeses. Em 1605, estão na Guiné com o fito do comércio

---

([179]) Francisco de Andrade, *Crón. D. João III*, IV parte, cap. 37.
([180]) T.T., C. C. I — 83 — 49.
([181]) Carta de Arguim, de 28-II-1552, nos *Anais D. João III*, vol. II, p. 294
([182]) Carta de Brás de Alvide, 25-VIII-1552, idem, p. 297.
([183]) *Anais D. João III*, vol. II, p. 305.
([184]) T. T., C. C. I — 106 — 11.
([185]) Idem, I — 106 — 17 e I — 106 — 22.
([186]) Barreto, *História da Guiné*, p. 79.
([187]) B. N. Lisboa, Pombalina 644, ff. 108v-111.
([188]) *Sumário... do Reino de Angola* (1591), pp. 82-3.

12

vinte das suas naus: o que é «la ruina de Portugal», porque de lá «traen oro y dientes de elefante e drogas.» [189] Os tratos da Mina e dos rios de Guiné são de tal proveito aos Holandeses que constituem incontestàvelmente o nervo e o cabedal principal com que as Províncias Unidas aprestam as suas armadas e realizam os seus empreendimentos nas duas Índias. Assim o pensará Filipe III em 1613 [190].

É natural que interferissem outras causas, por exemplo a opressão fiscal. Assim é que na época da regência o rigor com que o Cardeal D. Henrique mandava confiscar o ouro e as mercadorias apanhadas em situação de fraude, numa estrita aplicação do estanco régio, levou os marinheiros, soldados e mercadores a recusarem-se à viagem da Mina. Em 1567 uma só caravela, ao que parece, partiu de Lisboa [191]. Não exageremos todavia o alcance de tais incidentes. O relatório de Jorge da Silva convida-nos a prestar atenção a outro aspecto. Quando põe em contraste as perdas dos Portugueses e os ganhos dos estrangeiros, enumera, entre os beneficiários, o Xerife marroquino e os outros Muçulmanos de África. Marcámos já, aliás, a importância que teve a formação de certos impérios continentais para o problema do ouro; voltemos à questão.

Em Marrocos, uma nova dinastia começara modestamente no Sul cerca de 1510. A família santa dos Chorfa tinha as suas amarras no Dar'a, essa fieira de oásis do Sáara marroquino cuja opulência advém do anil, no Suz, mercado produtor de açúcar e de algodão, e além disso escápula de algumas das artérias do tráfico do ouro e dos escravos, e no Tuate e nos outros oásis da «região das tamareiras», como Leão o Africano chama às escalas setentrionais das caravanas cameleiras. Durante o primeiro quartel do século XVI, como durante as últimas décadas do XV, todo este mundo do deserto e do Maghrebe estava como que em sonolência, porque as caravelas portuguesas tinham conseguido atrair ao litoral saariano e guineense o maior quinhão da exportação de mercadorias do mundo negro. Uma parte, é certo, mas mais reduzida, continuava a afluir à Barbaria: em Maio de 1509, quando a esquadra do cardeal Ximenes tomou Oram, os Espanhois pilharam a cidade, desencantando ouro bastante para enriquecerem: «posta la citade a sacho, trovaronno oro assai e se fecenno richi.» [192]. No entanto a situação modificara-se já sensìvelmente desde 1488, data em que, em Portugal, D. João II declarava saber que o rio Senegal, penetrando longe no interior do continente, passa pela cidade de Tombuctu e por Mombarca (Monte da Barca) onde se realizam «os mais ricos tratos e feiras de ouro que dizem que há no mundo, de que toda a Berbéria de Levante a Poente até Jerusalém se provê e bastece.» [193] Tal circulação não devia ter forças para reanimar as cidades maghrebinas. Além disso, pela sua presença no cabo de Gué, os Portugueses controlavam o comércio exterior marítimo do Suz; dispondo do açúcar da Madeira, dos Açores e das ilhas de Cabo Verde, que colocavam nos mercados europeus, bloqueavam a produção açucareira do Suz de maneira a evitarem a sua concorrência, e açambarcavam o comércio do anil e do algodão. A ascensão dos Xerifes (Chorfa) não representará o tenaz esforço muçulmano, nesta charneira saariano-maghrebina, por reaver e reanimar os ricos tráficos caravanciros do ouro, dos escravos, das cores de tinturaria e dos têxteis, de maneira a eliminar a con-

---

[189] *Relacion que haze Cornieles Guilherme*... (1605), em Gentil da Silva, *Alguns elementos para a hist. do comércio*..., p. 64.

[190] Carta do vice-rei de Portugal, 7-XI, em Denucé, *Afrique et Anvers*, p. 44.

[191] T. T., C. C., I - 108 - 67.

[192] Priuli, IV, 82.

[193] Pina, *Crón. D. João II*, cap. XXXII; Rèsende, *Crón. D. João II*, cap. LXXVIII (segue Pina).

corrência das caravelas, e, recuperando o domínio litoral, por reconquistar a liberdade de exportação marítima? O império de Fez estava corroído até à medula por essa crise económica grave, quando os Xerifes conseguiram assentar os alicerces económicos do seu poder. Facilmente dominaram esse estado moribundo.

Uma das suas primeiras preocupações — logo das primeiras — foi abrirem uma porta para o mar (um reino sem portos é como casa sem portas, dizia Tomé Pires). Em 1514 o Xerife do Suz toma Tafetana e imediatamente os Portugueses de Santa Cruz se inquietam porque, se o rei de Portugal não mata o pinto no ovo, aquele acabará por submeter todo o país ([194]). Dois anos depois as rendas xerifianas em Taracuco representam já somas consideráveis graças ao comércio dos mercadores de Cádiz e dos Genoveses ([195]). Em 1525 o Xerife mais velho é o senhor incontestado de Marraquexe. Mas já os olhares dos Sa'adianos se voltam para outro lado. Desde 1524 uma séria ameaça pesa sobre o Tafilelte, cujo *cheikh* apela para o auxílio do rei de Fez. E não foi em vão: um exército uatássida submergia, em 1526, as forças xerifianas neste cordão de oásis, matando a maior parte dos adversários; mas os três *caids* escaparam ([196]). Os Sa'adianos não desistem, porém, e em 1537 o Xerife de Marraquexe em pessoa conquista boa parte da região: o fim em vista valia todos os sacrifícios, pois o que estava em causa era o Tafilelte, «terra muy rrica, e per onde vem todo o ouro de Tumbuctu.» ([197])

Em 1539 já a corte de Lisboa julgava necessário informar o Imperador da riqueza dos Chorfa, que tinham entendimentos com os Turcos ([198]). Passados dois anos, os exércitos xerifianos tomavam a fortaleza portuguesa de Santa Cruz, no cabo de Gué. D. João III explicava nos seguintes termos ao seu embaixador em Roma as razões dos êxitos sa'adianos: «E dizem que ambos [os irmãos, isto é, o xerife do Suz e o de Marraquexe] são dos mais rriquos homens do mundo, porque lhe vem camelos carregados de ouro de Tambocotum, que lhe trazem muy grande soma, e têm inteligências com o Turquo.» Tal abundância de recursos permitia aos Chorfa equiparem os seus exércitos com poderosíssima artilharia e boas armas de fogo, fabricando-se a pólvora mesmo em Marrocos com as matérias-primas locais; além disso, formara-se uma cavalaria eficaz, e na escola dos Cristãos aprendera-se a arte dos cercos ([199]). A base desta modernização das forças armadas xerifianas está precisamente na recuperação do tráfico trans--saariano. De igual modo o arranque das exportações de açúcar do Suz para Inglaterra e França tornara-se possível graças ao recuo português; este recuo determinou por outro lado, circunstância agravante, o incremento dos grandes focos de pirataria mediterrânea e atlântica de Salé, Larache e Tetuão. Tais são os traços essenciais de Marrocos a partir de 1540 e o fio condutor da história sa'adiana. Em 1548, uma vez a dinastia dos Xerifes instalada em Fez, o rei de Portugal envia a Carlos V uma embaixada cuja missão é justamente tratar desta questão da ascensão da nova potência marroquina, tão perigosa; ela vem repor

---

([194]) T. T., C. C. I - 16 - 11 (carta de Santa Cruz, 11-IX-1514).

([195]) *Sources inédites. Portugal*, t. II, Parte I, p. 28 (carta de Santa Cruz, 19-VII, sendo o ano de 1516).

([196]) *Anais de Arzila*, I, p. 461. *Sources inédites, Portugal*, II, Parte I, pp. 385-6.

([197]) Carta do capitão de Santa Cruz do cabo de Gué ao rei, 10-IX-1537 (*Sources inédites*, III, p. 124).

([198]) Instruções ao conde de Castanheira para a sua embaixada extraordinária a Madrid (*Anais D. João III*, vol. II, p. 260).

([199]) Carta de D. João III para Cristóvão de Sousa, Lisboa, Abril 1541 (no *Corpo Diplomático Portuguez*, t. IV, pp. 322-6, e também em *Sources inédites Maroc — Portugal*, t. III, pp. 357-362.

bruscamente o problema do estreito de Gibraltar, porquanto a navegação comercial muçulmana, extinta desde meados do século XV, renasce agora; só uma estreita cooperação luso-espanhola poderá conjurar tais ameaças ([200]).

E de facto, em 1541 e em 1549-1550, os Portugueses efectuavam uma retirada em grande escala, de Marrocos, da qual beneficiava a nova dinastia sa'adiana. Por outras palavras: o camelo acabava de alcançar uma vitória sobre a caravela. O ouro do Sudão refluía, em parte, do Atlântico para o Mediterrâneo, através da África do Norte.

A evolução política do mundo negro e as constantes da geografia económica contribuíram também para esta inversão, e talvez tenham mesmo sido os factores decisivos.

Desde fins do século XIV ou começos do XV o império de Mali estava em declínio. Império da savana entremeada de bosques, com o centro entre o Alto Senegal e o Alto Níger, assás perto da «ilha» do ouro, sucedera ao império saheliano dos Soninké de Ghana — na orla do deserto. O Bor-Mali ou Mandi-Mansa é que, para os Portugueses de Quatrocentos, representava ainda o grande imperador dos Negros. Mas a situação estava a mudar. Os Sonrhai tinham-se desenvencilhado da obediência que lhe prestavam, e os seus reis de Gao vão, por seu turno, assenhorear-se do Sudão. Em 1468, Sonni Ali entra em Tombuctu, conquanto durante longos anos a suzerania sonrhai sobre esta cidade permaneça frouxa; cerca de 1473 consegue tomar Djenné; em breve Ualata e Uadam se integram no seu domínio. A dinastia dos Áskia, que ocupa o trono a partir de 1493, em meio século estende metòdicamente o seu poder sobre os grandes mercados do ouro e as principais salinas, sobre as minas de cobre e toda a rede de pistas sudano-sahelianas. O coração do império situa-se agora bem longe do oceano, e todas as suas artérias o ligam ao Egipto e ao Maghrebe.

A política portuguesa visava a desviar o ouro do Islame norte-africano, captando nos portos marroquinos o que conseguia ainda aí chegar pelas vias terrestres. D. João II teria pressentido as transformações que principiavam a raiar no horizonte? O certo é que desenvolveu consideráveis esforços no sentido não só de «sangrar» pela via marítima o precioso metal, mas ainda de impedir que se evadisse pelas caravanas cameleiras para os mercados que o comércio português não controlava.

Assim, instalou-se uma feitoria em Uadam, em pleno deserto. Foi enviada uma expedição com a missão de quebrar o obstáculo natural de Felu, no curso do Senegal. E sobretudo explorou-se o sertão, entabularam-se relações diplomáticas com os reis negros. Pero de Évora e Gonçalo Eanes visitaram o rei de Tucurol e o senhor de Tombuctu. Uma embaixada de oito portugueses, de que faziam parte Rodrigo Rabelo, Pero Reinel e João Colaço, todos três da Casa Real, visitou o Bor-Mali e ofereceu-lhe cavalos e mulas com os seus arreios completos, além de diversos objectos de valor; sucumbiram porém ao clima, salvo Pero Reinel que já estava habituado, quando acompanharam o rei mandinga à guerra contra os Fulas. Pela via do Gâmbia e de Cantor outras embaixadas chegaram à côrte do Mandi-Mansa, que uma estreita colaboração ligou a Portugal; ainda em 1534 o feitor da Casa da Mina, João de Barros, lhe enviou Pero Fernandes, com missão de tratar, em nome de D. João III, dos problemas do resgate daquela feira de Cantor. No reinado do Príncipe Perfeito, Mem Roiz, seu escudeiro, e Pero de Astúniga, seu moço de esporas, foram por várias vezes a Tombuctu e visitaram também o inimigo dos Mandingas, o chefe Iula Temalá (Coli Tenguelá), que, vindo do Futa Toro, ateou então o incêndio da guerra, invadindo o Futa Djalon ([201]). Por intermédio de um abexim, escreveu ao rei dos Mossi, que supunha vassalo do Preste João. Partindo de São Jorge da Mina, os Portugueses alcançaram Gao, onde entregaram uma mensagem ao rei dos Sonrhai, surpreso de ver chegar Cristãos pelos caminhos do Sul ([202]).

([200]) *Anais D. João III*, t. II, p. 276.

([201]) T. da Mota, *Coli Tenguelá e a chegada dos primeiros Fulas ao Futa-Jalom*, Lisboa, 1952.

([202]) Barros, *Década I*, Liv. III, cap. 12.

Toda esta actividade diplomática não podia modificar imutáveis condições geo-económicas. O sal, o cobre, os têxteis comandam todo o tráfico do ouro. Ora, salinas, há-as em Taghazza e em Idjil, no Tafilelte e em Tutek — no deserto. Cobre, encontra-se em Takeda — no deserto também —, no sul-marroquino, e o Egipto envia-o; os têxteis são fabricados em Oram, Tremecem, Tunes, One... Em conclusão: não havia meio de poder cortar a circulação das caravanas de camelos.

No entanto, os interesses dos Negros e os dos mercadores maghrebinos não coincidiam. Quem tiver o sal, o cobre, os panos disporá em última instância do metal amarelo, ditará os preços. Por isso, os Negros necessitam inevitàvelmente de controlar Taghazza, Takeda, os mercados sahelianos; só assim deixarão de estar à mercê dos comerciantes do Norte, e assim poderão favorecer certas pistas em detrimento de outras. Tal é a razão de ser do império sonrhai de Gao, como anteriormente do império mandinga de Mali; mas enquanto este, situado mais a oeste, estivera em excelentes termos com Marrocos, aquele, mais a leste, favorece de preferência as pistas do Sáara central e oriental. Daí que os Chorfa, em face do poderio sonrhai, sejam não menos imperiosamente impelidos a arrebatar-lhe as salinas do deserto, e se possível até a conquistar o próprio Sudão, a fim de lhe imporem a sua lei.

Em 1543, Mulay Ahmed pede ao Áskia Ishaq I que lhe entregue as minas de Taghazza. Mas em resposta os Sonrhai atravessaram o deserto e pilharam a região do Seghiet-el-Hamra O Xerife do Suz escolheu o caminho da força e ampliou os seus objectivos: trata-se agora da conquista de Tombuctu e do resto do país dos Negros; por isso um exército xerifiano avançou até Uadam. Desiludido por esta escala, atazanado pelas dificuldades da estadia no deserto, talvez também alarmado pela falsa notícia dos preparativos de poderosas forças negras, retirou-se para o Seghiet-el-Hamra e voltou para Tarudante. Fracasso, em suma [203]. Em resultado desta incursão, ou de outra posterior, no decurso da qual foram mortos Sonrhai da cidade de sal-gema e «embuçados» caravaneiros de sal, a exploração deslocou-se, em 1557, um pouco para o sul, para Taghazza das Gazelas: mais tarde o Áskia Daud acedeu a arrendar a mina setentrional a Ahmed Almançor, convencido por uma dádiva de 10 000 moedas de ouro. As novas relações, amistosas, entre os Sa'adianos e os Áskia deram azo aos primeiros a informarem-se da força militar do império negro. Pouco depois de 1582, um exército de 20 000 homens, enviado por Almançor, tentou atravessar o Sáara a fim de se apoderar de Tombuctu, mas não chegou sequer a Uadam; só alguns sobreviventes miseráveis, conseguiram regressar a Marrocos. Todavia, em 1585 os Sonrhai e os seus aliados nómadas são corridos das duas minas de Taghazza e só lhes resta, para se compensarem, empreenderem a exploração de novas salinas, em Taudeni. Finalmente, o exército do paxá Djuder consegue, em 1591, derrotar os Sonrhai e tomar a sua capital, bem como o seu principal empório, Tombuctu. O império dos Áskia de Gao desmorona-se... [204]

A presença xerifiana em Tombuctu e em Gao, um império estendendo-se do Mediterrâneo às margens do Senegal e do Níger, que sombria ameaça não representava para as feitorias e resgates portugueses no litoral atlântico! Na verdade, os Portugueses não podiam deixar de se afligir com «...os riscos em que estão os Jalofos e mais habitantes daquelas províncias [de Guiné] de se sujeitarem e obedecerem ao Xerife, o que farão fàcilmente, já que não seja por força como sempre pela amizade a que os obrigue a falta do nosso trato e comércio, e pela razão que lhe convém ter em suas mercadorias.» [205] O domínio marroquino no Sudão foi porém de curta dura. Mas os Chorfa tinham alcançado o seu fim,

---

[203] As fontes são Marmol e o *Tarikh es Soudan*. O melhor estudo é o de R. Mauny, *L'expédition marocaine d'Ouadane (Mauritanie) vers 1543-1544* («Bulletin de l'Institut Français d'Afrique Noire», t. XI, 1949, pp. 129-140).

[204] Mauny, cit.; Bovill, *Caravans*, cap. IX; Beraud-Villars, *L'empire de Gao*, passim.

[205] Carta do capitão das ilhas do Cabo Verde ao rei, 7-X-1591 (B. N. Lisboa, Pombalina 644, f. 396).

visado desde que cobiçavam Taghazza: as cáfilas de camelos chegavam agora a Marrocos carregadas do precioso metal e das outras mercadorias valiosas da África negra.

Em começos do século XVII, um português esclarecido, Diogo do Couto, pode constatar que das «minas d'ouro de Tivar» «vai grande quantidade a Marrocos.» (*Soldado Prático*, p. 233 da ed. R. Lapa). É porque sabem que as caravanas de camelos chegam com regularidade a Marraquexe e a Fez ajoujadas de fulvo metal, que negociantes de Londres enviam navios ao Gâmbia a partir de 1618, na esperança de desviarem em seu proveito (Jobson, *The Golden Trade*, pp. 4 ss., 117 e 196) — como os Portugueses tinham desviado durante um século ou mais — o escoamento do ouro sudanês.

Capítulo 4

OURO DO MONOMOTAPA E OURO DO EXTREMO ORIENTE

O OURO DO MONOMOTAPA

Se em 1488 Bartolomeu Dias, conquanto desembocando no oceano Índico, se deteve muito antes da entrada do canal de Moçambique e não pôde assim ouvir falar das minas de ouro da África sul-oriental, três anos depois o nome de Sofala ressoava na corte portuguesa, graças às cartas e relatórios vindos por via do Levante. Seria já conhecido anteriormente, por intermédio dos judeus portugueses ou dos mercadores muçulmanos peninsulares que frequentavam as praças do Egipto e da Síria? Seja como for, um cavaleiro da Casa Real, bom conhecedor da língua árabe, depois de ter visitado o mar Roxo, a Índia e o golfo Pérsico, alcançou em 1490 esse porto do ouro na costa africana do Índico e, regressando ao Cairo, descreveu ao judeu Josefe, emissário de D. João II, as diversas regiões do seu itinerário. Para atingirem os mercados das especiarias, as velas portuguesas deveriam (era esse o conselho de Pero da Covilhã) dirigir-se à costa de Sofala ou à ilha da Lua (Madagascar); daí ser-lhes-ia fácil rumarem em direcção à Índia [1].

Em consequência destas informações, teriam sido dadas instruções a Vasco da Gama no sentido de saber de Sofala e do seu ouro? É plausível; mas o objectivo da expedição não era de forma alguma o precioso metal: eram ùnicamente as especiarias. Na viagem de ida, só por algumas léguas de diferença é que a armada do Gama não foi ter a este porto, pois, em seguida à escala no rio do Cobre, foi fundear na foz do rio de Quelimane. Aqui, neste braço setentrional do Zambeze ou rio de Cuama, que virá a ser a grande via de penetração no mundo do ouro, os Portugueses, durante uma estadia de um mês destinada a

---

[1] Francisco Álvares, *Verdadeira informação do Preste João*, cap. CIII; Barros, *Década* I, Liv. III, cap. 5; Castanheda, Liv. I, cap. 1. Que as notícias mandadas do Cairo chegaram de facto a Lisboa, parece confirmar-se pela confusão que faz Jerónimo Münzer em 1494 (*Itinerário*, p. 58) entre o ouro da «Etiópia oriental», que só pode ser o do Monomotapa, e o do Bor-Mali; na verdade, diz que das minas dessa Etiópia oriental o ouro é trazido pelos Negros, que o passam de umas caravanas para outras, «in occidentalem et maritimam» Etiópia, atravessando extensas regiões («Multa enim dominia mediant ab ora occidentali usque in orientalem»); e acrescenta que os Portugueses «brevi sperant ad veram mineram se perventuros»: ora desde 1471 que tinham chegado a São Jorge da Mina, por isso não se trata do ouro da Guiné, e como em 1488 Bartolomeu Dias desembocara no Índico e se preparava para nova expedição para alcançar a Índia das especiarias, é natural que se contasse em Lisboa que em breve as caravelas alcançassem a região aurífera da África oriental.

aguada e recolha de mantimentos, a descanso dos homens e reparação dos navios, começaram a sentir a presença da Índia, fim tão ardentemente almejado da sua odisseia, e aperceberam-se dos primeiros testemunhos de uma navegação oceânica traçada por navios de alto bordo semelhantes aos seus. *Rio dos Bons Sinais* lhe chamaram por isso: entre esses sinais animadores não deveremos incluir, mesmo que as fontes não os mencionem, os indícios, talvez ainda bem vagos, do fulvo metal? Todo esse manancial de «novas novidades» fazia parte do carregamento com que o Gama desembarcou em Lisboa ([2]). Tais novas incitaram imediatamente o senhor do ouro de São Jorge e de Cantor a entabular relações comerciais com os portos do ouro da África oriental.

Ouro do Monomotapa. Antes de procurarmos agarrar os fios do comércio e da política portugueses que se ligam a essas palavras só por si evocadoras de esplendores, temos que tentar responder a algumas perguntas: Donde é que vinha o ouro? Como é que se fazia a sua extracção? Em que mãos andavam esses tratos de tanto proveito, e como é que se fazia esse comércio? As fontes portuguesas não deixam completamente na sombra tais questões. Aproveitemos a luz desses projectores.

§ I — *A extracção do ouro e o comércio muçulmano*

Nos séculos XV, XVI e XVII a extracção do ouro operava-se nas três regiões de Butua, Mokaranga e Manica.

O Mokaranga corresponde, no conjunto, ao planalto da Rhodésia do Sul, isto é, Matabelelândia e Mashonalândia, entre os rios Zambeze ao norte e Limpopo ao sul, conquanto prolongando-se ainda a oeste-noroeste do primeiro ([3]). A identificação de Manica não põe problemas, visto que o topónimo continua vivo; há, porém, que alargar-lhe a área, abrangendo não só o actual planalto desse nome como ainda a serra de Inyanga, mais setentrional. Mas contràriamente a uma opinião muito espalhada, as minas do Transvaal, pelo menos da sua metade norte, estavam já em exploração, e a sua importância ultrapassava até, ao que parece, de início, a da Matabelelândia. É aí, com efeito, que devemos situar, em nossa opinião, a região de Toroa ou Toloa, que formava o reino de Butua ou Abutua. Ainda recentemente, é certo, D. P. Abraham identificou a Butua das fontes portuguesas com o Gunuvutua, país de Vutua, habitado por Vakaranga e que corresponderia à metade meridional da Rhodésia do Sul. Todavia João de Barros di-la vizinha das «grandes campinas» onde pululam as manadas de elefantes e que se estendem ao longo do litoral desde o cabo das Correntes até o rio do Espírito Santo (Lourenço Marques) ([4]). Os mercadores que frequentavam o Monomotapa contavam que o metal vem de ainda mais longe, de um outro reino, vassalo do imperador cafre, situado em direcção ao cabo de Boa Esperança ([5]). O mesmo diz Tavernier cerca de meados do século XVII: em certos anos vêm Cafres, numa viagem que leva quatro meses, das cercanias do cabo de Boa Esperança — do país de Sabia, o que talvez indique que utilizam a via do rio Save —, e trazem a Sofala excelente ouro em pedaços, apanhado nas altas montanhas, e além disso grande quantidade de dentes de elefantes ([6]). A prospecção feita por Wagner e Van Riet Lowe aos antigos centros mineiros, cujos resultados subsequentes estudos confirmam, apoia a inferência tirada das fontes

---

([2]) *Roteiro da viagem de Vasco da Gama,* pp. 16-19 da ed. Fontoura; Barros, cit., Liv. III, cap. 3 e ss, Liv. IV, cap. 2; Castanheda, Liv. I, caps. 4 e 7.

([3]) Ver, por exemplo, na *Géographie Universelle* de La Blache, a *Afrique* de F. Maurette; Theal, *History and Ethnography of Africa of the Zambesi,* t. I.

([4]) Barros, *Década* I, Liv. X, cap. 1; Barreto Rèsende (B. N. Paris, Portugais 1, f. 83) descreve de igual modo o reino de Botua ao sul do império do Monomotapa, e fora já dos que reconhecem mais ou menos a sua suzerania; o P.e Monclaro, 1570-1574 (em Theal, *Records,* III, p. 179) não faz de outro modo, situando-o «do lado do cabo» (de Boa Esperança), e acrescentando que de lá os Portugueses recebem gado em número considerável, o que corresponde, tudo o indica, à região, meridional, das «grandes campinas».

([5]) Duarte Barbosa (cerca de 1515), p. 249.

([6]) *Voyages,* 2.ª parte, Liv. II, cap 25.

portuguesas, porquanto inclui entre os de antiga exploração os situados a leste e nordeste de Pretória (veja-se o mapa a p. 215 de Davidson, *Old Africa Rediscovered*, 1960, e o mapa a p. 305 de J. D. Clark, *The Prehistory of Southern Africa*, 1959).

A norte e a leste do Zambeze, ao invés, nesse Maravi que se estendia até Mombaça e avizinhava com Moçambique e Quelimane, povoado de populações mais atrasadas, não se encontrava ouro. Como não se encontrava também, para sul desse rio, ao longo do litoral, havia que subir os cursos de água numa extensão de umas dezenas de léguas para chegar às regiões mineiras. Mas o acesso não era difícil. A partir de Sofala subiam-se o Busi e o Revué ou o Pungue, e, atravessando assim todo o reino do Quiteve, alcançava-se o planalto de Manica e os terraços de Inyanga, região descrita pelas fontes da época como montanhosa e seca, formando como que uma imensa mina aurífera mas cuja abundância mal compensava o baixo teor do metal; e a este mesmo complexo de mineração chegava-se subindo o Cuama até Sena e atravessando daqui o sertão em direitura a oeste-sudoeste (7). Na parte fluvial dessa viagem encontrava-se já um pouco de metal no reino botonga de Baroé que se estendia do rio para oeste e noroeste até o Mokaranga. Pelo contrário, o território da margem esquerda, apertado entre o rio e o reino de Maravi, desde Quelimane até Morombara, não oferecia aos Botongas que o povoavam o recurso da apanha de pó aurífero ou da mineração. Nos planaltos mokaranga as jazidas mais importantes situavam-se em Dambarari, Ongoé, Mocraz, Macanca e Maramuca (8). O ouro mais fino era porém o de Chiroro (9), onde se localizavam as minas de maior caudal do reino do Monomotapa (10).

Assim se desenha, grosseiramente, a geografia das jazidas em exploração na época que nos interessa. O metal apresenta-se sob quatro formas diferentes: aqui em fino pó, como se fosse areia, além em grãos umas vezes pequenos outras graúdos, como de contas de rosário, nuns pontos em lascas ora espessas ora comparáveis a rebentos ou vergônteas — é o mais fino —, noutros pontos em pedras ou mesmo pedregulhos que há que pulverizar — é o mais vil (11).

A escavação de minas constitui o método mais corrente de extracção. Na região de Manica as actividades mineiras podem prosseguir durante todo o ano, ao passo que no Mokaranga estão reduzidas aos três meses de «crimo»: Agosto, Setembro e Outubro. Acabou, com efeito, a monção; as chuvas começam a cair moderadamente, fornecendo as águas indispensáveis aos trabalhos; em Novembro tornam-se diluvianas, inundando poços e galerias, obrigando a suspender todas as actividades. Quando se aproxima a estação do crimo, multidões de cafres, às famílias inteiras, dirigem-se para as zonas escolhidas para exploração e dividem-se por aldeias, cada uma das quais sob o governo de um chefe. Cada grupo escava um poço que tem de diâmetro a estatura de um homem, e por dentro traça uma escada. A partir do fundo, os Negros abrem galerias que seguem os filões referenciados. A terra aurífera é arrancada com enxadas de folha de ferro, e esses bocados assim arrancados — matacas — são transportados em recipientes de pau que os Negros, alinhados a intervalos regulares ao longo da galeria e nos degraus da escada até à superfície, passam de mão em mão. As rochas auríferas são estaladas e quebradas com o auxílio de espécies de grandes alavancas de ferro. A vida dos mineiros corre constante perigo: é frequente as abóbadas das galerias ruirem e soterrarem-nos. Raras deviam ser as que tinham uma estrutura de paus e vigas — simples ramos e troncos — a aguentá-las (mas as escavações mostraram que existiam em certos casos — J. D. Clark, *The Prehistory of Southern Africa*, 1959, p. 310). Ausência completa de sistema de bombas para tirar a água. Tais defeitos de técnica deixavam a mina sem qualquer

---

(7) Monclaro, citado, p. 179; P.e Manuel Barreto, *Informação dos Rios de Cuama*, 1667 (B. N. Paris, Portugais 33, f. 47v).

(8) Manuel Barreto, citado.

(9) Frei João dos Santos, Parte I, Liv. II, cap. 13.

(10) Do Lisboa ao vice-rei, 26-II-1602, em Theal, *Records*, IV, p. 50 (segundo informações do capitão de Sofala e Moçambique).

(11) Frei João dos Santos, citado.

protecção contra as infiltrações e os jorros de água, tão terríveis numa zona de chuvas diluvianas. O Padre Manuel Barreto poderá escrever com razão que «Alguns marondos destes, e de infinito ouro, estão devolutos por falta de engenho para esgotar a água.» De cada mina *(bar)* ou poço *(marondo)* chegavam-se a extrair mil, duas mil e até três mil *pastas* [12]; na maioria das vezes, porém, o rendimento conservava-se muito medíocre [13].

Moquet descreveu lindamente a apanha das areias auríferas, apenas se enganou em considerá-la o único método de extracção. Os Cafres «recueillent l'or en des campagnes au pied de quelques montagnes, lors qu'il vient des ravages d'eau qui courans d'en haut emmenent en bas force poudre d'or: et lors chaque Ethiopien a son petit ruisseau avec un petit filet faict en façon de rets ou poche à prendre les lapins, mais tissu fort menu, avec quoy ils arrestent tous ces sables d'or coulans des montagnes. Il s'en trouve quelquefois de fort grosses pieces et tres pures» — assim, uma que pesava meia libra, mas tratava-se de uma excepção [14]. A erosão pluvial põe a descoberto os filões nas encostas, arranca e arrasta até às planícies pedras e areias auríferas; nos próprios campos, mas sobretudo no leito dos rios depois que as águas baixaram, assim como nos pontos que se alteiam, os Cafres afadigam-se então a recolher lascas, pedaços e pó de ouro. Por vezes umas duas centenas de Negros reúnem-se e secam um paúl em cujo lodo estão certos de encontrar o metal. A esta forma de extracção podem dedicar-se todo o ano, mas é evidentemente na estação das chuvas e logo depois de esta acabar que se mostra mais produtiva. Prefere-se, em geral, o ouro das ribeiras ao ouro de *bar* (das minas). Todavia o ouro de *bar* do Mokaranga iguala em teor, se não ultrapassa até, o das ribeiras de Manica, cascalho polido formado como que de pequenas amêndoas. Em Mokaranga o melhor ouro de ribeira é o de Ongoé, Macanca e Mocray.

Na região de Manica, o ouro de ribeira não é tão bom nem tão abundante, pois o clima é mais seco. É o ouro de *bar* que predomina. Mas os Cafres só conseguem cavar o solo até uns 20 palmos de profundidade, porque a partir daí esbarram com a camada de laterite; vulgarmente detêm-se a 6 ou 7 palmos [15]. Como os cursos de água abundam, mas como é nas zonas mais áridas que se encontra o metal — não é precisamente pelo escalvado e pela secura do solo que os Cafres reconhecem a localização das jazidas? —, as matacas têm de ser transportadas para os lugares onde há água; a fim de não estarem sempre à mercê das chuvas, os Negros constroem espécies de cisternas rudimentares [16].

Estalados e quebrados os rochedos onde são referenciados os filões auríferos, britados os pedregulhos com maços de ferro ou pedra e com alavancas de ferro, as pedras que daí provêm são reduzidas em almofarizes circulares de pedra; este pó e cascalho, recolhido em gamelas de pau, é lavado por várias vezes nos

---

[12] Cada «pasta» pesa, em média, 100 miticais (Paiva e Pona, *Dos primeiros trabalhos*, p. 57, nota), ou seja, 425 gr.

[13] Seguimos de perto a *Etiópia Oriental*, Parte I, Liv. I, cap. 17; a *Informação sobre os Rios de Cuama* do P.ᵉ Manuel Barreto, de 1667 (citado, ff. 48v-49); e Monclaro, citado, p. 184.

[14] *Voyages de J. Moquet* (1608-1609), Liv. IV, p. 260.

[15] Falando do ouro do Monomotapa — isto é, do Mokaranga —, Tavernier escreveu: «on le tire sans grande peine en fouillant dans la terre deux ou trois pieds». Na realidade, a extracção reservava inúmeras dificuldades, e vimos que exigia frequentemente a abertura de galerias, o que não excluía aliás a apanha quase à superfície. O viajante acrescenta que nas zonas secas se encontram bocados à flor do solo, o que é verdade, e que nas zonas montanhosas basta escavar 10 ou 12 pés para encontrar ouro, o que se dava em Manica e talvez também no Transvaal. *Voyages*, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25.

[16] Barros, *Década* I, Liv. X, cap. 1.

cursos de água ou nas cisternas, até que fique só o metal, mais pesado, sob a forma de seixos miúdos ou de areia fina, a brilhar. Aplica-se o mesmo processo tanto às matacas extraídas das minas como às areias e cascalho recolhido dos rios e ribeiros [17]. Mas também se emprega uma outra técnica, que consiste em ferver durante muito tempo a mataca numa marmita, deixando-a arrefecer em seguida: no final o ouro fica separado da rocha [18]. O ouro de pedras arrancadas à superfície é baixo e de poucos quilates; os favores vão por isso para o *dahabo*, quer seja em pó quer em pastas [19].

Em suma, a extracção do metal precioso constituía o contrário de um divertimento. Quando os Portugueses penetraram até às jazidas, julgando poder assim encher sem esforço quantos sacos quisessem, depressa desanimaram ao darem-se conta de todas as dificuldades quer da exploração pròpriamente mineira quer da recolha à superfície, e ao verem quão penoso era esse rude labor e os perigos que constantemente ameaçavam os mineiros [20]; chegaram a restituir ao Monomotapa as minas que lhes oferecera graciosamente, desalentados pelos custos de exploração e pela fraca produtividade [21].

Ninguém pode extrair ouro sem autorização régia, sob pena de morte [22]. Mas o rei nada cobra do ouro extraído, de igual modo que não arrecada quaisquer impostos prediais. Os Cafres apenas estão sujeitos, em relação ao «imperador» — Monomotapa — e aos senhores — *encoses* —, a corveias ou geiras, obrigatórias e regulamentadas; têm ainda de lhes oferecer dádivas, por modestas que sejam, se querem ser recebidos por eles. Nas feiras, os comerciantes põem de lado alguns dos artigos, por exemplo panos de algodão, que enviam ao Monomotapa, sem que a isso sejam obrigados. Nenhum cafre se conformaria com que lhe fosse recusado o acesso ao chefe: passaria a ser como que um pária. O Monomotapa, no caso de pretender o precioso metal, manda distribuir algumas vacas entre os mineiros, consoante o seu número; estes exprimem-lhe a sua gratidão por tal mostra de benevolência oferecendo-lhe, por seu turno, uns grãos de ouro — até um mitical cada [23] —, ou prestando-lhe alguns dias de trabalho, a descontar nas corveias que lhe devem [24].

A ausência de imposto sobre a extracção, que devia evidentemente contribuir para o fomento da produção, não impedia aliás que os mineiros fossem explorados. Na verdade, logo que um marondo mostrava estar a dar bom rendimento, os poderosos aproximavam-se com os seus acostados e os seus escravos e apoderavam-se do ouro pela força, tiranizando os pobres trabalhadores. Não há pois que nos espantarmos, nestas condições, se estes preferiam frequentemente abandonar esse filão e contentar-se com uma quantidade insignificante de metal que podiam esconder da cobiça dos senhores [25]. Quando despertou nos Portugueses a ambição de controlar a própria produção, e que, por isso, desataram a comprar terras ou a apoderar-se delas, os chefes e régulos cafres — os encoses — adoptaram muitas vezes a política de proibirem a abertura de minas no termo da sua alçada, para evitar que os Portugueses as cobiçassem. Assim aconteceu,

---

[17] Tal é o processo descrito por João dos Santos e Manuel Barreto, nas obras citadas.
[18] Carta de Diogo de Alcáçova, 22-XI-1560 (*Cartas de Albuquerque*, t. II, pp. 385-9). Cf. J. D. Clark, *The Prehistory of Southern Africa*, 1959, p. 310.
[19] *Etiópia Oriental*, citado.
[20] Monclaro, citado, p. 184.
[21] *Etiópia Oriental*, citado.
[22] Carta de Diogo de Alcáçova, citada.
[23] Barros, citado.
[24] Monclaro, citado, p. 184.
[25] Manuel Barreto e Monclaro, citados.

por exemplo, em Maramuca, talvez a região mais rica em metal. Às opressões e roubos dos chefes negros, que levavam a mão-de-obra a fugir, vinham acrescentar-se deste modo as ambições territoriais dos Europeus intrusos que suscitavam nos régulos a hostilidade ao alargamento da área em exploração. Outros obstáculos refreavam o desenvolvimento da mineração e da apanha de pó ou pedras auríferas. Antes de mais, a insuficiência técnica — seria de prever, apesar de estarmos numa civilização do ferro. Em Manica a camada dura com que se esbarrava já a entre 10 e 20 palmos de profundidade impedia cavar mais fundo. Nas outras regiões, a fragilidade das galerias provocava numerosas mortes que não estimulavam, é bem de ver, o ardor dos mineiros. A mão-de-obra escasseava. Com o crescimento travado desde logo pela excessiva mortalidade infantil, a população era dizimada pelos ordálios de veneno, frequentes e sempre mortais, e pelas guerras, ceifada pelas pestes; a escassez provocada pelas pragas de gafanhotos contribuía para a alta morbidade. A caça ao homem, que tinha por fim alimentar o trato de escravatura, ermava extensas regiões. À medida que os Portugueses fundaram colónias cada vez mais longe do mar, os Cafres afastavam-se para evitar contactos nem sempre fáceis: em Botonga, por exemplo, a zona sob domínio português estava tènuamente povoada a meio do século XVII, enquanto a parte que permanecera livre parecia um formigueiro, graças à chegada constante de refugiados ([26]). Razões técnicas, razões demográficas; e também razões psicológicas. Os nativos interessam-se pouco pelo ouro em si próprio. Decerto, de ouro fabricam jóias com que se adornam e objectos provàvelmente rituais — de folha martelada a cobrir um interior de madeira esculpida na forma desejada, por exemplo, os rinocerontes encontrados em Mapungubué (vale do Limpopo); luxos de uma aristocracia instalada nas «acrópoles» megalíticas. Mas a massa da população só por cobiçar os panos de algodão e as «contas de rosário» é que se afadiga durante alguns dias ou algumas semanas na sua extracção; é preciso que os mercadores lhes adiantem a mercadoria cobiçada para que se convençam a ir trabalhar nas minas ou na apanha nos regueiros e campos ([27]).

Ao dealbar o século XVI, o grosso da produção escoava-se, tudo o indica, para os portos marítimos, e toda a exportação por mar estava nas mãos dos Muçulmanos quer das cidades litorais quer de regiões ultramarinas. Esses mercadores mouros podiam viajar pelo sertão das zonas mineiras, mas nunca pretenderam, parece, exercer qualquer domínio sobre elas, e não estavam ligados ao processo produtivo, a não ser na medida em que vendiam «de antemão» aos indígenas os artigos que os incitariam a ir trabalhar. Mas a quem pertencera anteriormente esse tráfico, e como, por quem e quando se iniciara a extracção?

No reino de Butua e no Mokaranga encontravam-se castelos ou grandes cercas, sem dúvida antigos, feitos de pedras ciclópicas ajustadas umas contra ou sobre as outras sem qualquer argamassa; essas pedras de talhe regular formam muralhas ou paredes de uns 25 palmos de espessura; no recinto erguiam-se pequenas torres. A todas essas construções os indígenas chamavam «symbaué» (Zimbaué ou zimbabué), que significa simplesmente «côrte», isto é, a residência do rei; e baptizavam assim também todo e qualquer lugar onde estivesse o Monomotapa. Duas tradições locais se defrontavam, sobretudo entre os Muçulmanos. Uns julgavam que se tratava das feitorias da rainha de Sabá. Barros, notando quanto estes zimbaués se parecem com as construções de Acaxumo na Abissínia, aceita esta

---

([26]) Este facto não pode aliás ser generalizado, pois as relações entre brancos e negros ou outros indígenas variaram tanto segundo as épocas como segundo as circunstâncias. Para tudo o que antecede, a melhor fonte continua a ser Manuel Barreto, citado.

([27]) Monclaro (citado, p. 201) parece contradizer esses traços psicológicos debuxados pelas outras fontes; segundo ele, os Cafres ligam muito mais importância ao ouro do que lhe ligam os brancos; mas explica logo que é para camprarem os panos de algodão. Cf. Tavernier, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25.

opinião (sem aliás mencionar a outra); supõe que a «Agizimba» de Ptolomeu correspondia a esta região e derivava o seu nome destas «côrtes». Mas outros relacionavam os zimbaués antes com o rei Salomão, identificando o Ofir bíblico com Afura, nome da montanha sobre a qual se erguiam tantos deles ([78]). Quer uma quer outra interpretação faria remontar a civilização dos zimbaués aos séculos antes da era cristã, e atribuir a sua génese à creação de gentes do Norte: dois pontos que a pesquisa arqueológica demonstrou inaceitáveis. Mas o mais importante é que tais lendas conservam a memória de antiquíssimas — milenárias — relações comerciais entre a África sul-oriental e o mar Roxo, e essa lembrança ainda viva no século XVI corresponde bastante bem ao papel desempenhado pelas gentes do hemisfério setentrional, vindas por mar ou em caravanas por terra em busca do precioso metal, na consolidação e intensificação desse arranque mineiro. Escreve João de Barros: «E posto que esta bárbara gente nam saiba sair da aldea donde naceo, e nam seja dada a navegar nem a correr a terra per via de comércio: tem o ouro tal calidade que como é posto sobre a terra ele vai denunciando de uũs em outros té que o vem buscar ao lugar de seu nacimento.» (*Década* I, Liv. X, cap. 2). Foi na primeira metade do I milénio da era cristã que, vindas do Norte, contribuições culturais e étnicas (minoritárias embora) levaram as populações pré-bantas até aí existentes nesses planaltos a passarem da idade da pedra à idade do ferro (sem passagem pelo cobre e pelo bronze) e à economia agrícolo-pastoril (com formação de grupos só pastoris, depois empurrados mais para sul, de grupos quase só agrícolas, e de outros mixtos), economia que conta também com o fabrico de louça. A mineração está já em actividade à volta de 500 d. C.: é da Abissínia que Summers faz vir essa cultura mineira — dir-se-ia que confirmando João de Barros. Cosmas Indicopleustes, que escreveu no 2.º quartel do século VI as suas viagens no mar Roxo e Abissínia e recolheu informações de mercadores sobre o Oriente, conta que todos os anos o rei de Axum manda uma caravana de mais de quinhentas pessoas ao sul buscar ouro, levando para o adquirir (por métodos primitivos de escambo) gado, sal e ferro; a viagem de ida dura seis meses e passa pelas nascentes do Nilo ([79]). Estabelece-se deste modo a relação entre o comércio axumita e o despertar da mineração do precioso metal na África meridional-oriental. Ao abrir o século VII o ouro é já exportado por Sofala e Quíloa, estando interessados neste tráfico marítimo os Árabes pré-mahometanos e os outros ribeirinhos do mar Roxo. Cerca de 700 o sítio do Zimbabué vulgarmente marcado nas cartas modernas está já povoado, e cerca de 1000 povoa-se o sítio de Bambandyanalo (perto de Mapungubué, ao sul do Limpopo). Os séculos XI e XII parecem representar uma segunda grande transformação nestas regiões: é a civilização megalítica (embora sem atingir a urbanização), acompanhada da introdução das técnicas de fiação e tecelagem de algodão selvagem e de fibras de casca de árvores (encontraram-se discos de barro cozido perfurados, que serviam para fiar). Deve ser nos séculos XIV e XV que se situa o período de esplendor das construções de granito talhado em cantaria insonsa e completadas por linteis de madeira: acrópoles poderosas e por vezes quase inacessíveis, traduzindo na paisagem a dominação das populações anteriores (essencialmente boschimano-boskopoides, isto é, boschimanes e hotentotes) por povos, ou antes, minorias guerreiras que formam vários «reinos» ou senhorios (vimos já o papel dos *encoses*); cercas elípticas com vários edifícios no recinto, por exemplo, as célebres torres cónicas: o conjunto era o palácio-templo (e ao mesmo tempo túmulo) do rei-deus: nos vales baixos estendem-se as aldeias de cabanas circulares de pau, cobertas de colmo ou terra, do povo, e há ainda os cerrados para o gado (que em caso de perigo se recolhia na «acrópole»). As muralhas têm 2 a 5,25 m de espessura e 7 a 13 m de altura, sendo mais espessas e altas as das acrópoles. Criam-se bovinos (de cornos compridos) e ovinos, cultiva-se milho miúdo, sorgo e outros cereais, legumes. Não há classe sacerdotal, mas praticou-se o regicídio ritual ligado ao culto do céu fertilizante, e as aves esculpidas em pedra-sabão relacionar-se-iam (como as do antigo Portugal) com cultos de fecundidade e fertilidade ([80]).

Mas outras transformações merecem atrair a nossa atenção. Mercadores do mar Roxo, como indicámos, abriram e traçaram a grande rota marítima do ouro, e ao longo de todo o seu percurso, nos lugares de escala de navegação ou de

---

([78]) Barros, *Década* I, Liv. X, cap. 1; *Etiópia Oriental*, Parte I, Liv. II, caps. 11 e 12 Cf. Theal, *History and Ethnography*, I, cap. VIII.

([79]) As suas viagens estão incluídas na sua *Topografia cristã*, Liv. IX. Veja-se Laistner, em *Travel and Travellers of the Middle Ages*, pp. 34-6, e H. Labouret, na *Histoire mondiale du commerce*, III, p. 85.

([80]) Sobre o conjunto destes problemas: J. D. Clark, *The Prehistory of Southern Africa*, 1959, cap. 11; Basil Davidson, *Old Africa Rediscovered*, 1960, caps. 9 e 10; P. Wagret, nos «Annales-E. S. C.», 1955, pp. 363-6; resumo das pesquisas mais recentes, em especial de Summers e Abraham, por W. G. L. Randles, nos «Annales-E. S. C.», 1963, pp. 956-980.

realização de feiras, à entrada das «picadas» de penetração terrestre ou fluvial, de preferência em ilhas, edificaram cidades marítimas, cujas construções de pedra e de taipa, com janelas e terraços (açoteias) à maneira dos da Península Ibérica (segundo comparação de Barros), se alinham em ruas regulares. Assim nasceram ou se desenvolveram Mogadoxo, Melinde, Mombaça, Quíloa, Moçambique, Angoxa, Sofala, descendo a costa do norte para o sul. É que os reis «cafres» da terra-firme não se interessam nada pelo litoral e não se importam que outros o venham ocupar. Por isso os mercadores vindos por via marítima puderam instalar-se pacatamente à beira-mar, numa faixa que chega a ter quatro léguas de largura; para além é que já não ousam tentar fundar povoados ([31]). Entretanto os Persas entravam também neste circuito comercial, e também os Chineses — encontrou-se louça persa e porcelana da China dos séculos XIII-XV nas ruínas megalíticas, como se encontrou também louça e vidro do Levante.

A Mogadoxo coube o papel de pioneira nesta rota do ouro, de que foi o primeiro empório a deter o contrôle. Em seguida a hegemonia passou para Quíloa, que, quando chegaram os Portugueses, exercia a sua suzerania sobre os Mouros de Sofala, Cuama, Angoxa e Moçambique, e pretendia alargá-la a outras cidades ainda. Mas as querelas minavam este reino muçulmano de escalas e feitorias marítimas do comércio do ouro; um filho de rei, nomeado governador de Sofala, assumira o título real e recusava-se a reconhecer a sua dependência. É sem dúvida também com mira a desenvencilhar-se do contrôle político de Quíloa e dos tentáculos com que este empório agarra o tráfico do metal precioso que Moçambique, não obstante alguns incidentes a quando da primeira viagem de Vasco da Gama, suscitados pelos negociantes muçulmanos que estavam de passagem, alinha ràpidamente ao lado dos Portugueses ([32]).

As comunicações entre os portos da África oriental faziam-se sobretudo pelos ligeiros zambucos, mas as naus chegavam também até Sofala. É que, mesmo se a abertura desta rota marítima do ouro e a sua movimentação nos primeiros séculos se devem provàvelmente aos mercadores do mar Roxo, quando o Guzerate se tornou um dos principais focos industriais e mercantis do globo os seus homens de negócios buscaram no mundo cafre mercados de escoamento para a sua produção têxtil e em retorno levaram para lá dos mares o fulvo metal, o marfim e os escravos. As velas guzerates iam até Sofala ou ficavam por Melinde ou Quíloa, onde desembarcavam os seus fardos de panos de algodão e os seus cestos ou caixinhas contendo contas de vidro, e aí carregavam as mercadorias «etiópicas». Do Levante vinha também contaria de vidro, mas isso não impediu a transformação fundamental neste tráfico, que foi o seu desvio para Cambaia determinado pelo incremento da indústria têxtil nessa região indiana. Deste modo os mercados da África oriental vieram a ficar econòmicamente na dependência do Guzerate. Os Cafres chegaram a só aceitar os artigos desta proveniência. Quando, em 1501, Sancho de Tovar vai de Moçambique a Sofala, os mercadores da primeira cidade que o acompanham levam precisamente panos de algodão e contas de rosário de Cambaia. Apesar de disporem das informações precisas sobre este tráfico trazidas por este capitão e, no ano seguinte, por Pero Afonso de Aguiar, bem como das recolhidas em Moçambique mesmo, as autoridades portuguesas ao instalarem a feitoria em Sofala copiaram fielmente a organização comercial de São Jorge da Mina e encheram os armazéns com os artigos que correspondiam à procura no mercado do golfo de Guiné. O resultado não podia

---

([31]) Carta de Diogo de Alcáçova, citada.

([32]) Sobre tudo o que precede, Barros, *Década* I, Liv. VIII, cap. 6, e Liv. X, caps. 1 e 2; Duarte Barbosa, pp. 249-51. Cf. G. Ferrand, *Les sultans de Kilwa*.

deixar de ser desastroso: os nativos recusavam as mercadorias oferecidas pelos Portugueses, o ouro não afluía. Foi necessário que chegasse Gonçalo Vaz de Góis trazendo como carga o produto do saque de Quíloa e Mombaça efectuado pelo vice-rei, para que os Cafres começassem a vir com ouro à feitoria (33). Escrevendo em 1508 de Moçambique ao rei a fim de lamentar a insuficiência do montante de transacções da feitoria régia de Sofala, Duarte de Lemos insiste em que só os panos de algodão de Cambaia e as contas de Melinde satisfazem a procura do mercado cafre; de Portugal aceitam quando muito brabantes alvos e largos (34). Os Portugueses não tiveram outro remédio senão conformarem-se com as condições comerciais do oceano Índico.

Se os mercadores guzerates vão por vezes a Sofala mesmo, é mais frequente que fiquem por Quíloa, Mombaça ou Melinde, onde resgatam com os mercadores muçulmanos brancos aí estantes. Estes, por seu turno, viajam nos ligeiros zambucos entre essas grandes cidades africanas e Sofala ou Angoxa, uma que outra vez Moçambique, onde escambam com os mercadores muçulmanos locais — brancos, mestiços ou até negros — os panos de algodão recebidos de Cambaia e a contaria de vidro vinda do mar Roxo ou do Guzerate, contra metal amarelo, dentes de elefante, escravos. São em seguida os mercadores muçulmanos de Sofala, Angoxa ou Moçambique que tratam com os Cafres, quer esperem que estes venham às imediações das suas cidades, quer subam eles próprios os rios às vilas e aldeias de feira do sertão. Todos estes comerciantes intermediários ganhavam suculentos lucros — que, a acreditarmos em Duarte Barbosa, atingiam 100 por 1 —, visto que as permutas com os nativos mineiros se faziam sem pesagem nem contagem (35).

Nas feiras que se realizavam no império do Monomotapa ou nos outros reinos cafres, os mercadores não tinham que pagar quaisquer taxas ou impostos; mas reuniam-se para oferecer um presente ao rei. Era, com efeito, uma regra estrita de direito costumeiro que o rei ou um senhor só concedesse audiência a quem lhe mandasse uma dádiva; esta não tinha que estar em proporção com a riqueza do ofertante ou com o montante dos seus negócios ou da questão a tratar, podia ser insignificante: constituía ùnicamente marca de submissão e de boa vontade — e criaria possìvelmente um laço de participação. Mas se queriam que os caminhos estivessem franqueados e sob a protecção régia, os *cheikhs* do litoral, e depois os capitães portugueses, tinham de enviar todos os anos um presente de valor ao «imperador» ou aos reis. O comércio goza, em suma, de muita liberdade, logo que se encontra em território cafre. No percurso marítimo são devidos porém direitos exorbitantes ao rei de Quíloa. Eis quais são. À entrada em Quíloa, o comerciante que vem da Índia — do Guzerate — ou do Estreito de Meca paga um mitical de ouro por 500 peças de pano; em seguida, tomam-lhe ⅔ das peças em proveito do rei, e sobre o terço com que fica ainda tem de pagar, depois de avaliação, 30 miticais por cada 1000 miticais. Em Mombaça os direitos são inferiores, porque, embora se pague desde logo o mesmo mitical por cada 500 peças, o rei só toma em seguida para si metade do total das peças, e já não há qualquer outro direito a pagar. À chegada a Sofala o mercador tem ainda de entregar à alfândega, por cada 7 peças, uma. No regresso, o navio tem de ir fundear em Quíloa ou em Mombaça, a fim de aí pagar 50 por 1000 miticais de ouro (30).

---

(33) Barros, Liv. X, cap. 3.
(34) Carta de 30-IX-1508, em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pp. 203-5.
(35) Duarte Barbosa, p. 247.
(36) Carta de Diogo de Alcáçova, citada.

§ 2 — *Da conquista do domínio sobre o tráfico marítimo aos primórdios de contrôle sobre as jazidas*

Em demanda das especiarias, e ùnicamente delas, é que os Portugueses se tinham lançado ao descobrimento dum caminho marítimo para a Índia. De modo algum em busca do ouro. As suas preocupações em relação à costa oriental de África giravam todas em volta da segurança e comodidade das viagens comerciais por esta rota que acompanha de largo quase todo o litoral africano do oceano Índico. E no entanto desde 1500 o senhor do ouro da Mina e de Cantor pretende participar no tráfico do ouro do Monomotapa.

Na conserva da grande armada de Cabral vão dois navios capitaneados pelo descobridor do Cabo e por seu irmão, encarregados da missão de se dirigirem «à mina de Sofala descobrir e assentar aquele resgate». Mas Bartolomeu Dias e o seu navio desapareceram tragados pelas ondas, e Diogo Dias perdeu-se na rota, regressando à ilha de Santiago ([37]). Perto de Sofala precisamente, a armada de Cabral encontrou duas naus que voltavam para Melinde carregadas de ouro; julgando-se perdidos, os Mouros lançaram uma parte da carga ao mar, mas como o seu capitão era parente do rei de Melinde, aliado de Portugal, e para mais desta cidade é que eram os navios, os Portugueses trataram-nos com todas as atenções — embora não pudessem, visto que não eram feiticeiros, satisfazer o pedido de pescarem o metal que as águas tinham engolido... ([38]) Se a discreção dos mercadores não lhes permitiu ficarem a saber quanto desejariam sobre este tráfico, uma tal evidência não podia deixar de dar nova força às ordens que traziam, tanto mais que os pilotos de Melinde e o *cheikh* de Moçambique foram menos discretos. Na torna-viagem Cabral enviou, por isso, Sancho de Tovar com uma caravela a descobrir Sofala. Pouco depois de a armada ter fundeado no Tejo entrava também a caravela com as almejadas novas.

Guiado por um piloto de Melinde e acompanhado por honrados mercadores de Moçambique, Sancho de Tovar fora efectivamente a Sofala, cujo *cheikh* estava já ao corrente da chegada dos Portugueses ao Índico e das relações creadas em Moçambique. Antes de mais, aliás, os mercadores desta ilha tinham ido visitar o rei mouro, oferecendo-lhe cada qual o seu presente, preparando assim a entrevista com o capitão português. Este, que também procurara dispor bem o seu interlocutor graças a uma dádiva de panos de seda vermelha, espelhos, carapuças, cascaveis, campainhas e objectos de vidro, pôde deste modo firmar fàcilmente «a amizade e o trato». O mercado estava aberto. Os mercadores de Moçambique tinham trazido panos de algodão de Cambaia e contas de rosário, artigos decisivos nestas transacções. Ganhou-se 12 e 15 vezes o cabedal aplicado, e o xeque ofereceu a Tovar grãos de ouro no valor de uns 300 cruzados, pedindo-lhe para entregar ao capitão-mór um presente análogo mas que valia uns 1 000. O piloto regressou a Melinde e a caravela fez rumo para Portugal ([39]).

Em 13 de Novembro de 1501 o rei alargou a «todos os trautos da Guiné, Myna, Çofala e Indias» as atribuições do até aí feitor da Casa da Guiné e Mina (*Chancelaria D. Manuel*, Liv. I, f. 48). No ano seguinte — 1502 — Vasco da Gama, quando fez escala em Moçambique, enviou duas caravelas sob o comando de Pero Afonso de Aguiar, guiadas por um piloto dessa ilha e com um carregamento das costumadas mercadorias, aí embarcadas; as caravelas foram lançar

---

([37]) Barros, *Década* I, Liv. V, cap. 9.

([38]) *Navegação de Pedro Álvares Cabral*, cap. 3.

([39]) A narrativa mais pormenorizada lê-se nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia (os trechos que dizem respeito a Sofala foram transcritos por Theal, *Records*, t. II); Barros, *Década* I, Liv. V, cap. 9, e Liv. IX, cap. 6; *Navegação de Cabral*, cap. 21.

âncora em Sofala, de acordo com a resolução do Conselho Real tomada depois de ouvir as informações favoráveis de que Tovar fora o mensageiro. O acolhimento não foi menos caloroso desta vez do que da precedente: os Portugueses contentavam-se com pacíficas relações comerciais, e pelo seu lado o *cheikh* e os mercadores da terra não podiam deixar de se regozijar por verem aumentar a sua clientela e passar a haver concorrência na procura do ouro e do marfim. Novas trocas de presentes ratificaram os anteriores acordos de paz, amizade e livre comércio. O mercado desenrolou-se sem incidentes; os Portugueses admiraram a ordem que aí reinava e a ausência de contestações; os mercadores da terra contaram as peças de panos, pesaram o ouro em pequenas balanças, e alinharam em frente de cada fardo o peso de metal que lhe correspondia em justa permuta ([40]). Anteriormente, o próprio Almirante fizera escala em Sofala, onde comprara um pouco de ouro, apesar da desconfiança dos Mouros em face de uma esquadra tão poderosa e mau grado as pequenas disponibilidades da oferta, resultado da partida, na semana passada, de dois ou três zambucos carregados. Foi só todavia no decurso das suas conversas com os comerciantes mais honrados de Moçambique que Vasco da Gama pôde completar as informações de Sancho de Tovar e graças a isso tomar a decisão de mandar Pero Afonso ([41]).

Assim, de 1501 a 1502, os Portugueses conseguiram sem violência abrir o mercado do ouro na própria Sofala e tecer aqui pacíficas relações mercantis, eles que não tinham rumado as suas velas em direcção ao oceano Índico com mira no precioso metal... Em seguida, a partir de 1505, à política comercial pacífica e aberta substituiu-se o estabelecimento do monopólio pela força das armas e pela presença militar. Etape capital.

Na primeira viagem, de Vasco da Gama, as relações com Moçambique tinham ficado no equívoco: com Mombaça tinham sido nitidamente hostis; pelo contrário, Melinde ficou desde logo escala segura e apoio fiel. Mas já na segunda viagem Bartolomeu Dias e o seu irmão deviam ir descobrir Sofala e instalar aí uma feitoria, de que Afonso Furtado seria o escrivão. Devido ao naufrágio de um e ao erro de navegação do outro, só no regresso é que, em 1501, se entabularam as primeiras relações comerciais com o empório do ouro. À ida, Cabral fora muito bem recebido em Moçambique, sem conseguir assentar fosse o que fosse em Quíloa, que levava a missão de visitar a todo o custo, visto que os Portugueses estavam já a par do papel que esta cidade desempenhava na navegação e no comércio ao longo da costa oriental de África ([42]): na volta ao Reino utilizou sem receio Moçambique para fazer aguada e adubar os navios ([43]). Na viagem de João da Nova, em 1501, as velas portuguesas fizeram escala em Moçambique e seguidamente em Quíloa, onde o acolhimento permaneceu equívoco, de maneira que preferiram, na torna-viagem, parar em Melinde e em Moçambique ([44]).

Deste modo, Melinde, querendo desembaraçar-se da hegemonia de Quíloa e de Mombaça, alinhou imediatamente com os Portugueses; Moçambique hesitou apenas um momento — primeira viagem do Gama — e compreendeu logo de seguida que só tinha a ganhar em se libertar dos tentáculos das duas outras cidades dominantes, a fim de desenvolver o seu tráfico com Sofala e com a Índia, e de aproveitar para mais do seu novo papel de base de refresco das armadas. Estava, na verdade, situada idealmente de modo a servir de principal escala, no oceano Índico, às velas portuguesas, e por isso Vasco da Gama e o *cheikh* da ilha prometeram-se solenemente em 1502, recíproca amizade, e o Almirante fundou aí uma feitoria ([45]) para o resgate de Sofala. De Moçambique é que partiram as duas caravelas de Pero Afonso que se destinavam ao porto do precioso metal. Tornava-se urgente, porém, resolver o caso de Quíloa, a fim tanto de garantir a segurança da rota do Cabo como de

---

([40]) Continua a ser a Gaspar Correia que convém dirigirmo-nos para obter as informações mais precisas.

([41]) Tomé Lopes, *Navegação às Índias Orientais*, caps. II e III; Castanheda, Liv. I, cap. XLIV.

([42]) Barros, *Década* I, Liv. V, cap. 3.

([43]) Idem, cap. 9.

([44]) Idem, cap. 10.

([45]) Simão Botelho, *Tombo do Estado da Índia*, p. 7; Castanheda, Liv. I, cap. XLIV.

libertar o comércio português do ouro das exacções aduaneiras; havia, além disso, que aniquilar o poderio político desse estado muçulmano, em que a rebelião de Sofala abrira já uma brecha. Por isso o Gama não descurou uma demonstração de força, em consequência da qual o rei mouro teve de se reconhecer vassalo de Portugal e, em sinal de submissão, obrigou-se a pagar anualmente de páreas 500 miticais de ouro ([46]). Mas o caso estava longe de resolvido: Quíloa e o seu rei não se cansarão de permanecer hostis e de recusar o pagamento das páreas, até o dia em que D. Francisco de Almeida tomar a cidade pela força, destronar o rei, o substituir por um colaborador dos Portugueses e aí edificar uma fortaleza. De Quíloa o vice-rei seguiu para Mombaça, tomou-a também e queimou-a ([47]). Assim ficava definitivamente britada a hegemonia muçulmana na costa oriental de África e sobre o tráfico do ouro.

No mesmo ano, uma outra armada partiu de Lisboa em Maio sob o comando de Pero da Naia, com a missão de explorar a costa africana desde o cabo de Boa Esperança até ao canal de Moçambique e sobretudo de instalar uma feitoria em Sofala e de aqui construir uma fortaleza, a bem ou à má cara. A despeito de uma parte dos Mouros estarem de pé atrás, concluiu-se o acordo com o *cheikh* sem necessidade de recorrer à força; e os estratagemas dilatórios desses quantos frustraram-se, de modo que, graças à abundância da mão-de-obra cafre, as obras se levaram a cabo em curtíssimo prazo. Os Muçulmanos não desistiam porém, e convenceram os nativos a virem investir a fortaleza, onde numerosos portugueses estavam doentes, minados pelo clima. Com a ajuda de outro bando mouro e cafre, os sitiados repeliram os sitiantes, maltratados pela artilharia, e depois, passando ao contra-ataque, mataram o xeque, a que, com o favor dos Portugueses, sucedeu um dos filhos. O domínio português ficava definitivamente assente, cobrindo uma insignificante realeza local ([48]).

O ano de 1505 representa pois uma viragem de extrema importância nas relações dos Portugueses com a África oriental — como aliás em todo o oceano Índico. A nova orientação está exposta com toda a clareza no *Regimento* dado ao primeiro vice-rei. O fim: garantir a apropriação do tráfico do ouro. Os meios: estabelecer o domínio político sobre Sofala e Quíloa, firmá-lo com a presença militar e com fortalezas; pacificamente, se possível, pelas armas, se necessário; os Portugueses devem apoiar-se nos Cafres contra os Mouros, escorraçando estes como inimigos da fé católica, favorecendo em tudo aqueles ([49]). Mais tarde João de Barros, que estava sem dúvida bem informado graças ao seu lugar de feitor da Casa da Índia, atribuirá de igual modo esta política à preocupação de assegurar aos Portugueses o negócio do metal amarelo ([50]).

Se a instalação de uma feitoria real em Moçambique em 1502 se limita a consagrar a entrada do Estado português no circuito comercial da África oriental, a instalação, três anos volvidos, de outra feitoria, agora em Sofala mesmo, organizada segundo um regimento em tudo análogo ao de São Jorge da Mina, inaugura o monopólio da coroa. Que distância percorrida em tão pouco tempo! No entanto, este monopólio não devia ser absoluto: Portugueses, ou até Mouros amigos e fiéis, por exemplo os de Melinde e Moçambique, podiam participar no trato graças a licenças em regra e por intermédio dos feitores régios. Seja com for, a extensão

---

([46]) Barros, *Década* I, Liv. VI, cap. 3.

([47]) Idem, Liv. VIII, caps. 3, 5, 6, 7 e 8; Castanheda, Liv. II, cap. III.

([48]) Barros, idem, Liv. IX, cap. 6, e Liv. X, cap. 3; Botelho, *Tombo*, p. 13; Castanheda, Liv. II, caps. X-XI.

([49]) *Regimento* de 5-III-1505, em *Cartas de Albuquerque*, t. II, pp. 272 ss.

([50]) Bem informado acerca do tráfico do ouro, o rei de Portugal decidiu «que na cidade de Quiloa se fizésse hũa fortaleza; porque com ella e outra em Moçambique e amizáde que tinhamos com elrey de Melinde, ficáva toda aquella cósta Zanguebar debaixo do titulo de seu comércio, pera mais facilmente se sustẽtar hũa fortaleza em Sofála. Porque como as mercadorias cõ que se avia de resgatar o ouro tôdas vinham de Cambáya às povoações dos mouros que habitávão nesta cósta: ficáva o manéo deste negócio mais corrente pera bem do comércio do ouro, e hũa fortaleza se favoreceria com as outras, e todas com algũus navios que andássem naquella cósta, e esta foy a principal causa por que mandou a dom Francisco dAlmeyda que fizesse fortaleza em Quiloa.» *Década* I, Liv. IX, cap. 6.

dos tentáculos estatais não podia deixar de chocar com um certo número de interesses particulares. Amargas desilusões vão apoquentar a administração régia.

O ouro escapulia-se. Antes da instalação das feitorias, um senhor cafre, Changamire, revoltara-se contra o Monomotapa Mocomba e matara-o, apoderando-se do reino; daí eclodira a guerra de 1494 entre o usurpador e o filho do morto, Quesaringo (Chikuyo Chisamarengu, segundo D. P. Abraham), que por seu turno matou o seu rival e recuperou o Mokaranga mas não conseguiu reaver a região mineira de Butua; as depredações recíprocas impediam a circulação dos mercadores e das mercadorias. Impunha-se portanto fazer a paz para que o tráfico pudesse retomar. Mas nem o *cheikh* de Sofala nem o rei de Quíloa, naturalmente designados para mediadores, queriam intervir, porque os Cristãos é que aproveitariam a reanimação comercial ([51]).

Em 1513 a guerra terminara há muito; os caminhos estavam de novo franqueados e seguros como nunca; e todavia o ouro continuava a só afluir em pequenas quantidades ([52]).

Há indubitàvelmente que incriminar os agentes reais, visto que os armazéns abarrotam de mercadorias que se não vendem, enquanto em terra-firme abunda o metal para vender: ora as mercadorias armazenadas não são aquelas que os Cafres desejam, e os agentes portugueses não se dão ao trabalho de procurar atrair o ouro ([53]). O feitor de Sofala alegará, para se defender, que não há tanto ouro quanto se apregoa. A São Jorge da Mina, com efeito, o metal chega já trabalhado, sob a forma de grossas manilhas e colares, ao passo que aqui a feitoria o compra em grãos e em pequeninas jóias, só recebe um ou outro pedaço grande já fundido. Em agradecimento de um presente que vale 40 miticais, os régulos cafres oferecem rosários de pequenas contas de ouro cujo valor não excede 10 ou 12, julgando mostrar assim larga generosidade ([54]). Argumento frágil. Os outros têm mais peso e confirmam certos pontos da acusação.

Há que ter em conta, em primeiro lugar, as condições em que se exerce o comércio do ouro na terra-firme. Vimos que a apanha das areias auríferas e a mineração são pràticamente livres e constituem actividades familiares ou aldeãs dispersas em extremo. Tão numerosos são, na realidade, os que se consagram à extracção, que cada qual não dispõe, ordinàriamente, dos meios de fazer a longa viagem até à costa a fim de vender sem passar por intermediário: como só possui uma pequena quantidade, não daria para as despesas. Além disso, indicámo-lo já, os Cafres não desejam o metal por si próprio; é necessário forçá-los quase, com a atracção de outros engodos. Eis como procedem os mercadores. Chegam com os seus fardos de panos e com a contaria de vidro, por que os Cafres são doidos, e distribuem-nos a crédito; os Cafres não resistem à tentação de os comprar e de com eles se vestirem e adornarem, e por isso vêem-se forçados a ir em busca do precioso metal para poderem pagar — respeitam, com efeito, escrupulosamente os compromissos assumidos ([55]). Temos portanto, de um lado, os grandes negociantes do tráfico marítimo, e do outro os mercadores das ilhas ou cidades litorais, seus correspondentes ou agentes, que por si próprios ou pelos seus caixeiros viajantes ou por intermédio de outros mercadores cafres, actuam

---

([51]) Carta de Diogo de Alcáçova, de 22-XI-1506, citada; e o artigo de Randles nos «Annales-E. S. C.», citado, pp. 969-970, resumindo Abraham.

([52]) Do feitor de Sofala ao rei, 30-VI-1513, em Theal, *Records*, t. I, pp. 75-9 (T. T., C. C., I-18-27).

([53]) De Duarte de Lemos ao rei, Moçambique, 30-IX-1508, em *Alguns documentos da T. T.*, pp. 197-206.

([54]) Do feitor Pedro Vaz Soares, Sofala, 30-VI-1513, citada na nota 52.

([55]) Barros, *Década* I, Liv. X, cap. 1.

nas feiras de Manica e Mokaranga, estimulando a extracção. Não se pode ficar em Sofala ou Angoxa de braços cruzados à espera que os navios tragam o ambicionado metal ([56]) que para eles não tem valor de uso, salvo para uma restrita aristocracia. Os panos de algodão e as contas de vidro desempenham aqui o mesmo papel que o sal e o cobre na África atlântica setentrional.

Não é tudo. Até à chegada dos Portugueses, Sofala açambarcava a quase totalidade do comércio de exportação do ouro. Isso nada tem de extraordinário. Subindo os rios — o Pungue ou o Busi e Revué — alcança-se ràpidamente Manica, grande região mineira; a outra zona de extracção que se situa em primeiro plano é Butua, quer dizer, o Transvaal setentrional; para ir até lá, como para ir ao Mokaranga (Rhodésia meridional), aquele porto está evidentemente melhor situado do que os outros portos mais ao norte. Mas uma vez que Sofala passou a estar nas mãos dos Portugueses, e visto que o Estado português apertava as suas garras monopolísticas, os Mouros não tinham outra alternativa que não fosse desenvolverem pela via de penetração do rio de Cuama (Zambeze) um tráfico até aí assás reduzido.

Em resposta ao estanco estadual, o contrabando instala-se e prolifera. Não são, é bem de ver, os modestos mercadores da terra, simples intermediários ou agentes na maior parte das vezes, que sentem interesse e dispõem dos meios de bater em brecha a presença das feitorias régias: contentam-se com quase nada — um alqueire de milho, dizia Duarte de Lemos. Mas há os negociantes do tráfico oceânico, uns de Ormuz, outros de Ádem ou de outras praças: como poderiam resignar-se a verem-se escorraçados? Por isso começam a transformar Angoxa, entre Moçambique e os braços do Cuama, numa base do seu comércio clandestino; cerca de 1515, esta localidade é já, no dizer de Duarte Barbosa, um aglomerado importante, sob um rei independente. Aliás é por todo o litoral, de Moçambique a Sofala, que os comerciantes de Quíloa, Mombaça, Melinde, etc., vêm estabelecer-se ou viajar periòdicamente, resgatando em segredo com Angoxa. As viagens fazem-se agora só em pequenas embarcações ligeiras — zambucos, pangaios, almadias de pesca; os Mouros que continuaram a viver à sombra das feitorias portuguesas previnem-nos das ocasiões propícias às travessias de modo a que não sejam apanhados pela vigilância das caravelas portuguesas que guardam a costa. Nos barcos de pesca escondem-se os preciosos panos de algodão. Estes mercadores muçulmanos sobem presentemente o Zambeze, onde numerosos são até aqueles que fixam residência, e nas margens deste rio multiplicam-se os mercados do ouro e do marfim — tal é já o espectáculo com que aí deparamos em 1513. O capitão de Moçambique enviou aí uma caravela: a maior parte dos passageiros e da tripulação foram mortos traiçoeiramente pelos Cafres, instigados pelos Mouros. Quando os Portugueses chegavam a estes mercados, toda a região estava já inundada de panos de algodão e contaria de vidro, e o fulvo metal esvaíra-se sem passar pelas suas mãos, sem sequer o vislumbrarem... ([57])

Já antes de 1508 o rei de Portugal ordenara a expulsão dos comerciantes mouros desta costa. Mas em 1513 nada ainda se fizera, e o feitor régio em Sofala insistia na urgência de uma acção decisiva. De Outubro de 1512 ao fim de Junho de 1513 a feitoria apenas pudera comprar 6 500 a 7 000 miticais de ouro ([58]); em 1507-1508 fora ainda pior, visto que num ano as entradas não tinham excedido 3 000 miticais ([59]). Em 1519, um outro feitor lastima-se que Sofala está perdida, que as mercadorias não se vendem, que os comerciantes da ilha não ousam sair

([56]) De Pedro Vaz Soares, carta citada.
([57]) De Duarte de Lemos, carta cit.; de P. Vaz Soares, cit.; Duarte Barbosa, p. 250.
([58]) Carta de P. Vaz Soares, citada.
([59]) Carta de Duarte Lemos, citada.

da fortaleza, e que os de Bouro, onde há tanto metal amarelo, bem como os de Manica e Mokaranga não se arriscam também a vir à beira-mar. Um senhor cafre, Inhamunda, revoltou-se, com efeito, e apoderou-se de toda a região vizinha; guerreia contra o Monomotapa e contra Manica, e não deixa transitar os mercadores — conquanto fingindo junto dos Portugueses que continua a manter os caminhos francos como dantes. Em suma: negoceia-se ùnicamente um pouco de marfim [60].

Como as feitorias e fortalezas não tinham sido instaladas pela força em Melinde, Moçambique e Sofala, mas em virtude de tratados de amizade com as autoridades locais (ansiosas por sacudirem o jugo de Quíloa), o Estado português não cobrava aí quaisquer tributos, taxas ou direitos aduaneiros. Apresentava-se como empresa comercial acompanhada por uma protecção militar, com a pretensão de ser intermediário exclusivo e reservando-se o direito de fixar o regime do tráfico. Na realidade, o monopólio estadual não foi batido em brecha ùnicamente pelo contrabando muçulmano, que deslocava os centros geográficos do comércio do ouro e do marfim. Os particulares portugueses não podiam também aceitar de bom grado tal situação. Surge assim igualmente um contrabando português, que segue as pisadas do mouro. Não é tudo. Os agentes da autoridade régia vão agir como particulares, e serão frequentemente os primeiros a defraudar o Estado, até o dia em que este acabará por preferir pura e simplesmente entregar-lhes a actividade comercial a troco da cobrança de somas fixas.

Escrevendo em Dezembro de 1548 ao rei, o vèdor da Fazenda da Índia avisava-o de que há um certo tempo que se fazia um tráfico intenso pelo rio de Cuama, e que essa era a razão por que tão pouco se resgatava em Sofala; no decurso dos últimos anos a Índia não recebera quase nenhum marfim desta feitoria africana. Ora a coroa não toma qualquer parte neste recente comércio do Zambeze. Simão Botelho aconselha por isso que o Estado enverede também por esse caminho, ou então que o vede a todos, «porque tornaria Sofala ao seu» [61]. Em Lisboa, os cadernos do secretário de Estado mostram-nos que se estava ao corrente do incremento, nos anos anteriores a 1549, desta navegação para o sertão através do «reino» de Cuama, agora bem melhor explorado e mais bem conhecido. Por esta nova via escoar-se-iam uns 20 000 miticais de ouro e 120 a 200 bahares de marfim, sobre os quais o capitão, o feitor e os outros funcionários cobravam somas consideráveis [62].

A primeira tentativa portuguesa para abrir o caminho pelo Cuama remontava a 1513. Fracassara: os Mouros instigaram os Cafres a trucidar os homens da caravela enviada pelo capitão Simão de Miranda de Azevedo. Cinco anos depois, o capitão Sancho de Tovar preparava activamente a instalação na margem do rio, a 66 km da foz, de uma torre de madeira destinada a proteger o estabelecimento comercial; o acaso de uma tempestade e outras vicissitudes inutilizaram tais projectos. Os Mouros mantinham um véu de penumbra sobre estas regiões, e contrariavam por eficazes assassinatos os esforços empregados para o dissipar. Até o dia em que Gaspar da Veiga, o primeiro de todos, a acreditarmos em Monclaro, o rasgou; outros Portugueses o seguiram, inaugurando os resgates dos rios de Cuama [63].

---

(60) De Francisco de Brito ao rei, Sofala, 8-VIII-1519, em Theal, *Records*, t. I, pp. 99-103; sobre todo o primeiro terço de século na costa oriental, estudo minucioso de Alexandre Lobato, *A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, Lisboa, 3 vols., 1954-1960.

(61) *Cartas de Simão Botelho* (editadas com o *Tombo*), carta II, p. 14.

(62) *Relações de Pedro de Alcáçova Carneiro*, p. 420, ordem régia de 24-III-1552 (e não 1558, como aí se lê por engano).

(63) Monclaro, em Theal, *Records*, t. III, p. 186.

Em 1531 o capitão de Sofala, Vicente Pegado, conseguiu instalar uma feira em Sena, no sítio onde existia anteriormente uma aldeia moura; como de um tonel que é aberto, o ouro e o marfim começaram logo a golfar impetuosamente; a manutenção de Pegado em funções durante oito anos (o tempo normal de exercício era de três) constituía uma recompensa bem merecida. Um *Regimento* assinado por D. João III veio regular o comércio e a administração; estará em vigor durante várias décadas. Pouco depois, os Portugueses conseguiram abrir caminho até Tete e frequentar as suas feiras; em 1544 instalou-se uma feitoria em Quelimane, perto da foz do braço setentrional ([64]).

Ao mesmo tempo, o comércio dos dentes de elefante desenvolvia-se ao sul de Sofala, na região de Inhambane e do cabo das Correntes. Assim, os focos da actividade mercantil portuguesa dispersavam-se, conquanto especializando-se geogràficamente, e o contrôle estatal tornava-se, por consequência, mais difícil.

Esta dispersão das actividades mercantis portuguesas, esta presença dos Portugueses bem longe do mar (já antes de 1515 António Fernandes fora por várias vezes ao Monomotapa mas as suas ousadias não tiveram consequências imediatas) e a formação de aldeias portuguesas abrem o caminho aos missionários e levam o Estado a intervir política e militarmente nos reinos cafres do interior. Voltou-se a última página do primeiro período — o do lançar a mão sobre o tráfico marítimo do ouro e do marfim; inaugura-se agora um outro — o do contrôle sobre as próprias zonas mineiras, ou pelo menos sobre os caminhos do sertão ([65]).

Depois da conversão do rei do Thongue e de algumas centenas de Cafres na região de Inhambane, o Padre Gonçalo da Silveira empreendeu, em fins de 1560, a evangelização do Monomotapa e da corte. Tendo desembarcado em Quelimane, seguiu pela via do Zambeze com destino ao Zimbaué, passando pelas vilórias de Sena e Tete onde encontrou colónias portuguesas. A sua acção junto do rei e da sua corte foi preparada por um mercador português, António Caiado, aí estante. Resultados espectaculares — baptismo do Monomotapa em pessoa e de sua mãe, bem como de 250 a 300 Negros — revelaram-se em curto prazo frágeis. Os mercadores mouros contra-atacaram, pretendendo que os padres constituíam a vanguarda dos exércitos e que a evangelização precedia a ocupação. Silveira foi assassinado por ordem do Monomotapa ([66]).

Embora, com receio de represálias, este mandasse executar dois dos instigadores, enquanto os restantes se punham em fuga, a Mesa da Consciência em Portugal, consultada, não podia deixar de considerar um *casus belli* a oposição do rei cafre à evangelização pacífica, os maus tratamentos infligidos a alguns mercadores portugueses e até a tirania desse rei em relação ao seu próprio povo... Impunha-se evidentemente exigir antes de mais reparações pelas injustiças cometidas e intimar o Monomotapa a submeter-se às condições de paz que lhe seriam ditadas; se tais diligências não dessem resultado, estaria plenamente justificado o recurso às armas ([67]). As instruções régias previam todavia duas campanhas distintas embora complementares: uma demonstração de força em Manica, com uma volta de inspecção pelas minas — como o Chicanga era vassalo do Monomotapa era legítimo presumir a sua culpabilidade —, e uma campanha em forma no Mokaranga destinada a submeter o próprio suzerano.

Depois de ter subido o Zambeze, o exército do governador Francisco Barreto acampou nas cercanias de Sena em Dezembro de 1571. Que estamos numa viragem da política portuguesa no Oriente, a escolha do comandante em chefe e os poderes que lhe foram conferidos bastam para o demonstrar. Antigo governador do Estado da Índia oriental, capitão-mór da esquadra enviada ao Peñon de Velez

---

([64]) Theal, *History and Ethnography*, t. I, cap. 12; Guerreiro e Boléo, *Minas de Chicoa*, p. 10.

([65]) Guerreiro e Boléo, cit., 9-10; Hugh Tracey, *António Fernandes*, trad. Caetano Montez, Lourenço Marques, 1940.

([66]) Carta do P.e Luís Froes, Goa, 15-XII-1561, em Theal, *Records*, t. II, pp. 104-115.

([67]) Consulte-se o parecer, publicado por Theal, *Records*, t. III.

em apoio dos Espanhóis, Barreto ia investido dos poderes de governador desde o cabo de Boa Esperança até o cabo de Guardafui, em igualdade de categoria e de funções com D. António de Noronha, que governava para leste desse limite. O que estava em jogo, era nem mais nem menos do que a creação de um império português do ouro — e da prata.

Para além de Sena, os caminhos para o Monomotapa e as primeiras jazidas no Mokaranga (na Mashonalândia) estavam ocupados pelas tribos Mongazes, revoltadas contra o imperador cafre; estavam firmemente resolvidas a não deixar passar o exército português para que não pudesse submeter o Monomotapa, pois receavam que se voltasse depois contra elas com o pretexto de restabelecer a autoridade do «imperador» negro. Por isso Barreto tomou a iniciativa de caminhar ao seu encontro; tendo-se posto em marcha com 800 homens em 19 de Julho de 1572, penetrou ao fim de um mês em território inimigo: inimigo, sim: um ano antes não tinham os Mongazes massacrado a população de Tete? O invasor internou-se profundamente e destroçou por completo o exército cafre. Fez-se a paz, os Mongazes reconheceram-se vassalos do rei de Portugal e aceitaram pagar-lhe páreas. O Monomotapa achou mais prudente expedir imediatamente uma embaixada a pedir amizade. As condições postas por Barreto adivinham-se fàcilmente: expulsão dos Mouros no prazo de um ano, castigo dos culpados em assassinatos de Portugueses, a liberdade de propaganda católica, e, «last but not least», à guisa de reparações, a cedência de territórios para instalação de Portugueses, das minas de ouro de Massapa e Matao e de todas as minas de prata, que os Cafres não exploravam. Uma embaixada portuguesa foi por seu turno ao zimbaué, e o Monomotapa respondeu favoràvelmente. Mas Francisco Barreto, que tivera de retirar o seu exército e que, em resultado de intrigas, fora chamado a Moçambique, morreu em Sena em Maio de 1573. O exército estava destroçado em três quartos pelas doenças tropicais. Foi necessário evacuar Sena ([68]). Apesar de tudo, tinham-se atingido alguns pelo menos dos objectivos visados.

Restava a questão de Manica. Em 16 de Março de 1575, o antigo colaborador de Barreto, Vasco Fernandes Homem, desembarcava em Sofala com uns 400 homens. Atravessou o reino do Quiteve, mau grado uma certa oposição, e, entrando em Manica, instalou-se em Massikessi. Bem recebido pelo Chicanga, que estava em maus termos com o Quiteve, Homem firmou com aquele um acordo de amizade e livre circulação e comércio, enquanto um perito espanhol examinava os recursos mineiros e as possibilidades técnicas. No regresso à costa concluiu também um acordo de livre trânsito, a troco do pagamento anual da *curva*, com o Quiteve ([69]). Todos os objectivos tinham sido alcançados. Como o problema do ouro ficava resolvido, havia que voltar ao problema da prata. E Vasco Fernandes Homem retomou o caminho do Zambeze e instalou-se de novo em Sena, donde explorou Chicova e a região montanhosa que se suspeitava rica de metal branco, cuja concessão à coroa portuguesa foi confirmada ([70]). A obsessão da prata não mais deixará de mover os Portugueses — como miragem que nenhum fracasso desfazia.

A evangelização fracassara, e o único meio de abrir caminho às conversões seria desenvolver o comércio pacífico. O P.e Monclaro, constatando o fracasso daquela, faz a apologia deste, lançando as suas diatribes contra a política de conquista que apenas serviria para engolir dinheiro e homens ([71]). Na realidade, porém, o balanço das acções militares mostrava-se bem mais positivo. As vias de acesso às minas reabriram-se e estavam pacificadas as gentes que as controlavam; a influência dos Mouros — perigosos concorrentes do ponto de vista comercial — tinha sido vigorosamente contrabalançada, novos territórios se tinham franqueado à instalação dos Portugueses e ao desenvolvimento de feiras, o domínio sobre uma boa parte da produção do precioso metal tornara-se possível. A irradiação e a penetração dos mercadores portugueses em profundidade sucedia à simples presença comercial e militar em alguns pontos do litoral, inaugurando

---

([68]) Theal, *History and Ethnography*, t. I, cap. XIII; Sidney Welch, *South Africa under Sebastian* (embora no conjunto mereça pouca confiança), cap. XII; a narrativa do P.e Monclaro, em Theal, *Records*, t. III.

([69]) Couto, *Década*, IX, cap. 24. Cf. Theal, *History and Ethnography*, t. I, cap. XIII; Sidney Welch, cit., cap. XIII; Guerreiro e Boléo, *Minas de Chicoa*, pp. 14-5.

([70]) Paiva e Pona, *Les champs de l'or*, p. 10.

([71]) Em Theal, *Records*, t. III, p. 185.

por seu turno um período de relações complexas entre os intrusos e os indígenas; aqueles começam a povoar a terra, controlam certas vilas ou vilórias e certos caminhos, possuem alguns encraves. Pelo seu lado, a coroa portuguesa afirma cada vez mais a sua supremacia sobre os chefes bantos e intervém mesmo no coração do continente não só por meios «diplomáticos» mas também militarmente, embora mantendo as autoridades nativas e sem proceder à ocupação de vastos territórios contínuos.

§ *3 — Comércio e povoamento nos rios de Cuama. Números de exportação*

Em poucos anos, nesse dealbar do século XVI, os acontecimentos tinham-se precipitado, como que arrastados por uma irresistível engrenagem: chegada a Lisboa de informações precisas sobre Sofala e o seu ouro, acção das caravelas com a Cruz de Cristo que, desaferrando de Moçambique, impõem a sua participação no tráfico marítimo do precioso metal, e já o Estado português pretende tornar-se o intermediário obrigatório e escorraçar a participação do Islame no proveitoso negócio. Este regime, instaurado em 1505, comportava no entanto uma ampla margem de actividades privadas. Continuavam a ser os mercadores da terra, Cafres, Mouros, agora também Portugueses, que percorriam os caminhos do sertão, vendendo panos de algodão e contas de rosário, trazendo às feitorias régias o ouro e os dentes de elefante ou os escravos. Entre essas feitorias e as outras cidades da costa oriental africana — Melinde, Mombaça e Quíloa — e entre estas últimas e Cambaia, Diu, Chaul, era também nas mãos de negociantes particulares que estava o tráfico, bastava que se munissem de autorizações em forma. Na realidade, porém, grassava o contrabando, deslocando os focos de trocas, as vias de acesso, substituindo as pesadas e ronceiras naus pelos leves zambucos e pangaios que, velozes, se escapuliam ou dissimulavam. Todavia, pouco a pouco, o laço passado pelo Estado português vai atabafando esse tráfico muçulmano, combatido por outro lado pelo contrabando português que segue no seu encalço. Cerca de 1570, as cidades estritamente mouras — tais como Quíloa, Mombaça, Mogadoxo — rastejam em franca decadência.

O Estado não tinha quaisquer rendas na costa índica de África — taxas, impostos, direitos alfandegários; quando muito alguns tributos — páreas — dos régulos, insignificantes, quase nunca pagos. Mas era o Estado que fazia face a todas as despesas da máquina administrativa, militar, religiosa. Fazia-o, graças aos lucros da sua acção de intermediário comercial. Todos os anos, um navio equipado e aprestado à custa da Fazenda real vinha da Índia com uma carga no valor de 5 000 a 6 000, ou até 7 000 pardaus a meio do século, de 12 000 no seu último quartel; esta carga, em princípio inscrita também na conta do Tesouro, pertencia com frequência, na realidade, a particulares. Vindo de Chaul, esse navio descarregava em Moçambique os fardos de panos e a contaria de vidro, que a feitoria real comprava integralmente, ao preço médio, em 1570-1574, de 6 a 7 cruzados. Em seguida uma fusta, armada por conta e risco do rei, descia a costa, entrava no Zambeze que subia até Sena, onde a carga era vendida aos mercadores portugueses e mouros ou cafres a 15 cruzados; o escambo desses artigos contra machiras *duplicava* imediatamente o valor do cabedal, desta vez em proveito dos particulares. Não obstante esta função obrigatória de intermediário que o Estado se reservava, por várias vezes o «navio do trato» voltou para a Índia sem marfim pertencente ao rei, quando muito com insignificantes quantidades [72].

---

[72] Simão Botelho, *Tombo do Estado da Índia* (1554), pp. 7-8; Monclaro, cit. p. 177.

Eram, fácil seria adivinhá-lo, os agentes reais que, em vez de fiscalizarem e reprimirem o contrabando, o faziam eles mesmos por conta própria. Mais valia dar-lhes participação nos lucros. Já por alvará do vice-rei, assinado em Goa a 4 de Dezembro de 1559, o capitão nomeado para o lugar, Pantaleão de Sá, obtinha que lhe fosse concedida a autorização de exportar anualmente para a Índia 100 bahares de marfim, que poderia vender a quem quisesse ([73]). Em 1562 essas «liberdades» eram ampliadas por alvará régio, em recompensa das novas funções comerciais que o capitão passava a exercer: o monopólio régio dos rios de Cuama e Sofala seria daí em diante administrado pelo capitão por conta do Tesouro ([74]). Ao novo capitão, Fernão Martins Freire de Andrade, foi concedido o estanco do breu e das fibras de coco, uma participação de 1/20 no comércio do marfim desde que entrasse com uma parte proporcional do cabedal, bem como 2 % dos lucros de todos os tratos ao sul do Zambeze, com excepção do dos dentes de elefante. Uma igual percentagem nesses mesmos lucros foi concedida ao feitor e aos escrivães, que dividiriam o quinhão ao meio entre si ([75]).

Ao capitão de Sofala, que reside agora em Moçambique mas que continua a ter a obrigação de visitar regularmente a primeira fortaleza, o *Regimento* de 1564 outorga uma «liberdade» de 10 bahares no tráfico de Cuama; outros oficiais, militares, capitães de fustas e funcionários da administração comercial-financeira, desfrutam também da possibilidade, dentro dos limites marcados, de participarem nos resgates. Ao capitão incumbe organizar as viagens de Cuama, Sofala, Inhambane e cabo das Correntes em conformidade com regras estritas; assim, as partes só poderão vender os seus panos depois de vendido todo o *stock* do rei, e todo o comércio particular tem de ser fiscalizado pelos agentes régios, e mesmo que passar por seu intermédio ([76]).

Esta semi-legalização das actividades mercantis privadas dos agentes régios não bastou para encher os cofres do Estado. As palavras desabusadas do P.ᵉ Monclaro, à volta de 1575, desvendam brutalmente a verdade. Sem ilusões quanto à evangelização, desaconselhando formalmente a ocupação militar e política porque a crê impossível ou ruinosa, toda a sua esperança está, em suma, no incremento do comércio. Mas se o Estado deseja que os ganhos afluam aos seus cofres e que o ouro corra como outrora, tem que abandonar o monopólio da administração directa, sem conceder no entanto a plena liberdade. Porque, à sombra do estanco régio, são os oficiais que enriquecem. A solução: o estanco arrendado, que a promulgação de regimentos completará. Os contratos do ouro, do marfim e do âmbar poderão facilmente render à coroa mais de 100 000 cruzados ([77]).

A solução proposta pelo P.ᵉ Monclaro cerca de 1575 foi finalmente adoptada. Ao ser nomeado capitão D. Jorge de Meneses, em 1585, foi-lhe concedido o estanco do comércio de Inhambane e Lourenço Marques. Depois esse monopólio foi ampliado a toda a costa ao sul do Zambeze, devendo o arrendatário pagar ao Tesouro 50 000 cruzados por ano, ficando ainda inteiramente a seu cargo os soldos, ordenados e despesas ordinárias ([78]). Já o orçamento das receitas e despesas de 1588 constata que são os capitães de Moçambique que têm todo o proveito do tráfico dos panos em Cuama e noutras partes, conquanto as despesas continuem a ser pagas pelo Tesouro régio ([79]). Até 1593 o capitão de Moçambique

---

([73]) Em Theal, *Records*, t. V, p. 249.
([74]) Idem, ibidem, pp. 253-4.
([75]) Theal, *History and Ethnography*, t. I, p. 360.
([76]) *Regimentos das fortalezas da India*, ed. Pissurlencar, pp. 193-210.
([77]) Monclaro, em Theal, *Records*, t. III, p. 177.
([78]) Theal, *History and Ethnography*, t. I, cap. XIV.
([79]) AHU, 500, f. 111; *Livros das Monções* (Filmoteca Ultramarina), I, f. 32.

arrenda o estanco dos resgates de Cuama e Sofala pela renda anual de 50 000 cruzados [80]: estes resgates rendiam então 200 000 cruzados e mais... [81]

Elevavam-se todavia clamores contra o novo sistema. Um frade agostinho que regressou a Portugal por Ormuz e pelo Mediterrâneo expôs ao rei os inconvenientes do sistema de arrendamento para as finanças públicas. Aparentemente, o Tesouro recebeu, desde a assinatura do contrato com D. Jorge de Meneses e seus parceiros, 150 000 cruzados em três anos, quando anteriormente não recebia nada. Na realidade, todos os lucros vão para os rendeiros, que, com as suas tiranias, se arriscam a provocar revoltas: e tudo estaria perdido. O país do Monomotapa produz mais ouro do que a Mina ou Arguim. Qual a solução? Não é a conquista; neste ponto a opinião de Frei Agostinho de Azevedo coincide com a do P.e Monclaro; como coincide na importância concedida ao comércio; mas depois afasta-se. O que é preciso, é pura e simplesmente abrir o trato a todos os Portugueses, e isto por toda a parte; estabelecer a alfândega em Moçambique, onde os mercadores pagarão o quinto do ouro e dos outros retornos. Bastará uma única monção para que este regime de liberdade e de direitos aduaneiros renda ao Estado mais do que rende o contrato em três anos: e frei Agostinho sublinha os fabulosos lucros no trato dos panos: valendo só 2 tangas em Chaul, atingem um mitical em Sena. A concorrência não destruirá o negócio, porquanto as escápulas para os panos são pràticamente imensas, e na ânsia de os adquirirem os Cafres nunca se cansarão de cavar o solo em busca do fulvo metal [82].

Em toda esta questão Lisboa tomou frequentemente a atitude contrária à de Goa: administração directa contra arrendamento. Uma ordem régia de 12 de Fevereiro de 1587 mandava ao vice-rei, D. Duarte de Meneses, que respeitasse e fizesse respeitar o *Regimento* promulgado por D. João III; caberia ao rei tomar uma decisão quanto à conquista das minas e ao regime do tráfico. Alegando a penúria de dinheiro nos cofres do Estado para armar e carregar o «navio do trato e carreira» — eram precisos para tal uns 12 000 pardaus —, o governador Manuel de Sousa Coutinho concedeu em 1589 a Jerónimo del Rio o estanco do comércio de Cuama e Sofala por cinco anos, com o encargo para o arrendatário de pagar anualmente a soma habitual de 75 000 pardaus (50 000 cruzados). Lisboa deu sorte e anulou o contrato por carta de 20 de Março de 1591 que ordenava o regresso à administração directa e lembrava que o velho *Regimento* de D. João III continuava em vigor [83]. Quando tal cominação chegou ao Oriente já o contrato estava em curso e cabe duvidar que lhe tenha sido logo posto termo.

Os mercadores podiam suportar ainda menos o arrendamento do que a administração directa, visto que o capitão arrendatário não se poupava, por interesse pessoal, a esforços no sentido de reprimir o contrabando. Por isso os seus protestos e o escândalo dos lucros ganhos pelo capitão arrendatário — contrastando com a continuação das despesas por conta do Estado — provocaram uma reviravolta em 1593. Os resgates de Sofala, Cuama e outros pontos são abertos a toda a gente, de qualquer estado e condição, desde que paguem o quinto à coroa; mas o comércio do marfim, âmbar, breu e cairo permanece em regime de monopólio, arrendado ao capitão que goza também da isenção de direitos e a quem o rei concede, além disso, a décima parte dos quintos do ouro e da prata. Ao mesmo tempo, estabelece-se uma alfândega em Moçambique, até então porto franco; todas as mercadorias, com excepção das do Reino, pagarão aí 6 %. Por este sistema mixto,

---

(80) *Livros das Monções*, t. I, p. 195 (ed. Academia).
(81) AHU, 500, f. 111.
(82) Em Theal, *Records*, t. V, pp. 33-7; Gentil da Silva, *Alguns documentos*, doc. 5
(83) Em Theal, *Records*, t. V, pp. 270-1.

astuciosamente calculado, o Estado julgava que satisfaria toda a gente — satisfazendo os seus próprios interesses: os mercadores poderiam exercer livremente a sua actividade, o capitão continuaria a comerciar e ficaria interessado na cobrança exacta dos direitos, que a coroa passaria assim a ver entrar regularmente nos seus cofres ([84]).

Mas os capitães, fidalgos-negociantes, não estavam dispostos a aceitar a diminuição dos seus proventos. Dois anos depois a provisão de 31 de Março de 1593 é revogada, sob pretexto de prejudicar as finanças públicas e o próprio comércio... Volta-se ao monopólio arrendado, mas o arrendatário terá de pagar as despesas ordinárias ([85]). Para o compensar, a renda é reduzida para 40 000 pardaus anuais. Mais ainda: como os dois anos de liberdade teriam estragado o trato — pois a concorrência fazia baixar os preços de venda e subir os preços de compra —, no primeiro contrato a seguir ao regresso ao monopólio concede-se a Nuno da Cunha que no primeiro ano só pague metade — 20 000 pardaus. Ora a produção das minas está em constante aumento; por isso o governo de Lisboa ordena à Vèdoria da Fazenda da Índia que recupere dos arrendatários do contrato a quantia que recebeu a menos ([86]). A pressão dos interesses privados, as intrigas não desarmam. O arcebispo-governador (1607-1609) concede o contrato a Rui de Melo de Sampaio pela soma global de 90 000 pardaus por três anos; Lisboa não aprova e ordena ao contratador que pague a diferença ([87]). A quantia anual de 40 000 pardaus não será modificada até 1636 pelo menos ([88]).

É este o regime comercial e financeiro que J. Moquet vê em funcionamento na sua viagem pelo oceano Índico (1608-1609). O capitão «paye aux soldats, et quelque tribut qu'il rend au Roy»; deduzidas essas despesas, «durant les 3 ans qu'il commande, peut enlever de Moçambique, Sofala et Couama plus de trois cens mil escus». «Personne n'ose trafiquer vers toute ceste coste de Mozambique sans la licence du Capitaine»; com efeito, o mais frequente, na África oriental como nas outras regiões, é que não seja o rendeiro a explorar por si próprio o estanco: passa licenças a troco de boa comissão, evitando deste modo que o contrabando assuma as proporções assustadoras que assumiria se ninguém mais estivesse autorizado a tomar parte no tráfico. Mas o capitão também envia pangaios por conta própria «en ces pays de Couama et au Cap des Courantes» ([89]).

Os capitães tentavam quase sempre furtar-se aos seus deveres para com o Estado. Pouco depois da viagem de Moquet, um caderno das receitas e despesas de todo o Estado da Índia (1611) constata com amargura que o arrendamento de Moçambique anda em tal confusão e que são tais as desordens na administração que o Tesouro real, devendo receber 32 000 pardaus por ano (deduzidas já as despesas ordinárias), nada recebe, limitando-se os capitães a pagar essas despesas ordinárias ([90]). E em 1635 o contador e secretário do Estado Barreto Rèsende nota que é o Tesouro régio que paga os soldos, rações, despesas ordinárias ou extraordinárias; só os gastos das guerras de Cuama estão a cargo dos capitães, que, fora esses, se limitam a desembolsar para as despesas das fortalezas subordinadas e a satisfazer os 40 000 pardaus (30 000 cruzados) devidos pelo contrato dos Rios e os 2 500 do contrato de Angoxa ([91]). Por vezes, é certo, o

---

([84]) *Monções*, I, f. 32-33 (Filmoteca Ultramarina).
([85]) Idem, f. 30.
([86]) *Livros das Monções*, t. I, p. 195 (ed. Academia).
([87]) Idem, pp. 288-9.
([88]) B. N. Paris, Portugais 1, f. 95v.
([89]) *Voyages de J. Moquet*, Liv. IV, pp. 257-61.
([90]) Évora CXVI/1-8, f. 33v.
([91]) B. N. Paris, Portugais 1, f. 95v.

Estado volta à administração directa do comércio de Cuama; o capitão, o feitor e o escrivão da feitoria gozam então de certas «liberdades» ([92]); mas trata-se tão só de raros intervalos. De igual modo, as viagens de Chaul para Moçambique são concedidas em recompensa de serviços prestados ao Estado, e em seguida arrendadas por somas consideráveis; os negócios dos Rios de Cuama são os únicos de todo o oceano Índico que não sofrem diminuição no século XVII ([93]).

Durante todo o curso da era quinhentista os carregamentos expedidos da Índia não parece que tenham passado por sensíveis alterações quanto à sua composição. Moquet, em 1608-1609, continua a enumerar os bretangis — panos de algodão tingidos de azul ou de roxo — e a contaria — as contas de rosário, feitas de vidro ou de âmbar, «tant bon que faux» ([94]). Ora, de uma nau portuguesa que, vinda de Cambaia, chegou a Sofala em 3 de Abril de 1519, tinham-se descarregado 136 peças de bretangis, 808 de macáceres, 198 de cotonias, 795 de teadas, 1424 de sabones, 3 ½ quintais e 9 arráteis de contas vermelhas do Guzerate, perto de 21 quintais de estanho da mesma proveniência, e 28 225 tangas em moedas de prata de Diu ([95]). A instalação dos Portugueses não só em alguns pontos do litoral mas ainda em pleno sertão, fomentou, como seria de esperar, a importação de géneros alimentícios, bebidas e artigos de consumo a que estavam habituados. É assim que em Janeiro de 1612 o feitor de Goa recebe ouro proveniente da venda de 29 pipas de vinho expedidas para o império de Monomotapa; com uma parte dos 420 pardaus em ouro que se receberam da venda de vinho em Moçambique comprou-se na Índia canela que se enviou para Portugal ([96]).

Quando os Portugueses começaram a querer eliminar os Mouros do tráfico marítimo do ouro, estes, em face da dificuldade de fazer passar de contrabando, como outrora, volumosas cargas de panos de algodão do Guzerate, fomentaram a produção de algodão no sertão de Sofala e montaram aí uma indústria de fiação e tecelagem; como os Cafres ignoravam a arte da tinturaria, desfaziam-se os panos azuis ou de outras cores vindos de além-mar e teciam-se de novo em mescla com os fios brancos da produção local ([97]). Esta indústria têxtil conheceu também um espectacular incremento no reino de Bororo, ao norte e a nordeste do Zambeze, no decurso do século XVI, provàvelmente, como em Sofala, sob o impulso dos Mouros e pelas mesmas razões. Com as contas do Guzerate os mercadores de Sena e de Tete compravam machiras, a troco das quais obtinham o metal precioso na outra margem do rio. Os Negros do Bororo teciam tecidos ricos; além disso, confeccionavam cordões de trazer ao pescoço, com as contas de rosário e os fios dos bretangis, matazes e tafeciras previamente desfeitos ([98]).

Não chegaram até nós, infelizmente, os registos das saídas de ouro de Sofala e Moçambique, nem os das entradas na Índia. A amplidão do contrabando, mouro de início, português mais tarde, teria esvaziado esses números quase por completo de significação. As estimativas, que não têm pruridos de respeitar as aparências legais, seriam por isso de incontestável interesse; mas são pouquíssimas, inverificáveis, e não permitem desenhar a tendência geral da evolução.

Em 1502, Tomé Lopes visita Sofala e Moçambique e ouve aí da boca de honrados negociantes mouros que antes da guerra que então perturbava o sertão,

---

([92]) Idem, f. 93v.

([93]) Idem, f. 93.

([94]) *Voyages de J. Moquet*, Liv. IV, pp. 260-1. Tavernier, para meio do século XVII, assinala principalmente panos tingidos de preto (*Voyages*, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25).

([95]) Carta do feitor Francisco de Brito, Sofala, 8-VIII-1519, em Theal, *Records*, t. I, pp 99-103.

([96]) AHU, Índia, caixa 2 (1612).

([97]) Duarte Barbosa (cerca de 1515), p. 248.

([98]) Monclaro, 1572-1574, em Theal, *Records*, t. III, p. 185.

os navios de Meca, Judá (Djeddah) e das outras escápulas levavam habitualmente uns 2 milhões de miticais por ano ([99]). Como o mitical da costa oriental de África é a própria unidade clássica do Islame, pesando 4,25 gr ([100]), o total de ouro exportado elevar-se-ia a 8 500 kg. Tal montante é de certo muito exagerado. Botero, em 1592, falando de Sofala, indica exactamente o mesmo quantitativo («due millioni d'oro all'anno») ([101]); não podemos concluir a estabilidade da exportação, tão rigorosa que seria de desconfiar, mas sim, com maior probabilidade, que o geógrafo italiano deve ter reproduzido o que leu em Ramúsio. Com efeito, pela mesma época em que Botero redigia as suas *Relationi*, outro italiano, mas escrevendo em Goa em 9 de Novembro de 1585, declara que o galeão de Moçambique traz anualmente para Chaul 2 500 marcos de ouro em pó ([102]); ou seja, 573,75 kg, número em que não entram as outras velas que viajam mais ou menos clandestinamente. Em 1591, os quatro barcos que de Quelimane voltaram a Moçambique transportavam nos seus cofres uns 100 000 cruzados em ouro; e frei João dos Santos avalia neste número a média semestral ([103]). Trata-se, no fim de contas, de um total oficial e parcial, de igual modo. Uns vinte anos depois, segundo Diogo do Couto, a Índia estaria a receber em média, todos os anos, da Cafraria, uns 200 000 miticais, que valiam mais de meio milhão de pardaus ([104]): em peso, cerca de 850 kg. O P.^e^ Manuel Barreto avalia, em 1667, em 500 pastas a exportação por Sofala, e em cerca de 3 000 o ouro que sai por Quelimane ([105]); como cada pasta pesa 100 miticais, as 3 500 do total pesam 1 487,5 kg.

Que o deitar das garras, pelos Portugueses, sobre o tráfico marítimo e o estabelecimento do monopólio régio tenham provocado uma queda sensacional das exportações de ouro do Monomotapa, não obstante o correctivo do contrabando, é um ponto que não parece possível contestar, mesmo se carecemos de peremptórias provas numéricas. Em 1506, a nau *Santiago*, da armada de Tristão da Cunha, leva de Sofala para a Índia 4 000 miticais de ouro (*Cartas quitação D. Manuel*, n.º 518) — uns 17 kg; ignoramos porém o que teriam levado outros navios, portugueses e mouros. Para meio do século XVI, dos rios de Cuama sairiam por ano apenas uns 20 000 miticais ([106]) (85 kg), estimativa sem dúvida demasiado baixa; mesmo tendo em conta esta provável deficiência, não há dúvida de que

---

([99]) *Navegação às Índias Orientais*, cap. 3.

([100]) Segundo o caderno da nau *São Rafael*, 1505 (*Manuscrito V. Fernandes*, f. 6), um mitical de Quíloa vale 460 reais: como o cruzado de 3,58 gr vale 390 reais, o cálculo dá para o primeiro 4,223 gr. *O Livro dos pesos da Índia* (1554) indica que em Sofala e Cuama 47 ½ miticais equivalem a um marco: cada um pesaria 4,83 gr; em Moçambique a igualdade ao marco é de 52 miticais, logo cada um pesa 4,41 gr. Mas segundo Barros (*Década* I, Liv. VI, cap. 3), com 500 miticais de Quíloa cunham-se 584 cruzados; o seu peso seria, por conseguinte, de 4,28 gr. Frei João dos Santos (1.ª Parte, Liv. II, cap. 8) estabelece a equivalência de 100 miticais a 120 cruzados na região dos Rios de Cuama: o que dá para cada mitical 4,296 gr. Portanto Quíloa adoptara o mitical clássico de 4,25 gr teóricos e espalhara-o ao longo da costa africana — não controlava todo o seu tráfico? Mas utilizavam-se também outras unidades ponderais, por exemplo esse mitical de Moçambique de meados do séc. XVI: parece-nos que neste caso se trata da tanga. Uma carta de quitação relativa à feitoria de Sofala em 1505-1506 estabelece a equivalência do mitical a 500 reais (*Documentos sobre os Portugueses em Moçambique*, I, n.º 123), o que levaria a 4,57 gr; mas havendo a diferença de câmbio do Reino para lá, o peso deve ser menor — possìvelmente mesmo o do mitical clássico.

([101]) *Relationi Universali*, Parte I, Liv. III, p. 170 (ed. 1595).

([102]) Sassetti, p. 348.

([103]) Já citado por Sidney Welch, *1580-1640*, p. 57.

([104]) *Soldado Prático*, 1610, ed. R. Lapa, p. 238.

([105]) *Informação dos Rios de Cuama*, f. 45v.

([106]) *Relações de P. de Alcáçova Carneiro*, pp. 420-1.

se estava ainda nos primórdios da ascensão desta via comercial. As expedições militares de Barreto e Homem, as tentativas anteriores de evangelização, se estão relacionadas com a nova fome da prata, não traduzem também a situação pouco brilhante do tráfico do metal amarelo? Na abertura dos anos 70, o P.e Monclaro inquieta-se com os sinais de empobrecimento dos Portugueses da África oriental. Mas não era de gravidade extrema, se o compararmos com a situação comercial do Islame.

As grandes cidades muçulmanas estão arruinadas. Monclaro, percorrendo em 1570-1571 a costa de Quíloa e Melinde, constata que apenas deparamos com chefes pobres e quase destituídos de poder, a que não cabe o título de reis mas apenas, quando muito, o de xeques; as populações vivem comummente na penúria ([107]).

Tal decadência das cidades muçulmanas da África oriental hostis ao domínio português não podia deixar de ser a consequência da política constantemente seguida por Portugal no oceano Índico, de abafar o grande comércio do Crescente. Cerca de 1580-1585 o seu mal-estar económico atingiu o limite de tensão, e Filipe II julgou prudente aconselhar às autoridades portuguesas que não forçassem as cousas até à ruptura. Não se podia em alguns meses dar uma reviravolta a quase um século de história. Um outro vector, compondo-se com esse, desencadeou a guerra. Frei João dos Santos, cuja vida na «Etiópia oriental» se desenrola precisamente neste ocaso do século, declara sem hesitações que todo o ouro corre para a Índia ([108]). Desviara-se para sempre do mar Roxo. Como é que o Grão Turco — esse império do ouro — não se inquietaria com isso? As solicitações dos mercadores muçulmanos da África oriental, escorraçados do proveitoso negócio, e à beira da miséria, e as iniciativas turcas destinadas a atrair de novo o precioso metal aos portos do mar Roxo convergiam no mesmo sentido. Fernand Braudel mostrou-o, pela primeira vez: «Or, ce qui est en jeu, au-delà de Mombassa que le Turc veut fortifier, ce sont les mines d'or de Sofala; ce qui est en jeu aussi, c'est la Perse et l'Inde, que la malheureuse expédition [portuguesa] de 1586, en direction de Bab el Bandeb avait l'intention de couvrir.» ([109])

Na realidade, o Turco não dispõe dos meios para uma política de força no Índico, onde as suas velas desde 1554 que não se aventuravam.

Em 1580, uma curta expedição de Mir 'Ali Beg a Mascate não serviu para nada. Como sempre, o Egipto tem falta de madeira. É para saber se será possível obtê-la na costa africana oriental, e também em missão de informação, que uma galé turca vai a Mogadoxo em 1585; agregando a si dois pangaios somalis, apresentou-se como a vanguarda de uma poderosa esquadra, conseguiu aliciar à sua causa as cidades que tinham permanecido hostis aos Portugueses e fora do seu senhorio, mas nada conseguiu em Melinde. Único resultado digno de menção: um navio português cuja carga valia uns 150 000 cruzados — uma preciosidade — foi tomado quando voltava para a Índia com ouro, marfim e âmbar, e conduzido para o mar Roxo. A réplica não se fez esperar. Uma armada capitaneada por Martim Afonso de Melo e Simão de Brito de Castro, composta de 2 galeões, 2 galés e 2 galiotas, desaferrou da Índia em Janeiro de 1587 e puniu as cidades africanas que tinham feito causa comum com o Turco. Em Janeiro de 1589, Mir 'Ali Beg voltou à costa oriental de África com 5 navios, um dos quais era o português que fora tomado; os mercadores muçulmanos de Mogadoxo e de outros portos financiaram esta segunda intervenção, que levou à construção de uma fortaleza em Mombaça. Desta feita a resposta portuguesa foi ainda mais fulminante. O irmão do governador da Índia, Tomé de Sousa Coutinho, atravessou o oceano com 20 velas, bloqueou a armada turca em Mombaça, aniquilou-a, arrasou a fortaleza, queimou a cidade e aceitou a rendição de Mir 'Ali e de várias dezenas dos seus companheiros de armas cuja retirada para a terra firme estava barrada pelos canibais Zimbas alvoraçados.

([107]) Em Theal, *Records*, t. III, p. 169.
([108]) *Etiópia Oriental*, Parte I, Liv. II, cap. 10.
([109]) *La Mediterranée*, p. 1019

Assim se desmoronava irremediàvelmente o esforço turco no sentido de deitar as garras ao ouro do Monomotapa e de interceptar a rota marítima das especiarias. A ameaça detivera-se bem longe ao norte de Moçambique, e Portugal contou com a fidelidade de Melinde, Pate e Kelife; o domínio português estende agora os seus tentáculos em direcção setentrional: uma fortaleza senhoreará Mombaça, entregue aliás ao rei de Melinde, que para aqui transfere a sua capital [110].

O ouro não voltará aos portos do mar Roxo — e cabe até perguntar se não estará aí uma das causas das crises monetárias do império turco em fins de Quinhentos. O comércio e a presença do Crescente na costa oriental de África estão destruídos por completo. Ao abrir-se o século XVII, Lisboa pode regozijar-se e dormir tranquila: já não há no mundo cafres Mouros cujo poder inspire quaisquer receios; apenas alguns mercadores que compram escravos a fim de os converter ao Islame. Vão aparecer, é certo, os inimigos europeus. Mau grado sobressaltos angustiosos, os Holandeses e Ingleses não conseguem apoderar-se de nenhum ponto do litoral de senhorio português, e se por vezes os segundos conseguem ter acesso ao lucrativo tráfico do marfim no cabo das Correntes e até dele escorraçam os Portugueses, os resgates do ouro permanecer-lhes-ão fechados nestas paragens (ao contrário do que aconteceu na Guiné).

Graças às «bandeiras» da África oriental e à instalação de toda uma teia de feiras e fortalezas, o comércio português, a partir dos alvores do último terço de Quinhentos, segura sòlidamente nas suas mãos o fulvo metal do Monomotapa e desenvolve a sua exportação para a Índia, escápula única. Mas como é que aqui se espalha, e que quantidades é que aqui chegam?

Recapitulemos os números, já analisados, das saídas do precioso metal por Sofala e Quelimane:

1585	573,75 kg	(Sassetti)
1591	716 »	(Frei João dos Santos)
1610	850 »	(Diogo do Couto)
1667	1 487,5 »	(Manuel Barreto)

Sem cair no risco de lhes dar um crédito que não merecem provàvelmente, não é talvez desrazoável concluir destes números que as exportações de ouro aumentaram no ocaso do século XVI e durante a primeira metade do século XVII, e que jamais desceram abaixo de meia tonelada (métrica), sem nunca excederem também uma tonelada e meia. No fim do século XV e no começo do XVI, sem atingir o montante inverosímil de 8 500 kg que aventaram a Tomé Pires, podemos estar certos de que o ouro embarcado ultrapassava fàcilmente a tonelada.

De 1515 a 1548 o Estado português da Índia não amoedou os metais preciosos. O ouro do Monomotapa não fazia portanto mais do que passar entre as mãos dos Portugueses; escoava-se para o Guzerate e para Vijayanágar. O governador Garcia de Sá instituiu a cunhagem dos sãotomés, cópia cristã e portuguesa dos pagodes. Nos seus começos, cerca de 1554, estas emissões de peças amarelas rendiam à Casa da Moeda um lucro evidentemente variável mas que andava, em média, entre 700 e 800 pardaus de ouro [111]; como a senhoriagem e demais

[110] O filme dos acontecimentos é bem conhecido graças a Diogo do Couto (*Década X*) e a frei João dos Santos. Cf. Longworth Dames, pp. 25-7; Sidney Welch, *Portuguese Rule and Spanish Crown 1580-1640*, cap. 2. A narrativa apresentada por Fitzler, que Braudel segue, contém algumas inexactidões. Ch. R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, Lisboa, 1960.

[111] Simão Botelho, *Tombo*, p. 55.

direitos eram de um sãotomé por marco [112], essa renda corresponde a uma amoedação de 700 a 800 marcos, ou seja, 160 a 183,6 kg anualmente. Cerca de 1574, os direitos que a Casa da Moeda cobrava sobre a cunhagem dos dois metais preciosos rendiam por ano uns 2 500 pardaus de tangas; mas não nos é possível separar as partes respectivas de cada metal [113]. Esta receita dependia, porém, principalmente do ouro que vinha de Moçambique; este ouro representa ora somas consideráveis, ora diminutas [114]. Mas em 1594 os direitos sobre a moeda de ouro são arrendados por três anos por 7 000 pardaus de tangas por ano [115]. Crescimento muito sensível: quase três vezes em vinte anos, desde 1574, e quase cinco vezes, ou mesmo mais, em quarenta anos (3 888 sãotomés em 1594 contra 700 a 800 em 1554). Teríamos assim mais de 1 700 kg amoedados anualmente [116]: quantitativo que se afigura demasiado alto, mesmo entrando em linha de conta com as chegadas de ouro de Samatra e da China; incluirá também os direitos sobre a amoedação de espécies brancas? Não é impossível. Seja como for, a renda vai manter-se estável: em 1611 será ainda de 7 000 pardaus [117]; cerca de 1635, terá subido só para 8 500 [118].

Até 1589, em Chaul, o porto indiano aonde vinha ancorar o «navio do trato» de Moçambique, não existia sequer alfândega, e a provisão régia desse ano não produziu efeitos imediatos. Ainda em 1592 se continuava a não cobrar direitos de entrada sobre o ouro e a prata provenientes de Ormuz, Mascate, Melinde, Moçambique e outros portos de obediência portuguesa [119]. Faltam-nos, por tal razão, números oficiais relativos às chegadas de metal amarelo à Índia; e quanto a estimativas privadas, não dispomos de outras além das que mencionámos.

Não há dúvida de que, se uma parte do ouro do Monomotapa segue para Goa onde é amoedado sob forma de sãotomés, uma outra parte escoa-se de Chaul para o Guzerate donde passa ao império moghol; este, abastecido por outro lado de ouro de Samatra por via de Bengala, cunha as suas belas tolás de 10,88 gr [120]. Mas há ainda um terceiro fluxo que corre para o Canará (Kannara), donde extravasa frequentemente para Vijayanágar, indo alimentar as emissões de pagodes.

Apesar do aumento das exportações de metal amarelo durante o último quartel do século XVI e no século XVII, o preço do ouro sobe na Índia bem como em Moçambique. Aqui, com efeito, o marco ainda só valia 84 pardaus em 1595 [121], e já atinge 120 em 1612 [122]: aumento de quase 50 % em dezasseis anos. Mas ao mesmo tempo, paradoxalmente à primeira vista, a procura de prata não desanima e empurra as bandeiras através do sertão em demanda do metal branco.

Esta paixão nova pelo segundo metal precioso é perfeitamente compreensível. Os *reales* tinham triunfado no Oriente; estavam a tornar-se o essencial da carga das «naus do Reino». Para comprar a seda e as porcelanas da China, os panos de algodão do Guzerate, as especiarias do Malabar, cada vez era maior a procura

---

[112] T. de Aragão, *Moedas*, t. III, p. 155.
[113] *Orçamento 1574*, f. 32v.
[114] *Orçamento 1588*, f. 2.
[115] *Tombo de Goa*, 1594, p. 88 (ed. Pissurlencar).
[116] O direito de senhoriagem é agora só de meio sãotomé desde 1569. T. de Aragão, t. III, p. 155.
[117] Évora CXVI/1-18, f. 6.
[118] B. N. Paris, Portugais 1, fol. 260v.
[119] *Tombo de Chaul*, f. 11 (Filmoteca Ultramarina).
[120] Decourdemanche, p. 96; Bonneville, p. 225.
[121] Lisboa, 13-I-1597, «Archivo Port. Oriental», fasc. III, p. 747.
[122] Lisboa, 20-III-1614, em Theal, *Records*, t. IV, p. 127. É verdade que se trata do excelente ouro de Botanga.

dessas espécies brancas. Ora, para ter estas cobiçadas moedas havia que dirigir-se à Espanha a comprá-las. Se no vasto império português, sobretudo à beira mesmo do Índico, fosse possível descobrir e explorar minas desse metal? As bandeiras vão sulcar o Brasil, Angola, a contra-costa... Além disso, desde a abertura do século XVII ou, o mais tardar, da sua segunda década, as *flotas* e os *galeones* já só descarregam em Sevilha quantidades decrescentes de prata; a própria monarquia espanhola não pode por isso deixar de vir a interessar-se ansiosamente por esta busca através do império unido à sua coroa.

Numerosas tentativas, brilhantes expedições saldaram-se por um fracasso. Teremos mais tarde de traçar a história desta miragem e das suas cruéis decepções. Bastar-nos-á, por agora, indicar que Tavernier ignora por completo o metal branco moçambicano.

O problema do ouro, ao invés, punha em primeiro plano a produção das minas do Monomotapa que enriquecia o capitão de Moçambique e ia desaguar na Índia ([123]). Escoava-se também, sabêmo-lo por outras fontes, através do continente negro até Angola, levado pelos Cafres de Abutua ([124]): nenhum indício atesta porém que este ouro, depois de tão longa caminhada para Oeste, entrasse no circuito atlântico.

Mito da prata, realidades do ouro...

O OURO DO EXTREMO ORIENTE

Não obstante os vestígios de antiga exploração mineira espalhados um pouco por toda a parte no Dekkan ao norte de Mysore, não obstante o testemunho epigráfico da existência de um «superintendente das minas», a produção de metais preciosos quase não conta na economia indiana. Se a 20.ª satrapia do império aqueménida — Afghanistão e Noroeste da Índia — pagava os tributos em ouro, contràriamente às outras que os pagavam em prata, esse ouro vinha-lhe em grande parte dos confins tibetanos, mesmo que se extraísse também do leito e das margens do rio Indo e dos seus afluentes. Sabe-se do emprego da técnica de separação do ouro, graças à amálgama com o azougue, a partir de pedras quartzíticas, prèviamente trituradas em mós braçais, lavadas e passadas ao fogo; mas não podia fornecer quantidades consideráveis ([125]). Em suma: a Índia não passa de um vórtice para os metais preciosos produzidos noutras regiões do mundo — em África e no Extremo Oriente.

O enviado de D. João II, Pero da Covilhã, não foi além do Malabar a leste; não visitou portanto o Extremo Oriente. Teria porém fornecido algumas informações sobre esse mundo longínquo nos relatórios que expediu do Cairo? Nunca chegaremos provàvelmente a sabê-lo. Seja como for, em Portugal não se estava às cegas quanto a esse mundo insular do mar da China, graças ao *Devisement des pays* de Marco Polo que o infante D. Pedro trouxera, em latim, de Veneza, e que ainda no seu tempo deve ter sido traduzido para português — e Valentim Fernandes editá-lo-á logo em 1502. No fim de Quatrocentos, e ainda em começos do século seguinte, vivia-se em certos meios na febre dos sonhos colombianos de Cipango-Ofir e de todas essas paragens lá bem longe a nascente, opulentas de fulvo metal. Mas como é que essas distantes riquezas áureas podiam interessar o senhor do ouro da Mina e de Cantor? Vasco da Gama, já insistimos neste

---

([123]) *Voyages*, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25.

([124]) Faria e Sousa, *Ásia portuguesa*, t. II, p. 603. Já citado por Paiva e Pona, *Les champs d'or*.

([125]) Appadorai, pp. 466-7; Mookerji, *Indian Shipping*, pp. 96 ss.

ponto, partia em demanda ùnicamente das especiarias. No seu regresso, é certo, trouxe um vocabulário malaio e novas de Malaca, Samatra, Patane (Patna), do Sião... informações que diziam porém respeito tão-só à seda e às especiarias; nem uma palavra acerca do metal amarelo, a propósito dessas regiões; é ao descrever o Pegu que se alude à abundância de ouro e prata e ao lucro que se faria sobre a sua exportação para Calicute ([126]). Também nas viagens seguintes não parece que as atenções se voltassem para essas riquezas extremo-orientais. Que em 1505 o horizonte português não ultrapassava Ceilão para leste, prova-o bem o *Regimento* dado ao primeiro vice-rei. É então, e só então, com efeito, que Lisboa ordena às autoridades portuguesas no Índico que mandem descobrir o Pegu, Malaca e as outras regiões dessas bandas, porque essas descobertas assentarão o direito de senhorio e delas resultará o proveito do trato ([127]).

A Espanha, instalada nas Antilhas, começando a assentar pé na terra firme, julgava-se já na ponta extrema, para a Europa voltada, do continente asiático e reivindicava os seus direitos sobre o Cipango e o Cataio. Sob esta ameaça, embora violasse o tratado de Tordesilhas, Portugal via-se forçado a progredir para leste a fim de poder alegar os direitos de descobrimento e primeira ocupação. Outros factores, não menos poderosos, a isso o empurravam. Não era o Malabar que produzia as especiarias de luxo, e, para controlar o comércio do Índico, não bastava controlar o ouro do Monomotapa: havia ainda o ouro de Samatra e de toda a Malásia. No terceiro trimestre de 1509, uma frota de quatro velas capitaneada por Diogo Lopes de Sequeira lançava âncora em Malaca. Dois anos volvidos, Albuquerque tomou este empório, tendo anteriormente visitado os portos insulares de Pacem e Pedir. Novos horizontes enquadram de oravante as actividades portuguesas. Como na África oriental, ei-las no centro de outra área de altas pressões do ouro. Mas os restantes componentes do complexo económico e social contrastam acentuadamente com o mundo cafre: donde certas diferenças na posição portuguesa. A posse de Malaca representa muito mais do que a posse de Quíloa ou Mombaça, ou mesmo de Sofala; graças a ela, os Portugueses, se não conseguirão impedir que a pimenta de Samatra se escoe para o mar Roxo, controlarão quase efectivamente a distribuição de ouro malaio pelo oceano Índico.

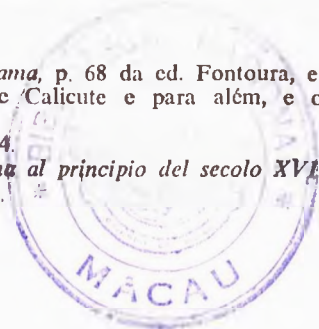
Não é todavia em Malaca mesmo que o metal é extraído. A este «maximum emporium» aflui por escambo com «gentibus longe infra terram remotis Christianis adhuc incognitis». O secretário do embaixador do Grão Duque de Toscana na côrte espanhola de 1513 a 1516, o florentino Netucci, considerou este facto como uma prova da inexactidão da opinião espanhola, segundo a qual as Antilhas pertencem à Índia: porque nestas ilhas há muito ouro, ao passo que em Malaca não o há; são pois os Portugueses que têm razão, as Antilhas não são indianas ([128]). Netucci só se enganava em supor que os produtores de ouro eram ainda desconhecidos: as geografias de Tomé Pires e Duarte Barbosa testemunham do contrário.

Quase por todo o lado se extrai metal amarelo no Extremo Oriente. A propósito do mar da China, onde se encontra a ilha de Cipango, e do golfo de Hai-nan, Marco Polo não considera impossível avaliar o montante do ouro em pó recolhido dos rios e riachos dessa multidão sem número de ilhas cujo leque se

---

([126]) Veja-se o *Roteiro da primeira viagem de V. da Gama*, p. 68 da ed. Fontoura, e, em apêndice, a relação geográfica-comercial dos reinos de Calicute e para além, e o Vocabulário.

([127]) Em *Cartas de A. de Albuquerque*, t. II, pp. 272-334.

([128]) Transcrito por R. Almagià, *Un fiorentino in Spagna al principio del secolo XVI*, nos *Studi in onore di G. Luzzatto*, t. II, p. 143, Milão, 1950.

abre desde o Japão até Java? ([129]). No tempo do Veneziano, Malaca não existia ainda; por isso os negociantes chineses de Zai-tun e de Manji iam a Java carregar tanto especiarias como metal precioso, importado para a China em enormes quantidades.

É talvez o facto de Java constituir então o centro de difusão do metal amarelo que justifica o silêncio de Marco Polo quanto à produção em Samatra, silêncio de estranhar em quem esteve nos portos do Noroeste desta ilha ([130]). Ainda no século XVII os Achens preferirão ir vender o ouro em pó à ilha vizinha, porque beneficiavam aí de maior liberdade, logo, de mais avultados lucros; os Jaus reexportavam-no por seu turno ([131]).

A ilha de Samatra é, na verdade, o mais importante mercado de produção de metal amarelo. Encontra-se nela quase em qualquer lado para que nos viremos, conquanto o rendimento seja muito variável. Seguindo a costa setentrional de oeste para leste, eis os lugares de apanha de ouro, quase todos junto a rios e ribeiros: Pedir, que foi talvez o mais antigo porto do ouro, Pirada, Daru, Arcate, Purim (em frente de Malaca), onde só há pouquíssimo, Siak, cujo caudal excede o dos três centros precedentes, Kampokam, o rio de Kampar, que desagua num chanfro em frente da ilha de Sabam, e depois ao longo de todo o rio Djambi. A zona sudeste quase não conta: é só em Sacampom que se recolhe um pouco de metal, e também, mais ao norte, em Tubumbaum (Teluk-bahuang). Mas a área de intensa produção volta-se de preferência para a costa meridional, estendendo-se apenas do rio dos Suenciniguis e do Djambi, a sul-sudeste, até Quinchel e Arcate ao norte-noroeste; corresponde, no conjunto, ao reino de Menancabo (Menangcabow), nome que, além do sentido político, designa a realidade geográfica e é o etnónimo do povo que aí habita ([132]). São estes Menancabos, Malaios, que por toda a parte trabalham na mineração. A técnica permanece arcaica, a recolha nos cursos de água desempenha um papel importante, nas encostas das serras e dos montes cava-se sem ir a grandes profundidades. Passada a estação das chuvas, e quando as águas das torrentes se escoaram já, encontram-se veios de ouro nas pedras de diversas grossuras arrastadas das montanhas ([133]). As areias e o lodo, seco, dos rios e ribeiras são passados à peneira e lavados; separa-se deste modo o metal em grãos como que de mostarda e em pequenas escamas. Noutros locais, os pedaços de terra argilosa arrancados à pá são secos em tabuleiros ao sol, e depois desfeitos à mão a fim de separar o ouro que se descobre através das fendas: apresenta-se sob a forma de grandes escamas. O metal não é refinado nem purificado. Vende-se tal e qual resulta desta separação, quer em pequenos bocados que pesam quando muito 6 a 7 onças, quer, na maior parte das vezes, em pó ([134]) — sob esta forma seguia no século XVI para Malaca ([135]).

([129]) Liv. III, caps. IV e V.

([130]) Liv. III, cap. VII. Mas na sua descrição da «ilha de Java», Marco Polo amalgamou sem dúvida dados relativos a Bornéu, Java pròpriamente dita e Samatra.

([131]) Sebastião Manrique (1640), cap. 48.

([132]) *Suma Oriental*, pp. 396, 401 a 403, 405 a 411. Esta localização da grande produção de ouro no Manancabo é atestada por muitas outras fontes: Duarte Barbosa, p. 368; carta do ex-judeu Francisco de Albuquerque, Goa 18-XII-1512 (*Cartas de A. A.*, t. III, p. 45); carta dos portugueses cativos em Malaca, 6-II-1510 (idem, p. 10); carta de Albuquerque, Cananor, 30-XI-1513 (idem, t. I, p. 138); Barros, *Década* I, Liv. VI, cap. 1; *Regimento* dado ao vice-rei D. Duarte de Meneses, 10-III-1548 (B. N. Paris, Portugais 33, f. 179v); Couto, *Soldado Prático*, p. 239; Godinho de Eredia (ed. Janssen), Parte I, cap. 22.

([133]) Tavernier, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25.

([134]) Pyrard de Laval, 2.ª Parte, p. 98; Godinho de Eredia (ed. Caminha), pp. 97-106; Marsden *History of Sumatra*, pp. 133-7.

([135]) Duarte Barbosa, p. 368.

O seu teor era reputado em alta cotação, no princípio e durante a primeira metade deste século, visto que se estimava ora a 21 ⅔ quilates ([136]), ora a 22 ½ ([137]), e por vezes até — talvez exagerando — 24 quilates ([138]). Pyrard de Laval, no entanto, no começo do século seguinte, desdenha do ouro de Samatra — seria o mais vil de todos os que afluem à Índia —, e Tavernier também o relega para os escalões inferiores — abaixo do ouro chinês. Dever-se-á supor que, no intervalo, se esgotaram os melhores filões e houve necessidade de encetar a exploração de filões de teor menos puro?

Não conhecemos a produção total da ilha. Só das minas e jazidas fluviais de Menancabo extraíam-se anualmente, segundo Tomé Pires, 2 bahares, e por vezes mais: isto é, cerca de 400 kg ([139]). Talvez não seja demasiado arriscado admitir que o resto de Samatra contribuía com pelo menos metade desse montante; assim o total da produção insular andaria por uns 600 kg. Esta quantidade é, em todo o caso, aquela que a ilha exportará nos séculos XVII e XVIII: 10 000 onças *troy* pelos portos da costa ocidental, Padang entrando só por si com ⅓, e outro tanto pelos portos orientais ([140]). Das serras de Menancabo o metal é trazido aos mercados orientais descendo os rios e ribeiros navegáveis, como o Kampar, Andarguery (actualmente, Rengat) e Djambi, bem como o que passa por Palembang, quando esta cidade se tornar um mercado importante, nos séculos XVII e XVIII. A Pedir e aos outros portos da extremidade noroeste, a Baros e aos outros mercados da costa ocidental (Padang, na época holandesa), o metal chega às costas de homem, em colunas de uma centena de carregadores, ou mais ainda, cada qual transportando cerca de 30 kg ([141]).

Era provàvelmente Java que tinha nas mãos, no século XIII, como terá no século XVII, a distribuição do ouro da sua própria produção e da de Samatra, então conhecida também pelo nome de Java. Que Marco Polo tenha confundido informações relativas a Java pròpriamente dita e a Bornéu, não basta para atribuir a estoutra ilha o tráfico do ouro que o mercador veneziano coloca sob o nome da primeira. William Marsden, para concluir em sentido oposto, alegava que em Bornéu se recolhe muito metal, ao passo que Java não se teria celebrizado por tal produção. As fontes quinhentistas desmentem-no, ao que se nos afigura. Ludovico di Varthema refere que Java produz grande quantidade de ouro, bem como de cobre ([142]). O ouro era extraído tanto na parte oriental da ilha como na ocidental, conhecida pelo nome de Sunda: aquele atingia 20,4 quilates, ao passo que o último não ultrapassava 19,2; a produção na parte oriental não era, quantitativamente, de forma alguma de desprezar. Tanto de Sunda como de Java o ouro corria, no século XVI, para Malaca, exportação que dava lucro de 20 %; os retornos consistiam em panos de algodão do Guzerate ([143]). Duarte Barbosa, pela mesma época, assinala, ele também, a produção do precioso metal nesta ilha, donde os Jaus trazem fortes somas a Malaca ([144]). Na pequena ilha de Byma (ou do Fogo), a leste de Java, extrai-se uma pequena quantidade que se exporta

---

([136]) *Suma Oriental* (1512-1515), p. 5101.
([137]) Carta de Francisco de Albuquerque, 1512, citada.
([138]) Barros, *Década* II, Liv., cap. 6.
([139]) Não sabemos se se trata dos bahares grandes — teremos então 420 kg —, se dos pequenos — o que faria 387 kg.
([140]) Marsden, *History of Sumatra*, p. 135.
([141]) Idem, p. 134 (completado pelas fontes portuguesas já citadas).
([142]) P. 249 da ed. francesa de Scheffer.
([143]) *Suma Oriental*, pp. 414 e 422-3
([144]) P. 369 e 365.

para aqueloutra ilha a troco de «caixas» (moedas de cobre) ([145]). Há ouro igualmente nas pequenas ilhas ao largo da costa ocidental de Samatra ([146]).

Em Bornéu, afamada sobretudo pela sua cânfora, o metal é extraído nas regiões montanhosas por populações arcaizantes que só descem dos seus ninhos para o virem vender aos mercados do litoral; a produção é muito considerável no sul, escoando-se pelo porto de Tanjompura, e ainda mais no leste, onde embarca em Lave ([147]). Mas o metal é de baixíssimo teor: 10,8 a 14,4 quilates (0,450 a 0,600), excepto o que é exportado pelo segundo daqueles portos, que chega a 16,8 e mesmo a 18 quilates (0,700 a 0,750) ([148]). De Tanjompura e Lave os navios vêm a Java, bem como à pequena ilha de Madura, em frente destoutra ([149]).

Madura recebe-o igualmente de Macassar (Celebes) ([150]). Nos cursos de água desta grande ilha rolam com abundância, entre as areias, os grãos áureos arrastados das montanhas; mas há também uma exploração mineira nas próprias zonas montanhosas. Nos portos da costa austral-oriental são descarregados seixos avermelhados de ouro, vindos de uma ilha cujo nome não foi revelado a Godinho de Eredia ([151]). Os Celebes vão às ilhas de Maluco, a bordo de frustes embarcações, escambar este metal precioso contra panos de algodão de Cambaia, cobre, estanho e cravo, vendendo, ao mesmo tempo, armas e outros utensílios de ferro ([152]).

A ilha donde os Lubos do litoral sudeste de Macassar recebiam os seixos avermelhados de ouro seria Timor? Não é impossível, dada a existência, nesta «ilha do sândalo», de minas do precioso metal e de «ribeiros de ouro». João Baptista della Vera Cruz e Domingos de Torres descobriram aí uma, no fim do século XVI, em Tutuluro, na província de Samoro e Fatoboia ([153]).

Mas Bornéu não se limitava a exportar o ouro da sua própria produção: os seus mercadores levavam para Malaca o metal proveniente das ilhas dos Luções, isto é, das futuras Filipinas. Em todas as inúmeras ilhas deste arquipélago encontra-se, com efeito, conquanto de baixo título ([154]). O metal anda misturado nas areias dos rios e ribeiros, esconde-se nos depósitos aluvionares das suas margens, mas também está enterrado nas profundezas dos solos montanhosos, onde só é possível chegar-lhe graças à abertura de galerias subterrâneas. Em Luçon, as jazidas situam-se na região de Camarines (em frente da ilha de Catenduanes, no sudeste), bem como nas serras do interior. Os serranos descem a vendê-lo às gentes da planície costeira a troco de arroz e de búfalos. Em Mindanao, apanha-se no rio de Botuan e nos outros cursos de água desta região, mas também há minas em exploração. Na ilha de Sebu a mina de Taribon fornece ouro de fino quilate. Na ilha de Catenduanes a maioria da população consagra-se

---

([145]) *Suma Oriental*, p. 438.

([146]) Godinho de Eredia (ed. Caminha), pp. 103-4.

([147]) *Suma Oriental*, p. 450; Godinho de Eredia (ed. Caminha), pp. 116-120; Duarte Barbosa (p. 373) não menciona o ouro de Bornéu.

([148]) *Suma Oriental*, p. 450.

([149]) Idem, pp. 451-2.

([150]) *Suma Oriental*, p. 452.

([151]) Castanheda, Liv. VIII, cap. 91; Godinho de Eredia (ed. Caminha), pp. 120-4; Tavernier, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25.

([152]) Duarte Barbosa, p. 372; Castanheda, cit.

([153]) Godinho de Eredia (ed. Caminha), pp. 145-7.

([154]) *Suma Oriental*, p. 462.

à apanha de metal em superfície, e o mesmo se dá nas ilhas Marinduque, Tablas, Mazbate, Burias e outras ainda ([155]).

A forma mais simples de exploração consiste evidentemente na recolha das areias auríferas nos rios e riachos; quando caiem as primeiras chuvas que os começam a avolumar, lavam-se nas águas correntes as areias recolhidas em bacias de pau de fundo cónico; o metal, mais pesado, deposita-se no fundo da vasilha; vertida a água e as areias, guardam-no em recipientes de casca de coco. Até uma certa distância dos cursos de água, escavando até umas 3 varas de profundidade com uma barra de ferro, recolhe-se igualmente ouro. Mas nas terras altas chegam-se a furar poços de 3 a 9 varas de fundura e galerias subterrâneas; os mineiros retiram com baldes a água que brota ou aí se infiltra. Cabe aos homens cavar os poços e galerias e recolher o metal, incumbe às mulheres a lavagem posterior. O ouro apresenta-se ora em pó, ora em lamelas do tamanho de sementes de tomate, por vezes sob a forma de pequenos ovos. Os indígenas consagram-se à mineração e à recolha em superfície sobretudo durante os três meses de Setembro a Novembro, período em que estão paradas as fainas agrícolas. O rendimento é extremamente fraco. No fim do século XIX a ilha de Luçon produzirá 3 500 taeis ([156]), ou seja, cerca de 140 kg. Como no ocaso do século XVI e começos do século XVII os «quintos» sobre o ouro rendiam anualmente 10 000 pesos, e como a taxa de imposição era na realidade de $^1/_{10}$, a produção excedia com certeza os 100 000 pesos ([157]). Na era quinhentista depreciava-se, vimos, este ouro como assás vil; em fins do século XIX os ensaios mostraram que o seu teor variava na realidade entre 0,750 e 0,958, no que respeita ao metal extraído segundo os métodos indígenas.

A darmos crédito a Godinho de Eredia, os Castelhanos teriam conquistado o arquipélago porque se teriam descoberto importantes minas auríferas em Mindanao e em Luçon ([158]). Mas a ocupação espanhola não fomentou a extracção de metal, pelo menos no século XVI; foi mesmo o contrário que se deu: o novo imposto do décimo (quintos) levou os nativos a esconderem o ouro e a não se consagrarem como anteriormente à sua extracção. Por outro lado, os lucros bem mais aliciantes do tráfico da seda e dos *reales* desviavam os novos ocupantes do comércio do fulvo metal, que não era muito considerável. Na verdade, o ouro servia aos próprios Luções para fabrico de colares, pulseiras e brincos com que se adornavam ([159]). Por isso Sebastião Manrique (1628-1643) considerará as Filipinas assás pobres de precioso metal, assinalando apenas um pouco, de baixíssimo quilate, em Ilocos ([160]); e Tavernier não mencionará o arquipélago na lista dos países asiáticos produtores ([161]).

De latitudes ainda mais setentrionais, três ou quatro juncos «léquios» ou «gores» vinham todos os anos a Malaca com carregamentos de géneros alimentícios, sedas e porcelanas, bem como ouro e barras de prata, em quantidades consideráveis. Estes juncos partiam, sem dúvida, das ilhas Riu Kiu — que constituem precisamente o arquipélago dos «Léquios» —, no século XVI intenso foco comercial onde se encontravam e misturavam indígenas pròpriamente ditos, Japoneses, Chineses, Coreanos. O metal era extraído nas próprias ilhas Riu Kiu, mas

---

([155]) António de Morga, *Sucessos de las Islas Filipinas* (1609), ed. Retana, pp. 182-3, 185 e 186.

([156]) Nota de Retana na sua ed. de A. de Morga, cit., pp. 464-7.

([157]) A. de Morga, cit., p. 224.

([158]) Ed. Caminha, p. 125.

([159]) A. de Morga, pp. 182-3.

([160]) Cap. 43.

([161]) 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25.

também, provàvelmente, na Formosa; é possível que estes mercados insulares fossem, além disso, abastecidos ainda pela Coreia, se esta península é que é realmente o «país dos Gores» ([162]). Há nessas ilhas enorme quantidade de fulvo metal cujo título atinge quase a pureza.

Não parece que os Léquios tenham adquirido ouro no Japão; ao invés, introduziam-no aí, juntamente com o cobre, para pagar as compras nesse mercado ([163]). Segundo Marco Polo, é certo, abunda no império do Sol Levante — Cipango-Ofir obcecará Colombo. Mas como o rei proibe a sua saca, reduzido é o número dos mercadores que lá vão, e os navios estrangeiros só irregularmente aparecem nos seus portos — embora os palácios estejam revestidos de ouro... ([164]).

No século XV chegava à China ouro japonês; assim, a embaixada japonesa de 1401 entregou como páreas, além de cavalos, armas, papel, 1000 *liang* de metal amarelo, isto é, 37,3 kg ([165]); segundo as fontes chinesas, entre as importações do Celeste Império provenientes do Japão figuram o ouro e a prata ([166]). Tratar-se-á, todavia, de ouro verdadeiramente de produção nipónica, ou antes de ouro dos Léquios, enviado para as ilhas setentrionais em pagamento das sedas, porcelanas e moedas de cobre chinesas importadas por essa via? Quaisquer que sejam as restrições, vemos porém que a situação já não é exactamente a que era no tempo do viajante veneziano. Mas ainda no decurso da segunda metade do século XVI é a prata, de preferência ao ouro, que os negociantes estrangeiros vão buscar ao Japão. À volta de 1600 descobrem-se minas de fulvo metal na ilha de Sado; a produção atinge ràpidamente o valor anual de um milhão e meio de cruzados ([167]). É a subida do ouro em começos do século XVII que explica que de oravante interessem os dois metais. Em 1613, William Adams escreve da ilha de Firando no sentido de convencer a Companhia inglesa das Índias a estabelecer o seu comércio no Japão; assim ela «shall not have need to send money out of England, for in Japan is gold and silver in abundance, for with the traffic here they shall have money to serve their need, I mean in the Indies, etc.» ([168]). Para meados do século, o Japão ter-se-à tornado num dos principais mercados do ouro do Extremo Oriente; mas Tavernier acrescenta logo que se praticava principalmente a reexportação do metal, originário, é provável que na sua maior parte, de Formosa ([169]).

Na China, é no Yun-nan, nos confins birmano-siameses, que deparamos com uma produção de ouro que não é de forma alguma de desprezar.

O metal encontra-se em pó, rolado nos rios e ribeiros, e também em filões nas terras montanhosas, nas províncias de Karazan e de Kardandan (cuja capital é Yung-chang). A zona aurífera estende-se pela Birmânia, a leste do Bhamo (país

---

([162]) Tomé Pires identifica «Gores» e «Léquios». Boxer, observando que um certo número de caracteres sob os quais as fontes nos pintam os «Gores» se adaptam melhor aos Japoneses do que aos insulares das Riu Kiu, admite que nestas ilhas havia colónias japonesas e que as tripulações dos navios eram constituídas por Japoneses (*Christian Century in Japan*, pp. 10-13). Godinho de Eredia (ed. Caminha, pp. 125-6) escreve todavia: «a gente Gorea ou Corea». Afigura-se-nos, pois, que tudo se esclarece se aceitarmos este encontro e este cruzamento, no arquipélago, de gentes de todas essas proveniências

([163]) *Suma Oriental*, pp. 460-1; Duarte Barbosa; p. 375; carta dos Portugueses cativos em Malaca, 6-II-1510 (*Cartas A. A.*, III, p. 10); Barros, *Década* II, Liv. VI, cap. 6; Godinho de Eredia, cit.

([164]) Marco Polo, Liv. III, cap. 2.

([165]) Wang Yi-T'ung, *Official Relations between China and Japan*, p. 22.

([166]) Idem, p. 94.

([167]) Boxer, *Christian Century*, p. 183.

([168]) *Letters received*, I, p. 208.

([169]) Tavernier, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25.

de Pol-lo-man das fontes chinesas, Bremá das fontes portuguesas), e para Levante, ocupando o país de Tipra ou Tipura — o Kangigu de Marco Polo —, donde o metal se escoa para a China a troco de prata. É que não há metal branco em toda esta vasta região aurífera, e como a razão entre os dois metais gira à volta de 1:5, no máximo 1:6, os mercadores que frequentam as feiras do ouro — por exemplo, as que se realizam durante três dias em cada semana no sopé das serras de Kardandan — auferem avultados proventos graças à importação de prata [170]. No decurso da segunda metade de Quinhentos o Império do Meio torna-se um dos maiores fornecedores de ouro aos mercados do mundo oriental. Por outro lado, a grande zona aurífera estende-se para o sul e o sudoeste, a Jangomá, a Avá, inclusivé ao próprio Pegu, onde, a sete léguas da capital, perto dos rios, se assinalam ricas minas — ou melhor, importantes quantidades de ouro misturado com as areias, e que atinge alta pureza; o Laos faz parte deste imenso conjunto geográfico, e exporta igualmente para os mercados do Pegu. Pelos portos deste reino escoa-se em considerável caudal, que se mantém durante todo o século XVI [171].

No coração do continente asiático, Tavernier indica ainda a extracção de ouro nas serranias para lá do Cachemira, quando se vai para o Tibete; ouro excelente (contrastando com o da China, que é dos mais vis) [172], conquanto rudimentarmente desenterrado com uma tosca enxada — um chifre de carneiro selvagem encabado num cabo de pau [173]. O ouro em pó dos rios e riachos do Tibete passava para a China, para a província de Kain-du, em escambo com o sal de que os Tibetanos carecem [174]. Por outro lado, este ouro aflui, como já dissemos, à Índia setentrional.

Mas regressemos mais perto do mar.

Uma outra zona de grande produção, que se liga também ao imenso conjunto do Yun-nan, Birmânia e Pegu, situa-se na Indochina, escoando-se pelos portos do Cambodja, da Cochinchina e de Tchampá. Segundo Marco Polo, a abundância de ouro no país de Lochac (Locch, capital do Cambodja) é tal que custa a crer [175]. Mas seria ainda mais abundante na Cochinchina, e a sua finura, superior; na verdade, enquanto o ouro de Tchampá tem apenas 9 mates (21,6 quilates), o da Cochinchina tem 9 ½ (22,8 quilates) e aproxima-se por vezes dos 9 ⅔: é o melhor do Extremo Oriente, comparável ao metal dos cruzados. Ouro e prata: eis as principais mercadorias que os juncos cochinchineses trazem a Malaca [176]. Em 1590 o capitão desta cidade recebe um presente do rei do Laos: é ouro [177].

Mas este empório recebe-o ainda de muito mais perto, porque se encontra quase por toda a parte através desta península montanhosa. Não longe da cidade, Godinho de Eredia viu Menancabos a peneirar as areias das praias litorais; cada mineiro recolhia por dia o equivalente a um pardau (3,4 gr) ou mais de ouro em pó. No Sudeste, apanha-se nas ribeiras do Johore. A noroeste de Malaca, extrai-se em pequenas quantidades das serras que se alcandoram sobre o alto rio de Panagim, na região de Rombo. As minas de mais volumoso caudal e de metal mais fino estão situadas no senhorio de Pahang (o Pahão ou Pão dos Portugueses).

---

(170) Marco Polo, Liv. II, caps. 40, 41, 43, 46 e 48; Tavernier, 2.ª Parte, Liv. II, cap. 25, e Liv. III, cap. 16; Duarte Barbosa, p. 362 (reino de Avá).

(171) *Roteiro V. da Gama* (ed. Fontoura), p. 89; *Conquista do Pegu*, cap. I (especialmente p. 7).

(172) Tavernier, cit.

(173) Mookerji, *Indian Shipping*, pp. 96-7.

(174) Marco Polo, Liv. II, caps. 37 e 38

(175) Liv. III, cap. 8.

(176) *Suma Oriental*, pp. 390-2.

(177) Godinho de Eredia (ed. Janssen), 1.ª Parte, cap. 22.

É uma zona pedregosa e escarpada, donde penosamente se arrancam as duras pedras de que em seguida se extrai o metal com não pequeno custo. Uma destas pedras auríferas foi enviada de presente pelo senhor ao capitão de Malaca em 1586. Por esta época entraram em exploração outras minas ao norte, nas serras de Patna e junto ao rio de Say (ou Cea); aqui o metal apresenta-se em pó ou sob forma de grãos como de granizo. Se a produção peninsular não se desenvolvia, a culpa cabia, segundo Eredia, aos Malaios, de pouco diligente ardor em buscarem localizar as minas e filões, e cujos meios técnicos eram rudimentares (178).

O ouro de Patna (Patane dos Portugueses) escoa-se evidentemente para Malaca, como desde sempre acontecia com o de Pahang. Este, e deve passar-se o mesmo com aquele, segue por via marítima; chega ao grande centro comercial quer ainda em pó, quer já amoedado (179); a sua finura é comparável à do ouro javanês, ou até ligeiramente superior: logo, 8 ou 8 ½ *mates* (19,2-20,4 quilates) e mais (180).

Eis, aliás, o quadro dos diversos títulos do ouro que chega a Malaca, consoante as suas diferentes proveniências, tal como o estabeleceu Tomé Pires (181):

Proveniência	Lei em mates (sobre 10)
Bornéu	4 ½ — 5 ½ — 6
Lave (Bornéu)	7 — 7 ½
Java	8 — 8 ½
Pahang	8 — 8 ½ e mais
Menancabo	9
Quelis (182)	9 ⅓ — 9 ½
Cochinchina	9 ½ — 9 ⅔

A esta lista haveria evidentemente que juntar o ouro da China — mas talvez apenas no que respeita a uma época mais tardia —, o ouro dos Léquios e o ouro de Macassar.

Concentrado em Malaca, todo este fulvo metal de tantas proveniências diversas escoa-se em seguida principalmente para a Índia. Tentemos estimar numèricamente com quanto contribui o mundo extremo-oriental. Os primeiros Portugueses que vieram a Malaca e aqui ficaram cativos avaliavam, em 1510, o total das importações de ouro nesse empório em 9 ou 10 bahares por ano (183): isto é, de 36 quintais, 3 arrobas e 3 arráteis a 40-3-15 (184). Digamos que a importação global está compreendida entre 1 900 e 2 100 kg — ou, melhor ainda, que oscila à volta de duas toneladas métricas. No decorrer do século XVI, não há qualquer razão para supor que este tráfico diminuísse, antes pelo contrário: com efeito, há pelo menos o ouro chinês que faz a sua entrada em força no mundo oriental. E na verdade, em 1586 Sasseti estima em 3 500 *cute* — quer dizer, cates *(caties)* — a quantidade que anualmente aflui de Malaca à Índia; este total anual ultrapassa

(178) Godinho de Eredia (ed. Caminha), pp. 79-81.

(179) Cananor, 30-XI-1513 *(Cartas A. A.*, I, p. 30); Duarte Barbosa, p. 363; *Relação das plantas* (1622-1631), p. 45.

(180) *Suma Oriental*, p. 501

(181) Idem, ibidem.

(182) Este ouro dos Quelis levanta uma questão difícil. Na identificação proposta por Armando Cortesão, estes Quelis seriam os mercadores de Coromandel. Mas a Índia não produz sequer quanto baste para as suas necessidades e importa enormes quantidades de metal amarelo da África oriental — e de Malaca também, precisamente; seria inverosímil que o reexportasse para este último empório. Não pode, portanto, deixar de tratar-se de um erro; possivelmente o copista escreveu «Quelis» onde o autor quis mencionar os Léquios.

(183) Malaca, 6-II-1510 *(Cartas A. A.*, t. III, p. 10).

(184) O bahar de Malaca equivale a 3-2-10, do sistema do peso novo (4-0-11 do peso velho): *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 39; *Livro das cidades e fortalezas* (1582), p. 98.

2800 kg [185]. Não nos espantemos com tais números. A propósito das minas do Menancabo, Diogo do Couto, que conhecia bem as Índias Orientais, não narra que, mesmo depois da entrada dos Portugueses no oceano Índico, havia chatins «que não falavam senão por bares d'ouro, que tem cada bar quatro quintais»? [186].

Já seis séculos antes de C., na literatura hindu, o *Ramayana* denomina o Sudeste asiático — mais precisamente, a península malaia e Samatra — de *Suvarna-dvipa*, ou seja, a península ou ilha (*dvipa* significa «país que tem água dos dois lados») do ouro *(suvarna);* e no século III a. C. o imperador Açoka envia missionários budistas a Suvarnabhumi — o país do ouro, provàvelmente o Pegu [187].

Mais tarde, no texto de Plotomeu a península malaia será a Áurea Quersoneso.

Assim, do cabo de Boa Esperança ao Pacífico, duas vastas zonas de grande produção abastecem de fulvo metal todo o Oriente: a África cafre e abexim, por um lado, a Ásia do Sudeste, por outro, esta de longe muito mais importante do que a primeira, visto que contribui com duas a três vezes mais do que aquela. Entre ambas, a Índia atrai a si a maior parte, ou até a quase totalidade dos dois fluxos do ouro. Como sublinhava João de Barros, em nenhum recanto do Malabar se encontra o precioso metal, vem-lhe todo de fora [188]; mas como vimos, há que alargar esta afirmação a todo o Dekkan e a todo o Hindustão.

---

(185) Sassetti, Cochim, 20-I-1586 (*Lettere*, p. 329). O Italiano atribui ao cate o peso de 30 ½ onças portuguesas, e Van Linschotten dá uma informação coincidente. Teríamos assim um pouco mais de 3 000 kg. Mas segundo o *Livro dos pesos da Ymdia* o cate como unidade de pesagem do ouro equivale apenas a 28 onças; segundo a *Suma Oriental*, a 28 onças e 6 oitavas.

(186) *Soldado prático*, ed. R. Lapa, p. 239.

(187) Harrison, *South-East Asia*, pp. 10 e 36.

(188) *Década* I, Liv. VI, cap. 2.

Capítulo 5

A ATRACÇÃO DO OCEANO ÍNDICO: ROTAS DO LEVANTE E ROTA DO CABO

§ *1 — Sultanis do Egipto e larins da Pérsia — uma rota do ouro e uma rota da prata*

Durante a dinastia fatimida (909-1171), o dinar e o seu quarto — a ruba'i — reinam incontestados na amoedação egípcia. Se o nome vem seguramente do clássico *denarius*, o tipo monetário também se prende à dracma ática média, preponderante durante o último período: 4,25 gr (1). Na realidade, os dinares fatimidas pesam, até fins do século X, com bastante regularidade, entre 4,017 e 4,211 gr, assás perto do peso legal (*mithkal* ou mitical); e o mesmo se dá com os seus quartos, compreendidos entre 1,003 e 1,036 gr; algumas peças enfraquecidas saiem, é certo, ao mesmo tempo, dos cunhos. Este estado de cousas só imperceptìvelmente evoluirá no decurso do século XI. Na segunda metade deste século, ao lado de alguns exemplares consideràvelmente enfraquecidos (2,915 gr; 3,11 gr; 3,62 gr, para citar alguns casos), aparecem peças mais pesadas — de mais de 4,4 gr; tal reforço presume-se que esteja em relação com as emissões almorávidas. Esses desvios, bastante largos, vão persistir durante muito tempo (2). Podemos considerar os exemplares fortes do século XII como réplicas das dobras almóhadas. Deste modo o século XII egípcio conhece, em nossa opinião, simultâneamente, o dinar tradicional, o dinar enfraquecido e a dobra. Durante o século XIII vêm-se-lhe juntar moedas ainda mais pesadas — de mais de 7 gr —, e tal tendência conduzirá ao desaparecimento do dinar no sultanado de Saif ad-Din Hadjdj, cerca de 1346 ou pouco depois (3); já em 1262 desaparecera em Baghdade, com o fim dos Abbássidas, e em 1265 na Índia, sob Nasir ad-Din Mahmud, que adoptou a pesada tolá (4). Mas a amoedação áurea no Egipto valsa de bom grado através da gama inteira dos pesos pesados — de 80 a 261 grãos, isto é, de mais de 5 gr a quase 17 gr, aparentemente de maneira caótica. Tal preferência pelas grandes peças de ouro traduzirá uma subida da prata? Não é de crer, quanto ao século XIII e à primeira metade do XIV, dado o que sabemos do

---

(1) *Encyclopédie de l'Islam*, sub verbo (T. van Zambaur)

(2) Poole, *The Coinage of Egypt*, pp. 1-59.

(3) Posteriormente à primeira data, indicada por T. van Zambaur, ainda há algumas peças no British Museum (veja-se o *Catalogue* de Poole).

(4) *Encyclopédie de l'Islam*, sub verbo.

impulso mineiro desta época, e dado o incremento das emissões de dirhemes. No que respeita à prata também peças fortes, que chegam a pesar 5,7 gr, acompanham os dirhemes clássicos e os aligeirados. Escassez de ouro? Lembremo-nos de todos os sintomas contrários a um tal diagnóstico. As exigências do comércio das especiarias e da expansão mercantil-marítima chinesa explicam talvez melhor esta passagem do fulvo metal ao metal branco, aliás só parcial. Algumas peças argênteas egípcias têm o peso de tangas (*tankahs* simples) da Índia, outras pesam o mesmo que os larins persas (5) — essas tangas e esses larins que comandam o tráfico da pimenta, do gengibre, etc.

Para final do século XIV e durante todo o século XV, se a cunhagem dos brancos dirhemes jamais cessa por completo, a Casa da Moeda lança principalmente moedas de bilhão (tão vil que apenas contém um décimo de prata) e são estes felces ou faluzes que circulam efectivamente. Na colecção do British Museum, o número dos meios-dirhemes aumenta, e surgem peças menores. Há que fazer entrar em linha de conta, sem dúvida, a contracção mineira da Europa central e oriental. Mas este empobrecimento da circulação de espécies áureas e argênteas no império mameluco será a causa do seu declínio económico geral, como sustenta E. Strauss, ou constituirá apenas um sintoma entre vários outros? A sintomatologia compreende, recordêmo-lo, a diminuição da população, o decréscimo da produção agrícola e a redução da área cultivada que não parara de se estender desde 1090 até 1298; por isso é que o imposto fundiário — *kharadj* — crescera de 3 121 000 dinares para 10 816 584 entre essas datas, caindo a 1 800 000 ao abrir o século XVI; a produção industrial decai igualmente — o número de teares em Alexandria, que no século XIV se elevava a vários milhares, não é só de uns 800 em 1434? — e o comércio externo mantém-se constantemente deficitário: como a importação de escravos — uns 2 000 por ano, custando 220 000 a 280 000 dinares — iguala a reexportação de especiarias, a compra de produtos manufacturados no estrangeiro desequilibra a balança em detrimento do Egipto. Os sinais monetários deste profundo mal-estar não são menos visíveis. A carestia do ouro agrava-se no decorrer da primeira metade de Quatrocentos:

VALOR DO DINAR (OURO) EM FALUZES (BILHÃO COM $^1/_{10}$ DE PRATA)

	Valor legal	Valor real
1412	240	240
1452	285	
1456	300	370
1457		400 a 420
1458		400 (6)

Este conjunto de sintomas, de modo algum peculiar ao Egipto mameluco, não é, afinal de contas, apenas a réplica levantina da recessão sob cujo signo Roberto Lopez, no que respeita ao Mediterrâneo, e Postan, quanto ao Norte, colocam a economia europeia depois da Peste Negra? A considerar tão só o ponto de vista monetário, assistimos, em Portugal, ao desenrolar dos mesmos fenómenos, num grau muito mais grave.

Qualquer que seja o significado da preferência dos últimos Bahridas e dos primeiros Burjidas pelas pesadas peças áureas, desde os alvores do século XV

---

(5) O *Catalogue* de Poole continua a ser a nossa fonte principal (pp. 61-216).

(6) Sobre toda esta depressão da economia egípcia, E. Strauss, *Prix et salaires à l'époque mamlouke* («Revue des Etudes Islamiques», 1949).

opera-se uma revolução na amoedação mameluca, cujo sentido e cujo alcance permanecem em geral incompreendidos, e que nem sequer é muitas vezes notada. No sultanado de En-Nasir Faraj, vemos aparecer uma moeda que pesa 3,54 gr; depois o seu peso baixa, para acabar por se fixar teòricamente em 53 grãos (3,43 gr), mas na realidade um pouco menos ([7]), como seria de prever. Assim nascia o xerafim ou sultani mameluco, votado a um espantoso destino no oceano Índico, como lhe prometia o seu nome de «nobre» *(ashrafi)* ([8]). Qual a filiação desta nova moeda, quais as condições da sua creação? Atentemos no seu peso inicial, mais forte, tão perto do peso do ducado veneziano. Tal semelhança ressaltava aos olhos de todos, no Oriente. Em Calicute, o Gama e os seus companheiros constataram que a grande massa da circulação era constituída pelos xerafins do Soldão: de ouro finíssimo, as peças pesavam dois ou três grãos menos do que o ducado ([9]) — por conseguinte, 3,43 ou 3,38 gr, sendo o primeiro efectivamente o peso pleno da sua forma definitiva. Os sultanis tinham, pois, conquistado um lugar de destaque nos mercados do Malabar — na esteira dos *zecchini*. Na verdade, convém recordá-lo, estes *zecchini* eram tidos em altíssima estima, e muito disputados, no reino do Samorim, e os mercadores mouros do Cairo gostavam de fazer essa viagem com as bolsas cheias de moedas da Sereníssima... Durante todo o século XVI, sultanis egípcios, ducados venezianos e cruzados portugueses estiveram cotados quase em igualdade de valores — e até por vezes em perfeita igualdade —, na Índia ([10]). Em suma: o sultani não passou de uma cópia mameluca, posteriormente turca, do *zecchino*, lançada numa época em que a escassez de prata tornava esta moeda particularmente útil para o comércio oriental. As espécies áureas egípcio-sírias entravam assim em concorrência com as venezianas, sem chegarem todavia a desalojá-las. O *Livro dos pesos, medidas e moedas da Ymdia*, de 1554, cita no mesmo pé, como tendo curso em Goa, os venezianos, os sultanis e os abrahamis, todos ao câmbio de 7 tangas, ou seja 420 reais ([11]).

Na Arábia meridional, Ádem também cunhava espécies de ouro, mas sobre uma outra base ponderal. Por alturas de 1554, em Goa, estes xerafins do grande porto do Yémene cotavam-se a 360 reais, ao passo que o sultani, de 3,43 gr, valia 420 ([12]): os primeiros deviam pesar portanto cerca de 2,94 gr; sabemos, por outras fontes, que 2,97 gr — isto é, os $^{7}/_{10}$ do mitical — era realmente o peso

([7]) Poole, *The Coinage of Egypt*, pp. 134-216.

([8]) Os etimologistas derivam, quase unânimemente, o nome da moeda do nome do soldão que a teria creado: Ashraf sha'bān (1362-1376) ou, com muito maior probabilidade, Ashraf Barsbey (1421-1438). Veja-se, por exemplo, a *Encyclopédie de l'Islam* (T. v. Zambaur), ou a nota de Scheffer à sua edição de Varthema (p. 13). Chardin apresenta, contudo, uma outra interpretação: «On les [as peças de ouro, na Pérsia] appelle aussi *Cherafis*, c'est-à-dire, des *nobles*, à cause de leur prix.» (*Voyages*, ed. 1735, t. III, p. 127). Gabriel Ferrand justifica plenamente esta interpretação, mostrando que *ashrafi* deve vir da palavra árabe que significa «o mais nobre, ilustre» (*Les poids, mesures et monnaies des mers du Sud*, p. 112, nota). Esta explicação afigura-se-nos muito mais plausível. Na verdade, por xerafim designavam-se não só os sultanis (as peças egípcias) mas também as persas, as árabes meridionais, as indianas, tanto de ouro como de prata. Além disso, não foi certamente sob Ashraf sha'bān que surgiu o sultani — data do começo do século XV, segundo toda a probabilidade —, e quando Barsbey sobe ao trono a nova moeda existe já (consulte-se o *Catalogue* do British Museum, da autoria de Poole). Eis outras tantas razões suplementares que nos levam a alinhar com Chardin e Ferrand.

([9]) Carta de Sernigi, em Montalboddo, p. 154.

([10]) «doze mil soltanis, moeda de ouro do cunho do Soldão do Cairo, serão da nossa doze mil cruzados» — (Barros, *Década* II, Liv. II, cap. 6).

([11]) P. 32.

([12]) *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 32.

do dinar árabe do Sul [13]. Trata-se pois, muito simplesmente, da continuação de uma antiga moeda, e não de uma nova espécie, como é o caso do sultani.

Assim, o triângulo Veneza, Cairo, Ádem define, em relação à zona de apelo que é a Índia, uma zona de altas pressões de espécies de ouro. Que o fulvo metal do Sudão ocidental não cessou de se escoar para o Egipto durante todos estes séculos, sem interrupções, demonstrámo-lo já (cap. I). Em inícios de Quinhentos, uma carta de Albuquerque, relatando as informações de dois mercadores judeus do Cairo, descreve com muita precisão a chegada todos os semestres à capital do Nilo de «duas cafilas douro». Transportando o metal a lombo de camelo, atravessam o deserto de Barca conduzidas por pilotos que se orientam pelas estrelas; partem do país de Dacrur (Takkrur), habitado pelos Dacrures (Tucurores, em sentido lato, isto é, os habitantes do Sudão ocidental) e fazem escala no Feizam (Fezzan). Por vezes, um grande senhor, chamado Áskya — eis-nos em contacto com a dinastia de Gao —, vem ele próprio à testa dessa intérmina caravana de Negros pagãos e muçulmanos. Do Cairo retornam para a Guiné cauris das Maldivas, tecidos de França, cobre de Veneza (entenda-se, da Europa central e leste, redistribuído por aquele empório), alaquecas, contas de rosário, um pouco de especiarias e alguns panos de algodão indianos [14]. Da Abissínia vêm igualmente ao Cairo duas caravanas por ano com ouro, que permutam por toda a sorte de tecidos e fazendas e por coral, etc. [15]. Situação de começos do século XVII, mas que tudo indica que remontava bem mais atrás — as fontes portuguesas dos alvores de Quinhentos mostram-nos o Egipto mameluco em estreitas relações com o império do Preste João. E isto sem falar do ouro da Núbia, mais próximo, que descia pelo Nilo. Um e outro deviam chegar também aos mercados egípcios setentrionais por via marítima, descarregados em Suez ou no Toro dos barcos que vinham de Suaquem [16].

Quanto a Dalaca (Dahlak) e às outras ilhas vizinhas, bem como a Meçuá (Massauah), o porto da ilha junto à costa da actual Eritreia, são todos centros opulentos, em que (dizia Albuquerque) «hy ha bem que roubar e tomar, porque estas seu ofício he continuadamente resgatar ouro dos Abexins» [17]. As naus da Índia vêm primeiro a Dalaca e em seguida a Meçuá, e num e noutro porto resgatam as mercadorias que trazem — especiarias de toda a sorte, sendo a maior soma pimenta, brocados e sedas, perfumes, cotonias e teadas de algodão, roupa baixa — por ouro, marfim, cera, manteiga e alguns escravos abexins. O informador do governador não pôde precisar a quantidade de metal precioso assim embarcado; estava porém convencido de que se em cada ano fossem cem naus com carga como a que enumerara, «todas levariam seu retorno em ouro», pois «na terra do Preste Joham ha gramde soma d'ouro e gramdes minas dele», e gastar-se-ia em especial «gramde soma de pimemta, se a levasem». Uma fortaleza em Meçuá, e todo este ouro abexim que se escoava para a Índia viria parar às mãos do rei de Portugal... [18]. Exageros, sonhos! Não importa, esse facto fundamental fica de pé: a existência desta zona de produção que não era de modo algum para desprezar, do precioso metal. Uma informação relativa ao ano de 1520, confirma a opulência das gentes de Massauah, tão devotadas à mercancia, graças ao ouro

---

(13) *Encyclopédie de l'Islam*, sub verbo (T. v. Zambaur).

(14) *Cartas A. A.*, t. I, p. 438.

(15) Mun, *A Discourse of Trade* (1621), p. 15.

(16) *Cartas A. A.*, t. I, pp. 230 e 237; *Cartas D. João de Castro*, n.º 6 (Goa, Outubro 1541).

(17) *Cartas A. A.*, p. 78 (20-VIII-1512).

(18) Idem, pp 224-6 (4-XII-1513).

que vão buscar ao sertão ([19]). De Massauah e de Dahlak o fulvo metal afluía a Ádem, chave do Estreito de Meca, onde se concentrava toda a força do ouro do Preste João ([20]), antes de se espalhar através do oceano Índico.

Tal contribuição de metal amarelo abexim e núbio, não temos nenhum meio de a avaliar. As condições técnicas da extracção levar-nos-iam a não exagerá-la. É na região de Axum (no Tigré), no Godjam — perto do grande lago de Tana — e no reino de Damute, mais a oeste, que se recolhe o ouro com certa intensidade. Mas nestas zonas montanhosas limitam-se a revolver o solo superficialmente com uma pá, o suficiente apenas para que depois as águas das chuvas e do degelo lavem a terra fofa e assim se vejam a brilhar ao de cimo as lamelas e bocadinhos luzentes — contava-se até que iam buscar este ouro de noite pelo luar porque o vêem luzir... À Abissínia chega ainda ouro de regiões mais distantes e misteriosas — nas profundas do sul ([21]). Em conclusão, sublinhemos que sultanis do Egipto e xerafins de Ádem necessitam, para que se mantenham as suas emissões, do afluxo de metal em proveniência do reino do Preste João.

Zecchini de Veneza, sultanis (ashrafis) egípcio-sírios, dinares de Ádem enchiam frequentemente os cofres dos navios que velejavam em direcção à Índia. Albuquerque informava o rei, em 1512, da abundância de ducados (entenda-se *zecchini*) que circulavam na Índia; acrescentava que muito ouro em pedaços (logo, da Núbia e da Abissínia) vinha também do Cairo ([22]). A bordo de uma nau que vinha de Ádem com carga de água de rosas, coral e panos, e que os Portugueses interceptaram em fins de 1510 perto do monte Deli, viajavam mercadores judeus em cujas bolsas se contaram nada menos de uns 10 000 xerafins de ouro ([23]) — dinares de Ádem, provàvelmente. Quando da primeira viagem do Gama, em 1498, não tinham os Portugueses constatado que os xerafins (ashrafis) do Soldão eram, entre as espécies que corriam no Malabar, as mais numerosas? ([24]). A armada de Heitor da Silveira que cruzava na boca do Estreito tomou, em 1526, três naus «da Meca», que vinham da escala de Ádem; os seus cofres estavam atafulhados de ouro, porque então preferia-se levar este precioso metal a levar mercadorias, para a Índia ([25]), por facilidade de transporte em navios mais ligeiros, a cuja utilização o bloqueio português forçava. Em começos de 1503, os cinco navios que vinham do mar Roxo e que foram tomados por Vicente Sodré, traziam mais de 200 000 pardaus em espécies ([26]). Uma nau moura que em Setembro de 1524 partiu de Ádem para a Índia, e foi tomada por Vasco da Gama, transportava, além de uma carga no valor de uns 200 000 cruzados, moedas que valiam ao todo uns 60 000 ([27]).

Assim, a rota do mar Roxo era, em sentido inverso daquele em que se escoavam as especiarias, um fluxo caudaloso de fulvas espécies desaguando na Índia.

Decerto, nos dois últimos exemplos pelo menos — e como as suas datas estão afastadas de duas décadas entre si, é lícito admitir uma certa constância —, ao lado das peças de ouro havia provàvelmente peças brancas e prata. Enumerando os produtos que os mercadores da Meca e de Djeddah (Judá) traziam à

([19]) Castanheda, Liv. V, cap. 23.
([20]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 236.
([21]) Francisco Álvares, *Verdadeira informação*, 1.ª Parte, caps. CXXXIV e CXXXVI.
([22]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 438.
([23]) Carta de Empoli, 1514 («Arch. Storico Ital.», III, apêndice 46).
([24]) Carta de Sernigi (Montalboddo, p. 154).
([25]) Francisco Álvares, 2.ª Parte, cap. III
([26]) Castanheda, Liv. I, cap. LIV.
([27]) Idem, Liv. VI, cap. LXXI.

Índia a fim de comprarem as especiarias, Castanheda começa pelos xerafins de Ádem e pelo ouro não amoedado, e passa logo a seguir ao metal branco e ao cobre ([28]). Mas os dirhemes de prata, cunhados regularmente pelos Ayyubidas (1169-1254) com pesos entre 3,045 e 2,785 gr, e mesmo, embora ainda mais enfraquecidos, sob os primeiros Bahridas, até o último quartel do século XIII ([29]), tinham desaparecido por toda a parte aproximadamente na mesma época em que desapareceram os dinares ([30]). A partir da passagem do século XIII para o XIV, as Casas da Moeda mamelucas emitem espécies mais pesadas mas há muita divergência de pesos: dirhemes extremamente aligeirados a par de peças que excedem 5 gr, bem como de outras cujo peso parece indicar um alinhamento pelas tangas simples (4,4 gr) ou pelas meias-tangas ([31]). Dir-se-ia estarmos perante esforços, por vezes contraditórios, de adaptação às necessidades dos diferentes mercados e sob a pressão de diferentes economias dominantes. Crises sucessivas da prata, no costumado carrocel de desvalorizações e reforços. O século XV não se coloca sob o signo do felce ou faluz de cobre, conquanto continuem a sair dos cunhos meios-dirhemes e outras espécies argênteas? Seja como for, as moedas de prata mamelucas não parece terem conquistado na Índia os títulos de nobreza a que tiveram jus os sultanis de ouro. Só mais tarde é que, nesta rota, as espécies brancas tenderão a dominar, se bem que desde há muito estivessem presentes, sob a forma de mocenigos venezianos.

No que respeita à prata, é para as espécies persas que vão todas as preferências dos mercados asiáticos. Vamos, por isso, visitar o golfo Pérsico. São, evidentemente, as emissões de Lar (ou Lara) e de Ormuz que mais importam à circulação no Índico, mas há que as integrar no quadro persa geral.

Antes de mais, aprendamos a contar, porque é em função do sistema de moeda de conta que se arruma frequentemente a contabilidade e é por seu intermédio que poderemos, em parte, chegar a compreender as moedas efectivas ([32]):

	Lak	Pardau	Hazar	Sadi	Dinar
Lak	1	50	100	1000	100 000
Pardau de sadis	1/50	1	2	20	2 000
Hazar de sadis	1/100	1/2	1	10	1 000
Sadi	1/1000	1/20	1/10	1	100
Dinar (dinheiro)	1/100 000	1/2000	1/1000	1/1000	1

Lak não significa, jamais significou uma moeda, mas simplesmente um número empregado na contagem: cem mil, como explica já o *Livro dos pesos da Ymdia* (1554). Quanto ao *dinar*, não se trata do *denarius aureus*, nome com frequência aplicado ao *solidus aureus*, ou seja, ao besante, e posteriormente à moeda de ouro muçulmana; trata-se sim, do *denarius*, o «dinheiro» dos sistemas monetários europeus, neste caso transformado em moeda de conta. Chardin expõe bem as diferenças: «Le mot de *Dinar* veut dire l'Argent en géneral; en particulier un *Dinar* revient à un *Denier* de notre monnaye... Il y a le *Dinar commun*, et le *Dinar de loi*, ou *Cheray* ([33])... et ce *Dinar cheray* signifie le poids et la valeur du Ducat d'or, ou de l'Ecu d'or. On n'use de ce compete de Denier légal que dans les livres.» ([34]) Ao lado

---

([28]) Idem, L. II, cap. LXXV. Cf. a tradução de G. Ferrand, *Poids des mers du Sud*, pp. 17-23.

([29]) Poole, *The Coinage of Egypt*, pp. 61-216.

([30]) *Encyclopédie de l'Islam*, sub verbo (T. v. Zambaur).

([31]) Poole, *The Coinage of Egypt*, pp. 134-216.

([32]) Este sistema é exposto sem equívoco e de maneira perfeitamente concordante pelas fontes seguintes: Barros, *Década* II, Liv. II, cap. 7 (nas edições imprimiu-se *candilo, candis*, por erro, em vez de *çadi, çadis*); *Livro dos Pesos da Ymdia* (1554), p. 25; Balbi (1580-1588), f. 51v; Barrett (1584), em Hakluyt, t. VI, pp. 14-5. Os Portugueses transcreveram por *leque* ou *leca* a palavra persa *lak, laksh*, que significa cem mil (ver Hobson-Jobson, *sub verbo*).

([33]) G. Ferrand explica: *shar'*=lei divina.

([34]) *Voyages*, ed. 1735, t. III, p. 127. Preferir todavia a consulta deste texto na transcrição dada por Ferrand, *Poids des mers du Sud*, pp. 109-110, nota.

do dinar ou dinheiro, ínfima unidade de conta, há uma moeda real com o mesmo nome e que é um múltiplo seu, o dinar-bisty.

Entre este sistema, que, como a maioria dos sistemas de conta, se baseia em grande parte no cobre, e a unidade portuguesa — o real —, ela própria ligada também em boa parte ao mesmo metal, estabeleceu-se uma correspondência legal por meados de Quinhentos (por causa, sem dúvida, da cobrança dos direitos aduaneiros) e manteve-se imutada durante meio século. Em começos do século XVII ajustaram-se os dois sistemas, levantando o persa de 3 % (o real depreciara-se efectivamente):

	Século XVI [35] Reis	Século XVII [36] Reis
Lak	13 953,5	14 400
Pardaus de sadis	279	288
Hazar	139,5	144
Sadi	13,95	14,4
Dinar (dinheiro)	0,139	0,144

Mas já durante o século XVI, no mercado se arredondava o sadi para 14 ou mesmo 15 reais [37]. Na realidade, as relações entre este sistema de conta e as moedas efectivas mostram-se complexas e variáveis, tendendo à depreciação do primeiro (pois não se diz do pardau de sadis que é «de má moeda»?)

Na Pérsia e em Ormuz as Casas da Moeda cunham os três metais principais. De ouro, são xerafins e meios xerafins, mas com base ponderal diferente tanto da do sistema mameluco como da do xerafim de Ádem. O ouro é finíssimo — «buonissimo per fatture di orefici», explica Balbi em 1580-1588 [38], confirmando o que Duarte Barbosa escrevera três quartos de século antes [39]. No século XIV, Pegolotti precisara o teor dos *cassinini* de Tauriz (Tabriz): 23 ⅛ quilates [40]. Pequenas peças redondas, com legendas em caracteres árabes dos dois lados, circulavam através de toda a Arábia e Pérsia, conquanto «di diverse stampe, secondo ch'ella è delle terre diverse» [41]. Nestas emissões, a percentagem de meios xerafins sobrelevava a dos xerafins. Estes valiam, cambiados ao par, 300 reais portugueses, aqueles, conhecidos também pelo nome de *hazar*, metade, ou seja, 150 reais [42]. Em relação ao sistema de conta, um xerafim equivalia a 21 ½ sadis de boa moeda. Graças a esta dupla equivalência, e sabendo que o valor do mitical de ouro oscilava entre 32 e 31 sadis, no mínimo 30 ½ [43], podemos calcular o peso da espécie áurea: 2,56 ou 2,57 gr. Que o seu valor em moeda de conta local tenha aumentado no decurso do século XVI, só o contrário admiraria. Em 1517, Andrea Corsali di-lo igual a 20 sadis, e o meio xerafim a 10 [44]. A meio de Quinhentos, acabamos de o ver, a equivalência estabelece-se

---

[35] *Tombo do Estado da Índia* (1554), pp. 101-4; *Orçamento* de 1574, f. 5; *Livro das cidades e fortalezas* (1582), pp. 52-3; *Orçamento* de 1588, ff. 107-9.

[36] *Orçamento* de 1611, ff. 5v e 14v-15.

[37] Barros, *Década* II, Liv. X, cap. 7

[38] F. 71v.

[39] P. 273 da trad. Trigoso.

[40] Cap V (1346).

[41] Andrea Corsali, 1517 (em Ramusio, t. I, f. 185v).

[42] Duarte Barbosa, cit.; António Tenreiro, cap. I (p. 6 da ed. Baião); *Cartas A. A.*, t. I, p. 378 (Ormuz, 22-IX-1515); Corsali (f. 188); Barrett (Hakluyt, t. VI, pp. 14-5).

[43] *Livro dos pesos da Ymdia*, pp. 15 e 25. Como há 60 miticais de Ormuz no marco português, cada mitical pesa 3,825 gr. O mitical de Xiraz é mais pesado — 4,59 gr —, visto que bastam 50 para igualar o marco português. O ouro de 23 ⅛ quilates vale, o marco, 26 894 reis.

[44] F. 188. Corsali engana-se quando o iguala ao ducado. Barros (*Década* II, Liv. X, cap. 7) confirma a equivalência a 20 sadis.

já em 21 ½ ([45]). Em 1584, a acreditarmos em Barrett, vale 24 sadis. Não se deu o mesmo em relação à moeda de conta portuguesa nem em relação ao larim. Expresso em reais, o valor do xerafim não se altera até 1554: 300. Valia 5 larins durante o primeiro quartel do século XVI, já só vale 4 ⅓ naquela data. É que o seu título enfraquece — crise do ouro no golfo Pérsico?

Estabilizado num toque inferior ao que fora o seu, o xerafim persa rarefaz-se muito provàvelmente na segunda metade do século. Com efeito, sobe de 20 % em reis, e a sua relação para o larim sobe também, de 4 ⅓ em 1554, a 4,5 à aproximação do último quartel do século. Em 1584, Barrett apenas verá, em Bassorah, como espécies de ouro, ducados europeus. A cunhagem deve mesmo ter cessado por completo — o preço do ouro está aliás em alta por toda a parte, no século XVII. Em 1610, em Bassorah igualmente, Pedro Teixeira vê cunhar ùnicamente prata e cobre, embora estejam em circulação todas as espécies de moedas de ouro ([46]). Cinco anos atrás, frei Gaspar de São Bernardino só encontrara, em Ormuz, ao lado dos faluzes e dos larins, o sequim, de ouro — quer dizer, neste metal, moedas europeias ([47]). No tempo de Tavernier não se amoeda já ouro na Pérsia, a não ser por ocasião da subida ao trono de um novo rei; tais peças, cujo título iguala o dos ducados alemães, não se encontram correntemente, só as há nos cambistas ou estão entesouradas: é que a sua cunhagem tem um fim meramente comemorativo, servindo para gravar na recordação do povo esse acontecimento, visto que o monarca as espalha então gratuitamente. Em circulação efectiva, tão só os ducados da Europa ([48]).

No século XVII, na Pérsia, o sistema de conta, definido pelo thoman, pelo ory e pelo dinar, e o conjunto das moedas efectivas — de prata e de cobre, porquanto o ouro desapareceu —, estão entre si nas relações seguintes ([49]):

	Ory	Abbassi	Mahmudi	Shahi	Dinar-bisty	Kazbegi	Dinar
Thoman	10	50	100	200	1000	2000	10 000
Ory	1	5	10	20	100	200	1 000
Abassi		1	2	4	20	40	200
Mahmudi			1	2	10	20	100
Shahi				1	5	10	50
Dinar-bisty					1	2	10
Kazbegi						1	5

Em cobre cunhavam-se kazbegis, de 5 óbolos ou dinheiros simples cada, e meios kazbegis. Esta palavra compõe-se, segundo a explicação já fornecida por Chardin, de *kas*, que significa «moeda» (moeda de estanho ou de cobre), e de *bek*, que quer dizer «senhor»: é pois a «moeda do senhor» — os senhores gozam do direito de bater moeda de metais inferiores, ao passo que o rei reserva para si a prata — donde o nome de *chayé*, ou melhor, *xai*, *shahi* (=régio), aplicado às espécies argênteas e em particular a uma delas (o meio mahmudi).

Quanto às moedas de prata, se o mahmudi remonta ao século XIII, foi o Xá Abbas (1587-1629) quem creou o pequeno e o grande abbassis, cujo nome deriva do do soberano; os dinares-bistys, que representavam a peça mais pequena,

---

([45]) Cf. *Tombo do Estado da Índia* (1554), pp. 87-92 (rendas da alfândega).
([46]) *Relación del camino*, p. 77.
([47]) Cap. XI.
([48]) Tavernier, 1.ª Parte, Liv. I, cap. 12, e 2.ª Parte, Liv. I, cap. 2.
([49]) Sparr de Homberg (1681), em Ferrand, *Poids des mers du Sud*, pp. 111-3; Chardin, *Voyages*, III, p. 127. Cf. Bonneville, *Traité des Monnaies*, pp. 208, 225 e 228.

tenderam a desaparecer no século XVII: Tavernier já só raros viu, e Chardin classifica-os de unidades fictícias. Na época destes viajantes e de Sparr de Homberg — digamos, na segunda metade do século XVII —, as espécies argênteas perderam acentuadamente de peso — ou aviltaram-se em teor? O chayé (shahi) parece não exceder senão de pouco 1,5 gr, o mahmudi variar entre 3 e 3,5 gr, o pequeno abbassi ter um peso ligeiramente superior a 6,1 gr. Mas é possível que os pesos fossem na realidade mais fortes, visto o teor em metal branco ser inferior ao da rupia moghol, moeda com que é feita a comparação ([50]). Durante o primeiro quartel do século XVII estas espécies pesam muito mais. Um real de a ocho troca-se agora, em Jask, por 13 shahis ou por 13 shahis e 1 kazbegi ([51]); cada peça pesa portanto um pouco mais de 2,15 gr — não nos esqueçamos do título inferior da moeda persa; o mahmudi ultrapassa assim 4,3 gr.

Recordemos alguns dos elementos do sistema ponderal persa ([52]):

Pesos de	Modalidade fraca gr	Modalidade forte gr	Modalidade de Cosroés gr
9 grãos	1,02	1,06	1,10
18 »	2,04	2,12	2,21
36 »	4,08	4,25	4,42
72 »	8,16	8,50	8,85
96 »	10,88	11,33	11,06
90 »	10,20	10,62	11,80

Seduzir-nos-ia atribuir ao shahi o peso de 18 grãos, ao mahmudi o de 36, ao pequeno abbassi 72 e ao grande (que vale 2 mahmudis ½) 90, na modalidade de Cosroés, quer dizer, sassânida. Deste modo o mahmudi seria igual à tanga simples da Índia, e Xá Abbas teria lançado o grande abbassi para dispor de uma moeda equivalente à rupia ou tolá. É aliás bem possível que os duplos mahmudis tenham já sido cunhados muito antes, visto que em 1522 Tenreiro manejou em Tabriz *xais* de que cada um valia, segundo a sua estimativa, um tostão ([53]), isto é, 100 reais; como o marco de prata valia aí então 2 700 reais, o *xai* pesaria cerca de 8,5 gr. Assinalemos que o mitical de Xiraz pesa um pouco mais de 4,4 gr ([54]); o mahmudi devia corresponder-lhe. Por outro lado, em 1565 Mestre Afonso viu em circulação, na Pérsia, uma pequena moeda chamada *damasim*, que avaliou em 15 reis, dando como valor ao larim 80 ([55]): o damasim pesaria portanto cerca de 0,98 gr, ou seja aproximadamente o peso teórico do quarto de mahmudi.

Depois desta incursão pela longínqua Pérsia regressemos às margens do golfo Pérsico. Em Ormuz e em Lar as cunhagens seguem outros sistemas, pelo menos em parte. Na origem, provàvelmente, havia correspondência entre o que será no

---

([50]) Mesmas fontes que nas duas notas precedentes. Notemos que, quando Homberg escreve que 7 mahmudis igualam uma rupia, devia querer escrever «siey» (shahi) em vez de «mamoedi», como demonstram as outras equivalências que apresenta. Quanto a Tavernier, indica também que 80 larins igualam 50 abbassis: o que leva a calcular estes em, pelo menos, 8 gr, peso muito próximo do peso «teórico» do pequeno abbassi.

([51]) *English Factories*, t. I, p. 140 (XII-1618); *Letters received*, t. II, p. 26. (Surate, 22-I-1622).

([52]) Decourdemanche, *Traité des monnaies, mesures et poids de l'Inde*, p. 36.

([53]) Cap. XV (p. 31).

([54]) Calculado a partir dos dados do *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 5.

([55]) P. 142 (ed. Baião).

século XVI o sistema de unidades de conta e as moedas efectivas. O xerafim de ouro teria sido igual ao pardau de sadis, ele próprio igual ao pardau de larins:

	Xerafim	Larim	Sadi	Fels ou faluz (cobre)
Xerafim (ouro) e pardau (prata)	1	5	20	200
Larim (prata)	1/5	1	4	40
Sadi (prata)	1/20	¼	1	10

De cobre, com forte percentagem de liga, cunhavam-se duplos felces e felces simples ([56]); estes pesavam, por alturas de 1545, cerca de 5,37 gr, mas não é possível calcular o valor do quintal de cobre visto ser variável a parte que cabe aos outros metais. Chegava-se por vezes, simplificando complacentemente, a igualar o fels ao real, por um lado, ao bazaruco indiano por outro ([57]); seria tentador pô-lo em equivalência, mesmo grosseira, com o kazbegi persa; seja como for, as relações das diversas peças de cobre com as moedas argênteas não são de modo algum fáceis de ajustar entre si, é certo que deviam variar acentuadamente de terra para terra.

Que o sadi era de facto uma moeda real, de prata, no começo de Quinhentos, as referências concordes e explícitas de Albuquerque e de Corsali não deixam lugar a dúvidas; e Balbi, na década de 1580, informa-nos no mesmo sentido ([58]). No princípio do século, correspondia a ¼ de larim, ou até a um pouco mais (pois o larim atravessava então uma depreciação de que só recomeça a recuperar por alturas de 1525) ([59]); pesava portanto à volta de 1,3 gr. Ao que parece, pois, é um tudo nada mais pesado do que o quarto de mahmudi persa (1,1 gr): trata-se provàvelmente de outro sistema ponderal. Mas o larim sobe e o sadi baixa: em breve serão necessários 4 ½ sadis para ter um larim, a meio do século o câmbio fixar-se-á em 5 (o peso do sadi deve ser agora de 1 gr) ([60]), e na década de 1580 será de 5 ¼. Posteriormente o sadi deve ter desaparecido como moeda sonante. Assim se desprenderam do sistema de conta as espécies reais, permanecendo aquele rígido.

No entanto, a grande moeda persa cuja irradiação prestigiosa conquistou todos os mercados orientais não foi nenhuma dessas de que falámos, mas sim o larim, com a sua forma bizarra facìlimamente reconhecível e a sua pureza inigualada pelas outras espécies asiáticas. Todos os viajantes se detiveram a descrevê-lo: «is a strange piece of money, not being round as all other currant money in Christianitie, but is a small rod of silver of the greatnesse of the pen of a goose feather, wherewith we use to write, and in length about one eight part thereof, which is wrested, so that the two ends meet at the just halfe part, and in the head thereof is a stampe Turkesco, and these be the best currant money in all the

([56]) Na realidade, a nomenclatura é toda ela muito flutuante, e as fontes caiem em confusões inextricáveis. O fels ou faluz é apresentado ora como equivalente a 10 dinares, ora como a metade do dinar: este segundo dinar deve ser o duplo faluz, o primeiro, a unidade de conta, fictícia. Em 1522, Tenreiro iguala-o a 7 ceitis, o que leva a atribuir-lhe cerca de 13,3 gr; mas o relatório de Aleixo de Sousa concede-lhe apenas 1 oitava ½, ou seja, menos de 5,5 gr: aquele deve ser o duplo deste, para mais se tivermos em conta o aligeiramento que se produziu com o tempo. António Tenreiro (1522), cap. I (p. 6); *Livro dos pesos da Ymdia* (1554), p. 15; *Lembrança das cousas da Índia* (1525), p. 53; relatório de Aleixo de Sousa, B. N. Paris, Portugais, n.º 23, ff. 510-513. Albuquerque (Ormuz, 22-IX-1515, em *Cartas A. A.*, t. I, p. 378) cita os «dinheiros» de cobre, de que enviou alguns exemplares ao rei de Portugal.

([57]) Frei Gaspar de S. Bernardino (1605), cap. XI.

([58]) Albuquerque, Ormuz, 22-IX-1515 (citado); Corsali (1517), em Ramusio, I, f. 188; Balbi, f. 51v.

([59]) *Lembrança das cousas da Índia*, p. 53.

([60]) Como o mitical de 3,825 gr vale 3 sadis e 3 faluzes, o faluz ou fels representaria 0,115 gr de prata e o sadi 1,15 gr. *Livro dos pesos*, p. 15.

Indies, and 6 of these larines make a duckat, which is 40 medines or eight saies of Aleppo.» ([61]). As outras decrições coincidem com a de Barrett; baste-nos citar Balbi: esta moeda, que não é redonda como as europeias, consiste em «una verghetta di argento di grossezza di una penna d'oca da scrivere, e di lunghezza di meza quarta in circa, e è storto da tutti i capi per giusta metà, e poi congiunti in uno, in capo del quale è poi una stampa...» ([62]).

Eis, portanto, esta pequena barrinha da grossura de uma pena de pato das que servem para escrever, cilíndrica nas duas extremidades, achatada e alargada dos dois lados do meio em que volta a estreitar-se; é dobrada pelo meio de maneira a quase se taparem uma à outra as duas partes chatas e largas, donde saiem como que dois ramos divergentes. Os caracteres, persas (não vale a pena falar das cópias turcas ou outras), estão gravados na superfície plana interior. Dobrado, sua forma normal, o larim mede a largura de um polegar. O foco de irradiação é a cidade persa de Lar (ou Lara), não longe da margem do golfo Pérsico; do topónimo da cidade de origem recebeu a moeda o seu nome de baptismo ([63]). Lar desenvolve-se nos séculos XIII e XIV, graças à deslocação para leste dos centros portuários do golfo e dos itinerários das caravanas — assim veio a traçar-se a grande pista Ormuz-Lar-Xiraz. Na era de Trezentos funciona já aí uma oficina monetária ([64]).

Que o metal branco era de extrema pureza, Duarte Barbosa e Andrea Corsali declaram-no, e com eles, em uníssono, a algumas décadas de intervalo, van Linschotten e Sassetti, bem como, posteriormente, frei João dos Santos e Pedro Teixeira. Já em 1346 Pegolotti registara como teor da prata de Tabriz 11 onças e 17 dinheiros por libra ([65]). Bonneville cataloga um exemplar com 11 onças e 15 dinheiros (0,969) ([66]). O *Livro dos pesos* classifica o metal dos larins como o mais fino de todo o Oriente ([67]). Quanto ao peso, a peça catalogada por Bonneville tem 4,833 gr, mas trata-se de exemplar tardio, e sabemos que o larim se foi aviltando até se tornar moeda fictícia, de conta. Em geral, atribuem-lhe 4,9 gr ([68]). Pendemos porém a crer que deveria pesar um pouco mais no século XVI: muito provàvelmente 5,1, ou até 5,2 gr. Sassetti di-lo, com efeito, equivalente a um real e meio, dos reais castelhanos, e as outras fontes confirmam-no de bom grado ([69]). Como o marco de prata vale, em Ormuz, 1 980 faluzes, e o larim

---

([61]) Barrett (1584), em Hakluyt, t. VI, p. 12.

([62]) Ff. 34v-35. Entre Balbi e Barrett notamos com frequência concordâncias que fazem pensar no aproveitamento comum de uma mesma fonte. Corsali (1517), em Ramusio, t. I, f. 188. Do século XVII tardio citemos Tavernier, para mostrar a fidelidade à mesma forma nas emissões de outras oficinas: «Cette monnoye est un fil d'argent plié en deux de la grosseur d'un tuyau de plume ordinaire, et long de deux travers de doigt ou environ. Sur ce fil d'argent ainsi plié on voit de nom du Prince dans le pays duquel cette monnoye a esté fabriquée.» (1.ª Parte, Liv. I, cap. 12). Cf. Duarte Barbosa (1515), p. 273; frei João dos Santos (fim do séc. XVI), 2.ª Parte, Liv. IV, cap. 2.

([63]) Mesmo se por vezes Lara pode designar o país de Lar ou Guzerate, como supôs G. Ferrand (cit., p. 164, nota 1), não há equívoco quanto à origem geográfica — na Pérsia — dos larins, pois todas as fontes estão concordes neste ponto. Eis, por exemplo, a descrição da embaixada de 1515 ao Xá Ismael: lemos nela que em Lara, cidade tributária do Xá, se cunham «tangas laris» que correm em toda a Índia (*Cartas A. A.*, II, 250). Não menos explícitos, frei Gaspar de S. Bernardino, em 1605 (cap. XIII) e Pedro Teixeira (*Reys da Pérsia*, 1610, p. 378). Cf. *Encyclopédie de l'Islam*, sub verbo. Por tudo isso é inaceitável a afirmação de G. Ferrand: «*lari*, du pays de Lar ou Guzerate» (p. 250).

([64]) Aubin, *Lar médiévale* («Journal Asiatique», 1955, pp. 491 e 499-500).

([65]) Cap. V.

([66]) *Traité des Monnaies* (1806), extra-texto 1, a seguir à p. 228.

([67]) P. 15.

([68]) Ver, por exemplo, *Encyclopédie de l'Islam*, sub verbo (J. Allan).

([69]) Logo, o larim pesaria 3,5 gr×1,5=5,25 gr; na realidade um pouco menos, porque o seu teor excede o do real.

4 ½ sadis, voltamos a encontrar os 5,2 gr ([70]). Sabemos, por outro lado, que, expresso o preço em moeda portuguesa, o marco de metal branco se vendia a 2 700 reais ([71]), enquanto a tanga lari se cambiava, na mesma época, por 60 ([72]); havia, pois, 45 peças em marco português: o *Livro dos Pesos da Ymdia* indica exactamente o mesmo número a que acabamos de chegar pelo cálculo ([73]).

Deste modo, como o xerafim de ouro pesa 2,56 gr e o larim 5,1 a 5,2 gr, o primeiro é a metade, em peso, do segundo. Valendo aquele 300 reais e o último 60, há cinco larins por xerafim, e a relação entre os dois metais é de 1:10. Inicialmente, o «nobre» áureo devia equivaler a 20 sadis, e o larim a 4 ([74]). Mas tais relações não se mantiveram inalteradas, como vimos, o sadi, moeda real, desvalorizando-se até se volatilizar em unidade de conta independente do damasim. O próprio larim se desdobrou com o decorrer do tempo: os seus antigos valores ficaram presos ao nome como moedas imaginárias, ao lado da peça efectiva cujo valor nominal sobe. No século XVII, em Mascate, por exemplo, no pagamento dos direitos aduaneiros, contar-se-á o larim a 40 reis, ao passo que no pagamento dos soldos, ordenados e despesas correntes será considerado equivalente a 60 reis; e é a 90 reis que é contabilizado no caso do «mantimento», bem como no das férias dos oficiais das obras ([75]).

Já em 1525 o larim velho valia 45 faluzes ou 4,5 sadis, e o novo 46 faluzes ou 4,6 sadis ([76]), em vez dos 4 sadis da equivalência inicial. A meio do século XVI, ainda está viva na lembrança a época em que o larim valia 4,5 sadis, sendo agora o seu valor de 5, e até ultrapassando-o ligeiramente, ao passo que o xerafim está só a 21,5 ([77]). Entre os dois metais assim amoedados a relação é pois de 8,6, mas, segundo certos indícios, a lei do «nobre» atravessa uma crise. Se considerarmos a prata e o ouro não cunhados, oscila entre 9,69 e 9,2 ([78]). O marco de metal branco sobe, de 2 700 reais ou 180 sadis em 1515, para 3 140 em 1574 ([79]), isto é, 225 sadis e 3 dinares: subida de 16,2 % em moeda de conta portuguesa, de 25 % em unidades persas; por alturas de 1554 estava cotado em 198 sadis ([80]). Quanto ao xerafim de ouro, que valia 300 reais à volta de 1515 e a meio do século, valerá 360 por alturas de 1588, subindo assim 20 % e desatrelando-se do pardau de sadis, que permaneceu igual a 300 reis e se volatilizou por isso em unidade imaginária. De igual modo o pardau de larins, que equivalia, de início, tanto ao xerafim como ao pardau de sadis, desprendeu-se de ambos, subindo para 450 reis

---

([70]) *Livro dos pesos da Ymdia*, pp. 15 e 25.

([71]) *Cartas A. A.*, t. II, p. 148 (5-V-1515).

([72]) Duarte Barbosa, p. 273.

([73]) P. 41 (a propósito da China). Ainda por outra via voltaríamos a encontrar o mesmo resultado: no tempo do vice-rei D. Luís de Ataíde (1578-1581) a tanga de 4,412 gr envilecida para 8,55 dinheiros de toque vale 60 reis, e o larim vale 90: por conseguinte, este pesa 5,13 gr, com o título de 11 dinheiros.

([74]) Segundo A. Corsali, em 1517 (Ramusio, t. I, f. 188), «Vagliano sei d'esse per uno ducato, e sei per uno saraffo». Como atribui 20 sadis ao xerafim, o larim equivaleria a 3 ½ sadis, o que se nos afigura muito pouco. O erro provém, com toda a probabilidade, de contar seis larins por xerafim, em vez de cinco, pois neste caso voltaríamos a ter os 4 sadis. António Tenreiro, em 1522 (cap. I, p. 6), avalia o faluz em 7 ceitis e a tanga larim em 3 vinténs (60 reis); esta elevar-se-ia assim a 51,4 faluzes ou 5,14 sadis, resultado sem dúvida exagerado: as bases não devem passar de estimativas grosseiramente aproximadas. É por meados do século que esta relação se estabelece.

([75]) Barreto Rèsende, f. 264 (B. N. Paris, Portugais, n.º 1).

([76]) *Lembrança das cousas da India*, p. 53.

([77]) *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 25.

([78]) O mitical de ouro vale, com efeito, 32 sadis no máximo e 30 ½ no mínimo, enquanto o mitical de prata se cambiava por 3 sadis e 3 faluzes (idem, p. 15).

([79]) *Orçamento* 1574, f. 4v.

([80]) *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 15.

em começos do século XVII; o larim está agora cotado em 90 reis ou 6 sadis, 2 faluzes e 5 dinares [81], enquanto valia 4 vinténs (80 reis) ou 5 ⅓ damasis em 1565 [82]. Cerca de 1584, segundo Barrett, 5 ¼ sadis (ou 6 ½ maidins de Alepo) equivaliam a um larim [83].

Xerafins de ouro e larins de prata persas embarcam frequentemente em Ormuz e Mascate nos navios que se dirigem para a Índia. Voltaremos a encontrá-los ao desembarcarem, quando lá estivermos por nosso turno. Todas as fontes insistem na extensão e no fulgor da irradiação destes estranhos larins que «sono come un pezzo d'argento lungo e addoppiato, battuto da ogni banda com stampa di lettere di Persia, e a queste si chiamano tanghus.» Qual a razão de tal triunfo? Corsali explica-a bem, quando diz que os Persas «Hanno anche una sorte di moneta di tanta finezza, e si buona, che corre per tutte le terre di queste parti, cosi nella India, e Arabia, come nella Persia.» [84]. Algumas décadas mais tarde, Van Linschotten sublinha o lucro seguro no envio de Ormuz para a Índia destas peças brancas que eram cunhadas em surpreendentes quantidades a fim de alimentar este importantíssimo tráfico [85]. A sua forma «comprida, terminando como que em dois raminhos ou pequenos tubos, com a marca de certos caracteres» (assim no-las pinta o Holandês) prestava-se admiràvelmente a escondê-las no turbante ou no vestuário — abre-te sésamo do paraíso do contrabando: não estará nessa forma um dos segredos do seu êxito e difusão? Os larins foram, na verdade, nos séculos XVI e XVII, «the chief currency of the traffic between the Western India coast and that Gulf [Pérsico], so much so that they became a standard of value in the Konkan and Dekkan, and were made there also, the Adil Shah dynasty of Bijapur adopting the pattern.» [86]. À sua cotação em Ormuz soma-se nas praças da Índia, como seria de prever, um ágio de câmbio (sarrafagem), variável mas inferior a 20 % em começos de Quinhentos, igual a 20 %, em condições normais, e muito superior a essa taxa nas alturas da partida das naus para Bengala e Malaca, a meio do século; «de maneyra que he como mercadoria, que alevamta e abaixa.» [87].

A princípio, os larins eram cunhados em Lar e em Ormuz, e aqui continuaram a sê-lo sob a autoridade portuguesa, em nome dos «reis» da ilha. Mas desde que os Turcos se instalaram em Bassorah, a meio do século XVI, emitiram-nos aí igualmente, com o «conio, o la stampa turchesca» [88]. Nas emissões desta cidade combinam-se a amoedação meridional e a amoedação persa, visto que se batem aí também xais (shahis), designação que neste caso indica aliás, na realidade, mahmudis (com cerca de 4 gr) [89]. No entanto não parece que os larins tenham atingido Baghdade [90].

Se a sua cunhagem acabou em Lar mesmo, com a tomada da cidade por Shah'Abbas o Grande, continuou em Ormuz e em Bassorah; os 'Adil Shahi de Bijapor mandarão igualmente cunhar esta espécie no século XVII, e as Casas da Moeda das Maldivas e de Ceilão também não terão escrúpulos de emitir larins. Uma procura tão forte através de todo o Oriente não suscitava apenas imitações

---

(81) *Orçamento* 1611, f. 5v.
(82) Mestre Afonso, p. 142 (ed. Baião).
(83) Hakluyt, t. VI, pp. 14-5.
(84) A. Corsali (1517), em Ramusio, t. I, f. 188.
(85) Cap. VI (p. 15).
(86) Codrington, *Musulman Numismatics*, p. 118.
(87) *Livro dos pesos da Ymdia*, pp. 25-6 (f. 16).
(88) Balbi (1580-1588), ff. 34v-35.
(89) Barrett (1584), em Hakluyt, t. VI, pp. 11-2; Pedro Teixeira, *Relación del camino* (1610), p. 77.
(90) Barrett, cit., pp. 10-1.

mais ou menos fiéis, um pouco por toda a parte: era uma mina para os falsificadores que proliferavam, batendo espécies de aparência idêntica mas evidentemente com liga exagerada de metais inferiores ([91]).

Sem jamais alcançarem a universalidade dos *reales*, os larins irradiaram de Bassorah até à China e às Molucas e tornaram-se indispensáveis às economias do Índico. Apesar de mais leves no século XVII, Tavernier ainda pôde constatar a amplidão da sua presença: se o seu curso efectivo e regular se restringira às imediações do golfo Pérsico, «néanmoins depuis Bagdat jusques dans l'isle de Ceylan tout le negoce se fait par larins». Na Arábia os emires obrigavam a refundir sob a forma de larins, ou pelo menos a cambiar por esta espécie, todas as moedas estrangeiras que entravam, o que acarretava aos viajantes e mercadores um prejuízo de 14,5 % ([92]).

O xerafim de ouro também não se limitava a circular por toda a Arábia e Pérsia (como mostra Corsali): escapulia-se ainda para dentro dos cofres dos navios que partiam para a Índia. A abundância tanto de xerafins como de larins foi tal em certas épocas que não havia navio entrado no porto de Ormuz que não carregasse estas espécies; a razão era que estas circulavam intensamente na Índia, e a uma cotação altíssima, conforme sublinhava Duarte Barbosa (p. 273) por alturas de 1515. Em 1522, por exemplo, uma nau trouxe de Ormuz para Goa o tributo anual: um cofre cheio de xerafins e outro de larins ([93]).

Anteriormente a meados do século XVI, o xerafim beneficiava de um ágio de 2 a 3 %. Em seguida, em razão provàvelmente da anemia dos fornecimentos de metal precioso que levaram ao empobrecimento do teor, passou a valer nos mercados indianos o mesmo que valia nos lugares de origem ([94]). Veio, é certo, a vencer esta crise de qualidade, mas tornou-se mais raro. No tempo de Balbi (f. 71v), isto é, em 1580-1588, está em posição favorável, em Goa, em relação ao larim. Vimos aliás que estes «nobres» vão desaparecer da grande circulação.

Em suma: do golfo Pérsico para a Índia, ao lado de um fio de ouro, corre caudaloso um rio de prata; do mar Roxo, ao invés, é um rio áureo que corre, ao qual se mistura um delgado ribeiro argênteo.

§ 2 — *A «sangria» da Europa pelo comércio do Levante*

Nada mais simples, é costume afirmar-se, do que o mecanismo das trocas entre a Ásia das Monções e o mundo mediterrâneo. Pois a balança comercial não foi permanentemente favorável ao mundo asiático, tendo sempre o Ocidente de tapar o déficit das suas transacções com metais preciosos ou espécies?

Tal mecanismo está já a funcionar no século I, e funciona ainda no primeiro quartel do século XIX. Os achados de moedas romanas na Índia testemunham-no de forma irrecusável, para os seus primórdios; os manuais de comércio, os livros de contabilidade das companhias, todas as fontes da época moderna confirmam a persistência. Durante séculos infindáveis, os países ocidentais suportaram uma sangria monetária contínua, teimosa, que beneficiou as cidades indianas aonde convergia e onde desaparecia este rio que nunca deixou de correr.

Trazida à plena luz da ribalta esta constante, julga-se ter ficado a saber tudo quanto vale a pena saber. Não se tenta, em geral, precisar quantitativamente

---

([91]) Sassetti, p. 347 (Goa, 9-XI-1585).
([92]) Tavernier, 1.ª Parte, Liv. I, cap. 12, e 2.ª Parte, pp. 589-90.
([93]) Castanheda, Liv. VI, cap. 17.
([94]) *Livro dos pesos da Ymdia*, p. 25.

tal transfusão monetária, apreender pelo número a sua contribuição à circulação e aos *stocks* asiáticos nem aos *stocks* e à circulação do Ocidente. Nem sequer é costume perguntar se os metais preciosos foram sempre os mesmos, ou se, pelo contrário, houve alternâncias, conflitos. Não teria havido, nesta prolongada hemorragia, fases do ouro e fases da prata? A razão das exportações de espécies para as exportações de mercadorias não teria variado? As mercadorias que viajam quer num quer noutro sentido não se teriam também modificado? Perguntas, não a que não seja possível responder ou para que ainda se não tenham encontrado respostas, mas sim que jamais são formuladas.

Segundo o doge Mocenigo cunhavam-se anualmente em Veneza, por alturas de 1423, espécies no valor total de cerca de um milhão de ducados. Para Inglaterra iam uns 100 000, o resto da Europa ocidental e central recebia outro tanto, enquanto as galés da Síria e do Egipto levavam um meio milhão, o mesmo é dizer, 50 % da amoedação veneziana; a circulação na própria Veneza e nas regiões vizinhas crescia de uns 300 000 ducados por ano. Então o movimento externo do comércio veneziano orçava por uns 10 milhões de ducados (95).

No ocaso do século XV, quando o tráfico veneziano das especiarias ainda não sofreu os embates da concorrência nem das guerras, os volumes de envios de metais preciosos e de moeda para o Levante eram francamente menores — tinham-se contraído de 20 a 30 %; as permutas de especiarias, seda e outras mercadorias asiáticas pelos produtos ocidentais devem ter-se avolumado em detrimento das compras de contado. Mas a crise que se desencadeou por volta de 1496 arrasta em breve uma nova diminuição dos envios de espécies, barras e pães metálicos. O quadro seguinte, conquanto incompletíssimo, revelar-nos-á as linhas gerais desta situação:

MOEDAS E METAIS PRECIOSOS ENVIADOS DE VENEZA PARA O LEVANTE
(valor em ducados) (96)

Ano	Galés de Beirute	Galés de Alexandria	Total
1423	—	—	500 000
1495	—	190 000	—
1496	130 000	220 000	350 000
1497	60 000	300 000	360 000
1498	70 000	240 000	310 000
1499	não se realizaram viagens		
1500	60 000 (sendo 10 000 para Chipre)	140 000	200 000
1501	—	120 000	—
1502	40 000 (97)	—	—
1503	—	100 000	100 000
1510	—	70 000	—
1528	250 000	—	—
1532	24 000	—	—

O empobrecimento dos resgates venezianos em fins do século XV e alvores do século XVI ressalta da comparação destes números, por parcelares que sejam:

(95) A fonte é Marino Sanudo o Velho. Cf. Ch. Terlinden, *Le port de Venise au Moyen Âge* («Revue des questions scientifiques», Julho 1910).

(96) Segundo Priuli, Malipiero e Marino Sanudo. Não julgámos necessário reter a distinção entre as espécies e metais preciosos *a nolo* e *in casse di mercadante*. Haveria que somar aos números apresentados os envios a bordo das naus (carracas), todavia a sua importância é muito menor.

(97) Dos quais 5 000 para Rodes e 10 000 para Chipre.

se admitirmos 350 000 a 500 000 ducados como valor anual dos envios monetários e metálicos antes da crise, regista-se em 1503 uma quebra compreendida entre 51 % e 75 %. Outros mercadores estavam a tomar as posições dos Venezianos: assim, para não falarmos dos Portugueses e nos restringirmos ao Mediterrâneo, uma nau genovesa desaferrou em Janeiro de 1500 para a Síria, levando a bordo 40 000 ducados de *contanti* ([98]); alguns meses depois, quatro «barcas» francesas faziam a viagem de Alexandria com «danari assai contadi» ([99]). É, portanto, razoável admitir uma «sangria» de ouro e prata pelas vias do Levante da ordem de meio milhão de ducados, excepto em prolongado período de declínio ([100]).

Qual era, à partida de Veneza, a composição da carga das galés de Beirute e Alexandria? Conhecêmo-la, embora imperfeitamente, em alguns casos.

Carga das galés de Beirute e Alexandria ([101])

Ano	Galés de Beirute	Galés de Alexandria
1495	«richissime al'usato et altri danari et robe assai».	Cobre em pães — *miera* 1100; Azeite — *botte* 500; etc.
1496	Naus «di la muda»: Cobre — *Miera* 300; fazenda e panos — pouquíssimos; etc.	
1498	Cobre em pães — *coffe* 164; Fazendas e panos para a Síria: *balle* 418; Estanho — *fardi* 22; Coral — 11 caixas; Âmbar lavrado: *balle* 7; Âmbar cinzento: *balle* 12; Cinábrio — *ci* 27; Mercúrio *ci* 35; etc.	Cobre em pães — *coffe* 1168; Chumbo — pr. 55; Fazendas e panos — *balle* 71.
1500	Uma nau genovesa: coral, cobre e *panine assai.*	4 «barcas» francesas: fazenda e panos, cobre e moedas.
1500	Fazendas e panos — *balle* 400; Estanho — *fassi* 112; Chumbo — *miera* 32; Cobre em pães — c. 354; Cobre em barras — c. 51; Fio de cobre — c. 33; Cobre lavrado — *balle* 9; Mercúrio — *balle* 248; Âmbar — *balle* 3; Coral — c. 17; Cinábrio — c. 256; Tecidos de ouro e de seda — c. 6; Cartas — *balle* 42; etc.	Fazendas e panos — *balle* 133; Cobre em pães — *chofe* 1234; Cobre em barras — *chofe* 40; Cobre lavrado — *chofe* 30; Fio de cobre — *chofe* 28; Cinábrio — caixas 307; Coral — caixas 9; «Sebelini armilini» — c. 4; Panos de seda — c. 7; Cristal — c. 3.
1501		Cobre em pães — *miera* 800; Fazendas e panos — *balle* 300; Estanho — *fassi* 130; etc.
1502	Fazendas e panos — *balle* 560; Cobre em pães — *chase* 233; Cobre lavrado — *chase* 5; Fio de cobre — *fassi* 12; Âmbar lavrado — *balle* 9; Âmbar cinzento — *balle* 3; Panos de seda — caixas 10; Contaria de rosário — barili 11; Cristal — caixas 13; etc.	

([98]) Priuli, I, p. 259.

([99]) Idem, II, p. 65.

([100]) No final do século XV, o viajante alemão Arnold van Harff avalia que os mercadores europeus levam anualmente para os mercados do Levante uns 300 000 ducados (citado por Strauss, no artigo já referido *Prix et salaires à l'époque mamlouke*).

([101]) Como sempre, segundo Priuli e Sanudo.

Galés e naus:

1503

Cobre — miera 1700 (*chasse* 2463)
Cobre em barras — *miera* 188;
Cobre lavrado — *balle* 76;
Fio de cobre — *fassi* 24;
Estanho — *fassi* 182; Mercúrio — *barili* 60;
Cinábrio — *barili* 78;
Sabões — caixas 378; Fazendas — *balle* 127;
Coral — caixas 1;
Tecidos de ouro e seda — *cassette* 4;
Cartas — *balle* 23; etc.

1528 Fazendas e panos — *balle* 367;
Tecidos de seda e ouro — caixas 65;
«Carisee» — *balle* 164;
Cobre lavrado — *balloni* 8;
Estanho — caixas 50;
Ferro — *mieira* 14;
Chumbo — *fassi* 4;
Coral em botões — caixas 3;
Âmbar lavrado — *barili* 5; etc.

1532 Fazendas e panos — *balle* 706;
Panos de seda — caixas 52;
«Carisee» — *balle* 679;
Cobre lavrado — ?;
Fio de cobre — *barili* 63;
Ferro — caixas 36;
Solimão — caixas 5; Estanho — caixas 296;
Coral — caixas 22; Cartas — *balle* 40; etc.

Essas espantosas sumas de geografia humana e económico-social do mundo oriental que devemos a Tomé Pires (1512-1515) e a Duarte Barbosa (cerca de 1516-1518) coincidem no traçado das correntes monetárias de que nos ocupamos. De Alexandria e do Cairo, de Trípoli de Síria, Beirute e Damasco, pelas escalas de Djeddah, Meca e Ádem, os mercadores muçulmanos e indianos importam para o Malabar e Cambaia, em grandes quantidades, cobre, vermelhão, azougue, aço, armas, açafrão, panos de escarlata, sedas, chamalotes de muitas cores e sortes (finos e doutros), tafetás, panos de lã de cores, alcatifas e tapetes de bons lavores, finos e de preço, chapéus, toda a sorte de contas de vidro, muitos vidros de espelho, água rosada, anfião (ópio) — e muita prata e ouro amoedados ([102]). À entrada do mar Roxo, Ádem era então o empório dos tráficos longínquos; de Judá (Djeddah), em proveniência do Egipto e da Síria, que por seu turno serviam em parte de intermediários, recebia consideráveis carregamentos de cobre, azougue, vermelhão, coral, panos de lã e tecidos de seda, enquanto em sentido inverso expedia especiarias e drogas, panos de algodão do Guzerate, etc. As naus e outros navios desaferravam de Ádem com destino aos portos guzerates carregadas de ópio, passas, cobre, azougue, vermelhão, água de rosas, panos de lã, veludos de Meca, chamalotes, ouro em espécies e não amoedado; traziam de retorno panos de algodão e pedras preciosas ([103]).

Uma viagem a Cambaia confirmará estas informações. Aí estão os mercadores do Cairo a desembarcar mercadorias de Itália e da Turquia vindas pelas escalas de Damasco e Ádem: ouro, prata, azougue, vermelhão, cobre, chamalotes,

([102]) *Suma Oriental*, vol. II, p. 332; *Livro de Duarte Barbosa* (ed. Trigoso), p. 259.
([103]) *Livro de Duarte Barbosa*, p. 262.

panos de lã de várias cores, vidros, armas, que mais ainda? ([104]) Se assistíssemos à azáfama no porto de Goa ou no de Calicute obteríamos análoga confirmação. Eis, por exemplo, uma terrada de Calicute que regressa do Estreito de Meca em Maio de 1512: transporta soldados rumis, e por isso não carregou mercadorias, mas traz também numerosas espécies ([105]).

Qual é a razão do movimento das moedas e metais preciosos para o movimento das mercadorias? Em 1500, Veneza expediu para o Levante carregamentos num valor total de 500 000 ducados, enquanto as espécies e barras de metais monetários representaram apenas 200 000 ([106]): razão de 2/3. Durante as fases de prosperidade, os envios monetários e metálicos é possível que tenham aumentado proporcionalmente mais do que os de mercadorias: vimos que chegavam a atingir o meio milhão de ducados; supondo constante o valor global das mercadorias, a razão seria então de 5/3.

Se compararmos o valor das espécies e barras que vão guardadas nos cofres das galés de Beirute e nos das galés de Alexandria, o primeiro mantém-se sempre muito inferior ao segundo; é frequente que não alcance sequer metade. É que, entre a rota do mar Roxo e a rota de Bassorah e Ormuz, um contraste ressalta, bem vincado. As especiarias que se encaminham para o golfo Pérsico são pagas com cavalos árabes e persas, seda persa e *moedas argênteas persas*, ao passo que as naus de Djeddah e Ádem as compram a troco de espécies venezianas ou turcas, por vezes egípcias ou árabes (repare-se que os mercados de Damasco e Beirute se abastecem em parte graças às caravanas de Meca, logo por Djeddah e Ádem). As mercadorias e o numerário que os Europeus desembarcam nas cidades sírias destinam-se, na sua maioria, ao consumo da própria Pérsia, e são em seguida as exportações de produtos persas que atraem as especiarias da Índia.

Com o desfiar do tempo, os elementos que compõem esta situação não permanecem imutáveis, e tais modificações vão colorir de tintas diversas o conjunto do quadro. É assim, por exemplo, que Marselha, cujos navios quase não apareciam nos portos sírios, entre 1480 e 1515, exportava então para o Egipto principalmente tecidos ([107]), enquanto a partir da década de 1560-70 as suas exportações para o Levante compreendem um terço em espécies sonantes. Nas contas de uma casa comercial relativas ao ano de 1593 esta parte sobe a quase 40 %. Em 1584 as importações de Marselha em proveniência do Levante orçaram por 4 milhões de escudos de ouro (moeda de França); o valor da contra-partida em numerário deve portanto situar-se entre 1 400 000 e 1 600 000 escudos; podia saltar, em certos anos de mais volumosas compras de trigo, até 2 milhões. A fuga das moedas para o Levante não parará de aumentar. Em 1611, o embaixador veneziano estima-a em 2 milhões ½. Segundo um *Avis au Roi* que circulou nos Estados Gerais de 1614, as transferências para a Itália e a Turquia, via Marselha, atingiriam 7 milhões — número que Montchrestien retém no seu *Traité d'économie politique* saído dos prelos no ano seguinte. Tais estimativas, um especialista da história marselhesa como Billioud apoda-as de fantasisticamente astronómicas ([108]), dado que a própria Veneza só exportava, por alturas de 1613, uns 5 milhões de ducados, segundo nos informa António Serra ([109]). Mas 7 milhões de escudos não chegam a fazer 6 300 000 *zecchini*, e o *Discourse of Trade* de 1621 indica que aquele porto francês envia para o Levante maior quantidade de numerário do que o empório do Adriático.

Se os números propostos tanto pelo *Avis au Roi* como por Montchrestien quanto à França e por Serra quanto a Veneza fossem exactos, a «sangria» da Europa pelo comércio levantino ultrapassaria 11 milhões de ducados por ano. É, evidentemente, tanto nos números franceses quanto nos números italianos que há que cortar. No quadro das exportações europeias para o Leste que Mun

---

([104]) *Suma Oriental*, vol. II, pp. 367-8.
([105]) *Cartas de A. Albuquerque*, t. I, p. 99 (de 18-XI-1512).
([106]) *Diarii di M. Sanudo*, vol. III, p. 736.
([107]) *Histoire du commerce de Marseille*, t. III, 1.ª Parte, cap. 8.
([108]) Idem, 2.ª Parte, cap. 1.
([109]) Citado por Braudel, *Méditerranée*, p. 362.

calculou em 1621 sobre os dados dos vinte anos anteriores completamente outra é a ordem de grandeza, muito mais plausível ([110]):

	Numerário Valor em libras esterlinas	Mercadorias
Marselha	500 000	pouquíssimo, quase nada
Veneza	100 000	alto valor
Holanda	50 000	pequena quantidade
Messina	25 000	
Soma	675 000	

É igualmente em números desta ordem que se detém Pedro Teixeira em 1610. Segundo ele, o comércio veneziano em Alepo orça globalmente por um milhão e meio de ducados; Veneza exporta para lá sobretudo panos de lã, tecidos de seda e brocados, cochinilha, e o resto são espécies argênteas, mas de Alepo vêm-lhe moedas de ouro. O comércio francês apenas movimenta no valor de 800 000 ducados; opera quase exclusivamente com prata. Os Ingleses utilizam pouco as moedas; exportam panos de lã londrinos, *kerseys*, chumbo, estanho, cobre, armas; ao todo, uns 300 000 ducados. O comércio holandês não representa senão metade do inglês ([111]).

A «sangria» opera-se agora por via de Marselha (mas a França aspira, por seu turno, a prata espanhola), enquanto Veneza, à margem da grande circulação de metal branco — como estão decadentes as minas da Europa central e oriental! —, teve que jogar no seu incremento industrial a fim de dispor de produtos de produção própria para exportar. Outra novidade: a presença holandesa.

Se aceitarmos os números calculados por Mun — que têm pelo menos a virtude de ser razoáveis —, concluímos que a fuga de espécies para o Levante ultrapassava um milhão e meio de ducados em média anual durante o primeiro quartel do século XVII. Triplicaria, pois, em relação ao fim do século XV e começo do XVI.

Qual é porém a razão do que fica retido nos mercados do Levante para o que é reexpedido para os mercados asiáticos? Alepo e Constantinopla enviam anualmente meio milhão de libras esterlinas para comprarem seda crua. Por Alexandria e Meca, são umas 600 000 libras esterlinas que correm para a Índia em pagamento das especiarias, do açúcar, arroz, tabaco e panos de algodão. As compras, no Levante, de mercadorias tais como coral, fazendas e panos, etc., pelos Persas, Mouros e Hindus andam por um valor global de tão só 40 000 a 50 000 libras esterlinas ([112]). Assim, não apenas nada fica retido do que a Europa para lá envia, mas até o império turco tem de tirar da sua amoedação própria, a fim de mandar para a Pérsia, Índia e Samatra, quase tanto quanto o Ocidente lhe fornece em trânsito para os mesmos destinos.

O meio milhão que corre anualmente da Europa para o Oriente ao findar a era de Quatrocentos e ao dealbar a de Quinhentos equivale, grosso modo, quer a 1 750 kg de ouro, quer a 20 500 kg de prata. Como a produção deste metal nas minas da Europa central e oriental anda, segundo Nef, por uns 84 000 kg por ano na fase do apogeu (1526-1535), tal fluxo representaria uma sangria de um quarto, se consistisse ùnicamente de prata. Mas a punção operada era, na realidade, muito mais considerável, visto que a recuperação mineira, que se começa a manifestar a meio do século XV, só se acelera depois de 1460 e apenas vem a atingir

([110]) *Discourse of Trade*, p. 15.
([111]) *Relación del camino*, pp. 180-3.
([112]) *Discourse of Trade*, p. 13.

aquele número ao abrir o segundo quartel do século XVI. Até 1450, o caudal da produção europeia reduzia-se ao quarto desse máximo, igualando a saca para Leste. Ignoramos o total da extracção de ouro na Europa. No decurso da primeira metade de Quatrocentos, as minas balcânicas de Novo Brodo (Nyeuberghe) teriam produzido, só por si, mais de 200 000 ducados anualmente; não se extraía porém apenas esse metal, e desconhecemos a parte que cabia à prata ([113]). Ignoramos também as quantidades de metal amarelo que as galés venezianas traziam da Barbaria; há todavia razões para crer que não podiam ser muito importantes (são-no, pelo contrário, sem dúvida em Génova); talvez não excedessem 25 000 a 30 000 ducados. Veneza abastece-se de ouro no próprio Egipto, que o recebe do Sudão e da Abissínia, mas a Senhoria torna a restituir-lho sob a forma de *zecchini*.

O milhão e meio de ducados que, durante o primeiro quartel do século XVII, se escoa anualmente para o Levante representa quer 5 250 kg de ouro, quer 64 300 kg de prata. A produção europeia de metal branco reduz-se agora a uns 21 000 kg por ano, de acordo com a estimativa de Soetbeer que Nef aceita. É precisa a contribuição dos galeões e frotas vindos do Novo Mundo para, não obstante as suas falhas, colmatar esta brecha — o que aliás é fácil, porquanto de lá vêm por ano uns 200 000 kg.

O problema está, por conseguinte, em averiguar qual dos dois metais — ouro ou prata — predomina nos envios monetários e metálicos da Europa para as escápulas asiáticas. Questão difícil. Aliás a resposta deve provàvelmente variar consoante as épocas e as circunstâncias.

Em 1510 (Setembro ou começos de Outubro), os Portugueses tomam, ao largo do monte Deli, uma nau que vem de Ádem, opulentíssima com uma carga de água rosada, coral, panos, etc.; os mercadores — judeus, ao que parece —, que viajam a bordo trazem consigo uns 10 000 xerafins de ouro ([114]). Que numerosos eram os ducados a circular na Índia, para onde se vasava também caudalosamente o fulvo metal de Samatra, Sofala e outras proveniências, como o Cairo, que reexportava avultadas quantidades em pedaços: tais são as informações que Albuquerque manda ao rei em 1512 ([115]). Durante a segunda metade do século este quadro não se modificará. Em Goa e Cochim vemos a cada passo os *zecchini* venezianos e os sultanis turcos, uns e outros de ouro, mais apreciados no segundo daqueles mercados, onde valem 10 tangas, enquanto no primeiro valem só 9 ½: diferença que provoca uma corrente do norte para o sul ([116]). São os navios indianos que, ao abrigo dos «cartazes» passados pelas autoridades portuguesas, fazem o tráfico entre o Malabar e o mar Roxo, e os navios mouros que fazem o contrabando das especiarias com destino a Meca, que trazem para a Índia as peças áureas da Sereníssima e da Sublime Porta; no caso desses contrabandistas (do ponto de vista do direito português de então), como a chegada a porto de salvação é questão de velocidade, excluindo portanto toda a carga pesada e volumosa, os ducados e os sultanis constituem quase por completo o frete de retorno ([117]).

Testemunhos concordes provam indiscutìvelmente a primazia do *zecchino*. Segundo o cronista João de Barros, feitor da Casa da Índia, referindo-se ao ano de 1502, «quanta moeda d'ouro os Mouros levavam [do Cairo a Calicute e a toda a costa do Malabar] pera compra dela [especiaria], tudo eram ducados venezianos.» (*Década* I, Liv. VI, cap. 2). Josef o Índio não informara os Portugueses, em 1501, do favor de que gozavam as moedas de Veneza no reino do Samorim? (Montalboddo, Liv. VI, p. 236). Ao relatar a primeira viagem do Gama, Sernigi indica o numerário que corre na principal cidade do Malabar: são, antes de mais os xerafins do Soldão do Egipto, mas também alguns ducados venezianos, e até

([113]) Bertrandon de la Broquière, pp. 214-5 (e a nota de Scheffer).
([114]) Empoli, carta de 1514 («Arch. Storico Italiano», III, apêndice 46).
([115]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 438.
([116]) Balbi (1580-1588), ff. 71 e 77.
([117]) Sassetti, carta de 9-XI-1585, Goa (pp. 346-7).

genoveses (Montalboddo, p. 154). Em 6 de Fevereiro de 1525, o feitor das mercadorias de Cochim recebe do feitor em Diu, além de peças de veludos de Meca e outros tecidos e de 140 pardaus em tangas de 5 por pardau, 200 ducados de ouro venezianos (T. T., C. C., II-123-176).

Quando tais determinantes não pesavam na escolha do metal precioso, as preferências voltavam-se porém, ao que parece, para a prata.

É a sua saca para o Levante que Villani põe em causa, a propósito da crise monetária florentina de 1345: «havendo in Firenze grande difette e nulla moneta d'argento, se non la moneta da quattro, che tutte le monete di argento si fondieno, e portavansi oltra mare» (118). Bem mais viva ainda é a luz que projecta a política monetária da Sereníssima sobre este mecanismo do comércio do Levante. Em 1284 estabelece-se a equivalência de 18 ½ *grossi* de prata e de um ducado de ouro, ou seja, uma razão de 11, aproximadamente, entre os dois metais. Esta razão será mantida com firmeza até 1328, apesar da alta europeia do metal amarelo (razão de 13 em 1311, contra 11 um quarto de século antes). Veneza aguenta assim um valor demasiado elevado do metal branco, com o fito, é evidente, de o atrair a si e de dispor deste modo das quantidades necessárias às suas compras no Egipto e na Síria. Tal é a explicação proposta por R. Cessi, inteiramente plausível, não obstante algumas reservas levantadas por Luzzato. Em 1328, sem modificar fosse no que fosse os caracteres intrínsecos das espécies, a Senhoria teve de ajustar a razão ao nível geral, como seria de esperar: 24 *grossi* por um ducado. Mas o grosso vai valorizar-se constantemente. Já em 1335 deixou de circular como moeda, ao valor legal: transformara-se em mercadoria cujo tráfico fornecia ensejo à realização de lucros. Os grossos escapuliam-se para o estrangeiro, e por fim a Sereníssima teve de suspender a sua cunhagem, em benefício dos *mezzanini* e *soldini*, suas fracções, cujo título é inferior ao do grosso 10 %. Luzzato explica esta subida do metal argênteo pelo aumento da oferta de ouro resultante de maior afluxo, por um lado, em proveniência do mar Negro graças ao incremento do comércio de Tana, onde avultados são os ganhos no tráfico de escravos exportados para o Egipto, por outro lado, com as primeiras importações do pó *tibar* africano. Na realidade, há que atribuí-la também à crescente anemia, tão considerável, da mineração da prata na Europa. Esses são os factores que levam em 1379 ao abandono da imutabilidade intrínseca do grosso e ao triunfo do ducado como padrão de valores (119). É talvez a partir de agora que Veneza desenvolve a exportação para Leste dos seus *zecchini*, cunhados com o metal que adquire no Egipto; este movimento durará até meados do século XV, quando os *Tedeschi* descerem de novo com o branco metal.

No decurso da segunda metade do século XVI, quando as altas pressões metálicas se situam no México e no Peru e, através da escala de Sevilha, a prata espanhola conquista todos os mercados mundiais, cabe a vez aos *reales* de dar leis tanto nos empórios do Levante como na rota do Cabo. Facto bem conhecido (120). Bastar-nos-á, por isso, aqui, aduzir que em 1608 a administração portuguesa, pretendendo simultâneamente desviar por Ormuz e pelo Cabo a seda persa que até aí afluía à Europa passando pela Turquia, e impedir o fornecimento do Levante em especiarias pela via do golfo Pérsico, alega como razão fundamental que deste modo se evitaria a entrada de *reales* no império turco, onde alto é o seu valor (121).

As moedas de ouro continuam, todavia, a seguir pelas vias do Estreito de Meca e do golfo de Ormuz para a Índia. Voltaremos a este ponto. Por agora, citemos apenas dois sintomas, bem reveladores. Para fins do século, em Goa, as autoridades portuguesas encaram muito a sério o lançamento de emissões de «venezianos» e de larins (persas) (122), aqueles de ouro, estes de prata. É a prova de que os *zecchini* são indispensáveis à circulação monetária oriental — e sem

(118) Giovani Villani, *Histoire Fiorentine*, XII, cap. 52 (já citado por Homar, *Circolazione*, p. 138).

(119) Gino Luzzato, *L'oro e l'argento*.

(120) Ver, por exemplo, Braudel, *Méditerranée*, 2.ª Parte, cap. 2.

(121) *Monções*, t. I, p. 200, n.º 75 (Lisboa, 15-III-1608).

(122) AHU, n.º 281, f. 258 — carta de Madrid 3-III-1594. O rei recusou, sem dúvida por razões de prestígio.

dúvida de que bem proveitoso é dispor desse instrumento de trocas. Alguns anos mais tarde, Pyrard de Laval viu correr, no que respeita a moedas de ouro, tão-só xerafins, venezianos e sãotomés ([123]). Assim Veneza continua presente, graças aos seus *zecchini* tão apreciados e invejados, nos mercados orientais; as suas áureas espécies eclipsam mesmo as do Grão Turco.

As listas dos carregamentos das galés venezianas chamam a atenção para outro metal cujo papel é ao mesmo tempo monetário e estratégico: o cobre. Quer em pães quer em barras, seja em fio ou lavrado, as galés da Sereníssima como as naus de Génova descarregam-no a cada viagem em Alexandria e Beirute. Em seguida, por via do mar Roxo, encaminha-se para a Índia, em companhia do cobre egípcio ou sudanês — o Egipto vive então sob o signo da moeda de cobre. Quando, em 1513, a armada de Albuquerque entrou no Estreito de Meca, estavam ancoradas na ilha de Camarão quatro grandes naus do Soldão, e em terra estava desembarcada mercadoria que se destinva à Índia: ora, os Portugueses puderam apoderar-se de importantes quantidades de metal fundido em pães de consideráveis dimensões, assás mal formados. Os Judeus do Cairo que acompanhavam o governador português informaram-no de que se tratava de produtos das fundições dessa capital mameluca, feitos com as moedas de cobre egípcias; tinham-lhes ligado chumbo, devido à falta daqueloutro metal — as galés e naus mediterrâneas já não acorriam numerosas como outrora, a Alexandria, a fim de comprarem as especiarias. Os mercadores hindus lastimavam-se de terem deixado quase de receber cobre do Cairo: é que estava aí tão caro como na própria Índia, porquanto Veneza e a Turquia tinham interrompido a sua exportação em consequência da guerra que entre ambas se ateara e da carestia das especiarias e outras mercadorias asiáticas nos mercados mamelucos ([124]).

Uma carta de Alexandria, de 1524, transmitindo ao empório adriático a procura das escápulas asiáticas, enumera: muito coral da Barbaria, âmbar cinzento, âmbar lavrado, cobre em pães, fustões, panos de várias sortes, «carisse» (*kerseys*, lanifícios grosseiros de fibras compridas) ([125]).

§ 3 — A rota do Cabo — tradições e inovações

O descobrimento e o traçado em carreira regular do caminho marítimo para a Índia não podiam por si sós, pelo menos ao princípio, alterar as realidades de base do mecanismo das transacções. Um apanhado dos carregamentos de três das armadas portuguesas que fizeram a viagem de Lisboa a Cochim tornará patente tal persistência:

Exportações de Portugal para o Oriente ([126])
(em quintais, salvo indicação expressa)

Ano	Cobre	Cinábrio	Mercúrio	Coral	Chumbo	Moedas e metais preciosos
1504	2 800	300	300	6 500 *bottoni*	500	30 000 cruzados
1505	3 500 a 4 000	60	30	42 quintais	150 a 200	80 000 »
1506	4 000	600 a 700		5 000 *bottoni*	150 a 200	40 000 »

([123]) *Voyages*, t. II, p. 102.
([124]) *Cartas A. A.*, pp. 222 e 244 (4-XII e 15-XII-1513).
([125]) Carta de Antonio da Molin, 14-IV (*Diarii di M. Sanudo*, t. XXXVI, p. 436). A África Negra, essa, pedia sobretudo cobre em barras.
([126]) Segundo Cà Masser, *Relazione* (ed. Peragallo), pp. 68-77.

O relatório de Vincenzo Quirini, apresentado em 1506, enumera, no capítulo das mercadorias, exactamente as mesmas, atribuindo-lhes o valor total, em média, de 25 000 cruzados; quanto aos envios de numerário e de metais preciosos, orçariam por 65 000 ou 75 000 cruzados.

Vasco da Gama, ao regressar a Lisboa da sua primeira viagem, informou que o Samorim — ou antes, os mercadores de Calicute — pedia ouro, prata, coral, escarlatas ([127]).

O escoamento de espécies e metais preciosos de Portugal para o Oriente não parece ter-se avolumado no decurso da primeira metade do século XVI:

Ano	Cruzados	Fonte
1504	30 000	Cà Masser (citado), para os três primeiros anos
1505	80 000	
1506	40 000	
1521	32 441	Registo da Casa da Moeda de Lisboa
1524	100 000	*Diarii di M. Sanudo*, XXXVI, p. 352; Simancas, Estado 368 (de Juan de de Çuniga, Évora, 28-III-1524)
1525	27 886	Registo da Casa da Moeda
1528	200 000	Barreto Rèsende, Liv. I, f. 26 (B. N. Paris, Portugais 36)
1531	28 418	Registo da Casa da Moeda
1533	135 000	M. Sanudo, LVIII, p. 459: partida de 9 naus «con 15 milia ducati per una». A multiplicação exagera possìvelmente o total.
1535	80 000	*Anais D. João III*, t. II, p. 243 (segundo os livros do Vèdor da Fazenda)
1546	30 000	*Livro das mercês de D. João de Castro*, ff. 60v-61v (Bibl. da Ajuda)
1551	40 000	*Anais D. João III*, t. II, p. 288.

Primeira constatação, já por si plena de consequências: os envios anuais com destino ao oceano Índico não ultrapassam geralmente 80 000 cruzados (os números altos de 1524 e 1528 explicam-se por considerações políticas). Quão longe estamos do meio milhão que se escoa da Europa pelas vias do Levante, e isto para um volume de comércio das especiarias sensìvelmente igual! Assim, durante este meio século, a rota do Cabo foi muito económica no que respeita às moedas e metais preciosos. 80 000 cruzados é muito menos do que o ouro da Mina rende só por si à coroa; e falámos de um máximo, a dominante anual situando-se em metade daquela soma, ou seja, nuns 40 000 cruzados. Os números relativos ao tráfico veneziano, bem diferentemente, oscilam entre 500 000 e 350 000 ducados durante os anos de prosperidade, e jamais descem abaixo de 100 000 nos anos de depressão; nestes surgem concorrentes a aproveitar da fraqueza de Veneza: os navios genoveses, ragusanos, marselheses, catalães dirigem-se então a Alexandria e Beirute com os cofres a abarrotar de numerário sonante e de metais preciosos. É certo que nos portos levantinos não se compram apenas os produtos orientais: naus e galés embarcam também algodão, açúcar, trigo, sal da produção regional.

Qual é a parte que cabe às espécies e metais preciosos no valor global dos carregamentos que saem do Tejo com destino a Cochim e Goa? Segundo Quirini, em 1506, cada armada valia, à ida, entre 90 000 e 100 000 cruzados, reduzindo-se a parte das mercadorias a uns 25 000, ao passo que ao numerário e às barras metálicas cabem 65 000 a 75 000 ([128]): 25 % a 27,7 % para aquelas, contra 75 % ou 72,3 % para os últimos. O valor das mercadorias vai aumentar ràpidamente, e o seu quinhão crescer. Já em 1513 Albuquerque avalia nuns 100 000 ou 200 000 cruzados as mercadorias chegadas de Portugal — observando que é

([127]) *Roteiro da viagem de V. da Gama* (ed. Fontoura), p. 63.
([128]) Alberi, t. XV, p. 6.

ainda pouquíssimo, em vista de se ter estancado a rota do mar Roxo ([129]). Em 1524, num valor global de uns 350 000 cruzados, cabem ao dinheiro de contado uns 100 000 — menos de um terço ([130]).

De 1522 a 1557, a carga corrente de uma nau à ida de Lisboa para Cochim ou Goa vale cerca de 50 000 cruzados; como as armadas contam em média 7 unidades, a carga total atinge o valor de uns 350 000 cruzados; como o máximo das exportações monetárias e de metais preciosos é tão só de 80 000 cruzados, e a moeda se reduz a 40 000, chegamos a uma razão de 11,4 %, ou, se preferirmos os casos mais desfavoráveis, de 23 %. Eis-nos bem longe dos 5/3 do comércio do Levante, ou até dos 2/5 dos anos em que o quinhão monetário e metálico se atrofia.

Esse rio caudaloso de espécies e metais preciosos correndo de Lisboa para as Índias Orientais, essa hemorragia implacável, a longo prazo mortal, da economia portuguesa: ei-lo reduzido, durante a primeira metade de Quinhentos, a delgado ribeiro. Não devemos por isso descurar de distinguir as suas nascentes e de medir o caudal respectivo: nascente do ouro, nascente da prata. Os historiadores não se têm interessado muito por esta questão, todavia fundamental. Falam-nos apenas, geralmente, de ouro, em termos assás vagos. R. Ricard ([131]) e F. Braudel ([132]) supuseram até que o fulvo metal da Mina e de Guiné teria servido aos Portugueses de meio de pagamento nas compras de especiarias e pimenta asiáticas. Acautelemo-nos, porém, antes de mais, contra o tomar como movimentos do ouro os envios contabilizados em cruzados ou em ducados: é a unidade que serve sempre à contabilização de somas consideráveis, ou de preços importantes, qualquer que seja na realidade o metal empregado na transacção.

Ouro? Incontestàvelmente. As naus que partem do Tejo para os índicos confins levam-no a bordo na maioria das vezes. Quando em 1500 Miguel, o antigo gentio agora convertido, parlamenta, em nome de Cabral, com o rei de Cochim, a fim de o convencer a aceitar o trato com os Portugueses, lança-lhe como isca a perspectiva de enormes quantidades de mercadorias de boa qualidade e faz cintilar ante seus olhos as moedas áureas que o seu reino receberá de Portugal ([133]). Porque as naus já quase tinham feito o pleno da carga em Cochim, Cabral apenas embarca um pouco de gengibre e canela em Cranganor; o rei desta cidade, receando que a modéstia das compras resultasse da escassez de dinheiro, oferece vender a crédito: para o desenganar, o capitão português manda-lhe mostrar dois ou três cofres ainda cheios de peças de ouro ([134]). Em 1504, o soberbo presente entregue por Lopo Soares ao rei de Cochim compreende 20 000 cruzados de ouro *em ouro* ([135]); o futuro mostrou que tal dádiva era bem merecida e compensou largamente o seu custo. Quando do ataque a Ádem, em 1513, um cavaleiro que pretendia ser o primeiro a pôr pé em terra, Garcia de Sousa, deu ao patrão da nau em que ia cinco portugueses (moeda de ouro que vale dez cruzados cada peça) para que este lhe facilitasse tal satisfação ([136]). Em 1532, a armada da costa do Malabar, que aparelhara a 20 de Agosto, só pôde levantar âncora em 22 de Outubro: é que faltava o dinheiro para comprar os mantimentos de boca, e por isso houve que esperar pela chegada da nau

---

([129]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 244 (Cananor, 15-XII-1513).

([130]) *Diarii di M. Sanudo*, t. XXXVI, p. 352 (carta de Francesco de la Faetà, Lisboa 8-IV: «questa armata costerà ducati 350 milia, di che ducati 100 milia levano contanti.»

([131]) «Revue d'Histoire Moderne», Out.-Nov. 1939.

([132]) No seu artigo *De l'or du Soudan à l'argent d'Amérique*.

([133]) Barros, *Década* I, Liv. V, cap. 8.

([134]) Barros, *Década* I, Liv. V, cap. 9.

([135]) Gaspar Correia, *Lenda* I, 2.ª Parte, pp. 500-1.

([136]) Barros, *Década* II, Liv. VII, cap. 9.

Santiago, vinda do Reino, de cujos cofres se tiraram as moedas de ouro — portugueses — que se cambiaram pelas moedas correntes na praça ([137]).

O mestre da nau *Rainha de Belém* recebeu em Lisboa, em 1507, da Casa da Índia, 3 000 cruzados, que entregou ao feitor de Cochim ([138]). Em 1516, a nau *Nazaré* levou 4 200 cruzados (é certo que levou também 3 040 marcos de prata) ([139]). A João de Paz, feitor da nau *Espírito Santo*, a Casa da Moeda de Lisboa, em 1521, confiou 184 marcos, 6 onças, 3 oitavas e 26 grãos de ouro fino em arries, marcados, que tinham sido fundidos na suas oficinas com metal trazido da Mina pela caravela *Cirne*, chegada em 6 de Março ([140]). A 14 e a 23 de Março de 1525, o Tesoureiro da Moeda entregou aos capitães das naus que iam partir para a Índia 143 marcos, 5 onças, 6 oitavas e 48 grãos de metal amarelo em arries e, em espécies sonantes, 6 967 cruzados; uma parte (92 — 6 — 1 — 12 em arries e 17 cruzados) perdeu-se quando a nau capitaneada por Francisco d'Anhaya deu nos cachopos ([141]). Todo o ouro trazido de São Jorge pelas caravelas *Conceição* e *Santa Marta* em 27 de Março de 1531 deu de novo entrada em Outubro na Casa da Índia, uma parte em arries de 23 quilates e 6 oitavas de teor — 269 marcos, 4 onças e 48 grãos —, outra amoedada — 11 202 cruzados —, a fim de constituir o cabedal destinado a Cochim e a Goa; a nau que levava as barras, e que era a capitaneada por Manuel de Macedo, chegou a salvo ao seu destino, mas a outra, de que era capitão João Vaz, a quem tinham sido confiadas as espécies, viu-se obrigada a regressar ao porto de partida, e os cruzados voltaram para a Casa da Moeda de Lisboa ([142]). A pedido da Casa da Índia, 48 — 2 — 1 — 48 de ouro em arries foram, em Janeiro de 1541, a afinar, a fim de seguirem para Cochim ([143]). Em 1553, duas das naus que desaferraram com destino à Índia, a *Ascensão* (capitão Belchior de Sousa) e a *Santa Maria da Barra* (capitão Rui Pereira da Câmara) tiveram de tornar ao Tejo; os cofres da primeira continham 43 — 5 — 2 — 36 de ouro de diversas leis, e os da segunda 43 — 5 — 0 — 50, igualmente de títulos diversos. Reduzido todo a arries de 22 quilates e 1 oitava de teor, em que montaram 93 — 1 — 1 — 10, este ouro voltou amoedado à Casa da Índia em Fevereiro do ano seguinte: 5 991 cruzados ([144]). Foi do ouro chegado da Mina que, neste mesmo ano de 1533, a Casa da Moeda fundiu 44 — 1 — 6 — 03 em arries marcados a 22 quilates e 1 oitava, que foram entregues ao tesoureiro da Casa da Índia em 21 de Março para serem enviados para o Oriente ([145]). A expedição mais importante de espécies de ouro parece ter tido lugar em 1528: os 200 000 cruzados que Nuno da Cunha levou consigo eram todos, a acreditarmos numa fonte muito posterior, em moeda de portugueses ([146]). Trata-se de um esforço financeiro excepcional, exigido pelo problema político e militar que Diu punha.

Confirma-se assim a ideia de Ricard e Braudel, de que o ouro da Mina era em parte (não quantiosa, aliás) reexpedido para o oceano Índico. Mas nos cofres das naus iriam tão-só arries e espécies do fulvo metal? Serão até esses envios os mais importantes, ou, pelo contrário, é maior o quinhão que cabe à prata?

Em Moçambique, quando da sua primeira viagem, o Gama contrata pilotos mouros (malemos), aos quais dá 20 cruzados em ouro e 20 tostões em prata a cada ([147]) (quantias que valem respectivamente 8 000 e 2 000 reais). O corretor mouro de Melinde recebe um cordão de ouro, no valor de 30 cruzados, e 100 tostões. A cada um dos dois malemos pagaram-se 50 cruzados. Como o rei mirava com viva curiosidade estas moedas, o capitão-mor ofereceu-lhe 10 portugueses. No mercado de Melinde os navegadores pagaram as suas compras com tostões, e ao condenado que aí deixou Vasco da Gama deu 50 tostões. Estas peças argênteas, de 100 reais cada, valiam aí, com efeito, o dobro do que em Portugal. Depois da travessia do oceano, ao avistarem o monte Deli, o capitão-mor pre-

---

([137]) Carta de Cochim, 6-I-1535 (em *Trabalhos Náuticos*, t. II, p. 26).
([138]) *Cartas de quitação D. Manuel*, n.º 457.
([139]) Idem, n.º 233.
([140]) Casa da Moeda, Livros do tesoureiro, n.º 831, f. 36.
([141]) Idem, n.º 834, f. 3r-v.
([142]) Idem, n.º 840, ff. 6 e 7.
([143]) Idem, n.º 834, f. 50.
([144]) Idem, n.º 851, f. 4, 4, e n.º 848, ff. 14r-v e 20.
([145]) Idem, n.º 848, f. 13v.
([146]) Barreto Rèsende, Liv. I, f. 36.
([147]) Gaspar Correia, I, pp. 37-8.

senteou cada um dos pilotos mouros com 10 tostões, em sinal de gratidão [148]. São vinténs, igualmente de prata, que os pescadores de Calicute ensaiam com os dentes, a fim de verificarem se os Portugueses lhes pagam o peixe que compraram em metal verdadeiro; e as compras de géneros na praça dessa cidade foram pagas em vinténs e meios vinténs [149]. A Monçaide, esse mouro de origem andaluza que o ajudara, o Gama deu 5 portugueses [150].

Entrada em contacto com os mercados do Índico, a viagem de Vasco da Gama não podia deixar de ser fundamentalmente uma missão de informação com vista a viagens ulteriores. E de facto, em Calicute, o capitão-mor mandou desembarcar amostras das várias mercadorias — coral, vermelhão, azougue, alambéis —, bem como moedas: portugueses (5 peças) e cruzados (50), quanto ao ouro, tostões (100 peças), quanto à prata. Inútil dizer que, por ordem do Ministro das Finanças do Samorim, um cambista pesou-as todas e verificou o seu toque, fixando a cada espécie o seu câmbio; este preço era superior ao que valiam em Portugal [151]. Graças a tais informações, a Casa da Guiné e da Mina que, por então, administrava a nova rota, pôde fixar os metais e as espécies que convinha enviar para o Malabar. Por isso lançou-se em 1499 — para a viagem de Cabral — uma nova moeda de prata com um nome que só por si diz tudo: *índios*, imitação dos *marcelli* venezianos — e a escolha do modelo não é menos significativa; talhados a 70 em marco, cada peça pesava 3,28 gr e valia um terço de tostão, ou seja, 33 reais. Deles voltaremos a falar.

Em 24 de Junho de 1503 aparelhou em Honfleur, com destino às Índias Orientais, um navio cujo capitão, Gonneville, e dois dos outros armadores costumavam tratar em Lisboa; tinham formado esse projecto ao verem aqui «les belles richesses d'épiceries et autres raretés». Quanto à escolha da carga, fizeram-na «de mesme qu'ont accoustumé s'en charger les Portugallois, pour estre par delà et sur la route des choses de meilleure traficque»; ora o que escolheram foi, de acordo com o modelo português, moedas e metais preciosos: «argent monoyé qu'ils avoient sceu estre de receutte en Indie [plus] que l'or» [152].

As espécies brancas são, por conseguinte, melhor acolhidas no Malabar do que as amarelas. Quirini, no seu relatório de 1506, contrapõe, na composição dos carregamentos das naus que partem para a Índia, os 25 000 ducados em cobre e mercadorias aos 65 000 ou 75 000 em prata tanto em arries como amoedada (Alberi, t. XV, p. 6). Metal branco: nem uma alusão sequer ao ouro. Não quer isto dizer que não se continuasse a enviar ouro, vimos já que sim; outro facto o prova. Em 1513 as naus do Reino chegam a Cochim só com prata, sem o outro metal precioso: o que levou o feitor da carga a pedir ao governador que viesse de Cananor, onde estava, para resolver os problemas que se levantaram [153]. Até aí, portanto, o ouro acompanhava apesar de tudo o metal branco. Mas este estava a adiantar-se ao primeiro, e tendia a encher inteiramente os cofres das naus. Estava-se então na época em que Albuquerque fomentava a aquisição de pimenta por escambo de mercadorias diversas — «que foi a mayor cousa que se imda fez na India» (*Cartas A. A.*, t. I, p. 133).

Tentemos avaliar numèricamente a parte de cada metal. Dos 80 000 cruzados arrecadados em 1535 nos cofres das naus que partiam para Cochim, 30 000 eram

---

[148] Idem, pp. 52-3, 62, 67 e 68.
[149] Idem, p. 72.
[150] Idem, p. 112.
[151] Idem, pp. 89-90.
[152] *Les Français en Amérique pendant la première moitié du XVIe siècle*, pp. 26 e 29-30.
[153] *Cartas A. A.*, t. I, p. 189 (Cananor, 3-XII).

em *doblones* espanhóis ([154]), ou seja, 37,5 %, sendo o resto em prata e letras de câmbio. Ano de percentagem elevada, todavia? Eis a lista de tudo quanto o feitor real em Cochim recebeu durante seis anos e meio (de 22-X-1510 a 22-II-1516 e de 1-I-1517 a 28-II-1518), destinado à compra de pimenta e especiarias:

Azougue	810 quintais	e 23 arráteis
Chumbo	3 883 »	e 25 »
Coral	357 » ,	1 arroba e 16 arráteis
Cobre	26 798 » ,	1 » e 4 »
Estanho	391 » ,	3 arrobas e 8 »
Ouro	33 marcos,	1 onça, 2 oitavas e 3 quartos
Prata em barras	16 109 » ,	7 onças, 2 » e meia
Veludos	1 354 côvados	
etc. ([155])		

Ou seja: 7,612 kg de ouro e 3697,255 kg de prata — o peso do primeiro representa tão só 0,2 % do peso do segundo; mesmo a razão entre os valores fica entre 2 e 2,5 %. Saltemos no tempo três decénios: em 1551, como era de regra, nenhum particular foi autorizado a enviar para o Oriente, nem a levar consigo (no caso de ser passageiro), moedas de prata ou barras deste metal; os 40 000 cruzados que o Estado transfere efectivamente pela armada deste ano só podem ser em espécies argênteas ([156]). Fluxo de prata, não de ouro: tal é a conclusão que parece impor-se. A quitação passada ao feitor da nau *Nazaré* que fez a viagem em 1516 não é que a desmentirá: nos seus cofres contam-se, é certo, 4 200 cruzados, mas também 3 040 marcos de metal branco ([157]), cujo valor monta (o cálculo é fácil, pois o marco vale então 2310 reais) a 17 556 cruzados: quatro vezes mais prata do que ouro. Examinemos, no entanto, os registos da Casa da Moeda de Lisboa.

Prata e ouro entregues pela Casa da Moeda à Casa da Índia
para serem enviados para a Índia ([158])

	PRATA		OURO		
	Peso (marcos)	Valor (cruzados)	Arries (marcos)	Moedas (valor em cruzados)	Valor total (cruzados)
1517	4395	25 710	184-6-3-26		11 943
1518	2000	11 700	143-5-6-48 (= 9 198 cruzados)	6 967	16 165
1521	3504-4-5	20 501			
1525	2004	11 721	269-4-0-48 (=17 216 cruzados)	11 202	28 418
1531	493-2-6	2 884	48-2-1-48		
1541					
1555	5297	33 278			

Quadro que de pouco nos serve. Mas as desilusões não se acumulam em razão do estado lamentável em que chegou até nós a documentação quinhentista — e das mais lamentáveis perdas que a mutilaram irremediàvelmente? Um pequeníssimo número de anos, e dados demasiado incompletos em relação aos anos que escaparam. Em 1525 e em 1531 a Casa da Moeda entrega aos capitães das naus da Índia muito mais ouro do que prata. Ao invés, em 1517, 1518 e 1555 não é entregue qualquer arriel nem peça de metal amarelo, e em 1521

([154]) *Anais D. João III*, t. II, p. 243.
([155]) *Cartas de quitação D. Manuel*, n.º 657.
([156]) Livro IV do Conde de Castanheira (*Anais D. João III*, t. II, p. 288).
([157]) *Cartas quitação*, n.º 233.
([158]) Casa da Moeda de Lisboa, n.º 828, f. 69v; n.º 829, f. 3; n.º 831, ff. 185r-v e 36; n.º 834, ff. 163r-v e 3r-v; n.º 839, ff. 6, 7 e 110; n.º 843, f. 50r-v; n.º 848, ff. 13v e 140-141.

a quantidade de metal branco vale quase o dobro do que vale a do primeiro metal. O tesoureiro, ou antes o seu escrivão, terá porém registado sempre as barras ou peças que embarcavam? Não é de modo algum certo, mas é, apesar de tudo, provável. Simplesmente, nem de todas as vezes esse registo revestiria a mesma forma, entraria na mesma rubrica. Nas listas da «Prata de partes» encontramos transferências em massa a favor da Casa da Índia. Por exemplo, em 1517, dos 25 700 marcos recebidos de mercadores, 20 060 foram transferidos para a conta do tesoureiro da Casa da Índia, e no ano seguinte foram 18 100 em 24 300. Para pagamento das compras de pimenta e outras especiarias, sem dúvida; nada prova, todavia, que essa prata entrasse depois nos cofres das naus que desaferravam com destino a Cochim.

Na *Miscelânea* de cerca de 1534, Garcia de Rèsende, ao enumerar a procura das escápulas asiáticas, começa pelo ouro, prata e cobre. Este último metal é uma das principais mercadorias que Quirini refere no seu relatório. Como é que o quadro das entradas na feitoria de Cochim durante o segundo decénio de Quinhentos não havia de chamar a atenção para estoutro metal que, conquanto não precioso, é igualmente amoedável? Um milhão e 377 564 kg e meio em 6 anos e 7 meses: a média anual eleva-se a 209 250 kg. Se a feitoria de Cochim recebeu nesse período apenas 5 marcos e 2 oitavas de ouro por ano, em prata as entradas foram em média 2 447 marcos e 1/2 onça; por outro lado, nos seus armazéns entraram anualmente 4 070 quintais de cobre ([159]); ora, como o quintal equivale, pelo menos, a um marco de prata, a importância e o valor do terceiro metal amoedável excedem a importância e o valor dos dois outros metais, que no entanto se consideram «preciosos». A nau *Rainha de Belém*, em 1507, transportou 3 000 cruzados e, em cobre, 550 quintais, de que uma parte ficou em Moçambique, sendo a maior quantidade descarregada em Cananor ([160]): o valor do cobre igualava o do metal nobre. Se os cofres da nau *Nazaré*, em 1516, continham 4 200 cruzados e 3 040 marcos de prata, na sua carga entravam ainda 2514 quintais, 2 arrobas e 4 arráteis de cobre ([161]), desta vez em posição inferior à do metal branco mas de longe superior à do fulvo metal. Em 1521, a feitoria de Cochim recebeu 184 marcos, 6 onças, 3 oitavas e 26 grãos de ouro, 3 504 marcos, 4 onças e 5 oitavas de prata, e 3 355 quintais de cobre ([162]): a parte que cabe a este último ultrapassa largamente a do primeiro e quase iguala, se não chega mesmo a igualar, a do segundo. De 1540 a 1545, as chegadas anuais de cobre à Índia, provenientes de Lisboa, jamais desceram abaixo de 5 500 quintais e atingiram por vezes 7 500, ou seja, como limites, 323 136 kg e 440 640 kg. Cunhavam-se todos os anos 1 500 a 1 600 quintais em bazarucos; os outros 4 000 a 6 000 eram vendidos a peso pelas feitorias portuguesas aos reis indígenas, que com eles fundiam a sua artilharia. Por isso a pimenta era frequentemente vendida aos Portugueses a troco de cobre em pães ou em barras ([163]).

O cobre era importado de Antuérpia, quer fosse comprado directamente pela feitoria régia quer fornecido no sistema de contratos com grupos capitalistas. Os Affaittati, que o compravam por seu turno aos Függer, forneceram assim 6 000 quintais em 1514, 6 394 quintais e 3 arrobas no ano seguinte, 9 590 em 1516 ([164]). De Dezembro de 1520 ao fim de Agosto de 1526 a feitoria expediu anualmente para Lisboa 8 650 quintais ([165]): a quase totalidade deste cobre devia encaminhar-se

---

([159]) *Cartas quitação*, n.º 657.
([160]) Idem, n.º 457.
([161]) Idem, n.º 233.
([162]) Idem, n.º 652.
([163]) Relatório do Vèdor da Fazenda Aleixo de Sousa ao governador D. João de Castro, Cochim 1545 (B. N. Paris, Portugais n.º 23, ff. 510-513).
([164]) Braamcamp, *Feitoria* («Arch. Hist. Port.», t. VI, pp. 392 e 394 e doc. 55).
([165]) Idem, doc. 53. Não é absolutamente certo que se trate de quintais portugueses; caso se trate de peso flamengo, a redução ao peso de Lisboa dá 6 909 quintais.

depois para a Índia, visto que em Portugal apenas se amoedavam, em cada ano, umas centenas de quintais, e na maior parte das vezes uma única centena.

Recapitulemos os dados numéricos relativos ao cobre destinado à Índia:

	Quintais	
1504	2 800	
1505	3 500 a 4 000	
1506	4 000	
1510-1515 e 1517-1518	4 070	(média anual das entradas em Cochim)
1515	6 000	
1516	6 394	
1517	9 590	(haverá que deduzir a amoedação metropolitana?)
1521-1526	8 650	(média anual; em 1521 entraram em Cochim 3 355)
1542-1545	6 000	(média anual)

A rota do Cabo introduz, quase desde a sua abertura, uma novidade importante em relação ao mecanismo dos tráficos do Levante. Nestes, com efeito, as transacções a grande distância faziam-se por permuta de mercadorias *(barattare)* e por pagamento em espécies; nenhum sistema fiduciário funcionava, ao que parece, entre as cidades mediterrâneas e as do oceano Índico. Entre Lisboa, por um lado, e Cochim e Goa, por outro, ao invés, instalou-se, desde os primeiros anos do século XVI, a compensação das contas por letras de câmbio, sem deslocação material das espécies. Exemplo: em 1551, a Vèdoria da Fazenda e a Casa da Índia expediram para o Oriente, a fim de pagarem as compras de especiarias, 100 000 cruzados. Como é que foi feita na realidade esta transferência de capital? Em moeda sonante, a armada levou apenas 40 000 cruzados; pelo jogo das letras de câmbio, o feitor de Cochim recebeu uma soma igual; finalmente, a administração das finanças ordenou ao Vèdor da Fazenda da Índia que contraísse lá mesmo um empréstimo de 20 000 cruzados, sob a forma de letras pagáveis em Lisboa pela Casa da Índia [166]. Em suma: 40 % de transferência material de numerário, e 60 % de compensação fiduciária.

A armada de 1546, de que era capitão-mor Lourenço Pires de Távora, levou do Reino um cabedal no valor de 12 380 086 reais (30 950 cruzados), destinado à carga de retorno. Em grande parte, constituíam-no letras de câmbio. Fernão Álvares da Cunha, por exemplo, sobre quem tinham sido sacadas duas letras, num valor total de 8 600 cruzados, não pôde aliás pagar uma delas. Távora e os outros capitães e nobres, como receberam do Rei, em Lisboa, adiantamentos sobre os seus vencimentos e ajudas de custo, sacaram letras sobre si próprios, pagáveis em Cochim; a vários deles fez o governador mercê de parte do que deviam pagar; mesmo assim alguns não conseguiram liquidar os seus compromissos, ou escaparam ao seu cumprimento, empregando o dinheiro em negócios pessoais [167]. Dois anos depois, os instrumentos de crédito que entravam na composição do cabedal destinado à compra dos retornos somavam 30 000 cruzados; como a feitoria de Cochim não dispunha de dinheiro suficiente para pagar essas letras, o Vèdor da Fazenda da carga das naus teve de contrair um empréstimo nessa praça, garantido por letras sacadas, umas, sobre o tesoureiro del-rei, outras, sobre a Casa da Índia [168]. O governador Francisco Barreto entregou, em 1555, ao tesoureiro do depósito e mercadorias da cidade de Cochim, Jerónimo Luís Fróis, 1 800 cruzados, em razão de uma letra de câmbio, vinda nas naus do Reino, sacada sobre ele, governador, pelo secretário de Estado Pero de Alcáçova Carneiro; a soma devia ser inscrita no haver do tesoureiro da Casa da Índia Bastião de Morais [169]. É por letra de câmbio que, ao deixar a mercancia para entrar na Companhia de Jesus, Fernão Mendes Pinto remete para o Colégio de Coimbra 2 000 cruzados em 1554 [170].

---

[166] Carta do rei ao conde de Castanheira (*Anais D. João III*, apêndice, t. II, p. 288)
[167] *Livro das mercês de D. João de Castro*, ff. 60v-61v.
[168] T. T., C. C. I-82-35 (De Cosme Anes ao rei, Cochim, 26-I-1549).
[169] T. T., C. C. I-97-46 (conhecimento, Cochim, 11-XII-1555).
[170] *Documenta Indica*, t. III, pp. 83-4.

O Estado português da Índia desenvolvia a sua economia própria: nos tratos no quadro do oceano Índico e da Malásia ganhavam-se já lucros que os negociantes portugueses tinham vantagem em transferir para a metrópole; o mesmo faziam muitos dos funcionários com o que poupavam dos seus ordenados e mantimentos ou com os lucros que auferiam de transacções mais ou menos lícitas. Não obstante o fluxo de espécies e metais monetários de Lisboa para Cochim e Goa, a balança das contas era favorável a Portugal.

Em 1540, D. João de Castro, o futuro governador do Oriente português, escreve ao rei que não é necessário enviar cabedais da metrópole. E com efeito, durante o governo de Martim Afonso de Sousa (1542-1545) não só o Estado da Índia se bastou a si próprio para todas as despesas públicas, como ainda todas as compras de pimenta e outras especiarias foram pagas com os fundos locais, sem qualquer auxílio monetário do Reino. Ao findar o seu governo, Martim Afonso regressou à pátria com 320 000 pardaus (não interessa agora a maneira como os reuniu), que entregou na Casa da Índia; esses 240 000 cruzados equivaliam a quatro a seis anos de transferências monetárias efectivas de Portugal para o Oriente. A partir do governo de D. João de Castro (1545) estas transferências recomeçaram todavia.

Os recursos do império português oriental vinham somar-se aos cabedais chegados da metrópole a fim de fazer face às compras de mercadorias a exportar para Portugal, bem como às despesas de apresto das frotas da rota do Cabo. Em 1546, por exemplo, receberam-se em Cochim 30 000 cruzados enviados de Portugal, mas a feitoria desembolsou além disso 67 500, dos próprios fundos das receitas do Estado da Índia ([171]). É isso que explica a modéstia relativa dos números portugueses de saca de moedas e metais preciosos para o oceano Índico, em comparação com os números venezianos.

Já em 1514 o rei de Portugal ordenava ao governador da Índia que tomasse todas as medidas úteis a fim de acabar com os envios de espécies e de arries de ouro e prata. Era, aliás, o próprio Albuquerque quem animava D. Manuel a seguir esta política. Graças à venda de mercadorias do Reino, desde que cheguem em caudal suficiente (pois o Oriente está sempre sedento de toda a sorte de bens), e graças aos lucros no comércio entre, por um lado, Goa e Cochim, e por outro Cambaia e Ormuz, poder-se-ão carregar a plena carga as naus de retorno e ainda financiar o Estado da Índia. Mas as naus chegam em Setembro e carregam em Outubro e Novembro, para levantarem âncora em Dezembro ou Janeiro; o intervalo é demasiado curto para que seja possível aguardar o retorno dos lucros das vendas efectuadas no Norte e nas margens do golfo Pérsico. Por isso há que dispor de fundos de meneio, há que negociar a carga de um ano para vir a investir os ganhos na armada do ano seguinte. Dinheiro, ter-se-á quanto se quiser em resultado da exportação de pimenta, cobre e outras mercadorias para Ormuz e para o Guzerate. Com esse dinheiro a compra de especiarias será muito mais económica do que por permuta. Mais ainda. As naus poderão regressar ao Reino levando nos seus cofres 30 000 a 40 000 miticais de ouro ou 50 000 pardaus em tangas (espécies argênteas) ([172]).

Estamos, infelizmente, na mais completa ignorância quanto aos retornos em numerário e em metais preciosos. Contràriamente a uma ideia generalizadíssima, não parece que o ouro de Sofala corresse com regularidade para Lisboa; pelo menos os registos da Casa da Moeda só o mencionam três vezes, e trata-se de quantidades insignificantes, excepto uma delas. Em Julho de 1517, o piloto Fernão Lopes, da nau *Conceição* capitaneada por Cristóvão de Brito, entregou ao tesoureiro da Casa 12 marcos, 7 onças, 7 oitavas e 54 grãos, remetidos pelos funcionários às suas respectivas famílias; a nau *São Cristóvão*, de que era capitão Diogo Fernandes, trouxe tão só 5 — 6 — 6 — 12, nas mesmas condições. Ao todo, 17 marcos, 1 oitava e 60 grãos de metal fino (3,908 kg), com os quais se cunharam

---

([171]) *Livro das mercês*, ff. 60v-61v.
([172]) *Cartas A. A.*, t. I, pp 267-8, 273, 329 e 336.

1 101 cruzados ([173]). Pelo navio *São Simão*, da capitania de Sancho de Tovar, chegaram, em 14 de Abril de 1523, nada menos de 175 — 7 — 6 — 64 (30,388 kg, de 22 ⅛ quilates), que enviavam o capitão de Sofala e alguns particulares ou representavam partes de heranças ([174]). Francisco Cardoso e Vicente Pegado, lá estantes, mandaram para Lisboa 11 marcos, 1 onça e 15 grãos, que deram entrada na Casa da Moeda em 11 de Abril de 1532 e depois foram entregues, amoedados, aos destinatários (650 cruzados, além de 26 grãos de cisalha) ([175]). E é tudo: convenhamos que não é pràticamente nada.

Que, todavia, do oceano Índico viessem — ou voltassem — para o Reino espécies e metais preciosos com maior frequência e em quantidades menos insignificantes do que mostram os registos do tesoureiro da Casa da Moeda, um pequeno facto autoriza a suspeitá-lo. Em 1524 frei João de Guimarães regressava ao Tejo a bordo de uma nau capitaneada por Job Queimado; o dominicano transportava consigo 2000 cruzados em moedas e em ouro e prata, além de panos de algodão indianos no valor de 500 cruzados, tudo pertencente ao seu mosteiro de Guimarães. Um outro viajante, este mercador, voltava com os frutos dos seus negócios: 1000 peças de portugueses de ouro. Mas só temos conhecimento destes factos porque corsários franceses tomaram o navio ([176]). A armada de 1526, vinda do Oriente, trouxe «danari assai» ([177]).

Nunca, porém, ao que parece, as espécies e os metais preciosos se escoaram com regularidade e em caudal apreciável do oceano Índico para o Atlântico nem para o Mediterrâneo. A razão? É simples: o ouro e a prata valem mais nas Índias Orientais do que na Europa ou na África do Norte — porque fabulosamente maior é lá o volume dos bens em circulação.

§ 4 — *A rota do Cabo: o triunfo dos* realés

Durante a primeira metade do século XVI, pela rota do Cabo os metais preciosos afluiram ao oceano Índico em caudal pouco volumoso, os carregamentos de mercadorias sobrelevaram o valor dos cofres. Entre os metais amoedáveis, o cobre coloca-se na dianteira, logo seguido, se não igualado pela prata; mas portugueses e cruzados, e mesmo fulvos arries chegam também a Cochim e Goa. Sabe-se que os dois metais preciosos valem mais no Oriente do que no Ocidente; no entanto superior ainda é o ganho sobre certas mercadorias mediterrâneas ou europeias — por exemplo, o cobre, o coral, o vermelhão, o azougue, etc.

No decurso da segunda metade de Quinhentos e em Seiscentos esta composição das exportações para Leste inverte-se por completo. Vejamos como.

Nos séculos XVII e XVIII, as Companhias inglesa e holandesa das Índias Orientais, que traficam pela rota do Cabo, como os Marselheses que traficam nas Escalas do Levante saldam sempre as suas transacções com espécies argênteas. Duas ou três referências bastarão para escorar e iluminar este ponto, já bem conhecido e estabelecido. Numa discussão de 1618 sobre estas companhias lê-se que «Cossa es sabida que los rebeldes de Olanda, i Ingleses no llevan a la India Oriental otra cosa sino Reales de a ocho, i quatro, assi que para aquellas partes no sirven los frutos, i manufacturas de sus tierras...» E mais adiante o autor sublinha: «... la plata, sin la qual la Compania delle India no puede ser continuada

([173]) Casa da Moeda, n.º 828, ff. 19 e 36 r-v.
([174]) Idem, n.º 832, na rubrica do ouro da Mina.
([175]) Idem, n.º 841, na rubrica do ouro da Mina, e ff. 25v-26.
([176]) *Livro dos roubos... Guimarães*, pp. 42-3; Simancas, Estado 367 (Évora, 26-VII-1524).
([177]) *Diarii di M. Sanudo*, t. XLII, pp. 453-4 (Lisboa, 16-VII-1526).

polos flamengos, ni Ingleses...» ([178]). Numa memória sobre «o estado actual do dinheiro do Reino», não datada mas sem dúvida da primeira década do século XVIII, fala-se de «...a prodigiosa saca deste metal [prata] da Europa para a Índia, que cada ano vai em maior aumento» ([179]).

Esta préamar das espécies brancas e da prata alterará até o carácter fundamental da rota do mar Roxo. Via do ouro, era-o de há muito e continua a sê-lo. Mas já antes de 1575 Thevet, estando no Egipto, assistiu a «Six Indiens changer des lingots et pièces d'or, pour des Mochenigues, qui sont pièces d'argent faites à Venise, valans environ huict sols de nostre monnoye: de sorte que quelquefois un marchant d'entre eux en emportera pour plus de trente mille escuz» ([180]). Em Janeiro de 1663 ancoram em Surate duas naus vindas do Estreito, «carregadas de muitas moedas de ouro e patacaria, que são as drogas mais comuns que de Meca se trazem para a Índia, em retorno das fazendas que dela lhe vão»; e Manuel Godinho, que nos informa, esclarece que se trata de patacas de Espanha, e acrescenta que todos os anos as naus vêm com tais espécies (caps. VII e XXVI). O delgado fio argênteo transformara-se em caudaloso rio, que luta de igual para igual com o ouro.

Quando, em 31 de Dezembro de 1600, foi outorgada a carta de constituição da Companhia Inglesa das Índias Orientais, foi-lhe concedida autorização de exportar, em cada viagem, até 30 000 libras esterlinas «in foreign coin or bullion; so at least 6,000 £ be first coined at the Mint». E em breve este ponto ficou esclarecido pela restrição da autorização ùnicamente à prata: «We have not any liberty granted to carry out any gold by name, but only silver» ([181]). Para a segunda viagem em particular, a licença, concedida em 14 de Fevereiro de 1604, limitava a £ 12 000 o valor das espécies estrangeiras a embarcar para as Índias Orientais ([182]). Apresentemos, aliás, o que a Companhia exportou realmente durante os seus primeiros dezanove anos:

	Valor total em £
Prata (*reales* espanhóis e alguns *dollars*)	548 090
Mercadorias (*broadclothes, kersies,* chumbo, estanho, etc.)	292 286

No conjunto do período considerado, a parte das mercadorias reduz-se a 34,7 %, contra 65,3 % para as espécies brancas. Todavia aquela avolumara-se a tal ponto nos últimos três anos que estes só por si excederam os dezasseis anteriores. Mun avaliava em £ 100 000 o numerário que havia que enviar anualmente. Nos anos de crise, porém, essas somas rastejavam: assim em 1608 (£ 6 000) e em 1611 (£ 1 250) ([183]). Ao invés, em 1619 a armada inglesa desembarcou em Surate 163 956 *reales* destinados às compras na própria Índia, e remeteu outros 150 000 para Jask, na Pérsia, a fim de pagar a seda ([184]); ao todo, 313 956 *reales*, ou seja, 31 395 cruzados.

Nas naus que de Lisboa partiam para Cochim, Goa e Malaca, além das mercadorias, seguiam, em dinheiro de contado, quase ùnicamente reales espanhóis. Leia-se Van Linschotten (cap. 3): «o que para aí [Índias Orientais] mais se leva,

---

([178]) *Discurso en razon de la Compañia Oriental que tienen los rebeldes de Olanda i Ingleses* (ed. por Gentil da Silva, *Alguns elementos para a hist. do comércio da Índia*, p. 73). Atribuimos a sua autoria a Gomes Solis e datamo-lo de 1618.

([179]) B. N. Lisboa, Pombalina n.° 738, f. 275v.

([180]) *Cosmographie*, Liv. XII, cap. 6.

([181]) *Calendar of State Papers — East Indies*, vol. I, n.° 281.

([182]) Idem, idem, n.° 329.

([183]) Mun, *A Discourse of Trade* (1621), pp. 19-22.

([184]) *English Factories in India*, vol. I, p. 185 (carta de Surate, 18-II-1620).

são reales de oito, que valem 40 soldos». No mesmo sentido, Sassetti em 1575: de Portugal manda-se «di tutto tambene, vino, olio, drappi e pani ma pochi; fogli, vetri, corali e reali» (p. 123). Em carta de Lisboa, de 18 de Outubro de 1582, declara a Valori que não se ganha no envio de mercadorias para o Oriente; o que vale a pena mandar, são reales (p. 218). Mais explìcitamente ainda, escreverá na sua carta de Goa de 9 de Novembro de 1585: «Il nerbo delli effetti che vengono di Portogallo sono reali» (p. 345; cf. p. 348). Tron e Lippomani, quando estiveram em Lisboa em 1580, foram informados de que nas naus que costumavam ir para Goa «O que, porém, principalmente se exportava era uma grandíssima porção de prata em reales castelhanos, negócio em que se ganhavam trinta por cento; e afirmaram-me que os contratadores das especiarias e vários outros negociantes mandaram nas últimas cinco naus para Goa um milhão e trezentos mil ducados. Este trato havia crescido a tal ponto que era de maior lucro a ida que a volta...» ([185]).

No contrato com Fernão Lopes e Diogo de Barreira, assinado em 1579, uma das cláusulas (a 5.ª) obriga os rendeiros a entregarem cada ano na Casa da Índia, ao tempo da partida das naus, o cabedal necessário à compra, no Oriente, de 1100 quintais de gengibre e 400 quintais de noz, «em barras d'ouro ou prata ou moeda estrangeira». Na realidade, em cada um dos anos de 1579 e 1580 a importância de 13 500 cruzados que os dois rendeiros dessas duas especiarias entregaram era constituída ùnicamente por *reales* ([186]). Quanto ao contrato de trazida da pimenta, é de igual modo nessa moeda espanhola que os rendeiros enviam em 1593 os 170 000 cruzados necessários à compra dos 30 000 quintais estipulados por uma das cláusulas ([187]). Em 1609, das naus do Reino descarregaram-se em Goa 32 caixas de *reales*, destinados à compra da pimenta; transportadas para Cochim tal com tinham sido descarregadas — fechadas, amarradas e marcadas —, o Vèdor da Fazenda constatou ao abri-las que continham elevada quantidade de singelos em vez de duplos, o que infringia as regras estabelecidas. Esses *reales* singelos, a princípio recusados pelos particulares, acabaram por ser bem aceites. As naus do ano seguinte trouxeram da metrópole 21 caixas de *reales* ([188]). Mas em 1612 tomavam-se em Lisboa medidas severas para evitar que se misturassem subreptìciamente *reales* singelos aos de *a dos* ([189]). Um dos galeões da viagem de 1618, interceptado pela armada inglesa de Dale ao largo da ilha Comoro, conseguiu resgatar-se pagando 90 000 *reales;* à chegada a Goa, ainda levava nos seus cofres 400 000 *reales* em moeda sonante ([190]): indicações só por si bem expressivas do caudal deste fluxo de prata.

Tentemos avaliá-lo numèricamente. A Tron e Lippomani disseram em Lisboa que a armada de 1578, composta de 5 naus, levara 1 300 000 cruzados em peças castelhanas de oito. Sassetti escreve dessa mesma cidade, em 3 de Abril de 1583, que pelas 5 naus desse ano ia ser enviado mais de um milhão e meio de cruzados em dinheiro de contado e em mercadorias (p. 243). Na sua carta de 9 de Novembro de 1585, agora de Goa, estima em 800 000 a um milhão de cruzados o afluxo anual de *reales* (p. 345). Que espantoso avolumar da transfusão monetária em comparação com a primeira metade do século! Notemos ainda que, durante o último quartel de Quinhentos, o valor da carga de retorno de cada nau que vem ancorar no Tejo vinda do Índico atinge um milhão de cruzados ([191]), ou seja, quatro vezes o que era alguns decénios atrás.

([185]) Em Herculano, *Opúsculos*, t. VI, p. 119, (3.ª ed.)

([186]) AHU, *Índia*, caixa 1, docs. n.ºˢ 54 e 57 (em Gentil da Silva, *Contratos de trazida*, pp. 17, 8-9 e 12).

([187]) «Arch. Port. Oriental», fasc. V, pp. 1317-9; T. de Aragão, t. III, doc. 30.

([188]) AHU, *Índia*, caixa 2.

([189]) Idem, idem (carta do rei ao vice-rei da Índia, 9-XI).

([190]) Notícias chegadas a Surate em Fevereiro de 1619 (*English Factories in India*, vol. I, pp. 53 e 77; *Calendar of State Papers — East Indies 1617-1621*, n.º 609; Faria e Sousa, *Ásia*, vol. III, 3.ª Parte, cap. 15).

([191]) Van Linschotten, cap. XCII.

Tais estimativas, que devemos a homens como o italiano Sassetti e o holandês Van Linschotten, embrenhados nos meios de negócios, é possível que se aproximem mais da realidade do que os números oficiais. Números oficiais, precisos, só os temos para o trato da pimenta e relativamente a uma época, no fim de contas, tardia. Eis, contudo, os dados que conseguimos respigar:

Quantidades de *reales* chegadas ao Oriente e destinadas à compra de pimenta
(valor em cruzados de 10 *reales* cada)

A) A Malaca (viagens em direitura) ([192])

Ano	Valor
1581	14 000
1582	20 000
1584	nada
1585	24 000

B) A Goa e Cochim

Ano	Valor
1580 a 1584 (média anual)	189 770 ([193])
1605	180 000 ([194])
1606	não chegaram naus ([195])
1607	66 000
1608	não vieram naus do Reino; mas chegaram 50 000 salvos da nau *N.ª S.ª da Oliveira*, que ardeu perto da costa.
1609	176 030
1610	?
1611	100 000
1612	75 000
1613	não vieram naus deste ano; mas chegaram 45 000 de uma nau de 1612 que tivera de esperar pela monção em Moçambique.
1614	90 000
1615	172 500
1616	40 000
1617	201 000
1618	120 000
1619	80 000
1620	80 000
1621	80 000
1622	142 000
1623	109 000
1624	109 000
1625	80 000
1626	110 000

Em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão avalia em 200 000 cruzados o cabedal que é enviado anualmente em *reales de a ocho* e *de a cuatro* ([196]). É este o quantitativo considerado normal, visto que em 1615 Lisboa consegue uma cédula que autoriza a sacar de Espanha 200 000 cruzados (de 10 *reales* o cruzado) em peças de oito e de quatro, destinadas à compra da pimenta ([197]).

Tal predomínio esmagador da prata não se explica apenas pelo aumento, aliás fortíssimo, do comércio com o mundo chinês, que resulta da predilecção do Ocidente pelas sedas e pelas porcelanas, e em breve pelo chá. Pois, ao contrário do que é corrente pensar, as especiarias malabares compram-se geralmente a troco de espécies argênteas. Qual a razão do equívoco? É que o valor das compras é sempre expresso em unidades monetárias de ouro: quer em cruzados, quer em ducados; mas os pagamentos efectuam-se em prata ou em moedas de ouro por que se cambiou prèviamente esse metal branco.

Aqui está, por exemplo, uma carta de Sasseti em que fala das quantidades de espécies que Lisboa envia todos os anos para Cochim e Goa: avalia a média em «un conto

---

([192]) AHU, *Índia*, maço 6.
([193]) *Assento que se fez na Casa da India sobre o dinheiro dos cabedais da pimenta*, 28-III-1585 («Arch. Port. Or.», III, 1.ª Parte, pp. 52-4).
([194]) *Livro das Monções*, t. I, p. 45 (n.º 11).
([195]) A partir deste ano, AHU, *Índia*, maço 1.
([196]) *Diálogos das Grandezas do Brasil*, p. 140.
([197]) Simancas, Secretarias Provinciales, n.º 1473, ff. 8-12.

d'oro»; mas tem logo o cuidado de precisar que o cabedal efectivamente enviado consiste em *reales* espanhóis — de prata, como se sabe ([198]). Van Linschotten, esse, declara explicitamente que os *reales de a ocho* remetidos para as Índias Orientais se destinam a pagar as compras de pimenta (cap. 3). Em Abril de 1582, Balbi encontra em Cananor misser Giovanni Maria Daleffe que está aí a fim de realizar um contrato de compra dessa especiaria; dispõe de um cabedal de 20 000 ducados, composto efectivamente de larins, essa moeda argêntea de origem persa (f. 73v). Atenda-se, porém, a que não é simples o mecanismo monetário das transacções que dizem respeito às especiarias: pagam-se com moedas de prata, mas não quaisquer, porquanto os vendedores preferem os larins às peças castelhanas. À chegada das naus do Reino os negociantes de Cochim e Goa compram os *reales de a ocho*, consentindo num lucro de 12 %, a troco dos cobiçados larins ([199]), em cuja venda recuperam a perda sofrida nos primeiros e ainda ganham 8 a 15 %; tinham já ganho 8 a 10 % ao comprarem as peças persas. E Van Linschotten esclarece: «O uso destes larins é muito necessário nas Índias, *a fim de comprar a pimenta em Cochim* [sublinhado nosso], onde esta moeda é de altíssimo preço»; quanto aos *reales*, os banqueiros de Cochim e Goa vendem-nos aos negociantes que traficam na China, na altura da partida dos galeões, com um lucro líquido de 20 a 25 %.

Não há, pois, dúvidas: na segunda metade do século XVI e começos do XVII, o trato das especiarias no Oriente, quando não se faz por escambo das mercadorias europeias ou contra pagamento em cobre (e é frequente pagá-las com espécies ou barras deste metal), faz-se contra pagamento em espécies argênteas.

Já assás avultado no último terço de Quinhentos, o lucro sobre o envio de *reales* para o Oriente cresceu ainda nos primeiros dois ou três decénios de Seiscentos, e manteve-se a esse alto nível. Em 1569 era de 37,5 %, «o que causara acudir tanta [prata], assim do Reino como de Meca» ([200]). Tron e Lippomani, em relação aos anos de 1578-1580, e Sassetti em 1582 avaliam-no em 30 %. É o limite mínimo, pois o Florentino explicará, em 1585, que sobre tais transferências de espécies brancas há sempre um ganho de 25 % a que vem somar-se um ágio (sarrafagem) variável: nesse ano, orçava por 12 %; feita a soma, voltamos a encontrar os 37 %. Deste número aproxima-se a estimativa proposta pelo holandês Van Linschotten: 40 %. Em relação ao primeiro decénio do século XVII, Pyrard de Laval indica 33 %: mas incluirá ou não a sarrafagem? É provável que não. Com efeito, na mesma época, frei João dos Santos revela que à chegada das naus do Reino a pataca vale um cruzado, mas que mal levantam âncora para o regresso sobe até 500 reis (+25 %); na China, acrescenta, em Bengala e no Sindh, para onde as mandam depois, as patacas valem 600 reis ([201]): +50 % por conseguinte! Durante a segunda década o lucro mantém-se nesta taxa: isto resulta do *Discurso en razón de la Compañia Oriental que tienen los rebeldes de Olanda i ingleses*, de 1618. Até para lá do fim do primeiro terço do século não baixará: certificam-no dois testemunhos igualmente qualificados. Eis o que nos diz Duarte Gomes Solis, grande negociante dos tratos das Índias Portuguesas: com 300 000 cruzados em *reales* de quatro e de oito obtêm-se no Oriente 600 000 pardaus; por outras palavras: 120 milhões de reis valem lá 180 (*Alegación*, f. 3v); o ganho é, portanto, de 50 %. O secretário do Estado da Índia Barreto Resende, escrevendo em 1635, confirma: os lucros sobre as mercadorias que vão do Reino são por vezes excessivos, e sobre a prata e o ouro, tanto em arries como em moedas, «sempre passam de 50 por cento» ([202]).

O ouro, ao lado da prata: haverá qualquer cousa de mudado no quadro que debuxámos?

([198]) Goa, 9-XI-1585 (p. 345).
([199]) 1 larim vale 1 *real* ½ (castelhano).
([200]) «Arch. Port. Or.», II, n.° 54.
([201]) *Ethiopia Oriental*, 2.ª Parte, Liv. IV, cap. 2.
([202]) B. N. Paris, Portugais n.° 1, f. 157.

Balbi, que esteve nas Índias de 1580 a 1588, informa-nos, a propósito dessas belas peças áureas do valor de 10 cruzados cada que são os portugueses: «ma al presente poche se ne trovano, e quelle poche si pagano a crociati 14 l'uno, e qualche cosa più» (f. 77v). Raridade e ágio (de 40 %) dos portugueses: há evidentemente que pôr em causa o cessar da sua cunhagem umas décadas atrás. Mas que não há vantagem em mandar ouro de Lisboa, Pyrard de Laval, que constata em 1602-1610 a ausência, em Goa, de fulvas espécies hispano-portuguesas, explica-o com clareza: «parce que l'or y vaut beaucoup moins qu'en Espagne» (t. II, p. 104). Na verdade, durante os anos de 1584 a 1588, um cruzado, que valia 10 *reales* no Reino, valia tão só 8 na Índia (203). Em 1609, frei João dos Santos não assinala a chegada a Goa e Cochim, pela rota do Cabo, senão de patacas e meias patacas (204). Ainda em 1626 os cofres das naus que desaferraram do Tejo apenas continham, destinado à compra da pimenta, metal argênteo (205).

As únicas moedas áureas que circulavam em Goa nos alvores do século XVII eram os xerafins e sãotomés, bem entendido, e também os *zecchini* venezianos (206): era a rota do Estreito de Meca e não a do Cabo, que continuava a abastecer as Índias Orientais de numerário nobre, que as exigências do contrabando (para fugir ao domínio marítimo português) impunham nos pagamentos; por Ormuz, onde estavam instaladas feitorias venezianas, os mercadores da Sereníssima, que tinham passado a ser bem vistos das autoridades portuguesas, mandavam igualmente cópia de *zecchini* para Goa e para toda a Índia, onde valiam 11 tangas (207). Ainda em 1663 Manuel Godinho constatará que as naus que todos os anos chegam à Índia vindas de Meca (isto é, do mar Roxo), vêm carregadas não só de patacas de Espanha mas também de «muitas moedas de ouro» de Veneza, Hungria, Alemanha e Turquia — todas do mesmo peso, e todas conhecidas lá por *venezianos* (caps. XXVI e VII).

Mas agora — estamos no século XVII — é também necessário o ouro para obter a pimenta. É que o Malabar já não enche por si só as «naus da carga» (veremos mais tarde porquê); por isso uma parte importante é comprada mais ao norte, no Kannará (o Canará dos Portugueses). Os Canarins só por ouro vendem a sua pimenta. O que deveria facilitar bastante as coisas — aparentemente, pelo menos: pois Lisboa não é a capital do ouro atlântico? Mas... esse ouro, para o obter, há na realidade que ir buscá-lo a Sevilha, onde se encontra fàcilmente (208). Como os tempos mudaram!

Vias do Levante, caminho marítimo do Cabo. Evite-se a armadilha simplista de tudo reduzir à permanência do mesmo mecanismo de base. Vias do Levante? De modo algum um grupo homogéneo. Na diversidade e complexidade do real, por um lado a via de Ádem e do Estreito de Meca, por outro a via de Ormuz, Bassorah e Alepo ou Damasco. Fluxo, por aquela, dos louros *zecchini* e *sultanini*, bem como do cobre, em contraste com o fluxo, por estoutra, dos brancos larins. Depois, os *reales* submergem tudo. Naus da carreira do Cabo: sensacional guilhotinamento das transferências de metais preciosos durante a primeira metade de Quinhentos, inovação das letras de câmbio e da utilização das fontes locais de receitas; e aplicação até, nesse trato, dos ganhos do comércio português no oceano

---

(203) «Arch. Port. Or.», fasc. III, n.º 23, § 32; T. de Aragão, t. III, p. 173.
(204) *Ethiopia Oriental*, 2.ª Parte, Liv. IV, cap. 2.
(205) AHU, *Índia*, caixa 2 (1626).
(206) *Voyages de F. Pyrard*, t. II, p. 104; *Ethiopia Oriental*, cit.
(207) *Ethiopia Oriental*, cit.
(208) AHU, *Índia*, caixa 2 (1626). E também a resolução do Conselho da Fazenda de Goa, comunicada por carta do Vèdor da Fazenda de 7-II-1615: «que se fôsse buscar a pimenta a Cochim sem se tratar da do Canará assim por ela estar já lá feita pagando interesses como por o preço do contrato que se tinha feito da do Canará estar mui alta a respeito da muita valia do ouro de que se haviam de fazer pagodes...» Ouro para pagar a pimenta do Canará: mas a sua carestia não será um sintoma de escassez de metal amarelo?

Índico e na própria Malásia. Permanências, novidades: tanto na comparação das rotas umas com as outras, como no caso de cada uma delas tomada isoladamente. Na segunda metade desse século são as cobiçadas peças cunhadas com o branco metal do México e do Peru que à primeira vista levam tudo de vencida — sem chegarem todavia a captar o rio argênteo que corre da Pérsia nem o delgado ribeiro do ouro veneziano. A «sangria» metálica e monetária do Ocidente pelos tratos orientais, quão desmedidamente não se avoluma!

O papel e a incidência destas três rotas — a do Cabo, a de Meca e a de Ormuz — na vida económica, para os definir e precisar haveria que medir tal punção sobre a economia europeia e mediterrânea, por um lado, e a respectiva transfusão sobre as economias asiáticas, por outro, atendendo às massas em circulação e aos *stocks* monetários e metálicos respectivos. Como calcular porém — chegar-se-á algum dia a calculá-la? — a razão entre transfusão e produção anuais? Números precisos e exactos, faltam-nos, infelizmente. Seja como for, não será arriscar demasiado, assim o esperamos, aventar duas ou três comparações significativas.

Gravíssima hemorragia, a de meio milhão de ducados por ano, para a Europa de Trezentos e de Quatrocentos, com uma mineração muito reduzida, e apertada nas tenazes da escassez monetária. Depois, a partir do último quartel do século XV, é de novo o incremento da extracção da prata e do cobre na Hungria, na Boémia, na Alemanha, no Tirol. E eis as caravelas que descarregam em Lagos e em Lisboa o ouro da Guiné e o ouro da Mina, enquanto não chegam a Sevilha outras velas com o ouro das Índias Ocidentais. Não temos números relativos à produção europeia de metal amarelo; o contributo das Índias de Castela foi, em média anual (1511-1520 e 1526-1530) de cerca de 260 000 ducados; na mesma época, São Jorge da Mina rendia à coroa de Portugal 120 000 cruzados por ano, e por conta dos particulares chegavam a Lisboa, vindos da Guiné e da Mina, uns 80 000 (média dos anos 1505-1513). Tudo somado, um meio milhão de ouro *atlântico* anualmente; à justa o suficiente para colmatar o déficit comercial com o Leste, se fosse saldado ùnicamente com o metal nobre. Haveria, no entanto, que somar-lhe o ouro balcânico, o ouro maghrebino e o ouro egípcio — quer dizer, nestes dois últimos casos, o contributo do Sudão e da Núbia. Mas das minas europeias saem agora uns 85 000 kg de metal branco por ano. O mundo oriental só aspiraria um quarto desta produção, a supormos que todas as remessas fossem em prata. Assim, durante a primeira metade do século XVI, a punção operada pelo comércio oriental sobre o *stock* e a circulação da Europa atenua-se de maneira sensível. No decurso da segunda metade do século, ao invés, as naus que partem de Lisboa, as galés e naus que dos portos mediterrâneos cristãos vão a Beirute e a Alexandria levam à volta de 1 700 000 cruzados de espécies e metais preciosos — quase tudo em *reales*, ou seja, grosso modo, mais de 72 000 kg de prata. O caudal das minas europeias está adelgaçado para uns 21 000 kg; mas os galeões e as frotas espanholas trazem de além-Atlântico mais de 130 000 kg anualmente. Apesar de tal hipertrofia do afluxo metálico, a drenagem para o Oriente revela-se de novo bem mais virulenta do que no decurso do meio século precedente. E a novíssima rota de Acapulco a Manila opera uma punção directa sobre a produção americana: um milhão de pesos por ano.

Todos estes rios e ribeiros desaguam no mundo oriental. Quais podem ter sido o papel e o alcance de tal confluência monetária e metálica sobre as economias ao redor do oceano Índico, na Malásia, na China e no Japão? É preferível embarcarmos nas naus que para lá se dirigem, a fim de examinarmos no próprio local as estruturas e o funcionamento desses complexos económicos completamente diferentes.

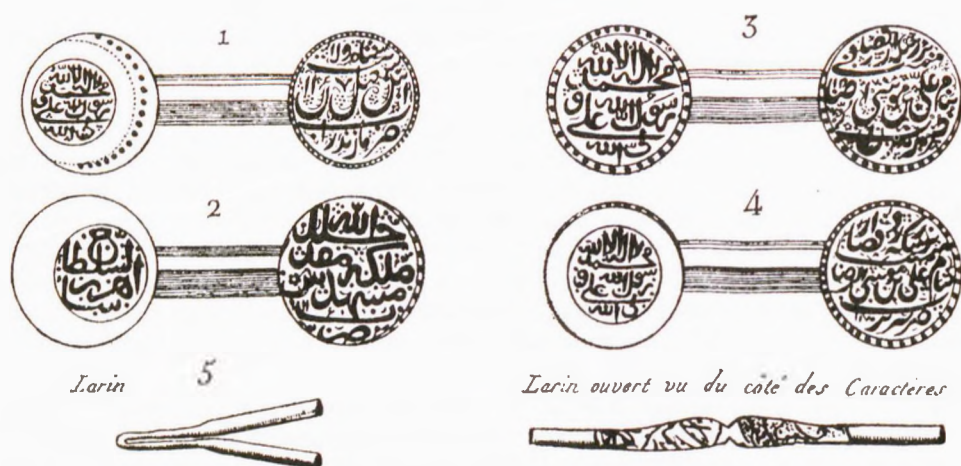



Fig. 12 — Moedas: ESPÉCIES DE PRATA DA PÉRSIA. Em baixo, com o n.º 5, o larim: à esquerda, fechado; à direita, aberto, vendo-se os caracteres. P. F. Bonneville, *Traité des Monnaies*, 1806, extra-texto 1, a seguir à p. 228.

Fig. 13 — Os grandes empórios mundiais — O mundo português: ORMUZ NO SÉCULO XVI. Georgius Braunius, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I, Coloniae Agripinae, Liv. I, f. 109v.

Capítulo 6

AS MOEDAS DA ÍNDIA

Na Ásia das Monções formara-se e desenvolvera-se um meio pré-monetário, antes que surgisse, no círculo económico greco-persa, a moeda pròpriamente dita. Os cauris, o arroz, objectos de bronze ou mesmo medalhas de cobre serviam ora para facilitar as trocas, substituindo a permuta, ora para pagar serviços ou impostos; também havia quem procurasse entesourá-los, considerando-os como valores acumulados, e acontecia que a avaliação dos bens ou mercadorias se fizesse nesses artigos privilegiados, que desempenhavam assim o papel de padrão de valor. Mas incumbiam-lhes ainda funções não económicas — religiosas ou sociais —, e nenhum deles tocava no teclado inteiro das funções monetárias. A expansão comercial e política dos Aqueménidas, primeiro, helenística, em seguida, veio enxertar, neste meio já propício — em algumas das suas regiões —, os sistemas monetários e metrológicos persas e gregos. Desde o século VI-V a. C. a prata, o cobre e, com toda a probabilidade, o ouro foram cunhados no Hindustão. Na época búdica, os preços e os serviços são já expressos, na maioria dos casos, em moeda metálica, conquanto o arroz continue a servir de padrão, e a compra-e-venda substitui o escambo, excepto no que respeita aos institutos religiosos. O papel monetário dos cauris fica circunscrito a certas zonas, embora amplas, o gado e o arroz perdem, na maior parte das situações, as suas funções monetárias (¹).

No entanto, esta evolução no sentido da economia monetária não arrasta consigo todo o mundo oriental, bem pelo contrário, porquanto para leste de Bengala a maioria das regiões continuará a escapar-lhe. E no próprio mundo indiano não conduz por toda a parte às mesmas formas.

Na evolução monetária do «continente» indiano, com efeito, afirma-se o contraste entre o Norte e o Sul, até à conquista muçulmana e mesmo depois. No Hindustão, até ao fim do século XII, a massa circulante compõe-se de peças de cobre e de bilhão: os *delhiwâls* com gravuras e legendas religiosas tradicionais (²), testemunho das origens sagradas e por vezes não económicas das moedas. No Dekkan, e isto até a abertura do século XIV, só raríssimamente houve emissões de espécies brancas, era quase sempre o ouro que se amoedava (³). Este contraste persistirá, nas suas grandes linhas, atenuado embora devido às influências mercantis mouras, ou mesmo chinesas, e aos progressos políticos do Islame. Mas

---

(¹) Davids, *Early economic conditions in North India*, pp. 876-7.
(²) *Catalogue of the Coins of the Sultans of Delhi*, p. XVIII.
(³) Appadorai, p. 21; *Numismata Orientalia*, t. III, Parte 1, p. 22.

quer no Norte quer no Sul, seja anterior seja posteriormente à conquista muçulmana ou ao estender dos tentáculos comerciais dos crentes do Crescente, não devemos de modo algum subestimar o papel da circulação do terceiro metal, o não precioso. *Kásu*, nome que tinha, primitivamente, a moeda de cobre, acabou por designar a riqueza mobiliária e o numerário em geral, qualquer que fosse o metal de que era cunhado. Os *zecchini* de ouro venezianos, tão abundantes no Malabar, não são aí conhecidos, com efeito, por *sánár-kásus*? (4)

§ *1 — No Hindustão:* delhiwáls *e tolás*

Se a Índia é um mundo, a sua parte setentrional já o é só por si. Por isso, querer encontrar por todas as suas regiões o mesmo sistema ponderal e monetário, do Sindh ao delta gangético, do Hindo-Kush aos Montes Vindhya, e ainda por cima sempre idêntico a si próprio desde a época búdica até Baber, ou pelo menos até à conquista muçulmana, afigura-se-nos que serve ùnicamente para baralhar tudo e definir um modelo sem qualquer relação com a realidade. E isto é assim inclusivè nos momentos de unidade política; supor o contrário seria iludirmo-nos grosseiramente quanto à eficácia da autoridade central.

De facto, as primeiras amoedações hindustânicas — entendamos as que se estendem por alguns séculos — não são lançadas por uma autoridade central nem sequer reguladas por ela: na época búdica não passam de peças rectangulares marcadas com as marcas privadas de mercadores de metais ou de ourives. De umas, inteiramente de cobre, a circulação devia ser tão só local (*Local Coins*). Quanto às outras, *Punch marked* (acabamos de ver o que significam estas palavras), em geral de bilhão, ou, raramente, de prata, seria maior a sua irradiação. Acham-se de quase todos os pesos a partir de 1,6 gr, mas com tendência a concentrarem-se entre 3,1 gr e 3,5 gr (são nada menos do que os dois terços da colecção) e entre 10,75 gr e 10,95 gr. Estaremos perante um sistema assente numa peça pesada de cerca de 11 gr e numa pequena peça que seria o seu terço e tenderia a impor-se no meio desta ampla dispersão ponderal? (5) Das emissões de espécies áureas não temos quaisquer testemunhos numismáticos, mas Heródoto documenta-as, e são mesmo consideradas mais frequentes do que as espécies brancas, que apenas se tornariam correntes a partir da era cristã (6). O leque abre-se largamente com a amoedação bactriana e indo-grega (305-120 a. C.): tetradracmas, tridracmas, didracmas, dracmas (de 4,25 — 4 gr) e hemidracmas áticas, em concordância fácil com o sistema aqueménida (cuja tridracma equivale à tetradracma grega) circulam lado a lado com peças de 3,4 gr, de 6 ou 5,9 gr, de 8 gr, de 8,8 gr e de 9,4 gr, bem como com todas as minúsculas moedas de 0,58 gr a 0,65 e de 1,6 gr a 1,8 gr; a esmagadora maioria oscila, todavia, entre 2 e 2,6 gr (7). A gama parece reduzir-se de novo sob os Indo-Partos, situando-se o máximo em 9,5 gr, e sendo as peças mais correntes as de 9 — 9,5 gr e as de 2,2 — 2,45 gr; acham-se também de 7,5 — 7,8 gr, de 1,392, 1,131 e 0,789 gr (8). Durante os seis primeiros séculos da era cristã não se cunham talvez, em prata, senão pequenas peças, distribuídas provàvelmente por três categorias ponderais: a primeira de 0,648 gr, a segunda de 1,166 a 1,490 gr, e a terceira, de longe a mais importante, de 1,814 a 2,35 gr. Ao mesmo tempo são emitidas espécies amarelas, de que a quase totalidade, sob os Afghanes, pesa entre 7,25 e 7,995 gr, embora as haja também de 1,938 gr e de 5,312 gr; com os Guptas, é a peça de 9 a 9,8 gr que predomina em esmagadora proporção, conquanto coexistindo com outras moedas de 7,25 a 8,4 gr e de 5 ⅔ a 6,5 gr; um exemplar atinge 10,885 gr (9).

---

(4) *Numismata Orientalia*, cit., p. 57.

(5) *Catalogue of the Coins in the Indian Museum*, t. I, pp. 137-159; Decourdemanche, pp. 41-49 e 81-82. A classificação proposta por este autor, com o fim de reduzir todo o material ao sistema aqueménida das unidades de 90, 120 e 140 grãos, conquanto muito astuciosa, é inùtilmente complicada e não se nos afigura que resista a uma análise à lupa. E ainda menos resiste a ideia de Davids (citado) de considerar como unidade ponderal para os três metais o *karsha* de 9,48 gr.

(6) Davids, citado.

(7) Decourdemanche, pp. 52-63.

(8) Idem, pp. 64-9.

(9) Idem, pp. 70-3.

Esta longa digressão através das antigas amoedações era indispensável para nos darmos conta da diversidade de tradições que se cruzam no Norte da Índia e da impossibilidade de arrumar a rica variedade de peças efectivas no quadro rígido de um sistema metrológico e numismático único, como é costume fazer. Além disso, travámos deste modo conhecimento com boa parte das espécies que iremos encontrar na época portuguesa e moghol. Até ao dealbar do século XIII, aliás, é a amoedação tradicional a única que subsiste; de facto, as peças de bilhão continuam a ser a grande massa circulante no Hindustão. O primeiro conquistador muçulmano do Pendjabe, Mahmud de Ghazna (998-1030), não fez mais do que duplicar a legenda hindu por uma legenda árabe ([10]), depois os caracteres árabes substituem os caracteres *nagári:* e é tudo ([11]).

Ao abrir o século XIII inicia-se no império de Delhi a cunhagem da prata em grande escala, que durará durante uma centúria e mais, até expirar o primeiro quartel de Trezentos e mesmo depois. O sultão «escravo» Iltutmish (1211-1236) lança, com efeito, uma grossa peça branca com o peso do tolá *(tolah).* Alguns anos volvidos, Nasir-ad-Din Mahmud (1246-1265) manda cunhar uma moeda de ouro com o mesmo peso ([12]). Numismatas e orientalistas estão de acordo, em geral, em considerar este tolá como igual à futura rupia dos Moghois, a que atribuem o peso teórico de 175 grãos ingleses (11 ⅓ gr) ([13]); Codrington estima o tolá num peso levemente inferior: cerca de 174 grãos ([14]), isto é, 11,268 gr, e Brown em apenas 172,8 grãos (= 11,179 gr) ([15]), ao passo que Kalikinkar Datta o supõe inferior à rupia ([16]). Na realidade, assim como não haverá (vê-lo-emos) um padrão ponderal único para a rupia, havia vários para o tolá: o exame dos exemplares conhecidos prova-o à saciedade. Por outro lado, pende-se demais a apresentar como inovação este peso conhecido pelo nome de *tolah* — ou melhor, estes diferentes tolahs: pois achámos espécies com pesos compreendidos entre 10,75 e 11 gr desde os primórdios da amoedação hindustânica. O tolá de 11 ⅓ gr não passa provàvelmente da dupla dracma aqueménida (cuja unidade é de 5 ⅔ gr, peso com que se encontram também peças). Além disso, este tolá representa duas vezes e meia a unidade ponderal de 4,45 gr a que correspondia uma moeda argêntea fortemente espalhada no norte da Índia, visto que o mercador árabe Sulayman, em meados do século IX, ao descrever as espécies que aí circulavam, explica que o seu peso «é igual ao de um dirheme e meio da moeda do rei» dos Árabes (e o dirheme pesa 2,97 gr) ([17]). Mas nunca anteriormente, ao que parece, se tinham cunhado peças com esse peso de tolá de 11 ⅓ gr.

Aquela unidade monetária cuja reputação Sulayman celebrava, qualificada de «vermelha» ou «branca» consoante o metal, foi baptizada por várias fontes com o nome de *tankah*, de uma palavra sânscrita que significa «peso», e, em sentido derivado, «peça com certo peso», logo, também, «moeda cunhada»; *tankah-shala* designa a Casa da Moeda e *tankah-pati* o moedeiro ([18]). Veremos que este peso

---

([10]) *Encyclopédie de l'Islam*, na entrada «tanka» (J. Allan).
([11]) *Catalogue of the Coins of the Sultans of Delhi*, p. XIX.
([12]) Idem, pp. XIX-XX (atribui a peça de ouro a Balban, 1266-1287); *Encyclopédie de l'Islam*, «tanka».
([13]) *Catalogue... Delhi*, p. XX; *Encyclopédie de l'Islam*, «tanka»; Major, *India in the XVth Century*, p. 20, nota 2 (rupia=174,5 grãos de prata pura).
([14]) *Musulman Numismatics*, p. 119.
([15]) *Coins of India*, p. 74.
([16]) *Advanced History of India*, p. 308, nota.
([17]) Ed. Ferrand, p. 48; preferir a ed. J Sauvaget, *Relation de la Chine et de l'Inde rédigée en 851* (Paris, 1948), p. 12.
([18]) Gerson, *Numismática indo-portuguesa*, pp. 60-2; Otto Spies, *An Arab Account of India*, pp. 51-2; *Encyclopédie de l'Islam*, «tanka».

de tankah deve ser de 4,45 gr. Outras palavras homógrafas ou homófonas podem ter induzido em confusão, assim a palavra chagatai *tanga* ou *tanka* que quer dizer *branco* [19] e a palavra konkani *tanki* cujo significado é «parte», e mais precisamente «quinto» (veremos igualmente que a tanga é o quinto do pardau). As peças de cerca de 11 gr deveriam pois ter sido conhecidas por *tolás* [20]; na época moghol sê-lo-ão por *rupias*, nome bem antigo *(rupiya)* e que significa «peça metálica de forma definida» [21].

Ao lado das bases ponderais tradicionais, Iltutmish introduziu, no decurso do primeiro terço do século XIII, o sistema monetário árabe, que veio aliás inserir-se melhor ou pior nas estruturas existentes, pois o dirheme é os 2/3 da tanga. Assim, no século XIV, Hohâmmed ibne Tughuluk (1325-1351) e Firuz Shah (1351-1388) tentaram reduzir toda esta variedade a um sistema único, ou antes, a dois sistemas, um de base quaternária, válido no Hindustão (e anterior à conquista muçulmana, como mostrou O. Spies), o outro parcialmente decimal, em vigor no Dekkan setentrional, que pertencia então ao império pathane. A unidade que permite defini-los é o *djital* de cobre, que se subdivide por seu turno em faluzes ou felces (4 ou 3, ou mesmo provàvelmente 5, consoante as regiões).

Vejamos como se apresenta o sistema na base quaternária [22]:

	Ya- -gani	Do- -gani	Shash- -gani	Hasht- -gani	Dawazdah- -gani	Shanzdah- -gani
Ya-gani	1					
Do-gani	2	1				
Shash-gani	6	3	1			
Hasht-gani	8	4	1 ⅓	1		
Dawazdah-gani	12	6	2	1 ½	1	
Shanzdah-gani	16	8	2 ⅔	2	1 ⅓	1
Peca de 48	48	24	8	6	4	3
Peça de 64	64	32	10 ⅔	8	5 ⅓	4

Como *gani* ou *kani* quer dizer «contém» ou «conta» [23], e a primeira palavra do composto é um numeral (de que a primeira coluna dá o significado), o *ya-gani* é a peça de um djital, o *do-gani* a de dois djitais, e assim por diante.

Atribuir números aos pesos de todas as moedas deste leque levanta problemas altamente embaraçosos. Lane Poole e O. Spies consideram a peça de 64 como sendo o tankah, que por seu turno identificam com o tolah de 175 grãos; sobre esta dupla base calculam as diferentes peças. Brown, esse, parte da equivalência do tankah de prata a 48 djitais, no Hindustão, a 50 no Dekkan. Os Portugueses conhecerão bem a tanga de 48 e a tanga de 50 bazarucos. Mas, sendo assim, onde Brown escreve «djitais» é evidentemente necessário ler, sim, «faluzes», subdivisão do djital. Por outro lado, a assimilação da peça de 64 ao tolá poderia não passar de um equívoco. Tentemos ver claro nesta embrulhada.

Sabemos que o hasht-gani «tem o mesmo peso que o dirheme de prata que corre no Egipto e na Síria. O valor de uma e outra peça é o mesmo e não difere quase em nada». São necessários 8 dirhemes para fazer um tankah (Al-Qalqashandi, cit.) O dirheme egípcio-sírio pesa, teòricamente, os 7/10 do mithkal de 4,25 gr, por conseguinte 2,97 gr [24]; sob os Ayyubidas os dirhemes pesavam, efectivamente, entre 3 e 2,785 gr, e os meios entre 1,4966 e 1,4059 gr; com os Mamelucos Bharidas os seus pesos tornam-se mais irregulares, tendendo, como seria de esperar, a enfraquecer [25]. Avaliações, independentes entre

---

[19] O. Spies, citado.

[20] J. Allan, na *Encyclopédie de l'Islam*, citado.

[21] Davids, citado.

[22] Al-Qalqashãndi, trad. O. Spies, cit., pp. 53-5 (cf. a nota do trad., pp. 51-2); *Catalogue... Delhi*, introdução.

[23] O. Spies, citado. Liga-se muitas vezes de preferência à palavra *kono* ou *kano* que significa «grão» (por exemplo, Gerson, cit., p. 62) ou, mais geralmente, «unidade» (Brown, *Coins of India*, p. 74).

[24] *Encyclopédie de l'Islam*, entrada respectiva (van Zambaur).

[25] Poole, *Coinage of Egypt*, pp. 61-216.

si, atribuem ao dirheme da Índia igualmente uns 3 gr ([26]). Além disso, segundo Sulayman (em 851) a moeda da Índia equivale a um dirheme e meio; é, portanto, o dawazdah-gani. É a partir destes alicerces sólidos que se deve, em nossa opinião, calcular todo o sistema monetário. Mas então os resultados já não concordam com a equivalência da peça de 64, do tankah e do tolah, aceite por Poole e Spies.

Na realidade, o nome de tanga aplica-se a pesos e moedas diferentes. No caso vertente, designa sem equívoco a maior peça do sistema quaternário, aquela que, valendo 8 dirhemes hashtgani, deve pesar 23,76 gr. No sistema dekkani, a peça maior parece ter sido a de 60. Os Portugueses, com efeito, serão unânimes em dizer que há cinco tangas por pardau, o que se ajusta perfeitamente com o que dissera Ibne Haukal: «Les monnaies qui ont cours dans la vallée de l'Indus étaient appelées candahariennes ou gandhariennes, suivant qu'elles avaient été frappées dans la ville de Candahar ou dans la capitale de Gandhar et un dirhem ou pièce d'argent équivalait à 5 dirhems ordinaires». Estes dirhemes correntes são as tangas, e o dirheme que vale cinco, peça de prata, é o pardau de tangas ([27]). Ora, essa tanga singela, sabemos de certeza que pesava 4,4 gr (visto que os Portugueses a cunharam): trata-se, pois, do dawazdah-gani ou peça de 12, porquanto, como o hasht-gani pesa 2,97 gr, o cálculo teórico dá para aquela 4,455 gr (reencontramos por esta via a indicação de Sulayman). Novo fogo cruzado para chegar à mesma conclusão: o tolá divide-se em 32 *vals*, deve portanto corresponder à peça de 32 e não à de 64. Além disso, o peso conhecido pelo mesmo nome de *tanga* corresponde a 4,4 gr aproximadamente, visto pesar 12 *vals* e cada *val* pesar 0,357 ou 0,365 gr ([28]). Esta tanga equivale ao mahmudi persa.

Somos assim levados ao quadro seguinte:

Duplo sistema monetário do império de Delhi

	Valor em djitals	Valor em faluzes	Peso de prata gr.
Ya-gani	1	4	0,37
Do-gani	2	8	0,74
Shash-gani (tanga preta)	6	24	2,22
Hasht-gani (dirheme)	8	32	2,97
Peça-de-10	10	40	3,71
Dawazdah-gani (tanga)	12	48	4,45
Shanzdah-gani	16	64	5,94
Peça de 24	24	96	8,91
Peça de 30 (tolá)	30	120	11,13
Peça de 32 (tolá)	32	128	11,88
Peça de 48	48	192	17,82
Peça de 60 (pardau)	60	240	22,27
Peça de 64 (pardau)	64	256	23,76

De 1329 a 1333 Mohâmmed ibne Tughuluk quis substituir a circulação de prata por um sistema fiduciário de moedas de bronze de valores e pesos iguais aos das espécies brancas correspondentes, mas a sua tentativa fracassou: a cunhagem não era monopólio estadual, por isso os falsos-moedeiros puderam trabalhar tranquilamente. O preço das antigas moedas viu-se multiplicado por quatro e cinco. Por outro lado, ao velho tolá substituíra uma nova unidade ponderal de 140 grãos (= 9,07 gr), a que correspondia uma peça argêntea baptizada *justo (adli)*, e no que respeita ao ouro creara a peça de 200 grãos (= 12,958 gr) ([29]). Estas espécies regressam à razão tradicional no Islame, entre o mithkal

([26]) Wilson, *Glossary of Indian Terms*, p. 143 (cit. por Ferrand, *Poids, mesures, monnaies des mers du Sud*, p. 257).

([27]) Já citado por Decourdemanche, p. 85. Mas a interpretação proposta por este autor é, uma vez mais, inùtilmente complicada e não resiste à análise.

([28]) *Lembrança das cousas da Índia*, p. 39 (1525).

([29]) Brown (cit., p. 74) dá números ligeiramente superiores: 144 e 201, 6 grãos.

de ouro e o dirheme de prata: este é os 7/10 daquele. Será também, como pretende Decourdemanche (p. 88), o regresso à razão de 1:14 entre os dois metais, sagrada para o Crescente? Ou, conforme querem outros historiadores, um ajustamento à depreciação do ouro consecutiva à avalanche de presas que os saques das conquistas de Alah-ud-Din (1296-1316) no Sul precipitaram para o Norte? [30] Reatava-se aliás com unidades ponderais já adoptadas na Índia de outrora. Mas em nossa opinião o carácter essencial destas experiências sem seguimento é que constituem os sinais premonitórios da grande crise que se aproxima.

Convém, neste momento, prestar atenção ao exame dos exemplares numismáticos. Comecemos pelo ouro.

Na colecção do British Museum, em 21 peças áureas do período de 1210 a 1324, o peso mínimo é de 10,626 gr, o máximo de 11,209 e o dominante de 10,819 gr. Segundo Ibne Batutah (t. III, p. 106), o dinar da Índia vale dois dinares e meio da moeda do Maghrebe; como a dobra almóhada pesa, teòricamente, 4,75 gr, o «dinar» indiano pesaria portanto, teòricamente também, 11,875 gr, isto é, um tolá forte; como no século XIV a dobra maghrebina está já enfraquecida, o peso real desse «dinar» indiano é evidentemente inferior ao que calculámos: o viajante muçulmano concorda com os dados do catálogo.

Com o declínio do império de Delhi o tolá de ouro decai também, a partir de 1351: as oito peças do British Museum que datam de entre 1351 e 1388 pesam sòmente 10,8 gr, no máximo 10,999 gr. Mahmud Shah II (1392-1412) ainda mandará cunhar alguns — um exemplar do British Museum pesa 11,08 gr [31], e sob Mu'izz ad-Din Mubarak (1421-1433) lançar-se-ão as derradeiras emissões: durante um século não haverá qualquer cunhagem de ouro [32]. A amoedação de tolás áureos continuará todavia nos reinos que se formaram da desagregação do império. No Malwah (1401-1530), os quadrados pesam desde 10,626 a 11,08 gr, estabelecendo-se o peso mais corrente em 10,917 gr [33]. No Jaunpor, as emissões nunca foram consideráveis; as raras peças cunhadas de 1394 a 1493 pesam 10,756 ou 11,339 gr [34]. De igual modo em Bengala, onde o peso se fixa em 10,756 gr [35]. No Dekkan, sob os Bahmanis de Kulbarga (1347-1525), se o tolá desce por vezes a 10,626 gr, é em 11,016 gr que se estabelece o seu peso mais frequente [36]. Em suma: por todo o lado esta peça áurea fica compreendida entre o máximo de 11,339 gr e o mínimo de 10,626 gr. Haverá interferência de dois valores do tolá: 175 e 168 grãos (ou seja, 11 $\frac{1}{3}$ gr e 10,886 gr), ou mais simplesmente degradação de um único, como é corrente em numismática? Apesar da simplicidade da última hipótese, inclinamo-nos para a primeira.

Uma outra fonte muçulmana declara que o tankah vermelho equivale a três miticais [37]; o cálculo, teórico, dá $3 \times 4{,}25$ gr $= 12{,}75$ gr. Uma peça de Kulbarga pesa efectivamente 12,634 gr, e no Guzerate, vê-lo-emos, um dos tipos de «madrafaxão» tem o peso médio de 12 gr. Em compensação, não é de certeza nesta categoria que devemos arrumar um quadrado de ouro do Malwah, que atinge 13,4 gr [38]; talvez esteja relacionado com o tolá de 10,88 gr, de que representa 1 $\frac{1}{4}$.

Quanto à prata, as 75 peças do British Museum que datam do século XIII e do primeiro quartel do XIV têm o peso médio de 10,756, elevando-se quando

---

(30) *Advanced History of India*, p. 322; Brown, citado.
(31) *Catalogue ...Delhi*, p. 88.
(32) *Encyclopédie de l'Islam*, «tanka».
(33) *Catalogue of the Muhammadan States of India*, pp. LII-LV e 114-129.
(34) Idem, pp. XLII-LII e 88-112; Brown, *Coins of India*, cap. VIII, § 1.
(35) *Catalogue of the Muhammadan States*, pp. XXXVII-XLI; Brown, cit.
(36) *Catalogue of the Muhammadan States*, pp. LXII-LXVI.
(37) Apud Sauvaire, *Matériaux*, pp. 215 ss.
(38) *Catalogue of the Muhammadan States*, cit.

muito a 11,08 mas descendo até 10,432 gr ([39]). A colecção do Museu Indiano, em Calcutá, parece repartir-se entre duas séries: uma, a série da rupia forte, com 175 grãos (11 ⅓ gr), a outra, a da rupia fraca, com 168 grãos (10,8864 gr) ([40]). No Sindh, as peças que datam de entre 1223 e 1239 pesam quase sempre 11,016 gr, e uma delas 10,951 gr ([41]). Aqui a amoedação do metal branco faz-se na mesma base que em Delhi ([42]). A decadência imperial trouxe consigo, desde meados de Trezentos e por uns dois séculos, o desaparecimento da cunhagem da prata, como da do ouro. Só excepcionalmente é que no reinado de Mahmud Shah II (1392-1412) houve ainda emissões, de 11,209 gr cada peça ([43]).

Nos estados muçulmanos do Hindustão e do Dekkan, nascidos do desmembramento do império pathane de Delhi, as emissões de prata prosseguem, todavia, e continua a ser o tolá que serve de unidade ponderal. Assim, durante a dinastia dos Bahmanis, no reino dekkani de Kulbarga, as peças brancas pesam na maior parte das vezes 170 grãos (11,016 gr), descendo num ou noutro caso a 164 (10,626 gr) ([44]). Em Bengala, a imitação dos tipos de Delhi degenera progressivamente, o toque baixa de 0,996-0,990, no começo do século XIV, para 0,989-0,962 no reinado de Azam Shah, enquanto o peso se fixa por fim em 10,756 gr; toda a arte de amoedação se revela aliás desleixada, conquanto as emissões continuem numerosas ([45]). No Malwah, com o peso do tolá temos unicamente moedas de ouro; o metal branco foi amoedado de acordo com três categorias ponderais:

5,442 gr, ou seja, o meio tolá ($5,442 \times 2 = 10,884$ gr), em relação com a unidade «fraca» ou então ligeiramente enfraquecido;

4,989 gr, que poderia bem ser a tanga larim algo aligeirada, ou a metade da unidade de 80 grãos persas (9,8 gr) que veremos em uso em Cambaia (meio madrafaxão);

2,786 gr, isto é, incontestàvelmente, o quarto de tolá «médio» ($2,784 \times 4 =$ $= 11,144$ gr), ou dirheme ([46]).

As moedas de prata do Cachemira estão compreendidas entre 5,896 gr e 6,285 gr, sendo o peso médio de 6,091 ([47]); trata-se, portanto, de um tipo monetário diferente, em relação, segundo toda a probabilidade, com a unidade fortíssima que vimos adoptada em Delhi mas para o ouro e cujo peso teórico é de três miticais ou tridracma (12,75 gr). No reino de Jaunpor parece que não se cunharam espécies brancas durante o século que vai de 1394 a 1493 ([48]).

Sobre o primitivo fundo aqueménida-ático vieram-se enxertar influências sassânidas primeiro, muçulmanas em seguida e persas recentes, modelando assim as amoedações do Hindustão. Por toda a parte a unidade efectiva parece ter sido um peso de cerca de 11 gr, o que corresponderia melhor à peça de 30 djitais do que à de 32, cujo peso teórico é de 11,88 gr. Mas, vale a pena sublinhá-lo, o que há na realidade é sobreposição de pelo menos três tolás — 11,88 gr, 11,33 gr e 10,88 gr — que deveriam corresponder a regiões diversas conquanto misturando-se devido às correntes de circulação. Dá-se também, pelo jogo das quebras

---

([39]) *Catalogue of the Coins ...Delhi.*
([40]) Decourdemanche, pp. 86-7.
([41]) *Catalogue of the Muhammadan States,* pp. 64-5.
([42]) Idem, pp. XLV-XLVII.
([43]) *Catalogue ...Delhi,* p. 88.
([44]) *Catalogue of the Muhammadan States,* pp. LXII-LXVI.
([45]) Idem, pp. XXXVI-XLI; Brown, cap. VIII, § 1.
([46]) *Catalogue of the Muhammadan States,* pp. LII-LV e 114-129. A classificação é, bem entendido, da nossa responsabilidade.
([47]) Idem, pp. XLVII-XLIX e 68-85.
([48]) Idem, pp. XLIX-LII e 88-112.

e dessas interferências, uma tendência para a coincidência dos dois sistemas — o quaternário, do norte, e o decimal, do sul —, de modo que o pardau se fixa em 22 gr aproximadamente, contendo 5 tangas *dawazdah-gani* de 4,4 gr (valendo 12 djitais). Ao lado encontramos, menos empregada todavia, uma unidade pesada com o peso teórico de 12,75 gr — três mithkals ou tridracma ática ([49]).

Se não é possível contestar a realidade das emissões de espécies de prata e de ouro no Hindustão, e se o seu alcance não se mostra de modo algum de desprezar, são contudo os delhiwals de cobre que parecem ter dominado a circulação monetária, salvo em Bengala, onde a função que aqueles desempenham é desempenhada pelos cauris e onde o segundo metal precioso abunda. Os sistemas monetários é em relação ao djital e ao fals (faluz ou felce), unidades de cobre, que se ordenam. Interrupções prolongadas cortam as emissões de espécies preciosas, ligadas, como sempre, ao poderio e ao prestígio do Estado. Ao lado da tanga branca ou real — *tankah nukra* — ou tanga de boa moeda, a tanga preta — *tankah siah* (que alguns identificam com o shash-gani ou peça de 6 djitais ([50]), mas que pode bem ter derivado do envilecimento do dirheme ou hasht-gani) tornar-se-á a unidade mais corrente, porque a sua cunhagem não é monopólio de Estado.

As peças de cobre ou de bilhão (estas com menos de 1/10 de metal branco) ([51]) apresentam-se ora sob a forma de círculos — assim é no Cachemira —, ora de quadrados, consoante as regiões ou as épocas históricas (no Malwah, por exemplo, primeiro redondas, passam depois, em parte, a quadradas). São três os pesos que se encontram com mais frequência: 38-40 grãos (2,46-2,59 gr), 70-80 grãos (4,535-5,183 gr) e 140 (descendo por vezes a 120)-163 grãos (9,07-10,56 gr); mas utilizou-se também um peso maior, de 230-250 grãos (14,9-15,197 gr), no Kulbarga, por exemplo ([52]), e os *bazarucos* guzerates eram ainda mais pesados.

Entre a desagregação do império pathane de Delhi e a ascensão do império moghol, o Guzerate constitui um reino assás poderoso, mesmo se umas tantas das suas opulentas cidades gozavam de ampla autonomia. Estamos aqui perante um dos complexos industriais e comerciais de maior relevo no Oriente, e em todo o mundo de então, ao qual coube um papel extremamente importante na expansão portuguesa. Convém por isso examinar mais de perto as suas emissões monetárias. Tarefa difícil entre as difíceis, porquanto aí as moedas, por exemplo as de Diu, conforme se lê no *Livro dos pesos da Ymdia* (p. 28), «tem tantas mudanças e deferenças, que se nam podem escrever no certo; porque cada oito dias e mês alevantam e abaixão, segundo a moeda que entra na terra».

Antes de mais, travemos conhecimento com as unidades de conta que servem para exprimir os valores das espécies reais ([53]):

	Fedea	Droqua	Payqua	Bode	Valor em moeda portuguesa (reais) na cidade de Cambaia
Fedea	1	10	80	240	12
Droqua	1/10	1	8	24	1 1/5
Payqua	1/80	1/10	1	3	
Bode	1/240	1/24	1/3	1	

([49]) Unidade ponderal, o tolá é avaliado por Abot de Bazinghen (*Traité des Monnaies*, t. II, p. 264) em 11,898 gr, o que se ajusta bastante bem com o nosso cálculo da peça de 64 djitais, e por Bonneville (*Traité des Monnaies*, p. 212) em 12,2376 gr, o que deve corresponder ao antigo tolá fortíssimo, agora (princípios do século XIX) já enfraquecido.

([50]) O. Spies, *An Arab Account of India*, p. 51.

([51]) *Catalogue of the Muhammadan States*, p. XLIX.

([52]) *Catalogue of the Muhammadan States*, passim.

([53]) *Lembrança das cousas da India*, p. 38 (1525).

É em fedeas que se fazem as contas relativas a todas as mercadorias, mas trata-se apenas de um nome, explica Duarte Barbosa. No mesmo sentido, segundo o *Livro dos pesos* (p. 27), «E o que se usa na alfândega, no recebimento dela, é que se faz a recepta per fedeas, que não é moeda, que é um número per que se fala». A propósito da cidade de Cambaia, a *Lembrança das cousas da Índia* dá conta da maneira de falar por payquas «por a moeda [corrente] ser grossa» — isto é, pelo alto valor que têm as espécies efectivas (p. 38). A fedea vale ora 12 reais — é o caso na cidade de Cambaia —, ora 14, e até 18, segundo as praças ([54]). Em Diu igualmente, em 1508, era a primeira equivalência — 12 reais — que vigorava ([55]). No decurso do segundo quartel do século XVI a fedea depreciou-se fortìssimamente, devido talvez aos envios portugueses em massa, de cobre, para o Guzerate: o valor do larim em fedas viu-se multiplicado por mais de 8 entre os anos de 1525 e 1554! Na origem, não é impossível que a fedea tivesse correspondido à tanga preta — de bilhão —, visto que o seu curso em droquas podia também variar: em Cambaia havia-as de cinco sortes, valendo de 9 a 13 droquas ([56]).

O ouro circula em barras cujo valor depende do toque e do peso, mas também do estado do mercado ([57]). Amoedado, a unidade efectiva é o tolá; a seguirmos Duarte Barbosa, 2 ½ tolás equivalem a uma onça portuguesa, o que dá para cada 11,4 gr; os cálculos deduzidos dos dados da *Lembrança* conduzem a 11,694 gr. Na realidade, havia, em Quinhentos, pelo menos três tipos de *madrafaxão (madaforshahi)* — o nome desta espécie vem do nome do sultão Madaforxá (Madafor Shah), filho do sultão Mahmud ([58]). Um, de cerca de 10,7 gr ([59]), outro, de 11,469-11,599 gr ([60]), e o terceiro, que se chamava o madaforshahi novo, correspondendo à unidade pesada, de 12 gr ([61]). É em razão desta gama, bem como do estado da oferta e da procura, que em Goa os madaforshahis de Cambaia valem, uns, 21 tangas, outros, 22, e os últimos, ainda, 23 e 24 ([62]). As Casas da Moeda lançam também meios madaforshahis ([63]) e quintos ([64]).

Os fios são muito mais difíceis de desemaranhar no que respeita às emissões argênteas. Há, em primeiro lugar, madaforshahis que pesam 9,8 gr e valem, em 1525, em moeda imaginária, 7 ½ fedeas ([65]). Cunham-se, como seria de prever,

---

([54]) Duarte Barbosa, p. 289.
([55]) Barros, *Década* II, Liv. II, cap. 9.
([56]) *Lembrança*, pp. 47 e 51.
([57]) *Suma Oriental*, p. 348.
([58]) Idem, p. 363.
([59]) Castanheda (Liv. VIII, cap. 94) declara, com efeito, que vale 3 cruzados, o que faz $3 \times 3{,}58$ gr = 10,74 gr, supondo o toque igual. Segundo um documento de 13-X-1569 (T. de Aragão, t. III, doc. 11), o «madrafaxão» antigo vale 21 tangas e o novo, cujo peso é de 3 oitavas e 24 grãos (= 12,075 gr), 23½ tangas; em igualdade de teor, o primeiro pesaria 10,79 gr, e se supusermos um título igual ao do do *zecchino*, que pesa 3,559 gr e vale 7 tangas, teremos 10,677 gr.
([60]) *Catalogue of the Muhammadan States*, pp. 133-143 (duas peças datando de 1514 e 1523). Correspondem ao tolá corrente.
([61]) Idem, ibidem. 6 peças datando de 1539 a 1552, pesando todas igualmente 11,988 gr. O documento português de 1569 indica explìcitamente o peso de 3 oitavas e 24 grãos (= 12,075 gr). Segundo a *Lembrança* (1525), p. 38, o madrafaxão vale 112 fedeas ou — a 12 reais a fedea — 1344 reais; como o cruzado, de 3,58 gr e 23¾ quilates, vale 400 reais, o cálculo dá para peso do primeiro 12,02 gr
([62]) *Livro dos pesos*, p. 32 (1554).
([63]) *Lembrança*, p. 38.
([64]) Duarte Barbosa (p. 289) descreve uma moeda de ouro redonda, com caracteres árabes, que vale aproximadamente 200 reais, ou seja, os ⅔ de um pardau de Narsinga (pagode). Como este último pesa 3,433 gr, a peça guzerate deve pesar 2,289 gr., o que é precisamente o quinto do tolá de 11,4 gr de que fala esta fonte.
([65]) *Lembrança*, p. 38. O peso é dado explìcitamente por esta fonte (em relação ao marco português). Foi a partir desta base que calculámos os pesos das outras moedas, confrontando os cálculos com os exemplares efectivamente conhecidos. O peso do larim também é dado de forma explícita (5,1 gr, transposto para o sistema decimal — idem, p. 43); mas como a lei é diferente e a espécie persa goza de forte ágio (por isso vale 5½ fedeas — idem, p. 36), não deve servir de base para os cálculos feitos a partir das razões entre os valores.

meios madaforshahis, com o valor de 3 ¾ fedeas [66], logo de 4,9 gr; no decurso da segunda metade do século aligeirar-se-ão, e o seu peso real fixar-se-á em 4,7 gr [67]. Além disso, emitem-se tretanquis cujo valor é, em 1525, de 4 fedeas e 2 droquas, e meios tretanquis que valem, por conseguinte, 2 fedeas e 1 droqua. Calculando os pesos segundo as razões dos valores na mesma data e no mesmo local: 5,49 gr e 2,74 gr respectivamente; são, tudo o indica, meios e quartos de tolá (ou rupia). Que ao lado do madaforshahi de 9,8 gr existia efectivamente uma peça com o peso do tolá, inferimo-lo de uma passagem de Couto em que o cronista iguala o «madrafari» tanto a um meio patacão, por um lado, como a dois larins, por outro [68]: na verdade, o valor de dois larins em prata de toque inferior — 11 dinheiros — é representado por 11,48 gr. Certas terras foreiras da região de Damão pagavam o censo em «chaparizes» que o cadastro define: tanga de prata redonda, antiga, usada e corrente dos reinos de Cambaia. Como beneficiava de uma sarrafagem (ágio de câmbio) de 10 % sobre o larim e 4 ½ chaparizes valiam um pardau de ouro (para ter o valor do qual eram necessários 5 larins), essa moeda corresponde, segundo toda a probabilidade, ao tretanqui, o mesmo é dizer, à meia rupia [69].

A *Lembrança das cousas da Índia* cita um outro «madrafaxão» cujo valor é só de 5 fedeas e 6 droquas; um cálculo a partir do valor e do peso, conhecidos, do primeiro madaforshahi conduz a 7,33 gr, e efectivamente na colecção do British Museum o peso médio das peças que datam dos anos 1537 a 1553 é de 7,257 gr [70]. Trata-se, sem sombra de dúvida, da moeda conhecida sob o nome de *axery:* na verdade, esta pesava 7,2 gr, de acordo com os dados do *Livro dos pesos* que dela fala demoradamente [71].

Deste modo, na amoedação guzerate do metal branco parecem coexistir dois sistemas, duas tradições: o sistema cuja unidade efectiva é o tolá (com o pardau ou duplo tolá a emparelhar), e o que se apoia na peça de 9,8 gr (a antiga unidade persa de 80 grãos ou 10 óbolos, ligada provàvelmente a uma razão de 1:140 entre a prata e o cobre (Decourdemanche, p. 38).

Larins do golfo Pérsico [72] e pagodes de Vijayanágar [73] afluem ao Guzerate e exercem aí uma influência económica, e até monetária, considerável. Entre 1535, data da edificação da fortaleza e do estabelecimento do domínio português em Diu, e 1554-1557, a procura dos primeiros cresceu muito — os larins tornam-se mercadorias, escreverá o governador — e pode ser que o seu afluxo tenha diminuído em relação ao dos pardaus de ouro (aliás aqueles outros deixam de ser cunhados na própria cidade de Lar): na primeira data um pagode cambiava-se por 6 larins, agora já só por 5; a razão entre os dois metais, *no que respeita às moedas em causa,* passa, por conseguinte, de 9 para 7,5. Como a razão de 9 subsiste em Goa e noutras praças, as finanças régias perdem 20 %, visto que os soldos,

---

[66] Idem, p. 38.

[67] *English Factories in India,* t. I, pp. 100 e 154 (Surate, 29-V e XII-1619): 41 ½ rupias = 100 mahmudis. No British Museum só há exemplares da segunda metade do século XVI, e nenhuns anteriores; pesam, uns, 4,729 gr, outros, 4,794 gr. Mas é desta moeda que sem dúvida se trata já em Tomé Pires (*Suma Oriental,* 1512-1515, p. 348), sob o nome de «mastamudes»,» talvez ainda com o peso pleno. Chamar-lhes-ão também «mamudes».

[68] Couto, *Década* VII, Liv. II, cap. 3.

[69] *Tombo* de 1592. Esta fonte chama-lhe igualmente «mamude»: deve tratar-se de um engano, porquanto em relação ao mahmudi é, sim, o larim que beneficia de um ágio de 10 %.

[70] *Catalogue of Muhammadan States,* pp. 133-143 e LIX ss. Uma peça, um pouco posterior, de 6,868 gr, deve ser a mesma moeda enfraquecida.

[71] P. 29: o «axery» vale 12 «perogis», e o larim (5,1 gr) 8 ½.

[72] *Lembrança das cousas da Índia,* p. 38.

[73] Duarte Barbosa, p. 289.

ordenados, etc., estão fixados em reais e os pagamentos se efectuam em pardaus de ouro: ora estes últimos, em vez de valerem 360 reais, já só valem 300. Logo, há vantagem para o Tesouro régio em receber em «axerys» ([74]).

Na região de Diu, como na de Damão, os foros das terras são pagos em pardaus de ouro, em larins de prata, em djelalas de cobre, mais raramente em meias rupias, conforme mostram os *Tombos* de 1592: prova evidente da infiltração da economia marítima. Mas o papel do mahmudi cresce de importância em fins do século XVI e começos do XVII, de modo que o larim e ele dominarão os mercados guzerates. Dá-se ao múltiplo que contém cinco unidades, quer no caso de um como no do outro, o mesmo nome de pardau. Entre os dois há todavia uma diferença superior a 8 % a favor do larim, resultante do excesso de peso (5,1 gr contra 4,7 gr) e da vantagem do toque; sarrafagem que acabou por se ter de introduzir até na rotineira administração pública, esses 8 % são contabilizados pois nos livros dos feitores régios, visto as despesas com os vencimentos e mantimentos correntes se fazerem em pardaus de mahmudis. O pardau de larins, que valia outrora 300 réis, chegou a valer 450, ou seja mais 50 %, por alturas de 1635; e o pardau de mahmudis, um tudo nada menos. Mas no pagamento do soldo aos soldados continua a contar-se o pardau, transformado em unidade fictícia, por 300 réis ([75]). Nas contas e na correspondência dos feitores ingleses em Surate, Baroche (Broach), etc., são os mahmudis as espécies brancas indígenas mais frequentemente mencionadas ([76]).

Se de 1535 a 1554 o ouro se depreciou, em Diu, em relação à prata, esta valorizou-se igualmente, no decurso da segunda metade do século XVI, tanto em moeda de conta como em moeda de cobre.

O «axery», que valia a princípio 5 ½ fedeas ou um pouco mais de um duplo «perogi» ([77]), subiu para 60 fedeas ou 12 perogis ([78]). O perogi, inicialmente peça de bilhão, se duplicou de valor nominal no intervalo, deve ter todavia enfraquecido consideràvelmente, perdendo quase todo o seu metal branco. Vejamos porém como se compunha o sistema monetário guzerate quanto a estas peças não nobres (*Lembrança*, p. 38):

Moedas de bilhão (cobre e prata)	Valor em 1525
Perogi (ou perozil)	2 ½ fedeas (= 25 droquas)
Demedian	18 ½ droquas
Traquiva	1 fedea (= 10 droquas)
Moedas de cobre	
Galalea (ou djelala)	1 ½ droqua
Sabyabe	1 »
Meio sabyabe	½ »
Docotry	3 payquas (= ⅜ de droqua)

Na colecção do British Museum *(Catalogue of the Muhammadan States)* rastreamos três categorias ponderais, no que respeita ao cobre: 4,5 — 5,1 gr., 9,07 — 10,56 gr., e 14,9 — — 15,2 gr. Por outro lado, o vèdor da Fazenda distingue duas espécies de «bazarucos» (os Portugueses chamavam assim a todas as moedas de cobre): uma de 16,11 gr., de que 20 valem uma tanga, e a outra, que é o terço da primeira, com o peso de 5,37 gr (igual ao faluz de Ormuz) e de que são necessárias 60 para ter uma tanga ([79]). Coincidência notável com os exemplares conhecidos. Parece, portanto, que devemos identificar o djelala

([74]) *Livro dos pesos da Ymdia* (1554), pp. 28-9. Ordem do governador aos oficiais de Diu, 27-VIII-1557, no «Arch. Port. Oriental», fasc. V, p. 324.
([75]) Barreto Rèsende (1635), f. 264 (B. N. Paris, Port. 1).
([76]) *Letters received*, t. I, pp. 34 e 76; *English Factories*, t. I, pp. 100, 111 e 146.
([77]) *Lembrança das cousas da India* (1525), p. 38.
([78]) *Livro dos pesos* (1554), pp. 28-9.
([79]) Relatório de Aleixo de Sousa, 1545. Segundo Tomé Pires (*Suma Oriental*, p. 348), a moeda de cobre do Guzerate é «mais grossa que ceitis»; como estes últimos pesam 11,475 gr, refere-se evidentemente à djelala.

com a peça maior, o sabyabe com a média e o meio sabyabe com a de 5 gr aproximadamente, dada a coincidência entre as razões dos valores e as razões dos pesos. Quatro docotrys equivalem a um djelala, por conseguinte cada docotry deve pesar cerca de 3,75 a 4 gr. Voltamos deste modo a encontrar o duplo sistema: quaternário e ternário.

O bilhão e o cobre é que predominam nas emissões monetárias do Guzerate, bem como em todo o Hindustão (como se vê pelo *Catalogue of Muhammadan States*). Albuquerque comunicava para Lisboa o seu espanto por ver o reino de Cambaia aspirar todo o cobre que afluía ao Índico vindo quer do Cairo quer pela nova rota do Cabo; e todo ele era fundido em moeda, sem chegar a saciar a procura. Os Portugueses esforçavam-se então por barrar a navegação do Estreito de Meca, e por isso a escassez desse metal fazia-se sentir ainda mais angustiosamente ([80]). No entanto o sistema monetário guzerate rematava, no extremo inferior da escala, com a circulação de amêndoas não descascadas, que serviam para os trocos na praça, à semelhança dos cauris noutras regiões ([81]).

Um episódio mostrará bem a importância da moeda de cobre. Em 1559 o vice-rei ocupa Damão, que Cide Bofatá e os seus 3 000 Abexins têm de abandonar. Ao persegui-los através dos campos, um destacamento português comandado por António Moniz Barreto apodera-se de um número considerável de veículos carregados de moedas de cobre chamadas djelalas, da cobrança das rendas das aldeias ([82]).

§ 2 — *As moedas dos Grão-Moghois — o advento da rupia*

Durante quase dois séculos não houve amoedação imperial em Delhi. Mas os reinos muçulmanos do Hindustão e do Dekkan setentrional nascidos do desmembramento do império de Delhi jamais cessaram de cunhar peças de ouro e de prata. Além disso, decisivas transformações políticas, e até económicas possìvelmente, estavam a operar-se no Norte da Índia.

Em 1526, o moghol Baber recolhia em Delhi a herança dos Lodi fraquejantes e iniciava a reconstituição da unidade imperial do Hindustão. Cunha-se ouro, ao que parece, mas a sua cunhagem continua a não ter importância. Baber manda cunhar espécies brancas com 4,729 e 4,471 gr., geralmente classificadas como dirhemes de tipo timúrida; mas é possível uma outra classificação, que aproxime as peças mais pesadas dos mahmudis ou meios madaforshahis aligeirados; as outras constituiriam ou um enfraquecimento mais acentuado dos mahmudis, ou muito mais provàvelmente, tangas de pleno peso; talvez as moedas argênteas de Baber resultem da confluência da tradição timúrida e da influência económica guzerate. Seja como for, as emissões de maior importância continuam a ser as de cobre ([83]). Durante o primeiro reinado de Humayun (1530-1540) a cunhagem da prata continuou na mesma base: as seis peças do Museu Indiano pesam de 4,716 a 4,6 gr. ([84]). No British Museum os exemplares agrupam-se em cinco categorias: um pesa 2,397 gr., é evidentemente um meio dirheme timúrida ou meio mahmudi; outro pesa 3,045 gr.; há um de 4,406 gr., tudo indica que se trata de uma tanga; outros estão compreendidos entre 4,729 e 4,6 gr., vimos como classificá-los; e um grupo escalona-se de 7,322 a 7,128 gr., classificá-lo-emos de bom grado como cópias de «axerys», logo sob a influência da economia guzerate. As peças de ouro distribuem-se por dois grupos: os quartos e os oitavos de dinar, pesando respectivamente 1,036 — 0,842 e 0,512 gr. ([85]).

Foi, todavia, no reinado desse Sher Shah que, apoiando-se nos Afghanes, arrebatou temporàriamente aos Moghois o trono imperial (1540-1545), que se realizou uma remo-

---

([80]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 135 (30-XI-1513).
([81]) Idem; Duarte Barbosa, p. 289.
([82]) Couto, *Década* VII, Liv. VI, cap. 6.
([83]) *Catalogue of the Coins of the Moghul Emperors*, pp. 5-7; *Catalogue of the Coins in the Indian Museum*, pp. 3-4; Decourdemanche, p. 95.
([84]) *Catalogue of the Coins in the Indian Museum*, pp. 5-6; Decourdemanche, p. 95.
([85]) *Coins of the Moghul Emperors*, pp. 8-10.

delação total do sistema monetário. Sher Shah voltou em parte ao sistema dos reis pathanes, mas lado a lado com o tolá de 11 ⅓ gr., adoptou um outro mais pesado, de 11 ⅔ gr.: na colecção do British Museum, com efeito, em 20 peças de prata, 6 pesam de 11,38 a 11,597 gr., 8 ajustam-se precisamente ao peso de 11 ⅓ gr., e 6 não o alcançam mas o exemplar mais leve não desce senão a 11,08 gr. A quase totalidade das moedas é circular, encontra-se no entanto um quadrado ([86]). Com Salim e Firuz (1545-1554) e com Mohâmmed 'Adil Shah (1554-1555) o peso das moedas argênteas escalona-se de 11 ⅔ gr. a 10,497 gr., situando-se a maioria dos exemplares entre 11 ⅓ e 11,144 gr. ([87]). O tolá leve de 10,88 gr. veio assim juntar-se aos dois outros.

Quando Humayun retomou nas suas mãos o império (1555-1556), mandou cunhar moedas de prata de 11 ⅔ gr., continuando deste modo as novas emissões ([88]). O seu sucessor Akbar (1556-1605), o grande edificador e organizador do império moghol, satisfeito por herdar a obra administrativa de Sher Shah absteve-se de tocar no novo sistema monetário assente na rupia de prata, nascida — ou antes, ressuscitada — em 1542 ([89]).

As rupias dos Grão-Moghois distribuem-se por dois grandes grupos, um definido pelo peso teórico de 11 ⅔ gr., outro pelo de 11 ⅓ gr.; um pequeno número de peças liga-se ao tolá leve de 10,88 gr. ([90]). O seu teor ultrapassa sempre os 11 dinheiros, situando-se na maior parte das vezes à volta de 11 ½ ([91]). Só insignificantes oscilações de peso e de título afectarão esta moeda de prata até o fim dos Grão-Moghois ([92]). A rupia tem uma forma circular, mas Akbar lançou também uma moeda quadrada com exactamente a mesma definição e as mesmas legendas, chamada *djalalah*.

Rupias e djalalahs engendraram séries paralelas de moedas divisionárias, respectivamente redondas e quadradas. Cada série compreendia, na realidade, duas sub-séries, uma binária — meio, quarto, oitavo, $^1/_{16}$ —, a outra decimal — quinto, décimo e vigésimo ([93]); esta última destinava-se sem dúvida a enganchar com a tanga simples ou 1/2,5 de tolá. No British Museum todos os exemplares pertencem à sub-série de divisor 2, mas tanto da categoria ponderal da rupia de 11 ⅔ gr. como da da rupia de 11 ⅓ gr.: meias rupias de 5,767 a 5,572 gr., quartos de 2,82 a 2,72 gr., e oitavos de 1,360 a 1,231 gr., talvez ainda (segundo Brown) peças de 1/16. Jahangir, durante os cinco primeiros anos do seu reinado (1605-1627), adoptou uma unidade ponderal mais forte, e mandou cunhar moedas de prata de 14,256 — 13,737 gr. e 6,868 — 6,804 gr., a fim de estabelecer a correspondência, tudo o indica, com os reales de a quatro e de a dos respectivamente. Mas em 1610 voltou ao sistema de Sher Shah e de Akbar; as suas rupias pesam 11,404 gr. e as meias 5,767 gr. ([94]).

A mesma dualidade de séries segundo a forma opõe as espécies de ouro redondas e quadradas. Podemos considerar como sua unidade ponderal o tolá fraco de 10,88 gr., pois de acordo com este peso foi cunhada a maioria das

---

([86]) *Catalogue of the Coins of the Sultans of Delhi*, pp. 105-117; Brown, cap. IX.

([87]) *Catalogue*, pp. 118 ss.

([88]) *Coins of the Moghul Emperors*, p. 10.

([89]) Quanto a esta data, G. Ferrand, *Poids, mesures et monnaies*, p. 172.

([90]) Decourdemanche, p. 96. Codrington (*Musulman Numismatics*, pp. 119-20) atribui à rupia de Sher Shah e de Akbar 11,572 gr.; Ed. Thomas («Numismata Orientalia», vol. I, Parte 1.ª, p. 67) e Brown (citado), um peso ligeiramente superior. Na realidade, as peças efectivas agrupam-se conforme Decourdemanche mostrou: consulte-se o catálogo da colecção do British Museum, por Lane Poole, *The Coins of the Moghul Emperors of Hindustan*, pp. 11-55 (que só considera aliás um único padrão ponderal — 11 ⅔ gr. —, de que as peças menos pesadas não passariam de degradações). Os exemplares do século XVIII arrolados no catálogo de Bonneville (*Traité des Monnaies*, pp. 225-6) mantêm-se dentro dos limites de 11,632 e 11,261 gr., sendo a moda de 11,473 gr.

([91]) Bonneville, citado. Segundo Major (*India in the XVth Century*, p. 20, nota 2), a rupia de Akbar e dos seus sucessores conteria 174,5 grãos ingleses de prata pura (ou seja 11,275 gr.).

([92]) Codrington, citado; Major, citado.

([93]) *Ayn-i-Akbari*, em G. Ferrand, citado, p. 172.

([94]) *Coins of the Moghul Emperors*, pp. 56-102.

peças [95]; moedas divisionárias em escala binária e talvez alguns múltiplos completavam a série ponderal do mohur [96]. Mas uma outra série ponderal serviu ainda para a emissão de espécies áureas, tendo como base o la'l-i-djalali de 12 gr ou um pouco mais [97], moeda correspondente certamente ao madaforshahi novo do Guzerate; esta série conta, além de alguns múltiplos e da escala binária dos sub-múltiplos, uma peça de um quinto, vamos já compreender porquê. O câmbio ao par é de 9 rupias por um mohur, e de 10 por um la'l-i-djalali; o quinto deste último representa portanto, com muita comodidade, a dupla rupia ou pardau de tangas. Como a rupia pesa 11 ½ mashah e o mohur 11 [98], devemos concluir que 9,4 pesos de prata de cerca de 11 ½ dinheiros de lei se trocam por 1 peso de ouro de quase 24 quilates.

Em 1595, na biografia e panegírico do seu senhor, o secretário Abu'l-Fazl podia escrever com orgulho: «Grâce aux soins de Sa Majesté l'empereur Akbar, l'or et l'argent ont été portés au plus haut degré de pureté; la forme des monnaies a été également améliorée. Les monnaies sont maintenant un ornement du Trésor et le peuple les apprécie beaucoup» [99].

No princípio do seu reinado, Akbar continuara a cunhagem das pequenas moedas de ouro na mesma base do seu predecessor: 1,166 e 0,583 gr. Depois lançara o la'l-i-djalali e seguidamente o mohur. No British Museum os exemplares do primeiro vão de 12,117 a 12,052 gr., e os do segundo de 10,951 a 10,756 gr.; encontram-se também meios (6,026 gr.) e quartos (2,98 gr.) de la'l-i-djalali. Jahangir experimentou, como para a prata, um outro sistema de base ponderal mais forte: as peças cunhadas de 1605 a 1610 pesam entre 13,672 e 13,089 gr. Mas a partir de 1610 abandonou esta tentativa, e voltou às emissões de mohurs (10,886 gr.) e de quartos (2,720 gr.) [100].

Em cobre, a unidade é o *dãm* ou *paysah*, que no reinado de Sher Shah pesava 21 gr ou ligeiramente mais [101], e que Akbar fixou em 20,5 gr aproximadamente [102].

Teòricamente o paysah correspondia à quadragésima parte da rupia, segundo o *Ayn-i-Akbari*: a razão entre a prata e o cobre seria portanto de 73. Na realidade, esta razão não podia deixar de variar de região para região de tão extenso império e consoante as épocas, em função, como observava Sparr de Homberg, da quantidade de cobre disponível no mercado e em função do teor. Em Surate, durante a segunda metade do século XVII, cambiar-se-á uma rupia por 30 a 40 paysahs, sendo o seu valor «normal» de 32, «conforme os navios trouxerem muito ou pouco cobre», ao passo que em Ahmadabah o câmbio será de 37 a 40, fazendo-as os cambistas subir ou baixar a seu bel-prazer uma vez que os governadores lhes permitem meter entre as peças lídimas algumas de peso nìtidamente inferior ou com liga de ferro. No coração do império, bem longe do mar, como os paysahs contêm 50 % de ferro, são necessários até 60 para ter uma rupia [103]. Segundo

---

[95] Decourdemanche, p. 96. Do primeiro quartel do século XVII, 14 exemplares no catálogo de Bonneville pesam 10,889 gr. cada, com 24 quilates; um exemplar tem 10,836 gr., com 0,934 de lei.

[96] Por generalização, chamaremos assim às peças de ouro de 10,88 gr., que recebem na realidade nomes diferentes consoante a forma ou aquilo que está cunhado; o *Ayn-i-Akbari* dá os nomes das diferentes peças.

[97] As peças do século XVIII do catálogo de Bonneville pesam 12,323-12,376 gr., os meios 6,161 gr. e os quartos 3,081 gr.; tal base ponderal será então muito correntemente empregada. O seu título permanece compreendido entre 0,980 e 0,988. É devido a esta pequeníssima baixa de teor que o peso excede, em compensação, os 12 gr. da sua definição inicial. Veja-se o *Traité des Monnaies*, pp. 225-6. O *aftabi* liga-se, ao que parece, a esta série ponderal, visto que vale 12 rupias e representa portanto 1 ¹/₅ do la'l-i-djalali.

[98] *Ayn-i-Akbari*, em Ferrand, citado, pp. 169-172.

[99] Idem, ibidem, p. 169.

[100] *Coins of the Moghul Emperors*, citado; Brown, citado, p. 91.

[101] Brown, cap. IX.

[102] 20,56 gr., cálculo a partir dos dados do *Ayn-i-Akbari*. Decourdemanche (p. 98) adoptou 20,4 gr.

[103] Sparr de Homberg, em Ferrand, citado, pp. 107-9.

Tavernier, é a distância a que se está das minas de cobre que governa o câmbio paysah--rupia: é de 55—56 em Agra e Ahmadabah, sobe a 46—50 em Surate; mas o mahmudi vale invariàvelmente 20 paysahs, o que parece indicar uma circulação meramente regional, restringida ao Guzerate. O leque das peças de cobre abrange essencialmente dois múltiplos do paysah — as peças de quatro e os duplos — e um submúltiplo, o meio ([104]). A colecção do British Museum compõe-se de duplos dams ou duplos paysahs, com 41,72 gr. aproximadamente, a que Brown chama tankahs, de peças unitárias, de quintos *(tanki)*, e de peças difíceis de classificar nesta escala, umas que pesam ¾ de dam, outras dir-se-ia que meios destes três quartos. Parece bem que há sobreposição de uma escala quaternária e de uma escala decimal ([105]).

As emissões de cobre, moeda tradicional e até então dominante no Hindustão, abundantíssimas ainda no tempo de Akbar, fraquejaram depois de Jahangir (1627), tornaram-se raras e os cauris foram-nas substituindo sem todavia fazerem desaparecer da circulação os paysahs e os seus múltiplos e sub-múltiplos ([106]). Tavernier testemunha este novo estado de cousas, desconhecido no século XVI, e do qual voltaremos a ocupar-nos. Houve, por conseguinte, uma grave crise do cobre no Hindustão a partir do segundo quartel do século XVII.

Regressemos atrás, a fim de pôr os problemas fundamentais da evolução monetária de que acabamos de traçar as grandes linhas.

Seria fácil cair na tentação de explicar a ausência de amoedação do ouro e da prata desde meados de Trezentos ùnicamente pelo declínio político do sultanato de Delhi, e o recomeçar das emissões ao aproximar-se o meio do século XVI tão só pela reconstituição de um império poderoso. As duas ordens de factos, é certo, parecem caminhar a par e passo. Como aconteceu também na Europa, onde a recuperação começou aliás mais cedo. Mas já assim não se dá no Egipto. A regressão monetária apresenta-se, grosso modo, paralela por toda a parte. No entanto, os estados muçulmanos, por exemplo o Guzerate, o Dekkan, etc., continuaram a cunhar os metais preciosos. Continuidade que não deixa de restringir consideràvelmente o alcance da paragem das emissões em Delhi. Apesar disso, é impossível não falar, no conjunto, de período difícil. Tratar-se-á ainda de repercussão da anemia mineira da Europa central e oriental? Talvez os diferentes factos não sejam realmente independentes no caso da prata, mas a explicação não vale para o ouro. A inflexão ascendente ligar-se-á à chegada maciça do metal branco do México e do Peru trazido ao Oriente pelas naus da carreira do Cabo e pelas caravanas da Pérsia? O novo incremento monetário no império de Delhi, em conexão recíproca com a restauração política é incontestàvelmente conexo também da reanimação económica geral — e em especial do surto e progresso industrial que reanima a larga faixa hindustânica desde o Guzerate até Bengala.

No retorno do império hindustânico às nobres moedas de ouro e de prata e na sua fidelidade a essas novas características monetárias, dois factores devem ter sido determinantes: por um lado, a influência económica, e especialmente monetária, do Guzerate, poderoso complexo industrial e comercial, e, por outro lado, a industrialização e comercialização do Hindustão, que a unidade política facilitou, se não a promoveu. Dado que o Hindustão não produz metais preciosos (o Dekkan aliás também não), como é que poderia obtê-los se não fosse graças a uma balança favorável das mercadorias? Com efeito, Tavernier testemunha claramente o afluxo impressionante de todas as espécies de numerário precioso ao império moghol, em cujos portos há Casas da Moeda destinadas a fundi-las e a cunhá-las de novo; mas é sobretudo por Surate que entra caudalosamente.

([104]) Tavernier, 2.ª Parte, Liv. I, cap. 2

([105]) Brown, cap. IX.

([106]) *Coins of the Moghul Emperors*, pp. XC-XCIV.

Todas as espécies e todos os metais preciosos apresentados na Alfândega são obrigatòriamente levados à Casa da Moeda respectiva, donde saiem sob a forma dos tipos monetários moghois; é preferível por isso levar consigo barras ou pães, para evitar a perda que representam as primeiras despesas de cunhagem, no caso de se querer passá-los legalmente. Os direitos de entrada são apenas de 2 %. Mas como a fraude só é punida com o pagamento dos direitos a dobrar, sem qualquer outra sanção, nem sequer a apreensão dos objectos que se pretendeu passar aos direitos, os mercadores e os viajantes não resistiam frequentemente à tentação, e neste caso preferiam, é evidente, as espécies amoedadas, mais fáceis de dissimular. Escapando aos direitos, o lucro é de 7 ¼ %.

O ouro esconde-se melhor; por isso é escolhido. E Tavernier enumera: nobres de rosa, velhos Jacobus, Albertus e outras peças antigas de variadas proveniências (incluindo portuguesas) — a antiguidade (neste caso o remontar simplesmente ao século XVI) beneficiando-as com um sobrevalor; ducados da Alemanha, Polónia, Hungria, Suécia, Dinamarca; ducados de Veneza, outrora os mais estimados; moedas áureas do Cairo, de Salé e de outras cidades marroquinas, de valia inferior aos ducados. Esta cohorte de louras espécies alimenta, por um lado, a cunhagem dos mohurs e la'l-i-djalali; por outro lado, são vendidas aos ourives, que delas lavram obras preciosas, ou aos mercadores da Tartária e de outros países setentrionais, onde as mulheres se enfeitam com ducados que têm figuras gravadas. A gama das espécies argênteas importadas compreende nomeadamente: os Rijksdaalder «de Alemanha», trazidos pelos mercadores que vêm da Polónia, Pequena Tartária e Moscovia; os reales sevilhanos e mexicanos, que correm sobretudo pela via de Constantinopla, Esmirna e Alepo, em retorno das vendas de sedas europeias feitas pelos Arménios; e o escudo branco de França. Os comerciantes não se poupam a astúcias para não serem descobertas as moedas de prata à entrada ou saída da Pérsia e durante a travessia deste país, pois que é aí obrigatório refundi-las e voltar a cunhá-las sob a forma de abbassis, os quais teriam por seu turno de sofrer nova refundição e cunhagem na Índia, para se transformarem em rupias ([107]).

Fica assim esclarecido o mistério das amoedações moghois. Os mohurs são cunhados com ducados refundidos, as rupias com piastras e patacas espanholas e larins persas. O papel do Guzerate afirma-se bem na importância das emissões da Casa da Moeda de Surate, onde os cunhos não param de trabalhar ([108]).

Não nos esqueçamos todavia de traçar os limites desta economia monetária. As espécies de ouro não correm entre mercadores, informa Tavernier (deparámos já com um caso análogo, na Pérsia), o mesmo é dizer que não desempenham, em geral, uma das funções das verdadeiras moedas: servirem de instrumentos de transacções e de pagamentos. Não interessam, bem vistas as cousas, senão um círculo social muito restrito, o alto da pirâmide — o rei e os senhores: delas amontoam tesouros; de moedas de ouro se compõem frequentemente os presentes oferecidos pelos grandes ao rei, bem como as dádivas do rei aos grandes; são também moedas de ouro que os reis, príncipes e senhores distribuem ao povo, para que a largueza testemunhe da sua magnificência e aperte os laços de subordinação; e a gente humilde que as apanha conserva-as como reserva de valor, diz-nos ainda Tavernier (por outras palavras). Reserva de valor: eis a sua principal função monetária; objectos de dádiva, eis a função ritual e social que contribui para as tornar apreciadas. Ainda em nossos dias numa aldeia de Malwah os casamentos secundários são feitos por «compra» da mulher, muitas vezes é até

([107]) Tavernier, 2.ª Parte, Liv. I, cap. 2 e pp. 591 ss.; Manuel Godinho (1661), cap. VI.
([108]) Manuel Godinho (1661), cap. VI.

o marido que vai «vendendo» as suas mulheres sucessivas; mas esse «dinheiro» não pode ser aplicado a outros fins, não sai do círculo dos casamentos (comunicação de Chambard ao Congresso de Antropologia de Paris de 1960): quer dizer que não se trata afinal de «compra» ou «venda», nem de «dinheiro», mas sim de uma relação especial que utiliza uma pseudo-moeda para fins sociais e rituais — entre outros, de prestígio (chamamos pseudo-moeda a uma peça que satisfaz todos os requisitos formais de moeda mas não exerce as funções monetárias, económicas). A circulação verdadeiramente, plenamente monetária confina-se pois à prata e ao cobre; e no baixo da escala este último metal virá a sofrer a concorrência séria, no século XVII, de uma «moeda primitiva», os cauris. O século XVI assistira, a partir do seu segundo quartel, à anexação de todo o Hindustão, até aí domínio do cobre, pela circulação da prata.

§ 3 — *No Dekkan: pagodes e fanões*

Enquanto a história monetária do Hindustão é dominada, até meio de Quinhentos, pelo cobre que a prata se limita a completar, e seguidamente pelo segundo destes metais com o complemento dos cauris, na península indiana pròpriamente dita ou Dekkan, conforme sublinhámos ao abrir este capítulo, o ouro passa a primeiro plano, pelo menos nas regiões fora do Islame. Se considerarmos o conjunto da amoedação, não podemos dizer todavia que as unidades ponderais e a gama dos múltiplos e sub-múltiplos formem sistemas radicalmente diferentes no Norte e no Sul. Sobre um fundo segundo toda a probabilidade comum — aqueménida-grego —, submetido às mesmas ou análogas influências — persas e egípcio-árabes — conquanto exercendo-se a pressões desiguais, deram-se aceitações e recusas, seguiram-se caminhadas — quebras, reforços, etc. — que os diferenciaram parcialmente no fim de contas.

Em todo o Dekkan a moeda fundamental, ou antes a unidade monetária foi o pagode de ouro. Durante a segunda metade do século XVII, informa-nos o relatório de Sparr de Homberg, circulavam seis tipos desta moeda ([109]); damos abaixo os pesos calculados pelas razões entre os valores e tomando como base, firme, o peso do sãotomé, conhecido por outras fontes. O título é de 8 ⅝ mates, ou seja, 20 $^{3}/_{10}$ quilates ([110]).

Pagode	Valor em fanões do Kannará	Valor de 100 pagodes kannaris	Valor em rijksdaalder	Valor em soldos	Peso gr
kannari	10	100	2	120	3,4
sãotomé	10	100	2	120	3,4
sangoari	9 ¾	102 ½		117	3,315
«mamoedeganse»»	9	111 $^{1}/_{10}$	1 $^{4}/_{5}$	108	3,06
de Vingorlá	8	125	1 $^{3}/_{5}$	96	2,72
tibiki	7 ½	133 ⅓		90	2,55

Um quadro dos pesos múltiplos destas diferentes unidades esclarecerá talvez as suas relações com os diferentes sistemas monetários:

Pagode	kannari	sangoari	«mamoedeganse»	de Vingorlá	tibiki
1	3,4	3,315	3,06	2,72	2,55
2	6,8	6,620	6,12	5,44	5,10
3	10,2	9,935	9,18	8,16	7,65
4	13,6	13,250	12,24	10,88	10,20
5	17	16,565	15,30	13,60	12,75

([109]) Em Ferrand, *Poids, mesures et monnaies*, pp. 104-5.
([110]) Idem, p. 118.

18

O pagode tibiki é igual ao xerafim persa e de Ormuz; deve, quanto a nós, ser a sua réplica. Notemos, além disso, que constitui exactamente o quinto do tankah vermelho ou triplo mithkal, que foi também, vimo-lo no § 1, efectivamente cunhado, no Dekkan (no Kulbarga pelo menos). Vingorlá situa-se ao norte de Goa, no caminho do Guzerate; ora, o seu pagode é o quarto do tolá fraco de 10,88 gr., quer dizer, por conseguinte, de uma moeda guzerate efectiva, o madaforshahi antigo. Quanto ao pagode «mamoedeganse», será demasiado ousado considerá-lo o quarto do madaforshahi novo, que pesa 12 gr.? Talvez não. Quanto ao pagode sangoari, não passa de insignificante aligeiramento do pagode kannari. Como não recordar que uma peça do Malwah, datando de 1476, pesa 13,4 gr., ou seja, aproximadamente, quatro pagodes kannaris ou cinco de Vingorlá? Dir-se-ia que pardaus kannaris e sangoaris formam um único sistema, pròpriamente dekkani, enquanto os pagodes mamoedeganses e de Vingorlá se ligam ao sistema guzerate; os pagodes tibikis prendem-se ao sistema persa — chamar-lhes-emos pardaus xerafins — mas afundam seculares raízes na própria Índia, como teremos ensejo de ver.

Já em 1580-1588 Balbi distingue duas espécies de pagodes: os novos e os antigos, os últimos valendo 8 tangas de boa moeda, aqueles sòmente 7 ½. Os pagodes novos deveriam estar então a começar apenas a ser lançados; o relatório de Barrett, de 1584, ainda deles não fala ([111]), e um documento português de 1582 também não ([112]). Em compensação, a designação ainda aparece em 1621 ([113]), e persiste na segunda metade do século XVII: cem pagodes velhos trocam-se agora, na costa de Coromandel, por 150 a 190 pagodes novos, «selon leur marché» e consoante a praça comercial ([114]). É ao aviltamento do título que há que atribuir essencialmente a diferença, segundo Homberg. No entanto, durante todo o século XV e quase todo o século XVI nenhuma mutação afectou, ao que parece, os pagodes, sujeitos ùnicamente a inevitáveis, mas diminutas oscilações de peso e de toque.

Todos os pagodes saiem das Casas da Moeda do império de Vijayanágar — os melhores são cunhados na cidade de Ora, mas a sua cunhagem permanece dispersa por várias cidades ([115]). Afigura-se-nos contudo que não é de excluir que os pequenos reinos periféricos ou os poderosos empórios marítimos mais ou menos independentes também tenham lançado cópias mais ou menos fiéis. Na verdade, o Estado concede por vezes o direito de bater moeda quer a alguns rajahs quer a templos ou a organizações privadas ([116]).

Peças redondas, de diâmetro curto mas de forte espessura — mais grossas do que os sultanis, que as excedem porém nas dimensões do círculo —, dir-se-iam tremoços (a comparação é de Diogo do Couto). Numa das faces, a gravura de dois «diabos» — descrevia Varthema com horror, ao passo que Balbi se limitará a dizer: «con alcuni idolo sopra scolpiti». Trata-se, na realidade, das imagens de Xiva e Parvati ([117]), o deus-falo associado ao touro, força genética e ao mesmo tempo de destruição (o amor e a morte), e a deusa-mãe, senhora da montanha, com quem aquele se casa ritualmente. Também, em vez dessas, aparecem outras imagens, consoante as circunstâncias. No reinado de Krishna Raya (ou Rao) representou-se uma só imagem ([118]) — a de Krishna, fácil seria adivinhar; noutra face, a gravura de um templo — daí talvez o nome de «pagode» dado pelos Europeus a esta moeda — ou simplesmente uma legenda em caracteres hindus. Em algumas peças, sobretudo das antigas, é um javali que vemos gravado; chamam-se, do nome do animal, *varagan* ([119]). No Noroeste encontram-se pagodes — mais pesa-

---

([111]) Hakluyt, vol. VI, pp. 18-20.

([112]) T. de Aragão, t. III, doc. 16.

([113]) *English Factories in India*, t. I, p. 262, carta de Masulipatam, 27-VIII-1621.

([114]) Sparr de Homberg, em Ferrand, citado, pp. 118, 120, 121, 123. Estas taxas de câmbio não deixam de surpreender. O mais baixo teor constatado atinge, apesar de tudo, 18,5 quilates; deveriam portanto bastar 110 $^{8}/_{10}$ pagodes deste título para ter a equivalência de 100 dos antigos de 20 ½ quilates. Mesmo uma diminuição considerável de peso não explicaria uma diferença que é no mínimo de 50 % e no máximo de 90 %.

([115]) Duarte Barbosa, p. 302.

([116]) Appadorai, p. 726; Mahalingam, *Economic Life in the Vijayanagar Empire*, p. 181.

([117]) Scheffer, nota a Varthema, p. 132.

([118]) *Crónica dos reis de Bisnaga* (cerca de 1525), pp. 116-7.

([119]) Appadorai, pp. 711 ss.

dos — com o elefante [120]. Os Hindus e os Muçulmanos conheciam-no pelo nome de *pratapa, pertab, pardai, pardao* ou *port* [121] — donde a denominação portuguesa de «pardau de ouro» — ou pelo de *pon*, em tamul, *hon* em kannará, *hân* em árabe, três palavras aparentadas que significam «ouro» [122]. Mas designavam-no ainda por *niska* e por *varaha* (nome dado por vezes, erradamente, ao seu dobro, isto é, ao *dodavaraha*) [123].

Chegava-se — por exemplo, Varthema e Josef o Índio [124] — a considerar o pagode equivalente ao ducado, mas não passava isso de grosseira aproximação. No século XVI, o seu peso normal é de 3,4 gr. e o seu toque de 20 ½ quilates: tal é, com efeito, a definição inicial do sãotomé que os Portugueses lançam a fim de o substituírem, por razões políticas e religiosas. Houve, na realidade, algumas oscilações, de fraca amplitude aliás — o próprio sãotomé se aligeira pouco depois (3,37 gr.) e o seu teor flete (20 ¼ quilates). Os exemplares de pagodes do século XVIII variam muito pouco de peso — 3,399 a 3,346 gr. —, o seu título atinge frequentemente a antiga norma, mas desce por vezes a 18,5 quilates [125]. O Museu Indiano possui exemplares antigos, anónimos, que pesam entre 3,392 e 3,274 gr. [126]. Um pagode *lingayat* (isto é, com representação fálica) do século XIV pesa 3,323 gr., enquanto um meio atinge 1,749 gr. [127], o que elevaria a unidade a 3,558 gr., isto é, tanto quanto um *zecchino*. Quanto às 31 peças dessa colecção provenientes do império hindu de Vijayanágar, os pesos dos pagodes escalonam-se de 3,226 a 3,434 gr., e os dos meios pagodes de 1,626 a 1,729 gr. (a unidade correspondente é, pois, de 3,252 — 3,459 gr.) [128].

Primeiras constatações, negativas. Dados estes pesos, o pagode não pode evidentemente ligar-se ao dinar muçulmano clássico (logo, também não à dracma ática), nem ao morabitino almorávida nem à dobra almóhada; não se liga igualmente ao xerafim de Ádem nem ao xerafim persa. Nas raras emissões de ouro do Norte da Índia não encontramos este peso. Os primitivos *punch marked* de prata, ao invés, aproximam-se bastante deste padrão ponderal, que vemos ainda em uso, embora ràrissimamente, na Bactriana e com os Indo-gregos. Segundo Decourdemanche, «L'autre pagode dite du Sud, est de 30 grains achéménides; elle équivaut donc à la drachme perse égyptienne, du quart de l'unité de 120 grains achéménides allégés, instaurée par les Perses en vue de constituer, par le tétradrachme, l'équivalent du sicle égyptien.» (p. 109).

Dir-se-ia, principalmente, que o pagode parece ser o terço, pouco a pouco enfraquecido, do tolá fraco de 10,88 gr., já utilizado pelos Guptas, para o ouro precisamente. Isso não o impede, é evidente, de afundar as suas longínquas raízes na dracma persa de 30 grãos, que pesava 3,54 $^1/_6$ gr. na sua variedade de Cosroës, 3,4 gr. na sua variedade forte, e 3,264 gr. na sua variedade fraca [129]. Mas, é indispensável sublinhá-lo a traço bem grosso, no século XIV, em parte alguma, tanto no mundo asiático como no mundo africano, encontramos qualquer moeda que constitua a réplica do pagode. Com uma excepção, de vulto. O ducado veneziano e o florim, ligeiramente mais pesados (e nem sempre) e sobretudo de maior finura, é que dele se aproximam; ora começou já a espantosa fortuna dos *zecchini* no oceano Índico. O império dos Mamelucos alinha, em princípio

---

[120] Decourdemanche, p. 108
[121] Scheffer, citado; Mahalingam, p. 178.
[122] *Numismata Orientalia*, t. III, 1.ª Parte, p. 53.
[123] Appadorai, pp. 711 ss.; Mahalingam, p. 178. Descrições dos pagodes: Varthema (ed. Scheffer), p. 132 — e a nota do editor; *Crónica dos reis de Bisnaga*, pp. 8 e 116-7; Balbi, f. 70; Couto, *Soldado Prático*, p. 227.
[124] Montalboddo, Liv. VI, f. 236.
[125] P. F. Bonneville, *Traité des Monnaies*, p. 227.
[126] *Catalogue of the Coins of the Indian Museum*, p. 157. Cf. Decourdemanche, p. 106.
[127] *Catalogue... Indian Museum*, p. 317. Cf. Decourdemanche, p. 107.
[128] *Catalogue... Indian Museum*, pp. 322-5. Cf. Decourdemanche, p. 107.
[129] Decourdemanche, p. 37.

de Quatrocentos, a sua moeda de ouro pela veneziana; ràpidamente, porém, as quebras de peso transformam o sultani em réplica exacta do pagode. É essa uma etape decisiva de evolução monetária egípcio-síria, de extrema consequência para a evolução monetária internacional.

No Noroeste corria um pagode de elefante, mais pesado, visto que os exemplares conhecidos pesam entre 3,725 e 3,80 gr. ([130]). Havia-os igualmente deste tipo no Dekkan central e meridional. Do reinado de Krishnadeva Raya chegou até nós um duplo, com 7,755 gr. ([131]). Exemplares mais antigos da unidade pesam entre 3,856 e 3,888 gr. ou mesmo mais — até 4,08 gr. ([132]). Este *gadyana* (nome em kannará e em telugu) ou *kalanju* (em tamul) ([133]) representará o enfraquecimento da antiga *dramma* ou dracma e do dinar ou mitical? É a hipótese que melhor o explica. Encontrámos em Kulbarga o triplo mitical de 12,75 gr. Três gadyanas igualariam, originàriamente, cinco pardaus xerafins; depois, aligeirando-se, vieram a corresponder a um madaforshahi (12 gr.) guzerate: daí talvez a sua persistência no Noroeste.

No Sul e no Sudeste, isto é, no país dos Cholas (Coromandel), desde o século IX ao XI o ouro foi cunhado de acordo com um padrão ponderal de 4,66 a 5,18 gr. havendo meios com 2,33 a 2,55 gr. (Sastri). Essa outra espécie, conhecida por vezes pelo nome genérico de *kásu*, é nem mais nem menos que o pardau xerafim ou pagode tibiki. Uma inscrição indica a razão de 7 para 5 entre o *ghattivaraha* e o *pon* ([134]): é a razão que existe entre os pesos do pagode e do xerafim.

De cada uma destas três categorias de moedas áureas há dobros e meios. Mas quer seja no Kannará quer na costa de Coromandel, no Malabar ou no império de Vijayanágar, a moeda mais espalhada, ao lado do pardau, é o fanão (fanan — *panam*), que constitui uma sua fracção. As minúsculas peças baptizadas com esse nome e outras ainda formam um emaranhado quase inextricável. Tentemos apanhar os fios condutores. As inscrições e algumas descrições de viajantes — por exemplo, Abd-ur Razzak — indicam que o fanão é a décima parte da unidade. Mas as fontes epigráficas mencionam, por outro lado, quartos (com os nomes de *kati* e de *haga*) e oitavos *(cinnam)* ([135]). Se nos voltarmos para os documentos comerciais e descrições dos séculos XVI e XVII, deparamos com as razões mais variadas entre pardau e fanão: este é ora a décima sexta parte ora a décima quarta; aqui é o duodécimo, além o décimo ou o oitavo. Aplicavam-se, portanto, dois sistemas de divisão à unidade fundamental: um sistema decimal e um sistema quaternário. Já vimos noutras regiões da Índia a oposição e a interferência dos dois. Como há três categorias ponderais: gadyana, com 4,25 gr., pagode, com 3,5 gr., xerafim, com 2,56 gr. (pesos teóricos), há, lògicamente, três categorias de fanões que são a sua décima parte: pesam respectivamente 0,42 gr., 0,35 gr. e 0,25 gr. (pesos também teóricos). Fácil é de ver que o fanão gadyana é o oitavo do pagode, que equivale, doutra banda, a 13 ou 14 fanões xerafins. Assim se explica a variedade que acima nos desconcertava.

Vimos que o pardau xerafim é uma moeda essencialmente dos Cholas, isto é, da costa de Coromandel; daqui provàvelmente irradiou para o Malabar, onde se encontrou com o seu igual, o xerafim persa. Os fanões xerafins não parece que tenham subido até o Kannará e Goa, nem até Orissa e Bengala (mas nesta direcção devem ter caminhado mais tarde, a crermos em Tavernier, 2.ª Parte, pp. 14-5). O gadyana, pesado, não deve ter descido ao Malabar e a Coromandel, mas os seus fanões chegaram lá. Por outro lado, a formação do império de Vijayanágar veio impor por toda a parte o pagode como unidade fundamental; em relação a ele é que vieram dispor-se as três categorias de fanões.

Segundo a *Crónica dos reis de Bisnaga*, escrita por alturas de 1535, teria sido o filho de Bukka Rao, cognominado Pureoyre Deorao (expressão kannará que significa «poderoso senhor»), de seu verdadeiro nome Harihara I (1377-1404), a

---

([130]) Idem, p. 108.
([131]) Mahalingam, p. 177.
([132]) Sastri, *History of South India*, p. 325; Appadorai, pp. 711 ss.
([133]) Alguns autores (por ex. Mahalingam) identificam *gadyana* e *varaha*, mas Sastri e Appadorai distinguem-nos.
([134]) Mahalingam, p. 177.
([135]) Idem, p. 178; Appadorai, pp. 711 ss.

instituir a moeda de pardaus, conhecida ainda no princípio do século XVI, do nome de quem a instituiu, por *puroure deorao;* a partir de então as moedas teriam passado a receber o nome dos soberanos que as mandavam cunhar (p. 8 da ed. David Lopes). É a este rei que devemos, na verdade, atribuir a inscrição do nome real nas moedas, visto que os exemplares anteriores são anónimos. Todavia os pagodes mergulham as suas raízes em épocas muito mais remotas do que o último quartel do século XIV. Não é porém impossível que a sua amoedação se tenha então desenvolvido e que por esse tempo tenha arrancado a sua irradiação.

As fontes chinesas do século XV, nomeando os fanões a propósito de Cochim, atribuem-lhes o toque de 9 mates (sobre 10) ([136]), isto é, 21 ⅔ quilates; a sua finura seria portanto superior à dos pagodes. No entanto, segundo uma inscrição o ouro era amoedado em conformidade com três leis: 8, 8 ½ e 9 mates ([137]). Os Portugueses, quer seja a propósito de Cananor quer de Calicute, de Coulão ou de Ceilão e Negapatam, descrevem-nos como de «ouro baixo» e mesmo «muito baixo». Variações de teor, bem como desvios ponderais consoante as praças comerciais — lembremo-nos da dispersão das Casas da Moeda e da existência de emissões locais. Daí, e devido também ao jogo da oferta e da procura, oscilações cambiais entre as diferentes espécies áureas, porquanto de todos os fanões as fontes declaram unânimemente que «alçam e baixam». Caos desorientador, onde é possível contudo rastrear a presença de um sistema que assegurava a sua coordenação profunda ([138]):

	RAZÃO DO		
	gadyana	pagode	xerafim
para o gadyana	1	1/1,2	1/1,6
» » pagode	1,2	1	1/1,2 ou 1/1,4
» » xerafim (e pardau de tangas)	1,6	1,2 ou 1,4	1
» » rajah	10	8	6
» » fanão pagode	12	10	8
» » » xerafim	16	12 ou 14	10
» » galeão	20	16	12

Observemos que, se a razão dos pesos entre o pagode e o xerafim é de 1,4/1, a dos valores é apenas de 1,2/1, visto que o primeiro vale 360 réis e o segundo 300; muito provàvelmente o xerafim é de melhor lei (o persa é-o sem dúvida). Mas os fanões xerafins tinham um teor mais baixo: daí resulta que a meio do século XVI o câmbio ora é de 12 ¼ ou 12 ½ fanões por um pagode — em Negapatam —, ora de 13 ¼ ou 13 ½ — em Cananor —, ora de 14 — em Calicute. Os meios fanões de Ceilão eram de tão vil título que eram precisos 30 para ter um pagode ([139]).

Os pagodes, cunhados ùnicamente no reino de Vijayanágar, circulam através de toda a Índia ([140]). Encontrámo-los em Diu, em Cambaia e noutras cidades guzerates. Em Chaul por exemplo, «dos pardaus de ouro se usa na terra mais que doutras moedas»; em Goa igualmente «do que mais se usa e pratica são pardaos d'ouro»: num como noutro caso estamos a meio do século XVI ([141]). A segunda metade de Quinhentos assistirá ao seu recuo, na capital luso-indiana,

---

([136]) Rockhill, *Notes*, p. 451; e também Ferrand, *Poids, mesures et monnaies*, p. 139, nota.
([137]) Appadorai, p. 723; Mahalingam, p. 180.
([138]) Quadro elaborado essencialmente com os dados do *Livro dos pesos da Ymdia* (1554) e de Sparr de Homberg (1681).
([139]) *Livro dos pesos*, sob os títulos geográficos respectivos.
([140]) *Crónica dos reis de Bisnaga*, pp. 116-7.
([141]) *Livro dos pesos da Ymdia*, pp. 30 e 31-2.

perante o avanço dos xerafins brancos (pardaus de tangas), a tal ponto que o seu papel se restringirá ao comércio dos cavalos e ao das pedras preciosas ([142]). Não ficaremos surpreendidos ao saber que os pagodes ditam leis em Baticalá ([143]), pois é por este porto que o império terrestre de Narsinga se abre à circulação oceânica. No Malabar, as fontes chinesas do século XV põem em primeiro plano os fanões, que são igualmente as moedas mais frequentemente nomeadas pelos Portugueses e, mais tarde, pelos Ingleses e Holandeses, aqui e na costa de Coromandel, em companhia dos pagodes; segundo Tavernier (2.ª Parte, pp. 14-5), na costa oriental da Índia os fanões são a única moeda em circulação, com as de cobre e as conchas. Veremos que no Dekkan, até meados ou mesmo finais de Quinhentos, o ouro permanece barato.

Não desprezemos, apesar disso, a amoedação da prata, cujo papel se tornará mais importante, e menos ainda a do cobre. Falando do Canará e do Malabar, Barreto Rèsende, secretário do Estado português da Índia, escreve em 1635 que a moeda corrente são, como em Goa, os xerafins brancos ou pardaus de tangas (f. 263). Como os Portugueses, ao estabelecerem-se no Oriente, adoptaram este sistema indígena na sua contabilidade, e depois emitiram as suas moedas de acordo com os modelos em circulação, aquele é-nos bem conhecido.

O pardau de tangas ou xerafim branco, que valeu constantemente, no decurso da primeira metade do século XVI, 300 reais — quando o pagode valia 360 —, pesava 22 gr. ou um pouco mais. O meio pardau, cujo peso é de 11 gr. ou ligeiramente superior, corresponde, por conseguinte, ao tolá; chamam-lhe correntemente tanga branca. Há cinco tangas singelas por pardau, duas e meia por tanga branca ou tolá; cada uma vale 60 reais e pesa 4,4 gr. ou um pouco mais. Tanga singela e dirheme dawazdah-gani são, portanto, uma e a mesma cousa. Este sistema de espécies argênteas provém, ao que parece, do Norte, embora tenha sofrido influências meridionais; instalado na região de Goa e no Kannará, encontramo-lo no Malabar onde já não desempenha o mesmo papel, que se torna ainda mais apagado no Coromandel e em Vijayanágar.

O numerário de prata do Dekkan meridional corre com os nomes de *tare* e de fanão branco; mas ignoramos quase tudo a seu respeito. Segundo Abd-ur-Razzak, o tare, de prata pura, vale um sexto de fanão, ao passo que segundo Varthema são necessários 16 tare para ter um fanão, e o chinês Mahuan indicara 15 ([144]). A tanga, com 4,4 gr., é o sexto, mas do pagode. O sexto do fanão, que é ele próprio a décima parte do pagode, vale 6 reais, isto é, um décimo de tanga: este tare deve, por conseguinte, pesar uns 0,44 gr.; o outro tare, se é $^1/_{16}$ de fanão, deve pesar cerca de 0,165 gr., se é $^1/_{15}$ pesará 0,176 gr. Existiam também peças brancas com os pesos do fanão e do rajah: 0,32 a 0,38 gr.; têm o nome de *chakram* em Travancor, e provàvelmente o de *akkam* noutras regiões ([145]), e constituem o dobro dos pequenos tares: percebemos agora por que é que há tares que são a décima quinta parte e outros a décima sexta do fanão de ouro. A metade do tare pesado (de 0,44 gr.) tem o mesmo peso do fanão xerafim e vale $^1/_{12}$ de pagode. Assim tudo se esclarece. A cada sistema de moedas de ouro corresponde um sistema de moedas de prata, cada tare ou fanão branco pesando tanto quanto o fanão de ouro correspondente.

No sistema do xerafim, que pesa 2,5 gr. e vale 300 reais, e do seu décimo, o fanão de 0,25 — 0,22 gr. e 30 reais, o tare ou fanão branco tem o peso de 0,22 gr. e vale 3 reais —

([142]) Barrett, em Hakluyt, vol. VI, pp. 18-20.
([143]) Duarte Barbosa, p. 298; *Livro dos pesos*, p. 32.
([144]) Já citado por Appadorai, pp. 711-717, e por Mahalingam, p. 179.
([145]) Brown, *Coins of India*, cap. VI.

é a vigésima parte da tanga ([146]); o seu dobro pesa 0,44 gr., vale 6 reais e constitui a décima parte da tanga. Cinco tangas fazem um pardau de tangas, de valor igual ao xerafim. Este tare é 1 ½ do fanão pagode, são necessários portanto 120 tares para ter um pardau de ouro, e 100 para igualar um xerafim.

No sistema do pagode de 3,4 gr. com o valor de 360 reais e do fanão que é o seu décimo (pesando por isso 0,34 — 0,32 gr. e valendo 36 reais), o tare de prata ou fanão branco tem o peso de 0,34 — 0,32 gr. e vale 4,5 reais, sendo o oitavo (em valor) desse fanão pagode. O meio tare pesa 0,165 gr., vale 2 ¼ reais e é a décima sexta parte do fanão pagode.

O fanão branco do sistema gadyana tem 0,38 gr.; são precisos 75 para igualar um pagode, 62 ½ para ter um xerafim.

Nas terras onde o império de Vijayanágar entrava em contacto com o mar ocidental circulavam, além disso, *dammas* ([147]) ou *dams;* como cada um vale 20 reais, trata-se do terço de tanga, com o peso, por conseguinte, de cerca de 1,47 gr.: é o meio dirheme ou meio hasht-gani. Infiltração do sistema muçulmano devida à economia marítima. Esta moeda também era corrente em Goa, onde os Portugueses a cunharão sob o nome de *vintém;* aqui equivale a 16 peças de cobre (bazarucos). O duplo damma, isto é, o dirheme, não era aí menos familiar; vale 32 bazarucos e corresponde a 2/3 de tanga; nove igualam em valor um pagode de ouro. Mas no campo goês — e segundo toda a probabilidade no Balaghate, o sertão para além do rebordo montanhoso —, outras peças brancas, ligadas à tanga, desempenhavam um papel considerável na cobrança das rendas agrícolas. Referimo-nos à meia tanga, que pesa evidentemente 2,2 gr e equivale, por um lado, a 24 bazarucos, por outro, a 30 reais: ao par, 12 equivalem a um pagode, mas na realidade é preciso dar 13, porque a moeda de ouro beneficia de um ágio ([148]).

Conquanto no Dekkan a amoedação da prata jamais tenha sido de vulto, estas moedas de que acabamos de falar — tangas, barganis, dammas — eram bem (contràriamente a uma opinião muito espalhada) espécies sonantes, efectivas. Assim, em 1521, em Cochim, foram entregues ao feitor de Achém (Samatra) 166 660 tangas «moeda de prata», valendo cada uma 60 reais ([149]). O relatório do antigo (e futuro) vèdor da Fazenda da Índia Aleixo de Sousa, de 1545, indica explìcitamente que «val hũa tamga de prata sesemta rs nas feyturias de S. A. porque não tem mais de prata.» ([150]). De igual modo quanto ao bargani: pois o cadastro da região goesa levantado em 1595 precisa que, embora o aceitem geral-

---

([146]) A carta de Sernigi (em Montalboddo, liv. VI, f. 236) relativa à viagem de Cabral menciona «parantes» de prata que valem 6 soldos, e «tares» iguais a um soldo; há, portanto, 18 tares num parante. Estes parantes devem ser as tangas.

([147]) Duarte Barbosa, p. 298 (a propósito de Baticalá, porto de Vijayanágar).

([148]) «Regimento que o Veador deu ao feitor de Goa pera arrecadar os direitos e foros das ilhas» (1526) e «Foral» de 1541 («Arch. Port. Oriental», t. V, pp. 133-4); Simão Botelho, *Tombo* (1554), pp. 46-7; Correia, *Lendas*, t. II, pp. 75-7; *Tombo de Goa* (1595), pp. 45-50 e 139-140. Andamos às aranhas para saber a qual destas moedas se aplica o nome de «bargani» que, segundo a sua etimologia — *barah* (=doze) *kani* —, significa «peça que contém doze peças» (conforme indica o Hobson-Jobson, que o Prof. Pierre Meile, da École des Langues Orientales, de Paris, teve a gentileza de nos confirmar por carta de 26-I-1956). A acreditarmos em Gaspar Correia, Albuquerque teria mandado cunhar duplos vinténs, baptizados «esferas», correspondentes aos barganis; como o pagode vale 360 reais, contar-se-iam 9 barganis por pagode: tratar-se-ia do duplo *damma*, que vale 20 bazarucos de 2 reais cada ou 32 dos outros (os mais correntes). Mas dado que a prata valia na Índia um terço mais do que na metrópole, este duplo vintém conteria na realidade apenas 30 reais de metal branco, e quanto às suas relações com o ouro, os *Comentários* dão-nos uma outra versão: seriam necessários 17 barganis para ter a equivalência de um *manuel* de 480 reais, ou melhor, deduzindo um ágio, 16, o que nos leva aos mesmos 30 reais por bargani. Todas as fontes que nos informam acerca da cobrança dos «foros» são unânimes em contar 16 bazarucos por vintém, 24 bazarucos por bargani, 4 barganis por tanga branca (a dupla tanga, com 8,9 gr), e 13 barganis por pagode. É possível que na altura do lançamento das primeiras amoedações luso-indianas, com o governador Afonso de Albuquerque, tenha havido confusão quanto às espécies indígenas, porquanto só posteriormente é que se inquiriu em matéria das rendas devidas pelas comunidades camponesas.

([149]) C. Q. n.º 652.

([150]) B. N. Paris, Portugais n.º 23, f. 510v.

mente pelo valor de 24 bazarucos, será recebido ao preço do mercado se este variar. Mas adquiriu-se o hábito de dar o nome de tanga a 48 bazarucos e o de bargani a 24, mesmo que o câmbio das peças efectivas fosse diferente; como este câmbio subiu, a tanga de 48 bazarucos e o bargani de 24 transformaram-se em simples maneiras de contar, imutáveis, conhecidas também pelo determinativo «da má moeda», enquanto as espécies reais continuavam a sua carreira, qualificadas agora «de boa moeda».

Mas devemos ter conta o terceiro metal, o cobre, cujas espécies amoedadas, que no Norte recebem o nome geral de bazarucos e no Sul o de «caixas» — *kas* ou *cash* —, variam de praça para praça e de época para época, sendo o próprio preço do metal em barras ou em pães extremamente variável. Duas escalas se justapõem e se misturam: uma ternária, a outra quaternária. O sistema guzerate e persa, que tem como base um pequeno bazaruco de 5,37 gr., terça parte de um grande, estendeu as suas ramificações até o Dekkan, e o governador Martim Afonso de Sousa tentará levar a amoedação goesa a conformar-se com ele. Mas o bazaruco mais importante em Goa, antes da conquista portuguesa e depois até 1542, pesava 15,3-14,3 gr. e dividia-se em sapecas de que umas eram o seu terço (5-4,7 gr.) e outras o seu quarto (3,8-3,5 gr.) ([151]).

Quando Albuquerque instituiu a versão portuguesa e cristã dos bazarucos, com o nome de *leais*, 48 peças de cobre igualavam uma tanga simples: coincidência notável com o velho sistema teórico, em que o dawazdah-gani ou peça de 12 djitais contém 48 faluzes. Até no Sul encontramos os quartos, com o nome de *caixas*, mas valendo aqui mais do que os grandes no Norte (pois se contam 34 por tanga) — aliás Aleixo de Sousa observava que Coulão e o seu sertão poderiam absorver não importa qual quantidade de cobre. No império de Vijayanágar circulavam bazarucos grandes mas principalmente outros aligeirados cujo peso era apenas de 12,5 gr.; 32 valem uma tanga. O quintal de cobre custa, portanto, 10 920 reais em Chaul, 8 700 em Baticalá e 40 960 em Coulão, em 1545 ([152]).

Em todo o Dekkan corriam ainda formas mais primitivas de moeda: pequenos arcos e grossas agulhas de ferro, pedacitos de cobre sem qualquer marca, arcos de estanho, algumas pedras raras ([153]). A permuta desempenhava um considerável papel tanto no comércio local e inter-regional como nas transacções nos portos marítimos. A existência de toda uma rede de numerosos celeiros públicos tornava-a bastante cómoda naqueles casos. Segundo o chinês Chau Ju-Kua, o arroz, os panos de seda, a porcelana eram primeiro avaliados em moeda, e depois permutados entre si. Mas de maneira geral os artigos importados são pagos em espécies no mercado interior, como o são também os bens de raiz. E as inscrições dos séculos XIII e XIV mostram o alastrar das compras-e-vendas, em detrimento do escambo. Por outro lado, em fins de Trezentos, Harihara Raya II converteu os impostos em géneros em impostos em espécies, fomentando assim o incremento

---

([151]) Enquanto as *Lendas da India* mencionam ùnicamente as sapecas que são o quarto dos bazarucos, os *Comentários* referem-se tão só aos terços. Os historiadores e numismatas (por ex., Gerson, pp. 36-7) não se têm decidido entre as duas versões. Mas estas não são de modo algum exclusivas uma da outra, visto sabermos por outras fontes que operavam dois divisores — quatro e três — na formação das escalas das moedas de bilhão e de cobre

([152]) Acerca de tudo quanto fica para trás, o relatório de Aleixo de Sousa, citado.

([153]) Nicolò di Conti, em Major, *India in the XVth Century*, p. 30; ou, na trad. de Valentim Fernandes, f. 92: «Algũas daquelas regiões nom tem moeda, mas em lugar della usam hũas pedras, as quaes nós chamamos olhos de gato. E em alguũs lugares usam por moeda ferro huũ pouco mais grosso que agulhas. E em outros lugares tem hũa carta escrita com ho nome del-rey, a qual despendem por moeda. Em alguũs lugares da India dianteira som em uso os ducados de Veneza. E em outros tem peças d'ouro que pesam duas vezes tanto como huũ florim dos nossos, outros menores. E nom menos ham moeda de prata e de cobre. E em alguũs lugares fazem pedaços de ouro a certo peso, os quaes usam por moeda.» Também *Voyages de F. Pyrard*, t. II, p. 102.

da economia monetária. Abd-ur Razzak, em 1443, pôde já ver, na época da liquidação dos impostos e contribuições, toda a gente dirigir-se à Casa da Moeda a fim de os pagar. O Estado, por outro lado, assinava reconhecimentos de dívida que podiam circular como moeda, e sabemos que as letras de câmbio permitiam os pagamentos a distância — o rei utilizava-as para distribuir dádivas ou consignar rendas atribuídas aos templos ou aos brâhmanes ([154]).

Na realidade, nem os instrumentos pré-monetários nem a moeda fiduciária exerciam influência de relevo na vida dekkani. Duarte Barbosa sublinha que no império de Vijayanágar tudo se compra e vende com pardaus de ouro (p. 302). Em Cochim e Cananor a praça faz-se com espécies amarelas e brancas. Se na ilha de Goa e na região circunvizinha circulam bazarucos — mas aqui estamos já sob a influência do Hindustão —, estas moedas de cobre não correm no interior da península (apenas as pretendem aí para fundir artilharia); nos campos goeses as próprias rendas agrícolas são pagas em ouro, mais tarde também em prata, e as vendas e compras de cereais, gado e dos principais géneros alimentícios fazem-se com espécies áureas ou argênteas ([155]).

Todas as moedas são aliás consideradas mercadorias, e alçam e baixam consequentemente. Em todas as cidades, em todas as aldeias, ourives e cambistas estão ocupados permanentemente a pesá-las e a verificar o seu toque. Operações que a diversidade de emissões torna imprescindíveis. César de Fredici lastimar-se-á dos câmbios constantes a que se é obrigado quando se viaja no Dekkan — quase todos os dias há que cambiar de moeda... No entanto, como vimos, algumas tendem a dominar estes caos regionais.

([154]) Appadorai, pp. 703-6 e 726-8.
([155]) *Cartas A. A.*, t. I, p. 336 (Goa, 4-XI-1514); relatório de Aleixo de Sousa, citado.

Fig. 14 — Moedas: MOEDAS DO GRÃO MOGHOL. Tavernier, *Voyages*, ed. 1676, vol. II, f. 8 (pp. 8-9). 1 — Rupia de ouro *(mohur)*. 2 — Meia rupia de ouro. 3 — Quarto de rupia de ouro. 4 — Rupia de prata quadrada *(djalalah)*. 5 — Rupia de prata redonda. 6 — Meia rupia de prata. 7 — Quarto de rupia de prata. 8 — Oitavo de rupia de prata. 9 — Quarto «pecha» de cobre. 10 — Dois «pechas» de cobre. 11 — «Pecha» de cobre. 12 — Cauri. 13 — Mahmudi de prata do Guzerate. 14 — Meio mahmudi de prata do Guzerate. 15 — Amêndoa.

(a numeração de 7 a 15 não figura na gravura original; deve seguir-se da esquerda para a direita nessas três linhas, contràriamente ao que acontece nas duas primeiras)

Fig. 15 — Cartografia antiga: SAMATRA A MEIO DO SÉCULO XVI. Ramúsio, *Delle Navigationi et viaggi*, vol. III (ed. 1583), ff. 433v-434r.

APÊNDICE

Nota sobre Veneza e Ormuz

VENEZA

(extratexto páginas 8 e 9)

Com uns 150 000 habitantes (ou mesmo algo mais) na primeira metade do século XIV, iguala então Milão, e na Cristandade só é excedida por Paris e Nápoles: tem pelo menos mais 50 % do que Génova, Florença ou Palermo, três vezes Londres ou Bruges. A Peste Negra redu-la a uns 70 000, e ao abrir o século XVI ainda não recuperou e anda pelos 100 000 — está em igualdade com Génova. Em 1575 atinge 175 000, excede largamente Lisboa ou Antuérpia, mas foi apanhada por Londres; depois volta a diminuir, terá uns 140 000 habitantes em 1600, uns 125 000 em 1642 — é agora menor que Lisboa ou Amsterdão. Eis como mestre Afonso, que a visita em 1566 vindo da Índia, descreve «a riquíssima e nomeada cidade de Veneza»: «e surgimos obra de quatro ou cinco milhas dela, onde é o surgidouro das naos grossas por rezão de muitos baixos». «Está situada no fundo daquele golfão para a banda de loes-sudoeste, dentro do mar por grande e singular artifício, porque com ser ũa das mores cidades do mundo e dos mais superbos e sũptuosos edefícios, todas as ruas e casas estão edificadas dentro nágua e se correm com gundulas por ũa banda, e pola outra por terra, que certo parece cousa increvel. Nom é cercada de muro porque a mesma istreiteza e aspereza da barra a defende, por nom poderem arribar nela senão velas pequenas, e estas não poderem muito durar no porto, pola tormenta que muitas vezes fas nela em todo o tempo do ano, cos redemoinhos dos ventos que no fundo daquele golfão reverberão de todas as partes. A mais vezinha terra firme que tem está dela cinco, seis milhas, por onde fica toda em ilha. Tem ũa fortaleza começada à entrada do canal, que a Senhoria mandava fazer» mas não foi acabada por inútil. Conta o princípio da sua fundação por pescadores; e depois «se foi começando a emnobrecer, crecendo cada dia em gentes e edefícios, que pola gram bondade do seu sítio concorrião a ela gentes de todas as partes de Itália, que em breve tempo foi ũa das mores cousas do mundo, como agora é, dos mais bravos e sumptuosos edefícios todos em geral, paços de fidalgos, mosteiros e assi de outras muitas igrejas parrochiais que me parece que se poderão ver em nhũa parte do mundo. Governamsse por duzes [doges], que eles mesmos entre si eligem, com grande regimento e conselhos». «Os fidalgos (a que chamão gentis homens) falamsse por magníficos, e toda a outra gente por senhoria. Andão vestidos com lobas de raxo, e de panos pretos finos abertos por diante com mangas largas como de saios altos ou sainhos de mulheres, e barretes redondos pretos baixos nas cabeças, e ũa tira do mesmo pano lamssada ao ombro como becas. A mais gente vestesse a uso de Itália, e as mulheres também de muito galantes trajos de sedas mui custosas com muitos fios de pérolas aos pescoços (que aqui se usão muito) são geralmente estremo de formosura, muito alvas e de cabelos muito louros que duvido em nhũa parte do mundo se lhe igualarem nhũas, e de muito bons corpos, que parece que quis Nosso Senhor pôr nesta cidade toda a beleza do mundo». Maravilha-se da infinidade de cortesãs. «Habitão também nela muitos Judeus nacidos nas partes de Itália, e outros muitos que vão d'Espanha e Portugal, em ũa cerca grande dentro na mesma cidade, a que chamão *gueto*, onde vivem em sua triste cegueira com suas esnogas; são favorecidos da Senhoria, que os deixa viver em sua liberdade». Há uns 12 000 gondoleiros que andam numas «barquinhas como bateiras de

Punhete», com toldos, porque a cidade «de maravilha tem casa que nom estê fundada na água com porta para os canais que vão polo meio das ruas, que certo é ũa cousa fermosa de ver». Um espanhol, Tomás de Sarnosa, servia de cônsul dos Portugueses (cap. VI, pp. 301-7 da ed. A. Baião). Aliás, desde fins do século XV ou abertura do XVI que funcionou em Veneza uma feitoria régia portuguesa: vendendo nesta escápula principalmente açúcar da Madeira, compra salitre e tecidos caros (damascos, escarlatas, setins, tafetás, chamalotes, veludos) (*Cartas de quitação de D. Manuel*, n.^{os} 266 e 608). Mas chega-se a carregar aqui trigo para Ceuta, em 1521 (*Receita e despesa do feitor de Andaluzia*, 1521-2, f. 19v). Daqui Portugal importa vidros, evidentemente (C. C., Parte 1.ª, m. 88, doc. 86). Pela mesma época de mestre Afonso, visita-a outro português, o franciscano frei Pantaleão de Aveiro. Nota que «As janelas pela mayor parte tẽm vidraças» (observação que revela serem ainda raras em Lisboa). Destaca «ũa rua que vay da praça de S. Marcos, até outra praça, que está além da ponte, que atraz fica dito, a qual praça se chama de Realto: o mesmo nome tem a ponte. Esta rua tem de comprido ũa muy grande milha, e toda de ũa, e outra parte, é ornada, e chea de todas as cousas preciosas da vida: nem creya se pedirá cousa, que ali falte. Todo género de brocados, e telas de ouro, e prata, de qualquer sorte, e invenção que quizerdes. Todos os cheiros, e perfumes do mundo, tendas de pedraria riquíssima, joyas, penachos, muyto marfim lavrado, e os dentes inteyros de elefantes; grandes livrarias, nas quaes se achão toda maneyra de livros, que quizerdes: lógeas grandíssimas cheas de especiaria [repare-se neste ponto]: de maneyra, que parece aquela rua ũa feira armada, e ornada de todas as mercadorias, e mercadores do mundo». Extasia-se ainda perante o Arsenal (*Itinerário da Terra Sancta*, cap. 1).

ORMUZ

Fig. 13 — na pág. 256

A primeira Ormuz situava-se na terra-firme, em Mogostão, junto ao mar; depois passara para a ilha que fica em frente, a três léguas. Ibne Batutah, que a visita entre 1325 e 1334, diz que «C'est une cité grande et belle, qui possède des marchés bien approvisionnés. Elle sert d'entrepôt à l'Inde et au Sind; les marchandises de l'Inde sont transportées de cette ville dans les deux Irâks, le Fars et le Khorâçân. C'est dans cette place que réside le sultan. L'île où se trouve la ville a de longueur un jour de marche; la plus grande partie se compose de terres d'une nature saline et de montagnes de sel...» «La nourriture des habitants consiste en poissons et en dattes qui leur sont apportés de Basrah et d'Omân». «L'eau potable a une grande valeur dans cette île, et il y a des fontaines et des réservoirs artificiels, où l'eau de pluie est recueillie. Ils sont à une certaine distance de la ville, et les habitants s'y rendent avec de grandes outres, qu'ils remplissent et qu'ils portent sur leur dos jusqu'à la mer. Alors ils les chargent sur des barques et les apportent à la ville». (*Voyages*, ed. e trad. Defrémery e Sanguinetti, t. II, pp. 230-1). O russo Nikitin, que aqui esteve cerca de 1470, classifica-a de «vasto empório de todo o mundo; encontram-se gentes e bens de todas as origens e sortes, e de tudo o que se produz por toda a parte há em Ormuz. Mas os direitos são pesados, um décimo seja qual for a mercadoria». (Major, *India in the XVth century*, p. 19). Em 1554, António de Herédia escreve daqui que é «esta cidade huma das de maior trato que ha no mundo», «à qual concorrem todo o género de mercadorias, mantimentos e fruitas»; e sublinhando a variedade das leis, tratos e contratos, onzenas, tiranias, idolatrias e outros pecados (do seu ponto de vista, claro) nota que os desta terra vivem «em contínuo moto e mudança, porque tudo é embarcar e desembarcar». (*Documenta Indica*, t. III, pp. 103-4). Boas descrições em Marco Polo, para o fim do século XIII (Liv. I, caps. 16 e 17; ou ff. 8v-9 da trad. portuguesa de V. Fernandes); para começos do século XVI, Duarte Barbosa (pp. 270-5 da ed. Trigoso) e Tomé Pires (pp. 237-8); posteriormente, o cap. I do *Itinerário de A. Tenreiro*, e o cap. 58 do Liv. II de Castanheda, entre inúmeras outras fontes.

ÍNDICES E FONTES DAS ILUSTRAÇÕES

I — GRAVURAS NO TEXTO

2 — EXTRATEXTOS

3 — EXTRATEXTOS A CORES

ÍNDICE GERAL

APÊNDICE

ÍNDICES

As gestas dos homens são complexos inextricáveis de glórias e baixezas, de actos involuntários e actos voluntários; muitas vezes personagens ou grupos verberados estão a contribuir para o futuro mais do que os que os que os verberam (veja-se o choque entre colonos e jesuítas).

as estruturas nos seus processos movimentos de transformação endóg tão sujeitas — e explicar e compre estruturas: desde a base morfológica às mentalidades, formas de sentir, pensar, agir. Porque a construção científica do passado e do presente (a história é globalizante) é o esteio e ferramenta para a prospectiva. Temos de receber um legado de valores que seria criminoso ou pueril destroçar, mas também de inventar novos valores para o porvir. Juízes implacáveis, sejamo-lo de nós e dos nossos contemporâneos: na nossa acção cabe, sim, julgar valores, optar entre valores. Mas, como aconselha Dahrendorf, des-ideologizemos a ciência, sob a pena de nos lograrmos a nós próprios num empenhamento dogmático e sectário.

M colecção métodos

1. Semântica I, John Lyons
2. Modelos de Crescimento e Técnicas de Planeamento Económico, F. Marques Reigado
3. Religião, Reforma e Transformação Social, H. R. Trevor-Roper
4. Direito Internacional Público, Paul Reuter
5. Rio de Onor, Jorge Dias
6. Na Senda do Milénio, Norman Cohn
7. Os Descobrimentos e a Economia Mundial I, Vitorino M. Godinho

EDITORIAL PRESENÇA